ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 153 Brasília - DF, sexta-feira, 12 de agosto de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 14
Ministério das Comunicações 15
Ministério da Defesa 19
Ministério do Desenvolvimento Regional 19
Ministério da Economia 21
Ministério da Educação 33
Ministério da Infraestrutura 36
Ministério da Justiça e Segurança Pública 41
Ministério do Meio Ambiente 43
Ministério de Minas e Energia 43
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 53
Ministério das Relações Exteriores 56
Ministério da Saúde 56
Ministério do Trabalho e Previdência 100
Ministério do Turismo 115
Controladoria-Geral da União 116
Tribunal de Contas da União 116
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 128

Esta edição é composta de 131 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.826 **(1)**

ORIGEM : 6826 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : DENISE SETSUKO OKADA AHMED (061654/RJ)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 5º, II, da Lei 7.174/2015 do Estado do Rio de Janeiro e modulou os efeitos da decisão para que: o acórdão de mérito proferido nesta ação tenha eficácia a partir da publicação do acórdão prolatado no RE 851.108 (20/04/2021), ressalvando-se as ações judiciais pendentes de conclusão até o mesmo marco temporal em que se discuta (1) a qual Estado o contribuinte deveria efetuar o pagamento do ITCMD, considerando a ocorrência de bitributação; ou (2) a validade da cobrança desse imposto, não tendo sido pago anteriormente, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 25.2.2022 a 8.3.2022.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ART 5º, II, DA LEI 7.174/2015, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. INSTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO *CAUSA MORTIS* OU DE DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS - ITCMD. HIPÓTESES DO ART. 155, § 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA REGULAMENTAÇÃO MEDIANTE LEI COMPLEMENTAR FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR CONFIRMADA. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS.

1. No julgamento do Recurso Extraordinário 851.108/SP (Tema 825), o Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL concluiu ser *vedado aos Estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD nas hipóteses referidas no art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal sem a edição da lei complementar exigida pelo referido dispositivo constitucional*, ressalvado meu convencimento pessoal pela possibilidade de o Estado-Membro exercer competência complementar - quando já existente norma geral a disciplinar determinada matéria (CF, art. 24, § 2º) - ou competência legislativa plena (supletiva) - quando inexistente norma federal a estabelecer normatização de caráter geral (CF, art. 24, § 3º).

2. AÇÃO DIRETA PROCEDENTE. Modulação da declaração de inconstitucionalidade para que a decisão produza efeitos desde a publicação do acórdão prolatado no RE 851.108 (20/04/2021), ressalvando-se as ações judiciais pendentes de conclusão até o mesmo marco temporal em que se discuta (1) a qual Estado o contribuinte deveria efetuar o pagamento do ITCMD, considerando a ocorrência de bitributação; ou (2) a validade da cobrança desse imposto, não tendo sido pago anteriormente.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.826 **(2)**

ORIGEM : 6826 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : DENISE SETSUKO OKADA AHMED (061654/RJ)

Decisão: (ED) O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração opostos pelo Governador e pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 24.6.2022 a 1.7.2022.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. INSTITUIÇÃO DO ITCMD. HIPÓTESES DO ART. 155, § 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. O acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia veiculada na inicial, ausentes os vícios apontados pelos Embargantes.

2. Embargos de declaração não se prestam a veicular inconformismo com a decisão tomada, nem permitem que as partes impugnem a justiça do que foi decidido ou suscitem matéria alheia ao objeto do julgamento, pois tais objetivos são alheios às hipóteses de cabimento típicas do recurso (art. 1.022 do CPC/2015).

3. Embargos de Declaração rejeitados.

SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.826 **(3)**

ORIGEM : 6826 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : DENISE SETSUKO OKADA AHMED (061654/RJ)
EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração opostos pelo Governador e pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 24.6.2022 a 1.7.2022.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. INSTITUIÇÃO DO ITCMD. HIPÓTESES DO ART. 155, § 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. O acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia veiculada na inicial, ausentes os vícios apontados pelos Embargantes.

2. Embargos de declaração não se prestam a veicular inconformismo com a decisão tomada, nem permitem que as partes impugnem a justiça do que foi decidido ou suscitem matéria alheia ao objeto do julgamento, pois tais objetivos são alheios às hipóteses de cabimento típicas do recurso (art. 1.022 do CPC/2015).

3. Embargos de Declaração rejeitados.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.170, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Regulamenta o art. 6º-B da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre autorização de desconto para fins de amortização de empréstimos e financiamentos no âmbito do Programa Auxílio Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º-B da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o procedimento de desconto nos benefícios de programas federais de transferência de renda condicionada previstos na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para fins de amortização de valores referentes a pagamento mensal de empréstimos e financiamentos, de que trata o art. 6º-B da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, por meio de autorização irrevogável e irretratável do beneficiário, em favor de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se benefício de transferência de renda condicionada do Programa Auxílio Brasil a soma dos benefícios mensalmente pagos de caráter familiar, na forma prevista na Lei nº 14.284, de 2021.

§ 1º O desconto do pagamento do empréstimo não poderá ser superior ao limite previsto em lei.

§ 2º Fica facultado ao Ministério da Cidadania o estabelecimento, em ato próprio, de limite inferior ao previsto no § 1º.

§ 3º Ato do Ministro de Estado da Cidadania estabelecerá a forma de cálculo do limite previsto no § 1º, em especial os benefícios ou os auxílios que comporão a base de cálculo a ser considerada.

§ 4º O beneficiário poderá ter mais de um desconto relativo a empréstimo ou financiamento, desde que não seja superior ao limite previsto em lei, observado, no momento da contratação, o comprometimento desse percentual.

§ 5º O empréstimo e o desconto mensal das parcelas em consignação serão concedidos sob o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do beneficiário responsável familiar do Programa Auxílio Brasil, que contratou a operação, observada a regulamentação editada pelo Ministério da Cidadania.

§ 6º É requisito obrigatório para a obtenção de empréstimo consignado em folha de pagamento do Programa Auxílio Brasil, dentre outros programas estabelecidos em lei ou disciplinados em ato do Ministro de Estado da Cidadania, que o interessado possua número de inscrição no CPF válido, identificado como em situação regular na base de informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

§ 7º A responsabilidade pelo pagamento dos empréstimos e dos financiamentos será direta e exclusiva do beneficiário e a União não será responsabilizada, ainda que subsidiariamente, em qualquer hipótese.

§ 8º O Ministério da Cidadania é responsável pela retenção dos valores autorizados pelo beneficiário nas folhas de benefícios do Programa Auxílio Brasil e pelo seu repasse à instituição financeira consignatária.

§ 9º A empresa pública ou instituição financeira responsável fica autorizada a encaminhar os dados relativos ao número da conta bancária, ao número de inscrição no CPF e ao Número de Identificação Social - NIS para outros órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta, ou empresas públicas, desde que necessários para viabilizar os procedimentos de operação relativos ao empréstimo consignado.

§ 10. É vedado o encaminhamento dos dados a que se refere o § 9º para outros fins.

Art. 3º É vedado o desconto do benefício em valor superior ao limite máximo previsto em lei.

§ 1º Na hipótese de o valor das consignações contratadas ultrapassar, de forma isolada ou combinada com consignações anteriores, o limite máximo previsto em lei, serão descontadas prioritariamente as parcelas relativas aos contratos mais antigos.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, é permitido o desconto parcial até o limite estabelecido.

Art. 4º A contratação de empréstimos e de financiamentos com desconto em folha de pagamento de benefícios de que trata este Decreto será precedida de esclarecimento pela instituição financeira ao tomador de crédito quanto:

I - ao custo efetivo total e ao prazo para quitar integralmente as obrigações assumidas;

II - às demais informações exigidas em lei e em regulamentos e outras previstas em ato do Ministro de Estado da Cidadania; e

III - ao tratamento de dados pessoais, na forma prevista na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 5º Para fins do disposto no art. 1º, o Ministro de Estado da Cidadania editará as normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto e disporá sobre:

I - os benefícios ou os auxílios que venham a ser incluídos ou excluídos da base de cálculo do valor mensal do benefício a ser considerado para aplicação do percentual máximo de consignação, conforme o disposto no art. 2º;

II - as formalidades e os requisitos para habilitar as instituições financeiras a que se refere o art. 1º e as hipóteses de cancelamento ou de suspensão da habilitação;

III - os procedimentos para a prestação de informações necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto aos responsáveis familiares titulares de benefícios em manutenção e às instituições consignatárias;

IV - os prazos para o início dos descontos autorizados e para o repasse das prestações às instituições consignatárias;

V - o valor dos encargos administrativos cobrados para ressarcimento dos custos operacionais decorrentes das operações;

VI - o registro e o processamento de reclamações referentes a empréstimos consignados e eventuais penalidades às instituições financeiras que descumpram as condições de habilitação, ressalvadas aquelas decorrentes do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor;

VII - a disponibilização de informações, de capacitação e de alertas, pelas instituições financeiras, com vistas a promover a educação financeira do beneficiário responsável familiar anteriormente à contratação do empréstimo;

VIII - os procedimentos e os efeitos no processo de desconto relativo aos empréstimos, na hipótese de interrupção temporária ou definitiva do recebimento dos benefícios do Programa Auxílio Brasil pelo responsável familiar;

IX - os procedimentos e os efeitos nas hipóteses de alteração do responsável familiar; e

X - as atribuições e as condições de contratação do agente operador dos empréstimos consignados junto às instituições financeiras.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de agosto de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Ronaldo Vieira Bento

DECRETO Nº 11.171, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor aeroportuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, § 1º, inciso I, e no art. 4º, **caput** inciso II, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, no art. 2º da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, e na Resolução nº 233, de 2 de junho de 2022, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica qualificado, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, o empreendimento público federal do setor aeroportuário denominado Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, localizado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins de relicitação.

Art 2º Na hipótese de não ser firmado termo aditivo ao contrato de concessão do empreendimento de que trata o art. 1º no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto, a qualificação perderá sua eficácia e será considerada extinta para todos os efeitos.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de agosto de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

DECRETO Nº 11.172, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza o emprego das Forças Armadas para a garantia da votação e da apuração das eleições de 2022.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e XIII, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e no art. 23, **caput**, inciso XIV da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o emprego das Forças Armadas para a garantia da votação e da apuração das eleições de 2022.

Art. 2º As localidades e o período de emprego das Forças Armadas serão definidos conforme os termos de requisição do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de agosto de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira
Augusto Heleno Ribeiro Pereira

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Exposição de Motivos

Nº 62, de 1º de julho de 2022. Resolução nº 5, de 23 de junho de 2022, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Aprovo. Em 11 de agosto de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre medidas de estímulo ao desenvolvimento e produção de campos ou acumulações de hidrocarbonetos de economicidade marginal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos art. 1º, incisos I, II, IX e XI e art. 2º, incisos I e IX, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no art. 1º, inciso I, alíneas "a", "b", "i" e "l", no art. 2º, § 3º, inciso III, do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, no art. 5º, inciso III, e no art. 17, **caput**, do Regimento Interno do CNPE, aprovado pela Resolução nº 14, de 24 de junho de 2019, nas deliberações da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2022, e o que consta do Processo nº 48380.000204/2020-00, resolve:

Art. 1º No interesse da Política Energética Nacional, recomendar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no âmbito de suas atribuições legais, a adoção das seguintes medidas para incentivar atividades de exploração e produção de campos e acumulações de petróleo e gás natural que apresentem economicidade marginal:

I - conceder, com base em critérios preestabelecidos, redução de royalties para o mínimo legal, nos termos do art. 47, § 1º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

II - com base no disposto no inciso VI, § 1º, do art. 1º, da Resolução CNPE nº 17, de 8 de junho de 2017, implementar estratégias de redução do fardo regulatório; e

III - considerar as seguintes diretrizes quando da prorrogação contratual de campos com economicidade marginal:

a) efetuar a prorrogação apenas para os campos cuja extensão do prazo de produção se mostre viável para além do período contratual original;

b) avaliar e aprovar os planos e os programas que indiquem as atividades necessárias para a operação e manutenção da produção, dentro das melhores práticas da indústria do petróleo; e

c) compatibilizar o prazo de prorrogação com as expectativas de produção, limitado a vinte e sete anos.

Art. 2º Solicitar que a ANP, em articulação com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, no âmbito de suas competências, elabore e apresente ao CNPE, no prazo de cento e oitenta dias a partir da publicação desta Resolução, relatório com propostas para regulamentar instrumentos de mitigação e compensação de emissões de gases que provocam efeito estufa nas atividades de E&P.

Art. 3º Determinar à ANP que notifique o Operador de campos sem produção por seis meses contínuos, para restabelecê-la no prazo de doze meses, prorrogáveis a critério da ANP com base em novos planos e programas apresentados e aprovados, ou para que, nesse período, transfira os direitos sobre os campos, nos termos do contrato, para empresas que se comprometam e tenham capacidade de restabelecer a produção.

Parágrafo único. O estabelecido no **caput** não é válido para as hipóteses de caso fortuito, de força maior ou causas similares, bem como nos casos autorizados pela ANP.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

DEFIRO o pedido de substituição do PSS da AC SEMPRE RFB, subordinada à AC RFB, passado do PSS VALID para o PSS SAFEWEB. Processo n° 00100.003786/2021-21.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SÚMULAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSOLIDAÇÃO DE 9 DE AGOSTO DE 2022

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao disposto no art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00692.000204/2017-56, resolve:

Consolidar as Súmulas da Advocacia-Geral da União, em vigor nesta data, de observância obrigatória para os órgãos de Consultoria e de Contencioso da AGU, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

SÚMULA Nº 1, DE 27 DE JUNHO DE 1997
Publicada no DOU, Seção 1, 30/06, 1º/07 e 02/07/1997.

"A decisão judicial que conceder reajustes referentes à URP de abril e maio de 1988 na proporção de 7/30 (sete trinta avos) de 16,19%, incidentes sobre a remuneração do mês de abril e, no mesmo percentual, sobre a do mês de maio, não cumulativos, não será impugnada por recurso."

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Decreto-lei nº 2.335, de 12/06/87, Decreto-lei nº 2.425, de 07/04/88.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal RE nº 145183-1/DF, Rel. Min. Marco Aurélio; RE nº 146749-5/DF, Min. Paulo Brossard, (Tribunal Pleno).

SÚMULA Nº 2, DE 27 DE AGOSTO DE 1997 (*)
(*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

SÚMULA Nº 3, DE 5 DE ABRIL DE 2000 (*)
(*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 3, de 19/07/2004.

SÚMULA Nº 4, DE 5 DE ABRIL DE 2000 (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

(*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"Salvo para defender o seu domínio sobre imóveis que estejam afetados ao uso público federal, a União não reivindicará o domínio de terras situadas dentro dos perímetros dos antigos aldeamentos indígenas de São Miguel e de Guarulhos, localizados no Estado de São Paulo, e desistirá de reivindicações que tenham como objeto referido domínio".

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituições de 1891 (art. 64), de 1934 (arts. 20, 21 e 129), de 1937 (arts. 36 e 37), de 1946 (arts. 34 e 35), de 1967 (arts. 4º e 5º), Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (arts. 4º e 5º) e Constituição de 1988 (art. 20); Decreto-lei nº 9.760, de 18/9/1946 (art. 1º) e Medida Provisória nº 2.180-35, de 24/8/2001 (art. 17).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Súmula nº 650; RE nº 219983-3/SP, Rel. Min. Marco Aurélio (Plenário). Acórdãos: RE's nos 212251/SP, 226683/SP, 220491/SP, 226601/SP, 219542/SP, 231646/SP, Rel. Min. Ilmar Galvão; RE nº 285098/SP, Rel. Min. Moreira Alves (Primeira Turma); RE's nos 219983/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, 197628/SP, 194929/SP, 170645/SP, 215760/SP, 222152/SP, 209197/SP, Rel. Ministro Maurício Corrêa (Segunda Turma). Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 126784/SP, Rel. Ministro Eduardo Ribeiro (Terceira Turma).

SÚMULA Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2001 (*)
(*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 4, de 19/07/2004

SÚMULA Nº 6, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001 (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 28/09, 29/09 e 30/09/2005.

(*) Redação alterada pelo Ato de 27 de setembro de 2005.

"A companheira ou companheiro de militar falecido após o advento da Constituição de 1988 faz jus à pensão militar, quando o beneficiário da pensão esteja designado na declaração preenchida em vida pelo contribuinte ou quando o beneficiário comprove a união estável, não afastadas situações anteriores legalmente amparadas."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição de 1988 (art. 226); Leis nºs 3.765, de 4.5.1960, e 6.880, de 09/12/1980.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Acórdãos nos REsp's: 246244-PB, Rel. 228379-RS, 182975-RN Min. Felix Fischer (Quinta Turma); 161979-PE, Rel. Min. Vicente Leal, 181801-CE, Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, 240458-RN, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 31185-MG, Rel. Min. Pedro Acioli, 477590-PE, Rel. Min. Vicente Leal, 354424-PE, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa (Sexta Turma).

SÚMULA Nº 7, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001 (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 02/08, 03/08 e 04/08/2006

(*) Redação alterada pelo Ato de 1º de agosto de 2006.

"A aposentadoria de servidor público tem natureza de benefício previdenciário e pode ser recebida cumulativamente com a pensão especial prevista no art. 53, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, devida a ex-combatente (no caso de militar, desde que haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente - art.1º da Lei nº 5.315, de 12/09/1967)."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição de 1988 (art. 53 do ADCT), Lei nº 5.315, de 12.9.1967, e Lei nº 8.059, de 04/07/1990.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Acórdãos nos RE's 263.911/PE, Rel. Min. Ilmar Galvão, 293.214/RN, 358.231/RJ, Rel. Min. Moreira Alves, e 345.442/PE, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence (Primeira Turma); 236.902/RJ, Rel. Min. Néri da Silveira (Segunda Turma).

SÚMULA Nº 8, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001 (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 28/09, 29/09 e 30/09/2005

(*) Redação alterada pelo Ato de 27 de setembro de 2005.

"O direito à pensão de ex-combatente é regido pelas normas legais em vigor à data do evento morte. Tratando-se de reversão do benefício à filha mulher, em razão do falecimento da própria mãe que a vinha recebendo, consideram-se não os preceitos em vigor quando do óbito desta última, mas do primeiro, ou seja, do ex-combatente."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição de 1988 (art. 53 do ADCT); Leis nº 3.765, de 4/5/1960, nº 4.242, de 17/7/1963, e nº 8.059, de 4/7/1990.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Mandado de Segurança nº 21707/DF, Rel. Min. Carlos Velloso (Tribunal Pleno). Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 492445/RJ, Rel. Min. Felix Fischer (Quinta Turma).

SÚMULA Nº 9, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001 (*)
(*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 5, de 19/07/2004.

SÚMULA Nº 10, DE 19 DE ABRIL DE 2002 (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004

(*) Redação alterada pelo Ato AGU de 19 de julho de 2004.

"Não está sujeita a recurso a decisão judicial que entender incabível a remessa necessária nos embargos à execução de título judicial opostos pela Fazenda Pública, ressalvadas aquelas que julgarem a liquidação por arbitramento ou artigo, nas execuções de sentenças ilíquidas."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Código de Processo Civil (arts. 475, inciso I, 520, inciso V, e 585, inciso VI); Lei nº 2.770, de 4/5/56 (art. 3º, com a redação dada pela Lei nº 6.071, de 3.7.1974), e Lei nº 9.469, de 10/07/1997 (art. 10).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp's: 241.875/SC, Rel. Min. Garcia Vieira, nº 258.097/RS, Rel. Min. José Delgado, 233.630/RS, Rel. Min. Felix Fischer, e 226.156-SP, Rel. Min. Hélio Mosimann (Corte Especial); EREsp nº 226.551/PR, Rel. Min. Milton Luiz Pereira (Terceira Seção); REsp nº 223.083/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Segunda Turma).

SÚMULA Nº 11, DE 19 DE ABRIL DE 2002 (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004

(*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"A faculdade, prevista no art. 557 do CPC, de se negar seguimento, monocraticamente, a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou dos Tribunais Superiores, alcança também a remessa necessária." (NR)

REFERÊNCIAS:

Legislação: Código de Processo Civil (arts. 475, 496 e 557).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp 258.881/RS, Rel. Min. Edson Vidigal (Corte Especial); REsp 190.096/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Sexta Turma); REsp's nºs 205.342/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros (Primeira Turma); REsp 156.311/BA, Rel. Min. Adhemar Maciel (Segunda Turma).

SÚMULA Nº 12, DE 19 DE ABRIL DE 2002 (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004

(*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"É facultado ao segurado ajuizar ação contra a instituição previdenciária perante o Juízo Federal do seu domicílio ou nas Varas Federais da capital do Estado-membro."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição de 1988 (art. 109).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE nº 285.936/RS, Rel. Min. Ellen Gracie (Primeira Turma); RE nº 288.271/RS e AGRGRE nº 288.271/RS, Rel. Min. Nelson Jobim, AGRGRE nº 292.066/RS, Rel. Min. Maurício Corrêa, (Segunda Turma); RE nº 293.246/RS, Rel. Min. Ilmar Galvão (Tribunal Pleno) e Súmula nº 689.

SÚMULA Nº 13, DE 19 DE ABRIL DE 2002 (*)
Republicada no DOU de 08/02, 09/02 e 12/02/2007.

(*) Redação alterada pelo Ato de 06 de fevereiro de 2007.

"A multa fiscal moratória, por constituir pena administrativa, não se inclui no crédito habilitado em falência regida pela legislação anterior à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 11.101, de 09/02/2005 (art. 83, VII, e 192), e Decreto nº 6.042, de 12/02/2007 (altera o art. 239, § 9º, do Decreto nº 3.048, de 06/05/1999).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Súmula Nº 565. Superior Tribunal de Justiça: EREsp 208.107/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Primeira Seção); REsp 255.678/SP, 312.534/RS, Rel. Min. Milton Luiz Pereira e AGREsp 422.760/PR, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Turma); REsp 235.396/SC, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins e 315.912/RS, Rel. Min. Castro Meira, AG 347.496/RS, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Segunda Turma).

SÚMULA Nº 14, DE 19 DE ABRIL DE 2002 (*)
Republicada no DOU de 08/02, 09/02 e 12/02/2007

(*) Redação alterada pelo Ato de 06 de fevereiro de 2007.

"Aplica-se apenas a taxa SELIC, em substituição à correção monetária e juros, a partir de 1º de janeiro de 1996, nas compensações ou restituições de contribuições previdenciárias."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.212, de 24/07/1991 (art. 89), e Lei nº 9.250, de 26/12/1995 (art. 39).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp 199.643/SP, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Seção); REsp 308.176/PR, Rel. Min. Garcia Vieira e 267.847/SC, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros (Primeira Turma); REsp 205.092/SP, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, 414.960/SC, 460.644/SP e 246.962/RS, Rel. Min. Castro Meira, (Segunda Turma).

SÚMULA Nº 15, DE 16 DE OUTUBRO DE 2002 (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 20/10, 21/10 e 22/10/2008.

(*) Redação alterada pelo Ato de 16 de outubro de 2008.

"A suspeita de fraude na concessão de benefício previdenciário não enseja, de plano, a sua suspensão ou cancelamento, mas dependerá de apuração em procedimento administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: art. 179 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelos Decretos nºs 4.729, de 09 de junho de 2003 e 5.699, de 13 de fevereiro de 2006.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp's nºs 172.869-SP, Rel. Min. Jorge Scartezzini, 149.205-SP, Rel. Min. Edson Vidigal (Quinta Turma); REsp's nºs: 174.435-SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves; 140.766-PE, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Sexta Turma).

SÚMULA Nº 16, DE 19 DE JUNHO DE 2002 (*)
Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

(*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"O servidor estável investido em cargo público federal, em virtude de habilitação em concurso público, poderá desistir do estágio probatório a que é submetido com apoio no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ser reconduzido ao cargo inacumulável de que foi exonerado, a pedido."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.112, de 20.12.1990 (arts. 20 e 29). Outros: Informações nº AGU/WM11/2002, adotadas pelo Advogado-Geral da União e encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal com a Mensagem nº 471, de 13.6.2002, do Presidente da República.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - Mandados de Segurança: 22933/DF, Rel. Min. Octavio Gallotti, 23577/DF e 24271/DF Rel. Min. Carlos Velloso (Tribunal Pleno). Superior Tribunal de Justiça: Mandado de Segurança nº 8339/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 17, DE 19 DE JUNHO DE 2002 (*)
Republicada no DOU de 08/02, 09/02 e 12/02/2007.

(*) Redação alterada pelo Ato de 6 de fevereiro de 2007.

"Suspensa a exigibilidade do crédito pelo parcelamento concedido, sem a exigência de garantia, esta não pode ser imposta como condição para o fornecimento da certidão positiva de débito com efeito de negativa, estando regular o parcelamento da dívida, com o cumprimento, no prazo, das obrigações assumidas pelo contribuinte."

REFERÊNCIA:

Legislação: Código Tributário Nacional (Arts. 205 E 206), e Lei Nº 8.212, DE 24/7/1991 (Art. 47).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 95.889/SP, Rel. Min. Garcia Vieira, AGREsp, 247.402/PR, Rel. Min. José Delgado e 328.804/SC, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Turma); REsp 227.306/SC, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, AG 211.251/PR, Rel. Min. Ari Pargendler, 310.429/MG, Rel. Min. Paulo Gallotti, 333.133/SP, Rel. Min. Laurita Vez (Segunda Turma).

SÚMULA Nº 18, DE 19 DE JUNHO DE 2002
Publicada no DOU, Seção 1, de 28/06, 1º/07 E 02/07/2002.

"Da decisão judicial que determinar a concessão de Certidão Negativa de Débito (CND), em face da inexistência de crédito tributário constituído, não se interporá recurso."

REFERÊNCIA:

Legislação: Código Tributário Nacional, artigos 205 e 206.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp's nºs 180.771/PR, Rel. Min. Franciulli Netto e 202.830/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros (Primeira Seção); AGResp nº 303.357/RS, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Turma); AGREsp nº 255.749/RS, Rel. Min. Eliana Calmon (Segunda Turma).

SÚMULA Nº 19, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002 (*)
(*) Revogada pelo Ato de 1º de agosto de 2006, publicado no DOU de 02, 03 e 04 de agosto de 2006.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 5, de 1º/08/2006.

SÚMULA Nº 20, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002 (*)
(*) Alterada pela Súmula nº 42, de 31 de outubro de 2008.

SÚMULA Nº 21, DE 19 DE JULHO DE 2004
Publicada no DOU, Seção 1, de 20/07; 21/07 e 22/07/2004.

"Os integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais têm direito às gratificações previstas no art. 4º da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, concedidas igualmente aos Policiais Federais."

REFERÊNCIA:

Legislação pertinente: Lei nº 9.266, de 15/03/1996.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE 236.089/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa e AI nº 222.118/DF, Rel. Min. Marco Aurélio. Superior Tribunal de Justiça - Mandados de Segurança nºs 6.722/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; 7.494/DF, Rel. Min. Fontes de Alencar; 6.415/DF, Rel. Min. Fontes de Alencar; e 6.046/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 22, DE 5 DE MAIO DE 2006
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/05; 11/05 e 12/05/2006.

"Não se exigirá prova de escolaridade ou habilitação legal para inscrição em concurso público destinado ao provimento de cargo público, salvo se a exigência decorrer de disposição legal ou, quando for o caso, na segunda etapa de concurso que se realize em duas etapas".

REFERÊNCIAS:

Legislação pertinente: Constituição Federal: arts. 5º, XIII, e 37, I e II; - Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990: arts. 5º, IV, 7º e 11.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: ADI nº 1.188/DF, Rel. Min. Carlos Velloso; ADI nº 1.040, Rel. Min. Néri da Silveira (Tribunal Pleno); RE nº 184.425/RS, Rel. Min. Carlos Velloso (Segunda Turma); RMS nº 22.790/RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão; RE's: 423.752/MG e 392.976/MG Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Primeira Turma). Superior Tribunal de Justiça: Enunciado 266 da Súmula do STJ; REsp's: 131.340/MG e ED no AgRg no AI nº 397.762/DF Rel. Min. Gilson Dipp; 173.699/RJ e AgRg no Ag nº 110.559-DF, RMS nº 10.764/MG Rel. Min. Edson Vidigal; RMS nº 12.763/TO, REsp's 532.497/SP e 527.560, Rel. Min. Felix Fischer, (Quinta Turma); RMS's: 9.647/MG, Rel. Min. Vicente Leal, 15.221/RR, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma); MS's: 6.200/DF, Rel. Min. Vicente Leal; 6.559/DF e 6.855/DF, 6.742/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; 6.867/DF, Rel. Min. Edson Vidigal, e 6.479/DF, Rel. Min. Fontes de Alencar (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 23, DE 6 DE OUTUBRO DE 2006
Publicada no DOU, Seção 1, de 09/10; 10/10 e 11/10/2006.

"É facultado a autor domiciliado em cidade do interior o aforamento de ação contra a União também na sede da respectiva Seção Judiciária (capital do Estado-membro)."

REFERÊNCIAS:

Legislação pertinente: Constituição Federal: arts. 109, § 2º, e 110.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE 233.990/RS, AgRg nº RE 364.465/RS (DJ de 15/8/2003), Rel. Min. Maurício Corrêa, RE 451.907/PR, Rel. Min. Marco Aurélio (Segunda Turma); e Decisão monocrática no RE 453.967/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

SÚMULA Nº 24, DE 9 DE JUNHO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

(*) Mantida, apenas, a jurisprudência dos Tribunais Superiores (art. 2º do Decreto nº 2.346/97).

"É permitida a contagem, como tempo de contribuição, do tempo exercido na condição de aluno-aprendiz referente ao período de aprendizado profissional realizado em escolas técnicas, desde que comprovada a remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento público e o vínculo empregatício."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e Instrução Normativa nº 11, de 20 de setembro de 2006 (Art. 113).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgREsp 831.258/RS, Rel. Min. Gilson Dipp, (Quinta Turma; e REsp 336.797/SE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Sexta Turma); Turma Nacional de Uniformização: PU n. 200335007132220, Súmula 18 (DJ de 07/10/2004). (*)

SÚMULA Nº 25, DE 9 DE JUNHO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Será concedido auxílio-doença ao segurado considerado temporariamente incapaz para o trabalho ou sua atividade habitual, de forma total ou parcial, atendidos os demais requisitos legais, entendendo-se por incapacidade parcial aquela que permita sua reabilitação para outras atividades laborais."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Art. 59, caput).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 699.920/SP, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca (Quinta Turma); REsp 272.270/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, REsp 501.267/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Sexta Turma).

SÚMULA Nº 26, DE 9 DE JUNHO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Para a concessão de benefício por incapacidade, não será considerada a perda da qualidade de segurado decorrente da própria moléstia incapacitante."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Arts. 102, §1º, e 15, I).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgREsp 721.570/SE, Rel. Min. Gilson Dipp; REsp 956.673/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); AgREsp 529.047/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; e REsp 864.906/SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Sexta Turma).

SÚMULA Nº 27, DE 9 DE JUNHO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Para concessão de aposentadoria no RGPS, é permitido o cômputo do tempo de serviço rural exercido anteriormente à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, independente do recolhimento das contribuições sociais respectivas, exceto para efeito de carência."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Art. 55, § 2º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp 643.927/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; EREsp 576.741/RS, Rel. Min. Hélio Guaglia Barbosa (Terceira Seção). Turma Nacional de Uniformização: PU nº 200372020503266/SC, Súmula 24 (DJ de 10/03/2005).

SÚMULA Nº 28, DE 9 DE JUNHO DE 2008 (*)
(*) Alterada pela Súmula nº 38, de 16 de setembro de 2008.

SÚMULA Nº 29, DE 9 DE JUNHO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Atendidas as demais condições legais, considera-se especial, no âmbito do RGPS, a atividade exercida com exposição a ruído superior a 80 decibéis até 05/03/97, superior a 90 decibéis desta data até 18/11/2003, e superior a 85 decibéis a partir de então."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Instrução Normativa nº 11, de 20 de setembro de 2006 (Art. 180).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp 412.351/RS, Min. Rel. Paulo Gallotti e EREsp 441.721/RS, Rel. Min. Laurita Vaz (Terceira Seção). Turma Nacional de Uniformização: PU 200351510120245, Súmula 32 (DJ 04/0/2006).

SÚMULA Nº 30, DE 9 DE JUNHO DE 2008
(*) Revogada pelo Ato de 31 de janeiro de 2011, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

SÚMULA Nº 31, DE 9 DE JUNHO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06, 11/06 e 12/06/2008.

"É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública".

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição Federal (Art. 100, §§ 1º e 2º). Código de Processo Civil (Art. 739, § 2º).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE 458.110/MG, Rel. Min. Marco Aurélio; REAgR 504.128/PR, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE-AgR 511.126/PR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; RE-AgR 484.770/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Primeira Turma); REAgR 502.009/PR, RE-AgR 607.204/PR, RE-AgR 498.872/RS, Rel. Min. Eros Grau (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça: EREsp 721.791/RS, Rel. Min. Ari Pargendler (Corte Especial).

SÚMULA Nº 32, DE 9 DE JUNHO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Para fins de concessão dos benefícios dispostos nos artigos 39, inciso I e seu parágrafo único, e 143 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, serão considerados como início razoável de prova material documentos públicos e particulares dotados de fé pública, desde que não contenham rasuras ou retificações recentes, nos quais conste expressamente a qualificação do segurado, de seu cônjuge, enquanto casado, ou companheiro, enquanto durar a união estável, ou de seu ascendente, enquanto dependente deste, como rurícola, lavrador ou agricultor, salvo a existência de prova em contrário."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Art. 55, § 3º; Art. 106; e Art. 143, II). Instrução Normativa do INSS nº 11, de 20/09/2006, (Art. 133, §§ 1º, 2º e 3º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 637.437/PB, Rel. Ministra Laurita Vaz (DJ de 13/09/2004), REsp 603.202/RS, Rel. Ministro Jorge Scartezzini (Quinta Turma); REsp 439.647/RS Rel. Ministro Hamilton Carvalhido (Sexta Turma); EAR/SP 719, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa (DJ 24/11/2004) e AR 1.166/SP, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 33, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"É devida aos servidores públicos federais civis ativos, por ocasião do gozo de férias e licenças, no período compreendido entre outubro/1996 e dezembro/2001, a concessão de auxílio-alimentação, com fulcro no art. 102 da Lei nº 8.112/90, observada a prescrição qüinqüenal".

Legislação Pertinente: art. 102 da Lei nº 8.112/90.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 745.377/PE e REsp 614.433/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima; AgRg no REsp 643.236/PE, Rel. Min. Felix Fischer; REsp 577.647/SE, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca (Quinta Turma); REsp 674.565/PE e AgRg no REsp 610.628/PE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; AgRg no REsp 643.938/CE, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma).

SÚMULA Nº 34, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Resp. nº 643.709/PR e AgRg no REsp nº 711.995, Rel. Min. Felix Fischer; REsp. nº 488.905/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; AgRg no REsp nº 679.479/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); RMS nº 18.121/RS, Rel. Min. Paulo Medina; REsp nº 725.118/RJ e AgRg no REsp. nº 597.827/PR Rel. Min. Paulo Gallotti; REsp nº 651.081/RJ, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa (Sexta Turma); MS nº 10.740/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 35, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"O exame psicotécnico a ser aplicado em concurso público deverá observar critérios objetivos, previstos no edital, e estará sujeito a recurso administrativo".

REFERÊNCIAS

Legislação Pertinente: art. 5º, XXXV, e 37, caput e incisos I e II, da Constituição Federal.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AgRgRE 466.061/RR, Relator Ministro Sepúlveda Pertence; RE 243.926-6/CE, Relator Min. Moreira Alves, DJ 10/08/2000 (Primeira Turma); RE 188.234/DF, Rel. Min. Neri da Silveira; AgAI 318.367/BA, Rel. Min. Celso de Melo; AgAI 660.815/RR, Rel. Min. Eros Grau; AgRgRE 433.921/CE, Relator Min. Carlos Velloso (Segunda Turma). Superior Tribunal de Justiça: AgRg EDcl. No RESP 525.611/DF, Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG); ROMS 17103/SC, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima (Quinta Turma); AgRg no REsp 335.731/RS, Relator Min. Hélio Quaglia Barbosa; REsp 462.676/RS e ROMS 20480/DF, Relator Min. Paulo Medina (Sexta Turma); MS 9183/DF Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG) (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 36, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"O ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, tem direito à assistência médica e hospitalar gratuita, extensiva aos dependentes, prestada pelas Organizações Militares de Saúde, nos termos do artigo 53, IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: art. 53, IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE 417.871-AgR/RJ e 421.197-AgR/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso (Primeira Turma); RE 414.256-AgR/PE, Rel. Min. Carlos Velloso (Segunda Turma).

SÚMULA Nº 37, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Incidem juros de mora sobre débitos trabalhistas dos órgãos e entidades sucedidos pela União, que não estejam sujeitos ao regime de intervenção e liquidação extrajudicial previsto pela Lei nº 6.024/74, ou cuja liquidação não tenha sido decretada por iniciativa do Banco Central do Brasil".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: artigo 18, alínea "d", da Lei nº 6.024/74.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-721.280/2001.9, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos (Primeira Turma); TST-AIRR-6689100-24.2002.5.04.0900, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula (Terceira Turma); TST-AIRR176840-51.1990.5.01.0036. Rel. Juiz Convocado: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho; AIRR e RR - 5023600-39.2002.5.09.0900, Rel. Min. Maria de Assis Calsing (Quarta Turma); E-RR-345325-48/1997.3, Rel. Min. Rider de Brito (Quinta Turma); E-RR495383/1998, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula; E-RR-17472/2002-900-09-00.6, Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira (SubSeção 1 Especializada em Dissídios Individuais), Orientação Jurisprudencial Transitória nº 10 (SBDI-1); TST-RXOFAR-98017/2003-900-1100.3, Rel. Min. Barros Levenhagen (SBDI-2).

SÚMULA Nº 38, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Incide a correção monetária sobre as parcelas em atraso não prescritas, relativas aos débitos de natureza alimentar, assim como aos benefícios previdenciários, desde o momento em que passaram a ser devidos, mesmo que em período anterior ao ajuizamento de ação judicial."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 6.899, de 08 de abril de 1981

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 529708 / RS e REsp 734261 / RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); REsp 226907 / ES, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Sexta Turma); EREsp 102622 / SP, Rel. Min. Felix Fischer; AR 708 / PR, Rel. Min. Paulo Gallotti; AR 693/PR, Rel. Min. Gilson Dipp (Terceira Seção); EREsp 92867 / PE, Rel. Min. Edson Vidigal e EREsp 96177/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Corte Especial).

SÚMULA Nº 39, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"São devidos honorários advocatícios nas execuções, não embargadas, contra a Fazenda Pública, de obrigações definidas em lei como de pequeno valor (art. 100, § 3º, da Constituição Federal)."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: art. 100, § 3º, da Constituição da República; art. 1º-D da Lei nº 9.494/1997.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE-AgR 402079/RS e RE-AgR 412134, Rel. Min. Eros Grau; RE-AgR 480958/RS, Rel. Min. Carlos Britto (Primeira Turma); RE-AgR 412891/SC, Rel. Min. Ellen Gracie; RE-AgR 483257/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa; 23/06/2006); RE-AgR 490560/RS e RE-AgR 501480/RS, Rel. Min. Eros Grau (Segunda Turma); RE 420816/PR, Rel. para o Acórdão Min. Sepúlveda Pertence; RE-ED 420816/PR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Tribunal Pleno). Superior Tribunal de Justiça: EREsp 653270/RS, Rel. Min. José Delgado; EREsp 659629/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves; EREsp 720452/SC, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Corte Especial).

SÚMULA Nº 40, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Os servidores públicos federais, quando se tratar de aposentadoria concedida na vigência do Regime Jurídico Único, têm direito à percepção simultânea do benefício denominado 'quintos', previsto no art. 62, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, com o regime estabelecido no art. 192 do mesmo diploma."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: arts. 62, § 2º e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de setembro de 1990.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 577.259/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima; REsp 586.826/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; REsp 516.489/RN, Rel. Min. Felix Fischer (Quinta Turma); REsp 380.121/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves; REsp 194.217/PE, Rel. Min. Vicente Leal (Sexta Turma). MS 8.788/DF, Rel. Min. Paulo Gallotti; MS 9.067/DF, Rel. Min. Paulo Medina (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 41, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008
(*) Redação alterada pela Súmula 85, de 24 de julho de 2020, publicada no DOU, Seção 1, de 27/07, 28/07 e 29/07/2020.

SÚMULA Nº 42, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008
Publicada no DOU, Seção 1, de 31/10; 03/11 e 04/11/2008.

I - A Súmula 20, da Advocacia-Geral da União, passa a vigorar com a seguinte redação: "Os servidores administrativos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União têm direito ao percentual de 11,98%, relativo à conversão de seus vencimentos em URV, por se tratar de simples recomposição estipendiária, que deixou de ser aplicada na interpretação das Medidas Provisórias nºs 434/94, 457/94 e 482/94."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 168 da Constituição Federal, art. 22 da Medida Provisória nº 482/94, convertida na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE-AgR 529.559-1/MA, Rel. Min. Ricardo Lewandowski (Primeira Turma); AgR-RE's 394.770-2/SC, Rel. Min. Ellen Gracie; 416.9401/RN, Rel. Min. Joaquim Barbosa; 440.171-2/SC, Rel. Min. Ayres Britto; RE-AgRAI 482.126-1/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes (Segunda Turma). ADIMC 2321/DF e 2323/DF, Rel. Min. Celso de Mello (Tribunal Pleno);

(*) O Ministro-relator das ADI's 2321 e 2323, Celso de Mello, explicitou que as tabelas de vencimentos dos servidores administrativos do Poder Judiciário, constante do Anexo III da Lei 9.421/1996, continham valores relativos a AGOSTO/95, aos quais não havia sido aplicado o percentual de 11,98%, por erro de cálculo na conversão da URV. Igual falha ocorreu em relação às tabelas dos servidores do Ministério Público Federal, que reproduziam valores de AGOSTO/95, conforme Anexo IV, da Lei nº 9.953/2000. Os 11,98% desaparecem, portanto, com a reestruturação das carreiras dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, a partir das Leis nºs 10.475, de 27 de junho de 2002, e 10.476, de 27 de junho de 2002.

SÚMULA Nº 43, DE 30 DE JULHO DE 2009
Publicada no DOU, Seção 1, de 31/07; 03/08 e 04/08/2009.

"Os servidores públicos inativos e pensionistas, com benefícios anteriores à edição da Lei nº 10.404/2002, têm direito ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA nos valores correspondentes a:

(i) 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 (art. 6º da Lei nº 10.404/2002 e Decreto nº 4.247/2002);

(ii) 10 (dez) pontos, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da Medida Provisória nº 198/2004 (art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, art. 1º da Lei nº 10.971/2004 e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003); e

(iii) 60 (sessenta) pontos, a partir do último ciclo de avaliação de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 198/2004 até a edição da Lei nº 11.357, de 16 de outubro de 2006."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: art. 40, § 8º, da Constituição da República; art. 5º e 6º, parágrafo único da Lei nº 10.404/2002; art. 1º da Lei nº 10.971/2004; Lei nº 11.357/2006; art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE 476.279/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (DJ de 15/06/2007); RE 476.390/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes (Tribunal Pleno).

SÚMULA Nº 44, DE 14 DE SETEMBRO DE 2009
Publicada no DOU, Seção 1, de 15/09; 16/09 e 17/09/2009.

(*) Alterada pela Súmula nº 65, de 05 de julho de 2012.

SÚMULA Nº 45, DE 14 DE SETEMBRO DE 2009
Publicada no DOU, Seção 1, de 15/09; 16/09 e 17/09/2009.

"Os benefícios inerentes à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência devem ser estendidos ao portador de visão monocular, que possui direito de concorrer, em concurso público, à vaga reservada aos deficientes."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988; Art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/90; Lei nº 7.853/89; Art. 4º inciso III, do Decreto nº 3.298/99, com a redação dada pelo 5.296/2004.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: ROMS nº 26.071-1/DF, relator Ministro Ayres Britto (Primeira Turma); Superior Tribunal de Justiça: RMS nº 19.257-DF, relator Ministro Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); AgRg no Mandado de Segurança nº 20.190-DF, relator Ministro Hamilton Carvalhido (Sexta Turma); Súmula nº 377, de 22/04/2009, DJe, de 05/05/2009 (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 46, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009
Publicada no DOU, Seção 1, de 24/09; 25/09 e 28/09/2009.

"Será liberada da restrição decorrente da inscrição do município no SIAFI ou CADIN a prefeitura administrada pelo prefeito que sucedeu o administrador faltoso, quando tomadas todas as providências objetivando o ressarcimento ao erário."

Legislação Pertinente: Art. 5º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa nº 01/1997.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgReg no RESP nº 756.480-DF, relator Ministro Luiz Fux, AgRg no AI nº 1.123.467-DF, relatora Ministra Denise Arruda; RESP nº 1.054.824-MT, Relator Ministro Teori Albino Zavascki (Primeira Turma); REsp's nº 870.733-DF e nº 1079.745-DF, Relatora Ministra Eliana Calmon; AgRg no AI nº 1.065.778-AM, Relator Ministro Herman Benjamin (Segunda Turma); MS nº 11.496-DF, relator Ministro Luiz Fux (Primeira Seção).

SÚMULA Nº 47, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009
Publicada no DOU, Seção 1, de 24/09; 25/09 e 28/09/2009.

"Os militares beneficiados com reajustes menores que o percentual de 28,86%, concedido pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, têm direito ao recebimento da respectiva diferença, observada a limitação temporal decorrente da MP nº 2.131/2000, bem assim as matérias processuais referidas no § 3º do art. 6º do Ato Regimental nº 1/2008."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 8.622, de 19.01.1993; Lei 8.627, de 19.02.1993; MP nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AgRgRE 398.778-0/BA, Rel. Ministro Sydney Sanches (Primeira Turma), AgRgRE 444.505-1/RJ, Rel. Ministro Carlos Velloso, AgRgRE 291.701-0/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça: REsp's nºs 839.278/PR, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, 940.141/RS, Rel. Min. Jorge Mussi, 967.421/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); REsp' 835.761/RS e REsp 990.284, Rel. Maria Thereza de Assis Moura, AgRgREsp 905.135/RS, Rel. Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado TRF 1ª Região), AgRgAI 706.118/SC, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma).

SÚMULA Nº 48, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009 (*)
(*) Alterada pela Súmula nº 56, publicada no DOU, Seção 1, de 08/07; 11/07 e 12/07/2011.

SÚMULA Nº 49, DE 20 DE ABRIL DE 2010
Publicada no DOU Seção 1, de 20/04/2010.

"A regra de transição que estabelece o percentual de 80% do valor máximo da GDPGTAS, a ser pago aos servidores ativos, deve ser estendida aos servidores inativos e pensionistas, até a regulamentação da mencionada gratificação."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: EC nº 41/2003, art. 7º; Lei nº 11.357/2006, art. 7º, § 7º.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: MS 12.215 / DF, Relator Ministro Felix Fischer (Terceira Seção). Supremo Tribunal Federal: Ag Reg no AI 715.549, Relatora Ministra Cármen Lúcia (Primeira Turma); Ag Reg no RE 585.230 / PE, Relator Ministro Celso de Mello, Ag Reg no RE 591.303/ SE, Relator Ministro Eros Grau (Segunda Turma).

SÚMULA Nº 50, DE 13 DE AGOSTO DE 2010
Publicada no DOU Seção 1, de 16/08, 17/08 e 18/08/2010.

"Não se atribui ao agente marítimo a responsabilidade por infrações sanitárias ou administrativas praticadas no interior das embarcações."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 6º e art. 8º, § 8º, ambos da Lei nº 9.782/99; Resolução RDC nº 17, de 21 de novembro de 2001; arts. 3º e 10, inciso XXIII, da Lei nº 6.437/77.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp nº 719.446/RS, Relatora Ministra Denise Arruda; AgRg no REsp nº 1.042.703/ES, Relator Ministro Benedito Gonçalves; REsp nº 826.637/RS, Relator Ministro Francisco Falcão; AgRg no AI nº 1.039.595, Relatora Ministra Denise Arruda (Primeira Turma); REsp nº 665.950/PE, Relator Ministro Franciulli Netto; REsp nº 731.226/PE, Relatora Ministra Eliana Calmon; AgRg no REsp nº 1.058.368/RS, Relator Ministro Castro Meira; AgRg no REsp nº 981.545/SP, Relator Ministro Herman Benjamin; AgRg no REsp nº 1.165.103/PR, Relator Ministro Castro Meira (Segunda Turma).

SÚMULA Nº 51, DE 26 DE AGOSTO DE 2010
Publicada no DOU Seção 1, de 27/08, 30/08 e 31/08/2010.

"A falta de prévia designação da (o) companheira (o) como beneficiária (o) da pensão vitalícia de que trata o art. 217, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não impede a concessão desse benefício, se a união estável restar devidamente comprovada por meios idôneos de prova."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Constituição Federal art. 226, § 3º; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 217, inciso I, alínea "c".

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 176.405/RS e 397.134/RN, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca; REsp's nºs 240.209/PE e 236.980/RN, Relator Ministro Edson Vidigal; REsp's 396.853/RS, 413.956/SC e 443.055/PE, Relator Ministro

Felix Fischer (Quinta Turma); REsp's 254.673/RN e 311.826/PE, Relator Ministro Vicente Leal; AgRg no REsp 1.041.302/RS, Relator Ministro Og Fernandes (Sexta Turma); MS 8.153/DF, Relator Ministro Felix Fischer (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 52, DE 3 DE SETEMBRO DE 2010
Publicada no DOU Seção 1, de 09/09, 10/09 e 13/09/2010.

"É cabível a utilização de embargos de terceiros fundados na posse decorrente do compromisso de compra e venda, mesmo que desprovido de registros."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Artigo 167, item 25, artigo 169 e artigo 172 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), artigo 1.245, § 1º do Código Civil em vigor, artigo 530, I do Código Civil de 1.916 e artigo 267, Vl, artigo 593, 11 e artigo 1.046 do Código de Processo Civil de 1.973.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 848.070/GO e REsp 638.664/PR, Rel. Ministro Luiz Fux; REsp 35.815/SP, Rel. Ministro Garcia Vieira (Primeira Turma); REsp 775.425/PB, Rel. Ministro Castro Meira (Segunda Turma). Supremo Tribunal Federal: RE 119937/SP, Rel. Min. Sydney Sanches, (Primeira Turma).

SÚMULA Nº 53, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010
Publicada no DOU Seção 1, de 11/11/2010.

"O acordo ou a transação realizada entre o servidor e o Poder Público sobre o percentual de 28,86%, sem a participação do advogado do autor, não afasta o direito aos honorários advocatícios na ação judicial."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, arts. 23 e 24, § 4º e Lei 8.622/93.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRgEDcl no REsp 850313/PA, Relator Ministro Arnaldo Esteves de Lima, AgRg no Ag 814736/MG, Relatora Ministra Laurita Vaz, AgRg no REsp 797108/DF, Relator Ministro Felix Fischer (Quinta Turma); AgRg no REsp 1121368/RS, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura; AgRg no REsp 826078/RS Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, AgRg no Ag 908407/DF, Relator Ministro Og Fernandes; AgRg no REsp 477002/PR, Relator Ministro Paulo Gallotti, AgRg no REsp 837072/MG, Relator Ministro Carlos Fernando Mathias (juiz convocado do TRF 1ª Região), AgRg no Ag 584458/MG, Relator o Ministro Nilson Naves (Sexta Turma); EREsp 542166/SC, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura (Terceira Seção);

SÚMULA Nº 54, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010
Publicada no DOU Seção 1, de 11/11/2010.

"A indenização de campo, criada pelo artigo 16 da Lei nº 8.216/91, deve ser reajustada na mesma data e no mesmo percentual de revisão dos valores das diárias, de modo que corresponda sempre ao percentual de 46,87% das diárias."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 8.270/91, art. 15; Lei nº 8.216/191, art. 16.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - REsp 690309/PB e Decl. no REsp 603.010/PB, Rel. Ministro Gilson Dipp Resp. 844780/PB, Rel. Min. Felix Fischer; Ag. 1241346/GO, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; Ag. 1237360/BA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho; Ag. 1214830/BA, Rel. Min. Laurita Vaz; Ag. 1241323/BA, Rel. Min. Jorge Mussi; (Quinta Turma); REsp. 726962/RN, Rel. Min. Nilson Naves; Ag. 1242401/PA, Rel. Min. Og Fernandes; AI 887307/BA, Rel. Min. Paulo Gallotti; Ag.1241555/AP, Rel. Min. Haroldo Rodrigues (Desembargador Convocado) (Sexta Turma); AgRg na Pet 7.148/GO, Rel. Ministro Arnaldo Esteves de Lima (Terceira Seção); Supremo Tribunal Federal - AI 715139 AgR/ES, Rel. Min. Cármen Lúcia; AI 722306 AgR/ES, Rel. Min. Ricardo Lewandowski (Primeira Turma); AI 743681 RG/BA, Rel. Min. Cezar Peluso (Plenário virtual).

SÚMULA Nº 55, DE 29 DE JUNHO DE 2011.
Publicada no DOU Seção 1, de 1/07/, 04/07 e 05/07/2011.

"A não observância do prazo estabelecido na Instrução Normativa n. 06/2002 para o recadastramento do criador amadorista de passeriforme não inviabilizará a efetivação do ato pelo IBAMA, desde que preenchidos os demais requisitos legais."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 225, § 1º, inciso VII, da CF/1988; Artigo 6º, inciso IV, da Lei 6.938/81; Arts. 7º, 8º, "b", 9º, 10, "j", da Lei 5.197/67; Portaria nº 57/96 do IBAMA; Arts. 1º, § 1º, 2º, §§ 1º e 2º, 3º, 5º e 16 da IN-IBAMA nº 06/2002.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AgReg no RE 573.384-0/MG, Relator Ministro Ricardo Lewandowski (Primeira Turma); RE 529.849 / MG, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE 559.956 / MG, Rel. Min. Ayres Britto. Superior Tribunal de Justiça: REsp's 890.033-MG e 965.644-MG, Rel. Min. Denise Arruda (Primeira Turma); REsp. 972.979-MG, Rel. Ministro Humberto Martins; REsp. 860.615-DF, Rel. Min. Eliana Calmon; AgRg no AI nº 1.020.022-MG, Relator Ministro Herman Benjamin. (Segunda Turma)

SÚMULA Nº 56, DE 7 DE JULHO DE 2011
Publicada no DOU Seção 1, de 08/07, 11/07 e 12/07/2011.

Alterar a Súmula nº 48, da Advocacia-Geral da União, publicada nos dias 09, 14 e 15 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para fins de concessão do reajuste de 28,86%, a incidência da correção monetária é devida a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento administrativo de cada parcela, previsto na MP 2.169/2001, ou judicial, nos termos do art. 1º da Lei 6.899/81, observado o disposto no artigo 6º e §§ do Ato Regimental nº 1/2008- AGU c/c os artigos 1º e 6º do Decreto nº 20.910/32."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 6.899/81; Lei nº 8.622/93; Lei nº 8.627/93; MP 2.131/2000; MP 2.169-43/2001; Decreto nº 20.910/32.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - REsp 967.421/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, REsp. 508.093/RS, Rel. Min. Laurita Vaz (Quinta Turma); AgRg no AI nº 395.462/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves; AgR-Ag 756.888/RS, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias, REsp 835.761/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Sexta Turma); REsp 990.284/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 57, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011
Publicada no DOU Seção 1, de 09/12, 12/12 e 13/12/2011.

"São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 9.494/97, art. 1º-D; Medida Provisória nº 2.180-35/2001; CPC, art. 20, § 4º, art. 730; CF, art. 97 e art.100.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - AgRg no REsp 1232068/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho (Primeira Turma); REsp 1242580/RS, Rel. Ministro Castro Meira (Segunda Turma); AgRg no REsp 1117028/RS, Rel. Ministro Gilson Dipp (Quinta Turma); AgRg no REsp 693525/SC, Rel. Ministro Paulo Galotti; REsp. 654312/RS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; AgRg no REsp 720033/RS, Rel. Ministro Paulo Medina (Sexta Turma); EREsp. 653270/RS, Rel. Min. José Delgado; EREsp. 691563/RS, Rel. Min. Ari Pargendler; EREsp. 721810/RS, Rel. Min. José Delgado (Corte Especial). Supremo Tribunal Federal - RE 599.903/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia (Tribunal Pleno).

SÚMULA Nº 58, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011
Publicada no DOU Seção 1, de 09/12, 12/12 e 13/12/2011.

"O percentual de 28,86% deve incidir sobre o vencimento básico dos servidores públicos civis ou do soldo, no caso dos militares, bem como sobre as parcelas que não possuam como base de cálculo o próprio vencimento, observada a limitação temporal decorrente da MP nº 2.131/2000 e as disposições da MP 2.169-43/2001, bem assim as matérias processuais referidas no § 3º do art. 6º do Ato Regimental nº 1/2008".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000, Medida Provisória nº 2.169-43, de 24 de agosto de 2001.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - AgRg no RESP nº 1.187.568-DF, Rel. Min. Humberto Martins (Segunda Turma); AgRg no RESP nº 1.023.832-RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima e EmDcl no Recurso Especial nº 957.413-PR, Rel. Min. Laurita Vaz (Quinta Turma); AgRg no RESP nº 959.248-RS, Rel. Min. Nilson Naves (Sexta Turma); RESP nº 990.284-RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 59, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011
Publicada no DOU Seção 1, de 09/12, 12/12 e 13/12/2011.

"O prazo prescricional para propositura da ação executiva contra a Fazenda Pública é o mesmo da ação de conhecimento".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: CTN, art. 168 e art. 169; Decreto nº 20.910/32, art. 1º, art. 4º e art. 9º.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Primeira Turma: AgRg no Ag 1361333/PI, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido; Segunda Turma: AgRg no Ag 1330239/RS, Rel. Ministro Hermann Benjamin; e Terceira Seção: AgRg nos EmbExeMS 4565/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Supremo Tribunal Federal - Primeira Turma: RE 632535 AgR/PE, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ de3 16.05.2011; Segunda Turma: RE 131140/SP, Rel. Min. Carlos Velloso; e Plenário: ACO 408 Embargos à Execução-AgR/SP, Rel. Min. Marco Aurélio.

SÚMULA Nº 60, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011
Publicada no DOU Seção 1, de 09/12/, 12/12 e 13/12/2011.

"Não há incidência de contribuição previdenciária sobre o vale transporte pago em pecúnia, considerando o caráter indenizatório da verba".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: CF, artigos 5º, II, 7º, IV, XXVI, 150, I, 195, I, "a", 201, § 11; Lei nº 7.418/85, artigo 2º; Lei nº 8.212/91, artigo 28, I e 9º, "f"; Decreto nº 95.247/87, artigos 5º e 6º; Decreto nº 3.048/99, artigo 214, § 10.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho - TST-AIRR-234140-44.2004.5.01.0241, Rel. Min. Vieira de Mello Filho (Primeira Turma); TST-RR-95840-79.2007.5.03.0035, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva (Segunda Turma); TST-AIRR-76040-07.2006.5.15.0087, Rel. Min. Alberto Luiz Bersciani de Fontan Pereira (Terceira Turma); TST-RR-89300-12.2006.5.15.0004, Rel. Min. Maria de Assis Calsing (Quarta Turma); AIRR- 35340-21.2008.5.03.0097, Rel. Min. João Batista Brito Pereira (Quinta Turma); TST-RR-1610063.2006.5.15.0006, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho (Sexta Turma); TST-RR131200-26.2004.5.15.0042, Rel. Min. Pedro Paulo Manus (Sétima Turma); TST-RR-430057.2008.5.04.0561, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula; e SESBDI-1: TST-E-RR1302/2003-383-02-00.7, Rel. Min. Vieira de Mello Filho (Oitava Turma). Superior Tribunal de Justiça - REsp 1180562/RJ, Rel. Ministro Castro Meira (Segunda Turma); EREsp 816.829/RJ, Rel. Ministro Castro Meira, (Primeira Seção). Supremo Tribunal Federal - RE 478410/SP, Rel. Min. Eros Grau (Tribunal Pleno).

SÚMULA Nº 61, DE 30 DE MARÇO DE 2012
Publicada no DOU Seção 1, de 04/04, 05/04 e 09/04/2012.

"É cabível a inclusão de expurgos inflacionários, antes da homologação da conta, nos cálculos, para fins de execução da sentença, quando não fixados os índices de correção monetária no processo de conhecimento".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: art. 1.062 do Código Civil de 1916; art. 167, parágrafo único, do Código Tributário Nacional; art. 3º do Decreto-lei nº 2.322/87, 1º-F da Lei nº 9494/97, e a Lei 9.250/95.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - REsp 962973 / PR, Relator Ministro Teori Albino Zzavascki, DJ 04/10/2007 (Primeira Turma); AgRg no Ag 415430 / DF, Relator Ministro Edson Vidigal, DJ 22/04/2002, (Quinta Turma); REsp 475173 / RJ, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 10/05/2004, (Sexta Turma); AgRg no EREsp 440.727-MG, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 08/02/2010; AgRg nos EREsp 438.303-MG, Relator Ministro Arnaldo Esteves de Lima, DJ de 22/10/2007; AgRg nos EREsp 566.665-AL, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ de 04/04/2005; AgRg nos EREsp 365.468-DF, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 13/12/2004; EAg 538602, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, DJ de 27/09/2004; AgRg nos EAg 517.111/DF, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 09/09/2004 (Corte Especial.)

SÚMULA Nº 62, DE 26 DE ABRIL DE 2012
Publicada no DOU Seção 1, de 27/04, 30/04 e 02/05/2012.

"Não havendo no processo relativo à multa de trânsito a notificação do infrator da norma, para lhe facultar, no prazo de trinta dias, o exercício do contraditório e da ampla defesa, opera-se a decadência do direito de punir para os órgãos da União, impossibilitado o reinício do procedimento administrativo".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), artigos 280 a 282; e Resolução nº 149, de 19 de setembro de 2003, do Conselho Nacional de Trânsito.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção: Emb. Div. no Recurso Especial 660.447-RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJ de 29/09/2010; Emb. Div. no Recurso Especial 711.965-RS, relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 16/04/2007; Emb. Div. no Recurso Especial 803.487-RS, relator Ministro José Delgado, DJ de 06/11/2006; Emb. Div. no Recurso Especial 856.086-RS, relator Ministro José Delgado, DJe de 03/03/2008; Recurso Especial 1.092.154-RS, relator Ministro Castro Meira, DJe de 31/08/2009; Primeira Turma: Recurso Especial 911.359-RS, relator Ministro Francisco Falcão, DJ de 26/04/2007; Recurso Especial 964.105-RS, relator Ministro José Delgado, DJ de 20/09/2007; AgRg no Recurso Especial 1.009.322-RS, relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 28/05/2008; AgRg no Agravo de Instrumento 1.239.193-SP, relator Ministro Luiz Fux, DJe de 17/10/2010; Segunda Turma: Recurso Especial 910.798-RS, relatora Ministra Eliana Calmon, DJe de 19/08/2008; Recurso Especial 938.694-RS, relator Ministro Herman Benjamin, DJ de 19/10/2007; Recurso Especial 947.223-RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 08/02/2011; AgRg no Recurso Especial 952.122-RS, relator Ministro Humberto Martins, DJ de 30/10/2007; Recurso Especial 1.054.470-RS, relator Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz convocado do TRF 1ª Região), DJe de 05/08/2008; Recurso Especial 1.057.303-RS, relatora Ministra Eliana Calmon, DJe de 18/08/2008; Recurso Especial 1.283.366-RS, relator Ministro Castro Meira, DJe de 10/11/2011.

SÚMULA Nº 63, DE 14 DE MAIO DE 2012
Publicada no DOU Seção 1, de 16/05, 17/05 e 18/05/2012.

"A Administração deve observar o devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório para proceder ao desconto em folha de pagamento de servidor público, para fins de ressarcimento ao erário".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e Artigo 46, da Lei 8.112/1990 e suas alterações.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - Tribunal Pleno: MS 24182 / DF, Relator Min. MAURÍCIO CORRÊA, DJ 03-09-2004 PP-00009; Primeira Turma: MS 27851 / DF, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Relator p/ Acórdão Min. LUIZ FUX, DJe-222 DIVULG 22-11-2011 PUBLIC 23-11-2011; RE 613367 AgR / RJ, Relatora Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe-174 DIVULG 09-09-2011 PUBLIC 12-09-2011; AI 794.759 AgR / SC, Relator Min. LUIZ FUX, DJe-088 DIVULG 11-05-2011 PUBLIC 12-05-2011. Superior Tribunal de Justiça - Primeira Turma: AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.995 - CE, RELATOR MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO, DJe de 18/04/2011; Segunda Turma: AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.423.791 - DF, RELATOR MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA, DJe de 29/02/2012; RECURSO ESPECIAL Nº 1.239.362 - SC, RELATOR MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 15/04/2011; AgRg no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.300.827 - RR, RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 29/11/2010 Quinta Turma: AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.116.448 - RJ, RELATOR MINIS TRO ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), DJe de 12/09/2011; AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.116.855 - RJ, RELATOR MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe de 02/08/2010; AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 979.050, RELATOR MINISTRO JORGE MUSSI, DJe de 06/10/2008; Sexta Turma: AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 802.252 - RS, RELATOR MINISTRO CELSO LIMONGI, DJe de 23/08/2010.

SÚMULA Nº 64, DE 14 DE MAIO DE 2012
Publicada no DOU Seção 1, de 16/05, 17/05 e 18/05/2012.

"As contribuições sociais destinadas às entidades de serviço social e formação profissional não são executadas pela Justiça do Trabalho".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Constituição Federal arts. 114, inciso VIII, 195 incisos I, alínea "a" e II, e 240. Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho - E-RR - 134300-50.1998.5.15.0025, Relator Ministro: Lélio Bentes Corrêa, DEJT 21/10/2011, (SubSeção 1 Especializada em Dissídios Individuais); RR - 14800-50.2009.5.09.0096, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, DEJT 09/03/2012 (1ª Turma); (RR - 1000-90.2007.5.08.0115, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 16/03/2012, RR - 146800-66.2006.5.09.0242, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 23/03/2012 (2ª Turma); RR - 6470050.2007.5.13.0002, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, DEJT: 04.11.2011 (3ª Turma); RR - 1061-54.2010.5.06.0000, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, DEJT 09/03/2012, (7ª Turma); RR - 7300-69.2008.5.13.0026, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 23/03/2012, (8ª Turma).

SÚMULA Nº 65, DE 5 DE JULHO DE 2012
Publicada no DOU Seção 1, de 06/07, 09/07 e 10/07/2012.

Alterar a Súmula nº 44, da Advocacia-Geral da União, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria, a lesão incapacitante e a concessão da aposentadoria devem ser anteriores as alterações inseridas no art. 86 § 2º, da Lei 8.213/91, pela Medida Provisória nº 1.596-14, convertida na Lei nº 9.528/97".

REFERÊNCIAS:

Legislação: CF/88, Art. 5º, XXXVI; Lei nº 8.213/91, Art. 86, § 2º; alterado pela MP nº 1.59614/97, convertida na Lei nº 9.528/97, e Decreto nº 3.048/99, art. 167.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - AI 490365-AgR/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, AI 439136-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso (Primeira Turma); RE 440818-AgR/SP, Rel. Min. Eros Grau, AI 471265-AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça - EREsp. 431249/SP, Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG), EREsp. 481921/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, EREsp. 406969/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, EREsp. 578378, Rel. Min. Laurita Vaz (Terceira Seção); REsp 1244257, Rel. Min. Humberto Martins (Segunda Turma); AgRREsp. 753119/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, AgR-REsp. 599396/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, AgRg no REsp nº 979.667/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); e EDcl-REsp. 590428/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, (Sexta Turma).

(*) RETIFICAÇÃO

Na SÚMULA Nº 44, de 5 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial, de 6 de julho de 2012, Seção 1, pág. 1, onde se lê: "...SÚMULA Nº 44 ...", leia-se: "... SÚMULA 65, de 5 de julho de 2012.

SÚMULA Nº 66, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012
Publicada no DOU Seção 1, de 04/12, 05/12 e 06/12/2012.

(*) Alterada pela Súmula nº 73, de 18 de dezembro de 2013.

SÚMULA Nº 67, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012
Publicada no DOU Seção 1, de 04/12, 05/12 e 06/12/2012.

"Na Reclamação Trabalhista, até o trânsito em julgado, as partes são livres para discriminar a natureza das verbas objeto do acordo judicial para efeito do cálculo da contribuição previdenciária, mesmo que tais valores não correspondam aos pedidos ou à proporção das verbas salariais constantes da petição inicial".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 43, § 1º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e art. 475N, do Código de Processo Civil.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho - E-RR - 3021/2003-005-12-00, Relator Ministro Carlos Alberto Reis de Paulo, DEJT de 07/11/2008; E-RR- 24610072.2004.5.02.0013, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT de 21/05/2010 (SubSeção 1 Especializada em Dissídios Individuais); RR - 946/2003-003-22-00, Relator Ministro Lélio Bentes Corrêa, DEJT de 29/05/2009 (1ª Turma); RR - 880/1997-24401-00, Relator Ministro Vantuil Abdalla, DEJT de 07/08/2009 (2ª Turma); RR - 1043/2006451-01-00, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 14/08/2009 (3ª Turma); RR - 3355/2002-241-01-00, Relator Ministro Barros Levenhagen, DEJT de 14/08/2009 (4ª Turma); AIRR - 687/2005-01-04-40, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 13/02/2009 (5ª Turma); RR - 766/2004-451-01-00, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT de 22/05/2009 e RR 1460/1994-023-02-40, Relator Ministro Maurício Godinho Delgado, DEJT de 16/10/2009 (6ª Turma); RR - 819/2008-002-18-00, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT de 13/11/2009 e RR - 1496/2005-332-02-00, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT de 13/11/2009 (8ª Turma).

SÚMULA Nº 68, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013
Publicada no DOU Seção 1, de 06/02,07/02 e 08/02/2013.

"Nos contratos de prestação de serviços médico-hospitalares no âmbito do SUS, o fator para conversão de cruzeiros reais em reais, a partir de 1º de julho de 1994, deve ser de Cr$ 2.750,00, como determinado pelo art. 1º, § 3º, da MP 542/95, convertida na Lei nº 9.069/95, combinado com o Comunicado nº 4.000, de 29.06.94, do BACEN, obedecida a prescrição das parcelas relativas ao quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, bem como a limitação da condenação até outubro de 1999".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 1º, § 3º da MP nº 542/95 convertida na Lei nº 9.069/95, Art. 23; Lei nº 8.880/94, art. 15; Comunicado nº 4.000/94 do BACEN.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Primeira Turma: Resp. 730433/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, DJ de 04.02.09; AgRg no Resp. 1057025/CE, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 02.10.08; AgRg no Resp. 527013/RS, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 13.03.06; Segunda Turma: AgRg no Ag 843030/SC, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 21.10.08; Resp. 530661/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 26.02.07; Primeira Seção: MS 8.501/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 27.09.04; dentre muitos outros. Supremo Tribunal Federal - 1ª Turma: AI 656062 AgR/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ de 13.03.09; no mesmo sentido, em decisões monocráticas: AI 778739/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 22.06.10; AI 714025/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 29.06.10; RE 479431/PR, Rel. Min. Dias Toffoli, DJ de 21.06.10; AI 608652/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ de 26.05.10; dentre muitos outros; Plenário - RE 602324 RG/SC, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 18.12.09.

SÚMULA Nº 69, DE 5 DE JUNHO DE 2013
Publicada no DOU Seção 1, de 17/06,18/06 e 19/06/2013.

"A partir da edição da Lei n. 9.783/99, não é devida pelo servidor público federal a contribuição previdenciária sobre parcela recebida a título de cargo em comissão ou função de confiança".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Constituição Federal: art. 150 incisos I e IV, art. 145 § 1º; Lei 9.783/1999, artigos 1º e 2º.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - EDcl no REsp nº 961.274/RS, Relator Ministro Luiz Fux (Primeira Turma); AgRg no Ag 1.394.751/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, DJ de 10/06/2011; AgRg no AI nº 1.087.634/RJ, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 30/09/2010 (Segunda Turma); EREsp nº 549.985/PR, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 16/05/2005; EREsp 524.711/DF, Relator Ministro Herman Benjamin, DJ de 01/10/2007 (Primeira Seção). Supremo Tribunal Federal - ADI-MC 2010, Relator Ministro Celso de Mello, DJ 11/10/1999 (Tribunal Pleno).

SÚMULA Nº 70, DE 14 DE JUNHO DE 2013
Publicada no DOU Seção 1, de 17/06,18/06 e 19/06/2013.

"Os embargos do devedor constituem-se em verdadeira ação de conhecimento, autônomos à ação de execução, motivo pelo qual é cabível a fixação de honorários advocatícios nas duas ações, desde que a soma das condenações não ultrapasse o limite máximo de 20% estabelecido pelo art. 20, § 3º, do CPC".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Código de Processo Civil art. 20, § 3º.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - AgRg no EREsp 1.275.496-RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 28/05/2010 (Corte Especial); AgRg nos EREsp 1.268.627-RS, Relator Ministro Benedito Gonçalves, DJe de 09/02/2012; AgRg nos REsp 1.220.571-SC, Relator Ministro Benedito Gonçalves, DJE de 11/10/2011 (Primeira Turma); AgRg no Ag 1.424.446-DF, Relator Ministro Humberto Martins, DJ de 27/10/2011; AgRg no REsp 960.281/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 15/05/2009 (Segunda Turma); AgRg no REsp 1.123.359-RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 04/10/2011, AgRg no REsp 1.117.028-RS, Relator Ministro Gilson Dipp, DJe de 01/02/2011 (Quinta Turma); AgRg no AI 1.226.312-PR, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 22/06/2011, AgRg no REsp 1.100.674/RS, Relator Ministro Og Fernandes, DJe de 19/04/2011 (Sexta Turma).

SÚMULA Nº 71, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013
Publicada no DOU Seção 1, de 10/09,11/09 e 12/09/2013.

(*) Cancelada pela Súmula de nº 72, de 26 de setembro de 2013.

SÚMULA Nº 72, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013
Publicada no DOU Seção 1, de 27/09,30/09 e 01/10/2013.

CANCELAR a Súmula nº 71, da Advocacia-Geral da União, publicada no DOU, Seção 1, de 10/09; 11/09 e 12/09/2013, restabelecendo os efeitos da Súmula nº 34 com a seguinte redação: "Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 6.899/81; Lei nº 8.622/93; Lei nº 8.627/93; MP 2.131/2000; MP 2.169-43/2001; Decreto nº 20.910/32.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Resp. nº 643.709/PR e AgRg no REsp nº 711.995, Rel. Min. Felix Fischer; REsp. nº 488.905/RS, Rel. Min. José Arnaldo; AgRg no REsp nº 679.479/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); RMS nº 18.121/RS, Rel. Min. Paulo Medina; REsp nº 725.118/RJ e AgRg no REsp. nº 597.827/PR Rel. Min. Paulo Gallotti; REsp nº 651.081/RJ, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa (Sexta Turma); MS nº 10.740/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Terceira Seção).

SÚMULA Nº 73, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
Publicada no DOU Seção 1, de 19/12, 20/12 e 23/12/2013.

Alterar a Súmula nº 66, da AGU, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Nas ações judiciais movidas por servidor público federal contra a União, as autarquias e as fundações públicas federais, o cálculo dos honorários de sucumbência deve levar em consideração o valor total da condenação, conforme fixado no título executado, sem exclusão dos valores pagos na via administrativa."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 24, § 4º da Lei nº 8.906/94.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - AgRg no REsp 1.250.945-RS, Relator Min. Benedito Gonçalves, DJe de 01/07/2011 (Primeira Turma); AgRgAg no REsp 31.791-RS, Relator Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 26/09/2011; AgRg nos AI 1.093.583-RS, Relator Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 24/09/2009; AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1.241.913-RS, Relator Min. Humberto Martins, DJe de 04/11/2011 (Segunda Turma); AgRgAg no REsp 1.097.033-RS, Relatora Min. Laurita Vaz, DJe de 01/08/2011, AgRg no REsp 1.179.907-RS, Relator Min. Napoleão Nunes Maia Filho; AgRg no REsp 1.173.974-RS, Relator Min. Gilson Dipp, DJe de 09/03-2011 e AgRg no REsp 1.169.978-RS, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 14/06/2010 (Quinta Turma); AgRg no REsp 998.673-RS, Relator Min. Celso Limongi, Dje de 03/08/2009 (Sexta Turma). Supremo Tribunal Federal - ADI 2527 MC/DF, Relatora Min. Ellen Gracie, DJ de 23/11/2007, (Tribunal Pleno).

SÚMULA Nº 74, DE 31 DE MARÇO DE 2014
Publicada no DOU Seção 1, de 03/04, 04/04 e 07/04/2014.

"Na Reclamação Trabalhista, quando o acordo for celebrado e homologado após o trânsito em julgado, a contribuição previdenciária incidirá sobre o valor do ajuste, respeitada a proporcionalidade das parcelas de natureza salarial e indenizatória deferidas na decisão condenatória".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Consolidação das Leis do Trabalho art. 832, § 6º.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho - OJ nº 376 da SubSeção 1 Especializada em Dissídios Individuais; TST-AIRR-27100-56.2002.5.02.0202 - 2ª Turma; TST-RR-25500026.2007.5.02.0082 - 3ª Turma; TST-AIRR-34900-44.2002.5.02.0006 - 4ª Turma; TSTAIRR117800-53.1998.5.02.0482 - 5ª Turma; TST-RR-10400-75.2008.5.17.008 - 7ª Turma; TSTRR-251100-49.2004.5.02.0079 - 8ª Turma.

SÚMULA Nº 75, DE 2 DE ABRIL DE 2014
Publicada no DOU de 03/04, 04/04 e 07/04/2014.

"Para a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria, a consolidação das lesões decorrentes de acidentes de qualquer natureza, que resulte sequelas definitivas, nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/91, e a concessão da aposentadoria devem ser anteriores às alterações inseridas no art. 86, § 2º da Lei nº 8.213/91, pela Medida Provisória nº 1.596-14, convertida na Lei nº 9.528/97".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: CF/88, Art. 5º, XXXVI; Lei nº 8.213/91, Art. 86, § 2º; alterado pela MP nº 1.596-14/97, convertida na Lei nº 9.528/97, e Decreto nº 3.048/99, art. 167.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - AI 490365-AgR/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, AI 439136-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso (Primeira Turma); RE 440818-AgR/SP, Rel. Min. Eros Grau, AI 471265-AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie (Segunda Turma). Superior Tribunal de Justiça - EREsp. 431249/SP, Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG), EREsp. 481921/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, EREsp. 406969/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, EREsp. 578378, Rel. Min. Laurita Vaz (Terceira Seção); REsp 1244257, Rel. Min. Humberto Martins (Segunda Turma); AgRREsp. 753119/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, AgR-REsp. 599396/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, AgRg no REsp nº 979.667/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); e EDcl-REsp. 590428/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, (Sexta Turma).

SÚMULA Nº 76, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014
Publicada no DOU de 08/12, 09/12 e 10/12/2014.

"O reajuste de 28,86%, extensivo aos militares, incide sobre a parcela denominada complementação do salário mínimo, instituída pelo artigo 73 da Lei nº 8.237/1991".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: artigos 73 da Lei nº 8.237/1991 e 32 do Decreto nº 722/1993.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - AgRg no AREsp 220.786/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 23/04/2013, DJe de 07/05/2013; AgRg no AgRg no REsp 1.081.590/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 18/12/2012, DJe de 1º/02/2013; AgRg no REsp 1.145.285/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Sexta Turma, julgado em 09/04/2013, DJe de 26/04/2013; AgRg no REsp 1.212.720/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 23/08/2011, DJe de 26/08/2011; REsp 1.222.904/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 24/04/2014, DJe de 20/05/2014; AgRg no REsp 1.223.118/PR, Primeira Turma, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 1º/03/2011, DJe de 18/03/2011; AgRg no REsp 1.236.117/SC, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 07/06/2011, DJe de 13/06/2011; AgRg no REsp 1.236.134/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 24/04/2012, DJe de 02/05/2012; AgRg no REsp 1.237.688/PR, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, julgado em 05/04/2011, DJe de 13/04/2011; AgRg no REsp 1.248.734/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 16/06/2011, DJe de 24/06/2011; AgRg no Ag 1.255.289/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 30/06/2011; AgRg no REsp 1.338.181/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 04/10/2012, DJe de 19/12/2012; REsp 1.404.897/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 24/09/2013, DJe de 1º/10/2013. Supremo Tribunal Federal - AgRg no AI 707.142, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 19/02/2009; AI 719.795, Rel. Ministro Dias Toffoli, DJe de 11/03/2011; AI 743.899, Rel. Ministro Joaquim Barbosa, DJe de 02/04/2012.

SÚMULA Nº 77, DE 21 DE JANEIRO DE 2015
Publicada no DOU de 22/01, 23/01 e 26/01/2015.

"No período compreendido entre 1º/3/2002 e 25/06/2002, a remuneração dos integrantes da carreira de Procurador da Fazenda Nacional era composta de: I - vencimento básico, fixado nos termos do art. 3º da Medida Provisória nº 43, de 24 de julho de 2002, convertida na Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002; II - pró-labore, devido em valor fixo; III - representação mensal, incidente sobre o novo vencimento básico, nos percentuais previstos no Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987; e IV - gratificação temporária, conforme a Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987; Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995; Medida Provisória nº 43, de 24 de julho de 2002 e Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Terceira Seção: AR 4.032, Rel. Min. Sabastião Reis Júnior, DJe de 24/04/2014; EREsp 1.035.675, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 18/03/2014; Primeira Turma: AgRg no REsp 1.216.093, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 15/03/2011; AgRg no REsp 1.188.744, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 19/03/2014; Segunda Turma: Medida Cautelar nº 18.368, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17/11/2011; AgRg no REsp 1.250.919, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 08/11/2011; Quinta Turma: AgRg no REsp 1.137.145, Rel. Min. Gilson Dipp, DJe de 22/11/2010; AgRg no REsp 1.105.054, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 09111/2009; REsp 963.680, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de Ol11212008; Sexta Turma: AgRg nos EDcl no REsp 812.409, Rel. Min. Celso Limongi, Dle de 02/08/2010; AgRg no REsp 1.137.059, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 21/11/2011; AgRg no Ag em REsp 70.971, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 05/03/2012; AgRg no REsp 1.074.315, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 25/04/2014. Supremo Tribunal Federal - Primeira Turma: AgR no RE 606.877, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 12/09/2010; ED no AgR no AI 838.819, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 09/11/2012; Segunda Turma: AgR no AI 811.716, Rel. Min. Ellen Gracie, DJe de 07/02/2011.

SÚMULA Nº 78, DE 15 DE MAIO DE 2015
Publicada no DOU de 18/05, 19/05 e 20/05/2015.

"É reconhecido o direito dos docentes da carreira do magistério básico, técnico e tecnológico federal à progressão por titulação, sem a observância do interstício, até o advento do Decreto 7.806, publicado no D.O.U de 18/09/2012; observadas as regras estabelecidas nos artigos 13 e 14 da Lei 11.344/2006, a correlação disposta no Anexo LXIX à Lei nº 11.784/2008 e o limite máximo de progressão à Classe D-III, nível I."
REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Artigo 120 da Lei 11.784/2008, artigo 11 do Decreto 7.806/2012 e Lei 11.344/2006 arts 13 e 14.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - RESP1.343.128-/SE, Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 21/06/2013. Supremo Tribunal Federal - ARE 764.226/R5, Primeira Turma Rel. Min. Luís Roberto Barroso, acórdão de 11/02/2014; ARE 786239/AL, Rel. Min. CARMEN LÚCIA, DJe 06/02/2014; ARE 743536/RS, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 20/08/2013.

SÚMULA Nº 79, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015
Publicada no DOU de 16/11, 17/11 e 18/11/2015.

"O termo inicial do prazo decadencial para impetração de Mandado de Segurança, no qual se discuta regra editalícia que tenha fundamentado eliminação de candidato em concurso público, é a data em que este toma ciência do ato administrativo que determina sua exclusão do certame".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Artigo 23 da Lei 12.016/2009.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - ERESP nº 1.124.254/PI, Corte Especial, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe de 12/08/2014. MS nº 17.433/DF, Re. Min. Arnaldo Esteves, DJe de 05/12/2012. Supremo Tribunal Federal - AgrMS nº 30.620/DF, Segunda Turma Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 27/09/2011; ARE 855147/CE, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 17/12/2014; RE 711.000/RN, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 20/11/2012.

SÚMULA Nº 80, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015
Publicada no DOU de 18/11, 19/11 e 20/11/2015.

"Para concessão de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, a conversão de tempo de serviço/contribuição especial em comum deve observar o fator de conversão vigente à época em que requerido o benefício, devendo ser desconsiderado, para esta finalidade, o fator de conversão vigente à época da prestação da atividade laboral"

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Decreto nº 357, de 7 de dezembro de 1991; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção: REsp 1.310.034, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 19/12/2012; Terceira Seção: REsp 1.151.363, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 05/04/2011; Primeira Turma: AgRg no REsp 1.399.678, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 25/06/2015; AgRg no REsp 1.401.326, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 29/05/2015; Segunda Turma: AgRg no AREsp 704.721, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 17/08/2015; AgRg no AREsp 666.891, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 06/05/2015; Quinta Turma: AgRg nos EDcl no REsp 1.248.476, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 14/05/2015.

SÚMULA Nº 81, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016
Publicada no DOU de 10/02, 11/02 e 12/02/2016.

"Não serão opostos embargos à execução para discutir a compensação do índice 28,86% com reajustes já concedidos aos servidores públicos federais pelas Leis nos 8.622/93 e 8.627/93, por violar a coisa julgada, se o título executivo não prever a possibilidade de compensação, ainda que genérica."

REFERÊNCIAS

Legislação Pertinente: Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993; Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro 1993.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - Primeira Turma: RE 423.082-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 17/12/2004; RE 694.510- AgR, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 15/05/2014; Segunda Turma: AI 448.845-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 25/11/2005. Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção: REsp 1.235.513, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 20/08/2012; Terceira Seção: EREsp 553.379, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 20/11/2006; AgRg nos EREsp 366.455, Rel. Min. Celso Limongi, DJe de 25/04/2011; Quinta Turma: REsp 949.124, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 09/03/2009; AgRg no AgRg nos EDcl no REsp 963.043, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 29/11/2010; Sexta Turma: EDcl no AgRg no REsp 978.716, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJe de 10/08/2009; AgRg no Ag 455.323, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 02/06/2008.

SÚMULA Nº 82, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018
Publicada no DOU, Seção 1, 09/02, 14/02 e 15/02/2018.

"O pensionista de servidor falecido posteriormente à EC nº 41/2003, caso se enquadre na regra de transição prevista no art. 3º da EC nº 47/2005, tem direito à paridade, ou seja, a que sua pensão seja revista na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, mas não tem direito à integralidade, isto é, a que sua pensão corresponda ao valor total dos proventos do servidor falecido".

REFERÊNCIAS

Legislação Pertinente: Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - Plenário: RE nº 603.580, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJE 3.6.2016 (submetido à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos -Tema nº 396).

SÚMULA Nº 83, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018
Publicada no DOU, Seção 1, 31/10, 01/11 e 05/11/2018.

"Servidores inativos e pensionistas do extinto DNER possuem direito aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos no Plano Especial de Cargos do DNIT".

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição Federal art. 40, § 8º; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - RE nº 677.730/RS, Pleno, DJe de 24.10.2014.

SÚMULA Nº 84, DE 23 DE JANEIRO DE 2020
Publicada no DOU, Seção 1, 27/01, 28/01 e 29/01/2020.

"A anulação, pela Administração Pública, de ato administrativo do qual já decorreram efeitos concretos deve ser precedida de regular processo administrativo".

REFERÊNCIAS:

Legislação: artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Jurisprudência: Julgamento do Recurso Extraordinário nº 594.296, Rel. Min. Dias Toffolli, apelo submetido à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos (arts. 1.035 e 1.036 do Código de Processo Civil), com trânsito em julgado certificado em 23 de fevereiro de 2012.

SÚMULA Nº 85, DE 23 DE JANEIRO DE 2020
Publicada no DOU, Seção 1, de 27/07, 28/07 e 29/07/2020.

Resolve alterar a Súmula nº 41 da Advocacia-Geral da União, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"A exigibilidade da multa por retenção de imóvel funcional, prevista no artigo 15, inciso I, alínea "e", da Lei nº 8.025/90, será suspensa durante a vigência de provimento judicial proferido no curso de discussão sobre o direito à sua aquisição."

REFERÊNCIAS:

Legislação: artigos 1º, 6º e 15, I, da Lei nº 8.025/1990 e Decreto nº 99.266/1990.

Jurisprudência: STJ - MS 4954/DF 1997/0001835-0, Relator Ministro ANSELMO SANTIAGO, DJ 01/02/1999; STJ - EAR 513/DF 2007/0013083-9, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, DJE 07/05/2015; STJ - REsp 1787989/DF 2018/0317655-0, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, DJE 03/06/2019.

SÚMULA Nº 86, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020
Publicada no DOU, Seção 1, 25/11, 26/11 e 27/11/2020

"A exigência de escolaridade de nível médio, para fins de concurso público, pode ser considerada atendida pela comprovação, pelo candidato, de que possui formação em curso de nível superior com abrangência suficiente para abarcar todos os conhecimentos exigíveis para o cargo de nível técnico previsto no edital e dentro da mesma área de conhecimento pertinente."

Jurisprudência: 1) STJ, AgRg no AREsp nº 428.463/PR, Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 10/12/2013; 2) STJ, AgRg no REsp 1.470.306/SC, Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 11/05/2015.

BRUNO BIANCO LEAL

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 63, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Altera a Portaria Normativa AGU nº 47, de 30 de março de 2022, para declarar a revogação dos atos normativos indicados.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00688.000965/2022-34, resolve:

Art. 1º A Portaria Normativa AGU nº 47, de 30 de março de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....
.....

XXIII - Portaria nº 436, de 6 de agosto de 2004;
XXIV - Portaria nº 450, de 11 de agosto de 2004;
XXV - Portaria nº 34, de 10 de janeiro de 2005;
XXVI - Portaria nº 63, de 20 de janeiro de 2005;
XXVII - Portaria nº 147, de 4 de março de 2005;
XXVIII - Portaria nº 608, de 8 de julho de 2005;
XXIX - Portaria nº 956, de 14 de outubro de 2005;
XXX - Portaria nº 1.165, de 16 de dezembro de 2005;
XXXI - Portaria nº 1.166, de 16 de dezembro de 2005;
XXXII - Portaria nº 1.164, de 30 de novembro de 2006;
XXXIII - Portaria nº 1.165, de 30 de novembro de 2006;
XXXIV - Portaria nº 1.436, de 26 de outubro de 2007;
XXXV - Portaria nº 157, de 14 de fevereiro de 2008;
XXXVI - Portaria nº 158, de 14 de fevereiro de 2008;
XXXVII - Portaria nº 418, de 31 de março de 2008;
XXXVIII - Portaria nº 1.001, de 11 de julho de 2008;
XXXIX - Portaria nº 1.002, de 11 de julho de 2008;
XL - Portaria nº 1021, de 15 de julho de 2008; e
XIL - Portaria nº 190, de 10 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÕES DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), com fulcro no inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do artigo 12 da Resolução CMED nº 03, de 29 de julho de 2003 (Regimento Interno), decidiu sobre os processos administrativos para apuração de infração, conforme anexo.

ROMILSON DE ALMEIDA VOLOTÃO

ANEXO

Processo Administrativo nº 25351.905106/2022-66
Interessado: CTM EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ n° 07.657.571/0001-42)

Extrato da Decisão nº 159 de 04 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 49.645,90 (quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), em decorrência da venda de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.665871/2017-71
Interessado: ALEXION FARMACÊUTICA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO. (CNPJ n° 10.284.284/0001-49)

Extrato da Decisão nº 160, de 05 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 11.909.452,06 (onze milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e seis centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos artigos 2º, 4º, 7º e 8º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução n° 2, de 05 de março de 2004; Orientação Interpretativa nº 1/2006 e Orientação Interpretativa nº 2/2006.

Processo Administrativo nº 25351.937714/2020-78
Interessado: CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA. (CNPJ n° 07.847.837/0001-10)

Extrato da Decisão nº 161, de 08 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 23.895,96 (vinte e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos), em decorrência da oferta de medicamento por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.920086/2021-72
Interessado: DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. (CNPJ n° 04.027.894/0007-50)

Extrato da Decisão nº 162, de 08 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 3.175,86 (três mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.904265/2022-43
Interessado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ n° 00.802.002/0001-02).

Extrato da Decisão nº 163, de 08 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 27.235,33 (vinte e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos), em decorrência da oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Orientação Interpretava nº 01/2006; Resolução CMED nº 03, de 02 de março de 2011 e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.912164/2022-46
Interessado: PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA. (CNPJ n° 10.749.915/0001-58)

Extrato da Decisão nº 164, de 09 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 16.130,19 (dezesseis mil, cento e trinta reais e dezenove centavos), em decorrência da oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.911076/2022-27
Interessado: STOCK MED PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ n° 06.106.005/0001-80)

Extrato da Decisão nº 165, de 10 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 3.175,07 (três mil, cento e setenta e cinco reais e sete centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.907066/2022-97
Interessado: MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. (CNPJ n° 94.389.400/0001-84)

Extrato da Decisão nº 166, de 10 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.058,61 (um mil, cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos), em decorrência da venda de medicamento por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.907351/2022-16
Interessado: HDL LOGÍSTICA HOSPITALAR LTDA. (CNPJ n° 11.872.656/0001-10)

Extrato da Decisão nº 167, de 10 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.058,61 (um mil cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos), em decorrência da venda de medicamento por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.904790/2022-69
Interessado: CFJ CANAÃ DISTRIBUIDORA LTDA. (CNPJ n° 19.728.269/0001-17)

Extrato da Decisão nº 168, de 10 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 15.224,79 (quinze mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e nove centavos), em decorrência da venda de medicamento por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.904251/2022-20
Interessado: STATUS FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. (CNPJ n° 07.527.894/0001-11)

Extrato da Decisão nº 169, de 10 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 105.120,79 (cento e cinco mil, cento e vinte reais e setenta e nove centavos), em decorrência da venda de medicamento por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.905902/2022-07
Interessado: DIMACI/MG - MATERIAL CIRÚRGICO LTDA-EP (SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA). (CNPJ n° 12.927.876/0001-67)

Extrato da Decisão nº 170, de 10 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 30.555,97 (trinta mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e sete centavos), em decorrência da oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 124, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 2.023, publicada no DOU de 13/06/2019; e das atribuições constantes no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve: nº 21018.002051/2022-71:, resolve:

Art. 1º - Credenciar sob o número 37/2022/ES o(a) Médico(a) Veterinário(a) Rodrigo Augusto Loureiro, inscrito(a) no CRMV-ES nº 566, para emissão de Certificados de Inspeção Sanitária – CIS-E para subproduto de origem animal, nos municípios de Muniz Freire e Vila Velha, no Estado do Espírito Santo para as propriedades relacionadas no processo em referência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 125, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 2.023, publicada no DOU de 13/06/2019; e das atribuições constantes no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve: processo 21018.002080/2022-32:

Art. 1º - CANCELAR a Habilitação nº 010/ES concedida ao(a) Médico(a) Veterinário(a) JORGE BRAGANÇA NOGUEIRA para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA no Estado do Espírito Santo, revogando a Portaria SFA-ES 08/2007.

Parágrafo único: O profissional deverá informar o quantitativo de Guias impressas sob sua responsabilidade para que seja dada a destinação correta.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 126, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 2.023, publicada no DOU de 13/06/2019; e das atribuições constantes no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - Habilitar sob o n° 96/2022 o(a) Médico(a) Veterinário(a) LUIS GUSTAVO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, registrado(a) junto ao CRMV-ES sob o n° 03639, para colheita de material e envio de amostras para diagnóstico do Mormo, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 34, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 e, considerando o que consta no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e na Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013 e processo SEI 21024.002343/2022-24. resolve:

Art. 1º Habilitar a Médica Veterinária ALINE TAISSA SILVA MORAES, inscrita no CRMV-MT sob n.º 5000, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 2º Habilitar o Médico Veterinário JEFFERSON DE MOURA E SILVA, inscrito no CRMV-MT sob n.º 6952, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 3º Habilitar a Médica Veterinária PRISCILA BIAZZI NASCIMENTO, inscrita no CRMV-MT sob n.º 5256, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 4º Habilitar o Médico Veterinário UILLIANS BONIN, inscrito no CRMV-MT sob n.º 5959, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

PORTARIA Nº 35, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 e, considerando o que consta no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e na Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e no processo 21024.000928/2022-18. resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Habilitação da médica veterinária FRANCINI INGRED PAULINO, inscrito no CRMV-MT sob n.º 5846 habilitado pela Portaria nº 7, de 26/06/2020 para emissão de GTA para aves, publicada no Diário Oficial nº 125 de 02/07/2020- seção 1.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e

Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 663 - HABILITAR a Médica Veterinária PATRICIA KAROLINA SCHMIDT DIECKEL, CRMV-PR Nº 20600 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (Processo nº 21034.006170/2022-02):

1.EQUINOS, ASININOS E MUARES no Estado do Paraná;

2.BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná;

3.REVOGAR a Portaria n° 540, de 29/04/2022.

Nº 664 - CANCELAR A HABILITAÇÃO da Médica Veterinária ANNA PAULA HOLZMANN MASS, CRMV-PR Nº 14771, de acordo com o item VII do Art. 9º da instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 43 de 09/03/2021 (Processo nº 21034.002398/2021-34).

CLEVERSON FREITAS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 41, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL da DDA/SFA-PR, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e pela Portaria SE/MAPA nº 1.962 de 29 de maio de 2019, publicada no DOU no dia 31 de maio de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21034.007417/2021-19, resolve:

Art. 1° Cadastrar, sob o número BR-PR0809, MADEIREIRA KAMUA LTDA, inscrita sob o CNPJ: 07.754.507/0001-80, localizada na Estrada de Tunas para Cerro Azul, Km 0,5, CEP 83.490-000, Tunas do Paraná- PR, para na qualidade de empresa cadastrada realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, sem prestação de serviço para terceiros, em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

Tratamento térmico por calor - Secagem em estufa

Art. 2° Revogar a Portaria nº 20 de 19/07/2021, publicada no Diário Oficial da União de 20/07/2021.

Art. 3° A concessão do cadastro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não isenta a empresa de suas obrigações legais junto a outros órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal e municipais, responsáveis pelos setores da agricultura, saúde, meio ambiente e segurança do trabalhador.

Art. 4° A empresa cadastrada deverá comunicar à área técnica da sanidade vegetal da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná qualquer alteração nos dados fornecidos por ocasião do cadastro, no prazo de trinta dias da ocorrência, acompanhada da documentação correspondente.

Art. 5° A inclusão de modalidades de tratamento ou de destruição deverá ser requerida à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná.

Art. 6° O cadastro terá validade indeterminada, estando a empresa supramencionada sujeita à fiscalização e a observância das disposições da Portaria 385/2021 e da legislação relacionada.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BRESSAN

PORTARIA Nº 42, DE 4 DE AGOSTO 2022

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL da DDA/SFA-PR, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e pela Portaria SE/MAPA nº 1.962 de 29 de maio de 2019, publicada no DOU no dia 31 de maio de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21034.000939/2022-71, resolve:

Art. 1° Cadastrar, sob o número BR-PR0858, a empresa MADEIREIRA REIS & STEPENOVISKI LTDA - ME, inscrita sob o CNPJ 06.249.793/0001-63, localizada na Rua Albino Cruz, 71, Bairro São José, Itaperuçu-PR CEP: 83560-000, para na qualidade de empresa cadastrada realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, sem prestação de serviço para terceiros, em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

Tratamento térmico por calor - secagem em estufa

Art. 2° A concessão do cadastro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não isenta a empresa de suas obrigações legais junto a outros órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal e municipais, responsáveis pelos setores da agricultura, saúde, meio ambiente e segurança do trabalhador.

Art. 3° A empresa cadastrada deverá comunicar à área técnica da sanidade vegetal da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná qualquer alteração nos dados fornecidos por ocasião do cadastro, no prazo de trinta dias da ocorrência, acompanhada da documentação correspondente.

Art. 4° A inclusão de modalidades de tratamento ou de destruição deverá ser requerida à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná.

Art. 5° O cadastro terá validade indeterminada, estando a empresa supramencionada sujeita à fiscalização e a observância das disposições da Portaria 385/2021 e da legislação relacionada.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BRESSAN

PORTARIA Nº 43, DE 5 DE AGOSTO 2022

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL da DDA/SFA-PR, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e pela Portaria SE/MAPA nº 1.962 de 29 de maio de 2019, publicada no DOU no dia 31 de maio de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21034.000856/2022-81, resolve:

Art. 1° Cadastrar, sob o número BR-PR0865, a empresa CASTRO PALLETS LTDA - EPP, inscrita sob o CNPJ 13.350.714/0001-71, localizada na Rodovia PR 151, s/n, Bairro Santo Antonio, Castro-PR, CEP: 84165-970, para na qualidade de empresa cadastrada realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, sem prestação de serviço para terceiros, em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

Tratamento térmico por calor - secagem em estufa

Art. 2° A concessão do cadastro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não isenta a empresa de suas obrigações legais junto a outros órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal e municipais, responsáveis pelos setores da agricultura, saúde, meio ambiente e segurança do trabalhador.

Art. 3° A empresa cadastrada deverá comunicar à área técnica da sanidade vegetal da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná qualquer alteração nos dados fornecidos por ocasião do cadastro, no prazo de trinta dias da ocorrência, acompanhada da documentação correspondente.

Art. 4° A inclusão de modalidades de tratamento ou de destruição deverá ser requerida à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná.

Art. 5° O cadastro terá validade indeterminada, estando a empresa supramencionada sujeita à fiscalização e a observância das disposições da Portaria 385/2021 e da legislação relacionada.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BRESSAN

PORTARIA Nº 44, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL da DDA/SFA-PR, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e pela Portaria SE/MAPA nº 1.962 de 29 de maio de 2019, publicada no DOU no dia 31 de maio de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21034.017854/2017-64, resolve:

Art. 1° Cadastrar, sob o número BR-PR0454, a empresa LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A, inscrita sob o CNPJ 76.506.302/0011-70, localizada na Fazenda Estrela de Cima s/n, Coronel Domingos Soares - PR, CEP: 85557-000, para na qualidade de empresa cadastrada realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, sem prestação de serviço para terceiros, em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

Tratamento térmico por calor - secagem em estufa

Art. 2° A concessão do cadastro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não isenta a empresa de suas obrigações legais junto a outros órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal e municipais, responsáveis pelos setores da agricultura, saúde, meio ambiente e segurança do trabalhador.

Art. 3° A empresa cadastrada deverá comunicar à área técnica da sanidade vegetal da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná qualquer alteração nos dados fornecidos por ocasião do cadastro, no prazo de trinta dias da ocorrência, acompanhada da documentação correspondente.

Art. 4° A inclusão de modalidades de tratamento ou de destruição deverá ser requerida à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná.

Art. 5° O cadastro terá validade indeterminada, estando a empresa supramencionada sujeita à fiscalização e a observância das disposições da Portaria 385/2021 e da legislação relacionada.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BRESSAN

PORTARIA Nº 45, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL da DDA/SFA-PR, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e pela Portaria SE/MAPA nº 1.962 de 29 de maio de 2019, publicada no DOU no dia 31 de maio de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21034.003987/2016-72, resolve:

Art. Renovar o credenciamento sob o número BR-PR0590, concedido ao prestador de serviço CHESIWOOD INDUSTRIA MADEIREIRA LTDA, inscrito sob o CNPJ 82.461.708/0003-76, localizado na Rodovia do Cerne, s/n, km 45, Bairro Industrial, Ventania-PR, CEP: 83055-320, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

Tratamento térmico, por calor: secagem em estufa.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria é válido por cinco anos.

Art. 3º A renovação do credenciamento deverá ser requerida ao Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BRESSAN

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.202, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Cancela, a pedido, Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira da embarcação de pesca LARISA II, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LINDA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003311/2021-48, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LARISA II, de propriedade de Edmundo , inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0032021-5 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 445-008467-5, autorizada a operar na modalidade de permissionamento com método de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, Serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LINDA, de propriedade de Jucinei Cipriano, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0032021-5 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 445-008467-5, na modalidade de permissionamento com método de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.205, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Conversão de modalidade de permissionamento da embarcação de pesca PENELOPE CH, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira nº CE-0029850-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 161-006952-8.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021 e considerando o disposto na Portaria nº 248, de 16 de outubro de 2020 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e ainda considerando o constante no processo nº 21014.003451/2020-71, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, o Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira da embarcação de pesca PENELOPE CH, de propriedade de DIESEL MARITIMA LTDA-ME, tendo como responsável legal o senhor Manoel Lacerda Batista Lopes, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira nº CE-0029850-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 161-006952-8, na modalidade de permmissinamento de espinhel horizontal de superfície (Espinhel boiado e Long-line), para a captura das espécies-alvo: Albacora-laje (Thunnus albacares); Albacora-branca (Thunnus alalunga); Albacora-bandolim (Thunnus obesus), com área de operação no Mar Territorial, na Zona Econômica Exclusiva e Águas Internacionais, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 1.01.002, que corresponde ao item 1.1, do Anexo I, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca PENELOPE CH, de propriedade de DIESEL MARITIMA LTDA-ME, tendo como responsável legal o senhor Manoel Lacerda Batista Lopes, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira nº CE-0029850-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 161-006952-8, para operar na modalidade de permissionamento de vara e linha e linha de mão, ambas com emprego de iscas naturais ou artificiais (pesca de sombra ou cardume associado), para captura das espécies-alvo: Albacora-laje (Thunnus albacares), Albacora-bandolim (Thunnus obesus) e Bonito-listrado (Katsuwonus pelamis), com área de operação no Mar Territorial, na Zona Econômica Exclusiva e nas Águas Internacionais Adjacentes do Norte/Nordeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 1.10.001, que corresponde ao item 1.17, do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.206, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Conversão de modalidade de permissionamento da embarcação de pesca HEVERTON II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira nº CE-0030836-9 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 162-002440-3.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021 e considerando o disposto na Portaria nº 248, de 16 de outubro de 2020 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e ainda considerando o constante no processo nº 21032.007997/2020-83, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, o Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira da embarcação de pesca HEVERTON II, de propriedade de Larissa Gabriela da Costa, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº CE-0030836-9 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 162-002440-3, na modalidade de permmissinamento de espinhel horizontal de superfície (Espinhel boiado e Long-line), para a captura das espécies-alvo: Albacora-laje (Thunnus albacares); Albacora-branca (Thunnus alalunga); Albacora-bandolim (Thunnus obesus), com área de operação no Mar Territorial, na Zona Econômica Exclusiva e Águas Internacionais, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 1.01.002, que corresponde ao item 1.1, do Anexo I, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca HEVERTON II, de propriedade de Larissa Gabriela da Costa, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº CE-0030836-9 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 162-002440-3, para operar na modalidade de permissionamento de vara e linha e linha de mão, ambas com emprego de iscas naturais ou artificiais (pesca de sombra ou cardume associado), para captura das espécies-alvo: Albacora-laje (Thunnus albacares), Albacora-bandolim (Thunnus obesus) e Bonito-listrado (Katsuwonus pelamis), com área de operação no Mar Territorial, na Zona Econômica Exclusiva e nas Águas Internacionais Adjacentes do Norte e Nordeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 1.10.001, que corresponde ao item 1.17, do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.207, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Suspender a Licença da Empresa Pesqueira COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SP-I0003199-7 durante o período de 30 (trinta) dias.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando a Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21000.060472/2022-13, resolve:

Art. 1º Suspender a Licença da Empresa Pesqueira COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, portadora do CNPJ 47.508.***/0050-34, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° SP-I0003199-7, tendo em vista o não cumprimento do disposto no Art. 19 da Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Os dias da suspensão que trata o caput serão contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS DO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Divulga resultado do julgamento de recursos da Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (CER/PROAGRO), no uso de suas competências conferidas pelo disposto no Decreto nº 10.124, de 21 de novembro de 2019, em julgamento remoto realizado em Brasília/DF, entre os dias 06 e 18 de julho de 2022, resolve:

Art 1º Acatar parcialmente, por unanimidade na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	N° CER	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	21066.009180/2021-33	Adelir Guilherme	20200846256	Mais
2	21066.009302/2021-91	Ademar Breno Franke	20190954521	Mais
3	21066.007718/2020-94	Adilson Andreassi	20191527603	Mais
4	21066.009454/2021-94	Adolir Natalino Steimbach	20200903880	Mais
5	21066.009506/2021-22	Airton Carlos Dias	20191421127	Mais
6	21066.009324/2021-51	Airton Piovesan	20201368553	Mais
7	21066.009386/2021-63	Alberto Ademar Menegolla	20191559844	Tradicional
8	21066.009262/2021-88	Albino Schulz	20200585898	Mais
9	21066.009264/2021-77	Alisson Mariano De Souza	20200357928	Mais
10	21066.009480/2021-12	André De Moraes Barros Lamacchia	20190403795	Tradicional
11	21066.009240/2021-18	Antonio Carlos Bedin	20201130841	Mais
12	21066.009188/2021-08	Antonio De Jesus De Oliveira	20191427254	Mais
13	21066.009200/2021-76	Arno Marquardt	20191580272	Mais
14	21066.009294/2021-83	Carine Sehenen Da Silva	20190704306	Mais
15	21066.009170/2021-06	Cassiano Ranghetti	20190660352	Mais
16	21066.009266/2021-66	Cesar Francisco Pasquetti	20200285453	Mais
17	21066.009830/2021-41	Christiane Bohrer Scherer	20200775019	Tradicional

18	21066.009456/2021-83	Clodoaldo Martinello	20200937922	Mais
19	21066.009332/2021-06	Darci Teodoro Welter	20200217099	Tradicional
20	21066.009358/2021-46	Dirceu Jose Sliwinski	20200717481	Mais
21	21066.001070/2019-17	Edenilson Malmann Muller	20171287085	Mais
22	21066.001071/2019-53	Edenilson Malmann Muller	20171117807	Mais
23	21066.003654/2020-52	Eduardo Feldkircher	20190962161	Mais
24	21066.009248/2021-84	Elizeu Rudiger Schneider	20191564452	Mais
25	21066.009580/2021-49	Elvio Horlei Arnoud Roggia	20191151819	Mais
26	21066.009450/2021-14	Ernane Bauer	20200743689	Mais
27	21066.009210/2021-10	Euzebio Jose Goliczeski	20200751044	Tradicional
28	21066.009166/2021-30	Evandro Kons	20191211566	Mais
29	21066.009216/2021-89	Fabio Goulart Pinto	20200593989	Tradicional
30	21066.009252/2021-42	Felipe Bortoluzi Bisognin	20200877584	Mais
31	21066.003304/2020-96	Fernando Zuconelli	20171836943	Mais
32	21066.009410/2021-64	Francisco Bini	20200850360	Tradicional
33	21066.009406/2021-04	Francisco Bini	20200850602	Tradicional
34	21066.009402/2021-18	Gabriel Giacomin	20191264756	Tradicional
35	21066.009206/2021-43	Geferson Gean Fischer	20200359291	Mais
36	21066.009162/2021-51	Gelson Abilio Sbardelotto	20200918601	Tradicional
37	21066.009158/2021-93	Giane Marisete Lange Barbosa	20200374189	Tradicional
38	21066.009582/2021-38	Gilberto Rampon	20200695502	Mais
39	21066.009430/2021-35	Gilmar Pagnussat	20201292576	Mais
40	21066.009148/2021-58	Grasiela Ditadi Stefan	20200898056	Mais
41	21066.009462/2021-31	Henrique Gadonski Filipak	20201370495	Mais
42	21066.009452/2021-03	Inacio Bruxel	20200879477	Mais
43	21066.009282/2021-59	Ingo Augusto Moglich	20191470495	Mais
44	21066.009276/2021-00	Itamar Schlemper	20200464685	Mais
45	21066.009246/2021-95	Ivo Zanchi	20200842880	Tradicional
46	21066.009420/2021-08	Jaime Stival	20190704876	Mais
47	21066.009384/2021-74	Jair Souza Garcia	20200525490	Mais
48	21066.009160/2021-62	Jaison Valdenir Kremer	20200381545	Mais
49	21066.009138/2021-12	Jaisson Braghini	20200920628	Mais
50	21066.009142/2021-81	Jaisson Braghini	202009206280	Mais
51	21066.009326/2021-41	Joao Aderlei Padilha Camara	20201036027	Tradicional
52	21066.009336/2021-86	Joao Uler	20200461978	Tradicional
53	21066.009280/2021-60	Joao Valtair Dos Santos	20200926228	Mais
54	21066.009190/2021-79	Jocemar Carlos Fischer	20191309631	Mais
55	21066.009426/2021-77	Jocemar Jose Pezavento	20200107376	Tradicional
56	21066.001739/2019-62	Joel Damaceno Carneiro	20170131089	Mais
57	21066.009306/2021-70	Joelmir Carlos Beux	20191640701	Mais
58	21066.009198/2021-35	Jorge Augusto Denk	20191522738	Mais
59	21066.009174/2021-86	Jose Andrade Santos	20200356128	Mais
60	21066.009192/2021-68	Julio Azevedo Da Rocha	20200308087	Mais
61	21066.009476/2021-54	Leocir Antonio Maschio	20201156524	Mais
62	21066.009224/2021-25	Lisandro Daros	20190718920	Mais
63	21066.009458/2021-72	Luan Merisio Vedovatto	20201224866	Mais
64	21066.009176/2021-75	Luciana Da Conceicao De Jesus Macedo	20171092306	Mais
65	21066.009334/2021-97	Marcelo Schneider	20200446888	Mais
66	21066.009132/2021-45	Marciano Figueiredo	20200852492	Mais
67	21066.009436/2021-11	Marino Pettenon	20190838925	Tradicional
68	21066.009438/2021-00	Mario Lickman	20191174177	Mais
69	21066.009388/2021-52	Marli Boyko	20191486006	Mais
70	21066.009378/2021-17	Marta Piroca	20200970833	Mais
71	21066.009256/2021-21	Mateus Bortoluzi Bisognin	20200818496	Tradicional
72	21066.009474/2021-65	Mateus Da Silva Souza	20200887784	Mais
73	21066.009396/2021-07	Mauricio Bolsanelo	20190711024	Mais
74	21066.009314/2021-16	Moacir Vincenzi	20200732022	Mais
75	21066.009464/2021-20	Nadir Jose Zorzzi	20201060730	Mais
76	21066.009126/2021-98	Nelio Jaroczinski	20190981895	Mais
77	21066.009424/2021-88	Nelson Valdeco Serafim	20201318439	Mais
78	21066.009156/2021-02	Niberton Neri Onofre	20200435753	Tradicional
79	21066.009242/2021-15	Nilton Zarnott Klug	20191338792	Mais
80	21066.009330/2021-17	Odair Jose Esser	20191568342	Mais
81	21066.009368/2021-81	Onofre Pagnoncelli	20200154627	Mais
82	21066.009346/2021-11	Paulo Flyssak	20191568315	Mais
83	21066.009440/2021-71	Rafael Rodrigo Da Silva Marion	20200890265	Mais
84	21066.009244/2021-04	Reges Ricardo Kohn	20191437711	Mais
85	21066.009288/2021-26	Renaldo Budke	20200534851	Mais
86	21066.009432/2021-24	Renan Bragagnollo De Matto	20201514957	Mais
87	21066.009434/2021-13	Renan Rodrigo Da Silva Marion	20200828607	Mais
88	21066.009228/2021-11	Roberto Pauli	20191379319	Mais
89	21066.009364/2021-01	Roni Jeri Ferreira	20191011737	Tradicional
90	21066.009490/2021-58	Sandra Aparecida De Lima	20200805028	Tradicional
91	21066.009362/2021-12	Sebastião Gentil Granemann	20191328702	Mais
92	21066.009226/2021-14	Sergio Dirlei Deretti	20200034491	Mais
93	21066.009366/2021-92	Sergio Ecker	20191315325	Tradicional
94	21066.009494/2021-36	Sergio Pasuc	20200798421	Mais
95	21066.009550/2021-32	Tania Mara Manhabosco	20191016241	Mais
96	21066.009048/2021-21	Tania Maria Dani Perusso	20191578165	Mais
97	21066.009222/2021-36	Udomar Villwock	20191424585	Mais
98	21066.009130/2021-56	Vanderlei Antonio Cantelli	20180294952	Mais
99	21066.009514/2021-79	Vanusa Dentchuk Oleinik Mascarello	20201136357	Mais
100	21066.009392/2021-11	Vilso Pilonetto	20191596636	Tradicional
101	21066.009296/2021-72	Vilson Mandebura	20200814639	Mais
102	21066.009238/2021-49	Willian Goliczeski	20200852579	Mais
103	21066.009232/2021-71	Willian Goliczeski	20200935051	Mais

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Divulga resultado do julgamento de recursos da Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (CERO/PROAGRO), no uso de suas competências conferidas pelo disposto no Decreto nº 10.124, de 21 de novembro de 2019, em julgamento remoto realizado em Brasília/DF, entre os dias 06 e 18 de julho de 2022, resolve:

Art 1º Acatar parcialmente, por maioria na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	N° CER	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	21066.009258/2021-10	Enio Cidmar Grassi	20201079151	Mais

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Divulga resultado do julgamento de recursos da Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (CER/PROAGRO), no uso de suas competências conferidas pelo disposto no Decreto nº 10.124, de 21 de novembro de 2019, em julgamento remoto realizado em Brasília/DF, entre os dias 06 e 18 de julho de 2022, resolve:

Art 1º Negar, por unanimidade na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	N° CER	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	21066.006796/2020-71	Adaiana De Pizzol	20190985335	Mais
2	21066.009372/2021-40	Adelio Antonio Biazus	20201079145	Mais
3	21066.009178/2021-64	Ademir Masson	20200954238	Mais
4	21066.009260/2021-99	Adroaldo Geolar Da Silveira	20200366173	Mais
5	21066.009234/2021-61	Aluizio Da Silva	20200508377	Mais
6	21066.009214/2021-90	Ana Iolanda Santos Menezes	20200431233	Mais
7	21066.009186/2021-19	Andreia Da Silva Migliorin	20190877026	Mais
8	21066.009360/2021-15	Antoninho Schultz De Lima	20200934719	Mais
9	21066.009344/2021-22	Antonio Sotilli	20191514393	Tradicional
10	21066.010194/2021-08	Antônio Fermino Schneider	20200979697	Mais
11	21066.009356/2021-57	Carlos Antonio Dalbem Boff	20190831024	Tradicional
12	21066.009618/2021-83	Carolina Diez Fortes	20191386210	Mais
13	21066.009312/2021-27	Cesar Rech	20200431256	Mais
14	21066.009466/2021-19	Claudecir Antonio Maragno	20200745646	Mais
15	21066.010242/2021-50	Claudiomiro Peroni Scalcon	20191349556	Tradicional
16	21066.009394/2021-18	Dario Rentz	20200184087	Mais
17	21066.009310/2021-38	Delvir Zotti	20200907214	Mais
18	21066.009498/2021-14	Diego Capitanio	20190410958	Mais
19	21066.009052/2021-90	Dilerio Regner	20201150859	Mais
20	21066.003702/2020-11	Diogo De Costa Accordi	20181236396	Mais
21	21066.009380/2021-96	Edemar Berte	20200802858	Mais
22	21066.009472/2021-76	Edson Teles De Mattos	20201564717	Tradicional
23	21066.003594/2020-78	Eloi Wodonis	20190390756	Mais
24	21066.009468/2021-16	Fabio Joao Siqueira Miorando	20200933440	Mais
25	21066.009194/2021-57	Fabio Norival Slachciak	20191593055	Tradicional
26	21066.009442/2021-60	Flavia Regina Da Silva	20200194599	Mais
27	21066.009122/2021-18	Gabriela Sandri Dalla Nora	20201037920	Mais
28	21066.009292/2021-94	Gilberto Friske	20200221539	Mais
29	21066.009322/2021-62	Gildo De Vargas	20191105530	Mais
30	21066.009318/2021-02	Gilvano Pamfil	20191385096	Mais
31	21066.009444/2021-59	Ildo Ciganski	20200918234	Tradicional
32	21066.009320/2021-73	Ivaldo Zanella	20200337025	Mais
33	21066.009278/2021-91	Ivan Maculan	20200619468	Mais
34	21066.009270/2021-24	Ivo Gesser	20191440152	Mais
35	21066.009202/2021-65	Jaime Teodoro De Ávila	20200168576	Mais
36	21066.009250/2021-53	Jandir Martello	20200341442	Mais
37	21066.009488/2021-89	Joao Dassuncao	20190143647	Mais
38	21066.009624/2021-31	Joao Victor Gregory	20200065591	Mais
39	21066.009422/2021-99	Jonatan Cristiano Kuhn	20191313103	Mais
40	21066.010214/2021-32	Jorge Biasibetti	20201305866	Tradicional
41	21066.009374/2021-39	Jucemar Jose Dassi	20190719129	Tradicional
42	21066.009220/2021-47	Leonardo Azevedo Eloy	20201066459	Mais
43	21066.009184/2021-11	Luan Dietrich Buchweitz	20191123483	Mais
44	21066.009482/2021-10	Lucas Bertoldo	20201079295	Mais
45	21066.009172/2021-97	Marcelo Mazon	20200866979	Mais
46	21066.009254/2021-31	Marcio Menestrina	20191050651	Tradicional
47	21066.009044/2021-43	Milton Carissimi	20191034438	Mais
48	21066.009284/2021-48	Nelci Das Neves Mocelin Cassol	20191643182	Mais
49	21066.009286/2021-37	Nereo Hahn	20200468343	Mais
50	21066.009218/2021-78	Nereu Antonio Gonçalves De Oliveira	20200761226	Mais
51	21066.003176/2020-81	Pedro Petroski	20181646161	Mais
52	21066.009308/2021-69	Rodrigo Steffens	20200405452	Mais
53	21066.009118/2021-41	Ronaldo Vieira Lopes	20191360274	Tradicional
54	21066.009504/2021-33	Samuel Shinjiro Otani	20201008055	Mais
55	21066.009212/2021-09	Sarita Aparecida Reese	20191586129	Tradicional
56	21066.009230/2021-82	Sergio Perini	20191239394	Mais
57	21066.009208/2021-32	Thailan Barboza	20200366271	Mais
58	21066.009236/2021-50	Tiago Zuchelli Parizotto	20200700211	Mais
59	21066.009268/2021-55	Valdecir Reichert	20191332339	Tradicional
60	21066.010100/2021-92	Valter Forster	20200464988	Mais
61	21066.009316/2021-13	Wendel Dall Agnol	20190982690	Mais
62	21066.009502/2021-44	Wilson Moterle	20201167301	Mais
63	21066.009300/2021-01	Zaida Lourdes Tomé	20201039667	Mais

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
Presidente da Comissão

ATA DA 4ª SESSÃO DO COLEGIADO CER/PROAGRO REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2022

Ao décimo oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte dois, o Colegiado da Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (CER/PROAGRO) julgou remotamente os recursos constantes da pauta. Os julgamentos dos recursos ocorreram sob a presidência do representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Guilherme Soria Bastos Filho. Participaram os representantes legais das instituições que compõem o Colegiado, como segue: Sérgio Rosa Ferrão, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME); Iran Pereira Veiga Júnior, do Ministério da Economia (ME); e Gerlânia Ribeiro de Moraes, da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA), que emitiram suas manifestações e propostas de voto no período compreendido entre os dias 06 e 18 de julho de 2022. Ausente representante do Banco Central do Brasil (BCB). Os julgamentos ocorreram de acordo com o Decreto n° 10.124, de 21 de novembro de 2019. O membro do colegiado, após receber a planilha com proposta de voto elaborada pela Coordenação de Controle e Análise de Processos, manifestou-se a favor ou contra, com justificativa, e o voto final do colegiado foi definido por maioria. Foram submetidos a julgamento 167 (cento e sessenta e sete) recursos administrativos dirigidos à CER, autuados em processos, discriminados na Planilha de votação e pauta de julgamento, datado de 06 de maio de 2022, de mutuários de diversas Instituições Financeiras: 70 (setenta) do Banco do Brasil; 14 (quatorze) do Banrisul; 1 (um) da Cresol Sicoper; 1 (um) da Cresol Central; 18 (dezoito) da Cresol Baser; 33 (trinta e três) do SICREDI; e 30 (trinta) do SICOOB, sendo que 104 (cento e quatro) tiveram seus recursos acolhidos e 63 (sessenta e três) negados. Os processos julgados são: 03 (três) da safra 2017/2017; 1 (um) da safra 2017/2018; 2 (dois) da safra 2018/2018; 3 (três) da safra 2018/2019; 02 (dois) da safra 2019/2019; 65 (sessenta e cinco) da safra 2019/2020; 20 (vinte) da safra 2020/2020; e 71 (setenta e um) da safra 2020/2021. Destes, 34 (trinta e quatro) são PROAGRO TRADICIONAL, e 133 (cento e trinta e três) PROAGRO MAIS. Nada mais havendo a tratar, os julgamentos dos recursos transcorreram, utilizando o Sistema de Julgamento de Recursos da CER, entre os dias 06 e 18 de julho de 2022, do que para constar, eu, Gerlânia Ribeiro de Moraes, na condição de secretária da reunião, lavrei a presente Ata, que foi encaminhada por meio eletrônico, juntamente com os votos compilados de todos os membros, aos participantes do julgamento, e, após aprovação, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

GERLÂNIA RIBEIRO DE MORAES
Membro

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
Presidente Comissão

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-04 n. 99, de 22/12/1997, publicada no DOU n. 248, Seção 1, Pág. 30.866, de 23/12/1997, retificada no DOU n. 181, Seção 1, Pág. 3, de 22/09/1998, DOU n. 217, Seção 1, Pág. 11, de 12/11/1998 e DOU n. 50, Seção 1, Pág. 89, de 15/03/2004, que criou o Projeto de Assentamento Capim Puba, renomeado para Projeto de Assentamento LAGOA GRANDE, Hetoraí - GO, Código SIPRA GO0107000, onde se lê: "... 549,2355 ha (quinhentos e quarenta e nove hectares, vinte e três ares e cinquenta e cinco centiares)...", leia-se: "... 546,4015 ha (quinhentos e quarenta e seis hectares, quarenta ares e quinze centiares)..."; e onde se lê: "... 17 (dezessete) unidades agrícolas familiares...", leia-se: "... 18 (dezoito) unidades agrícolas familiares...".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-04 n. 103, de 22/12/1997, publicada no DOU n. 252, Seção 1, Pág. 31.623, de 30/12/1997, retificada no DOU n. 50, Seção 1, Pág. 90, de 15/03/2004, que criou o Projeto de Assentamento SERRA DO FACÃO, Fazenda Nova - GO, Código SIPRA GO0103000, onde se lê: "... 517,5917 ha (quinhentos e dezessete hectares, cinquenta e nove ares e dezessete centiares)...", leia-se: "... 517,2107 ha (quinhentos e dezessete hectares, vinte e um ares e sete centiares)...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA SR(12)/Nº 66 de 07 de junho de 1999, publicada no D.O.U Nº 120 de 25/06/1999 na seção 1 página 85 que criou o projeto de assentamento "PA MENDES", código SIPRA MA0425000, onde se lê: I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Mendes, com área de 1.513,0000 ha (mil e quinhentos e treze hectares), localizado no Município de Parnarama, no Estado do Maranhão, e que prevê a criação de 44 (quarenta e quatro) unidades agrícolas familiares e a implantação de infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar, elaborado pela SR-(12)/Z; leia-se: I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Mendes, com área de 1.400,7043 ha (mil e quatrocentos hectares, setenta ares e quarenta e três centiares), localizado nos Municípios de Parnarama e Buriti Bravo, no Estado do Maranhão, e que prevê a criação de 44 (quarenta e quatro) unidades agrícolas familiares;

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 46, de 25 de Agosto de 1999, publicada no DOU Nº 166 de 30 de Agosto de 1999, BS nº 35 de 30 de agosto de 1999, que criou o Projeto de Assentamento Conquista, município de Campo Grande/MS, onde se lê: I- "Criar o Projeto de Assentamento PA CONQUISTA, Código SIPRA MS 0092000..."... leia-se: "... Criar o Projeto de Assentamento PA CONQUISTA, Código SIPRA MS 0090000..."; II- Onde se lê: "...com área de 1.557,8916 ha, (hum mil, quinhentos e cinquenta e sete hectares, oitenta e nove ares e dezesseis centiares)...", leia-se: "... com área de 1.570,1156 ha (hum mil, quinhentos e setenta hectares, onze ares e cinquenta e seis centiares)..."."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-06/Nº 42 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010, que cria o Projeto de Assentamento Renovação, situado no município de Lagoa Grande/MG, código SIPRA MG0384000, publicada no D.O.U nº 250 de 30/12/2010, seção 1, página 213, onde se lê: ... "54 (cinquenta e quatro) unidades agrícolas familiares"..., leia-se: "60 (sessenta) unidades agrícolas familiares", por deliberação do Comitê de Decisão Regional da SR(06), conforme RESOLUÇÃO Nº 1230, de 26 DE JULHO DE 2022, que aprovou a redefinição da capacidade de assentamento para o PA Renovação para 60 famílias.

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR-06/MG Nº 79, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 252 de 30 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 103, que criou o Projeto de Assentamento Antônio Veloso, código SIPRA MG0259000, onde se lê:"... área de 196,8160 ha (cento e noventa e seis hectares, oitenta e um ares e sessenta centiares) ...'', leia-se: 212,0000 ha (duzentos e doze hectares).Na PORTARIA INCRA/SR-06/MG Nº 79, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 252 de 30 de dezembro de 2014, na Seção I, página 103, que criou o Projeto de Assentamento Antônio Veloso, código SIPRA MG0259000, onde se lê:"... área de 196,8160 ha (cento e noventa e seis hectares, oitenta e um ares e sessenta centiares) ...'', leia-se: 212,0000 ha (duzentos e doze hectares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA N° 354, de 20 de maio de 1994, que cria o Projeto de Assentamento denominado PA Farroupilha, código SIPRA RS 0024000, publicada no D.O.U. N° 97, de 24/05/1994, Seção 1, página 7625, onde se lê: "I -... que prevê a criação de 118 (cento e dezoito) unidades agrícolas familiares ...." ; leia-se..."I -... que prevê a criação de 113 (cento e treze) unidades agrícolas familiares ...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR(27)E Nº 004, de 14 de janeiro 1999 , publicada no Diário Oficial da União nº 13, de 20 de janeiro 1999, Seção 1I, página 10, que criou o Projeto de Assentamento Muriçoca, localizado no município de Ourilândia do Norte, no Estado do Pará, código SIPRA MB0152000, onde se lê:"...com área de 1.418,9976 ha (Hum mil, quatrocentos e dezoito hectares, noventa e nove ares e setenta e seis centiares)... leia-se: "...com área de 1.366,8214 ha (Hum mil, trezentos e sessenta e seis hectares, oitenta e dois ares e quatorze centiares)..."



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 985, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta e de remessa de material biológico, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do projeto "Next Generation Ecosystem Experiments - Tropics (NGEE-Tropics) ", coordenado pelo pesquisador Niro Higushi, da instituição Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), conforme Processo CNPq nº 01300.002395/2016-39.

Art. 2º As atividades de coleta e de remessa de material biológico estão autorizadas para a equipe estrangeira:

NOME	INSTITUIÇÃO	NACIONALIDADE
Kurt Solander	Los Alamos National Laboratory	Estados Unidos da América
Rutuja Chitra-Tarak	Los Alamos National Laboratory	Índia
Lianhong Gu	Oak Ridge National Laboratory	Estados Unidos da América
Jeffery Steven Riggs	Oak Ridge National Laboratory	Estados Unidos da América
Matthew Edward Craig	Oak Ridge National Laboratory	Estados Unidos da América
Anthony Walker	Oak Ridge National Laboratory	Grã Bretanha (Reino Unido)
Cynthia Louise Wright	Oak Ridge National Laboratory	Estados Unidos da América
Geoffrey William Schwaner	Oak Ridge National Laboratory	Estados Unidos da América
Joanne Burke Childs	Oak Ridge National Laboratory	Estados Unidos da América
Kenneth Davidson	Brookhaven National Laboratory	Estados Unidos da América
Julien Lamour	Brookhaven National Laboratory	França
Jeremiah Anderson	Brookhaven National Laboratory	Estados Unidos da América
Andrew McMahon	Brookhaven National Laboratory	Estados Unidos da América
Kim Susan Ely	Brookhaven National Laboratory	Australia
Mizanur Rahman	Pacific Northwest National Laboratory	Bangladesh
Lucas Webber	Pacific Northwest National Laboratory	Estados Unidos da América
Daniel Dores	Lawrence Berkeley National Laboratory	Estados Unidos da América
Stephen Wai-Yin Chan	Lawrence Berkeley National Laboratory	Estados Unidos da América
Anna Weber	Lawrence Berkeley National Laboratory	Estados Unidos da América
Nathan Gabriel McDowell	Pacific Northwest National Laboratory	Estados Unidos da América

Art. 3º As atividades de coleta com finalidade científica são autorizadas para a área da Estação Experimental de Silvicultura Tropical do INPA (ZF-2), na região de Manaus e Amazonas.

Art. 4º A remessa de material científico e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, e, quando for o caso, da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que a regulamenta.

Art. 5º Esta autorização terá validade a partir de 1º de janeiro de 2016 até 1º de janeiro de 2026.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileiro, acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término da sua vigência.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

PORTARIA CNPQ Nº 986, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta e de remessa de material biológico, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do projeto " ATTO2: OBSERVATÓRIO AMAZÔNICO EM TORRE ALTA - FOCANDO O PAPEL DA AMAZÔNIA NO BALANÇO DE GASES DE EFEITO ESTUFA E CLIMA", coordenado pelo pesquisador Carlos Alberto Nobre Quesada, da instituição Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, conforme Processo CNPq nº 01300.001057/2016-80.

Art. 2º As atividades de coleta e de remessa de material biológico estão autorizadas para a equipe estrangeira:

NOME	INSTITUIÇÃO	NACIONALIDADE
Bastiaan Wouter Mol	University of Wageningen, Netherlands	Holandesa
Birte Thiede	Max Planck Institute for Dynamics and Self-Organisation	Alemã
Dan Frederik Lange	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany	Alemã
David Joan Bonell Fontas	IMAU Institute for Marine and Atmospheric research, University of Utrecht, Netherlands	Espanhola
Eberhard Bodenschatz	Max Planck Institute for Dynamics and Self-Organisation	Alemã
Giovanni Pugliese	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany	Italiana
Gholamhossein Bagheri	Max Planck Institute for Dynamics and Self-Organisation	Iraniana
Hugo Jan de Boer	University of Utrecht, Netherlands	Holandesa
Jessica Finck	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany	Alemã
Jorge Vila Guerau de Arellano	University of Wageningen, Netherlands	Espanhola
Marcel Meyer	Max Planck Institute for Dynamics and Self-Organisation	Alemã
Marina Francine Marcelle Jamar de Bolsee	IMT Nord Europe, University of Lille, France	Francesa
Martin Janssens	University of Wageningen, Netherlands	Holandesa
Oliver Lauer	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany	Alemã
Oliver Sclenczek	Max Planck Institute for Dynamics and Self-Organisation	Alemã
Oscar Karel Hartogensis	University of Wageningen, Netherlands	Holandesa
Raquel González Armas	University of Wageningen, Netherlands	Espanhola
Robbert Petrus Johannes Moonen	IMAU Institute for Marine and Atmospheric research, University of Utrecht, Netherlands	Holandesa
Sanja Basic	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany	Croata
Santhosh Raj Subha	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany	Indiana
Sebastian Best	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany	Alemã
Stefan Herdy	University of Graz, Austria	Austríaca
Stefanie Hildmann	Johannes Gutenberg-University, Mainz, Germany	Alemã
Thomas Kenntner	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany	Alemã
Thomas Rockmann	University of Utrecht, Netherlands	Alemã

Art. 3º As atividades de coleta com finalidade científica são autorizadas para a localidade do município de São Sebastião do Uatumã, da região do Amazonas.

Art. 4º A remessa de material científico e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, e, quando for o caso, da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que a regulamenta.

Art. 5º Esta autorização terá validade a partir de 15 de dezembro de 2018 a 14 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileiro, acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término da sua vigência.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

PORTARIA CNPQ Nº 988, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta e de remessa de material biológico, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do projeto BURROWING OWLS IN THE AMERICAS, coordenado pela Dra. Priscilla Esclarski, da instituição Universidade Estadual de Maringá, conforme Processo CNPq nº 01300.010235/2021-71.

Art. 2º As atividades de coleta e de remessa de material biológico estão autorizadas para a equipe estrangeira:

NOME	INSTITUIÇÃO	NACIONALIDADE
David Harold Johnson	Global Owl Project	Americana

Art. 3º As atividades de coleta com finalidade científica são autorizadas para a localidade dos municípios PR/Maringá RS/ Mostardas (PN Lagoa do Peixe) MG/Uberlândia RR/ Boa Vista MS/ Campo Grande DF/Brasília AM/Manaus Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; com autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), SISBIO Nº 80809-1.

Art. 4º A remessa ao exterior está registrada no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SISGEN) com o Cadastro nº A90FAC3.

Art. 5º A remessa de material científico e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, e, quando for o caso, da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que a regulamenta.

Art. 6º Esta autorização terá validade a partir de 15 de agosto de 2022 até 30 de dezembro de 2023.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileiro, acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término da sua vigência.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 6.066, DE 28 DE JUNHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o art. 70 da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária, e o que consta no Processo n.º 53115.000989/2022-44, invocando as razões da Nota Técnica nº 6382/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00431/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art.1o Extinguir, em decorrência da dissolução da Associação dos Costureiros do Município de Itabaianinha - ASCOMITA, inscrita no CPNJ 07.166.026/0001-53, por força de decisão judicial, a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, Itabaianinha, estado de Sergipe, outorgada por intermédio da Portaria n.º 748, de 24 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de agosto de 2010, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 100, de 2014, publicado no dia 07 de abril de 2014.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.124, DE 6 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.058320/2015-66, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4660/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00501/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 05 de maio 2016, a permissão outorgada à Fundação Arnóbio Abreu (CNPJ nº 05.017.386/0001-68), nos termos da Portaria nº 182, de 2005, publicada em 28 de Fevereiro de 2005, chancelada pelo Decreto Legislativo nº nº 115, de 2006, vinculada ao FISTEL nº 50403400015, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.149, DE 11 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea a, da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.042320/2021-49, resolve:

Art. 1º Consignar à Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC o canal 35 (trinta e cinco), classe B, do Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão de Sons e Imagens Digital - PBTVD, na cidade de São José do Rio Preto/SP, para execução do serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens Digital, com fins exclusivamente educativos.

Art. 2º O funcionamento da estação está condicionado à autorização para uso da radiofrequência e emissão da licença de funcionamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.151, DE 11 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.041646/2019-86, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGELISTA MANOEL REINALDO DE AMARANTE, inscrita no CNPJ sob nº 24.565.102/0001-12, cuja sede se situa na Rodovia PE 90, S/N - Distrito do Livramento, na localidade de Vertentes, Estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.152, DE 11 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.055719/2019-17, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à AZALEIAS DO VALE, inscrita no CNPJ sob nº 33.332.100/0001-74, cuja sede se situa na Rua Maria Ernesta de Oliveira, nº 76 - Campo da Brazina, na localidade de Araricá, Estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 198, cuja frequência é de 87,5 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.153, DE 11 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.057701/2019-50, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NICODEMO ANASTÁCIO, inscrita no CNPJ sob nº 35.377.231/0001-01, cuja sede se situa na Rua Egídio Chagas do Nascimento, 06 , Sl. 01 - Centro, na localidade de Rafael Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.174, DE 14 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.061649/2012-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6467/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00527/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGUCONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por dez anos, a partir de 15 de Junho de 2021, a permissão outorgada à Fundação Joca Motta, inscrita no CNPJ nº 02.965.228/0001-41, nos termos da Portaria nº 168, de 1999, e Decreto Legislativo nº 208, de 2001, publicados respectivamente no Diário Oficial da União do dia 19 de Novembro de 1999 e do dia 15 de Junho de 2001, vinculada ao FISTEL nº 50004307275, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, no município de União, estado de Piauí.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.195, DE 18 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 31, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 53000.047478/2013-92, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4817/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00267/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, em razão do exaurimento dos efeitos e da desistência do pedido de renovação, a outorga anteriormente concedida à RÁDIO CAPIBARIBE DO RECIFE LTDA. (CNPJ nº 10.815.868/0001-01), nos termos do Decreto nº 43.893, de 12 de junho de 1958, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de setembro de 1958, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Recife, Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. O serviço de que trata o caput se encontrava em funcionamento em caráter precário desde 1º de novembro de 2003, conforme os termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.210, DE 19 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições e considerando o Parecer nº 00524/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e a Nota Técnica nº 7290/2022/SEI-MCOM, constantes do Processo Administrativo nº 53000.059021/2011-69, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 1218, de 06 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2014, que outorgou ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, CNPJ nº 11.402.887/0001-60, a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Chapecó/SC, área em faixa de fronteira, por meio do canal 291E.

Art. 2º Tornar sem efeito o Despacho de Homologação de 06 de novembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2014, devido o indeferimento do processo de Assentimento Prévio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.213, DE 19 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 55 c/c art. 66, §3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.058938/2017-96, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9144/2022/SEI-MCOM, e do Parecer Conjur nº 00535/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Retificar o artigo 1º da Portaria de Renovação nº 4762/2019/SEI-MCTIC, de 17 de setembro de 2019:

onde se lê: "a contar de 29 de fevereiro de 2018"

leia-se: "a contar de 28 de fevereiro de 2018".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DESPACHO Nº 249, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, tendo em vista o que consta na Nota Técnica nº 3447/2022/SEI-MCOM e no PARECER nº 00562/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, constantes no Processo nº 53545.000733/2013-86, resolve conhecer o pedido de reconsideração interposto pela ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO VALE DO GUAPORÉ, Fistel nº 50013713175, face à Portaria nº 4202/2018/SEI-MCTIC, de 27 de dezembro de 2018, que aplicou as penalidades de multa e revogação da autorização outorgada à entidade, por infringência ao disposto no art. 40, inciso XXII, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, para no mérito negar-lhe provimento, nos termos da legislação vigente.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 6.222, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 3025/2022/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53504.003041/2015-38, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conhecer e negar provimento ao recurso administrativo interposto pela HERRERA GRILLO RADIODIFUSÃO S/S LTDA - ME, Fistel nº 50010786872, outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, por meio do canal nº 282, na localidade de Sarutaiá, estado de São Paulo, bem como alterar o valor da multa constante da Portaria nº 3150/2019/SEI-MCTIC, de 11 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2019, para R$ 7.480,51 (sete mil quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos), e lhe atribuir 4 (quatro) pontos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou nº 294, de 30 de janeiro de 2015, e/ou nº 562, de 22 de dezembro de 2011 e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.008854/2016	Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz	RADCOM	Santa Cruz das Palmeiras	SP	Multa	534,32	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4964 de 10/08/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.060817/2015	Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas	RADCOM	Bonfinópolis de Minas	MG	Multa e Advertência	534,32	Art. 40, XII e XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4966 de 10/08/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.070256/2015	Fundação Cotrisel	OM	São Sepé	RS	Multa	3.272,72	Art. 62 Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 5000 de 10/08/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53000.015575/2014	Acr - Associação Comunitária de Radiodifusão	OM	Petrópolis	RJ	Multa	1.370,79	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 5001 de 10/08/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.070032/2015	Rádio Missioneira Sete Povos Ltda	FM	São Luiz Gonzaga	RS	Multa	3.272,72	Art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 5004 de 10/08/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

PORTARIA MCOM Nº 5.912, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do artigo 27 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.012744/2013-66, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 8011/2022/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pelo Município de Apiúna, executante do serviço de retransmissão de televisão, no município de Apiúna, estado de Santa Catarina, utilizando os canais 13 (treze) e 17 (dezessete), respectivamente, analógico e digital, ambos em caráter secundário, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação Osny José Gonçalves - Rede Bela Aliança de Televisão, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA MCOM Nº 6.164, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do artigo 27 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.018937/2021-43, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 9721/2022/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pelo Sistema Boa Vista de Comunicação Ltda, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Boa Vista, estado de Roraima, utilizando o canal 40 (quarenta), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA MCOM Nº 6.263, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do artigo 27 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.020285/2022-98, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 10392/2022/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Rio Lontra Rádio e Televisão Ltda, executante do serviço de retransmissão de televisão, no município de Araguaína, estado de Tocantins, utilizando os canais 09 (nove) e 34 (trinta e quatro), respectivamente, analógico e digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA MCOM Nº 6.276, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do artigo 27 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.020413/2022-01, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 10468/2022/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Fundação Cultural Santa Bárbara, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de São Luís, estado do Maranhão, utilizando o canal 21 (vinte e um), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser o Sistema de Comunicação Pantanal SC Ltda, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

PORTARIA MCOM Nº 6.279, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do artigo 27 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.020317/2022-55, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 10486/2022/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Terra Boa, estado do Paraná, utilizando o canal 25 (vinte e cinco), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Cachoeira do Sul Ltda, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cachoeira do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA MCOM Nº 6.282, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do artigo 27 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.020559/2022-49, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 10568/2022/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 14 (quatorze), tecnologia digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Cachoeira do Sul Ltda, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cachoeira do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA MCOM Nº 6.296, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do artigo 27 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.020782/2022-96, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 10708/2022/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Toledo, estado do Paraná, utilizando o canal 18 (dezoito), tecnologia digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Cachoeira do Sul Ltda, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cachoeira do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA MCOM Nº 6.352, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.019299/2020-05, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS RÁDIOS DIFUSORES E MOVIMENTO POPULAR DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE PEDRO LEOPOLDO executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por

intermédio da Portaria de Autorização nº 1231/2002, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2002, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 527/2004, publicado no Diário Oficial da União em 18/08/2004, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53710.000772/1998, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Helenice Hermeto, Lote 16, Quadra 01, Lagoa de Santo Antonio, Santa Tereza, para a Rua Jornalista Nicolau Neto, nº 381, Portal das Acácias, na localidade de Pedro Leopoldo/MG.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 19°35'05"S e longitude 44°02'16"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATOS DE 9 DE AGOSTO DE 2022

Nº 11.443 - Expedir autorização à LUIZ CEZAR ARAGAO DE FREITAS, CPF nº ***.305.275-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 11.451 - Extinguir, por renúncia, a outorga do Serviço de Interesse Restrito de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Rádio do Cidadão, titulada pela entidade ANELIO QUEIROZ MIRANDA, CPF nº ***.657.866-**, tendo em vista a manifestação de desinteresse pela continuidade na prestação do serviço.

Nº 11.459 - Extinguir, por cassação, a outorga do serviço de Interesse Restrito, titulada pela entidade AECIO EDUARDO COELHO SIMOES, CPF Nº ***.020.576-**, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 11.241, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53504.006380/2022-03. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) Agropecuaria Fazenda Cascata Altinopolis Ltda, CNPJ nº 25336270000107, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 11.542 - Processo nº 53516.010225/2022-44: GUILHERME BADIA, CPF nº ***.363.759-**.

Nº 11.543 - Processo nº 53516.010226/2022-99: HAWKER ADMINISTRADORA DE BENS SPE LTDA, CNPJ nº 45.460.393/0001-54.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 11.019, DE 29 DE JULHO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequências à ST Jude Medical Brasil Ltda, CNPJ nº 00.986.846/0009-08, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Nº 11.120 Outorga autorização para uso de radiofrequências a Paulo Veloso dos Santos, CPF nº ***.033.996-**, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 11.125 Expedir autorização a Moto MG Comércio de Motocicletas Ltda, CNPJ nº 20.184.109/0001-33, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 11.127 Expedir autorização a Ronie Peterson Carbonaro Leopoldo, CPF nº ***.866.576-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 11.128 Expedir autorização a Marco Antônio Senju, CPF nº ***.854.218-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 11.131 Expedir autorização à Transradar Ltda, CNPJ nº 02.325.282/0001-22, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 11.339, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53528.002414/2022-12. Expede autorização a Jefferson Silva dos Santos, CPF nº ***.473.570-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATO Nº 11.387, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53528.002159/2022-08. Expede autorização a Vitor Kasten Cirolini, CNPJ nº 15.649.705/0001-01, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 16 DE MAIO DE 2022

Nº 6.743. Processo nº 53548.000533/2022-94. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, RONEI BENTO COUTINHO, CPF nº ***.216.931-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 6.754. Processo nº 53548.000572/2022-91. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR, CPF nº ***.654.768-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 17 DE MAIO DE 2022

Nº 6.790. Processo nº 53548.000544/2022-74. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, RICARDO APARICIO OTTAIANO, CPF nº ***.218.991-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 6.810. Processo nº 53548.000520/2022-15. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, SANDOVAL BARBOSA DA SILVA, CPF nº ***.019.691-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 6.903, DE 18 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53548.000519/2022-91. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, SANDRO ALBERTO FARIAS CAVALCANTI, CPF nº ***.490.881-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7.047, DE 20 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53548.000545/2022-19. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, REGIS LUIS COMARELLA, CPF nº ***.636.580-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 23 DE MAIO DE 2022

Nº 7.124. Processo nº 53548.000635/2022-18. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, LUIZ CARLOS VAREIRO, CPF nº ***.798.751-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.131. Processo nº 53548.000633/2022-11. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, LUIZ GUSTAVO ROCHA SILVA, CPF nº ***.987.141-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.137. Processo nº 53548.000621/2022-96. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, MARCELO DE CAMPOS WIDAL FILHO, CPF nº ***.247.611-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.145. Processo nº 53548.000589/2022-49. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, NILTON MARQUES DE JESUS, CPF nº ***.224.322-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.150. Processo nº 53548.000641/2022-67. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, LUIS MOREIRA DE LIMA, CPF nº ***.288.628-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 1º DE JUNHO DE 2022

Nº 7.548. Processo nº 53548.000692/2022-99. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, JOSE FERNANDES DE CASTRO, CPF nº ***.762.071-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.563. Processo nº 53548.000701/2022-41. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, JOSE ALVES MARTIM JUNIOR, CPF nº ***.048.461-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.594. Processo nº 53548.000630/2022-87. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, MANOEL DOMINGOS LOPO, CPF nº ***.174.381-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.603. Processo nº 53548.000674/2022-15. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, JUBERFELIS FERREIRA LIMA, CPF nº ***.385.361-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 3 DE JUNHO DE 2022

Nº 7.703. Processo nº 53548.000634/2022-65. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, LUIZ CEZAR CASAL BATISTA, CPF nº ***.223.521-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.704. Processo nº 53548.000599/2022-84. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, MAURICIO INACIO DE OLIVEIRA, CPF nº ***.484.744-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.711. Processo nº 53548.000670/2022-29. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, JULIO CEZAR FAGUNDES DA SILVA PINTO, CPF nº ***.166.961-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.714. Processo nº 53548.000655/2022-81. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, LUCINEI APARECIDO COELHO DE MATOS, CPF nº ***.781.901-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 11.398, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão. Proc. 53500.295591/2022-32. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 25 DE JULHO DE 2022

Nº 10.802 Processo nº 53500.297029/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SUL DE MINAS S/A, CNPJ 25.166.281/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Camanducaia/MG.

Nº 10.803 Processo nº 53500.288237/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ubá/MG.

Nº 10.804 Processo nº 53500.297162/2022-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Ludgero/SC.

Nº 10.805 Processo nº 53500.297165/2022-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bataguassu/MS.

Nº 10.806 Processo nº 53500.297168/2022-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Ludgero/SC.

Nº 10.807 Processo nº 53500.297173/2022-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bataguassu/MS.

Nº 10.808 Processo nº 53500.297180/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NSC TV CRICIUMA LTDA, CNPJ 82.916.503/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Ludgero/SC.

Nº 10.809 Processo nº 53500.297182/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV PAJUCARA LTDA, CNPJ 12.019.360/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Olho d'Água do Casado/AL.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 10.980, DE 28 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53500.288243/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO XANXERE LTDA, CNPJ 80.746.647/0001-04, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Xanxerê/SC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Nº 11.097 Processo nº 53500.298756/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Curralinho/PA.

Nº 11.098 Processo nº 53500.298757/2022-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Oliveira Fortes/MG.

Nº 11.099 Processo nº 53500.298760/2022-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Curralinho/PA.

Nº 11.101 Processo nº 53500.298762/2022-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV AMAZONIA LTDA, CNPJ 14.572.119/0001-43, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tartarugalzinho/AP.

Nº 11.103 Processo nº 53500.298869/2022-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA CLUBE DO PARA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 22.924.294/0001-80, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Paragominas/PA.

Nº 11.104 Processo nº 53500.299015/2022-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Giruá/RS.

Nº 11.105 Processo nº 53500.299021/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Giruá/RS.

Nº 11.106 Processo nº 53500.299028/2022-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A, CNPJ 54.313.556/0001-67, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Giruá/RS.

Nº 11.107 Processo nº 53500.299363/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO IMIGRANTES DE TURVO LTDA, CNPJ 75.551.762/0001-85, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Turvo/SC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Nº 11.480 Processo nº 53500.290609/2022-18. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, associada à autorização para execução de Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais.

Nº 11.482 Processo nº 53500.303300/2022-97. declara extinta, por renúncia, a partir de 09/08/2022, a autorização outorgada a RADINS TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 05.229.464/0001-98, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.485 Processo n° 53500.288043/2022-56. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à DRM - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA- ME., CNPJ nº 42.021.022/0001-88, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Especializado.

Nº 11.500 Processo nº 53500.292407/2022-01. Expede autorização à REDT COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA, CNPJ/MF nº 08.018.782/0001-06, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.503 Processo nº 53500.299772/2022-38. Expede autorização à SBS NET SERVICOS DE TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 38.454.712/0001-53, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.504 Processo nº 53500.287363/2022-99. Expede autorização à PROVELINE PROVEDOR DE REDE E TELECOMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 27.714.747/0001-68, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.506 Processo nº 53500.300687/2022-20. Expede autorização à VELLON SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA E DIGITAIS LTDA, CNPJ/MF nº 46.870.574/0001-11, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.507 Processo nº 53500.289368/2022-56. Expede autorização à LINKAR SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 28.313.483/0001-01, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.508 Processo nº 53500.301830/2022-09. Expede autorização à MAV-MONITORAMENTO DE ALARME E VIDEO LTDA, CNPJ/MF nº 17.793.300/0001-78, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.510 Processo nº 53500.302373/2022-61. declara extinta, por renúncia, a partir de 05/08/2022, a autorização outorgada a QNET TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 07.648.681/0001-48, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020 (SEI nº 5864225), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.514 Processo nº 53500.301787/2022-73. Expede autorização à RICARDO FAUSTINI BAGLIOLI, CPF nº ***.282.557-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.516 Processo nº 53500.301838/2022-67. Expede autorização à ROCHA, VIEIRA E CAMINHA LTDA, CNPJ/MF nº 30.606.499/0001-46, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.518 Processo nº 53500.301961/2022-88. Expede autorização à HM TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 35.438.390/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.523 Processo nº 53500.302353/2022-91. Expede autorização à SABINNET PROVEDOR DE INTERNET - EIRELI, CNPJ/MF nº 42.072.205/0001-22, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.527 Processo nº 53500.296237/2022-25. declara extinta, por renúncia, a partir de 19/07/2022, a autorização outorgada a IP VIAS TELECOM SOLUCOES EM TI LTDA, CNPJ/MF nº 19.427.416/0001-19, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DO EXÉRCITO
GABINETE DO COMANDANTE

DESPACHO Nº 579, DE 2 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel - não onerosa

1 Processo originário do 1º Grupamento de Engenharia (1º Gpt E), propondo a Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel (CDRUR), gratuita, de parcela de 225,00 m² (duzentos e vinte e cinco metros quadrados) do imóvel cadastrado na Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) como PE 07-0026, com área total de 15.442.527,56 m² (quinze milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e sete metros quadrados e cinquenta e seis decímetros quadrados), sob a responsabilidade administrativa do Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcante (CIMNC), localizado no Engenho Aldeia - Paudalho/PE, com a finalidade exclusiva de possibilitar a instalação de uma Estação de Monitoramento de Radionuclídeos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), por um período de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada a critério das partes, a partir da data de assinatura do contrato de CDRUR.

2. Considerando os pareceres do Estado-Maior do Exército (EME), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), do Comando Militar do Nordeste (CMNE) e do 1º Gpt E e de acordo com o art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, e o art. 18, § 1º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, ambos com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007; o art. 6º, inciso XI, e o art. 17, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o art. 76, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; o art. 3º, inciso V, das Instruções Gerais para a Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército (EB10-IG-04.004), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.041, de 13 de outubro de 2020, alterada pela Portaria - C Ex nº 1.690, de 22 de fevereiro de 2022; os art. 40 a 45 das Instruções Reguladoras para a Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército (EB50-IR-04.003), aprovadas pela Portaria - DEC/C Ex nº 200, de 3 de dezembro de 2020, alterada pela Portaria - DEC/C Ex nº 046, de 31 de março de 2022; e a Portaria - C Ex nº 1.700, de 8 de dezembro de 2017, alterada pelas Portarias - C Ex nº 1.696, de 2 de março de 2022, e nº 1.723, de 13 de abril de 2022, dou o seguinte despacho:

a. AUTORIZO os procedimentos administrativos para a concessão da parcela do imóvel de que trata o seguinte Despacho.

b. Restitua-se o processo ao DEC, para as providências decorrentes.

c. Delego competência ao Comandante do 1º Gpt E para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da concessão autorizada na letra a deste Despacho.

d. O EME, o CMNE e o 1º Gpt E tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES
Comandante do Exército

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
3º DISTRITO NAVAL
HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

PORTARIA Nº 112/HNRE, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, em conformidade com contido na Orientação Normativa AGU nº 33/2011, resolve:

Art. 1º Que seja dada publicidade, por meio do Diário Oficial da União, aos Termos de Adesão ao Edital de Credenciamento nº 2/2019, Processo Administrativo n° 63066.003213/2019-67, deste Hospital, assinado pela Organização de Saúde extra-Marinha abaixo especificada:

I – MUNIZ E MUNIZ SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI:

a) CNPJ nº 07.880.207/0001-47; e

b) Valor estimativo anual: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 2º Fundamentação: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, com seus efeitos administrativos a contar a partir de 03 de agosto de 2022.

Cmg (MD) JOSÉ ROBERTO GOMES CORRÊA MACEDO
Ordenador de Despesas

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.554, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, considerando o Decreto nº 129, de 21 de julho de 2022, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul/MS, e as demais informações constantes no processo nº 59051.017086/2022-71, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de Incêndio Florestal - 1.4.1.3.1, a situação de emergência nos municípios relacionados abaixo.

Nº	MUNICÍPIOS
01	Anastácio
02	Aquidauana
03	Bodoquena
04	Bonito
05	Corguinho
06	Corumbá
07	Coxim
08	Jardim
09	Ladário
10	Miranda
11	Porto Murtinho
12	Rio Negro
13	Rio Verde de Mato Grosso
14	Sonora

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 8 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.353 - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE, Açude Caldeirão de Parelhas, Município de Parelhas/RN, abastecimento público.

Nº 1.354 - REPOL PLASTICOS LTDA - ME, rio Pomba, Município de Cataguases/MG, indústria.

Nº 1.355 - REPOL PLASTICOS LTDA - ME, rio Pomba, Município de Cataguases/MG, indústria.

Nº 1.356 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, rio Pomba, Município de Cataguases/MG, abastecimento público.

Nº 1.357 - ATLANTICA AGROPECUARIA LTDA, rio São Francisco, Município de Pirapora/MG, irrigação.

Nº 1.358 - ATLANTICA AGROPECUARIA LTDA, rio São Francisco, Município de Pirapora/MG, irrigação.

Nº 1.359 - FRINENSE ALIMENTOS LTDA, rio Muriaé, Município de Itaperuna/RJ, indústria.

Nº 1.360 - EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO SA, UHE Paulo Afonso IV/UHE Apolônio Sales (Moxotó), Município de Paulo Afonso/BA, esgotamento sanitário.

Nº 1.361 - LATICINIOS BELA VISTA LTDA, rio Doce, Município de Governador Valadares/MG, indústria.

Nº 1.362 - COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO, Barragem de Ingazeira, Município de Venturosa/PE, abastecimento público.

Nº 1.364 - COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO, rio São Francisco, Município de Cabrobó/PE, abastecimento público.

Nº 1.366 - SERVICO AUTONOMO ÁGUA ESGOTO ITAPIRA, rio do Peixe, Município de Itapira/SP, abastecimento público.

Nº 1.367 - SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, rio Apa, Município de Bela Vista/MS, esgotamento sanitário.

Nº 1.369 - ELIZABETE FERNANDES DA SILVA, PCH Machado Mineiro, Município de Águas Vermelhas/MG, irrigação.

Nº 1.370 - SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LINHARES, rio Doce, Município de Linhares/ES, esgotamento sanitário.

Nº 1.371 - CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP, UHE Rosana, Município de Teodoro Sampaio/SP, esgotamento sanitário.

Nº 1.372 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, rio Doce, Município de Alpercata/MG, abastecimento público.

Nº 1.373 - INTERCEMENT BRASIL S.A, rio Doce, Município de Santana do Paraíso/MG, indústria.

Nº 1.374 - RODRIGO TREVISO, UHE Porto Colômbia, Município de Conceição das Alagoas/MG, irrigação.

Nº 1.375 - CARGILL AGRICOLA S/A, rio Moji-Guaçu, Município de Porto Ferreira/SP, indústria.

Nº 1.376 - SUZANO S.A, rio Tocantins, Município de Imperatriz/MA, indústria.

Nº 1.377 - SUZANO S.A, rio Tocantins, Município de Imperatriz/MA, indústria.

Nº 1.378 - FARO CAPITAL COMERCIAL AGRICOLA LTDA, PCH Machado Mineiro, Município de Águas Vermelhas/MG, irrigação.

Nº 1.379 - DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.380 - DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA, rio Piranhas ou Açu, Município de Carnaubais/RN, irrigação.

Nº 1.381 - DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA, rio Piranhas ou Açu, Município de Ipanguaçu/RN, irrigação.

Nº 1.382 - DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA, rio Piranhas ou Açu, Município de Ipanguaçu/RN, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site https://www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 8 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas preventivas de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.363 - CAMACARI RJ PARTICIPACOES S/A, rio Paraguai, Município de Ladário/MS, termoelétrica.

Nº 1.365 - SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, rio Doce, Município de Governador Valadares/MG, esgotamento sanitário.

Nº 1.368 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS, rio Piranhas, Município de Jucurutu/RN, abastecimento público.

O inteiro teor das Outorgas Preventivas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site https://www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 9 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12,

inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.383 - SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, Rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, esgotamento sanitário.

Nº 1.385 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR, rio Iguaçu, Município de União da Vitória/PR, esgotamento sanitário.

Nº 1.386 - CONSTRUTORA JUREMA LTDA, rio Poti, Município de Buriti dos Montes/PI, outras.

Nº 1.387 - DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.389 - DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA, rio Piranhas ou Açu, Município de Ipanguaçu/RN, irrigação.

Nº 1.390 - DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA, rio Piranhas ou Açu, Município de Carnaubais/RN, irrigação.

Nº 1.393 - CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A, rio São Francisco, Município de Cabrobó/PE, outras.

Nº 1.394 - SVC Construções Ltda., rio São Francisco, Município de Xique-Xique/BA, outras.

Nº 1.395 - INTERCEMENT BRASIL S.A, rio Doce, Município de SANTANA DO PARAÍSO/MG, indústria.

Nº 1.398 - ITOGRASS AGRICOLA ALTA MOGIANA LTDA., rio Pardo, Município de Jardinópolis/SP, irrigação.

Nº 1.399 - CARLOS WELIGTON LEITE VILELA, rio Mundaú, Município de Murici/AL, irrigação.

Nº 1.400 - DENIS KELSEN ALVES CRUZ, Açude do Estreito, Município de Espinosa/MG, indústria.

Nº 1.401 - AGROPECUARIA LABRUNIER LTDA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 1.403 - VICTOR XAVIER RIZZO, rio Canoas, Município de Mococa/SP, irrigação.

Nº 1.404 - ROMILDO CARVALHO CUNHA, UHE Capivara, Município de Taciba/SP, irrigação.

Nº 1.405 - RAIZEN ENERGIA S.A, UHE Volta Grande, Município de Igarapava/SP, irrigação.

Nº 1.406 - ANDRE SANTANA ANDRADE, CLARICE SANTANA DE ANDRADE, LUCAS OLIVEIROS DE ANDRADE, MARILDA SANTANA ANDRADE, OLIVEIROS MARTINS DE ANDRADE, rio São Francisco, Município de Ponto Chique/MG, irrigação.

Nº 1.407 - AGROPECUARIA LABRUNIER LTDA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 1.408 - MATADOURO BRASILIA LTDA - ME, rio Mucuri, Município de Carlos Chagas/MG, indústria.

Nº 1.409 - INCORP AGRO LTDA, BC BUSINESS AGROPECUARIA CORPORATION S/A, FAST EDITORA E PARTICIPACOES LTDA, CRXMC CONSULTORIA LTDA e JATECH SOLUCOES EM TI LTDA, rio Parnaíba, Município de Alto Parnaíba/MA, irrigação.

Nº 1.410 - INCORP AGRO LTDA, BC BUSINESS AGROPECUARIA CORPORATION S/A, FAST EDITORA E PARTICIPACOES LTDA, CRXMC CONSULTORIA LTDA e JATECH SOLUCOES EM TI LTDA, rio Parnaíba, Município de Alto Parnaíba/MA, irrigação.

Nº 1.411 - DAISY APARECIDA CARDOSO VENTRI, rio Canoas, Município de Mococa/SP, irrigação.

Nº 1.412 - SMART CONFECCOES LTDA, rio Doce, Município de Colatina/ES, indústria.

Nº 1.413 - RIO DOCE GERACAO DE ENERGIA S/A, rio Doce, Município de Linhares/ES, termoelétrica.

Nº 1.415 - RIO DOCE GERACAO DE ENERGIA S/A, rio Doce, município de Linhares/ES, termoelétrica.

Nº 1.416 - SILVIO CARVALHO DE ARAUJO, rio Paranã, Município de Iaciara/GO, irrigação.

Nº 1.418 - JUVENIL ANTONIO CENCI, Rio Urucuia, Município de Arinos/MG, irrigação

Nº 1.419 - AQUILES LEITE VIANA, ENEIDA DE MATTOS BRITO OLIVEIRA VIANA, HENRIQUE CAETANO DE SOUZA, SARA VAZ DA SILVA, rio Paranã, Município de Formosa/GO, irrigação.

Nº 1.420 - C&S PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA., rio Urucuia, Município de São Romão/MG, irrigação.

Nº 1.421 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, rio Lambari, Município de Poços de Caldas/MG, esgotamento sanitário.

Nº 1.423 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS, Açude Armando Ribeiro Gonçalves, Município de Jucurutu/RN, abastecimento público.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site https://www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 9 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas preventivas de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.388 - EVOLUTION POWER PARTNERS S.A, rio São Francisco, Município de Neópolis/SE, termoelétrica.

Nº 1.391 - NORTE REAL ESTATE S.A, rio Parnaíba, Município de Teresina/PI, termoelétrica.

Nº 1.392 - GASTRADING COMERCIALIZADORA DE ENERGIAS S/A, rio Parnaíba, Município de Teresina/PI, termoelétrica.

Nº 1.396 - ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETROLEO S.A, Rio Guamá e Baía de Guajará, Município de Belém/PA, termoelétrica.

Nº 1.397 - ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETROLEO S.A, Rio Guamá e Baía de Guajará, Município de Belém/PA, termoelétrica.

Nº 1.414 - PONTE NOVA ENERGIA PROJETOS LTDA, UTE ATIAIA I SPE LTDA, UTE SAO JORGE SPE LTDA, UTE SANTANA SPE LTDA, rio Parnaíba, Município de Teresina/PI, termoelétrica.

Nº 1.417 - PONTE NOVA ENERGIA PROJETOS LTDA, UTE SANTANA SPE LTDA, UTE ATIAIA I SPE LTDA, UTE SAO JORGE SPE LTDA, rio Parnaíba, Município de Teresina/PI, termoelétrica.

Nº 1.422 - COMPANHIA DE ENGENHARIA HIDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA CERB, Açude do Estreito, Município de Urandi/BA, abastecimento público.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site https://www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 1.402, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu indeferir o pedido de outorga de direito de usos de recursos hídricos de:

Paulo Gomes Moglia, rio Negro, Município de Bagé/RS, irrigação.

O inteiro teor do Indeferimento de Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site https://www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.424 - DANIEL PEDROSO PALMA E OUTROS, UHE Chavantes, Município de Fartura/SP, irrigação.

Nº 1.425 - NOSLEN ANTONIO OLIBONE, rio Tocantins, Município de Miracema do Tocantins/TO, irrigação.

Nº 1.426 - CLEMENCIA DE FATIMA PEREIRA SANTOS, rio Jequitinhonha, Município de Itaobim/MG, irrigação.

Nº 1.427 - ALBERTO FIUZA DE CARVALHO, rio São Francisco, Município de Malhada/BA, irrigação.

Nº 1.428 - ARNOBIO RONCALLE DE CASTRO BRAGA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 1.429 - FRANCICLEITON GOMES COELHO, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 1.430 - ELIAS RODRIGUES DA SILVA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 1.431 - MAURILIO DE OLIVEIRA BARROS, rio São Francisco, Município de Martinho Campos/MG, irrigação.

Nº 1.432 - MARCIO ANTONIO ANDRADE, UHE Três Marias, Município de Abaeté/MG, irrigação.

Nº 1.433 - GEREMIAS BRAGA DA COSTA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 1.434 - CAMILO OLIMPIO PEREIRA, UHE Emborcação, Município de Douradoquara/MG, irrigação.

Nº 1.435 - MATIAS ALVES CLARO, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.436 - ESPEDITO LUCIANO LIMA, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.437 - EDNALVA DA SILVA, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.438 - JOSE MARCOS DE CARVALHO, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.439 - JOSE SILVA PEREIRA, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.440 - IVANILSON SANTANA GOMES, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.441 - ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E PRODUTORES RURAIS DA 3 ETAPA DO ASSENTAMENTO CATALUNHA DA SERRA DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA - PE, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

Nº 1.442 - JULIO FLAVIO DE ASSIS LEAL, UHE Luiz Gonzaga, Município de Floresta/PE, irrigação.

Nº 1.443 - ANA MARIA MATIELLO, ANA OLIVIA MATIELLI CAMPOS PRATA, ANA LUIZA MATIELLI CAMPOS ZANETTI E ARMANDO MATTIELLO, rio Jaguari-Mirim, Município de São João da Boa Vista/SP, irrigação.

Nº 1.444 - AGNALDO FAVONI, UHE Canoas I, Município de Cândido Mota/SP, irrigação.

Nº 1.445 - MARLUCE GOMES DA SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Floresta/PE, irrigação.

Nº 1.446 - CATARINO DOS SANTOS REIS, UHE Sobradinho, Município de Sento Sé/BA, irrigação.

Nº 1.447 - DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA (CE), rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site https://www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

RETIFICAÇÃO

No extrato ATO Nº 1.319, DE 15 DE JULHO 2022, publicado no DOU de 04/08/2022, Seção 1, página 14, onde se lê: ATO Nº 1.319, DE 15 DE JULHO 2022 leia-se: ATO Nº 1.319, DE 29 DE JULHO 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO SUDECO Nº 106, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Altera o Manual de Procedimentos e Operacionalização de projetos de investimentos concernentes ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo Decreto n.º 11.057, de 29 de abril de 2022, torna público que, em sessão da 103ª Reunião Ordinária, realizada em 10.08.2022, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, com fulcro no art. 12, inciso IV, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art.10, inciso XXI do Decreto 10.152 de 10 de dezembro de 2019, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Procedimentos e Operacionalização de projetos de investimentos concernentes ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Recomendar a divulgação desse normativo, inclusive disponibilizá-lo em meio eletrônico.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 28, de 07 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

RESOLUÇÃO SUDECO Nº 107, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Estabelece Sindicalização de Operações de Créditos e de Contrato de Financiamento a projetos apoiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTODO CENTRO-OESTE, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo Decreto n.º 11.057, de 29 de abril de 2022, torna público que, em sessão da 103ª Reunião Ordinária, realizada em10.08.2022, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, com fulcro no art. 12, inciso IV, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009 e no art.10, inciso VII do Decreto 10.152 de 10 de dezembro de 2019, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, resolve:

Art. 1º As operações de crédito com a finalidade de repasses de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, para financiamento de projetos de investimentos poderão ser estruturadas pelo mecanismo de empréstimos sindicalizados, assumindo o agente operador responsável pela análise de viabilidade econômico-financeira do projeto e/ou contratação do financiamento a condição de agente líder.

Art. 2º O agente financeiro líder da operação responderá pela coordenação e administração das relações com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, gestora e repassadora dos recursos do FDCO, com os agentes financeiros e, bem assim, com terceiros, observadas suas implícitas e mútuas obrigações contratuais, respeitado o disposto no Regulamento desse Fundo e suas normas complementares.

Art. 3º Poderão participar como agentes financeiros e/ou como líder da operação, as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme estabelecido no Regulamento deste Fundo.

Art. 4º A remuneração dos agentes financeiros participantes da operação sindicalizada será proporcional ao risco assumido no financiamento do projeto e repassado pelo Banco Líder.

Art. 5º A remuneração dos agentes financeiros, o prazo máximo de vencimento das operações, incluindo o período máximo de carência, além das condições gerais de financiamento, serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional, por proposição do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 6º Fica revogada a Resolução nº 53 de 29 de maio de 2015.

Art. 7º Recomendar a divulgação desse normativo, inclusive disponibilizá-lo em meio eletrônico.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

RESOLUÇÃO SUDECO Nº 109, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Aprova a participação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO no projeto de titularidade da empresa ERR Empreendimento Imobiliário LTDA., CNPJ nº 13.014.315/0001-30, que tem por objetivo implantar quatro parques solares de 1,0MWp totalizando 4,0MWp no município de Corumbá/MS.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 13 do Anexo I ao Decreto n.º 11.057, de 29 de abril de 2022, torna público que, em sessão da 103ª Reunião Ordinária, realizada em 10.08.2022, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, resolve:

Art. 1º Aprovar, observado o disposto no caput, nos §§ 1° e 4º do art. 10 do Anexo à Resolução CONDEL/SUDECO n.º 114, de 09 de novembro de 2021, que aprova o Regulamento que dispõe sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento, o projeto da empresa ERR Empreendimento Imobiliário LTDA., que tem por objetivo implantar quatro parques solares de 1,0MWp totalizando 4,0MWp no município de Corumbá/MS, contemplando a aquisição de equipamentos, infraestrutura de instalação das usinas solares e interligação com a rede da concessionária de energia a serem implantados nos anos de 2022 e 2023, com a participação de recursos do FDCO no valor de R$ 16.779.000,00 (dezesseis milhões setecentos e setenta e nove mil reais), sendo que o investimento total do empreendimento está estimado em R$ 27.965.000,00 (vinte e sete milhões novecentos e sessenta e cinco mil reais).

Art. 2º Esclarecer que o referido projeto integra-se aos objetivos de promoção do desenvolvimento e integração da área de atuação da SUDECO, e enquadra-se nas diretrizes, orientações gerais e prioridades espaciais e setoriais para a aplicação dos recursos do FDCO.

Art. 3º Informar que o Fundo, nesta data, demonstra capacidade de aportar os recursos de acordo com o cronograma físico-financeiro referente ao projeto ora aprovado, conforme Atestado de Disponibilidade Financeira - ADF, requerido pelo Caput do art. 10 do Anexo à Resolução CONDEL/SUDECO n.º 114/2021.

Art. 4º Ressaltar que o Agente Operador aprovou sua participação no financiamento do projeto apresentado pela empresa ERR Empreendimento Imobiliário LTDA.

Art. 5º Comunicar que a empresa beneficiária deverá apresentar ao agente operador as informações e os documentos necessários ao atendimento das condicionantes à celebração do contrato, no prazo estabelecido pelo art. 11 do Anexo à Resolução CONDEL/SUDECO n.º 114/2021.

Art. 6º Determinar, observado o disposto no §4º do art. 10 do Anexo à Resolução CONDEL/SUDECO n.º 114/2021, a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União e a sua disponibilização em meio eletrônico de amplo acesso, para consulta pública.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

RESOLUÇÃO SUDECO Nº 110, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Aprova a Consulta Prévia da Empresa OUROBRANCO AGRONEGÓCIOS LTDA; que tem por objetivo a implantação de uma unidade de recepção, padronização, armazenamento, expedição, secagem e limpeza de grãos, no município de São Miguel do Araguaia (GO), com capacidade de estocagem de aproximadamente 1.200.000 sacas de soja de janeiro a abril e 1.200.000 sacas de milho de junho a agosto, com a participação de recursos do FDCO.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTODO CENTRO-OESTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 13 do Anexo I ao Decreto n.º 11.057, de 29 de abril de 2022, torna público que a Diretoria Colegiada, em sessão realizada no dia 10.08.2022, resolve:

Art. 1º Aprovar, observando o disposto no §5º e §10º do art. 6º do Anexo à Resolução CONDEL/SUDECO nº 114, de 09.11.2021, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, a Consulta Prévia da empresa OURO BRANCO AGRONEGÓCIOS LTDA. CNPJ n.º 27.134.263/0003-01, que tem por objetivo a implantação de uma unidade de recepção, padronização, armazenamento, expedição, secagem e limpeza de grãos, com a participação de recursos do FDCO no valor de R$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) sendo que o investimento total do empreendimento está estimado em R$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais).

Art. 2º Comunicar que, em conformidade com o que dispõem os anexos II e III da Resolução nº 4.960, de 21.10.2021, do Conselho Monetário Nacional, que estabelece os critérios, condições, prazos e encargos financeiros para a concessão de financiamentos ao amparo de recursos dos Fundos de Desenvolvimento, o financiamento pleiteado enquadra-se como projeto tipo A, "Área prioritária" - "média renda e médio dinamismo", de acordo com a tipologia da PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Decreto nº 9.810, de 30.05.2019 e Portaria MDR nº 1.369, de 02 de julho de 2021 - Diretrizes e Orientações Gerais para o exercício de 2022 e 2023), pertencente ao setor da economia "Infraestrutura", conforme anexo II da referida resolução.

Art. 3° Atestar que o empreendimento se harmoniza com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL/SUDECO) desta Autarquia para aplicação de recursos desse Fundo no exercício de 2022, observado o disposto na Resolução CONDEL/SUDECO nº 108/2021, de 13.08.2021, tratando-se de investimento no Setor de Infraestrutura - Armazenagem - unidades de armazenagem coletora, intermediária e terminal, inclusive para produtos de origem vegetal e animal.

Art. 4° Notificar que a Consulta Prévia, neste ato aprovada, terá um prazo de validade de150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento da comunicação, segundo §12 do art. 6º do Anexo à Resolução CONDEL/SUDECO nº 114, de 09.11.2021, que aprova o Regulamento do FDCO.

Art. 5º Cientificar, de acordo com disposto no art. 7º do Anexo à Resolução CONDEL/SUDECO nº 114/2021, de 09.11.2021, que a empresa deverá procurar o agente operador de sua preferência para obter a autorização com vistas à elaboração do respectivo projeto.

Art. 6º Disponibilizar esta Resolução em meio eletrônico para consulta pública, em respeito ao §13 do art. 6º do Anexo à Resolução CONDEL/SUDECO nº 114/2021, de 09.11.2021.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/MD Nº 6.828, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, das Portarias Interministeriais que menciona.

OS MINISTROS DE ESTADO DA ECONOMIA E DA DEFESA, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolveM:

Art. 1º Fica declarada a revogação das seguintes Portarias Interministeriais do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Defesa:

I - nº 319, de 27 de outubro de 2016;
II - nº 6, de 13 de janeiro de 2017;
III - nº 281, de 25 de agosto de 2017; e
IV - nº 438, de 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA
Ministro de Estado da Defesa

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 22 a 26/08/2022.

Pauta Suplementar extraordinária (dias 22 e 26/08/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna ITEM e PROCESSO, servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna ITENS REPETITIVOS da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna ITENS REPETITIVOS da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
7	10925.901582/2014-89	08 a 15

4) A tabela que trata da observação nª 03 da pauta publicada em 10/08/2022 no DOU nº 151, pág. 232, fica acrescida em 09(nove) unidades em suas colunas ITEM E ITENS REPETITIVOS, e os demais processos da pauta também renumerados.

DIA 22 de Agosto de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
07 - Processo nº: 10925.901582/2014-89 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
08 - Processo nº: 10925.901571/2014-07 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
09 - Processo nº: 10925.901572/2014-43 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10925.901573/2014-98 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10925.901575/2014-87 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10925.901576/2014-21 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10925.901578/2014-11 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10925.901580/2014-90 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10925.901581/2014-34 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

HELCIO LAFETA REIS
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara
da 3ª Seção do CARF

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DA 302ª SESSÃO DE JULGAMENTOS

A ser realizada nas datas a seguir mencionadas, nos termos art. 24-C, inc, II, da Portaria nº 212, de 13 de maio de 2020, na modalidade de videoconferência.

EM 24 DE AGOSTO DE 2022, ÀS 09H30MIN E EM 25 DE AGOSTO DE 2022, ÀS 09H30MIN, CASO OS TRABALHOS NÃO SEJAM FINALIZADOS NO PRIMEIRO DIA.

Relator: Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão

001) 15414.606977/2017-05 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), HDI Seguros S.A. (29.980.158/0001-57) (Recorrente) e João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado).

002) 15414.621953/2017-78 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. (02.102.498/0001-29) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

003) 15414.601615/2018-09 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (17.197.385/0001-21) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

004) 15414.611569/2018-48 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), ATAX - Associação dos Amigos Transportadores de Xanxerê (16.816.009/0001-05) (Recorrente), Gerson Luiz Colpani (Recorrente), Marcos Antonio Tortelli (Recorrente) e Luciana Brunetto (OAB/SC 33.830) (Advogada).

005) 15414.601228/2017-83 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Mapfre Previdência S.A. (04.046.576/0001-40) (Recorrente), Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

006) 15414.612823/2016-63 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

Relator: Neival Rodrigues Freitas

007) 15414.628281/2018-11 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Mapfre Vida S.A. (antiga Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A) (54.484.753/0001-49) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

008) 15414.619208/2019-21 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Mapfre Seguros Gerais S.A. (61.074.175/0001-38) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

009) 15414.625421/2017-18 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sabemi Seguradora S.A. (87.163.234/0001-38) (Recorrente), Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada) e Guilherme de Mello Franco Faoro (OAB/RJ 203.647) (Advogado).

010) 15414.619310/2018-45 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Massa Falida de APLUB Previdência Privada (Administrador Judicial: Dani Leonardo Giacomini, OAB/RS nº 53.956) (92.672.070/0001-04) (Recorrente) e Leonardo Bica de Freitas Rezende (OAB/RS 47.165) (Advogado).

Relatora: Vivien Lys Porto Ferreira da Silva

011) 15414.625942/2019-29 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Brasilseg Companhia de Seguros (antiga Companhia de Seguros Aliança do Brasil) (28.196.889/0001-43) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

012) 15414.601245/2018-00 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (92.682.038/0001-00) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

013) 15414.605201/2016-89 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (92.682.038/0001-00) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

014) 15414.607470/2016-80 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Melo & Soares Actualis Consultoria Atuarial (04.549.368/0001-64) (Recorrente), Marcílio Nascimento Soares (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

015) 15414.612752/2018-61 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), ACVAT - Previdência S.A. (incorporada por União Seguradora S.A. - Vida e Previdência) (91.167.361/0001-82) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

016) 15414.630305/2019-74 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (87.376.109/0001-06) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

017) 15414.606683/2016-94 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Munich RE do Brasil Resseguradora S.A. (01.857.539/0001-24) (Recorrente) e João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado).

Relator: Washington Luis Bezerra da Silva

018) 15414.625621/2017-62 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Generali Brasil Seguros S/A (33.072.307/0001-57) (Recorrente), Valter Luis Hime Pinheiro Soares (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

019) 15414.625732/2017-79 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Generali Brasil Seguros S/A (33.072.307/0001-57) (Recorrente), Claudia Papa Scarpa (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

020) 15414.629150/2019-23 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Caixa Vida e Previdência S.A. (03.730.204/0001-76) (Recorrente), Thierry Marc Claude Claudon (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

021) 15414.603532/2018-46 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Companhia de Seguros Previdência do Sul (92.751.213/0001-73) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

Relator: José Antônio Maia Piñeiro

022) 15414.620346/2018-71 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Auxiliadora Previdência Privada (17.188.350/0001-26) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

023) 15414.625407/2018-97 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

024) 15414.612623/2017-91 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (92.682.038/0001-00) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

025) 15414.617687/2017-89 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Chubb Seguros Brasil S.A. (atual denominação de Ace Seguradora S.A.) (03.502.099/0001-18) (Recorrente) Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado) e Fábio Jun Gobara (OAB/PR 48.503) (Advogado).

026) 15414.601657/2019-12 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), APM Brasil - Associação de Proteção (09.133.428/0001-87) (Recorrente), Wellington Almeida de Lima (Recorrente) e Renato de Assis Pinheiro (OAB/MG 108.900) (Advogado).

Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro

027) 15414.601621/2020-72 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Starr Internacional Brasil Seguradora S.A. (17.341.270/0001-69) (Recorrente) e Julia Santoro de Camargo Donato (OAB/SP 207.103) (Advogada).

028) 15414.634140/2017-48 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Massa Falida de APLUB Previdência Privada (Administrador Judicial: Dani Leonardo Giacomini, OAB/RS nº 53.956) (92.672.070/0072--04) (Recorrente) e Leonardo Bicas de Freitas (OAB/RJ 47.165) (Advogado).

029) 15414.607869/2016-61 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida) e Associação Recreativa Campestre dos Rádios Operadores RJ - ARCRRJ (antiga ARC Previdência Privada) (33.642.497/0001-09) (Recorrente).

030) 15414.620128/2019-18 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (92.682.038/0001-00) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

031) 15414.630937/2017-76 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Aliança do Brasil Seguros S.A. (01.378.407/0001-10) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

Relatora: Simone Pereira Negrão

032) 15414.601618/2020-59 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (17.197.385/0001-21) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

033) 15414.607652/2018-12 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Uniclass Corretora de Seguros Ltda - ME (27.000.021/0001-63) (Recorrente) e Fernanda Nunes de Souza (OAB/RJ 121.010) (Advogada).

034) 15414.616489/2018-89 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (03.558.096/0001-04) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

Relator: José Carlos Gomes Mota

035) 15414.610601/2018-78 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (17.197.385/0001-21) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

036) 15414.614858/2020-13 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (87.376.109/0001-06) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

037) 15414.639636/2018-99 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Berkley International do Brasil Seguros S/A (07.021.544/0001-89) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

038) 15414.626122/2017-92 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda (02.189.924/0001-03) (Recorrente) e Laura Pelegrini (OAB/SP 300.387) (Advogada).

Relator: Thompson da Gama Moret Santos

039) 15414.611067/2016-55 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Investprev Seguradora S.A. (42.366.302/0001-28) (Recorrente) e André Rodrigues Chaves (OAB/RS 55.925) (Advogado).

040) 15414.620022/2017-52 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida) e Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. (15.517.074/0001-77) (Recorrente).

041) 15414.604808/2018-11 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

042) 15414.605621/2018-27 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), AT Service Engenharia e Consultoria Atuarial Ltda. (71.588.495/0001-60) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

043) 15414.612112/2018-51 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

044) 15414.612551/2020-88 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (03.558.096/0001-04) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

045) 15414.615499/2020-11 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

Relator: Daniel Barreto Curi

046) 15414.604862/2020-73 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sabemi Previdência Privada (88.747.928/0001-85) (Recorrente) e João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado).

047) 15414.605027/2021-31 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), XS4 Capitalização S.A. (38.155.804/0001-32) (Recorrente) e Pedro Ivo Silva Mello (OAB/RJ 149.067) (Advogado).

Relatora: Marcia Gomes Lencastre

048) 15414.629380/2017-21 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Mapfre Vida S.A. (54.484.753/0001-49) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

049) 15414.613635/2020-39 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Goiascor Corretora de Seguros Ltda. (01.617.183/0001-51) (Recorrente), Angela Maria da Silva Oliveira (Recorrente) e Rafael Araújo Oliveira (OAB/GO 38.254) (Advogado).

050) 15414.624454/2017-32 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Generali Brasil Seguros S.A. (33.072.307/0001-57) (Recorrente) e Renato Barcellos Santos (OAB/RJ 113.695) (Advogado).

Relatora: Luciana Ruas Caúla Bandeira de Mello

051) 15414.628027/2019-95 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida) e Vitória Gonçalves da Silva (Recorrente).

052) 15414.631596/2017-56 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Generali Brasil Seguros S.A. (33.072.307/0001-57) (Recorrente) e Renato Barcellos Santos (OAB/RJ 113.695) (Advogado).

053) 15414.617461/2017-88 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Brasilseg Companhia de Seguros (antiga Companhia de Seguros Aliança do Brasil) (28.196.889/0001-43) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

054) 15414.613559/2017-66 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Icatu Seguros S.A. (42.283.770/0001-39) (Recorrente), Luciano Snel Corrêa (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

055) 15414.622333/2019-18 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Brasilveículos Companhia de Seguros (01.356.570/0001-81) (Recorrente) e Wady José Mourão Cury (Recorrente) e Rodolfo dos Santos Braun (OAB/SP 345.153) (Advogado).

Processos com pedido de vista:

Relator: Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão

056) 15414.625764/2019-36 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (33.061.813/0001-40) (Recorrente) e João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado).

Julgamento adiado por pedido de vista do Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva, na 288ª Sessão.

Relator: José Antônio Maia Piñeiro

057) 15414.620134/2019-75 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (33.061.813/0001-40) (Recorrente), Marcelo Mancini Peixoto (Recorrente) e João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado).

Julgamento adiado por pedido de vista do Conselheiro José Carlos Gomes Mota, na 297ª Sessão.

Processos incluídos manualmente:

Relatora: Helena Mulim Venceslau

058) 15414.629122/2019-14 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida) e Massa Falida da BCS Seguros S.A. (Administrador Judical: Oreste Nestor de Souza Laspro - OAB/SP 98.628) (48.076.897/0001-63) (Recorrente).

059) 15414.628474/2019-44 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sompo Seguros S.A. (atual denominação da Yasuda Marítima Seguros S.A.) (61.383.493/0001-80) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

a) Total de processos: 59 (cinquenta e nove)

b) Aditamento ou retiradas de pauta: Recomenda-se consulta sistemática ao Diário Oficial da União e ao sítio eletrônico do CRSNSP, página Pautas de Julgamento (https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/sessoes-de-julgamento), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.

c) Suspensão dos trabalhos: Salientamos o disposto no § 3º do art. 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016: Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação.

d) ACOMPANHAMENTO DA SESSÃO E PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E/OU DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - Nos termos do art. 24-C, §3º, advogados habilitados e demais legitimados que desejarem realizar sustentação oral por videoconferência e os interessados em acompanhar a sessão do CRSNSP na condição exclusiva de ouvinte deverão providenciar sua inscrição pelo formulário eletrônico disponibilizado na página do CRSNSP na internet, até 48 horas antes do dia da sessão (link para sustentação oral: https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/pedido-de-sustentacao-oral-e-de-preferencia) (link para acompanhamento da Sessão: https://www.youtube.com/mpstreaming). Na medida do possível, os pedidos de sustentação oral enviados pelo portal do CRSNSP serão considerados na ordem de julgamento.

As instruções para acesso à videoconferência serão enviadas aos solicitantes pela Secretaria Executiva do CRSNSP, por correspondência eletrônica, até 2 horas antes do horário previsto para o início da sessão.

Nos termos do art. 24-C, §7º da Portaria GME n. 212/2020, § 7º. Não será admitido destaque para julgamento presencial quando existirem medidas de restrição de ordem pública que impeçam a realização de sessões presenciais.

e) Envio de memoriais: Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSNSP (https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/envio-de-memorial).

Brasília-DF, 11 de agosto de 2022.
ANDRÉ WILSON MARTINS DE LIMA
Secretário-Geral do CRSNSP

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 36, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo no 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto no 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto no 8.058, de 26 de julho de 2013, considerando o estabelecido no Art. 2º da Resolução CAMEX no 6, de 16 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17 de fevereiro de 2017, que homologou, nos termos constantes de seu Anexo I, item 4, o compromisso de preços para amparar as importações brasileiras de batatas congeladas, comumente classificadas no código 2004.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias da França e dos Países Baixos, fabricadas pelas empresas McCain Alimentaire SAS e McCain Foods Holland B.V., torna público que:

1. De acordo com o disposto no tópico D do item 4 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 6, de 2017, o ajuste do preço a ser praticado pela McCain do Brasil nas suas revendas do produto objeto do compromisso de preços importado da McCain Alimentaires SAS e da McCain Foods Holland B.V deve ser realizado com base: na variação do Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG) - Produtos Industriais, aplicada ao preço de revenda em reais ou na variação do HICP (Harmonized Index of Consumer Prices - Overall Index) da Europa aplicada ao preço de revenda em euros e convertido para reais com base na média da taxa de câmbio do período de reajuste; o que resultar no preço reajustado mais elevado.

2. Do mencionado preço de revenda reajustado, devem ser deduzidos: o percentual de 50,5% a fim de se apurar o preço de exportação reajustado a ser praticado pela McCain Alimentaire e pela McCain Holland para a McCain do Brasil e o percentual de 18,4% a fim de se apurar o preço de exportação reajustado a ser praticado pela McCain Argentina para clientes independentes no Brasil. Os preços encontrados devem ser convertidos em euros com base na média da taxa de câmbio do período de reajuste.

3. Nos termos previstos, a variação dos índices IPA-OG e HICP foi calculada por meio da comparação entre o índice médio do período de reajuste anterior (junho de 2021 a novembro de 2021) e o índice médio do novo período de reajuste (dezembro de 2021 a maio de 2022). Cabe ressaltar que, para a variação do HICP, foi considerado, em ambos os períodos, o índice relativo a European Union (27 countries). Constatou-se variação positiva de 6,1% do IPA-OG e variação positiva de 4,6% do HICP.

4. O preço reajustado foi apurado a partir da aplicação da variação do IPA-OG ao preço de revenda em reais. Deste preço foram deduzidos os percentuais previstos para apuração dos preços a serem praticados pela McCain Alimentaire e pela McCain Holland para a McCain do Brasil e pela McCain Argentina para clientes independentes no Brasil. Os respectivos preços foram convertidos em euros com base na média da taxa de câmbio do período de reajuste (1º de dezembro de 2021 a 31 de maio de 2022).

5. Assim, observados os termos do compromisso que previram o reajuste dos preços a serem praticados, bem como as fórmulas previstas, determina-se que:

5.1. O preço de revenda de batatas congeladas fabricadas pela McCain Alimentaire ou pela McCain Holland a ser praticado pela McCain do Brasil para o primeiro comprador independente no Brasil deverá ser igual ou superior a R$ 9.911,99/t (nove mil novecentos e onze reais e noventa e nove centavos por tonelada), na condição ex fabrica, que, convertido com base na taxa de câmbio média do período de reajuste (1º de dezembro de 2021 a 31 de maio de 2022), equivale a € 1.725,27/t (um mil setecentos e vinte e cinco euros e vinte e sete centavos por tonelada), líquido de impostos (PIS, CONFINS e ICMS), descontos, abatimentos e frete interno.

5.2. O preço de exportação de batatas congeladas a ser praticado pela McCain Alimentaire e pela McCain Holland em suas exportações para a McCain do Brasil deverá ser igual ou superior a € 854,01/t (oitocentos e cinquenta e quatro euros e um centavo por tonelada), na condição CIF, para as exportações originárias da França e dos Países Baixos.

5.3. O preço de exportação de batatas congeladas fabricadas pela McCain Alimentaire ou pela McCain Holland a ser praticado pela McCain Argentina para os clientes independentes no Brasil deverá ser igual ou superior a € 1.407,82/t (um mil quatrocentos e sete euros e oitenta e dois centavos por tonelada), na condição CIF.

6. Esta Circular entra em vigor em um prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação no D.O.U.

LUCAS FERRAZ

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

DESPACHO

Processo nº 19687.107816/2022-33
Interessado: PAULO HENRIQUE EGYDIO

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS SUBSTITUTO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição de que trata o art. 2º, §1º, inciso II, do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, declara:

Ficam registrados os compromissos da pessoa física PAULO HENRIQUE EGYDIO (CPF 058.313.318-57), nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.557, de 2018.

Para fins da emissão do presente ato, o interessado PAULO HENRIQUE EGYDIO apresentou declaração de compromisso de atendimento aos requisitos de que tratam os incisos I a III do caput do art. 1º do Decreto nº 9.557, de 2018.

A verificação do atendimento aos requisitos será feita diretamente pelo Ministério da Economia ou por intermédio de auditorias realizadas por entidades credenciadas pela União, contratadas pelo interessado.

O presente ato tem vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir de 01 de agosto de 2022, podendo, ao final do quinto ano, ser renovado por solicitação do interessado.

TÓLIO EDEO RIBEIRO

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA RFB Nº 208, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Regulamenta a transação de créditos tributários sob administração da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º, 2º, 10-A, 11, 13 e 14 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina os procedimentos, os requisitos e as condições necessárias à realização da transação dos créditos tributários sob administração da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Dos Princípios e dos Objetivos da Transação

Art. 2º São princípios aplicáveis à transação dos créditos tributários sob administração da RFB:

I - presunção de boa-fé do contribuinte;

II - concorrência leal entre contribuintes;

III - estímulo à autorregularização e conformidade fiscal;

IV - redução de litigiosidade;

V - menor onerosidade dos instrumentos de cobrança;

VI - adequação dos meios de cobrança à capacidade de pagamento dos contribuintes;

VII - autonomia de vontade das partes na celebração do acordo de transação;

VIII - atendimento ao interesse público; e

IX - publicidade e transparência ativa, ressalvada a divulgação de informações protegidas por sigilo, nos termos da lei.

Art. 3º São objetivos da transação dos créditos tributários sob administração da RFB:

I - viabilizar a superação da situação transitória de crise econômico-financeira do contribuinte, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora e do emprego dos trabalhadores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica;

II - assegurar fonte sustentável de recursos para execução de políticas públicas;

III - assegurar que a cobrança dos créditos tributários seja realizada de forma a equilibrar os interesses da União e dos contribuintes;

IV - assegurar que a cobrança dos créditos tributários seja realizada de forma menos gravosa para União e para os contribuintes; e

V - assegurar aos contribuintes em dificuldades financeiras nova chance para retomada do cumprimento voluntário das obrigações tributárias.

Seção II

Das Modalidades de Transação

Art. 4º São modalidades de transação dos créditos tributários em contencioso administrativo fiscal sob administração da RFB:

I - transação por adesão à proposta da RFB;

II - transação individual proposta pela RFB; e

III - transação individual proposta pelo contribuinte.

Art. 5º Instaura-se o contencioso administrativo fiscal com a apresentação pelo sujeito passivo da obrigação tributária das petições e dos recursos previstos no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, no Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011 e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em matéria tributária.

Parágrafo único. A transação poderá ser realizada na pendência de impugnação, de recurso, de petição ou de reclamação administrativa.

Seção III

Das Obrigações

Art. 6º Sem prejuízo dos demais compromissos estabelecidos em Edital ou na proposta individual, em quaisquer das modalidades de transação de que trata esta Portaria, o contribuinte obriga-se a:

I - fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à RFB conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

II - não utilizar a transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

III - declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da União;

IV - declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação de créditos tributários;

V - efetuar o compromisso de cumprir as exigências e obrigações adicionais previstas nesta Portaria, no edital ou na proposta;

VI - autorizar a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela RFB, com prestações do acordo firmado, vencidas ou vincendas;

VII - autorizar a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que seja credor;

VIII - declarar, quando a transação envolver a capacidade de pagamento, que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiu informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

IX - renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações administrativas ou judiciais, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil (CPC);

X - aderir ao Domicílio Tributário Eletrônico e consentir expressamente, nos termos do § 5º do art. 23 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a implementação, pela RFB, de endereço eletrônico para envio de comunicações ao seu domicílio tributário, com prova de recebimento.

XI - autorizar para que os valores parcelados no âmbito da transação sejam retidos do respectivo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e repassados à União;

XII - desistir das impugnações ou dos recursos administrativos interpostos, em relação aos débitos incluídos na transação, e renúncia às alegações de direito sobre as quais essas impugnações ou recursos tenham fundamento; e

XIII - autorizar acesso às informações prestadas na Escrituração Contábil Digital (ECD), quando obrigado ou voluntariamente entregue, para fins de análise dos requisitos da transação.

Art. 7º São obrigações da RFB:

I - prestar todos os esclarecimentos acerca das situações impeditivas à transação e demais circunstâncias relativas à sua condição perante a RFB;

II - presumir a boa-fé do contribuinte em relação às declarações prestadas no momento da adesão à transação proposta pela RFB;

III - notificar o contribuinte sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício; e

IV - tornar públicas todas as transações firmadas com os sujeitos passivos, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

Seção IV

Das Exigências

Art. 8º As modalidades de transação previstas nesta Portaria poderão envolver, a exclusivo critério da RFB, o pagamento de entrada mínima como condição à adesão e a manutenção dos arrolamentos e demais garantias associadas aos débitos transacionados, quando a transação envolver parcelamento, moratória ou diferimento.

Seção V

Das Concessões

Art. 9º As modalidades de transação previstas nesta Portaria poderão envolver, a exclusivo critério da RFB, as seguintes concessões, observados os limites previstos na legislação de regência da transação:

I - oferecimento de descontos aos débitos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação;

II - possibilidade de parcelamento;

III - possibilidade de diferimento ou moratória;

IV - flexibilização das regras para aceitação, avaliação, substituição e liberação de arrolamentos e demais garantias;

V - possibilidade de utilização de créditos líquidos e certos do contribuinte em desfavor da União, reconhecidos em decisão transitada em julgado, ou de precatórios federais próprios ou de terceiros, para fins de amortização ou liquidação de saldo devedor transacionado, observado o procedimento previsto nesta Portaria; e

VI - possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da própria CSLL, até o limite de 70% (setenta por cento) do saldo remanescente após a incidência dos descontos, se houver.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso VI do caput, a transação poderá compreender a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL de titularidade do responsável tributário ou corresponsável pelo débito, de pessoa jurídica controladora ou controlada, de forma direta ou indireta, ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma pessoa jurídica, apurados e declarados à RFB, independentemente do ramo de atividade, no período previsto pela legislação tributária.

Seção VI

Dos Efeitos da Transação

Art. 10. Enquanto não concretizada pelo contribuinte e aceita pela RFB, a proposta de transação, em quaisquer das modalidades previstas nesta Portaria, não suspende a exigibilidade dos créditos tributários nela abrangidos.

Parágrafo único. Nas modalidades previstas nos incisos II e III do art. 4º, as partes poderão convencionar pela suspensão dos prazos processuais no contencioso administrativo enquanto não assinado o respectivo termo e cumpridos os requisitos para sua aceitação.

Art. 11. A formalização do acordo de transação, quando envolver as concessões descritas nos incisos I a V do caput do art. 9º, constitui ato inequívoco de reconhecimento, pelo sujeito passivo, dos créditos tributários transacionados.

Art. 12. As modalidades de transação que envolvam o diferimento do pagamento dos créditos tributários nela abrangidos, inclusive mediante parcelas periódicas, ou a concessão de moratória, suspendem a exigibilidade dos créditos transacionados enquanto perdurar o acordo.

Art. 13. Os créditos tributários transacionados somente serão extintos quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da aceitação do acordo.

Art. 14. O requerimento de adesão suspende a tramitação do processo administrativo.

Seção VII

Das Vedações

Art. 15. É vedada a transação que:

I - reduza o montante principal do crédito tributário, sem prejuízo da faculdade prevista no inciso VI do art. 9º;

II - implique redução superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor total dos créditos a serem transacionados;

III - utilize créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL em valor superior a 70% (setenta por cento) do saldo a ser pago pelo contribuinte;

IV - conceda prazo de quitação dos créditos superior a 120 (cento e vinte) meses;

V - envolva valores de indenização por tempo de contribuição confessadas nos termos do art. 45-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

VI - envolva valores devidos em decorrência de restituições pagas indevidamente, quando de natureza financeira.

VII - envolva créditos tributários que sejam objeto de acordo ou transação celebrado pela Advocacia-Geral da União (AGU), nos termos da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997; ou

VIII - envolva devedor contumaz, conforme definido em lei específica.

§ 1º Na hipótese de transação que envolva pessoa natural, inclusive Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a redução máxima a que se refere o inciso II do caput será de até 70% (setenta por cento), ampliando-se o prazo máximo de quitação para até 145 (cento e quarenta e cinco) meses, respeitado o disposto no § 11 do art. 195 da Constituição Federal.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se também às:

I - Santas Casas de Misericórdia, sociedades cooperativas e demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e

II - instituições de ensino.

§ 3º É vedada a acumulação das reduções oferecidas pelo edital com quaisquer outras asseguradas na legislação em relação aos créditos abrangidos pela proposta de transação.

§ 4º Os benefícios concedidos em programas de parcelamento anteriores ainda em vigor serão mantidos, considerados e consolidados para efeitos da transação, que será limitada ao montante referente ao saldo remanescente do respectivo parcelamento, considerando-se quitadas as parcelas vencidas e liquidadas, na respectiva proporção do montante devido, desde que o contribuinte se encontre em situação regular no programa e, quando for o caso, esteja submetido a contencioso administrativo ou judicial, vedada a acumulação de reduções entre a transação e os respectivos programas de parcelamento.

§ 5º A transação não necessitará abranger todos os créditos tributários elegíveis do sujeito passivo, sendo possível a adesão parcial.

§ 6º O sujeito passivo poderá combinar uma ou mais modalidades disponíveis, de forma a equacionar todo o passivo fiscal elegível.

§ 7º A transação poderá ser realizada na pendência de impugnação, de recurso ou de reclamação administrativa.

Art. 16. Às contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput do art. 195 da Constituição Federal são vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses.

Art. 17. Aos devedores com transação rescindida é vedada, pelo prazo de 2 (anos), contado da data de rescisão, a formalização de nova transação, ainda que relativa a créditos tributários distintos.

CAPÍTULO II

DA ACEITAÇÃO DA TRANSAÇÃO INDIVIDUAL OU POR ADESÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

Seção I

Da Mensuração do Grau de Recuperabilidade

Art. 18. Para os fins do disposto nesta Portaria, serão observados os seguintes parâmetros, isolada ou cumulativamente, para a celebração de transação:

I - a temporalidade do crédito tributário;

II - a suficiência e liquidez das garantias associadas aos créditos tributários elegíveis à transação;

III - a existência de parcelamentos, ativos ou rescindidos;

IV - a perspectiva de êxito das estratégias administrativas de cobrança;

V - o custo da cobrança administrativa;

VI - o histórico de parcelamentos; e

VII - a situação econômica e a capacidade de pagamento do sujeito passivo.

Art. 19. A situação econômica dos devedores será mensurada a partir da verificação das informações cadastrais, patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo devedor ou por terceiros à RFB ou aos demais órgãos da Administração Pública.

Art. 20. A capacidade de pagamento do sujeito passivo:

I - será uniforme no âmbito da Administração Tributária Federal;

II - decorre da situação econômica do contribuinte; e

III - será calculada de forma a estimar se o sujeito passivo possui condições de efetuar o pagamento integral dos débitos, no prazo de 5 (cinco) anos, sem descontos.

§ 1º Quando a capacidade de pagamento não for suficiente para liquidação integral dos créditos tributários elegíveis à transação, nos termos do caput, os prazos ou os descontos serão graduados de acordo com a possibilidade de adimplemento dos débitos, observados os limites previstos na legislação de regência da transação.

§ 2º Caso haja mais de uma pessoa física ou jurídica responsável, conjuntamente, pelo débito, a capacidade de pagamento do grupo poderá ser calculada mediante a soma da capacidade de pagamento individual de cada integrante do grupo econômico.

Art. 21. O devedor terá conhecimento da sua capacidade de pagamento e poderá apresentar pedido de revisão, observado o procedimento previsto nesta Portaria.

Art. 22. Observada a capacidade de pagamento do sujeito passivo e para os fins das modalidades de transação previstas nesta Portaria, os créditos tributários serão classificados em ordem decrescente de recuperabilidade, da seguinte forma:

I - créditos tipo A: créditos com alta perspectiva de recuperação;

II - créditos tipo B: créditos com média perspectiva de recuperação;

III - créditos tipo C: créditos considerados de difícil recuperação; e

IV - créditos tipo D: créditos considerados irrecuperáveis.

Art. 23. Para os fins do disposto nesta Portaria, são considerados irrecuperáveis os créditos tributários:

I - constituídos há mais de 10 (dez) anos;

II - de titularidade de devedores:

a) falidos;

b) em recuperação judicial ou extrajudicial;

c) em liquidação judicial;

d) em intervenção ou liquidação extrajudicial;

III - de titularidade de devedores pessoa jurídica cuja situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) seja:

a) baixada pelos seguintes motivos:

1. inaptidão;
2. inexistência de fato;
3. omissão contumaz;
4. encerramento da falência;
5. encerramento da liquidação judicial;
6. encerramento da liquidação;

b) inapta pelos seguintes motivos:

1. localização desconhecida;
2. inexistência de fato;
3. omissão e não localização;
4. omissão contumaz;
5. omissão de declarações;

c) suspensa por inexistência de fato;

IV - de titularidade de devedores pessoa física com indicativo de óbito.

Parágrafo único. As situações descritas nos incisos II, III e IV do caput devem constar, respectivamente, nas bases do CNPJ e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) perante a RFB até a data da proposta de transação, cabendo ao devedor as medidas necessárias à efetivação dos registros.

Art. 24. Na mensuração da capacidade de pagamento dos entes públicos, de suas autarquias e fundações, poderão ser excluídas as receitas e transferências vinculadas e as destinadas ao pagamento das despesas obrigatórias a que está sujeito o devedor.

Seção II

Do Pedido de Revisão quanto à Capacidade de Pagamento

Art. 25. O sujeito passivo poderá apresentar pedido de revisão quanto à sua capacidade de pagamento.

Art. 26. O sujeito passivo será informado da metodologia de cálculo e das demais informações utilizadas para mensuração da sua capacidade de pagamento por meio do Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC), disponível no endereço eletrônico <www.gov.br/receitafederal>.

Art. 27. O pedido de revisão poderá ser apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data em que o contribuinte tomar conhecimento da capacidade de pagamento a que se refere o art. 26.

Art. 28. O pedido de revisão, em qualquer caso, deverá ser apresentado exclusivamente por meio do e-CAC, no endereço eletrônico a que se refere o art. 26, com indicação da capacidade de pagamento estimada pelo próprio contribuinte, acompanhado da metodologia de cálculo e dos documentos que sustentem suas alegações, dentre os quais, se for o caso:

I - laudo técnico firmado por profissional habilitado, bem como o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e a Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa do exercício em curso e dos 2 (dois) últimos exercícios;

II - relação detalhada dos bens e direitos de propriedade do contribuinte, no País ou no exterior, com a respectiva localização e destinação, instruída:

a) no caso de bens imóveis, com cópia da certidão de inteiro teor da matrícula atualizada ou outro instrumento que determine a propriedade, cópia do último carnê do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), em se tratando de imóvel urbano;

b) no caso de veículos, com cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) atualizado e cópia do último carnê do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e

c) no caso dos demais bens ou direitos, com cópia do documento comprobatório de propriedade e do respectivo valor de avaliação.

III - relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles com obrigação de fazer ou de dar, com a indicação da natureza, da classificação e do valor atualizado do crédito, discriminando sua origem e o regime dos respectivos vencimentos;

IV - extratos atualizados das contas bancárias e de eventuais aplicações financeiras em qualquer modalidade, com os respectivos saldos na data da impugnação; e

V - descrição das operações bancárias referidas no inciso IV, inclusive operações de crédito com ou sem garantias pessoais, reais ou fidejussórias, contratos de alienação ou cessão fiduciária em garantia, inclusive cessão fiduciária de direitos creditórios ou de recebíveis.

§ 1º Fica dispensada a apresentação das informações dispostas no inciso I do caput no caso de entrega à RFB das respectivas Escriturações Contábeis Digitais.

§ 2º No caso previsto no inciso II do caput, o contribuinte pessoa jurídica deverá informar se o bem é utilizado na atividade operacional da empresa.

Art. 29. Ao receber o pedido de revisão relativo à capacidade de pagamento, deverá ser verificado se o contribuinte apresentou as informações e a documentação necessária à análise do pedido.

§ 1º Caso não sejam apresentados os documentos que demonstrem suas alegações, o contribuinte deverá ser instado a sanar o vício no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de não conhecimento do pedido de revisão, facultada a opção pela adesão às propostas de transação disponíveis.

§ 2º Poderão ser requisitadas informações adicionais, que serão prestadas no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período.

Art. 30. Caso a documentação e as informações apresentadas estejam em ordem, nos termos dos arts. 28 e 29, o responsável deverá calcular a capacidade de pagamento efetiva do contribuinte.

Art. 31. Compete ao sujeito passivo manter atualizadas suas informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais perante a RFB.

Art. 32. Julgado procedente o pedido de revisão, o contribuinte deverá retificar suas declarações fiscais, se for o caso.

CAPÍTULO III

DA UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE PREJUÍZO FISCAL E BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Art. 33. A exclusivo critério da RFB, após a incidência dos descontos ajustados, se houver, será admitida a liquidação de até 70% (setenta por cento) do saldo remanescente com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL.

§ 1º Para fins do disposto no caput, a transação poderá compreender a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL de titularidade do responsável tributário ou corresponsável pelo débito, de pessoa jurídica controladora ou controlada, de forma direta ou indireta, ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma pessoa jurídica, apurados e declarados à RFB, independentemente do ramo de atividade, no período previsto pela legislação tributária.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, a utilização de créditos de empresas controladas direta ou indiretamente somente poderá ser realizada se a vinculação com a empresa controladora for anterior a 31 de dezembro do ano anterior à celebração da transação, por controladas domiciliadas no País, e desde que se mantenham nessa condição até a data da efetivação da transação.

§ 3º O valor dos créditos de que trata o caput será determinado:

I - por meio da aplicação das alíquotas do IRPJ previstas no art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sobre o montante do prejuízo fiscal; e

II - por meio da aplicação das alíquotas da CSLL previstas no art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, sobre o montante da base de cálculo negativa da contribuição.

Art. 34. A utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL será cabível na transação de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal a ser proposta pela RFB, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor.

§ 1º Os créditos a que se refere o caput poderão ser utilizados para amortizar valor principal do crédito tributário e demais acréscimos legais.

§ 2º A utilização dos créditos a que se refere o caput extingue os débitos sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

§ 3º A RFB dispõe do prazo de 5 (cinco) anos para a análise dos créditos utilizados na forma prevista no caput.

§ 4º Na hipótese de utilização de crédito decorrente de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, primeiramente deverão ser utilizados os créditos próprios.

§ 5º Os créditos de que trata este artigo não podem ser utilizados, sob qualquer forma ou a qualquer tempo:

I - na compensação com a base de cálculo do IRPJ ou da CSLL, salvo no caso de rescisão da transação ou da sua não efetivação; ou

II - em qualquer outra forma de compensação ou restituição.

§ 6º Os créditos indicados para liquidação somente serão confirmados após a aferição da existência de montantes acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, não utilizados na compensação com a base de cálculo do IRPJ ou da CSLL, suficientes para atender à liquidação solicitada.

§ 7º Na hipótese de indeferimento da utilização dos créditos a que se refere este artigo, no todo ou em parte, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência, dias para o sujeito passivo efetuar o pagamento em espécie dos débitos amortizados indevidamente com créditos não reconhecidos pela RFB.

§ 8º Caso seja constatada fraude na declaração dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ou dos demais créditos, será realizada cobrança imediata dos débitos recalculados em razão do cancelamento da liquidação realizada, e não será permitida nova indicação de créditos, sem prejuízo de eventuais representações contra os responsáveis, inclusive para fins penais.

§ 9º A pessoa jurídica que utilizar créditos para a liquidação prevista neste artigo deverá manter, durante todo o período de vigência do parcelamento, os livros e os documentos exigidos pela legislação fiscal, inclusive comprobatórios do montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL, promovendo, nesse caso, a baixa dos valores nos respectivos livros fiscais.

CAPÍTULO IV

DA TRANSAÇÃO POR ADESÃO À PROPOSTA DA RFB

Art. 35. O sujeito passivo poderá transacionar créditos tributários mediante adesão à proposta da RFB.

Art. 36. A proposta de transação por adesão será realizada mediante publicação de edital pela RFB.

§ 1º O edital deverá conter:

I - o prazo para adesão à proposta;

II - os critérios para elegibilidade dos créditos tributários à transação por adesão;

III - os critérios impeditivos à transação por adesão, se for o caso;

IV - as modalidades de transação por adesão à proposta da RFB, podendo estipular modalidades distintas para créditos tributários relativos às contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput do art. 195 da Constituição Federal;

V - os compromissos e obrigações adicionais a serem exigidos dos devedores;

VI - a descrição do procedimento para adesão; e

VII - as hipóteses de rescisão do acordo e a descrição do procedimento para apresentação de impugnação.

§ 2º O edital será publicado no site da RFB disponível na Internet, no endereço <www.gov.br/receitafederal>.

Art. 37. Ao aderir à proposta de transação formulada pela RFB, o devedor deverá:

I - declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da União;

II - declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

III - efetuar o compromisso de cumprir as exigências e obrigações adicionais previstas nesta Portaria, no edital ou na proposta;

IV - declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiu ou simulou informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

V - autorizar a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela RFB, com prestações do acordo firmado, vencidas ou vincendas;

VI - autorizar a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que seja credor; e

VII - renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações administrativas ou judiciais, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 do CPC.

Parágrafo único. A cópia do requerimento a que se refere o inciso VII do caput, protocolado perante o juízo, deverá ser apresentada exclusivamente pelo e-CAC, disponível no endereço eletrônico a que se refere o art. 26, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data da adesão à transação.

Art. 38. A transação por adesão à proposta da RFB será realizada exclusivamente por meio eletrônico e envolverá, alternativa ou cumulativamente, as exigências previstas no art. 8º e as concessões previstas nos incisos I, II, IV, V e VI do caput do art. 9º.

Parágrafo único. Às contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput do art. 195 da Constituição Federal, são vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses.

Art. 39. A adesão à transação proposta pela RFB implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens e das demais garantias associadas aos débitos transacionados.

CAPÍTULO V

DA TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

Seção I

Disposições Gerais da Transação Individual

Art. 40. Sem prejuízo da possibilidade de adesão à proposta de transação formulada pela RFB, nos termos do respectivo edital, poderão propor ou receber proposta de transação individual:

I - contribuintes que possuam débitos objeto de contencioso administrativo fiscal com valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

II - devedores falidos, em recuperação judicial ou extrajudicial, em liquidação judicial ou extrajudicial ou em intervenção extrajudicial;

III - autarquias, fundações e empresas públicas federais; e

IV - estados, Distrito Federal e municípios e respectivas entidades de direito público da administração indireta.

§ 1º Poderão propor ou receber proposta de transação individual simplificada os contribuintes que possuam débitos objeto de contencioso administrativo fiscal com valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e inferior ao limite previsto no inciso I do caput.

§ 2º A transação de débitos em contencioso administrativo fiscal cujo valor seja igual ou inferior aos previstos neste artigo será realizada exclusivamente por adesão à proposta da RFB, devendo ser não conhecidos, nesses casos, os pedidos de propostas individuais.

§ 3º Os limites de que trata este artigo serão calculados com base no valor de cada contencioso administrativo fiscal.

Art. 41. Para celebração do termo de transação individual, poderão ser agendadas reuniões para discussão da proposta.

Art. 42. A fim de averiguar a concreta situação operacional e patrimonial da empresa requerente, o Chefe da equipe responsável poderá designar Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil para coordenar inspeção no estabelecimento comercial, industrial ou profissional do devedor.

Parágrafo único. O requerente será comunicado da inspeção pela RFB com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Art. 43. Nas propostas de transação individual relativas a contribuintes falidos:

I - poderão ser excluídos, do objeto da transação, os débitos e seus componentes necessários à adequação à legislação de regência da falência;

II - o percentual de desconto concedido deverá basear-se na capacidade de pagamento efetivo da massa falida, entendida como o valor total dos bens e direitos arrecadados e disponíveis para liquidação dos créditos; e

III - os descontos deverão incidir com observância da ordem crescente de prioridade prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, ou, se for o caso, do Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, vedada a concessão de descontos sobre o montante principal do débito.

Seção II

Da Transação Individual Proposta pela RFB

Art. 44. O devedor será notificado da proposta de transação individual formulada pela RFB por via eletrônica ou postal.

Art. 45. A proposta de transação individual formulada pela RFB deverá expor os meios para a extinção dos créditos nela contemplados e envolverá, alternativa ou cumulativamente, todas as obrigações, exigências e concessões de que tratam os arts. 6º ao 9º, bem como:

I - a capacidade de pagamento presumida pela RFB, acompanhada de sua metodologia de cálculo;

II - a relação de créditos tributários elegíveis à transação do contribuinte, acompanhada dos percentuais e valores estimados de desconto, se for o caso, inclusive com os indicadores de créditos com vedação de desconto ou cujo percentual de desconto calculado atinja o valor principal;

III - outras informações consideradas relevantes e demais condições para formalização do acordo; e

IV - o prazo para aceitação da proposta.

Art. 46. A apresentação de contraproposta à proposta de transação apresentada pela RFB observará os mesmos procedimentos para apresentação de proposta de transação individual pelo devedor.

Seção III

Da Transação Individual Proposta pelo Devedor

Art. 47. A proposta de transação individual formulada pelo devedor deverá conter:

I - a qualificação completa do requerente e, tratando-se de pessoa jurídica, de seus sócios, controladores, administradores, gestores, representantes legais, e de empresas que integram o mesmo grupo econômico;

II - a exposição das causas concretas de sua situação econômica, patrimonial e financeira, das razões da crise econômico-financeira e de sua capacidade de pagamento estimada, observado o disposto nesta Portaria;

III - o plano de recuperação fiscal, com a descrição dos meios para extinção dos créditos tributários em contencioso administrativo fiscal;

IV - os documentos que fundamentam e comprovam suas alegações;

V - a relação de bens e direitos que poderão ser arrolados para compor as garantias do termo de transação;

VI - a declaração que verse sobre a utilização ou não de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos;

VII - a declaração de que não alienou, onerou ou ocultou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos, ou de que reconhece a alienação, oneração ou ocultação com o mesmo propósito; e

VIII - a declaração de que o sujeito passivo ou responsável tributário, durante o cumprimento do acordo, não alienará bens ou direitos sem proceder à devida comunicação à Administração Tributária Federal.

§ 1º Poderão ser exigidas, a exclusivo critério do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, observadas as circunstâncias do caso concreto ou da proposta:

I - demonstrações contábeis levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas de:

a) balanço patrimonial;
b) demonstração de resultados acumulados;
c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;
e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito; e
f) outros elementos pertinentes.

II - a relação nominal completa dos credores, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente; e

III - a relação de bens e direitos de propriedade do requerente, no País e no exterior, com a respectiva localização e destinação, com apresentação de laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

§ 2º No caso de pessoa jurídica de direito público ou integrante da administração pública indireta, fica dispensada a apresentação dos documentos previstos nos incisos V a VIII do caput.

§ 3º Caso Haja reconhecimento da alienação, oneração ou ocultação de bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos tributários a que se refere o inciso VII do caput, a aceitação da transação fica condicionada à oferta dos referidos bens para arrolamento em garantia do pagamento dos débitos transacionados.

§ 4º Se for juridicamente impossível ou inviável a utilização, em garantia, dos bens ou direitos a que se refere o § 3º, o devedor deverá:

I - indicar outros bens em valor equivalente ao dos bens alienados, onerados ou ocultados, inclusive de terceiros, desde que expressamente autorizado por estes e aceitos pela RFB; e

II - concordar com o acréscimo do valor dos bens referidos no inciso I à capacidade de pagamento de que trata o art. 20.

Art. 48. A proposta de transação individual deverá ser formalizada, exclusivamente, mediante abertura de processo digital no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC), disponível no endereço eletrônico a que se refere o art. 26, ao qual o interessado poderá acessar na forma disciplinada pela Instrução Normativa RFB nº 2.066, de 24 de fevereiro de 2022.

§ 1º Em caso de não preenchimento das condições descritas no art. 40 ou de não apresentação dos documentos descritos no art. 47, o contribuinte deverá ser notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência, sanar o vício.

§ 2º Nas propostas de transação individual formuladas nos termos do art. 47, é lícito ao contribuinte transacionar nas mesmas condições das modalidades de transação por adesão existentes na data do pedido, devendo o contribuinte adotar os procedimentos para adesão.

Art. 49. Recebida a proposta, a equipe responsável pela análise deverá:

I - analisar o estágio do contencioso administrativo fiscal dos créditos tributários elegíveis à transação;

II - verificar a existência de garantias relacionadas aos créditos tributários objeto da proposta de transação;

III - analisar o histórico fiscal do devedor, especialmente a concessão de parcelamentos anteriores, ordinários ou especiais, eventuais ocorrências de fraude ou quaisquer outras hipóteses de infração à legislação com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos devidos;

IV - analisar a aderência da proposta apresentada à atual situação econômico-fiscal e à capacidade de pagamento do devedor e suas projeções de geração de resultados, podendo, se for o caso, solicitar documentos e informações complementares, inclusive laudo técnico firmado por profissional habilitado, ou apresentar contraproposta; e

V - verificar a situação fiscal do contribuinte.

§ 1º Realizadas as análises e verificações de que trata o caput, poderão ser solicitados documentos e informações complementares, inclusive laudo técnico firmado por profissional habilitado, ou apresentar contraproposta.

§ 2º Concluída a análise documental deverá ser apresentado ao contribuinte:

I - a capacidade de pagamento presumida pela RFB, acompanhada de sua metodologia de cálculo;

II - a relação de créditos tributários do contribuinte elegíveis à transação, acompanhada dos percentuais e valores estimados de desconto, se for o caso, inclusive com os indicadores de créditos tributários com vedação de desconto ou cujo percentual de desconto calculado atinja o valor principal;

III - os prazos máximos de alongamento por créditos tributários; e

IV - as situações impeditivas à celebração do acordo de transação individual.

§ 3º As situações de que tratam os incisos I e II do § 2º poderão ser sanadas desde que observados os procedimentos descritos nos §§ 3º ao 5º do art. 41.

§ 4º Caso o contribuinte integre grupo econômico reconhecido em decisão administrativa definitiva ou judicial transitada em julgado, o servidor responsável pela análise do pedido deverá utilizar a capacidade de pagamento do grupo.

§ 5º No caso previsto no § 4º, o servidor responsável deverá verificar se todos os integrantes do grupo econômico foram incluídos como corresponsáveis nos sistemas de controle do crédito tributário.

§ 6º Caso o contribuinte integre grupo econômico de fato, o responsável pela análise do pedido poderá aceitar a proposta nas mesmas condições que seriam acordadas com o devedor principal do grupo, ainda que mais benéfica, observados os limites previstos na legislação de regência da transação, desde que:

I - haja o reconhecimento expresso da existência do grupo econômico de fato; e

II - todos os integrantes do grupo econômico sejam inseridos como corresponsáveis nos sistemas de controle do crédito tributário.

§ 7º Caso haja indícios de divergências nas informações cadastrais, patrimoniais ou econômico-fiscais do contribuinte ou dos integrantes do grupo econômico, estes devem ser intimados para, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência, apresentar documentos ou prestar informações ou esclarecimentos.

§ 8º Para os fins do disposto no § 6º, considera-se devedor principal do grupo a pessoa jurídica com o maior valor de créditos tributários elegíveis à transação na condição de devedor principal.

Art. 50. A decisão que recusar a proposta de transação individual apresentada pelo contribuinte deve apresentar, de forma clara e objetiva, a fundamentação que permita a exata compreensão das razões de decidir e deve considerar a situação econômica e a capacidade de pagamento do sujeito passivo e a perspectiva de êxito das estratégias administrativas de cobrança.

Parágrafo único. Em qualquer caso, a decisão deverá apresentar ao contribuinte as alternativas e orientações para regularização de sua situação fiscal.

Art. 51. O contribuinte poderá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da notificação da recusa, recurso administrativo da decisão que recusar a proposta de transação individual.

Parágrafo único. Aplica-se ao recurso administrativo da decisão que recusar a proposta de transação individual, no que couber, o disposto no art. 52.

Seção IV

Do Termo de Transação Individual e da Competência para Assinatura

Art. 52. Caso haja consenso para formalização do acordo de transação, deverá ser redigido o respectivo termo, contendo a qualificação das partes, as cláusulas e condições gerais do acordo, os débitos envolvidos, o prazo para cumprimento, a descrição detalhada das garantias apresentadas e as consequências em caso de descumprimento.

Art. 53. A assinatura dos termos de transação firmados será realizada pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável.

Art. 54. Tratando-se de transação que envolva valor igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o termo de transação será assinado, sucessivamente, pela autoridade a que se refere o art. 53 e pelo chefe da equipe responsável.

Art. 55. Os termos de transação que envolvam valor igual ou superior a R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) serão assinados pelas autoridades a que se referem os arts. 53 e 54 e pelo Superintendente da Região Fiscal de jurisdição do contribuinte.

Art. 56. Os termos de transação que envolvam valor igual ou superior a R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) serão assinados pelas autoridades a que se referem os arts. 53 a 55 e pelo Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil.

Art. 57. Os termos de transação que envolvam valor igual ou superior a R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) serão assinados pelas autoridades a que se referem os arts. 53 a 56 e pelo Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. Os termos de transação que envolvam valores superiores aos fixados em ato do Ministro de Estado da Economia dependerão de prévia e expressa autorização ministerial, permitida a delegação.

CAPÍTULO VI

DA TRANSAÇÃO INDIVIDUAL SIMPLIFICADA

Art. 58. A transação individual simplificada poderá ser proposta pelo devedor e ocorrerá exclusivamente por meio do e-CAC, disponível no endereço eletrônico a que se refere o art. 26.

Parágrafo único. O devedor apresentará proposta de transação com indicação do plano de pagamento para integral quitação dos débitos em contencioso administrativo fiscal, o qual conterá:

I - o valor a ser pago a título de entrada;

II - o prazo e o escalonamento, se for o caso, para pagamento das prestações pretendidas;

III - o desconto pretendido, segundo sua capacidade de pagamento;

IV - os bens e direitos que constituirão as garantias do acordo a ser firmado; e

V - os documentos que suportem suas alegações.

Art. 59. Recebido o pedido de transação individual simplificada, a equipe responsável pela análise avaliará, nos termos desta Portaria, a capacidade de pagamento do devedor e o preenchimento dos demais requisitos indispensáveis à celebração do acordo.

Art. 60. Não sendo o caso de deferimento imediato do pedido, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil formulará contraproposta de transação, submetendo-a, pelo mesmo processo da proposta apresentada, à apreciação do devedor.

§ 1º Não serão conhecidos os pedidos de transação individual simplificada quando inexistentes as hipóteses de seu cabimento, nos termos do § 1º do art. 40.

§ 2º Caso haja consenso para formalização do acordo, deverá ser encaminhado ao contribuinte termo de transação simplificada e instruções para recolhimento da prestação inicial, dispensada aprovação pelas autoridades a que se referem os arts. 53 a 57.

§ 3º Caso não haja consenso, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil recusará a proposta de transação individual simplificada.

§ 4º O contribuinte poderá apresentar recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da notificação da decisão a que se refere o § 3º, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 73.

§ 5º O recolhimento da prestação inicial, realizado exclusivamente por Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), formalizará o acordo e implicará anuência do sujeito passivo ao termo de transação individual simplificada.

Art. 61. Em até 60 (sessenta) dias da celebração da transação individual simplificada, o contribuinte apresentará, por meio do e-CAC, prova de constituição da garantia sobre os bens e direitos ofertados e aceitos pela RFB, se for o caso.

Art. 62. A Subsecretaria de Arrecadação, Cadastros e Atendimento (Suara) poderá editar instruções complementares para celebração da transação individual simplificada.

CAPÍTULO VII

DA RESCISÃO DA TRANSAÇÃO E DA IMPUGNAÇÃO À RESCISÃO

Art. 63. Implica rescisão da transação:

I - o descumprimento das condições, das cláusulas, das obrigações ou dos compromissos assumidos;

II - a constatação, pela RFB, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;

III - a constatação, pela RFB, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;

IV - a decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente;

V - a comprovação de prevaricação, de concussão ou de corrupção passiva na sua formação;

VI - a ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto a pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

VII - a ocorrência de alguma das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no respectivo termo de transação; ou

VIII - a inobservância de quaisquer disposições previstas na lei de regência da transação ou no edital.

Parágrafo único. Na hipótese a que se refere o inciso IV do caput, é facultado ao devedor aderir à modalidade de transação proposta pela RFB, desde que disponível, ou apresentar nova proposta de transação individual, não se aplicando o disposto no art. 15.

Art. 64. O devedor será notificado sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da transação.

§ 1º A notificação será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante o uso do DTE.

§ 2º O devedor terá conhecimento das razões determinantes da rescisão e poderá regularizar o vício ou apresentar impugnação, ambos no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência da notificação, preservada, em todos os seus termos, a transação durante esse período.

Art. 65. A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente por meio do e-CAC e deverá apresentar todos os elementos que se oponham à decisão recorrida, inclusive com juntada de documentos, se necessário.

Parágrafo único. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas mediante o uso do DTE, cabendo ao interessado acompanhar a respectiva tramitação.

Art. 66. A impugnação será apreciada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. A decisão que apreciar a impugnação deverá conter motivação explícita, clara e congruente, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que amparam a conclusão adotada, sem prejuízo da possibilidade de emprego da técnica de fundamentação referenciada.

Art. 67. O interessado será notificado da decisão por meio do seu DTE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo, que será encaminhado ao Delegado dirigente do processo de trabalho na RFB, o qual, se não reconsiderar a decisão de indeferimento no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará o recurso ao chefe da equipe responsável, que decidirá em última instância.

§ 1º Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pelo interessado, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

§ 2º Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da transação, o devedor deverá cumprir todas as exigências do acordo.

§ 3º Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da transação.

§ 4º Julgado improcedente o recurso, a transação será definitivamente rescindida.

Art. 68. A rescisão da transação:

I - implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral dos créditos tributários, deduzidos os valores pagos; e

II - autorizará a retomada do curso da cobrança dos créditos.

CAPÍTULO VIII

DA UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS LÍQUIDOS E CERTOS E DE PRECATÓRIOS FEDERAIS PARA AMORTIZAÇÃO OU LIQUIDAÇÃO DE SALDO DEVEDOR TRANSACIONADO

Art. 69. O devedor poderá utilizar créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais, próprios ou de terceiros, para amortizar ou liquidar saldo devedor transacionado, observado o disposto neste Capítulo.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o devedor deverá:

I - ter formalizado a transação, por adesão ou individual, inclusive liquidando eventual entrada mínima nos casos em que exigida como condição para adesão;

II - ceder fiduciariamente o direito creditório à União, representada pela RFB, por meio de Escritura Pública lavrada no Registro de Títulos e Documentos;

III - apresentar cópia da petição, devidamente protocolada no processo originário do crédito, informando sua cessão fiduciária à União mediante Escritura Pública, com pedido para que o juiz:

a) insira a União, representada pela RFB, como beneficiária do ofício requisitório, caso ainda não elaborado pelo juízo da execução do crédito; e

b) comunique a cessão fiduciária ao tribunal para que, quando do depósito, coloque os valores à sua disposição, com o objetivo de liberar o crédito diretamente em favor da União, representada pela RFB, caso já apresentado o ofício requisitório;

IV - apresentar cópia da decisão que deferiu os pedidos formulados nos termos do inciso III, bem como do ofício requisitório ou da comunicação ao tribunal, quando for o caso;

V - apresentar certidão de objeto e pé do processo originário do crédito, atestando, no caso de precatório próprio, que não houve cessão do crédito a terceiros e, no caso de precatórios de terceiros, que o devedor é o único beneficiário; e

VI - concordar com o pagamento de eventual saldo devedor remanescente, quando o valor depositado não for suficiente para liquidação integral do saldo devedor transacionado, corrigido até a data do efetivo pagamento.

§ 2º A Escritura Pública de cessão fiduciária deverá conter:

I - a identificação completa do cedente e do cessionário, sendo, neste último caso, a União, representada pela RFB;

II - o valor total do precatório federal ou do crédito líquido e certo em desfavor da União, reconhecido em decisão transitada em julgado, bem como os valores que serão utilizados para liquidação do saldo devedor transacionado;

III - a identificação completa do processo originário do crédito e das respectivas partes e beneficiários, bem como, quando for o caso, do precatório e do órgão judicial responsável por sua expedição;

IV - declaração de que os valores poderão ser imediatamente utilizados, quando depositados, para amortizar ou liquidar débitos administrados pela RFB; e

V - cláusula de reversão da cessão quando remanescer saldo a ser devolvido ao devedor-cedente, nos termos do art. 61.

§ 3º Tratando-se de precatório de terceiros cedidos ao devedor, a Escritura Pública deverá conter a identificação completa dos terceiros-beneficiários primários e intermediários, se houver.

§ 4º Em caso de precatório já depositado, ficam dispensadas as exigências dos incisos II a V do caput, podendo o respectivo valor ser utilizado para amortização ou liquidação do saldo devedor transacionado.

Art. 70. A cessão fiduciária de créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou de precatório próprios ou de terceiros, poderá ocorrer total ou parcialmente, ainda que em valor superior aos débitos administrados pela RFB.

Parágrafo único. Consideram-se créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, o valor líquido devido ao beneficiário, descontados eventuais tributos incidentes na fonte.

Art. 71. Cumpridas as formalidades de que tratam os arts. 69 e 70, o valor dos créditos ou dos precatórios cedidos fiduciariamente à União serão associados aos acordos firmados pelo sujeito passivo, suspendendo-se os pagamentos quando o valor total dos créditos for suficiente para liquidação integral do saldo devedor transacionado.

Parágrafo único. Quando o valor dos créditos ou dos precatórios cedidos fiduciariamente à União não for suficiente para a liquidação integral do saldo devedor transacionado, o contribuinte deverá continuar o pagamento das parcelas, recalculadas em função do saldo devedor remanescente.

Art. 72. Depositado o precatório em conta à disposição do juízo, nos termos do art. 42 da Resolução CJF nº 458, de 4 de outubro de 2017, a equipe responsável, por meio da unidade local da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, deverá solicitar a liberação dos valores para liquidação do saldo transacionado, apresentando os documentos de arrecadação correspondentes.

Parágrafo único. Em qualquer caso, deverá o contribuinte liquidar eventual saldo devedor remanescente do procedimento de liquidação a que se refere o caput.

Art. 73. Remanescendo saldo de precatório depositado, os valores poderão ser devolvidos ao devedor-cedente.

Parágrafo único. Se existirem débitos em aberto administrados pela RFB, inclusive parcelados, o devedor poderá optar pela utilização dos valores para amortização ou liquidação do saldo devedor.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 74. As transações firmadas pela RFB observarão, no que couber, os critérios de capacidade de pagamento definida nos termos do Capítulo II da Portaria PGFN nº 9.917, de 14 de abril de 2020, competindo à Procuradoria-Geral Adjunta de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS o fornecimento dos dados necessários para esse fim, até a entrada em vigor do Capítulo II da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

Art. 75. Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor:

I - a partir de 1º de janeiro de 2023, quanto ao disposto no Capítulo VI; e

II - em 1º de setembro de 2022, quanto aos demais dispositivos.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pelo art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ/MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e o artigo 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, a Portaria SPE nº 911, de 09 de setembro de 2021, e o que consta do processo administrativo n° 10265.655962/2021-86, declara:

Art. 1°. Fica concedida Habilitação à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: PARANAIBA I PROJETOS DE ENERGIA SOLAR LTDA

CNPJ: 32.267.709/0001-44

PROJETO: UFV Paranaíba 2 (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.054, de 25 de maio de 2021), aprovada pela Portaria SPE nº 911, de 09 de setembro de 2021.

SETOR FAVORECIDO: Energia.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 01/07/2022 a 01/01/2024.

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF04 Nº 227, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre a competência para realizar as atividades relacionadas aos Registros Especiais no âmbito da 4ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 243, 336, 359 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Atribuir à Equipe de Fiscalização Regional de IPI, constituída pela Portaria SRRF04 nº 358, de 12 de agosto de 2020, sob gestão do Delegado da Receita Federal do Brasil em Recife-PE, competência para:

I - decidir quanto aos requerimentos de inscrição e de cancelamento de contribuintes no:

a - Registro Especial de controle de papel imune, previsto na Instrução Normativa RFB Nº 1.817, de 20 de julho de 2018 a alterações;

b - Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas, previsto na Instrução Normativa RFB Nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e alterações;

c - Registro Especial a que estão sujeitos os produtores e os importadores de biodiesel, previsto na Instrução Normativa RFB Nº 1.053, de 12 de julho de 2010 e alterações;

II - examinar os pedidos de inscrição ou de cancelamento no registro de fabricantes e importadores de cigarros e cigarrilhas, de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 1977, e alterações, no que se refere ao disposto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007.

§1º As diligências necessárias para subsidiar as decisões de que tratam os incisos I e II deste artigo serão realizadas, preferencialmente, por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil integrante da própria Equipe de Fiscalização de IPI.

§2º Quando o Auditor-Fiscal da Equipe de Fiscalização de IPI estiver lotado em unidade distinta do domicílio tributário de contribuinte sob procedimento de diligência, poderá ser designado outro Auditor-Fiscal de Equipe de Fiscalização, de acordo com o art. 2º da Portaria Cofis nº 16, de 29 de junho de 2021.

§3º Nos casos em que a emissão do Ato Declaratório Executivo seja de competência do Delegado da circunscrição domiciliar do contribuinte, este poderá ser emitido pelo Delegado da Receita Federal do Brasil em Recife-PE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 360, e o inciso VI do art.364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 810, parágrafo 3º do Decreto nº 6.759 de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e no art. 12, parágrafo único da IN-RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, a seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO Nº
VIVIANE PEREIRA DE SOUZA FELIX	092.847.864-52	19378.720121/2022-35

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, cujo número de registro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF), na Receita Federal do Brasil, de acordo com o parágrafo 2º do art. 9º da IN-RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIELA ARAÚJO VIEIRA CAVALCANTI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 2, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista o do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10271.006448/2022-14, declara:

Art. 1° Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a empresa ATU 12 Arrendatária Portuária SPE S.A., CNPJ 41.759.096/0001-53, com relação ao projeto ATU 12, na área de Transporte Portuário, nos termos da Portaria n° 1.485, de 7 de dezembro de 2021, do Ministério da Infraestrutura, publicada no D.O.U. de 10 de dezembro de 2021.

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°.

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/GRU Nº 12, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O DELEGADO SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e da competência definida no art. 7º da Instrução Normativa SRF nº 409, de 19 de março de 2004, e em vista do constante nos autos do Processo ME n° 10814.721360/2014-31, declara:

Art. 1º O Ato Declaratório Executivo ALF/GRU nº 6, de 11 de março de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 21 de março de 2014, de habilitação da empresa ETHIOPIAN AIRLINE ENTERPRISE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.013.988/0001-82, a operar, em caráter precário, o regime aduaneiro especial de depósito afiançado, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º - O regime será operado sob o CNPJ 18.002.679/0002-02 nos seguintes recintos:

1. Nas dependências da empresa Servcater Internacional Ltda, localizada à Rodovia Hélio Smidt S/N - Setor 1 - Cumbica, Guarulhos/SP, para as mercadorias caracterizadas como material de catering;

2. Nas dependências da empresa Gate Gourmet Ltda, inscrita no CNPJ 69.012.656/0001-20, situada na Rodovia Hélio Smidt, s/n - Setor de Apoio C - LUC APAC0009, dentro da zona primária do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, para as mercadorias caracterizadas como material de catering;

3. Nas áreas do Terminal 2 identificadas pelo LUC nº 0R02A054 - Sala 226 e pelo LUC nº 0R02A055 - Estacionamento 226E, para as mercadorias caracterizadas como material de manutenção.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO DE MARCO RODRIGUES DE SOUSA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/STS Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de embarque mediante transbordo e despacho aduaneiro de exportação de petróleo em área marítima situada em águas jurisdicionais brasileiras.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 4.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013, assim como o que consta nos autos do processo n.º 13032.232324/2022-01, declara:

Art. 1º - Fica a empresa TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.461.767/0001-43, situada na Av. República do Chile, nº 500, 19º, 20º e 21º andares, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.031-170, habilitada a utilizar os procedimentos simplificados para o embarque mediante TRANSBORDO e o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto em área geográfica exclusiva localizada ao largo da costa do estado de São Paulo, na modalidade de embarque prevista no inciso II do art. 7º da Instrução Normativa RFB Nº 1.381, de 31 de julho de 2013, discriminada nas coordenadas abaixo elencadas.

Prestadora de serviço AET BRASIL SERVIÇOS STS LTDA, CNPJ 17.328.869/0001-62, nas áreas autorizadas pela Marinha do Brasil e Ibama, a saber:

Área 1:
Ponto A: Lat. 25°11'29,508 S; Long. 046°49'08,364 W
Ponto B: Lat. 25°01'09,876 S; Long. 046°20'52,008 W
Ponto C: Lat. 25°01'51,024 S; Long. 046°14'36,384 W
Ponto D: Lat. 24°56'16,584 S; Long. 045°52'28,920 W
Ponto E: Lat. 25°08'22,056 S; Long. 045°42'01,188 W
Ponto F: Lat. 25°21'34,452 S; Long. 045°27'43,632 W
Ponto G: Lat. 25°28'10,632 S; Long.045°39'13,104 W
Área 2:
Ponto A: Lat. 25°31'09,063 S; Long. 047°11'15,823 W
Ponto B: Lat. 25°05'11,688 S; Long. 046°48'03,060 W
Ponto C: Lat. 25°07'15,168 S; Long. 046°37'40,476 W
Ponto D: Lat. 25°01'20,172 S; Long. 046°20'52,008 W
Ponto E: Lat. 25°02'01,320 S; Long. 046°14'56,976 W
Ponto F: Lat. 25°16'10,308 S; Long. 046°09'22,536 W
Ponto G: Lat. 25°20'43,008 S; Long. 046°26'36,744 W
Ponto H: Lat. 25°28'00,336 S; Long. 046°38'52,512 W
Ponto I: Lat. 25°47'02,580 S; Long. 046°54'44,388 W

Art. 2º - Estão autorizados por este Ato como estabelecimentos comerciais que realizarão as referidas exportações de petróleo, nos termos do artigo 3.º, § 2.º, inciso II da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013:

FPSO - CARIOCA Av. República do Chile, nº 500, sala 2.003, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.031-170 - Latitude -25° 13'37,34675 Longitude - 42° 34' 12,93321 CNPJ 02.461.767/0014-68

Art. 3º - O petróleo destinado a exportação será extraído das seguintes unidades de produção/estocagem (artigo 3.º, § 2.º, inciso VI da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013):

FPSO - CARIOCA Av. República do Chile, nº 500, sala 2.003, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.031-170 - Latitude -25° 13'37,34675 Longitude - 42° 34' 12,93321 CNPJ 02.461.767/0014-68

Art. 4º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme disposto no art. 5º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 5º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar os referidos procedimentos simplificados tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 6º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO AUGUSTO ANGELINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/STS Nº 20, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de embarque mediante transbordo e despacho aduaneiro de exportação de petróleo em área marítima situada em águas jurisdicionais brasileiras.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 4.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013, assim como o que consta nos autos do processo n.º 13032.089298/2022-87, declara:

Art. 1º - Fica a empresa TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.461.767/0001-43, situada na Av. República do Chile, nº 500, 19º, 20º e 21º andares, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.031-170, habilitada a utilizar os procedimentos simplificados para o embarque mediante TRANSBORDO e o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto em área geográfica exclusiva localizada ao largo da costa do estado de São Paulo, na modalidade de embarque prevista no inciso II do art. 7º da Instrução Normativa RFB Nº 1.381, de 31 de julho de 2013, discriminada nas coordenadas abaixo elencadas.

Prestadora de serviço AET BRASIL SERVIÇOS STS LTDA, CNPJ 17.328.869/0001-62, nas áreas autorizadas pela Marinha do Brasil e Ibama, a saber:

Área 1:
Ponto A: Lat. 25°11'29,508 S; Long. 046°49'08,364 W
Ponto B: Lat. 25°01'09,876 S; Long. 046°20'52,008 W
Ponto C: Lat. 25°01'51,024 S; Long. 046°14'36,384 W
Ponto D: Lat. 24°56'16,584 S; Long. 045°52'28,920 W
Ponto E: Lat. 25°08'22,056 S; Long. 045°42'01,188 W
Ponto F: Lat. 25°21'34,452 S; Long. 045°27'43,632 W
Ponto G: Lat. 25°28'10,632 S; Long.045°39'13,104 W

Área 2:
Ponto A: Lat. 25°31'09,063 S; Long. 047°11'15,823 W
Ponto B: Lat. 25°05'11,688 S; Long. 046°48'03,060 W
Ponto C: Lat. 25°07'15,168 S; Long. 046°37'40,476 W
Ponto D: Lat. 25°01'20,172 S; Long. 046°20'52,008 W
Ponto E: Lat. 25°02'01,320 S; Long. 046°14'56,976 W
Ponto F: Lat. 25°16'10,308 S; Long. 046°09'22,536 W
Ponto G: Lat. 25°20'43,008 S; Long. 046°26'36,744 W
Ponto H: Lat. 25°28'00,336 S; Long. 046°38'52,512 W
Ponto I: Lat. 25°47'02,580 S; Long. 046°54'44,388 W

Art. 2º - Estão autorizados por este Ato como estabelecimentos comerciais que realizarão as referidas exportações de petróleo, nos termos do artigo 3.º, § 2.º, inciso II da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013:

FPSO - GUANABARA Av. República do Chile, nº 500, sala 2004, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.031-170 - Latitude -24° 35'01,158 Longitude - 42° 15' 22,558 CNPJ 02.461.767/0013-87

Art. 3º - O petróleo destinado a exportação será extraído das seguintes unidades de produção/estocagem (artigo 3.º, § 2.º, inciso VI da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013):

FPSO - GUANABARA Av. República do Chile, nº 500, sala 2004, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.031-170 - Latitude -24° 35'01,158 Longitude - 42° 15' 22,558 CNPJ 02.461.767/0013-87

Art. 4º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme disposto no art. 5º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 5º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar os referidos procedimentos simplificados tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 6º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO AUGUSTO ANGELINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza, em caráter extraordinário, a realização de operações de entrada e saída de aeronaves procedentes e destinadas ao exterior e o desembarque e embarque de viajantes nelas transportados, no recinto não alfandegado da Academia da Força Aérea (AFA), no município de Pirassununga/SP.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso das competências estabelecidas pelos artigos 290 e 336, inciso I, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284/2020 e o artigo 40, inciso VI, da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2022, e considerando a jurisdição estabelecida pelo artigo 8º e Anexo III da Portaria RFB nº 1.215/2020 e o que consta do Processo Administrativo nº 13032.611828/2022-86, declara:

Art. 1º. Fica autorizada, em caráter extraordinário, a realização das operações de entrada e saída das aeronaves da Força Aérea Chilena, assim como o desembarque e embarque dos viajantes por elas transportadas, no recinto da Academia da Força Aérea (AFA), localizada na Estrada de Aguaí, km. 39, no município de Pirassununga/SP, nos dias 13 de agosto de 2022 e 26 de agosto de 2022, respectivamente, transportando militares daquele país, que participarão do evento Domingo Aéreo, representando a Esquadrilha de Alta Acrobacia (HALCONES).

Art. 2º. O período de abertura ao tráfego aéreo internacional dar-se-á em caráter eventual, a pedido, e dependerá de prévio agendamento com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, com o Departamento de Polícia Federal - DPF, com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e com Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF08/RFB Nº 111, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Habilita a pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto no art. 9ºA da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, nos arts. 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, Portaria DRFSOR n° 38, de 07 de outubro de 2020, na Portaria SRRF08 nº 127, de 18 de outubro 2021 e na competência delegada nos termos do 5º da Portaria RFB n° 114, de 27 de janeiro de 2022, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13032.360780/2022-32, declara:

Art. 1º Habilitada de maneira definitiva no Programa Mais Leite Saudável a seguinte pessoa jurídica:

Nome Empresarial:	AGROPECUÁRIA TUIUTI S.A. em recuperação judicial
CNPJ:	46.732.210/0001-75
Processo MAPA:	000014.1934005/2022
Prazo de execução:	07/04/2022 a 31/12/2022

Art. 2º Cessada a vigência da habilitação provisória, estando convalidados os seus efeitos.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data do protocolo do relatório de conclusão do projeto de investimento.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF08/RFB Nº 112, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Declara habilitada ao Regime de Entrega de Embalagens no Mercado Interno em Razão da Comercialização a Empresa Sediada no Exterior (Remicex), a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em face do disposto no artigo 6º, inciso I, alínea b, da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, artigo 4º, inciso II, da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022 e Portaria SRRF08 nº 127, de 18 de outubro 2021, e no uso da competência delegada pelo artigo 1º da Portaria DRF/SOR n° 38, de 13 de outubro de 2020, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13032.494272/2022-57, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime de Entrega de Embalagens no Mercado Interno em Razão da Comercialização a Empresa Sediada no Exterior (Remicex), instituído conforme o artigo 49 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e disciplinado pelos artigos 597 a 614 da Instrução Normativa RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, a pessoa jurídica: CASA DI CONTI LTDA, CNPJ: 46.842.894/0001-68, no perfil de embalador (exportador), sendo que a habilitação se estenderá a todas as suas filiais.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DELEX Nº 33, DE 21 DE JULHO DE 2022

Habilita empresa a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial em novo endereço.

O DELEGADO DA DECEX - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR EM SÃO PAULO, no uso das atribuições do artigo 340 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 6º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 386, de 14 de Janeiro de 2004, declara:

Art. 1º Fica a empresa ARTHIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES Ltda, habilitada em caráter precário, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação deste ADE, a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial no estabelecimento CNPJ 33.745.478/0001-08, situado na Rua dos Imigrantes, nº 800, Recanto do Lago, cidade de Paulínia-SP, Cep 13.140-841, em virtude de pleito de mudança de endereço formalizado no processo digital nº 13032.443710/2022-19.

Art. 2º O estabelecimento será objeto de verificação no mesmo prazo, para constatar a correta utilização do regime no novo local da operação.

Art. 3º A empresa permanece obrigada a manter os requisitos impostos pelo Ato Declaratório Executivo DECEX nº 72, de 28 de junho de 2021, até a publicação de novo ADE definitivo.

Art.4º Após a verificação das condições de operação do Depósito Especial, será expedido novo ADE.

Art.5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SP Nº 35, DE 2 DE AGOSTO DE 2022

Concede Habilitação no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) à pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA DECEX/SP - DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo artigo 6º da IN/RFB nº 1781, de 29 de dezembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta no processo administrativo 10010.015104/1018-37, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de jazidas de petróleo e de gás natural - Repetro-Sped, até 22/04/2025, a pessoa jurídica contratada para a prestação de serviços ETESCO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 61.329.181/0001-99, 61.329.181/0002-70 e 61.329.181/0018-37, com fulcro nos dispositivos abaixo discriminados:

I) Artigo 2º, incisos III e IV da IN/RFB nº 1781/2017: estabelecimentos 61.329.181/0001-99, 61.329.181/0002-70

II) Artigo 2º, inciso IV da IN/RFB nº 1781/2017: estabelecimento 61.329.181/0018-37

Art. 2º A operadora contratante, indicada da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, CNPJ 33.000.167/0001-01.

Art 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no artigo 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no artigo 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DECEX/SP nº 13, de 10 de março de 2022.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.001, DE 3 DE MARÇO DE 2020

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. AVISO PRÉVIO INDENIZADO.

Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento do trabalhador das suas atividades, por motivo de doença, a empresa lhe pagará o seu salário integral, que não detém natureza indenizatória, mas sim, constitui medida legal protetiva do salário do trabalhador contra eventuais infortúnios que lhe impeçam o exercício das suas atividades laborais. Constitui esse período, portanto, hipótese de incidência das contribuições sociais previdenciárias.

O STJ, ao julgar o Recurso Especial nº 1.230.957/RS, no âmbito da sistemática do art. 543-C do CPC, afastou a incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre o aviso prévio indenizado. Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota PGFN/CRJ nº 485, de 2016, a RFB encontra-se vinculada ao referido entendimento.

CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 143, DE 28 DE MARÇO DE 2019, Nº 249, DE 23 DE MAIO DE 2017, E Nº 126, 28 DE MAIO DE 2014.

Dispositivos Legais: art. 60, § 3º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; art. 19, inciso V, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002; art. 3º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CRJ nº 485, de 2016.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.002, DE 18 DE MARÇO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

INCENTIVOS FISCAIS. DEDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE DOAÇÕES. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. POSSIBILIDADE.

No que tange às doações de que trata o art. 13, § 2º, inciso III, da Lei nº 9.249, de 1995, inexiste na legislação, após a edição da Lei nº 13.204, de 2015, obrigatoriedade de que a organização da sociedade civil seja formalmente reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, referida na Lei nº

9.790, de 1999, ou como entidade beneficente de assistência social cuja utilidade pública tenha sido declarada pela União, ou mesmo que tenha sido constituída a tempo mínimo. Cumpridas as condições previstas no citado art. 13, § 2º, inciso III, da Lei nº 9.249, de 1995, as doações ali tipificadas são dedutíveis na apuração do Lucro Real.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 110, DE 28 DE AGOSTO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, § 2º, inciso III; Lei nº 9.790, de 1999, arts. 3º e 16; e Lei nº 13.204, de 2015.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. DEDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE DOAÇÕES. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. POSSIBILIDADE.

No que tange às doações de que trata o art. 13, §2º, inciso III, da Lei nº 9.249, de 1995, inexiste na legislação, após a edição da Lei nº 13.204, de 2015, obrigatoriedade de que a organização da sociedade civil seja formalmente reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, referida na Lei nº 9.790, de 1999, ou como entidade beneficente de assistência social cuja utilidade pública tenha sido declarada pela União, ou mesmo que tenha sido constituída a tempo mínimo. Cumpridas as condições previstas no citado art. 13, § 2º, inciso III, da Lei nº 9.249, de 1995, as doações ali tipificadas são dedutíveis na apuração da base de cálculo da CSLL.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 110, DE 28 DE AGOSTO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, § 2º, inciso III; Lei nº 9.790, de 1999, arts. 3º e 16; e Lei nº 13.204, de 2015.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.003, DE 30 DE ABRIL DE 2020

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL. COMERCIANTE ATACADISTA DE BENS DE PRODUÇÃO. EQUIPARAÇÃO OBRIGATÓRIA.

Estabelecimento industrial que promove a saída de colunas de direção adquiridas de terceiros, com destino à montadora de veículos, que as utilizará no seu processo industrial para a montagem de caminhões, é considerado estabelecimento comercial de bens de produção e obrigatoriamente equiparado a estabelecimento industrial.

Em relação a essas operações, o estabelecimento assim equiparado é considerado contribuinte do IPI, sujeitando-se ao recolhimento do imposto incidente sobre esses produtos, bem como ao cumprimento de todas as obrigações acessórias próprias dos estabelecimentos industriais.

CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 58, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do IPI (RIPI/2010), art. 9º, § 6º; art. 4º; art. 610.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe de Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.004, DE 20 DE MAIO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

INDENIZAÇÃO. LUCROS CESSANTES

É tributável a quantia recebida em ação judicial a título de compensação do ganho que deixou de ser auferido (lucros cessantes) ou em valor superior ao dano patrimonial efetivamente sofrido, por representar acréscimo patrimonial.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 258, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), art. 43, e Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 7º, inciso IV.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.005, DE 22 DE JULHO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

INDENIZAÇÃO

O valor recebido a título de indenização destinada a reparar danos patrimoniais (dano emergente) não é tributável, por não representar acréscimo patrimonial e corresponder à mera reposição do valor do patrimônio anteriormente existente.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 258, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), art. 43, e Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 7º, incisos IV e VIII.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.006, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF n° 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma_calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.001, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de utilização do percentual de presunção de 8% (oito por cento) a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares, incluídos os de auxílio diagnóstico e terapia, aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, ainda que oriundas de serviço médico ambulatorial com recursos para a realização de exames complementares, as quais não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

Para os serviços médicos prestados em dependências de terceiros, o percentual a ser utilizado na apuração da base de cálculo do IRPJ, sob o regime do lucro presumido, será de 32%.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 227, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 e 31 (com redação dada pela Instrução Normativa RFB nº. 1.540, de 2015); Instrução Normativa RFB nº. 1.700, de 2017, art. 33, §§3º e 4º; Nota Explicativa PGFN/CRJ nº. 1.114, de 2012, Anexo, item 52; Código Civil, arts. 966 e 982.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

RESULTADO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de utilização do percentual de presunção de 12% (doze por cento) a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo da contribuição, consideram-se serviços hospitalares, incluídos os de auxílio diagnóstico e terapia, aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, ainda que oriundas de serviço médico ambulatorial com recursos para a realização de exames complementares, as quais não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

Para os serviços médicos prestados em dependências de terceiros, o percentual a ser utilizado na apuração da base de cálculo da CSLL, sob o regime do lucro presumido, será de 32%.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 227, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º, e art. 20; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 e 31 (com redação dada pela Instrução Normativa RFB nº. 1.540, de 2015); Instrução Normativa RFB nº. 1.700, de 2017, art. 33, §§3º e 4º; Nota Explicativa PGFN/CRJ nº. 1.114, de 2012, Anexo, item 52; Código Civil, arts. 966 e 982.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.002, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Ementa: ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. IMUNIDADE.

As entidades beneficentes de assistência social devidamente certificadas, que observarem os requisitos legais para tanto, são imunes à Contribuição para o PIS/Pasep.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 173, DE 13 DE MARÇO DE 2017; Nº 639, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017, E Nº 243, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Dispositivos Legais: CF, art. 195, § 7º; CTN, art. 14; Lei nº 12.101, de 2009, art. 29.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.003, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

PRÊMIOS DE SORTEIOS DISTRIBUÍDOS A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS. TRIBUTAÇÃO.

Na espécie consultada, sujeitam-se à incidência exclusiva do imposto na fonte, os prêmios distribuídos por meio de sorteio, utilizando-se, para prêmios em dinheiro, a alíquota de 30% (trinta por cento), e para prêmios em bens e serviços, a alíquota de 20% (vinte por cento).

É dispensada a retenção do Imposto sobre a Renda na Fonte quando o beneficiário do rendimento for uma entidade sem fins lucrativos, de trata o art. 15, da Lei nº 9.532, de 1997, desde que atenda aos requisitos legais.

Também há a dispensa da retenção do Imposto sobre a Renda na Fonte no caso de entidade imune, a qual deve declarar à fonte pagadora, por escrito, essa condição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 342, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.506, de 1964, art. 14; Decreto-lei nº 1.493, de 1976, art. 10; Lei nº 8.981, de 1995, art. 63, com redação do art. 1º da Lei nº 9.065, de 1995; Lei nº 11.196, de 2005, art. 71; Lei nº 9.532, de 1997, art. 12, § 2º, alíneas "a" a "e", e § 3º, e arts. 13, 14 e 15; Constituição Federal de 1988, art. 150, VI, alínea "b"; Decreto nº 9.580, de 2018 (RIR/2018), arts. 732, I e II, e 733; Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 2015, art. 72, e Solução de Divergência Cosit nº 9, de 2012.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.004, DE 27 DE MAIO DE 2021

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO FAZENDÁRIO COM DÉBITO PREVIDENCIÁRIO DECORRENTE DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA POR SUB-ROGAÇÃO. POSSIBILIDADE.

Consideram-se débitos próprios, para fins de compensação tributária com tributos administrados pela RFB, os débitos decorrentes de responsabilidade tributária por sub-rogação das obrigações do produtor rural pessoa física e do segurado especial, por produtor rural pessoa jurídica adquirente.

A compensação poderá ser realizada por empresa que utiliza o eSocial para apuração das contribuições previdenciárias, observadas as restrições previstas na legislação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 321, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 74; Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, art. 26-A; Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, art 65.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.005, DE 08 DE OUTUBRO DE 2021

Assunto: Imposto Sobre A Renda Retido Na Fonte - IRRF

FUNDAÇÃO DE APOIO DE INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. BOLSA. TRIBUTAÇÃO. RETENÇÃO NA FONTE.

São tributáveis, e sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, os rendimentos pagos a título de bolsa por Fundação de Apoio de Instituição Federal de Ensino Superior, com fundamento na Lei n° 8.958, de 20 de dezembro de 1994, se do esforço do bolsista resultar vantagem econômica para a fundação.

Solução de Consulta vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 140, de 21 de setembro de 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art. 26, caput; Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (RIR/2018), art. 35 e 36; Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, art. 1º, 2º e 4º-B, Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, art. 6º e 7º; Parecer PGFN/CAJE/Nº 593, de 31 de julho de 1990.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe de Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.006, DE 08 DE OUTUBRO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

PREVIDÊNCIA PRIVADA - PGBL. PORTADOR DE NEOPLASIA MALIGNA. BENEFÍCIO. ISENÇÃO. RESGATE.

Em razão do disposto nos arts. 19, inciso V, e 19-A, inciso III, da Lei nº 10.522, de 2002, e no Parecer SEI nº 110/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF, aprovado pelo Despacho nº 348/2020/PGFN-ME, a isenção do imposto sobre a renda, prevista no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 1988, e no art. 35, § 4º, inciso III, do Regulamento do Imposto sobre a Renda de 2018, instituída em benefício do portador de moléstia grave, estende-se ao resgate das contribuições vertidas a plano de previdência complementar.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 138, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.713, de 1988, art. 6º, inciso XIV; Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19, inciso V, e 19-A, inciso III; Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018), aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 2018, art. 35, § 4º, inciso III.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.007, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA DE ÓLEO DIESEL. COMBUSTÍVEL CONSUMIDO NOS CAMINHÕES E DEMAIS INSUMOS. NÃO CABIMENTO DE CRÉDITO.

No regime de apuração não cumulativa, não podem ser descontados créditos em relação ao combustível consumido na frota de caminhões utilizados no transporte do óleo diesel vendido e aos demais insumos da atividade de transportador revendedor retalhista de óleo diesel.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 66, DE 29 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, incisos I e II, com redação dada pela Lei nº 11.787, de 2008; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, inciso IX, e art. 15, inciso II, com redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004; e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA DE ÓLEO DIESEL. COMBUSTÍVEL CONSUMIDO NOS CAMINHÕES E DEMAIS INSUMOS. NÃO CABIMENTO DE CRÉDITO.

No regime de apuração não cumulativa, não podem ser descontados créditos em relação ao combustível consumido na frota de caminhões utilizados no transporte do óleo diesel vendido e aos demais insumos da atividade de transportador revendedor retalhista de óleo diesel.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 66, DE 29 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, incisos I, II e IX, com redação dada pela Lei nº 11.787, de 2008; e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.008, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

DANOS MATERIAIS. LUCROS CESSANTES.

O valor recebido em ação judicial a título de danos materiais (danos emergentes) não é tributável, por não representar acréscimo patrimonial e corresponder a mera reposição do valor do patrimônio anteriormente existente.

É tributável a quantia recebida em ação judicial a título de compensação do ganho que o consulente deixou de auferir (lucros cessantes), ou em valor superior ao dano patrimonial efetivamente sofrido, por representar acréscimo patrimonial.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 258, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), art. 43, e Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 7º, inciso IV.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9.001, DE 21 DE JULHO DE 2022

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU_FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO_PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os_benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por_Estados e o Distrito Federal e considerados subvenções para investimento_por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de_ser computados na determinação do lucro real desde que observados os_requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014 e_pelo art. 198 da IN RFB nº 1700, de 2017, dentre os quais, a necessidade_de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão_de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE_CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, art. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; IN RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, § 7º.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU_FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO_PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os_benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por_Estados e o Distrito Federal e considerados subvenções para investimento_por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de_ser computados na determinação da base de cálculo da CSLL apurada na_forma do resultado do exercício desde que observados os requisitos e as_condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014 e pelo art. 198_da IN RFB nº 1700, de 2017, dentre os quais, a necessidade de que tenham_sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de_empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE_CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30 e 50; Lei_Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; IN RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, § 7º.

MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA (ALF/URA), no uso da competência conferida pelo artigo 810, §3º, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa interessada:

Nº PROCESSO	NOME	CPF
13033.173.167/2022-77	MARIO LUIZ SILVEIRA LEMOS	933.730.740-53

Art. 2º. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros da pessoa nomeada no art. 1º, em razão de sua inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

Art. 3º. O Despachante Aduaneiro deverá, mediante utilização de certificado digital, incluir seus dados cadastrais no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior (sistema CAD-ADUANA), para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012, e ADE Coana nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 4º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WILSIMAR GARCIA JÚNIOR

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 17944.101201/2022-90
Interessado: Município de Valparaíso de Goiás - GO.
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre o Município de Valparaíso de Goiás, GO e o Banco do Brasil S.A., no valor de R$70.000.000,00 (setenta milhões reais), destinados a investimentos nas áreas de infraestrutura, pavimentação asfáltica, mobilidade urbana, georreferenciamento, construção de edifícios públicos e aquisição de máquinas e equipamentos.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº 10461/2022/ME, de 07/07/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria ME nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Processo SEI nº 17944.102867/2021-84
Interessado: Município de Ouro - SC
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia, relativas à operação de crédito interno, com garantia da União, entre o Município de Ouro - SC e a Caixa Econômica Federal no valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), cujos recursos destinam-se à pavimentação, aquisição de equipamentos e infraestrutura geral.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI nº 11158/2022/ME, de 29/07/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto no art.2, parágrafo 6, da Portaria ME n 5.194, de 08 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Processo SEI nº 17944.104576/2021-21
Interessado: Município de Itapoá - SC
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia, relativas à operação de crédito interno, com garantia da União, entre o Município de Itapoá - SC e o Banco do Brasil no valor de R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), destinado à pavimentação asfáltica, mobilidade urbana e edificações.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI nº 11252/2022/ME, de 29/07/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria ME nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 5, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/PMPF nº 4/22, que divulga o Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ;

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007;

CONSIDERANDO o disposto no Convênio ICMS nº 117, de 27 de julho de 2022; e

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Estado de Fazenda da Paraíba, recebida por meio de mensagem eletrônica no dia 11.08.2022, registrada no processo SEI nº 12004.100715/2022-24, TORNA PÚBLICO:

Art. 1º O item 15 do Ato COTEPE/PMPF nº 4, de 9 de agosto de 2022, referente ao Estado da Paraíba, passa a vigorar com a seguinte redação:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL							
ITEM	UF	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
15	PB	***	**4,8600	***	-	***	***

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

RENATA LARISSA SILVESTRE
Substituta

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Nº 20.053 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a GUILHERME CAIO SALGUEIRO, CPF nº 222.647.098-04, para prestar os serviços de Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.054 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a HUGO LEONARDO ATAYDE RODRIGUES, CPF nº 084.834.666-19, para prestar os serviços de Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.055 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ANTONIO JOSÉ AMBROZANO NETO, CPF nº 132.474.888-55, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.056 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a SRB INVEST EIRELI, CNPJ nº 18.880.404, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.057 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza JEAN MICHEL ZENETOS, CPF nº 389.539.288-00, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.058 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ÁLVARO PANZERO SCHECHTER, CPF nº 364.010.168-50, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.059 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a QUANTIQUE M3 INVESTMENTS LTDA., CNPJ nº 42.611.920, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.060 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a DIOGO RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 054.984.947-50, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.061 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ELVÉCIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, CPF nº 011.945.366-54, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 307, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, e tendo em vista o constante no Decreto n° 11.072, de 17 de maio de 2022, e na Instrução Normativa n° 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, bem como o que consta nos Processos SEI nº 52600.009967/2020-43 e 0052600.004300/2022-16, resolve:

Art. 1º A Portaria Inmetro nº 54, de 11 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11 .....

.....

V - estagiários, observado o disposto na Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2018 e no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022; " (NR)

"Art. 25 .....

.....

§ 7º Os estagiários poderão aderir o Teletrabalho Parcial (Tipo I), devendo ser assegurada atividade presencial de 50% (cinquenta por cento) da jornada mensal;" (NR);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 311, DE 29 DE JULHO DE 2022

Renovação de bolsas concedidas aos alunos(as) dos Programas de Pós-Graduação mantidos pelo Inmetro - Turmas 2018 e 2019.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, substituto, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e na Portaria Inmetro nº 145, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 19/03/2018, e considerando o que consta no processo SEI 0052600.003308/2021-84, resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de bolsas concedidas aos alunos(as) matriculados em 2018 e 2019 nos cursos de Doutorado dos Programas de Pós-Graduação em Biotecnologia e Metrologia, mantidos pelo Inmetro, conforme quadros abaixo:

Quadro 1. Doutorado Acadêmico em Biotecnologia

Aluno(a) Bolsista	Turma	Período de Renovação
Luths Raquel de Oliveira Geaquinto	2018	Agosto/2022 a Outubro/2022
Tamara Silva	2018	Julho/2022 a Setembro/2022

Quadro 2. Mestrado em Biotecnologia

Aluno(a) Bolsista	Turma	Período de Renovação
Olivia Woyames Pinto	2019	Agosto/2022 a Março/2023

Art. 2º A vigência da bolsa terá duração de acordo com o prazo regulamentar dos cursos, bem como estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Inmetro.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2022.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 312, DE 29 DE JULHO DE 2022

Renovação de bolsas concedidas aos alunos(as) dos Programas de Pós-Graduação mantidos pelo Inmetro - Turmas 2020 e 2021.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, substituto, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e na Portaria Inmetro nº 145, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 19/03/2018, e considerando o que consta no processo SEI 0052600.004660/2022-18, resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de bolsas concedidas aos alunos(as) matriculados em 2020 e 2021 nos cursos de Mestrado e Doutorado dos Programas de Pós-Graduação, mantidos pelo Inmetro, conforme quadros abaixo:

Quadro 1. Mestrado Profissional em Metrologia e Qualidade

Aluno(a) Bolsista	Turma	Período de Renovação
Bruno Leite Calazans Costa	2020	Maio/2022 a Setembro/2022

Quadro 2. Doutorado em Acadêmico em Metrologia

Aluno(a) Bolsista	Turma	Período de Renovação
Luis Paulo Fernandes Liberto Linares	2021	Agosto/2022 a Julho/2023

Art. 2º A vigência da bolsa terá duração de acordo com o prazo regulamentar dos cursos, bem como estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Inmetro.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2022.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 316, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

Delegar competência ao Coordenador-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade para designar servidores, titular e substituto, para coordenar e supervisionar os Acordos de Cooperação Técnica-Administrativa celebrados entre o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro e os órgãos estaduais e municipal que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro - RBMLQ-I;

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, inciso V, da Lei n° 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso I, do Anexo I ao Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso I, do Anexo à Portaria nº 2,de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, bem como o previsto no artigo 12, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do Processo nº 52600.003717/2022-61, resolve:

Art. 1º Delegar ao Coordenador-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade a competência para designar servidores, titular e substituto, para coordenar e supervisionar os Convênios de Cooperação Técnica e Administrativa celebrados entre o Inmetro e os órgãos estaduais e municipal que compõem a RBMLQ-I.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA INMETRO/DIMEL Nº 207, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 229/2004)

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.003980/2022-51, resolve:

Autorizar alterações estéticas (layout) e novas dimensões do prato receptor de carga, no modelo US 31/2 POP LIGTH, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel nº 229, de 23 de novembro de 2004, publicada no D.O.U. em 16/12/2004, seção 1, página 135, de acordo com as condições especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RETIFICAÇÃO

No art. 2º da CIRCULAR SUSEP Nº 672, DE 08 DE AGOSTO DE 2022, publicada no DOU em 10 de agosto de 2022, Seção 1, página 259.

Onde se lê: "Art. 2º Esta Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. "

Leia-se: "Art. 2º Esta Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2023. "

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 397, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa RODRIGUES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLÇHÕES LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, os termos do Parecer de Engenharia nº 120/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e do Parecer de Economia nº 132/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.004898/2022-04, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa RODRIGUES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLÇHÕES LTDA, CNPJ: 41.032.961/0001-65, Inscrição SUFRAMA: 21.0137.53-3, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 120/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 132/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de ARTEFATO DE MADEIRA (EXCETO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, ARMAZENAGEM, TRANSPORTE OU EMBALAGEM), código SUFRAMA 0917, e ARTEFATO DE ESPUMA, código SUFRAMA 1486, recebendo os incentivos previstos no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto ARTEFATO DE ESPUMA, código SUFRAMA 1486, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto ARTEFATO DE MADEIRA (EXCETO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, ARMAZENAGEM, TRANSPORTE OU EMBALAGEM), do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial ME/MCTI nº 13.306, de 11 de novembro 2021;

II - o cumprimento, quando da fabricação do produto ARTEFATO DE ESPUMA, do Processo Produtivo Básico definido no Anexo VII do Decreto nº 783/1993, de 25 de março de 1993;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 606, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto no Parecer Referencial nº 00004/2020/CONJURMEC/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 02715/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU e nº 02717/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, todos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 315/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.004875/2022-08.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Maurício de Nassau de Caxias do Sul - FMN Caxias Sul (cód. 21589), credenciada pela Portaria MEC nº 657, de 12 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 13 de julho de 2018, situada à Rua Sinimbu, nº 2553, bairro São Pelegrino, no município de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Ser Educacional S.A. (cód. 1847), CNPJ nº 04.986.320/0001-13.

Art. 3º Fica a encargo da Ser Educacional S.A. (cód. 1847), situada à Avenida da Saudade, nº 254, bairro Santo Amaro, no município de Recife, estado de Pernambuco, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 343/2022, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por Miriam Pereira Brito, no curso superior de Educação Física, bacharelado, no período de 2014 a 2018, concluído na Universidade Universus Veritas Guarulhos - Univeritas UNG, com sede no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000181/2022-83.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 303/2022, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por Roger Mathias da Silva, no curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, ministrado pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, com sede no município de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo, conforme consta do Processo nº 23001.000107/2022-67.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 321/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por João Domingos Fonseca, no curso superior de Administração, bacharelado, ministrado pela Faculdade das Américas, sediada no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional das Américas Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23000.008761/2017-61.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 835, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto no processo e-MEC 202113016 (relacionado com o Processo SEI nº 23000.023340/2022-28), resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso superior de graduação em Enfermagem, bacharelado, com 40 vagas totais anuais, a ser ofertado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, código 82, mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, código 66, a ser ministrado na Rua Paese, 198, Universitário, Videira/SC, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2ª A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 839, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (AUTORIZAÇÃO DE CURSOS)

Nº de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora (Código)	Endereço de funcionamento do curso
1	201819383	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO(737)	UNIAO SOCIAL CAMILIANA (497)	Avenida Nazaré, 1.501, - de 1353 ao fim - lado ímpar, Ipiranga, São Paulo/SP

2	201820887	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE UNA DE JATAÍ (21931)	FACEB EDUCACAO LTDA (1117)	Avenida José de Carvalho, 1.800, Setor Epaminondas II, Jataí/GO
3	201928420	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE SALVADOR (2402)	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME (1564)	Avenida Luís Viana, 8812, Paralela, Salvador - BA
4	201930955	PSICOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ALFA UMUARAMA (4765)	OMEGA SISTEMA DE ENSINO PARANAENSE LTDA (17223)	Av. Paraná, 7327 - Parque Monte Líbano - Umuarama - PR
5	201931175	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE VALE DO PAJEU (22075)	FACULDADE VALE DO PAJEU LTDA - EPP (16816)	AROEIRA, S/N, JARDIM BOA VISTA, São José do Egito/PE
6	202111262	PSICOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO (727)	OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DE LUZ (488)	Rua Nossa Senhora de Fátima, 307, Centro, Luz/MG
7	202112082	JORNALISMO(Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO SÃO JUDAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (23241)	BRASIL EDUCACAO S/A (3052)	Avenida Pereira Barreto, 1479, Centro/Baeta Neves, São Bernardo do Campo/SP
8	202113947	PSICOLOGIA(Bacharelado)	80(oitenta)	FACULDADE DE SÃO VICENTE (1690)	UNIAO BRASILEIRA EDUCACIONAL LTDA (1113)	Rua Sorocabana, 59, Centro, São Vicente/SP
9	201927424	ODONTOLOGIA(Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU (203)	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA(143)	Avenida Angélica, 2563, Paulista, Bela Vista, São Paulo/SP
10	201929229	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO(Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNA DE JATAÍ (21931)	FACEB EDUCACAO LTDA(1117)	Avenida José de Carvalho, 1.800, Setor Epaminondas II, Jataí/GO

PORTARIA Nº 840, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na tabela anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização para os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 44 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO

Nº de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201820213	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE AMAZONAS (21592)	FACULDADE AMAZONAS LTDA - EPP(16638)	Travessa Cristiane Azevedo, 2712, Endereço da Mantida, Morada do Sol, Manacapuru/AM
2	201929923	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FIAM-FAAM - CENTRO UNIVERSITÁRIO (2556)	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA (262)	Avenida Morumbi, 501, - até 1000 - lado par, Morumbi, São Paulo/SP
3	201931467	PROCESSOS GERENCIAIS(Tecnológico)	60(sessenta)	FACULDADE DE MIGUEL PEREIRA (22116)	FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA (100)	Rua Avarenga Peixoto, 111, Vila Selma, Miguel Pereira/RJ,
4	201932040	DIREITO (Bacharelado)	100(cem)	FACULDADE TECNOLÓGICA DE LIMOEIRO DO NORTE: LADISLAU PEREIRA (21857)	FUNDACAO CARIRI (16733)	Avenida Dom Aureliano Matos, 1925, Centro, Limoeiro do Norte/CE

PORTARIA Nº 841, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na tabela do anexo, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, para fins de expedição e registro de diplomas, dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º Encerra-se, a pedido das respectivas instituições, a oferta dos cursos cujo reconhecimento é efetivado por meio desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (RECONHECIMENTO DE CURSO)

de Ordem	Protocolo e-MEC	Curso	Nº vagas totais anuais	Mantida (cód.)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202017916	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE FEEVALE (23)	ASSOCIAÇÃO PRO ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO	Rodovia ERS-239, nº 2755 - Vila Nova - Novo Hamburgo/RS
2	202108512	LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEEVALE (23)	ASSOCIAÇÃO PRO ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO	Rodovia ERS-239, nº 2755 - Vila Nova - Novo Hamburgo/RS
3	202108519	LETRAS - PORTUGUÊS (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEEVALE (23)	ASSOCIAÇÃO PRO ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO	Rodovia ERS-239, nº 2755 - Vila Nova - Novo Hamburgo/RS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.256, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, nomeada pelo Decreto de 03/10/2018, publicado no DOU de 04 subsequente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008, resolve:

Art. 1º Remanejar o código FG-04 da Coordenadoria do Núcleo de Apoio ao Estágio - NAE/GEN/DG, para a Coordenadoria de Biblioteca - COBIB/GEN/DG, Campus Socorro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 11/08/2022.

ALYSSON SANTOS BARRETO
Reitor
Substituto

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 155, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu acadêmicos.

A PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, III e IX do art. 26 do Estatuto da CAPES, aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, tendo em vista o disposto na Portaria MEC nº 389, de 23 de março de 2017, nas Portarias CAPES n° 76, de 14 de abril de 2010, nº 181, de 18 de dezembro de 2012, nº 149, de 1° de agosto de 2017, na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e considerando o constante dos autos do processo nº 23038.014125/2021-28, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu acadêmicos com notas 3 e 4, por meio do qual serão concedidas bolsas nos níveis de formação mestrado e doutorado e recursos de custeio.

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 2º O PDPG Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu acadêmicos tem como princípios:

I - proposição, planejamento, implementação e supervisão de ações relativas ao fomento:

a) da consolidação de cursos de Pós-Graduação stricto sensu com notas 3 e 4; e

b) da formação de recursos humanos de alto nível no país para a consolidação do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG.

II - implementação e supervisão de ações com vistas a reduzir as assimetrias de regiões e de áreas do conhecimento identificadas no SNPG.

Art. 3º O PDPG Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu acadêmicos possui como objetivo apoiar os Programas de Pós-Graduação - PPGs com notas 3 e 4, de modo a contribuir para a consolidação e redução de assimetrias identificadas no âmbito do SNPG a partir da formação de mestres e doutores.

Art. 4º São objetivos específicos da presente ação estratégica de consolidação dos PPGs stricto sensu:

I - apoiar a consolidação e o desenvolvimento de PPGs que obtiveram notas 3 ou 4 na última avaliação quadrienal, em 2017, coordenada pela CAPES ;

II - induzir ações de fomento e de formação de recursos humanos de alto nível; e

III - atuar na concessão de bolsas para discentes de mestrado e doutorado devidamente matriculados nos PPGs.

Art. 5º Para efeitos desta Portaria, o público-alvo são todos os Programas de Pós-Graduação stricto sensu acadêmicos que funcionaram por no mínimo três anos no período de 2013 a 2016, conforme estabelecido no item 2-I-a do Anexo I da Portaria nº 59, de 22 de março de 2017, e obtiveram notas 3 ou 4 na Avaliação Quadrienal 2017.

Parágrafo Único. A relação do público-alvo será disponibilizada na página do programa no site da CAPES.

CAPÍTULO II

CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 6º Os benefícios concedidos no âmbito desta portaria serão financiados e geridos pela Coordenação-Geral de Programas Estratégicos - CGPE, da Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Art. 7º As bolsas concedidas no âmbito desta Portaria serão pagas diretamente ao beneficiário por meio do Sistema de Concessão de Bolsas e Auxílios - SCBA, no endereço eletrônico https://scba.capes.gov.br.

§1º Serão concedidas bolsas nos níveis de mestrado e doutorado.

Art. 8º A concessão do apoio emergencial e estratégico considerará os níveis dos cursos ofertados pelos PPGs.

§ 1º Para os PPGs que possuem apenas curso de mestrado serão concedidas 2 (duas) bolsas de mestrado.

§ 2º Para os PPGs que possuem cursos de mestrado e doutorado serão concedidas 2 (duas) bolsas de doutorado.

§ 3º Para os PPGs que possuem apenas curso de doutorado serão concedidas 2 (duas) bolsas de doutorado.

§ 4º O valor das bolsas de mestrado e doutorado é definido pela Portaria Conjunta (CAPES/CNPq) nº 01, de 28 de março de 2013, ou nos atos que venham a substituí-la.

Art. 9º As bolsas descritas no art. 8º desta Portaria devem ser direcionadas a discentes regularmente matriculados no PPG stricto sensu.

Art. 10. É de responsabilidade do PPG a promoção do processo seletivo para seleção dos discentes.

Art. 11. As bolsas não implementadas conforme cronograma estabelecido no art. 27 desta Portaria serão recolhidas.

Art. 12. A implementação da bolsa de estudo está condicionada à anexação do plano de atividades no sistema Linha Direta (https://linhadireta.capes.gov.br), conforme indicado no art. 16, e deverá ser realizada segundo prazo estabelecido no art. 27 desta Portaria.

Art. 13. Do bolsista de mestrado e de doutorado exigir-se-á:

I - comprovar desempenho acadêmico satisfatório, consoante às normas definidas pelo PPG;

II - estar regularmente matriculado no PPG stricto sensu proponente;

III - não acumular a percepção de bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro programa com a mesma finalidade e característica.

Art. 14. Não será permitida a utilização de dados bancários de terceiros, de conta conjunta na qual o bolsista não seja o titular ou de conta poupança para recebimento da bolsa.

Art. 15. A duração máxima ordinária das bolsas de mestrado e doutorado será de 24 (vinte e quatro) meses e de 36 (trinta e seis) meses, respectivamente.

§ 1º Na apuração do limite de duração das bolsas, considerar-se-ão também as parcelas recebidas anteriormente pelo bolsista, advindas de outro programa de bolsas da CAPES e demais agências para o mesmo nível de curso, assim como o período do estágio no exterior subsidiado por qualquer agência ou organismo nacional.

§ 2º Não está permitida a substituição de bolsistas no âmbito desta Portaria.

Art. 16. O Coordenador do PPG stricto sensu deverá:

I - anexar no sistema Linha Direta (https://linhadireta.capes.gov.br) o plano de atividades, informando as ações para consolidação do PPG stricto sensu acadêmico;

II - acompanhar as atividades acadêmicas realizadas pelos beneficiários de bolsa;

III - cumprir a legislação pertinente à concessão de bolsas estipulada pelas Portarias CAPES nº 76/2010, 181/2012 e 149/2017, no que couber;

IV - peticionar e assinar o AUXPE/Anexo III da Portaria CAPES nº 59/2013;

V - prestar contas dos recursos de custeio recebidos, conforme os termos da Portaria CAPES nº 59/2013;

VI - anexar no Sistema Eletrônico de Informações - SEI documento que comprove o período de seu mandato como Coordenador de PPG.

§ 1º O Coordenador do PPG é responsável pela implementação e gestão da bolsa no SCBA.

§ 2º É de inteira responsabilidade do Coordenador do PPG solicitar o cancelamento da bolsa de mestrado ou doutorado quando o desempenho do bolsista for insuficiente.

CAPÍTULO III

RECURSOS DE CUSTEIO

Art. 17. A concessão do apoio estratégico proposto por esta Portaria prevê o repasse no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em recursos de custeio para cada um dos PPGs stricto sensu acadêmicos com notas 3 e 4 beneficiários, vinculados a instituição pública ou privada sem fins lucrativos, sendo R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no primeiro ano de execução do projeto e R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no segundo ano.

Art. 18. Para a formalização do repasse de recurso de custeio, é obrigatório o peticionamento e assinatura do AUXPE/Anexo III da Portaria CAPES nº 59/2013 (https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/prestacao-de-contas/auxilios-a-pesquisa).

§ 1º O AUXPE é o instrumento de transferência de recursos financeiros consignados no orçamento da CAPES ao Coordenador do PPG.

§ 2º O peticionamento do AUXPE deverá ser realizado e assinado na plataforma SEI (https://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), sendo este fator condicionante para a liberação dos recursos de custeio.

§ 3º O AUXPE terá vigência de 40 meses, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

§ 4º O pagamento da segunda parcela dos recursos de custeio somente será realizado nos casos em que o Coordenador do PPG tiver realizado a implementação das bolsas.

Art. 19. A existência de alguma inadimplência do Coordenador do PPG com a CAPES ou com qualquer órgão da Administração Pública Federal, direta ou indireta, constituirá fator impeditivo para o repasse do recurso financeiro.

Art. 20. Em caso de troca de Coordenador do PPG, não haverá a transferência de recursos cujos pagamentos já tenham sido realizados em ano fiscal anterior.

Parágrafo Único. O Coordenador do PPG deverá informar à CAPES sobre a troca da coordenação em até 60 (sessenta) dias antes do término da vigência do seu mandato.

Art. 21. O Coordenador do PPG fará a gestão dos recursos financeiros por meio do Cartão Pesquisador.

Art. 22. Os recursos de custeio destinam-se ao apoio das atividades acadêmico-científicas relacionadas à formação de mestres e doutores.

Art. 23. São exemplos de despesa de custeio:

I - serviços de terceiros - para pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual;

II - material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos, manutenção e funcionamento de laboratório de ensino e pesquisa, serviços e taxas relacionados à importação;

III - produção, revisão, tradução, editoração, confecção e publicação de conteúdos acadêmico-científicas e de divulgação das atividades desenvolvidas no âmbito dos PPGs;

IV - manutenção do acervo de periódicos, desde que não contemplados no Portal de Periódicos da CAPES;

V - passagens e diárias para:

a) participação de professores, pesquisadores e alunos em eventos acadêmicos e científicos;

b) missões de estudo ou pesquisa em campo;

c) participação em bancas de dissertações e teses.

§ 1º Prioritariamente, a realização ou participação em reuniões, eventos, conferências ou similares deverá ocorrer no formato de videoconferência.

§ 2º É vedado o financiamento de atividades sociais ou turísticas.

§ 3º Os gastos devem ser efetuados conforme a legislação vigente aplicável ao instrumento AUXPE, observando o estabelecido no Anexo I da Portaria CAPES nº 59/2013 e na Portaria nº 448/2002 da Secretaria do Tesouro Nacional, dentro do período de vigência do AUXPE.

§ 4º Todo e qualquer material produzido deverá incluir a logomarca da CAPES conforme Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018.

Art. 24. É obrigatória a prestação de contas das despesas realizadas, observando as normas que disciplinam a utilização do AUXPE, em especial o dispositivo no manual de prestação de contas online do Sistema Informatizado de Prestação de Contas - SIPREC da CAPES (https://siprec.capes.gov.br), Anexo II da Portaria CAPES nº 59/2013.

Parágrafo único. A prestação de contas final deverá ser realizada no SIPREC em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do AUXPE.

CAPÍTULO IV

TAXAS ESCOLARES

Art. 25. Para os PPGs de Instituições Particulares, Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas de Ensino Superior está prevista a concessão de auxílio para pagamento de taxas escolares.

§ 1º As taxas escolares serão pagas mensalmente pela CAPES diretamente na conta dos bolsistas, por meio do SCBA (https://scba.capes.gov.br), que deverão repassar o valor às respectivas instituições.

§ 2º Os bolsistas vinculados às Instituições Particulares, Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas de Ensino Superior estarão submetidos aos seguintes regulamentos, no que couber:

I - Regulamento do Programa de Suporte à Pós-Graduação de instituições de Ensino Particulares - PROSUP: Portaria nº 181, de 18 de Dezembro de 2012; e

II - Regulamento do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior - PROSUC: Portaria nº 149, de 1º de Agosto de 2017.

§ 3º As taxas escolares a serem repassadas pela CAPES aos bolsistas vinculados às Instituições Particulares, Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas de Ensino Superior seguirão os valores praticados nos programas PROSUP e PROSUC, sendo vedado às IES privadas cobrar dos bolsistas quaisquer encargos educacionais que excedam os valores de taxas escolares pagas pela CAPES.

§ 4º Cada benefício deve ser atribuído a um único indivíduo, sendo vedado o seu fracionamento.

§ 5º Ainda segundo os regulamentos do PROSUP e PROSUC, bolsistas de Instituições Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas de Ensino Superior têm a possibilidade de receber tanto o valor da bolsa de estudo quanto o valor da taxa escolar, porém bolsistas de Instituições Particulares devem optar entre receber o valor da bolsa de estudo ou o valor da taxa escolar.

Art. 26. Os auxílios para pagamento das taxas escolares serão concedidos pelo período de vigência da bolsa.

CAPÍTULO V

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 27. Para recebimento dos benefícios descritos nesta portaria, o Coordenador de PPG deverá observar o seguinte cronograma:

ATIVIDADES	DATAS
Prazo para solicitação de credenciamento como usuário externo no SEI	até 9 de setembro de 2022.
Prazo para anexação do Plano de Atividades contendo as ações para consolidação do PPG	até 30 de setembro de 2022.
Prazo para peticionamento, assinatura do AUXPE/Anexo III no SEI/CAPES.	até 30 de setembro de 2022.
Prazo para revisão dos documentos referentes aos peticionamentos pela CAPES	até 31 de outubro de 2022.
Período para implementação dos projetos	de 1º de novembro de 2022 até 10 de março de 2023.

Art. 28. Para recebimento dos benefícios previstos nesta portaria, o Coordenador do PPG deve realizar a correta anexação do Plano de Atividades no sistema Linha Direta (https://linhadireta.capes.gov.br), contendo as ações para consolidação do PPG, e fazer o correto peticionamento do AUXPE/Anexo III no SEI/CAPES até 30/09/2022.

§ 1º Exige-se que o peticionamento seja assinado pelo Coordenador do PPG e pelo Reitor/Pró-Reitor ou equivalente da instituição de vínculo do PPG, conforme descrito no art. 16 desta Portaria.

§ 2º O Manual para peticionamento do AUXPE/Anexo III da Portaria CAPES nº 59/2013 está disponível no sítio oficial da CAPES, no endereço eletrônico https://www.gov.br/capes/pt-br.

§ 3º Caso o AUXPE/Anexo III não esteja devidamente anexado e assinado pelas partes envolvidas até 30/09/2022, o peticionamento não será aceito.

Art. 29. Em caso de erro no preenchimento ou qualquer outra irregularidade no peticionamento, o Coordenador do PPG deverá providenciar a correção do documento em até 5 (cinco) dias a contar da data da comunicação realizada pela CAPES.

§ 1º A CAPES não se responsabilizará por peticionamento não concretizado em decorrência de problemas técnicos de tecnologia da informação, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

§ 2º Não será acolhido AUXPE/Anexo III submetido de modo extemporâneo ou por via postal, fax ou correio eletrônico.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. A qualquer momento, a CAPES se resguarda o direito de solicitar, ao Coordenador do PPG, informações, relatórios ou documentos adicionais que julgar necessários.

Art. 31. O presente instrumento poderá ser suspenso ou cancelado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, exigência legal ou indisponibilidade orçamentária e financeira da CAPES, respeitados os direitos adquiridos, na forma da lei.

Art. 32. Os casos omissos e as situações não previstas nesta Portaria serão decididos pela Presidência da CAPES.

Art. 33. Esta Portaria poderá ser revogada ou alterada a qualquer tempo, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal.

Art. 34. Orientações ou informações adicionais sobre esta Portaria deverão ser solicitadas à equipe técnica da CAPES pelo e-mail pdpg.consolidacao@capes.gov.br.

Art. 35. Esta Portaria entrará em vigor na data de 17 de agosto de 2022.

CLAUDIA MANSANI QUEDA DE TOLEDO

PORTARIA Nº 158, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Altera a Portaria Capes nº 141, de 29 de julho de 2022.

A PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR- CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, III e IX do art. 26 do Estatuto da CAPES, aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, com fundamento no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e na Instrução Normativa nº 65 de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, bem como o que consta do processo nº 23038.007527/2022-57, resolve:

Art. 1º. A Portaria Capes nº 141, de 29 de julho de 2022, passa a vigorar acrescida da seguinte redação:

Art. 3º A. O PGD/Capes poderá ser adotado nas seguintes modalidades:

I - presencial; ou

II - teletrabalho. (NR)"

Art. 2º. A Portaria Capes nº 141, de 29 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 20. Os participantes do PDG/Capes, em qualquer das modalidades previstas no art. 3º-A, ficarão dispensados dos controles de assiduidade e de pontualidade (NR)".

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA MANSANI QUEDA DE TOLEDO

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 1.008, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Portaria DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.023049/2022-22, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por quatro anos, o sistema informatizado (software) de talonário eletrônico denominado "Talonário Eletrônico AUTUA", desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), CNPJ nº 33.683.111/0002-80, situado na SGAN, Quadra 601, Módulo V, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.836-900.

Art. 2º A alteração do código da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, implica o cancelamento automático da homologação de que trata o art. 1º.

Art. 3º O responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado do talão eletrônico deve comunicar à SENATRAN o fornecimento do sistema, informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que o utilizará.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 1.009, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Portaria DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.024679/2022-14, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por quatro anos, o sistema informatizado (software) de talonário eletrônico denominado "Guarda Presente v1.0.1", desenvolvido por Nossa Rede Telecomunicações Brasil EIRELI - EPP, CNPJ nº 35.750.309/0001-83, situada na Rua Maria Soares Sendas, nº 4200, Lote B-1, Centro, São João de Meriti/RJ, CEP: 25.575-825.

Art. 2º A alteração do código da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, implica o cancelamento automático da homologação de que trata o art. 1º.

Art. 3º O responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado do talão eletrônico deve comunicar à SENATRAN o fornecimento do sistema, informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que o utilizará.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 1.031, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Portaria DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.022821/2022-99, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por quatro anos, o sistema informatizado (software) de talonário eletrônico denominado "AIT PMRO v5.1.3", desenvolvido por E-GRAPHIC DESIGN ELETRÔNICO LIMITADA - ME, CNPJ nº 03.971.547/0001-22, situada na Rua Luiz Manoel Gonzaga, nº 813, Sala 03, Petrópolis, Município de Porto Alegre/RS, CEP: 90.470-280.

Art. 2º A alteração do código da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, implica o cancelamento automático da homologação de que trata o art. 1º.

Art. 3º O responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado do talão eletrônico deve comunicar à SENATRAN o fornecimento do sistema, informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que o utilizará.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 1.033, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Portaria DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.017882/2022-34, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por quatro anos, o sistema informatizado (software) de talonário eletrônico denominado "Talonário Eletrônico v6.05", desenvolvido por NDC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ nº 54.933.809/0001-03, situada na Rua Voluntários da Pátria, nº 654, Sala 402, Santana, São Paulo/SP, CEP: 02.010-000.

Art. 2º A alteração do código da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, implica o cancelamento automático da homologação de que trata o art. 1º.

Art. 3º O responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado do talão eletrônico deve comunicar à SENATRAN o fornecimento do sistema, informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que o utilizará.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 1.022, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

Certifica 3 novos estabelecimentos como Pontos de Parada e Descanso - PPD, considerando que os estabelecimentos atendem às condições sanitárias, de segurança e conforto, conforme disposto na Portaria nº 45/2021, deste Ministério, bem como, na Portaria nº 1.343/2019, do Ministério da Economia, em obediência à Lei nº 13.103/2015.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 17 da Portaria nº 45, de 11 de março de 2021, do Ministério da Infraestrutura - MINFRA, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2021, e em conformidade com a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015, resolve:

Art. 1º Certificar os estabelecimentos, na forma do anexo, como sendo Pontos de Parada e Descanso - PPDs, para motoristas profissionais do transporte rodoviário de passageiros e de cargas.

§ 1º São certificados os estabelecimentos que cumprem integralmente com os requisitos e condições mínimas sanitárias, de segurança e conforto, estabelecidos pelos atos normativos relacionados aos PPDs, com validade de quatro anos, a partir da publicação desta portaria.

§ 2º Após a certificação, a qualquer momento e sem aviso prévio, poderão ser realizadas vistorias, tendo como objetivo verificar se o estabelecimento mantém as condições exigidas no ato de certificação.

§ 3º Caso seja verificado o descumprimento de qualquer dos requisitos ou condições exigidas, a certificação estará sujeita à suspensão ou cancelamento, mediante ato do MINFRA.

§ 4º A renovação da certificação dos estabelecimentos como PPD deverá ser solicitada pelo interessado, seis meses antes do término de sua validade.

§ 5º Os estabelecimentos certificados como PPD são iniciativas aderentes à Portaria nº 512, de 29 de abril de 2021, que institui o Programa de Modernização de Rodovias Federais - inov@BR, com código IN-2021-026 estando associadas ao pilar segurança viária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE FERNANDES QUEIROZ

ANEXO I

NOVAS CERTIFICAÇÕES

RAZÃO SOCIAL	NOME FANTASIA	CNPJ	BR	KM	CIDADE	UF	VALIDADE
REDE HG COMBUSTÍVEIS LTDA.	POSTO BALANÇA	13.569.064/0048-13	381	786	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	MG	2026
EDEMAR RUSSI & CIA LTDA	REDE RUSSI DE POSTOS	80.451.289/0011-76	282	345	CAMPOS NOVOS	SC	2026
L FRANCISCO JUNIOR	AUTO POSTO TERRA NOVA	03.382.668/0001-39	174	320	CONQUISTA D'OESTE	MT	2026

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 548, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Defere pedido de isenção parcial de cumprimento dos requisitos de que tratam os parágrafos 119.21(a)(1) e 119.73(b) do RBAC nº 119 e 135.1(a)(1) do RBAC nº 135, em favor da Dugomes Air Táxi Aéreo Ltda.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XIV, da mencionada Lei, e considerando o que consta no processo nº 00058.037838/2022-15, deliberado e aprovado na 21ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 2022, decide:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela sociedade empresária DUGOMES AIR TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 09.235.989/0001-97, pedido de isenção parcial de cumprimento dos requisitos de que tratam os parágrafos 119.21(a)(1) e 119.73(b) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 119 e 135.1(a)(1) do RBAC nº 135, especificamente no que se refere à condução de operações com aviões com configuração máxima certificada de assentos para passageiros de até 19 (dezenove) assentos de acordo com os requisitos aplicáveis do RBAC nº 135, aplicável à aeronave de marcas de nacionalidade e matrícula PT-SFS, modelo Embraer EMB-110P2, número de série 110401.

Art. 2º A Dugomes Air Táxi Aéreo Ltda. deverá operar a aeronave PT-SFS conforme o RBAC nº 135 com um total de até 18 (dezoito) assentos instalados para passageiros, excluindo qualquer assento de piloto, conforme configurações aprovadas previstas no Manual de Operação Embraer Part Number M.O. 110P2/275, condicionado à operação conforme previsto no Manual Geral de Operações aprovado da empresa.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 549, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Defere pedido de isenção de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 61.13(d) do RBAC nº 61.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso X, da mencionada Lei, no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 11, e considerando o que consta do processo nº 00058.031268/2022-41, deliberado e aprovado na 21ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 2022, decide:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pelo Sr. OSMAR MULINA PEREIRA FILHO, ANAC 16929-9, o pedido de isenção permanente de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 61.13(d) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 61.

Art. 2º A habilitação de tipo LR30 permanecerá suspensa até que o aeronauta cumpra com todos os requisitos regulamentares atinentes.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 550, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Defere pedido de isenção de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 61.13(d) do RBAC nº 61.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso X, da mencionada Lei, no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 11, e considerando o que consta do processo nº 00058.025249/2022-86, deliberado e aprovado na 21ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 2022, decide:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pelo Sr. GABRIEL DOS SANTOS NAZARETH, CANAC 13324-6, o pedido de isenção permanente de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 61.13(d) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 61.

Art. 2º A habilitação de tipo LR30 permanecerá suspensa até que o aeronauta cumpra com todos os requisitos regulamentares atinentes.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 552, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Defere o pedido de isenção de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 141.91(b)(4) do RBAC nº 141.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso X, da mencionada Lei, no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 11, e considerando o que consta do processo nº 00066.009392/2022-21, deliberado e aprovado na 21ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 2022, decide:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pelo AEROCLUBE DO PLANALTO CENTRAL, pedido de isenção temporária de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 141.91(b)(4) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141 em favor do piloto ANDRÉ LUIZ DALL'AGNOL CECHELLA, CANAC 111.811, de modo a permitir o desempenho da função de examinador credenciado para realização de exames para concessão e revalidação da habilitação de planador e instrutor de voo de planador.

Parágrafo único. A isenção terá validade de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º A manutenção da prerrogativa para desempenho da função de examinador credenciado fica condicionada ao atendimento das demais prescrições da seção 141.91 do RBAC 141.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 763, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso VIII do art. 105, do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e considerando o que consta no processo nº 50500.740235/2017-21, decide:

Art. 1º Suspender a comercialização de bilhetes da EXPRESSO BRASILEIRO TRANSPORTE RODOVIARIO E TURISMO LTDA., CNPJ nº 02.840.960/0001-95, detentora da Licença Operacional - LOP nº 169, com fulcro nos artigos 24 e 80 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS procederá à instrução processual para a cassação do Termo de Autorização - TAR de nº 227, da EXPRESSO BRASILEIRO TRANSPORTE RODOVIARIO E TURISMO LTDA, após 30 (trinta) dias úteis, a contar da publicação desta Decisão.

Art. 3º A paralisação dos mercados autorizados à empresa no sistema da SUPAS se dará em ato contínuo à cassação do TAR nº 123.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 764, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.140713/2022-66, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
Q M KUNDE TRANSPORTES LTDA	006582	30.393.642/0001-69
REIS TURISMO GV LTDA	006583	47.222.509/0001-42
RODOELIAS TRANSPORTES EIRELI	006584	12.232.405/0001-34
RODRIGO FLUGEL TRANSPORTES LTDA	006585	45.916.447/0001-43
SEGATTO & SCREMIN LTDA	006586	97.289.128/0001-59
SILVA E RAMOS TRANSPORTES LTDA	006587	45.945.707/0001-09
SOARES E JADISCKE TRANSPORTES LTDA	001990	21.450.636/0001-05
TRANS GARRA VIAGENS E TURISMO LTDA	006588	47.129.352/0001-05
TRANS X TURISMO LTDA	006589	46.465.684/0001-06
TRANSPORTADORA QUESSADA NOVO HORIZONTE EIRELI	006590	30.127.481/0001-61
TRANSPORTES WALMONTE EIRELI	000322	32.145.062/0001-88
V. V. S. VIAGENS, TURISMO E RECEPTIVOS LTDA	002073	11.137.897/0001-16
VAN PREMIER TURISMO E LOCADORA DE VEICULOS LTDA	006591	43.403.428/0001-98
WALTER VANS LTDA	006592	37.993.715/0001-00
WINDVAN LOCACAO DE VEICULOS EIRELI	359283	13.437.939/0001-60
WNS TRANSPORTE & TURISMO LTDA	006593	39.825.067/0001-09

DECISÃO SUPAS Nº 765, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.140651/2022-92, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

SOCIAL	TAF	CNPJ
AGM TURISMO LTDA	006561	32.423.935/0001-77
BAVS BRASIL TRANSPORTE E SERVICOS EIRELI	006562	03.943.907/0001-82
C CAMPOS TURISMO LTDA	000936	28.115.860/0001-90
CENTRAL DA VAN TRANSPORTES DE CARGAS E PASSAGEIROS EIRELI	001254	27.743.518/0001-71
CJK TRANSPORTES E TURISMO LTDA	006563	45.919.063/0001-84
CONECTA BUS FRETAMENTOS LTDA	006564	45.025.174/0001-47
CRIVELARI TRANSPORTE LTDA	419827	03.585.179/0001-84
DIEFERSON ALESSANDRO DE MOURA LTDA	006565	47.135.852/0001-50
EMIT TOUR TRANPORTES LTDA	006566	47.189.563/0001-33
ERIKTUR TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	006567	31.290.967/0001-89
EXPRESSO TUR LTDA	006568	44.852.103/0001-55
FABIANO EDSON DOS SANTOS EIRELI	006569	09.285.291/0001-86
GRECCO - EMPRESA DE TRANSPORTES EIRELI	352730	47.616.321/0001-89
GRXTRANSPORTES FRETES E LOGISTICA LTDA	006570	33.772.912/0001-30
HOPETOUR FRETAMENTO E TURISMO LTDA	006571	11.936.794/0001-16

DECISÃO SUPAS Nº 766, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.140687/2022-76, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
IMPERIO TUR LTDA	006572	47.297.513/0001-70
J DOS S A SILVA LTDA	006398	19.117.966/0001-31
J.J.K.P TRANSPORTES LTDA	006573	46.829.236/0001-36
JAIR LOPES DOS SANTOS EIRELI	006574	18.485.762/0001-90
JULIANA PEIXOTO DANTAS SANTANA EIRELI - ME	523278	21.155.267/0001-28
JUNIOR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	006576	22.023.710/0001-70
KENYA TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA	006577	46.052.680/0001-98
LD TRANSPORTE, FRETAMENTO E TURISMO LTDA	006578	45.610.042/0001-82
LPS TRANSPORTES EIRELI	006579	01.878.939/0001-16
LUANNTUR TURISMO LTDA	006580	47.023.651/0001-60
PEREIRA & ANAISSE LTDA	006581	14.145.416/0001-02
MANGGINI & CIA LTDA	000775	09.506.575/0001-55
ONIX TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA	000764	10.973.737/0001-44
PITA TRANSWORLD EIRELI	002097	31.039.609/0001-06

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 181, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de acesso na rodovia BR-101/SC, sob concessão à Concessionária Autopista Litoral Sul S.A - Interessado: Astom Participações e Empreendimentos imobiliários LTDA.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.095999/2022-18, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, sob concessão à Autopista Litoral Sul S.A., no km 211+200, via marginal sul, no município de Palhoça/SC de interesse de Astom Participações e Empreendimentos Imobiliários LTDA.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Astom Participações e Empreendimentos Imobiliários LTDA. e a Autopista Litoral Sul S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art.5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		**Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Acesso de Interesse de de interesse da Astom Participações e Empreendimentos imobiliários LTDA.**		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	**SIRGAS 2000**	**FUSO(S): 22**	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	**UTM**
VÉRTICE				
PONTO	**COORDENADAS**			
	E		**S**	
Acesso no km 211+200m, via marginal sul, da BR-101/SC.	731506.698		6942176.623	

DECISÃO SUROD Nº 182, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de travessia aérea por rede de energia elétrica na rodovia BR-050/MG, sob concessão à ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A - Interessado: CEMIG Distribuição S/A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.104208/2022-58, decide:

Art. 1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-050/MG, sob concessão à ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A. por meio de travessia no km 165+469, no município de Uberaba/MG de interesse de CEMIG Distribuição S/A.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a CEMIG Distribuição S/A e a ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art.5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		**Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Travessia aérea por rede de energia elétrica no km 165+469 da BR-050/MG, de interesse da CEMIG Distribuição S/A.**		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	**SIRGAS 2000**	**FUSO(S): 22**	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	**UTM**
VÉRTICE				
PONTO	**COORDENADAS**			
	E		**S**	
Poste 1	186746		7819401	
Poste 2	186633		7819333	

DECISÃO SUROD Nº 183, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de acesso na rodovia BR-381/MG, sob concessão à Autopista Fernão Dias S.A - Interessado: Paulineris Empreendimentos Imobiliários Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.093841/2022-11, decide:

Art. 1º Autorizar a implantação da obra de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG, sob concessão à Autopista Fernão Dias S.A., no km 949+100 pista norte, no município de Extrema/MG de interesse de Paulineris Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Paulineris Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Autopista Fernão Dias S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art.5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Acesso no km 949+100 da BR-381/MG, de Interesse de Paulineris Empreendimentos Imobiliários Ltda.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 23	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		S	
Inicial	359758.1597		7469630.824	
Final	359856.803		7469691.248	

DECISÃO SUROD Nº 195, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra travessia aérea de rede de energia na rodovia BR-101/RJ, sob concessão à Autopista Fluminense S.A - Interessado: Ampla Energia e Serviços S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.123621/2022-11, decide:

Art. 1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-101/RJ, sob concessão à Autopista Fluminense S.A., por meio de travessia aérea no km 204+650m, no município de Casimiro de Abreu/RJ, de interesse de Ampla Energia e Serviços S.A.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Ampla Energia e Serviços S.A. e a Autopista Fluminense S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)							
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Implantação de rede elétrica de distribuição aérea no km 204+650 da BR-101/RJ, de interesse da Ampla energia e serviços S/A.					
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:		SIRGAS 2000			FUSO(S): 23	SISTEMA DE COORDENADAS: UTM	
VÉRTICES			AZIMUTE			DISTÂNCIA	
PONTOS	COORDENADAS						
	E	N					
P1	789.691,15	7.511,920,30	100°	17'	44''	73,97m	
P2	789.677,94	7.511.848,53	190°	17'	44''		

DECISÃO SUROD Nº 200, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de acesso na rodovia BR-101/ES, sob concessão à Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. - ECO101 - Interessado: Comércio de Frutas Brasil LTDA.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.112598/2022-30, decide:

Art. 1º Autorizar a implantação da obra de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-101/ES, sob concessão à Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. - ECO101., no km 001+090, sentido sul, no município de Iconha/ES, de interesse Comércio de Frutas Brasil LTDA.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Comércio de Frutas Brasil LTDA e a Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. - ECO101 e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art.5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Acesso de Interesse de Comércio de Frutas Brasil LTDA.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 24	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		S	
Acesso no km 001+090, sentido sul, da BR-101/ES	313822.56		7699585.75	

DECISÃO SUROD Nº 201, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de acesso na rodovia BR-101/SC, sob concessão à Autopista Litoral Sul S.A - Interessado: Ivete de Souza

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.075337/2021-41, decide:

Art. 1º Autorizar a implantação da obra de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, sob concessão à Autopista Litoral Sul S.A., no km 209+840 via marginal norte, no município de São José/SC de interesse de Ivete de Souza.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Ivete de Souza e a Autopista Litoral Sul S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)					
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Implantação de Acesso no km 209+840, via marginal norte, da BR-101/SC, de interesse de Ivete de Souza.			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22J	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM	
VÉRTICE					
PONTO	COORDENADAS				
	E		S		
P1	732405.45		6943067.99		

DECISÃO SUROD Nº 203, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de acesso na Rodovia BR-116/SC, administrada pela Concessionária Autopista Planalto Sul S.A - Interessado: Iate Clube Lages.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.079228/2020-11, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-116/SC, rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Planalto Sul S.A., no km 255+150m, Sentido Sul, no município de Lages/SC, de interesse de Iate Clube Lages.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Iate Clube Lages e a Concessionária Autopista Planalto Sul S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art.5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Implantação de acesso no km 255+150m, Sentido Sul, da BR-116/SC, de interesse de Iate Clube Lages.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		S	
P1	558664.63		6916699.84	

DECISÃO SUROD Nº 204, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de acesso na rodovia BR-116/SP, sob concessão à Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S/A - CCR RioSP - Interessado: Brasil Carbonos S/A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.034225/2022-11, decide:

Art. 1º Autorizar a implantação da obra de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-116/SP, sob concessão à Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S/A - CCR RioSP, no km 118+820, sentido Sul, no município de Caçapava/SP, de interesse de Brasil Carbonos S/A.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Brasil Carbonos S/A e a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S/A - CCR RioSP e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Acesso de interesse da Brasil Carbonos S/A		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 23	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
Acesso no km 118+820 sul da BR-116/SP	323390,708		7393902,042	

DECISÃO SUROD Nº 206, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de dispositivos de drenagem na rodovia BR-050/MG, sob concessão à ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A - Interessado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50510.039288/2021-63, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de dispositivos de drenagem, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-050/MG, sob concessão à ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A., do km 41+000 ao km 42+000, no município de Araguari/MG, de interesse do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Dispositivos de drenagem de interesse do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 23	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
Dispositivos de drenagem do km 41 ao km 42 da BR-050/MG	797509		7931531	

DECISÃO SUROD Nº 213, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

Autorizar a Concessionária AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A. a realizar a contratação de financiamento, via emissão de debêntures, no montante de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) com outorga de garantias dos direitos emergentes da concessão, nos termos da Nota Técnica - ANTT 3885 (SEI 12569240) constante do Processo nº 50500.133537/2022-14.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução 5.963, de 10 de março de 2022 que altera a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020, e Portaria nº 86, de 08 de setembro de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50500.133537/2022-14, decide:

Art. 1º - Autorizar a Concessionária AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A. a realizar a contratação de financiamento, via emissão de debêntures, no montante de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) com outorga de garantias dos direitos emergentes da concessão, nos termos da Nota Técnica - ANTT 3885 (SEI 12569240) constante do Processo nº 50500.133537/2022-14.

Parágrafo único. A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópias dos contratos avençados na operação em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

Art. 2º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

PORTARIA Nº 24453994, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08501.002151/2022-87 - NPA/DPF/BRU/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa STAFF -CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ/MF nº 02.577.491/0001-63, localizada no Estado de SÃO PAULO.

GUILHERME LOPES MADDARENA

PORTARIA Nº 24495113, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08114.000592/2022-16 -CV/NPA/DPF/VDC/BA, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa ESPAÇO CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.532.586/0001-06, localizada no Estado do BAHIA.

GUILHERME LOPES MADDARENA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS

Despacho nº 7016/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0034914/2021
Interessado: JOSE IGNACIO GARCIA HORTA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, e certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 7017/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0034613/2021
Interessado: RAMEZ SLIBY
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, comprovante de sua residência no Brasil por prazo indeterminado nos quatro anos imediatamente anteriores ao pedido de naturalização, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 7018/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0030284/2021
Interessado: KHADIM LO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II, do art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221 do Decreto nº 9.199, de 2017, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado.

Despacho nº 7019/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029345/2021
Interessado: MARMOU KIFFA DIOP
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente ter apresentado certificado de proficiência, sem realização de curso de língua portuguesa, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 7020/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0023124/2021
Interessado: UGOCHUKWU OKWUDILI NNOLI
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente ter apresentado documento de que sabe comunicar-se em língua portuguesa, emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 7021/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0018420/2020
Interessado: STEEVE EZECHIEL DOSSOUS
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, não apresentou certidões da Justiça Federal e Estadual, bem como apresentou atestado de matrícula em curso de ensino superior sem o comprovante de conclusão do curso, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 2020.

Despacho nº 7022/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0017011/2020
Interessado: ROKHEYA SARR
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, certidão de antecedentes criminais do país de origem, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 7023/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016962/2020
Interessado: NICOLAU MVEMBA NZAYILUAWO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidões da Justiça Federal e Estadual.

Despacho nº 7024/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016876/2020
Interessado: ANDREA POZZATO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 7025/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016803/2020
Interessado: CHEIKH NDIAYE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente ter apresentado certidão de antecedentes criminais fora do prazo de validade, bem como apresentou certificado de proficiência sem realização de curso de língua portuguesa, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 7026/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016482/2020
Interessado: RENOLD JOSEPH
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos II, III e IV, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, tendo em vista que o requerente não possui 04 anos de residência por prazo indeterminado, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidão da Justiça Federal, e comprovação da capacidade de se comunicar em língua portuguesa.

Despacho nº 7027/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013616/2020
Interessado: AIAMACA CRUZ PONTES
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, tendo em vista que o requerente não apresentou todos os documentos necessários no momento da formalização do pedido de naturalização.

Despacho nº 7028/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0012979/2020
Interessado: BLANDINA MAVINGA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV, do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão da Justiça Federal, e apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem com os dados divergentes.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 921, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.009267/2012-27, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOSE RICAURTE CASTRO RUIZ, de nacionalidade colombiana, filho de Roberto Antonio Castro e de Ana Custodia Ruiz, nascido na República da Colômbia, em 10 de julho de 1948, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 922, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08389.019167/2014-52, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CLARA YANINA BENITEZ ESTECHE, de nacionalidade paraguaia, nascida na República do Paraguai, em 16 de maio de 1994, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 923, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.001658/2022-83, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARIA MAGDALENA RAMOS YOMEYE, de nacionalidade boliviana, filha de Jesus Ramos e de Ynacia Yomeye, nascida no Estado Plurinacional da Bolívia, em 27 de setembro de 1985, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 924, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.016579/2006-38, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DANIEL VACA CHAVEZ, de nacionalidade boliviana, filho de Mark Barca Leiguez e de Tereza Chavez Cabrera, nascido em Quijaro, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 30 de janeiro de 1978, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 30 (trinta) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 925, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.033454/2021-12, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JASON DONOVAN ZABEL, de nacionalidade namibiana, filho de Martha Zabel, nascido em Windhoek, na República da Namíbia, em 4 de maio de 1992, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 926, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.005199/2022-15, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DIHOSELIN MONTALVO CHOQUE, de nacionalidade boliviana, filha de Juan Montalvo Chirari e de Fausta Choque Michel, nascida no Estado Plurinacional da Bolívia, em 20 de março de 2001, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, 7 (sete) meses e 26 (vinte e seis) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 930, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.001378/2022-75, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, YOVANA MAYAPO AYALA, de nacionalidade boliviana, filha de Robin Carillo Mayapo e de Eliana Ayala, nascida no Estado Plurinacional da Bolívia, em 15 de abril de 1996, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 931, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.013794/2021-35, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BRIGHT UGOCHUKWU MOZIE, de nacionalidade nigeriana, filho de Edwin Mozie e de Esther Ebele Mozie, nascido na República Federal da Nigéria, em 15 de dezembro de 1989, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 932, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.004590/2018-89, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARIA CAROLINA SEVILLA MORA, de nacionalidade colombiana, filha de Marta Cecilia Mora, nascida na República da Colômbia, em 22 de julho de 1983, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 933, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017.

ALINE BOA MORTE DO CARMO SÁ que passou assinar ALINE STERN, nascida 25 de maio de 1984, filha de Luis Carlos Sá e de Eliane Fátima Boa Morte do Carmo, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo nº 08018.043323/2022-24);

FABRÍCIA FRANÇA FERREIRA que passou assinar FABRÍCIA FRANÇA CUNHA OLIVEIRA nascida em 14 de julho de 1983, filha Manuel Ferreira Filho e de Zilma França Ferreira, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.042153/2022-61);

RICARDO DIAS GONÇALVES LIMA, nascido em 08 de dezembro de 1994, filho Rogerio Gonçalves Lima e de Katia Dias Gonçalves adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.043881/2022-90);

SONIA REGINA DA SILVA que passou assinar SONIA REGINA AMADEO, nascida em 13 de outubro de 1964, filha Nelson Camelo da Silva e de Maria Das Dores da Silva, adquirindo a nacionalidade Norte-americana (Processo nº 08018.034130/2022-82) e;

VALERIA BRASILEIRO DE ALBUQUERQUE que passou assinar VALERIA ALBUQUERQUE REITER, nascida em 16 de junho de 1961, filha de Jose Pereira de Albuquerque e de Eleusa Brasileiro de Albuquerque, adquirindo a nacionalidade Norte-americana (Processo nº 08018.041377/2022-55).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 934, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, a, da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABUBAKR MAGDI AHMED KABASHI - V314338-1, natural do Sudão, nascido em 28 de fevereiro de 1982, filho de Magdi Ahmed Kabashi e de Ekhlas Ombada, residente no Estado de Santa Cata Catarina (Processo nº 235881.0011471/2020);

ALTES INA - G195898-7, natural do Haiti, nascido em 26 de julho de 1980, filho de Ydamene Ina, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0127982/2021);

EVALOY DUMAS - G206263-I, natural do Haiti, nascido em 06 de agosto de 1973, filho de Dalmacy Dumas e de filho de Florvina Thelemaque, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0110959/2021) e

PEDRO KUKIELE - F112307-G, natural da Angola, nascido em 18 de dezembro de 1988, filho de Isabel Dimbu e de Mbungu Tanba, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0013621/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 935, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 68 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

KRISTINA VLADIMIROVNA FLEURY IVANOVA, natural da Federação Russa, nascida em 28 de dezembro de 1988, filha de Vladimir Lvovich Ivanov e de Svetlana Mikhailovna Ivanova (Processo nº 08018.021168/2022-95) e

NÉLIDA DA SILVA FERNANDES, natural de Guiné-Bissau, nascida em 17 de outubro de 1983, filha de José Fernandes e de Antonia da Silva Fernandes (Processo nº 08018.036321/2022-89).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 45/2022/DINAC_REAQUISICAO_DE_NACION/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: JEANE PEREIRA DA SILVA
Processo: 08018.032696/2022-70

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não atendimento da intimação para complementar a documentação necessária, em observância ao disposto no artigo 36 da Portaria nº 623/2020, bem como aos requisitos previstos no art. 254 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Despacho nº 85/2022/DINAC_IGUALDADE_DE_DIREITOS/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: JOAQUIM FERREIRA
Processo: 08000.014110/2022-84

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, por falta de interesse no cumprimento de exigências, nos termos do art. 20, inc. I, alíneas "b" e "c" da Portaria nº 623/2020.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que os dados corretos de ALICE EL KHATIB, incluído na Portaria nº 912, de 08 de Agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 09 de Agosto de 2022, são: ALICE EL KHATIB - G484229-3, natural do Líbano, nascido em 14 de Julho de 2015, filho de Zaina Souayfan e Ihab El Khatib, residente no Estado de São Paulo (Processo n°235881.0247058/2022), e não como constou. Processo nº 08018.043617/2022-56

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que os dados corretos de Asmaa ElKhatib, incluído na Portaria nº 912, de 08 de Agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 09 de Agosto de 2022, são: ASMAA EL KHATIB - G484232-E, natural do Líbano, nascido em 28 de Abril de 2011, filho de ZEINA SOUAYFAN e IHAB EL KHATIB, residente no Estado de São Paulo (Processo n°235881.0245303/2022), e não como constou. Processo nº 08018.043618/2022-09

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Salem Salem Ahmed Esherwi, incluído na Portaria nº 846, de 25 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 26 de julho de 2022, é natural da ITÁLIA, e não como constou. Processo nº 235881.0186359/2022

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome da genitora de Nkembuchi Princess Stephen, incluído na Portaria nº 609, de 10 de Junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 13 de Junho de 2022, é Onyinyechi Jacinta Stephen, e não como constou. Processo nº 08000.021384/2022-20

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a exata data de nascimento de NAWAR KHOURY, incluído na Portaria nº 911, de 08 de Agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 09 de Agosto de 2022, é 14 de Setembro de 1989, e não como constou. Processo nº 08018.043660/2022-11

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Miaad Ali Abbas Al Najafi, incluído na Portaria nº 918, de 09 de Agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 10 de Agosto de 2022, é natural dos Emirados Árabes Unidos, e não como constou. Processo nº 08018.043699/2022-39

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que os dados corretos de LUBNA ABDUSSALAM ALI ALIDEGHIES, incluído na Portaria nº 911, de 08 de Agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 09 de Agosto de 2022, são: LUBNA ABDULSSALAM ALI ALIDEGHIES - F340173-Q, natural da Alemanha, nascido em 11 de Abril de 1998, filho de ABDUSSALAM ALI SADIG DEGHAIES e HAMIDA AHMED ALARBI SHALLOUF, residente no Estado de São Paulo (Processo n°235881.0192352/2022), e não como constou. Processo nº 08018.043879/2022-11

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome dos genitores de SEYED MOSTAFA MOOSAVI NASAB, incluído na Portaria nº 897, de 04 de Agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 05 de Agosto de 2022, é SEYED ALI MOOSAVI NASAB e ZEINAB OJAGHI, e não como constou. Processo nº 08084.004713/2022-95

MARTHA PACHECO BRAZ

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 448, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 23, incisos I, II e V do Anexo I ao Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, o Art. 11, § 2º e § 4º da Portaria MJSP nº 104, de 13 de março de 2020, o Art. 2°, incisos II e VII, e o Art. 10 da Portaria SENASP nº 285, de 07 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Designar a empresa TECHSS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - razão TECHSS SERVICOS ESPECIALIZADOS EM TESTES E ANALISES TECNICAS LTDA, CNPJ 42.697.596/0001-70, sito à, Avenida Papa João XXIII nº 2341, Galpão 1 - Loteamento Industrial Coral - 09.370-800 - Mauá - SP, para exercer, em nome da Secretaria Nacional de Segurança Pública, as funções de Laboratório de Ensaios nos escopos das Normas Técnicas SENASP nº 001/2020 - Pistolas calibre 9x19 mm e .40 S&W, NT-Senasp nº 002/2020 - Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (AINM), NT-Senasp nº 003/2021 - Coletes Balísticos, NT-Senasp nº 004/2021 - Armas Portáteis - Carabinas e Fuzis e NT-Senasp nº 005/2022 - Armas Portáteis - Submetralhadoras de Emprego na Segurança Pública.

Art. 2º A designação de que trata o artigo 1º será em caráter precário, nos termos do inciso II do Art. 4º, bem como no cumprimento do disposto no Art. 5º da Portaria Senasp nº 285/2021.

Art. 3º A designação terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da publicação, podendo ser revogada a qualquer tempo no caso de descumprimento dos requisitos disposto no Art. 5º da Portaria Senasp nº 285/2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS RENATO MACHADO PAIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 2, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2/2022/CGAA2/SGA1/SG/CADE
Processo nº 08700.002124/2016-10
Representante: Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - AEBES
Advogados: Não informado
Representadas: Federação Brasileira das Cooperativas de Especialidades Médicas (Febracem) e seu então dirigente, Dr. Erick Freitas Curi; Cooperativa de Anestesiologia do Estado do Espírito Santo (Coopanestes); Cooperativa dos Médicos Intensivistas do Espírito Santo (Cooperati); Cooperativa dos Cirurgiões Plásticos do Estado do Espirito Santo (Cooplastes); Cooperativa dos Cirurgiões Gerais do Estado do Espírito Santo (Cooperciges); Cooperativa dos Cirurgiões Pediátricos do Estado do Espírito Santo (Coopercipes); Cooperativa dos Cirurgiões Cardiovasculares do Estado do Espírito Santo (Coopcardio); Cooperativa dos Neurocirurgiões do Estado do Espírito Santo (Coopneuro) e seu então dirigente, Dr. Paulo Roberto Paiva; Cooperativa de Ortopedistas e Traumatologistas do Espírito Santo (Cootes); Cooperativa dos Angiologistas e Cirurgiões Vasculares do Espírito Santo (Coopangio); Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES); Sociedade Brasileira de Neurocirurgia (SBN) e seus então dirigentes, Dr. Modesto Cerioni Junior e Dr. Clemente Augusto de Brito Pereira.
Advogados: Eliomar Bufon Lube, Dyego Penha Frasson e outros (Coopanestes; Febracem; Dr. Erick Freitas Curi); Alexandre de Souza Machado (Febracem, Cooperati); Paulo Henrique Cunha da Silva (Febracem; Cooplastes; Cooperciges; Coopercipes; Coopcardio; Coopneuro; e Dr. Paulo Roberto Paiva); Alexandre de Lacerda Rossoni, Claudia Ferreira Garcia e Advogados Associados (Cootes); Pablo Luiz Rosa Oliveira; Magda Maria Barreto; Dianna Borges Rodrigues; e Josiane Faustino Pianca (CRM-ES); e Fernando Godoi Wanderley (SBN, Dr. Modesto Cerioni Junior e Dr. Clemente Augusto de Brito Pereira).

Uma vez que a solicitação de acesso aos autos restritos feita pelos Representados Sociedade Brasileira de Neurocirurgia (SBN), Modesto Cerioni Junio e Clemente Augusto de Brito (1097274) só foi concedida após o término do prazo para apresentação de novas alegações (Despacho nº 734/2022/SE/CADE - SEI 1102741, apesar dos Representados não haverem observado as disposições constantes no Art. 7º da Resolução nº 11 de 24 de novembro de 2014, que determina que os pedidos de acesso a autos restritos devem ser feitos em petição específica conforme modelo anexado à Resolução, à luz dos princípios do contraditório, proporcionalidade e ampla defesa, conforme previstos no Art. 2º da Lei nº 9.784/1999, responsável por regular os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, a qual se aplica subsidiariamente aos processos em trâmite junto ao Cade, e também em observância ao princípio da instrumentalidade das formas, trazido nos Arts. 188 e 277 da Lei 13.105/2015, tendo-se em vista as peculiaridades da presente instrução, defiro em caráter excepcional, a prorrogação para apresentação de novas alegações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a serem contados da publicação do presente Despacho, para todas as Representadas. Ao Protocolo para providências.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n° 57, de 05 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 149, de 08 de agosto de 2022, seção 1, página 40.

Onde se lê: VI - constituir, por Ordem de Serviço, comissões para atuar em licitações, tomada de contas, inventários físico-financeiros, avaliações e alienações de bens e materiais permanentes ou de consumo.

Leia-se: V - constituir, por Ordem de Serviço, comissões para atuar em licitações, tomada de contas, inventários físico-financeiros, avaliações e alienações de bens e materiais permanentes ou de consumo.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 675/GM/MME, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 21, § 4º, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, no art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 5º, §§ 1º e 2º, da Portaria Normativa nº 42/GM/MME, de 26 de abril de 2022, e o que consta no Processo nº 48360.000051/2022-92, resolve:

Art. 1º Fixar o prazo de declaração de quinze dias a contar da publicação desta Portaria, para que os agentes declarem os novos valores de Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada - TEIF e Indisponibilidade Programada - IP, conforme dispõe o art. 5º, § 1º, da Portaria Normativa nº 42/GM/MME, de 26 de abril de 2022, para fins de utilização na Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia que trata o art. 21, § 4º, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998.

§ 1º Para aplicação do disposto no caput, serão consideradas as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 5º, inciso I, da Portaria Normativa nº 42/GM/MME, de 26 de abril de 2022, que estejam há mais de sessenta meses em operação comercial após completa motorização, tendo como referência a data de 31 de dezembro de 2021, e que estejam classificadas como revisáveis na tabela 51 do Relatório Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, de 3 de agosto de 2022.

§ 2º Somente serão aceitos para fins de Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs os valores declarados pelas usinas do Anexo que atendam o § 1º do art. 5º da Portaria Normativa nº 42/GM/MME, de 26 de abril de 2022.

Art. 2º A declaração que trata o art. 1º deverá ser efetivada por meio de carta a ser enviada para o correio eletrônico: garantia.fisica@mme.gov.br.

Parágrafo único. Os documentos e demais informações pertinentes podem ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas.

Art. 3º Os valores de TEIF e IP das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN submetidas à Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia, de que trata do art. 1º, § 2º, deverão ser utilizados na determinação dos Índices de Referência de Disponibilidade considerados nos Procedimentos e Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

ANEXO

USINAS REVISÁVEIS QUE ATENDEM AO DISPOSTO NO § 1º DO ART. 5º DA PORTARIA NORMATIVA GM/MME Nº 42/2022

	CEG	UHE	Revisável?
1	UHE.PH.RS.000012-4.01	14 de Julho	Sim
2	UHE.PH.SP.001285-8.01	A.A. Laydner (Jurumirim)	Sim
3	UHE.PH.MG.000041-8.01	Água Vermelha	Sim
4	UHE.PH.MG.000042-6.01	Aimorés	Sim
5	UHE.PH.SP.001328-5.01	Armando Salles de Oliveira	Sim
6	UHE.PH.MG.029453-5.01	Baguari	Sim
7	UHE.PH.AM.000190-2.01	Balbina	Sim
8	UHE.PH.SP.000208-9.01	Barra Bonita	Sim
9	UHE.PH.GO.028757-1.01	Barra dos Coqueiros	Sim
10	UHE.PH.RS.027556-5.01	Barra Grande	Sim
11	UHE.PH.GO.000528-2.01	Cachoeira Dourada	Sim
12	UHE.PH.SP.000588-6.01	Caconde	Sim
13	UHE.PH.GO.028756-3.01	Caçu	Sim
14	UHE.PH.MG.000608-4.01	Camargos	Sim
15	UHE.PH.SC.027401-1.01	Campos Novos	Sim
16	UHE.PH.GO.000630-0.01	Cana Brava	Sim
17	UHE.PH.MG.000641-6.01	Candonga (Risoleta Neves)	Sim
18	UHE.PH.SP.000647-5.01	Canoas I	Sim
19	UHE.PH.SP.027092-0.01	Canoas II	Sim

20	UHE.PH.MG.027483-6.01	Capim Branco I (Amador Aguiar I)	Sim
21	UHE.PH.MG.027484-4.01	Capim Branco II (Amador Aguiar II)	Sim
22	UHE.PH.SP.000657-2.01	Capivara	Sim
23	UHE.PH.RS.000718-8.01	Castro Alves	Sim
24	UHE.PH.SP.000764-1.01	Chavantes	Sim
25	UHE.PH.GO.028352-5.01	Corumbá III	Sim
26	UHE.PH.GO.027795-9.01	Corumbá IV	Sim
27	UHE.PH.MT.029597-3.01	Dardanelos	Sim
28	UHE.PH.RS.027012-1.01	Dona Francisca	Sim
29	UHE.PH.MG.027115-2.01	Emborcação	Sim
30	UHE.PH.GO.000908-3.01	Espora	Sim
31	UHE.PH.MA.028863-2.01	Estreito	Sim
32	UHE.PH.SP.000923-7.01	Euclides da Cunha	Sim
33	UHE.PH.RS.028354-1.01	Foz do Chapecó	Sim
34	UHE.PH.GO.029455-1.01	Foz do Rio Claro	Sim
35	UHE.PH.MG.001006-5.01	Funil (MG)	Sim
36	UHE.PH.SC.030415-8.01	Garibaldi	Sim
37	UHE.PH.PR.000984-9.01	Gov Bento Munhoz Neto (Foz do Areia)	Sim
38	UHE.PH.MT.001066-9.01	Guaporé	Sim
39	UHE.PH.SP.001098-7.01	Igarapava	Sim
40	UHE.PH.SP.001120-7.01	Ilha Solteira	Sim
41	UHE.PH.MG.001146-0.01	Irapé	Sim
42	UHE.PH.RS.001152-5.01	Itá	Sim
43	UHE.PH.BA.001175-4.01	Itapebi	Sim
44	UHE.PH.MT.001245-9.01	Jauru	Sim
45	UHE.PH.RO.029736-4.01	Jirau	Sim
46	UHE.PH.TO.001304-8.01	Lajeado (Luís Eduardo Magalhães)	Sim
47	UHE.PH.SC.001356-0.01	Machadinho	Sim
48	UHE.PH.MT.001401-0.01	Manso	Sim
49	UHE.PH.PR.029598-1.01	Mauá	Sim
50	UHE.PH.MG.001469-9.01	Miranda	Sim
51	UHE.PH.RS.028562-5.01	Monjolinho (Alzir S. Antunes)	Sim
52	UHE.PH.RS.027968-4.01	Monte Claro	Sim
53	UHE.PH.SP.001552-0.01	Nova Avanhandava	Sim
54	UHE.PH.MG.001574-1.01	Nova Ponte	Sim
55	UHE.PH.SP.027122-5.01	Paraibuna	Sim
56	UHE.PH.RS.029456-0.01	Passo São João	Sim
57	UHE.PH.TO.028353-3.01	Peixe Angical	Sim
58	UHE.PH.RJ.002043-5.01	Pereira Passos	Sim
59	UHE.PH.MG.002053-2.01	Picada	Sim
60	UHE.PH.SP.002077-0.01	Pirajú	Sim
61	UHE.PH.MT.002103-2.01	Ponte de Pedra	Sim
62	UHE.PH.MG.027196-9.01	Porto Estrela	Sim
63	UHE.PH.SP.002158-0.01	Promissão	Sim
64	UHE.PH.SC.002167-9.01	Quebra Queixo	Sim
65	UHE.PH.RO.027448-8.01	Rondon II	Sim
66	UHE.PH.SP.002555-0.01	Rosana	Sim
67	UHE.PH.MG.002563-1.01	Sá Carvalho	Sim
68	UHE.PH.GO.028758-0.01	Salto	Sim
69	UHE.PH.PR.002591-7.01	Salto Caxias (Gov José Richa)	Sim
70	UHE.PH.GO.028760-1.01	Salto do Rio Verdinho	Sim
71	UHE.PH.MG.027210-8.01	Salto Grande	Sim
72	UHE.PH.SP.002648-4.01	Salto Grande (L.N. Garcez)	Sim
73	UHE.PH.SC.028564-1.01	Salto Pilão	Sim
74	UHE.PH.PR.002672-7.01	Salto Santiago	Sim
75	UHE.PH.RO.002687-5.01	Samuel	Sim
76	UHE.PH.SP.002696-4.01	Santa Branca (SP)	Sim
77	UHE.PH.MG.002699-9.01	Santa Clara (MG)	Sim
78	UHE.PH.PR.028361-4.01	Santa Clara (PR)	Sim
79	UHE.PH.RS.029459-4.01	São José	Sim
80	UHE.PH.PR.002715-4.01	Segredo	Sim
81	UHE.PH.GO.002731-6.01	Serra da Mesa	Sim
82	UHE.PH.GO.028355-0.01	Serra do Facão	Sim
83	UHE.PH.MG.029458-6.01	Simplício	Sim
84	UHE.PH.MG.002757-0.01	Sobragi	Sim
85	UHE.PH.SP.002821-5.01	Taquaruçu	Sim
86	UHE.PH.PA.030557-0.01	Teles Pires	Sim
87	UHE.PH.SP.002873-8.01	Três Irmãos	Sim

PORTARIA Nº 676/GM/MME, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 18 do Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48360.000051/2022-92, resolve:

Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, os seguintes documentos:

I - Nota Técnica nº EPE-DEE-RE-059/2022-r0, de 3 de agosto de 2022, denominada Cálculo de Montante de Garantia Física - Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs, de 3 de agosto de 2022; e

II - Minuta de Portaria contendo os Valores preliminares Revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente, no Sistema Interligado Nacional - SIN, obtidos com a aplicação da metodologia, das premissas, dos dados e das configurações apresentados no Relatório Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Parágrafo único. Os documentos e as informações pertinentes podem ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas.

Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento da proposta de que trata o art. 1º serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, pelo prazo de quinze dias não prorrogáveis, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

ATOS DE 11 DE AGOSTO DE 2022

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA

Outorga de Concessão de Lavra. (Cód. 4.00)

Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração.

48403.830260/2007 - Portaria Nº 342/SGM/MME - Mineração Mamut Ltda. - Quartzo - Couto de Magalhães de Minas - Minas Gerais - 100,00 hectares.

48404.840068/2015 - Portaria Nº 343/SGM/MME - Alileve Fabricação de Água Envasada Eireli - Água Mineral - Recife - Pernambuco - 49,98 hectares.

48406.860535/2015 - Portaria Nº 346/SGM/MME - LGV Mineração Ltda. - Rocha Potássica - Montes Claros de Goiás - Goiás - 828,29 hectares.

48403.831584/2009 - Portaria Nº 347/SGM/MME - Mineração JC Ltda. - Quartzo, Mica, Pegmatito e Feldspato - Conselheiro Pena e Galiléia - Minas Gerais - 425,53 hectares.

48413.826864/2014 - Portaria Nº 348/SGM/MME - Sintertec Minerais Industriais Ltda. - Feldspato - Rio Branco do Sul - Paraná - 50,00 hectares.

48419.886418/2005 - Portaria Nº 349/SGM/MME - Mineradora Vale do Cerrado Ltda. - Minério de Cobre - Santa Luzia D'oeste e Parecis - Rondônia - 2.498,60 hectares.

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA

Retificação de Portaria. (Cód. 4.95)

Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração.

27202.816094/1970 - Portaria Nº 344/SGM/MME - Empresa de Mineração e Águas Minerais Di Bello Eireli - Água Mineral - Mogi das Cruzes - São Paulo - 10,54 hectares.

27213.816989/1968 - Portaria Nº 345/SGM/MME - Estancia Hidrotermal Verê Ltda. - Água Mineral - Verê - Paraná, numa área de 6,22 hectares.

LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO
Secretária-Adjunta

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.541/SPE/MME, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.002937/2022-17. Interessada: Sol Serra do Mel VI SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 39.702.834/0001-84. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Serra do Mel VI, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.RN.047423-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.806, de 23 de março de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.542/SPE/MME, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.002935/2022-10. Interessada: Sol Serra do Mel V SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 39.702.823/0001-02. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Serra do Mel V, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.RN.047422-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.805, de 23 de março de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.543/SPE/MME, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.002372/2022-60. Interessada: Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 27.967.244/0001-02. Objeto: Aprovar como prioritários, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, os projetos de reforços e melhorias em instalação de transmissão de energia elétrica objetos do Despacho ANEEL nº 4.138, de 28 de dezembro de 2021, e da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.861, de 9 de novembro de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.544/SPE/MME, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 2º, e no art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, na Portaria MME nº 74, de 02 de março de 2020, e o que consta no Processo nº 48360.000161/2020-92, resolve:

Art. 1º Definir o montante de garantia física de energia da Usina Hidrelétrica - UHE Governador Bento Munhoz Rocha Netto na forma do Anexo a esta Portaria.

§ 1º O montante de garantia física de energia definido no Anexo é determinado na Barra de Saída do Gerador.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno da Usina e as perdas na Rede Elétrica até o centro de gravidade do submercado deverão ser abatidos do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º A eficácia do disposto no art. 1º fica condicionada à vigência de novo contrato de concessão a ser celebrado para o referido empreendimento, nos termos do Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018.

Art. 3º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia definido poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

ANEXO

Garantia física de energia definida na Barra de Saída do Gerador

Código Único do Empreendimento de Geração (CEG)	Usina	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
UHE.PH.PR.000984-9.01	Governador Bento Munhoz Rocha Netto (GBM)	Iguaçu	PR	1.676,0	571,7

PORTARIA Nº 1.545/SPE/MME, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.002880/2022-48. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Pedranópolis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 31.739.003/0001-75. Objeto: Aprovar como Prioritários, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, os projetos das Centrais Geradoras Fotovoltaicas denominadas UFV Pedranópolis 1, UFV Pedranópolis 2 e UFV Pedranópolis 3, cadastradas com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.SP.034358-7.01, UFV.RS.SP.034359-5.01 e UFV.RS.SP.034360-9.01, objetos, das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 7.926, nº 7.925, e nº 7.924, de 25 de junho de 2019, respectivamente, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.546/SPE/MME, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004710/2022-18. Interessada: Usina Fotovoltaica Arinos E 24 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 42.630.752/0001-86. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Arinos 24, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.050843-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.411, de 22 de março de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.547/SPE/MME, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004709/2022-93. Interessada: Usina Fotovoltaica Arinos E 23 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 42.629.327/0001-77. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Arinos 23, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.050842-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.350, de 22 de março de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.548/SPE/MME, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004708/2022-49. Interessada: Usina Fotovoltaica Arinos E 22 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 42.629.028/0001-32. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Arinos 22, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.050841-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.349, de 22 de março de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.037, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

Altera a Resolução Normativa nº 1.017, de 19 de abril de 2022, que autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados, estabelece critérios para o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS desempenhar as atividades de gestão orçamentária e aprova o seu Plano de Contas.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos arts. 13 e 14 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 23 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, nos incisos IV e XXXI do art 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nos arts. 8º e 9º do Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006129/2021-50, resolve:

Art. 1º Alterar a ementa da Resolução Normativa nº 1.017, de 19 de abril de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Regula a autuação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS no exercício das atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados e das atividades de previsão de carga e planejamento da operação dos sistemas isolados e estabelece critérios para o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS desempenhar as atividades de gestão orçamentária e aprova o seu Plano de Contas. (NR)

Art. 2º Alterar o art. 1º da Resolução Normativa nº 1.017, de 19 de abril de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Regular a atuação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, registrado no Cartório do 2º Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob os nºs 23128 e 23129, no exercício das atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados e das atividades de previsão de carga e planejamento da operação dos sistemas isolados. (NR)

Art. 3º Alterar o Capítulo I, que passa a vigorar com a seguinte redação:

DA REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS INTERLIGADOS. (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.360, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos: nº48500.003882/2015-45, 48500.003889/2015-67, 48500.003892/2015-81. Interessada: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP cadastrada sob o CNPJ 02.998.611/0001-04. Objeto: Altera a Resolução Autorizativa nº 9.623, de 19 de janeiro de 2021, que estabeleceu a parcela adicional de Receita Anual Permitida

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.361. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN PI Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN PI Ltda. referente a UTE Altos, CEG nºUTE.PE.PI.028538-2.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 136, de 2002.

Nº 12.362. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN CE Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN CE Ltda. referente a UTE Aracati, CEG nº UTE.PE.CE.028531-5.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 129, de 2002.

Nº 12.363. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN CE Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN CE Ltda. referente a UTE Baturité CEG nº UTE.PE.CE.028529-3.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 127, de 2002.

Nº 12.364. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN PI Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN PI Ltda. referente a UTE Campo Maior, CEG nºUTE.PE.PI.028537-4.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 135, de 2002.

Nº 12.365. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN CE Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN CE Ltda.. referente a UTE Caucaia, CEG nº UTE.PE.CE.028528-5.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 126, de 2002.

Nº 12.366. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN CE Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN CE Ltda. referente a UTE Crato, CEG nº UTE.PE.CE.028530-7.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 128, de 2002.

Nº 12.367. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN CE Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN CE Ltda. referente a UTE Iguatu, CEG nº UTE.PE.CE.028532-5.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 130, de 2002.

Nº 12.368. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN CE Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN CE Ltda. referente a UTE Juazeiro do Norte, CEG nº UTE.PE.CE.028534-0.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 132, de 2002.

Nº 12.369. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN PI Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN PI Ltda. referente a UTE Marambaia, CEG nº UTE.PE.PI.028535-8.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 133, de 2002.

Nº 12.370. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN PI Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN PI Ltda. referente a UTE Nazária, CEG nº UTE.PE.PI.028536-6.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 134, de 2002.

Nº 12.371. Processo: nº 48500.005686/2012-62. Interessado: Enguia GEN CE Ltda. Objeto: Revogar a autorização outorgada à Enguia GEN CE Ltda. referente a UTE Enguia Pecém CEG UTE.PE.CE.028533-5.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 131, de 2002.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.448, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006476/2022-63. Interessada: Companhia Jaguari de Energia - CPFL Santa Cruz. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Companhia Jaguari de Energia - CPFL Santa Cruz, a área de terra que perfaz uma superfície de 30.014 metros quadrados, necessária à implantação da Subestação 88/69 kV Bernardino de Campos, localizada no município de Bernardino de Campos, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http:biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.456, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006257/2022-84. Interessada: Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Redenção do Gurguéia - Curimatá, localizada no estado do Piauí. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br .

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.460, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006491/2022-10. Interessada: Chimarrão Energética S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Chimarrão Energética S.A., a área de terra de 15 (quinze) metros de largura necessária à passagem da Linha de Transmissão SE PCH Chimarrão - SE Turvo-Ituim, circuito simples, 34,5 kV, com aproximadamente 11,275 km de extensão, que interligará a Subestação PCH Chimarrão à Subestação Turvo-Ituim, localizada no município de Muitos Capões, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.465, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº: 48500.000196/2019-46, 48500.005803/2021-89, 48500.005802/2021-34, 48500.005931/2021-22, 48500.005930/2021-88, 48500.005929/2021-53, 48500.001666/2021-11, 48500.001665/2021-69, 48500.005838/2021-18, 48500.005837/2021-73, 48500.005835/2021-84, 48500.005807/2021-67, 48500.005801/2021-90, 48500.005897/2021-96, 48500.005899/2021-85, 48500.005894/2021-52, 48500.005928/2021-17, 48500.005925/2021-75, 48500.005834/2021-30, 48500.005832/2021-41, 48500.005833/2021-95, 48500.005829/2021-27, 48500.005828/2021-82, 48500.005902/2021-61, 48500.005924/2021-21, 48500.005827/2021-38, 48500.005814/2021-69, 48500.005813/2021-14, 48500.005812/2021-70, 48500.005811/2021-25, 48500.005810/2021-81, 48500.005809/2021-56, 48500.005808/2021-10, 48500.005806/2021-12, 48500.005805/2021-78, 48500.005804/2021-23, 48500.005895/2021-05, 48500.005893/2021-16, 48500.005891/2021-19, 48500.005799/2021-59 e 48500.005836/2021-29. Interessado: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Objeto: Autoriza a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, Contrato de Concessão nº 059/2001, a implantar melhorias em instalações de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução e seus anexos consta dos autos e estão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.119, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002500/2020-23, decide por declarar extinto o processo, sem a resolução de seu mérito, tendo em vista a perda de objeto por fato superveniente, na forma do art. 52 da Lei nº 9.784 de 1999 e art. 14 da Resolução Normativa nº 273 de 2007.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.121, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002101/2018-48, decide por declarar extinto o recurso administrativo interposto pela Central Geradora Hidrelétrica Manuel Alves Ltda., cadastrada sob CNPJ/MF nº 15.624.602/0001-97, sem a resolução de seu mérito, tendo em vista a perda de objeto por fato superveniente, na forma do art. 52 da Lei nº 9.784 de 1999 e art. 14 da Resolução Normativa nº 273 de 2007.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.124, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, decide:

Processo nº: 48500.003312/2022-84. Interessado: Companhia e Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, CNPJ nº 02.998.611/0001-04. Decisão: (i) conhecer e dar parcial provimento ao recurso interposto pela Companhia e Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, CNPJ nº 02.998.611/0001-04, em face do Despacho nº 1.227, de 2022, emitido pela Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT para: (i.a) substituir o Anexo do Despacho nº 1.227, de 2022; (i.b) alterar o item ii do Despacho nº 1.227, de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação: ...que totalizam R$ 863.933,91 (oitocentos e sessenta e três mil e novecentos e trinta e três reais e noventa e um centavos)...; e (ii) determinar que as diferenças entre os novos valores estabelecidos e os valores pagos no ciclo tarifário 2022-2023 sejam ajustadas no ciclo 2023-2024, corrigidas pelo índice de reajuste estabelecido no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 59/2001. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.125, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.000184/2021-36, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Cemig Geração e Transmissão S/A cadastrada sob CNPJ 06.981.176/0001-58, face da REA nº 10.496 de 2021 e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo seus efeitos.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.126, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002930/2019-10 e 48500.005767/2019-39, decide por conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Amazonas Energia S.A., CNPJ: 02.341.467/0001-20, em face do Despacho nº 3.360 de 2019, que acolheu parcialmente requerimentos sobre reembolsos mensais da Conta de Consumo de Combustíveis CCC do período de maio de 2017 a dezembro de 2018, e, no mérito, negar provimento.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.129, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003390/2013-98, decide por revogar o Despacho nº 1.025, de 26 de abril de 2016, tendo em vista a decisão a respeito do resultado da fiscalização e reprocessamento mensal dos benefícios reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC no período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016, à Amazonas Distribuidora de Energia S.A cadastrada sob CNPJ 02.341.467/0001-20, nos termos do Despacho nº 798, de 19 de março de 2019.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.168, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004999/2015-46, decide por (i) conhecer dos pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508, de 2020, emitido pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado - SRM, que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição, para os anos de 2016 e 2017 e, no mérito, dar parcial provimento; (ii) reconhecer a retirada da avaliação do critério econômico para o cálculo da sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 e a adoção do critério de máximo esforço da exposição voluntária aplicada até 2015; e (iii) estabelecer os montantes de involuntariedade dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017 dispostos na Tabela 1 desta decisão, sem a adoção do critério de 2,5% (dois vírgula cinco porcento) nos montantes de migração para o Ambiente de Contratação Livre - ACL considerados como sobrecontratação involuntária para os anos de 2016 e 2017, proposto na Nota Técnica nº 121/2021-SRM-SGT/ANEEL.

Distribuidora	MWm (2016)*	**MWm (2017)***
AMAZONAS	-37,11	-
BOA VISTA ENERGIA	-	-
CEA	-	-
CEB	-	-
CEEE	-	-
CELESC	-133,76	-
CELPA	-	-
CELPE	-	-
CEMIG-D	-137,46	-
CNEE	-	-
COELBA	-12,90	-
COPEL	-303,11	-
COSERN	-	-
CPFL Jaguari	-3,98	-
CPFL Leste Paulista	-2,02	-
CPFL Mococa	-1,51	-
CPFL Paulista	-118,33	-
CPFL Piratininga	-81,80	-
CPFL Santa Cruz	-	-
CPFL Sul Paulista	-1,99	-
DMED	-	-
EDP ES	-	-
EDP SP	-45,97	-
EDVP	-	-
EEB	-	-
ELEKTRO	-110,42	-
ELETROACRE	-	-
ELFSM	-	-
ENEL CE	-19,59	-
ENEL GO	-	-
ENEL RJ	-	-
ENEL SP	-15,73	-
ENERGISA BO	-0,09	-
ENERGISA MG	-	-
ENERGISA MS	-	-
ENERGISA MT	-	-
ENERGISA PB	-	-
ENERGISA RO	-	-
ENERGISA SE	-	-
ENERGISA Sul Sudeste	-	-
ENERGISA TO	-	-
EQUATORIAL AL	-	-
EQUATORIAL MA	-	-
EQUATORIAL PI	-	-
IENERGIA	-5,04	-
LIGHT	-	-
RGE	-106,05	-
RGE SUL	-50,53	-

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.181, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000185/2020-08, decide conhecer do pedido de efeito suspensivo apresentado pela Rio Negro Centrais Hidrelétricas Ltda. em face do Despacho nº 1.868, de 12 de julho de 2022, lavrado pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração, para, no mérito, negar provimento.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.182, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000186/2020-14, decide conhecer do pedido de efeito suspensivo apresentado pela Rio Negro Centrais Hidrelétricas Ltda. em face do Despacho nº 1.867, de 12 de julho de 2022, lavrado pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração, para, no mérito, negar provimento.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.183, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.001216/2016-53, decide conhecer do pedido de efeito suspensivo apresentado pela Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. em face do Despacho nº 1.400, de 2022, para, no mérito, negar provimento.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.140, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 48500.007048/2010-14. Interessado: Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Santa Maria, localizada no município de Pedras Altas, no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.157, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 48500.005934/2020-85. Interessado: PCH Caratuva Geração de Energia SPE Ltda. Decisão: registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH da PCH Vista Alegre, com 10.000,00 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG - PCH.PH.PR.037525-0.01, localizada no rio Iratim, integrante da sub-bacia 65, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, cuja casa de força localiza-se no município de Bituruna, estado de Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Nº 2.169. Processo nº: 48500.000680/2021-90. Interessado: Irani Papel e Embalagem S.A.. Decisão: registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH da PCH Flor do Mato, com 7.600 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG - PCH.PH.SC.000958-0.03, localizada no rio Do Mato, integrante da sub-bacia 73, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, cuja casa de força localiza-se no município de Ponte Serrada, estado de Santa Catarina.

Nº 2.170. Processo nº: 48500.005935/2020-20. Interessado: PCH Caratuva Geração de Energia SPE Ltda. Decisão: registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH da PCH Engenho Velho, com 10.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG - PCH.PH.PR.037609-4.01, localizada no rio Irtim, integrante da sub-bacia 65, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, cuja casa de força localiza-se no município de Coronel Domingos Soares, estado de Paraná.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.175, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme as atribuições estipuladas na Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, e dos Processos nº 48500.008694/2008-84 e nº 48500.008692/2008-95, decide: (i) revogar os Despachos nº 404 e nº 407, de 30 de janeiro de 2009, que efetivaram os registros para desenvolvimento dos estudos de Projeto Básico da PCH Porcos (CEG: PCH.PH.MG.044848-6.01) e da PCH Santo Antônio (CEG: PCH.PH.MG.047491-6.01), com 5.500 kW e 7.000 kW de potência instalada, localizadas no rio Santo Antônio, integrante da sub-bacia 56, estado de Minas Gerais, de titularidade da empresa Gallway Projetos e Energia do Brasil S.A.; (ii) revogar o Despacho nº 3.207, de 16 de junho de 2011; e o Despacho nº 2.553, de 8 de agosto de 2011, que, respectivamente, conferiram o aceite ao Projeto Básico da PCH Porcos e da PCH Santo Antônio apresentado pela empresa Gallway; e (iii) disponibilizar os aproveitamentos Porcos e Santo Antônio, identificados no estudo de inventário aprovado pelo Despacho nº 480, de 19 de julho de 2001, para solicitação de DRI-PCH por parte de qualquer interessado, nos termos da Resolução Normativa nº 875, de 2020.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

DESPACHO Nº 2.189, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando as atribuições da Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, o que consta do Processo nº 48500.007192/2000-26 e em atenção às informações contidas no e-mail s/nº, de 3 de agosto de 2022, protocolado na ANEEL sob o nº 48524.009198/2022-00, decide: (i) registrar a alteração da razão social da VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. para Auren Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ 03.984.862/0001-94, objeto da Resolução nº 479, de 2000; e (ii) registrar o novo endereço da sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, n° 8.501, 2º andar, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070, São Paulo/SP.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 11 AGOSTO DE 2022

Nº 2.186. Processo nº: 48500.005530/2021-72. Interessado: Linhares Geração S.A. Decisão: aplicar multa de R$ 5.753.705,07 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e três mil, setecentos e cinco reais e sete centavos) devido ao atraso na execução da expansão da UTE Luiz Oscar Rodrigues de Melo.

Nº 2.187. Processo nº: 48500.005497/2021-81. Interessado: Povoação Energia S.A. Decisão: aplicar multa de R$ 12.841.051,01 (doze milhões, oitocentos e quarenta e um mil, cinquenta e um reais e um centavo) devido ao atraso na execução da UTE Povoação 1.

Nº 2.188. Processo nº: 48500.005499/2021-70. Interessado: Termelétrica Viana S.A. Decisão: aplicar multa de R$ 6.570.210,81 (seis milhões, quinhentos e setenta mil, duzentos e dez reais e oitenta e um centavos) devido ao atraso na execução da UTE Viana 1.

As íntegras destes Despachos (e seus anexos) constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHOS DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 12 de agosto de 2022.

Nº 2.190 Processo nº: 48500.005497/2020-08. Interessados: Lavras 6 Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Lavras 6. Unidades Geradoras: UG1 a UG144, de 180,56 kW cada. Localização: Município de Caucaia, no estado do Ceará.

Nº 2.191 Processo nº: 48500.003412/2020-49. Interessados: Lavras 7 Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Lavras 7. Unidades Geradoras: UG1 a UG108, de 185,19 kW cada. Localização: Município de Caucaia, no estado do Ceará.

Nº 2.192 Processo nº: 48500.003569/2020-74. Interessados: Lavras 8 Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Lavras 8. Unidades Geradoras: UG1 a UG108, de 185,19 kW cada. Localização: Município de Caucaia, no estado do Ceará.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 2.208, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004988/2022-95, decide suspender, a partir de 12 de agosto de 2022, a operação comercial da CGH Boa Vista, de 640 kW de capacidade instalada, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG - CGH.PH.SP.029628-7.01, localizada no município de Sarutaiá, no estado de São Paulo, de propriedade da Santa Cruz Geração de Energia S.A.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 2.057, DE 29 DE JULHO DE 2022

Processo nº: 48500.002421/2022-84. Interessado: Rio Grande Energia - RGE S.A, CNPJ nº 02.016.439/0001-38. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 377.874,13 (trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e treze centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0397-0035/2017; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 1.772, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000537/2021-06, decide aprovar a revisão 2022.08 dos documentos dos Submódulos 2.1, 2.6, 2.7, 3.1, 3.2, 4.2, 5.10, 6.7, 6.8, 6.9, 6.13, 7.9, 7.14 e 7.15, dos Procedimentos de Rede, conforme documentação constante nos autos e do sítio do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 47/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

844.016/2022-S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL-Registro de Licença N° 024/2022 - Vencimento em 17/01/2042

844.025/2022-M C DA SILVA COMERCIO E CONSTRUCAO-Registro de Licença N° 025/2022 - Vencimento em Indeterminado

844.051/2021-HANNA CALHEIROS MALTA-Registro de Licença N° 026/2022 - Vencimento em 10/05/2033

844.014/2022-S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL-Registro de Licença N° 027/2022 - Vencimento em 17/01/2042

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 95/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
867.006/2012-COOPERAREIA - COOPERATIVA DE EXTRACAO DE SUBSTANCIAS MINERAIS- Alvará n° 4926/2013 - Cessionário: Mineração Cristo Rei Ltda- CNPJ 03.141.794/0001-00
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
866.378/2022-DEOCLECIO LONGO-Registro de Licença N° 72/2022 - Vencimento em 04/04/2025
866.790/2019-DAVID BANCOW FILHO ME-Registro de Licença N° 77/2022 - Vencimento em 25/09/2023
866.791/2019-DAVID BANCOW FILHO ME-Registro de Licença N° 76/2022 - Vencimento em 27/09/2023
866.788/2019-DAVID BANCOW FILHO ME-Registro de Licença N° 75/2022 - Vencimento em 24/09/2023
866.786/2019-DAVID BANCOW FILHO ME-Registro de Licença N° 74/2022 - Vencimento em 27/09/2023
866.432/2022-LUCIANO ALLEN EMERY DE SOUZA FILHO 70329681125-Registro de Licença N° 73/2022 - Vencimento em Indeterminado
866.452/2022-IDELFONSO COELHO SAMPAIO FILHO-Registro de Licença N° 58/2022 - Vencimento em Indeterminado

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO
Relação nº 13/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
880.111/2019-LEONTECH CONSTRUÇÕES LTDA. -Alvará N°6059/2021
880.106/2021-LEONTECH MINERACAO E CONSTRUCOES LTDA. -Alvará N°8686/2021
880.107/2021-LEONTECH MINERACAO E CONSTRUCOES LTDA. -Alvará N°6064/2021
880.105/2021-LEONTECH MINERACAO E CONSTRUCOES LTDA. -Alvará N°6063/2021
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
880.506/2008-POTASSIO DO BRASIL LTDA.
880.423/2008-POTASSIO DO BRASIL LTDA.
880.505/2008-POTASSIO DO BRASIL LTDA.
880.504/2008-POTASSIO DO BRASIL LTDA.
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.210/2016-JOSÉ SOUSA DOS SANTOS- Registro de Licença N° 14/2017 - Vencimento em 01/08/2023
880.037/2003-ITA MINERACAO EIRELI- Registro de Licença N° 283/2005 - Vencimento em 31/12/2024
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
880.060/2021-MARCELINO FURTADO PINTO-Registro de Licença N° 10/2022 - Vencimento em 10/03/2023
880.179/2021-RAIMUNDO DE JESUS DA SILVA LEONEL-Registro de Licença N° 14/2022 - Vencimento em 09/07/2025
880.178/2022-ELINE CABRAL DE VASCONCELOS-Registro de Licença N° 11/2022 - Vencimento em 09/11/2023
880.072/2022-COOPERATIVA IRODAK AGROEXTRATIVISTA SUSTENTAVEL DO AMAZONAS-Registro de Licença N° 13/2022 - Vencimento em 22/03/2023
880.051/2022-GBTV COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCOES EIRELI-Registro de Licença N° 12/2022 - Vencimento em 17/02/2024
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
880.139/2022-FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR-OF. N°33778/2022
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
880.257/2020-GR CONSULTORIA EM PROSPECCAO MINERAL LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
881.537/1994-IGUAPE SOCIEDADE DE MINERAÇÃO IGUAPE LTDA
880.318/1984-MINERAÇÃO MONTES RORAIMA LTDA
880.051/2021-TRINDADE MINERAÇÃO LTDA.
880.064/2021-WILLIAN ARAÚJO DOS SANTOS
880.081/2018-CLEITON VERISSIMO GONZAGA
880.061/2021-WILLIAN ARAÚJO DOS SANTOS
880.062/2021-WILLIAN ARAÚJO DOS SANTOS
881.540/1994-IGUAPE SOCIEDADE DE MINERAÇÃO IGUAPE LTDA
880.044/2022-FABIO ANGELICO
880.064/2022-ZAQUEU PEREIRA DA COSTA

EDUARDO PONTES E PONTES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 287/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
850.870/2021-BENJAMIM ISAAC BENOLIEL
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(1027)
850.877/2016-COOPERMINERIOS COOPER. MISTA DE EXP. MINERAL E EXTRATIVISMO VEGETAL DE NOV. PROG
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.436/2022-EDILSON HIROYUKI MORIKAWA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 112/2022

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
811.021/2014-EXTRACAO DE BASALTO ZANRAP LTDA-OF. N°36040/2022
810.468/2017-BRITAGEM CONTE EIRELI-OF. N°36069/2022
810.254/2015-JOSE CARLOS M. DE QUADROS & CIA. LTDA.-OF. N°36074/2022
810.064/2011-PEDREIRA MAQUINÉ LTDA.-OF. N°36078/2022
810.490/2017-JAZIDA ECKERT LTDA-OF. N°36089/2022
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
811.406/2016-INDUSTRIA CERAMICA MONDADORI LTDA- Processo englobado:810.156/2022
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
810.156/2022-INDUSTRIA CERAMICA MONDADORI LTDA
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.584/2013-SILZIEBER TERRAPLANAGEM LTDA.- Registro de Licença N° 130/2013 - Vencimento em 26/07/2027
811.253/2012-RAFAEL PRESCENDO- Registro de Licença N° 278/2013 - Vencimento em 11/07/2027
810.168/2017-CAMAGO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N° 218/2017 - Vencimento em 22/07/2023
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 04 anos(926)
810.219/2018-MUNICIPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA-Registro de Extração N°91/2018 de 21/05/2018
810.962/2017-MUNICIPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA-Registro de Extração N°103/2018 de 21/06/2018
810.422/2017-MUNICÍPIO DE DOM FELICIANO-Registro de Extração N°110/2017 de 21/07/2017
810.398/2017-MUNICÍPIO DE DOM FELICIANO-Registro de Extração N°87/2017 de 29/06/2017
810.043/2017-MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO SUL-Registro de Extração N°102/2017 de 11/07/2017
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 05 anos(927)
811.107/2017-MUNICIPIO DE COLORADO-Registro de Extração N°17/2018 de 30/01/2018
811.105/2017-MUNICIPIO DE COLORADO-Registro de Extração N°15/2018 de 30/01/2018
811.104/2017-MUNICIPIO DE COLORADO-Registro de Extração N°14/2018 de 30/01/2018
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)
810.484/2017-MUNICIPIO DE GRAMADO-Registro de Extração N°96/2017 de 05/07/2017
810.186/2017-MUNICIPIO DE TRES COROAS-Registro de Extração N°58/2017 de 08/06/2017
810.185/2017-MUNICIPIO DE TRES COROAS-Registro de Extração N°129/2017 de 10/08/2017
810.558/2012-PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ-Registro de Extração N°47/2012 de 04/06/2012
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 02 anos(940)
810.482/2017-MUNICIPIO DE UNIAO DA SERRA-Registro de Extração N°118/2017 de 25/07/2017
810.026/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SECA-Registro de Extração N°47/2016 de 10/06/2016
811.700/2015-MUNICIPIO DE CHUVISCA-Registro de Extração N°109/2017 de 20/07/2017
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 1 ano(939)
810.335/2014-MUNICÍPIO DE VERA CRUZ-Registro de Extração N°46/2014 de 02/05/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.423/2016-ARGISUL MINERACAO LTDA-OF. N°35358/2022
811.189/2014-ARGISUL MINERACAO LTDA-OF. N°35355/2022
811.188/2014-ARGISUL MINERACAO LTDA-OF. N°35346/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.442/2022-MARCELO PEREIRA DE SOUZA ATERRO E SAIBRO-Registro de Licença N° 119/2022 - Vencimento em 20/06/2026
810.518/2022-CERAMICA KASPARY LTDA-Registro de Licença N° 120/2022 - Vencimento em 07/06/2027
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.774/2018-OLARIA CACHOEIRENSE LTDA-OF. N°36565/2022
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.384/2022-BRX MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°35746/2022
810.408/2022-INR INDUSTRIA NACIONAL DE ROCHAS EIRELI ME-OF. N°35800/2022
810.460/2022-MONTE BIANCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.-OF. N°36317/2022
810.242/2022-CALCARIO ANDREAZZA LTDA-OF. N°36197/2022
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
811.473/2011-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-OF. N°36549/2022
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.358/2020-GABRIEL MICHELS ZANETTE
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.459/2022-MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL-OF. N°36264/2022
810.458/2022-MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL-OF. N°36258/2022
810.457/2022-MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL-OF. N°36254/2022
810.456/2022-MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL-OF. N°36251/2022
810.500/2022-MUNICIPIO DE TRES DE MAIO-OF. N°36536/2022
810.475/2022-MUNICÍPIO DE FORQUETINHA-OF. N°36526/2022
810.474/2022-MUNICÍPIO DE FORQUETINHA-OF. N°36519/2022
810.473/2022-MUNICÍPIO DE FORQUETINHA-OF. N°36515/2022
810.469/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZALTENSE-OF. N°36494/2022
810.468/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZALTENSE-OF. N°36455/2022
810.465/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZALTENSE-OF. N°36424/2022
810.503/2022-MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS-OF. N°36630/2022
810.505/2022-MUNICIPIO DE TRES DE MAIO-OF. N°36638/2022
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.499/2022-MUNICIPIO DE TRES DE MAIO- Registro de Extração N°161/2022 de 10/08/2022
810.467/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZALTENSE- Registro de Extração N°158/2022 de 10/08/2022
810.466/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZALTENSE- Registro de Extração N°157/2022 de 10/08/2022
810.462/2022-MUNICIPIO DE SANTA CECILIA DO SUL- Registro de Extração N°156/2022 de 10/08/2022
810.504/2022-MUNICIPIO DE WESTFALIA- Registro de Extração N°162/2022 de 10/08/2022

810.508/2022-MUNICIPIO DE TRES DE MAIO- Registro de Extração N°163/2022 de 10/08/2022

810.510/2022-MUNICIPIO DE TRES DE MAIO- Registro de Extração N°164/2022 de 10/08/2022

Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)

810.498/2022-MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO SUL- Registro de Extração N°160/2022 de 10/08/2022

Outorga o Registro de Extração, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação(920)

810.487/2022-MUNICIPIO DE ENGENHO VELHO- Registro de Extração N°159/2022 de 10/08/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 113/2022

Fase de Licenciamento

Despacho de retificação do Registro de Licença(741)

811.406/2016-INDUSTRIA CERAMICA MONDADORI LTDA- Registro de Licença N° 114/2017-ONDE SE LÊ: "...validade até 19/05/2026."; LEIA-SE: "...validade até 25/07/2026." e ONDE SE LÊ: "...área de 1,5 hectares"; LEIA-SE: "...área de 3,01 hectares"

811.460/2015-CERÂMICA ANDRES LTDA- Registro de Licença N° 67/2016-ONDE SE LÊ: "...validade até 27/06/2024."; LEIA-SE: "...validade até 09/02/2026." e ONDE SE LÊ: "...área de 4,86 hectares"; LEIA-SE: "...área de 5,13 hectares"

810.468/2020-CERÂMICA SERTORINA LTDA.- Registro de Licença N° 76/2021-ONDE SE LÊ: "...área de 0,59 hectares"; LEIA-SE: "...área de 1,07 hectares"

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 447/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

A.b.r.e Pedreira Ltda me - 871614/18 - Not.1129/2022 - R$ 4.526,35

a7 Mineral Mineracao Exportadora Ltda me - 870562/15 - Not.1042/2022 - R$ 4.592,11

Adenilson Jose de Sousa - 871479/18 - Not.1121/2022 - R$ 4.592,11

Adriano Sousa Meira - 870787/19 - Not.1192/2022 - R$ 4.592,11

Alberic Campos Sobrinho - 870943/19 - Not.1200/2022 - R$ 4.592,11

Antonio Brito Teixeira me - 871258/19 - Not.1204/2022 - R$ 4.526,35

Antonio Fernando Gueudeville Silveira - 871324/18 - Not.1104/2022 - R$ 4.592,11, 871420/18 - Not.1111/2022 - R$ 4.592,11

Aurea Luiza Brito da Silva Santos - 870156/19 - Not.1158/2022 - R$ 4.592,11

Bom Jardim - Administradora de Participacoes Ltda - 870040/16 - Not.1043/2022 - R$ 9.184,23, 871534/18 - Not.1124/2022 - R$ 4.592,11

Brs Hill Stones Mineracao e Transportes Ltda - 871669/18 - Not.1132/2022 - R$ 4.592,11

Bruna da Conceição Gonçalves - 870812/18 - Not.1055/2022 - R$ 9.184,23

Calmax Industria e Comercio Atacadista de Cal Ltda Epp - 871529/19 - Not.1216/2022 - R$ 4.592,11, 871528/19 - Not.1214/2022 - R$ 4.592,11, 871527/19 - Not.1212/2022 - R$ 4.592,11

Ceramica Amado Bahia Industria e Comercio Ltda me - 870067/20 - Not.1219/2022 - R$ 4.592,11, 870063/20 - Not.1218/2022 - R$ 4.592,11, 870062/20 - Not.1217/2022 - R$ 4.592,11

Construterra Construções e Terraplenagem LTDA. - 870091/19 - Not.1152/2022 - R$ 4.592,11

Creonilton Amaral Dos Santos me - 870861/19 - Not.1198/2022 - R$ 4.592,11, 870860/19 - Not.1196/2022 - R$ 4.592,11

Danilo s Dos Santos - 871814/18 - Not.1138/2022 - R$ 4.592,11

Demater Diesel Empreendimentos Ltda me - 870673/13 - Not.1040/2022 - R$ 9.184,23, 870175/19 - Not.1173/2022 - R$ 9.184,23, 870173/19 - Not.1171/2022 - R$ 9.184,23, 870172/19 - Not.1169/2022 - R$ 9.184,23, 870171/19 - Not.1167/2022 - R$ 9.184,23, 870169/19 - Not.1165/2022 - R$ 9.184,23, 870168/19 - Not.1163/2022 - R$ 9.184,23, 870161/19 - Not.1161/2022 - R$ 9.184,23, 870150/19 - Not.1157/2022 - R$ 9.184,23, 870149/19 - Not.1155/2022 - R$ 9.184,23

e l Parente Eireli - 871464/18 - Not.1115/2022 - R$ 9.184,23, 871465/18 - Not.1117/2022 - R$ 9.184,23, 871467/18 - Not.1119/2022 - R$ 9.184,23

Eduardo Lima - 871799/18 - Not.1135/2022 - R$ 2.172,94

Edvaldo Cafe Dos Santos - 871122/18 - Not.1071/2022 - R$ 4.592,11

Emanuel Das Chagas Silva - 870373/19 - Not.1185/2022 - R$ 9.184,23

Everaldo Bispo Dos Santos - 871130/18 - Not.1073/2022 - R$ 9.184,23, 870817/18 - Not.1057/2022 - R$ 9.184,23

Fabricio de Paula Fricks - 870609/18 - Not.1053/2022 - R$ 9.184,23

Gabriela de Oliveira - 870989/19 - Not.1202/2022 - R$ 4.592,11

gm Mineradora Grandantas LTDA. - 871444/18 - Not.1113/2022 - R$ 9.184,23

Goetze Lobato Engenharia S.a - 870222/20 - Not.1223/2022 - R$ 4.592,11

Henrique Botelho de Andrade - 871514/18 - Not.1123/2022 - R$ 9.052,71

Hercules Cipriani Pessini - 871235/18 - Not.1102/2022 - R$ 4.592,11, 871233/18 - Not.1100/2022 - R$ 4.592,11, 871232/18 - Not.1098/2022 - R$ 4.592,11

Italo Miranda Mourão - 870375/19 - Not.1189/2022 - R$ 9.184,23, 870374/19 - Not.1187/2022 - R$ 9.184,23

Jadir Rozeno da Silva - 871807/18 - Not.1137/2022 - R$ 4.526,35

jl da Silva Construções e Locações me - 871375/18 - Not.1106/2022 - R$ 9.184,23

Jose de Souza Barros - 870351/19 - Not.1181/2022 - R$ 9.184,23

Jose Ivo Soares Dos Santos - 871394/19 - Not.1210/2022 - R$ 4.592,11

Jose Magno de Carvalho Filho - 870143/19 - Not.1153/2022 - R$ 9.184,23

José Raimundo de Melo - 871502/18 - Not.1122/2022 - R$ 4.553,72

Jose Ramos Dos Santos Filho - 871080/18 - Not.1063/2022 - R$ 9.184,23, 871081/18 - Not.1065/2022 - R$ 9.184,23

Jurandir Barbosa de Souza - 871121/18 - Not.1070/2022 - R$ 4.592,11

Jvsn Empreendimentos Imobiliarios Eireli - 870477/19 - Not.1190/2022 - R$ 4.592,11

Kaio Vinicius Rocha Brito - 870005/19 - Not.1145/2022 - R$ 9.184,23

Lazaro Pereira de Sousa - 871865/18 - Not.1144/2022 - R$ 9.184,23

Locservice Servicos e Locacao de Equipamentos Ltda - 870252/19 - Not.1179/2022 - R$ 4.592,11

Login Trade Comercial Ltda - 871309/19 - Not.1206/2022 - R$ 4.592,11, 870014/19 - Not.1151/2022 - R$ 9.184,23, 870012/19 - Not.1149/2022 - R$ 4.592,11, 870013/19 - Not.1147/2022 - R$ 9.184,23

Manoelito Soares Ferraz - 871333/19 - Not.1208/2022 - R$ 4.592,11

Marcio Jose Alves de Oliveira Filho - Mineracao - 870192/19 - Not.1177/2022 - R$ 9.184,23, 870191/19 - Not.1175/2022 - R$ 9.184,23

Mário Sérgio Gomes de Lisboa - 874755/11 - Not.1038/2022 - R$ 4.592,11

Matos Revestimentos de Pedras Eireli - 870788/19 - Not.1194/2022 - R$ 4.592,11

Mauro Jose Dos Santos Costa - 870976/19 - Not.1201/2022 - R$ 4.526,35

Mineração Gran Premium Ltda - 870461/18 - Not.1049/2022 - R$ 9.184,23, 870462/18 - Not.1051/2022 - R$ 9.184,23, 871381/18 - Not.1108/2022 - R$ 9.184,23

Neiva Vieira de Assuncao - 871111/18 - Not.1067/2022 - R$ 9.184,23

Nestor Hermes - 871804/17 - Not.1044/2022 - R$ 9.052,71, 871805/17 - Not.1045/2022 - R$ 9.052,71, 871806/17 - Not.1046/2022 - R$ 9.052,71, 871807/17 - Not.1047/2022 - R$ 9.184,23

Paulo Cesar Nogueira Dos Santos - 871856/18 - Not.1142/2022 - R$ 9.184,23

Paulo Hnerique de Matos - 871403/18 - Not.1109/2022 - R$ 9.052,71

Riasanta Manganes Ltda - 871566/18 - Not.1126/2022 - R$ 9.184,23

Robson Antonio Guimaraes - 871578/18 - Not.1128/2022 - R$ 9.184,23

Rogerio Andrade Dos Santos - 871117/18 - Not.1069/2022 - R$ 9.184,23, 870359/19 - Not.1183/2022 - R$ 9.184,23

Ronilson de Almeida Silva - 871378/19 - Not.1209/2022 - R$ 4.592,11

Silvio Guedes Andrade - 871011/18 - Not.1061/2022 - R$ 4.592,11

Sm5 Participações LTDA. - 870981/18 - Not.1059/2022 - R$ 9.184,23, 870978/18 - Not.1058/2022 - R$ 9.184,23

Solar Sda LTDA. - 871636/18 - Not.1130/2022 - R$ 4.526,35

Three Gold Empreendimentos Imobiliarios Ltda - 870138/20 - Not.1220/2022 - R$ 4.592,11, 870139/20 - Not.1221/2022 - R$ 4.592,11

Tupa de Ferro Mineradora Spe Ltda - 871700/18 - Not.1134/2022 - R$ 4.592,11

Valdi Souza Rocha - 870157/19 - Not.1159/2022 - R$ 4.592,11, 871830/18 - Not.1140/2022 - R$ 4.592,11, 871829/18 - Not.1139/2022 - R$ 4.592,11

Xaz Extração de Minério LTDA. - 871167/18 - Not.1076/2022 - R$ 9.184,23, 871164/18 - Not.1075/2022 - R$ 9.184,23, 871163/18 - Not.1074/2022 - R$ 9.184,23, 871165/18 - Not.1077/2022 - R$ 9.184,23, 871168/18 - Not.1078/2022 - R$ 9.184,23, 871178/18 - Not.1088/2022 - R$ 9.184,23, 871179/18 - Not.1089/2022 - R$ 9.184,23, 871180/18 - Not.1090/2022 - R$ 9.184,23, 871169/18 - Not.1079/2022 - R$ 9.184,23, 871181/18 - Not.1091/2022 - R$ 9.184,23, 871182/18 - Not.1092/2022 - R$ 9.184,23, 871183/18 - Not.1093/2022 - R$ 9.184,23, 871170/18 - Not.1080/2022 - R$ 9.184,23, 871171/18 - Not.1081/2022 - R$ 9.184,23, 871184/18 - Not.1094/2022 - R$ 9.184,23, 871185/18 - Not.1095/2022 - R$ 9.184,23, 871172/18 - Not.1082/2022 - R$ 9.184,23, 871177/18 - Not.1087/2022 - R$ 9.184,23, 871173/18 - Not.1083/2022 - R$ 9.184,23, 871186/18 - Not.1096/2022 - R$ 9.184,23, 871176/18 - Not.1086/2022 - R$ 9.184,23, 871175/18 - Not.1085/2022 - R$ 9.184,23, 871174/18 - Not.1084/2022 - R$ 9.18.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 456/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

a7 Mineral Mineracao Exportadora Ltda me - 870562/15 - Not.1041/2022 - R$ 1.137,99

Adenilson Jose de Sousa - 871479/18 - Not.1120/2022 - R$ 474,12

Adriano Sousa Meira - 870787/19 - Not.1191/2022 - R$ 914,99

Alberic Campos Sobrinho - 870943/19 - Not.1199/2022 - R$ 7.061,13

Antonio Brito Teixeira me - 871258/19 - Not.1203/2022 - R$ 9,65

Antonio Fernando Gueudeville Silveira - 871324/18 - Not.1103/2022 - R$ 9.336,81, 871420/18 - Not.1110/2022 - R$ 3.064,69

Bruna da Conceição Gonçalves - 870812/18 - Not.1054/2022 - R$ 3.231,74

Calmax Industria e Comercio Atacadista de Cal Ltda Epp - 871529/19 - Not.1215/2022 - R$ 833,13, 871528/19 - Not.1213/2022 - R$ 5.382,51, 871527/19 - Not.1211/2022 - R$ 2.317,11

Creonilton Amaral Dos Santos me - 870861/19 - Not.1197/2022 - R$ 1.731,58, 870860/19 - Not.1195/2022 - R$ 4.353,65

Demater Diesel Empreendimentos Ltda me - 870673/13 - Not.1039/2022 - R$ 6.658,01, 870175/19 - Not.1172/2022 - R$ 967,96, 870173/19 - Not.1170/2022 - R$ 3.517,37, 870172/19 - Not.1168/2022 - R$ 4.818,32, 870171/19 - Not.1166/2022 - R$ 2.283,20, 870169/19 - Not.1164/2022 - R$ 8.377,55, 870168/19 - Not.1162/2022 - R$ 4.862,76, 870161/19 - Not.1160/2022 - R$ 8.380,56, 870150/19 - Not.1156/2022 - R$ 6.003,35, 870149/19 - Not.1154/2022 - R$ 2.391,64

e l Parente Eireli - 871464/18 - Not.1114/2022 - R$ 5.659,06, 871465/18 - Not.1116/2022 - R$ 3.690,43, 871467/18 - Not.1118/2022 - R$ 5.751,33

Emanuel Das Chagas Silva - 870373/19 - Not.1184/2022 - R$ 5.155,46

Everaldo Bispo Dos Santos - 870817/18 - Not.1056/2022 - R$ 2.382,10, 871130/18 - Not.1072/2022 - R$ 2.254,37

Fabricio de Paula Fricks - 870609/18 - Not.1052/2022 - R$ 4.699,86

gm Mineradora Grandantas LTDA. - 871444/18 - Not.1112/2022 - R$ 4.369,83

Goetze Lobato Engenharia S.a - 870222/20 - Not.1222/2022 - R$ 232,59

Hercules Cipriani Pessini - 871235/18 - Not.1101/2022 - R$ 4.245,86, 871233/18 - Not.1099/2022 - R$ 4.144,25, 871232/18 - Not.1097/2022 - R$ 4.446,95

Italo Miranda Mourão - 870374/19 - Not.1186/2022 - R$ 3.591,86, 870375/19 - Not.1188/2022 - R$ 3.882,63

Jadir Rozeno da Silva - 871807/18 - Not.1136/2022 - R$ 8.691,50

jl da Silva Construções e Locações me - 871375/18 - Not.1105/2022 - R$ 1.719,54

Jose de Souza Barros - 870351/19 - Not.1180/2022 - R$ 5.607,20

Jose Ramos Dos Santos Filho - 871081/18 - Not.1064/2022 - R$ 4.470,61, 871080/18 - Not.1062/2022 - R$ 4.461,91

Lazaro Pereira de Sousa - 871865/18 - Not.1143/2022 - R$ 4.179,69

Locservice Servicos e Locacao de Equipamentos Ltda - 870252/19 - Not.1178/2022 - R$ 9.276,94

Login Trade Comercial Ltda - 870013/19 - Not.1146/2022 - R$ 9.405,37, 870012/19 - Not.1148/2022 - R$ 9.405,37, 870014/19 - Not.1150/2022 - R$ 9.405,37, 871309/19 - Not.1205/2022 - R$ 9.240,59

Manoelito Soares Ferraz - 871333/19 - Not.1207/2022 - R$ 4.690,03

Marcio Jose Alves de Oliveira Filho - Mineracao - 870191/19 - Not.1174/2022 - R$ 8.727,52, 870192/19 - Not.1176/2022 - R$ 7.929,06

Mário Sérgio Gomes de Lisboa - 874755/11 - Not.1037/2022 - R$ 4.913,60

Matos Revestimentos de Pedras Eireli - 870788/19 - Not.1193/2022 - R$ 14,86

Mineração Gran Premium Ltda - 871381/18 - Not.1107/2022 - R$ 8.843,87, 870462/18 - Not.1050/2022 - R$ 8.578,27, 870461/18 - Not.1048/2022 - R$ 4.299,47

Mineradora Tabuleiro Ltda - 871651/18 - Not.1131/2022 - R$ 9.372,21

Neiva Vieira de Assuncao - 871111/18 - Not.1066/2022 - R$ 9.224,97

Paulo Cesar Nogueira Dos Santos - 871856/18 - Not.1141/2022 - R$ 8.451,24

Riasanta Manganes Ltda - 871566/18 - Not.1125/2022 - R$ 8.907,07

Robson Antonio Guimaraes - 871578/18 - Not.1127/2022 - R$ 4.593,44

Rogerio Andrade Dos Santos - 870359/19 - Not.1182/2022 - R$ 172,30, 871117/18 - Not.1068/2022 - R$ 4.629,42

Silvio Guedes Andrade - 871011/18 - Not.1060/2022 - R$ 271,06

Tupa de Ferro Mineradora Spe Ltda - 871700/18 - Not.1133/2022 - R$ 8.974,13.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 7 (PE,RN,CE,PB,PI,MA)

RETIFICAÇÃO

No DESPACHO - RELAÇÃO nº 86/2021/RN, publicado no Diário Oficial da União nº 185, de 29 de Setembro de 2021, Seção 1, pag. 87, onde se lê: Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (MULTA)/prazo 10(dez) dias (6.62) Sudamerica LTDA - 848.097/2018 - Not. 112/2021 - R$ 0,00, leia-se: Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (MULTA)/prazo 10(dez) dias (6.62) Sudamerica LTDA - 848.097/2018 - Not. 112/2021 - R$ 8.633,24 .

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 8 (RO, RR, AC, AM)

DESPACHO
Relação nº 455/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50) Green Stone Mineração e Serviços Ltda - 886.010/2019 Mauro Marcelo Souza Ramos - 886.202/2019
C P M Stone Mineração Ind. e Comércio Eireli Me - 886.210/2019
C P M Stone Mineração Ind. e Comércio Eireli Me - 886.212/2019
C P M Stone Mineração Ind. e Comércio Eireli Me - 886.213/2019
C P M Stone Mineração Ind. e Comércio Eireli Me - 886.221/2019
C P M Stone Mineração Ind. e Comércio Eireli Me - 886.059/2021
C P M Stone Mineração Ind. e Comércio Eireli Me - 886.060/2021
C P M Stone Mineração Ind. e Comércio Eireli Me - 886.062/2021
C P M Stone Mineração Ind. e Comércio Eireli Me - 886.063/2021
C P M Stone Mineração Ind. e Comércio Eireli Me - 886.064/2021
Israel de Jesus Martins Andrade - 886.096/2021

EUTIQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

ALVARÁ Nº 5.981, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871013/2022-81-ZILDA GUSMAO DE MATOS (Documento SEI: 4721036)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.982, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48076.896115/2022-51-RIBEIRO & MASTELA MINERACAO LTDA (Documento SEI: 4721045)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.983, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831361/2022-15-JOSE LUCAS JAQUES (Documento SEI: 4721039)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.984, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.831360/2022-71-MINERACAO CHAPADA DAS PERDIZES LTDA (Documento SEI: 4721044)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.985, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48069.826251/2022-72-Anderson Pisanelli da Silva (Documento SEI: 4721035)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.986, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871012/2022-37-Vitor Araujo Alves (Documento SEI: 4721033)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.987, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871011/2022-92-Vitor Araujo Alves (Documento SEI: 4721034)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.988, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48078.806075/2022-43-EDECON MINERADORA LTDA (Documento SEI:)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.989, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)48062.870315/2022-32-FRONTERA BRASIL MINERACAO LTDA. (Documento SEI:)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.990, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830942/2022-30-MARILENE FRANCA GONCALVES (Documento SEI: 4721085)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.991, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48076.896096/2022-62-Paulo Cesar Moraes da Silva (Documento SEI: 4721042)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.992, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871027/2022-03-SS EVO MINERACAO LTDA (Documento SEI: 4721220)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.993, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871032/2022-16-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 4721219)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.994, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871031/2022-63-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 4721221)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.995, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831385/2022-74-DRAGA PARA DE MINAS LTDA (Documento SEI: 4721223)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.996, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871030/2022-19-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 4721231)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.997, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48061.860649/2022-16-NATALIA ANDRADE RIBEIRO NR MINERACAO EIRELI (Documento SEI: 4729688)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.998, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48061.860650/2022-32-NATALIA ANDRADE RIBEIRO NR MINERACAO EIRELI (Documento SEI: 4729687)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 5.999, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820337/2022-61-JOAO BATISTA BARBOZA (Documento SEI: 4729855)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48061.860353/2022-97-MINERADORA SERRA GERAL LTDA (Documento SEI: 4720931)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48062.870911/2022-12-BONIFACIO MOREIRA DE SENA (Documento SEI: 4720927)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48059.850453/2022-54-EXFICON EXPORTACAO CONST. E COM. LTDA (Documento SEI: 4720933)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48061.860350/2022-53-MINERADORA SERRA GERAL LTDA (Documento SEI: 4720930)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48061.860351/2022-06-MINERADORA SERRA GERAL LTDA (Documento SEI: 4720932)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48054.830926/2022-47-PLASATEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (Documento SEI: 4720929)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48061.860349/2022-29-MINERADORA SERRA GERAL LTDA (Documento SEI: 4720928)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48054.832848/2021-34-Luiz Felipe de Oliveira Gomes (Documento SEI: 4720922)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48066.815180/2022-11-BENJAMIN DE AZEVEDO CARVALHO (Documento SEI: 4721012)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 98/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
6002/2022-800.730/2021-MINERAÇÃO BRACHI LTDA-
6003/2022-820.907/2021-PORTO COMERCIO DE AREIA FINA LTDA-
6004/2022-832.366/2021-ARTEFATOS SAO BENTO LTDA-
6005/2022-832.505/2021-"SELOMITRAL SERVICOS DE LOCACOES-
6006/2022-832.842/2021-J.A.GRANITOS LTDA-
6007/2022-832.862/2021-CERAMICA SANTA MARIA LTDA-
6008/2022-832.978/2021-JACKSON MAGELA MARTINS-
6009/2022-872.355/2021-TECNOGRES REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA.-
6010/2022-872.357/2021-MINERACAO ARACITU LTDA-
6011/2022-872.389/2021-FEANBE AGROPECUARIA E PARTICIPACOES LTDA-
6012/2022-872.394/2021-MINERACAO TREMENDAL LTDA-
6013/2022-872.408/2021-PAVISERVICE SERVICOS DE PAVIMETACAO LTDA-
6014/2022-872.418/2021-ITA MINERACAO LTDA-
6015/2022-872.428/2021-MINERACAO BELO VALE LTDA-
6016/2022-872.439/2021-MINERACAO RICA MINA LTDA-
6017/2022-890.252/2021-MARCO AURÉLIO OLIVEIRA MARTINS-
6018/2022-896.367/2021-JORGE LEANDRO LEPRE AZEVEDO-
6019/2022-800.100/2022-AGRO AQUICULTURA E BIOTECNOLOGIA PENTECOSTE LTDA-
6020/2022-810.109/2022-VINICIUS FOLCHINI GREGOLETTO-
6021/2022-826.003/2022-JOÃO CARLOS CORREA-
6022/2022-830.008/2022-WELTON IZIDORIO DA SILVA-
6023/2022-870.054/2022-EXOTICA STONES GRANITOS E MARMORES EIRELI-
6025/2022-870.094/2022-IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA-
6026/2022-870.102/2022-JANDMARIO GOIS DE OLIVEIRA-
6027/2022-870.141/2022-ROGÉRIO PIRES RIOS EPP-
6028/2022-870.195/2022-WAGNER DE OLIVEIRA LIMA-
6029/2022-870.199/2022-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-
6030/2022-870.289/2022-JULIANO LOGRADO CEDRO ME-
6024/2022-870.056/2022-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
6031/2022-803.265/2021-MINERADORA SANTOS EIRELI-
6032/2022-811.229/2021-TARCISIO VIEIRA AREEIRA LTDA-
6033/2022-840.372/2021-F&C MINERACAO LTDA-
6034/2022-840.373/2021-MINERADORA ARMANDO JORDAO LTDA-
6035/2022-872.374/2021-CARLOS ALBERTO BARBOSA DA SILVA-
6036/2022-872.388/2021-JOABSON CUNHA DE SOUZA & CIA LTDA ME-
6037/2022-872.404/2021-MINERACAO NORDESTINA LTDA-
6038/2022-872.412/2021-MINERACAO ARACITU LTDA-
6039/2022-872.417/2021-MINERADORA SANTOS EIRELI-
6040/2022-896.361/2021-JMC MINERAÇÃO LTDA.-
6041/2022-896.365/2021-JMC MINERAÇÃO LTDA.-
6042/2022-800.163/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
6043/2022-810.076/2022-BIZZI & ASSOCIADOS, SERVICOS GEOLOGICOS E PARTICIPACOES NO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS MINERAIS LTDA-
6044/2022-820.073/2022-AGROTERENAS S.A. CANA-
6045/2022-820.092/2022-AGROTERENAS S.A. CANA-
6046/2022-830.263/2022-JOSE EDIVAN DO AMORIM-
6047/2022-830.321/2022-FERNANDO DA DORES FERREIRA-
6048/2022-860.063/2022-BORTECH COMERCIAL IMPORTACAO EXPORTACAO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA-
6049/2022-860.081/2022-E2 MINERAIS E FERTILIZANTES LTDA-
6050/2022-860.204/2022-A DE JESUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS CONSULTORIA E PARTICIPACOES EIRELI-
6051/2022-860.206/2022-A DE JESUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS CONSULTORIA E PARTICIPACOES EIRELI-
6052/2022-860.215/2022-MINERACAO MORRO VERDE LTDA-
6053/2022-860.229/2022-WILMAR FERREIRA DE MELO-
6054/2022-870.065/2022-JOSÉ CELITO BOTELHO-
6055/2022-870.243/2022-A DE JESUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS CONSULTORIA E PARTICIPACOES EIRELI-
6056/2022-870.270/2022-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA-
6057/2022-870.273/2022-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA-
6058/2022-870.278/2022-ARTHUR ROMMEL RAMOS SCHETTINI-
6059/2022-870.291/2022-JEFERSON BEHLING-
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
6000/2022-872.362/2021-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-
6001/2022-872.365/2021-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 99/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
6082/2022-800.170/2022-GRANTAURO MINERACAO LTDA-
6083/2022-800.171/2022-AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S.A-
6084/2022-800.172/2022-AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S.A-
6085/2022-800.251/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
6086/2022-800.269/2022-MINERACAO COTO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-

6087/2022-803.042/2022-MARILENE NUNES PARANAGUA E LAGO-
6088/2022-810.229/2022-JAZIDA FORMIGA COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA LTDA-
6089/2022-815.086/2022-POLIANA VITORIA DA SILVA OLIVEIRA-
6090/2022-826.099/2022-CALCARIO MONTE NEGRO LTDA.-
6091/2022-826.103/2022-ARIEL CARLOS SCHROEDER-
6092/2022-826.105/2022-ENZO GREGORIO HOLLANDINI-
6093/2022-826.111/2022-CONSTRUTORA RPL LTDA-
6094/2022-830.351/2022-GEO MINERIOS ENGENHARIA LTDA-
6095/2022-830.445/2022-DURANDE MINERACAO LTDA-
6096/2022-830.455/2022-ANTONIO FRANCISCO VINHADO NETO ROCHA-
6097/2022-830.494/2022-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
6098/2022-830.517/2022-ANDERSON DE MATOS-
6099/2022-830.520/2022-ANIMALITOS BUFFET EVENTOS E FESTAS LTDA-
6100/2022-830.547/2022-LAERCIO BENTO-
6101/2022-840.047/2022-JAC MINERADORA LTDA-
6102/2022-846.047/2022-LUCIA HELENA PADILHA HERACLIO DO REGO-
6103/2022-846.050/2022-MINERACAO COTO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-
6104/2022-860.239/2022-CL PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA-
6105/2022-860.245/2022-TERIVONE SILVA FERREIRA MARQUES-
6106/2022-860.246/2022-CL PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA-
6107/2022-860.253/2022-ALTAIR VIEIRA DA SILVA-
6108/2022-860.254/2022-ALTAIR VIEIRA DA SILVA-
6109/2022-860.255/2022-MIDDER CORPORATION EXTRACAO DE MINERIO DE METAIS PRECIOSOS LTDA-
6110/2022-860.261/2022-LUIZ CARLOS RIBEIRO MESQUITA-
6111/2022-860.293/2022-TECNOFIRE - TECNOLOGIA E REFRATARIOS LTDA-
6112/2022-870.305/2022-MINERAÇÃO CAPINAN LTDA-
6113/2022-870.346/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.-
6114/2022-870.347/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.-
6115/2022-870.349/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.-
6116/2022-870.381/2022-ARTHUR ROMMEL RAMOS SCHETTINI-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

6060/2022-800.265/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
6061/2022-800.275/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
6062/2022-860.236/2022-CLEUTON RAMOS DA SILVA-
6063/2022-870.002/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
6064/2022-870.003/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

6065/2022-803.041/2022-G CUNHA RIBEIRO-
6066/2022-820.174/2022-MINERAÇÃO STARGRÊS LTDA-
6067/2022-820.177/2022-MAXXIMINER - COMERCIO E EXTRACAO DE MINERIOS LTDA-
6068/2022-820.178/2022-ESTRELLA DE GALICIA IMPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA-
6069/2022-820.219/2022-ALEGA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA-
6070/2022-826.097/2022-MIB - MINÉRIOS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA-
6071/2022-830.332/2022-EDIMAR OLIVEIRA PESSINE EIRELI-
6072/2022-830.340/2022-HALEF VINICIUS ANDRADE-
6073/2022-846.046/2022-MARIA APARECIDA AMORIM FARIAS-
6074/2022-848.059/2022-AROEIRAS EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-
6075/2022-848.060/2022-AROEIRAS EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-
6076/2022-848.062/2022-AROEIRAS EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-
6077/2022-870.382/2022-HELMO BAGDÁ GAMA-
6078/2022-870.389/2022-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA-
6079/2022-870.392/2022-IBMG MINERAÇÃO COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA.-
6080/2022-870.406/2022-S M RAMOS MARMORE-
6081/2022-890.045/2022-LEAO RONCADOR EXTRACAO E COMERCIO DE PEDRAS EIRELI-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 100/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

6120/2022-872.129/2021-SANTA RITA ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-
6121/2022-800.281/2022-STEFANE MINERACAO E LOCACAO LTDA-
6122/2022-800.282/2022-STEFANE MINERACAO E LOCACAO LTDA-
6123/2022-800.284/2022-STEFANE MINERACAO E LOCACAO LTDA-
6124/2022-826.116/2022-PORTO DE AREIA CAMPOS LTDA.-
6125/2022-826.117/2022-CARLITO FARIA-
6126/2022-830.591/2022-AKM MINERACAO LTDA-
6127/2022-830.599/2022-EDUARDO SOUSA MELO-
6128/2022-830.612/2022-DIAMANTINA - SERVICOS & NEGOCIOS LTDA-
6129/2022-830.655/2022-CARLOS DOMINGUES DE OLIVEIRA FILHO-
6130/2022-830.695/2022-AKM MINERACAO LTDA-
6131/2022-830.696/2022-MINERACAO BELO VALE LTDA-
6132/2022-830.958/2022-"SELOMITRAL SERVICOS DE LOCACOES-
6133/2022-846.057/2022-SANTA RITA ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-
6134/2022-868.040/2022-SIDNALDO BARROS DE MELO-
6135/2022-870.436/2022-GOLD BEGE DA BAHIA LTDA-
6136/2022-870.454/2022-GEOTECNIA E SERVIÇOS LTDA ME-
6137/2022-870.457/2022-JEUDES ALVES DE OLIVEIRA-
6138/2022-890.048/2022-CERAMICA ALVES RIBEIRO & CIA LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

6139/2022-800.286/2022-AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S.A-
6140/2022-815.088/2022-GUILHERME SILVA DE SOUZA-
6141/2022-820.232/2022-RICARDO GUIMARAES ZAMBRONE-
6142/2022-820.234/2022-COMERCIO DE MADEIRAS E TRANSPORTES SSJ LTDA-
6143/2022-830.579/2022-EVALDO NUNES RABELO-
6144/2022-830.587/2022-J C SANTO ANTONIO LIMITADA-
6145/2022-830.598/2022-GERALDO FERREIRA JUNIOR-
6146/2022-830.602/2022-REINALDO GRASSI-
6147/2022-830.606/2022-LM MINING COMPANY EIRELI-
6148/2022-830.607/2022-ARAPONGA STONES GRANITOS LTDA-
6149/2022-830.618/2022-GUSTAVO GOMES DOS SANTOS NETO-
6150/2022-830.660/2022-GILBERTO G DE A VIANA-
6151/2022-830.674/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6152/2022-830.953/2022-AROLDO JOSE MARTINELLI-
6153/2022-830.959/2022-ISRRAEL RAMOS DA CRUZ-
6154/2022-840.060/2022-PBA MINERACAO LTDA-
6155/2022-844.024/2022-LAERCIO SOARES BARBOSA-
6156/2022-846.062/2022-CONGO CONSTRUÇÕES LTDA-
6157/2022-860.296/2022-TECNOFIRE - TECNOLOGIA E REFRATARIOS LTDA-
6158/2022-860.338/2022-GUILHERME FELIPE LABONDE-
6159/2022-860.339/2022-GUILHERME FELIPE LABONDE-
6160/2022-860.400/2022-ITAI GOLD STAR MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
6161/2022-868.035/2022-COSIPRES INDUSTRIA E COMERCIO SIDERURGICO LTDA-
6162/2022-870.417/2022-AMARAL & SOUZA MINERACAO LTDA-
6163/2022-870.431/2022-MINAS MAIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.-
6164/2022-870.433/2022-EMILIO MARCIO GOMES DE CARVALHO-
6165/2022-870.442/2022-ENIVALDO PRACHEDES DOS ANJOS-
6166/2022-870.448/2022-ENIVALDO PRACHEDES DOS ANJOS-
6167/2022-870.449/2022-ENIVALDO PRACHEDES DOS ANJOS-
6168/2022-870.456/2022-UARLO RODRIGUES DIAS SOUSA-
6169/2022-870.554/2022-BRD PARTICIPACOES HOLDING LTDA-
6170/2022-870.555/2022-TUNE PARTIPACOES LTDA-
6171/2022-878.018/2022-JACINTO ALVES DE CARVALHO NETO-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

6117/2022-870.416/2022-ALCEU ADEMAR VICENZI-
6118/2022-870.444/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
6119/2022-870.545/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 101/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

6181/2022-800.338/2022-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA-
6182/2022-803.057/2022-MOACYR RIBEIRO JR-
6183/2022-803.061/2022-NORTE MINERACAO LTDA-
6184/2022-803.064/2022-NORTE MINERACAO LTDA-
6185/2022-806.056/2022-EUCLEDES NOGLIO MERLIN-
6186/2022-806.057/2022-EUCLEDES NOGLIO MERLIN-
6187/2022-806.058/2022-EUCLEDES NOGLIO MERLIN-
6188/2022-806.060/2022-EUCLEDES NOGLIO MERLIN-
6189/2022-806.062/2022-EUCLEDES NOGLIO MERLIN-
6190/2022-810.297/2022-COMERCIO DE AREIA MARTINS LTDA-
6191/2022-815.116/2022-VITOR SPADER-
6192/2022-820.251/2022-JOAO MARIANO BATISTA NETO-
6193/2022-830.964/2022-WILSON JOSÉ TEIXEIRA-
6194/2022-831.023/2022-PRO-FLORA AGROFLORESTAL LTDA-
6195/2022-846.071/2022-GILBERIO GOMES FEITOSA-
6196/2022-848.084/2022-MARCIO JOSÉ TELES DE FARIAS-
6197/2022-860.268/2022-CL PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA-
6198/2022-860.412/2022-EULALIO BASTOS GUIMARAES-
6199/2022-870.633/2022-JOAMAR COMERCIAL IMPORTADORA & EXPORTADORA LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

6172/2022-810.288/2022-VENICE SHOPPING CENTER S/A-
6173/2022-820.236/2022-JOSE MIGUEL COMBINATO DA SILVA 05239033838-
6174/2022-826.134/2022-JOSE APARECIDO BAQUETA-
6175/2022-830.984/2022-ATLANTIC SHORE STONES LTDA-
6176/2022-831.018/2022-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO-
6177/2022-860.404/2022-CRISLEY ALVES CAMARGOS-
6178/2022-870.560/2022-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA-
6179/2022-870.626/2022-MISA INFRAESTRUTURAS E ENGENHARIA S/A-
6180/2022-890.069/2022-PAULO CESAR ROSAS-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 103/2022

Fase de Requerimento de Lavra

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVIII da Lei 13.575/2017, outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2132)

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 276/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 846.212/2003 -PEDREIRAS DO BRASIL S A - GRANITO - Municipio(s) de INGÁ/PB

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 280/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 821.029/2008 -PORTO DE AREIA IRMAOS FERREIRA LTDA - CASCALHO, AREIA - Municipio(s) de BURI/SP, CAMPINA DO MONTE ALEGRE/SP

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 287/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 831.234/2013 -HOTEL SONIA LTDA ME - AREIA - Municipio(s) de AUGUSTO DE LIMA/MG, CORINTO/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 290/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 831.760/2014 -TOLEDO MINERACAO LTDA - QUARTZITO - Municipio(s) de DIAMANTINA/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 288/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 833.635/2013 -JOÃO CELESTINO DE MELO ME - ARGILA, AREIA - Municipio(s) de RIO MANSO/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 279/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 815.207/2007 -VERDE VALE GRAMAS E TRANSPORTES LTDA EPP - SAIBRO - Municipio(s) de ANTÔNIO CARLOS/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 282/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.307/2011 -RIBEIRO & DONIZETI LTDA ME - AREIA - Municipio(s) de OURO FINO/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 286/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 833.364/2012 -SABINO & MOREIRA LTDA - AREIA - Municipio(s) de PRESIDENTE BERNARDES/MG, SENADOR FIRMINO/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 292/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 830.868/2016 -SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA - QUARTZITO - Municipio(s) de BOCAIÚVA/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 291/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 820.344/2015 -ARGIMINAS COMERCIAL E MINERADORA LTDA - FILITO - Municipio(s) de NOVA CAMPINA/SP

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 293/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 830.467/2018 -VICENTE LEAL DE FREITAS EIRELI - AREIA - Municipio(s) de CAMPINA VERDE/MG, ITURAMA/MG, SÃO FRANCISCO DE SALES/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 285/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 833.313/2012 -TRANSCAMPOLINA LTDA - ARGILA, AREIA - Municipio(s) de ESMERALDAS/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 281/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 831.025/2009 -PEDREIRA UM VALEMIX LTDA - GNAISSE - Municipio(s) de SANTA BÁRBARA/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 278/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 833.788/2006 -SOARES & RIBEIRO LTDA - AREIA - Municipio(s) de CARMO DA MATA/MG, ITAPECERICA/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 273/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 830.289/2001 -MINERACAO MORRO DO OURO LTDA - AREIA - Municipio(s) de DATAS/MG, PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 283/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.855/2011 -A.GRANUSO LTDA EPP - AREIA - Municipio(s) de PIRANGUINHO/MG, SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 277/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 830.849/2005 -JAIR RIBEIRO MAGALHAES E CIA LTDA - AREIA - Municipio(s) de ITAJUBÁ/MG, PIRANGUINHO/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 284/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 833.307/2012 -UEL AREIA LTDA - AREIA - Municipio(s) de CLÁUDIO/MG, ITAPECERICA/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 289/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.603/2014 -CTG MINÉRIOS LTDA ME - AREIA, ARGILA - Municipio(s) de TIJUCAS DO SUL/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 274/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.565/2002 -CERÂMICA PECH LTDA. - ARGILA - Municipio(s) de PAULO FRONTIN/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 275/2022, de 11 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.357/2003 -OURO MINAS GRANITOS LTDA. - GRANITO - Municipio(s) de ITINGA/MG

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 104/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

6200/2022-864.186/2022-BOMEC COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO ANP Nº 547, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base nas deliberações tomadas na 1.097ª Reunião de Diretoria, realizada em 05 de agosto de 2022, e considerando o que consta do Processo ANP nº 48610.214861/2022-35, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter temporário, a Cocal Energia S.A., CNPJ nº 14.788.495/0001-70, com sede na ESTM NRD, 267, Edifício B, Fazenda Mosquito, Narandiba - SP, CEP 19.220-000, a comercialização e movimentação de biometano com especificação diversa da estabelecida na Resolução ANP nº 8, de 30 de janeiro de 2015, desde que respeitadas as condições de entrega acordadas entre as partes envolvidas e os limites de emissão de poluentes fixados pelo órgão ambiental ao qual caiba tal atribuição.

§1º O disposto no caput aplica-se exclusivamente para consumidor industrial com entrega do biometano por duto dedicado ou caminhão feixe.

§2º O acordo entre as partes envolvidas que retrate as condições de fornecimento do biometano deverá ser encaminhado à ANP previamente à comercialização do produto.

Art. 2º Na hipótese de o consumidor industrial não aceitar as condições de fornecimento ou o biometano passar a ser comercializado a consumidores não industriais e a entrega do produto não ocorrer por meio de duto dedicado ou caminhão feixe, passam a ser aplicadas automaticamente as disposições de controle da qualidade e a especificação estabelecidas na Resolução ANP nº 8, de 30 de janeiro de 2015.

Art. 3º A presente Autorização entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até que vigore resolução que alterará a Resolução ANP nº 8, de 30 de janeiro de 2015.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 541, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo 48610.213017/2022-97, resolve: autorizar a filial da empresa ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - CNPJ 03.987.364/0019-24, a exercer a atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 542, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo n° 48610.218040/2022-78, resolve: autorizar a filial da empresa SETTA COMBUSTÍVEIS S A - CNPJ n.º 55.483.564/0015-10, a exercer a atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 543, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.218878/2022-61, resolve: autorizar a empresa FIAT FUEL TRADING LTDA - CNPJ nº 40.983.356/0001-07, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 544, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30/11/2016, e considerando o que consta no Processo nº 48610.218660/2022-15, resolve: autorizar a filial da empresa COPAGAZ - DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A. - CNPJ nº 03.237.583/0042-35, a exercer a atividade de Distribuidor de GLP envasado e a granel.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 545, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30/11/2016, e considerando o que consta no Processo nº 48610.218558/2022-10, resolve: autorizar a filial da empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S A - CNPJ nº 61.602.199/0065-87, a exercer a atividade de filial de Distribuidor de GLP envasado e a granel.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 546, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.212774/2020-81. resolve: Autorizar a MERCEARIA O & G LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 184/2018.

CNPJ
04.376.635/0001-49
04.376.635/0004-91

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 2.042, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, considerando a decisão proferida nos autos do Processo Judicial nº 5018444-47.2010.4.04.7000, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00046/2022/CORETRABNS/PRU4R/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 37/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.27769, resolve:

Retificar a Portaria nº 4.532, de 23 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2009, para conceder ao senhor PERICLES AUGUSTO DA SILVA, portador do CPF nº 184.338.129-04, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor integral de R$ 3.458,10 (três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e dez centavos), e incluí-lo nos Planos de Saúde e de Odontologia oferecidos aos empregados da ULTRAFÉRTIL, ou de acesso a prestação equivalente, nos termos da sentença.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.043, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, considerando a decisão proferida nos autos do Processo Judicial nº 0051428-79.2016.4.01.3400, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 01864/2022/CORESPNG/PRU1R/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 35/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.02723, formulado por JOSÉ GOMES DE LACERDA, resolve:

Revisar a Portaria nº 3.631, de 14 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2004, no que se refere ao valor da prestação mensal, permanente e continuada, tendo como referência o cargo de Agente de Correios, salário base NM-35, da ECT, perfazendo um total de R$ 4.340,02 (quatro mil, trezentos e quarenta reais e dois centavos).

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.050, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Regulamenta o artigo 2º, §2º do Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º, §2º, do Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o art. 2º, §2º, do Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, para disciplinar sobre os procedimentos necessários à formalização do Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - Ente Federado Solicitante: os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que manifestarem oficialmente interesse pela adesão ao SINAJUVE;

II - Ente Federado Participante: os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aderiram ao SINAJUVE;

III - Ofício de Manifestação de Interesse: documento assinado pela autoridade máxima do Poder Executivo local do Ente Federado Solicitante e pelo dirigente do Órgão Gestor de Políticas de Juventude, manifestando interesse em aderir ao SINAJUVE;

IV - Termo de Adesão: Instrumento jurídico de cooperação celebrado entre a União, por meio da Secretaria Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, no qual são especificadas as responsabilidades de cada ente federado participante do SINAJUVE;

V - Órgão Gestor de Políticas de Juventude: unidade orgânica pertencente à estrutura administrativa da União, do Estado, do Município e do Distrito Federal responsável pela coordenação e articulação das políticas de juventude em âmbito local;

VI - Conselho de Juventude: órgão de natureza consultiva ou deliberativa, vinculado ao órgão executivo local, com formação paritária entre representantes de entidades públicas e de organizações da sociedade civil;

VII - Unidade de Juventude: organização de pessoa jurídica, de direito público ou privado, com atuação no âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, cuja finalidade, prevista em seu ato de criação, consiste no desenvolvimento de ações em benefício ou em defesa do público jovem situado na faixa etária de 15 a 29 anos;

VIII - Cadastro Nacional das Unidades de Juventude: instrumento do Sistema Nacional de Juventude para registro e reconhecimento das unidades de juventude; e

IX - Sistema Nacional de Direitos Humanos: instituído na Portaria nº 503, de 21 de fevereiro de 2022, constitui-se na plataforma de cadastramento de pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, que viabiliza a adesão às políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que não envolvem transferências voluntárias.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES PARA ADESÃO DOS ENTES FEDERADOS AO SINAJUVE

Art. 3º Ficam definidos os requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao SINAJUVE:

I - comprovação da instituição de Conselho de Juventude; e

II - comprovação da instituição de Órgão Gestor de Políticas de Juventude.

§ 1º Para fins de comprovação do cumprimento dos incisos I e II, o Ente Federado Solicitante deverá apresentar cópia da documentação atualizada constante do art. 4º desta Portaria.

§ 2º Para garantir a articulação federativa com vistas ao efetivo cumprimento das políticas públicas de juventude, os entes federativos municipais poderão satisfazer as condições previstas nos incisos I e II deste artigo por meio consórcios, ou por qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS PARA ADESÃO DOS ENTES FEDERADOS AO SINAJUVE

Art. 4º Para solicitar adesão ao SINAJUVE, o Ente Federado Solicitante deverá preencher formulário disponível na página eletrônica do Sistema Nacional de Direitos Humanos - SNDH (https://sndh.mdh.gov.br) e anexar os seguintes documentos:

I - Ofício de Manifestação de Interesse, conforme modelo disposto no Anexo I desta Portaria;

II - Ato de posse, RG e CPF da autoridade máxima do Ente Federado;

III - Ato de instituição do Órgão Gestor de Políticas de Juventude;

IV - Ato de nomeação, RG e CPF do dirigente do Órgão Gestor de Políticas de Juventude; e

V - Atos de instituição e de composição do Conselho de Juventude.

Parágrafo único. No caso da manifestação de interesse ser realizada por consórcio entre municípios, a documentação será a mesma relacionada no caput deste artigo, acrescida de cópia do instrumento jurídico de constituição da sociedade.

Art. 5º Compete à Secretaria Nacional da Juventude a instrução e gestão dos procedimentos relativos à aprovação dos Termos de Adesão e demais ações correlatas, nos termos de suas competências institucionais.

Art. 6º Em até 30 (trinta) dias após o recebimento da documentação, a Secretaria Nacional da Juventude emitirá parecer sobre o processo de adesão, podendo:

I - diligenciar o Ente Federado Solicitante para o recebimento de informações complementares;

II - indeferir a solicitação de adesão do Ente Federado Solicitante, fundamentando sua decisão; e

III - aprovar a adesão do Ente Federado Solicitante ao SINAJUVE.

§ 1º Em caso de diligências, o Ente Federado Solicitante terá um prazo de até 30 (trinta) dias para o envio das informações complementares solicitadas.

§ 2º No caso de indeferimento da solicitação, caberá recurso nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, cabendo ao Secretário Nacional de Juventude decidir, em última instância, sobre a sua pertinência.

§ 3º No caso de deferimento da solicitação, o Termo de Adesão deverá ser disponibilizado, conforme modelo constante do Anexo II desta Portaria, para assinatura com certificação digital pelos representantes legais dos partícipes e, em seguida, publicação de extrato no Diário Oficial da União, às expensas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

§ 4º Os procedimentos necessários à formalização do Termo de Adesão serão realizados por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos, nos termos do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, no qual será aberto respectivo processo.

§ 5º A Secretaria Nacional da Juventude, após análise de conformidade da manifestação de interesse e da documentação comprobatória, dará ao Ente Federado Solicitante acesso externo ao processo de adesão formalizado no SEI.

Art. 7º O Ente Federado Solicitante passará à condição de Ente Federado Participante do SINAJUVE a partir da publicação do Termo de Adesão, em extrato, no Diário Oficial da União.

§ 1º A permanência como Ente Federado Participante do SINAJUVE está condicionada à observância do disposto na Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, no Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, e nas normas desta Portaria.

§ 2º O Órgão Gestor de Políticas de Juventude e o Conselho de Juventude vinculados ao Ente Federado Participante serão automaticamente reconhecidos como Unidades de Juventude e seus dados e documentação comporão o Cadastro Nacional das Unidades de Juventude do SINAJUVE.

Art. 8º A Secretaria Nacional da Juventude emitirá, conforme modelo constante do Anexo III desta Portaria, Certificado de Adesão ao Ente Federado Participante do SINAJUVE.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º No caso de alteração de dados cadastrais, o Ente Federado Participante do SINAJUVE deverá providenciar a imediata atualização dos mesmos no Sistema Nacional de Direitos Humanos (https://sndh.mdh.gov.br/).

Art. 10. A publicação desta Portaria não impede a eficácia das adesões dos Entes Federados ao SINAJUVE firmadas por Acordos de Colaboração Técnica anteriores.

Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 1.149, de 24 de abril de 202, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2020.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

ANEXO I

[OFÍCIO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DA JUVENTUDE]

(Em papel timbrado)

À

Secretaria Nacional da Juventude

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

O [NOME DO ENTE FEDERADO SOLICITANTE], neste ato representado pelo Senhor(a) [cargo] [NOME DA AUTORIDADE], com sede [endereço], manifesta interesse em aderir ao Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, declarando ciência e concordância com as normas que o regem.

Em cumprimento aos requisitos legais para deferimento desta solicitação, além do formulário eletrônico de adesão devidamente preenchido na página eletrônica do Sistema Nacional de Juventude, submeto a seguinte documentação atualizada:

- Ato de posse, RG e CPF da autoridade máxima do Ente Federado;
- Ato de instituição do Órgão Gestor de Políticas de Juventude;
- Ato de nomeação, RG e CPF do dirigente titular do Órgão Gestor de Políticas de Juventude; e
- Atos de instituição e de composição do Conselho de Juventude.

Local, data

Nome, Cargo e Assinatura da autoridade máxima do Poder Executivo local

Nome, Cargo e Assinatura do dirigente titular do Órgão Gestor de Políticas de Juventude

ANEXO II

[TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE]

Termo de Adesão que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o [Estado - Distrito Federal - Município] ao Sistema Nacional de Juventude.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, inscrito no CNPJ sob o n° 27.136.980/0001-00, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar, Brasília/DF, neste ato representado pela Senhor(a) Secretário(a) Nacional de Juventude, [NOME DA AUTORIDADE], Identidade [número], expedida pelo [órgão expedidor], portador(a) do CPF [número], e pelo(a) Senhor(a) Coordenador(a)-Geral de Cidadania, da Secretaria Nacional da Juventude, [NOME DA AUTORIDADE], Identidade [número], expedida pelo [órgão expedidor], portador(a) do CPF [número], e o [NOME DO ENTE FEDERADO], inscrito no CNPJ [número], representado(a) pelo Senhor(a) [cargo] [NOME DA AUTORIDADE], Identidade [número], expedida pela [órgão expedidor], CPF [número], e pel(o) Senhor(a) [cargo do gestor de juventude], [NOME DA AUTORIDADE], Identidade [número], expedida pelo [órgão expedidor], CPF [número], nos termos da Lei nº 12.582 de 5 de agosto de 2013 e Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, resolvem celebrar o presente TERMO DE ADESÃO para integrar o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a adesão do [NOME DO ENTE FEDERADO] ao Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE para o fortalecimento do pacto interfederativo e a definição de obrigações e responsabilidades com a finalidade de organizar, consolidar, integrar, aprimorar e promover políticas públicas de juventude em todo país e de produzir e compartilhar pesquisas, conhecimentos, dados e informações afetas às temáticas relacionadas à juventude brasileira.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ACEITAÇÃO DOS REQUISITOS E REGULAMENTOS ESTABELECIDOS

2.1. O [NOME DO ENTE FEDERADO], ao aderir ao Sistema Nacional de Juventude, concorda e compromete-se a cumprir as diretrizes, requisitos e condições de participação no sistema, estabelecidos em seus atos normativos regulamentares.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS COMPROMISSOS COM NORMATIVOS FEDERAIS DE JUVENTUDE

3.1. O [NOME DO ENTE FEDERADO] executará suas ações no âmbito do Sistema Nacional de Juventude orientado pelo disposto na Lei nº 12.852, de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, e pelo Plano Nacional de Políticas de Juventude.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES COMUNS

4.1 Para consecução do objeto deste Termo de Adesão, são responsabilidades comuns dos entes federados participantes:

a) atuar em cooperação com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o fortalecimento do pacto interfederativo e com a sociedade civil;

b) promover a participação dos jovens como parceiros na formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas de juventude;

c) propor ações, planos e programas a serem pactuados no âmbito do Sistema Nacional de Juventude e executados sob a coordenação dos Órgãos Gestores de Políticas de Juventude;

d) promover e participar de capacitações, estudos e pesquisas nas diversas temáticas relacionadas à juventude brasileira, compartilhando o conhecimento produzido;

e) divulgar e disseminar programas, projetos e ações que representem inovações e boas práticas de políticas públicas de juventude;

f) disseminar conhecimento acerca do SINAJUVE, elaborando orientações gerais para sua coordenação, organização e funcionamento, contribuindo para a sua institucionalização no país;

g) apoiar a criação, o fortalecimento e a articulação de órgãos gestores, conselhos e organizações da sociedade civil que promovam as políticas públicas de juventude;

h) executar o Plano Nacional de Políticas de Juventude e apoiar a implementação dos planos de juventude dos entes federados pactuados;

i) integrar as políticas públicas de juventude ao ciclo de planejamento e orçamento públicos anual e plurianual;

j) atuar com transparência e dar ampla divulgação dos programas, das ações e dos recursos das políticas públicas de juventude;

k) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações previstas no Termo de Adesão, mediante custeio próprio;

l) promover a intersetorialidade e a transversalidade das políticas públicas de juventude;

m) respeitar à diversidade regional e territorial;

n) atuar em rede e a articulação entre o Poder Público e a sociedade civil;

o) fomentar o Programa Identidade Jovem - ID Jovem, documento validador de direitos instituídos no Estatuto da Juventude aos jovens de baixa renda;

p) divulgar sistemas de promoção de direitos humanos, programas, capacitações, ações e projetos desenvolvidos no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que alcancem a população jovem;

q) auxiliar no aprimoramento dos instrumentos de identificação, de prevenção de irregularidades e de combate às violações de direitos dos jovens;

r) divulgar os canais de atendimento à população jovem, tais como os mantidos pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, para receber, examinar e encaminhar, aos setores competentes, sugestões, reclamações e denúncias de violação de direitos da juventude, contribuindo para o cumprimento do dever do Estado nas garantias individuais e o pleno exercício de sua cidadania;

s) acompanhar, avaliar, monitorar a execução e os resultados deste instrumento, garantir o cumprimento dos compromissos previstos e promover, quando se fizer necessário, o redirecionamento de ações;

t) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao instrumento, assim como aos elementos de sua execução; e

u) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei de Acesso à Informação - LAI, Lei nº 12.527/2011) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes; e

v) apoiar e articular políticas públicas para a promoção dos direitos da juventude, considerada a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e solidariedade intergeracional.

4.2. As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltar recursos humanos, materiais e instalações.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

5.1 Para consecução do objeto deste Termo de Adesão, além das responsabilidades comuns dispostas na cláusula quarta, o MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS assumirá as seguintes responsabilidades no âmbito do SINAJUVE:

a) estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento do SINAJUVE;

b) coordenar e manter o Sistema Nacional de Juventude em âmbito federal;

c) incentivar a cooperação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e as Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal para a observância do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 2013);

d) elaborar o Plano Nacional de Políticas de Juventude, em parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade, em especial a juventude;

e) fomentar a participação de Estados, Distrito Federal e Municípios no SINAJUVE, contribuindo para sua institucionalização em todo país e fortalecer o diálogo entre gestores públicos na promoção de políticas de juventude;

f) propor planos e programas a serem pactuados no âmbito do Sistema Nacional de Juventude e executados sob a coordenação dos Órgãos Gestores de Politicas de Juventude integrantes do sistema;

g) contribuir para a qualificação e ação em rede para a promoção de políticas de juventude nos entes da Federação;

h) convocar e realizar as Conferências Nacionais de Juventude e apoiar os entes federados na realização das etapas estaduais e municipais da Conferência;

i) operacionalizar o SINAJUVE, tornando-o num instrumento eficaz de interação e troca de experiências e informações com os entes federados partícipes para a promoção de políticas púbicas de juventude;

j) apoiar e fortalecer institucionalmente o Conselho Nacional de Juventude;

k) fomentar e manter o Cadastro Nacional das Unidades de Juventude;

l) estabelecer formas de colaboração com os entes federados para a execução das políticas públicas de juventude;

m) promover a publicidade de informações sobre repasses de recursos para financiamento das políticas públicas de juventude;

n) fortalecer e financiar, com os demais entes federados, a implementação e execução das políticas públicas de juventude, observado o limite orçamentário disponível; e

o) promover a produção e divulgação de conhecimento e dados sobre juventude como subsídio à formulação, avaliação de políticas públicas, produção acadêmica e científica de pesquisas e aos estudos sociais.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DO ENTE FEDERADO PARTICIPANTE

6.1 Para consecução do objeto deste Termo de Adesão, além das responsabilidades comuns dispostas na cláusula quarta, o [NOME DO ENTE FEDERADO] assumirá as seguintes responsabilidades no âmbito do SINAJUVE:

a) coordenar o SINAJUVE, em âmbito [estadual/distrital/municipal];

b) apoiar e fortalecer institucionalmente o Conselho de Juventude e o Órgão Gestor de Políticas de Juventude em seu âmbito territorial, assegurando adequadas condições administrativas e financeiras;

c) elaborar e implementar o plano [estadual/distrital/municipal] de juventude com a participação da sociedade civil, em especial dos jovens, em consonância com os princípios e diretrizes que regem o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude;

d) estabelecer mecanismos de cooperação com os entes federados para a execução das políticas públicas de juventude;

e) editar normas complementares para a organização e funcionamento do SINAJUVE, em seu âmbito territorial;

f) convocar e realizar as Conferências de Juventude em âmbito [estadual/distrital/municipal];

g) cofinanciar, com os demais entes federados, a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude;

h) fornecer, no que couber, informações, estudos, dados estatísticos, e indicadores acerca da juventude local e nacional como subsídio à formulação e à avaliação de políticas públicas;

i) promover e estimular a formação, capacitação e qualificação dos dirigentes do Órgão Gestor de Políticas de Juventude e dos conselheiros do Conselho de Juventude para a formulação e aprimoramento das políticas de juventude e, em especial, os cursos oferecidos no âmbito do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos por meio da Plataforma de Interação Social em Direitos Humanos do Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos; e

j) manter atualizado os dados do Órgão Gestor de Políticas de Juventude no Cadastro Nacional das Unidades de Juventude, assim como do Conselho de Juventude.

6.2. Para garantir a articulação federativa com vistas ao efetivo cumprimento das políticas públicas de juventude, os Municípios podem instituir os consórcios de que trata a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, ou qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades.

6.3. O ente federado e suas unidades de juventude estarão automaticamente registradas no Cadastro Nacional das Unidades de Juventude, após a adesão ao Sistema Nacional de Juventude, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cabendo aos entes federados participantes a atualização de dados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE ADESÃO E AFERIÇÃO DE RESULTADOS

7.1. O cumprimento deste Termo de Adesão será objeto de monitoramento e avaliação.

7.2 Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório periódico de execução de atividades, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados.

7.3. Na hipótese de divergência ou não atendimento às cláusulas deste Termo de Adesão, o responsável será notificado por escrito, dispondo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação, para a correção do ato.

7.4. O prazo de que trata o item 7.3 poderá ser renovado uma vez, a pedido do ente interessado.

7.5. Não havendo regularização no prazo estabelecido nos itens 7.3 e 7.4 desta cláusula, o presente instrumento será considerado automaticamente rescindido.

7.6. O MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS fará publicar no Diário Oficial da União a rescisão de que trata o item 7.5.

7.7. Para dar cumprimento ao objeto deste Termo de Adesão, os partícipes poderão pactuar em instrumento futuro as ações e atividades, em sintonia com as diretrizes elencadas na Cláusula Primeira deste Termo, observando as disposições legais aplicáveis às espécies.

7.8. As ações que venham a se desenvolver em decorrência desta pactuação federativa que requeiram formalização jurídica para a sua implementação terão suas condições específicas, descrição de tarefas, responsabilidades financeiras, prazos de execução e demais condições definidas em instrumentos específicos, observada a legislação respectiva.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1. O presente Termo de Adesão não obriga a transferência de recursos financeiros da União, por meio do MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, ao ente participante do Sistema Nacional de Juventude.

8.2. As despesas necessárias à plena consecução do objeto correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

8.3 Os entes participantes do SINAJUVE poderão ter prioridade nos instrumentos de chamamento público para repasse de bens ou recursos, a serem realizados pela Secretaria Nacional da Juventude do MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS.

8.4 Os serviços dos recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades decorrentes do presente instrumento, serão prestados em regime de cooperação mútua e não sofrerão alteração na sua vinculação empregatícia nem acarretarão quaisquer ônus aos mesmos.

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1 O presente Termo de Adesão terá vigência de 5 (cinco) anos a partir da sua publicação, observado o que dispõe a cláusula sétima e décima, podendo ser prorrogado por igual período mediante a celebração de aditivo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Adesão poderá ser rescindido justificadamente, durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento ou unilateralmente por qualquer um dos partícipes, mediante manifestação encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado; e

b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

10.2. O MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS fará publicar no Diário Oficial da União a rescisão de que trata o item 10.1.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

11.1. As condições pactuadas podem ser revistas periodicamente, de modo a contribuir com a eficiência administrativa para a consecução do objeto.

11.2. O presente Termo de Adesão poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, exceto no tocante ao seu objeto, devendo os casos omissos serem resolvidos pelos PARTÍCIPES.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. O presente Termo de Adesão deverá ser publicado em extrato no Diário Oficial da União, às expensas do MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS.

12.2. Será emitido pelo MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS ao ente federado participante o certificado de adesão ao Sistema Nacional de Juventude.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. As situações não previstas no presente Termo de Adesão serão solucionadas administrativamente entre os partícipes, em comum acordo, cujo direcionamento deve visar a execução integral do objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

14.1 As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

14.2 Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Adesão o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do [Estado do ente federado participante], nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E por estarem de pleno acordo, firmam este instrumento assinado (eletronicamente) pelas partes, para que produza todos os seus efeitos jurídicos e legais em juízo e fora dele.

(assinado eletronicamente)
[NOME DA AUTORIDADE]
Secretário(a) Nacional da Juventude
(assinado eletronicamente)
[NOME DA AUTORIDADE]
Coordenador(a)-Geral de Cidadania
(assinado eletronicamente)
[NOME DA AUTORIDADE]
Prefeito(a)/Governador(a) do [Ente Federado Participante]
(assinado eletronicamente)
[NOME DA AUTORIDADE]
[Cargo do(a) gestor(a) de juventude] do [Ente Federado Participante]

ANEXO III

[MODELO DO CERTIFICADO DE ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE]

CERTIFICADO DE ADESÃO AO SINAJUVE

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, confere a(o)

[ENTE FEDERADO PARTICIPANTE]

Certificado de Adesão ao Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, art. 39, em observância ao Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, art. 2º, regulamentado pela Portaria nº XXXX, de XX de XXXX de XXXX, conforme processo SEI nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX.

Enaltecemos o engajamento e o compromisso na consecução das políticas públicas de juventude.

Brasília, XX de XXXX de XXXX.

[ASSINATURA DO(A) SECRETÁRIO(A) NACIONAL DE JUVENTUDE]

ANEXO IV

[DOS ENTES FEDERADOS PARTICIPANTES DO SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE]

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, inscrito no CNPJ sob o n° 27.136.980/0001-00, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar, Brasília/DF, reconhece os seguintes entes federados participantes do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE:

UF	ENTE FEDERADO	SEI
AL	Boca da Mata	00135.224456/2020-90
AL	São Sebastião	00135.224461/2020-01
AL	União dos Palmares	00135.224464/2020-36
AP	Macapá	00135.224468/2020-14
AP	Porto Grande	00135.227255/2021-25
BA	Salvador	00135.224471/2020-38

BA	Vitória da Conquista	00135.224473/2020-27
CE	Fortaleza	00135.224480/2020-29
DF	Brasília	00135.224482/2020-18
ES	Vitória	00135.224484/2020-15
GO	Goiânia	00135.224491/2020-17
MS	Campo Grande	00135.224495/2020-97
MS	Corumbá	00135.224501/2020-14
MS	Ribas do Rio Pardo	00135.224504/2020-40
MS	Terenos	00135.224508/2020-28
MG	Belo Horizonte	00135.224509/2020-72
PR	Curitiba	00135.224514/2020-85
PI	Teresina	00135.224517/2020-19
RJ	Rio de Janeiro	00135.224519/2020-16
RS	Novo Hamburgo	00135.224525/2020-65
RS	Porto Alegre	00135.224526/2020-18
RO	Porto Velho	00135.224547/2020-25
SC	Florianópolis	00135.224549/2020-14
SP	Caieras	00135.224551/2020-93
SP	Campinas	00135.224553/2020-82

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º § 3º, do Decreto 5.978, de 4 de dezembro de 2006, a:

Nome	Instituição	Cargo/ Função	Missão/ Justificativa	Validade do passaporte
Leonardo Nemer Caldeira Brant	UFMG	Professor	Candidato brasileiro à Corte Internacional de Justiça	30/04/2023

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 3.258, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Descredencia e cancela a homologação dos polos do Programa Academia da Saúde em decorrência da suspensão total ou do não atendimento aos requisitos mínimos para a transferência do incentivo de custeio federal por mais de 12 (doze) competências consecutivas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Descredenciar e cancelar a homologação dos polos do Programa Academia da Saúde, em decorrência da suspensão total ou do não atendimento aos requisitos mínimos para a transferência do incentivo de custeio federal por mais de 12 (doze) competências consecutivas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 4º, da Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021 e do artigo 2º, da Portaria SAPS/MS nº 29, de 28 de junho de 2022.

Art. 2º Ficam descredenciados e cancelada a homologação, conforme Anexo a esta Portaria, dos polos do Programa Academia da Saúde, por município, em decorrência da suspensão total ou do não atendimento aos requisitos mínimos para a transferência do incentivo de custeio federal por mais de 12 (doze) competências consecutivas, considerando o período das competências do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) de maio de 2021 a maio de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

POLOS DO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE DESCREDENCIADOS, POR MUNICÍPIO E POR CÓDIGO DO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES
BA	290190	APORÁ	7729731
BA	290720	CASA NOVA	9239596
BA	291320	IBOTIRAMA	7393865
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	7595689
BA	292970	SÁTIRO DIAS	7992599
CE	230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	7375808
CE	230650	ITAPIÚNA	7667302
CE	231130	QUIXADÁ	7970757
ES	320334	MARECHAL FLORIANO	9024905
ES	320503	VARGEM ALTA	7829310
GO	520995	INDIARA	7502052
MA	210960	ROSÁRIO	6188613
MG	310050	AÇUCENA	7468830
MG	314587	ORIZÂNIA	7405146
PA	150180	BREVES	7692668
PA	150795	TAILÂNDIA	7506910
PB	250240	BONITO DE SANTA FÉ	7547307
PB	250360	CAIÇARA	9152970
PB	250370	CAJAZEIRAS	7484674
PB	251200	POCINHOS	9288147
PE	260960	OLINDA	7680856
PE	260960	OLINDA	9127577
PR	410270	BARRA DO JACARÉ	7700377
PR	410540	CHOPINZINHO	2739984
PR	410730	DOUTOR CAMARGO	9261265
PR	410850	GENERAL CARNEIRO	7415397
PR	412230	RIO NEGRO	7593120
PR	412570	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	7707266
PR	412788	TUNAS DO PARANÁ	7698887
RS	430515	CERRO GRANDE	7401965
RS	430550	CIRÍACO	9572104
RS	430640	DOIS IRMÃOS	7528949
RS	431020	IJUÍ	9009477
RS	431020	IJUÍ	9125140
RS	431057	ITAPUCA	7689470
RS	431070	ITATIBA DO SUL	2249650
RS	431113	JARI	7424906
RS	431160	LIBERATO SALZANO	7824017
RS	431262	MULITERNO	7702779
RS	431407	PASSO DO SOBRADO	2235684
RS	431415	PAVERAMA	9219668
RS	431470	PLANALTO	2228459
RS	431670	SANTA BÁRBARA DO SUL	7072597
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	7800789
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	7282648
SC	420213	BELA VISTA DO TOLDO	7282281
SC	420550	FRAIBURGO	7493401
SC	421420	QUILOMBO	7731604
SC	421520	ROMELÂNDIA	7802749
SP	350940	CAJURU	9019359
SP	352190	ITAJOBI	9238522
SP	352430	JABOTICABAL	7894295
SP	352880	MARACAÍ	7521634
SP	353150	MONTE AZUL PAULISTA	9280812
SP	353190	MORRO AGUDO	7741626
SP	353510	PALMARES PAULISTA	7986742
SP	353530	PALMITAL	7668619
SP	354060	PORTO FELIZ	7475276
SP	354625	SANTA CRUZ DA ESPERANÇA	7248164
SP	354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	7627173
SP	355030	SÃO PAULO	2027461
SP	355430	TEODORO SAMPAIO	7429363
TO	172010	SÃO BENTO DO TOCANTINS	7640366
TOTAL		**63 POLOS**	

PORTARIA GM/MS Nº 3.259, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Suspende na parcela junho de 2022 a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária, com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais que atuam a Atenção Primária à Saúde identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, identificadas no SCNES março e abril de 2022, resolve:

Art. 1º Suspender na parcela junho de 2022 a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária dos municípios constantes dos Anexos I e II a esta Portaria, que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES por duas competências consecutivas.

Parágrafo único. As informações sobre suspensão de que trata esta Portaria estão disponibilizadas no endereço eletrônico do e-Gestor AB da Secretaria de Atenção Primária (SAPS) do Ministério da Saúde.

Art. 2º A partir da regularização da informação do profissional no SCNES, o custeio do incentivo financeiro é reestabelecido automaticamente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

EQUIPES (INE) SUSPENSAS POR DUPLICIDADE PROFISSIONAL NA PARCELA JUNHO DE 2022

UF	IBGE	Município	INE	Tipo de equipe
AL	270460	MARAVILHA	0001949993	Equipe de Saúde Bucal
BA	290380	BOA VISTA DO TUPIM	0001764772	Equipe de Saúde Bucal
BA	292220	MUNIZ FERREIRA	0002062291	Equipe de Saúde Bucal
GO	520810	FORMOSO	0002061457	Equipe de Saúde Bucal
MG	311580	CENTRALINA	0002083841	Equipe de Saúde Bucal
MG	312200	DIVINO	0001898213	Equipe de Saúde Bucal
MG	312230	DIVINÓPOLIS	0002046873	Equipe de Saúde Bucal
MG	315670	SABARÁ	0002071274	Equipe de Saúde Bucal
MG	315760	SANTA FÉ DE MINAS	0002094819	Equipe de Saúde Bucal
MS	500150	BANDEIRANTES	0002045206	Equipe de Saúde Bucal
PB	251700	UMBUZEIRO	0002084740	Equipe de Saúde Bucal
PR	411500	MARILENA	0002057654	Equipe de Saúde Bucal
PR	412700	TEIXEIRA SOARES	0001885499	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718568	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071843	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072114	Equipe de Saúde Bucal
SP	355290	TACIBA	0002066270	Equipe de Saúde Bucal
AL	270140	CAMPO ALEGRE	0000163309	Equipe Saúde da Família
AM	130260	MANAUS	0001700545	Equipe Saúde da Família
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	0001607340	Equipe Saúde da Família
BA	291120	GANDU	0000192023	Equipe Saúde da Família
BA	291120	GANDU	0001698699	Equipe Saúde da Família
BA	291800	JEQUIÉ	0000199230	Equipe Saúde da Família
BA	291880	LAJE	0000200859	Equipe Saúde da Família
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0000201286	Equipe Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0000212733	Equipe Saúde da Família
BA	292770	SANTA CRUZ CABRÁLIA	0000212989	Equipe Saúde da Família
BA	292770	SANTA CRUZ CABRÁLIA	0000213020	Equipe Saúde da Família
DF	530010	BRASÍLIA	0001670506	Equipe Saúde da Família
ES	320490	SÃO MATEUS	0000284793	Equipe Saúde da Família
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0000454656	Equipe Saúde da Família
GO	522045	SENADOR CANEDO	0001590790	Equipe Saúde da Família
MA	210232	BURITICUPU	0001506889	Equipe Saúde da Família
MG	311320	CARANDAÍ	0000236268	Equipe Saúde da Família
MG	311770	CONCEIÇÃO DO RIO VERDE	0000238511	Equipe Saúde da Família
MG	311787	CONFINS	0001581481	Equipe Saúde da Família
MG	313130	IPATINGA	0001643789	Equipe Saúde da Família
MG	313670	JUIZ DE FORA	0000252786	Equipe Saúde da Família
MG	314040	MARMELÓPOLIS	0000255408	Equipe Saúde da Família
MG	314700	PARACATU	0000260967	Equipe Saúde da Família
MG	316890	TIROS	0000274550	Equipe Saúde da Família
MG	317030	UMBURATIBA	0000276839	Equipe Saúde da Família
MS	500320	CORUMBÁ	0000441252	Equipe Saúde da Família
MS	500380	FÁTIMA DO SUL	0000472271	Equipe Saúde da Família
PA	150240	CASTANHAL	0000022551	Equipe Saúde da Família
PA	150460	MOCAJUBA	0000026611	Equipe Saúde da Família
PB	250060	ALHANDRA	0000118117	Equipe Saúde da Família
PB	250510	CUITÉ	0000122874	Equipe Saúde da Família
PB	250750	JOÃO PESSOA	0000126845	Equipe Saúde da Família
PI	220840	PIRIPIRI	0000073601	Equipe Saúde da Família
PR	410450	CAPANEMA	0000378216	Equipe Saúde da Família
PR	411520	MARINGÁ	0000390496	Equipe Saúde da Família
PR	412510	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	0000397059	Equipe Saúde da Família
PR	412570	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	0001530755	Equipe Saúde da Família
PR	412710	TELÊMACO BORBA	0000398365	Equipe Saúde da Família
PR	412770	TOLEDO	0001492128	Equipe Saúde da Família
RJ	330040	BARRA MANSA	0001552716	Equipe Saúde da Família
RJ	330330	NITERÓI	0000295795	Equipe Saúde da Família
RN	240145	BARAÚNA	0000107298	Equipe Saúde da Família
RN	240310	CURRAIS NOVOS	0000108642	Equipe Saúde da Família
RS	430230	BOM JESUS	0000420417	Equipe Saúde da Família
RS	430460	CANOAS	0000421553	Equipe Saúde da Família
RS	430468	CAPELA DE SANTANA	0000421944	Equipe Saúde da Família
RS	431340	NOVO HAMBURGO	0001555928	Equipe Saúde da Família
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001650904	Equipe Saúde da Família
RS	431490	PORTO ALEGRE	0000430323	Equipe Saúde da Família
RS	431531	QUATRO IRMÃOS	0000431753	Equipe Saúde da Família
RS	431550	RESTINGA SECA	0000431834	Equipe Saúde da Família
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	0000435406	Equipe Saúde da Família
SC	420280	BRAÇO DO NORTE	0000402168	Equipe Saúde da Família
SC	420590	GASPAR	0000407011	Equipe Saúde da Família
SC	420750	INDAIAL	0001671855	Equipe Saúde da Família
SC	420870	JACINTO MACHADO	0000409618	Equipe Saúde da Família
SC	421600	SÃO CARLOS	0000415413	Equipe Saúde da Família
SC	421917	VARGEM BONITA	0000418242	Equipe Saúde da Família
SE	280030	ARACAJU	0000172855	Equipe Saúde da Família
SE	280290	ITABAIANA	0002128993	Equipe Saúde da Família
SP	350060	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	0002172119	Equipe Saúde da Família
SP	350460	BADY BASSITT	0001639242	Equipe Saúde da Família
SP	351380	DIADEMA	0000327476	Equipe Saúde da Família
SP	351690	GENERAL SALGADO	0001529250	Equipe Saúde da Família
SP	351870	GUARUJÁ	0000330426	Equipe Saúde da Família
SP	351870	GUARUJÁ	0000330345	Equipe Saúde da Família
SP	351870	GUARUJÁ	0000330167	Equipe Saúde da Família
SP	352320	ITARARÉ	0000334944	Equipe Saúde da Família

SP	352940	MAUÁ	0000339180	Equipe Saúde da Família
SP	352980	MINEIROS DO TIETÊ	0001569333	Equipe Saúde da Família
SP	354100	PRAIA GRANDE	0001611003	Equipe Saúde da Família
SP	355030	SÃO PAULO	0000365025	Equipe Saúde da Família
SP	355040	SÃO PEDRO	0001531204	Equipe Saúde da Família
82 MUNICÍPIOS			90 EQUIPES	

ANEXO II

QUANTIDADE DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE SUSPENSOS POR DUPLICIDADE PROFISSIONAL NA PARCELA JUNHO DE 2022

UF	IBGE	Município	Quantidade
BA	290600	CAMPO FORMOSO	1
BA	292740	SALVADOR	1
DF	530010	BRASÍLIA	7
ES	320320	LINHARES	1
ES	320520	VILA VELHA	2
GO	521250	LUZIÂNIA	1
MA	210660	MATÕES	1
MA	210825	PEDRO DO ROSÁRIO	1
MA	210910	PRESIDENTE DUTRA	1
MA	211130	SÃO LUÍS	8
MG	310620	BELO HORIZONTE	3
MG	310750	BOM JARDIM DE MINAS	1
MG	312230	DIVINÓPOLIS	3
MG	315280	PRATA	2
MG	315670	SABARÁ	2
MS	500124	ARAL MOREIRA	1
MS	500620	NOVA ANDRADINA	1
PA	150140	BELÉM	1
PE	260170	BELO JARDIM	1
PE	260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	1
PE	260410	CARUARU	1
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	4
PR	411810	PARANACITY	1
RJ	330045	BELFORD ROXO	3
RJ	330270	MARICÁ	1
RN	240810	NATAL	3
RO	110005	CEREJEIRAS	6
RS	430210	BENTO GONÇALVES	2
RS	430720	ERVAL GRANDE	3
RS	431230	MIRAGUAÍ	2
RS	431240	MONTENEGRO	2
RS	432200	TRIUNFO	1
SC	420060	ÁGUAS MORNAS	1
SC	420230	BIGUAÇU	3
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	1
SC	421110	MONTE CASTELO	1
SE	280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	1
SP	351870	GUARUJÁ	1
SP	351907	HORTOLÂNDIA	1
SP	352590	JUNDIAÍ	2
SP	352940	MAUÁ	2
SP	353110	MONGAGUÁ	1
SP	354520	SALTO	1
SP	355030	SÃO PAULO	2
TO	171110	ITAPORÃ DO TOCANTINS	1
45 MUNICÍPIOS			87 ACS

PORTARIA GM/MS Nº 3.263, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Suspende na parcela junho de 2022 a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária, com ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB, identificadas nas competências CNES fevereiro, março e abril de 2022, resolve:

Art. 1º Suspender na parcela junho de 2022 a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária constantes nos Anexos I e II a esta Portaria, com ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) por três competências consecutivas.

Parágrafo único. As informações sobre suspensão de que trata esta Portaria estão disponibilizadas no endereço eletrônico do e-Gestor AB da Secretaria de Atenção Primária (SAPS) do Ministério da Saúde.

Art. 2º A partir da regularização das informações no SISAB, o custeio do incentivo financeiro é reestabelecido automaticamente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

EQUIPES (INE) COM AUSÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO DO SISAB, SUSPENSAS NA PARCELA JUNHO DE 2022

UF	IBGE	Município	INE	Tipo
BA	291360	ILHÉUS	0001688693	Equipe Consultoria na Rua
BA	291480	ITABUNA	0001655795	Equipe Consultoria na Rua
BA	292740	SALVADOR	0001890190	Equipe Consultoria na Rua
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001602209	Equipe Consultoria na Rua
SP	352940	MAUÁ	0001468251	Equipe Consultoria na Rua
AC	120030	FEIJÓ	0001860062	Equipe de Saúde Bucal
AC	120032	JORDÃO	0002145790	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0001956558	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0001959026	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0002052199	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0002059711	Equipe de Saúde Bucal
AL	270140	CAMPO ALEGRE	0001831046	Equipe de Saúde Bucal
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	0001977385	Equipe de Saúde Bucal

AM	130060	BENJAMIN CONSTANT	0002069148	Equipe de Saúde Bucal
AM	130170	HUMAITÁ	0001749544	Equipe de Saúde Bucal
AM	130230	JUTAÍ	0002107627	Equipe de Saúde Bucal
AM	130250	MANACAPURU	0001739360	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001721631	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001721976	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001723642	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001725904	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001726994	Equipe de Saúde Bucal
AM	130280	MARAÃ	0002132168	Equipe de Saúde Bucal
AM	130290	MAUÉS	0001750739	Equipe de Saúde Bucal
AM	130370	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	0001756761	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002089742	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002089793	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002094002	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002094355	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002129396	Equipe de Saúde Bucal
BA	290060	AIQUARA	0002094649	Equipe de Saúde Bucal
BA	290060	AIQUARA	0002140721	Equipe de Saúde Bucal
BA	290120	ANAGÉ	0001783289	Equipe de Saúde Bucal
BA	290120	ANAGÉ	0001783661	Equipe de Saúde Bucal
BA	290250	BAIANÓPOLIS	0001855441	Equipe de Saúde Bucal
BA	290270	BARRA	0002162679	Equipe de Saúde Bucal
BA	290270	BARRA	0002162687	Equipe de Saúde Bucal
BA	290270	BARRA	0002162695	Equipe de Saúde Bucal
BA	290270	BARRA	0002162709	Equipe de Saúde Bucal
BA	290270	BARRA	0002162717	Equipe de Saúde Bucal
BA	290300	BARRA DO MENDES	0001890921	Equipe de Saúde Bucal
BA	290327	BARROCAS	0001742620	Equipe de Saúde Bucal
BA	290340	BELMONTE	0002109727	Equipe de Saúde Bucal
BA	290360	BIRITINGA	0001751360	Equipe de Saúde Bucal
BA	290390	BOM JESUS DA LAPA	0001952595	Equipe de Saúde Bucal
BA	290440	BREJOLÂNDIA	0001961632	Equipe de Saúde Bucal
BA	290440	BREJOLÂNDIA	0002095998	Equipe de Saúde Bucal
BA	290570	CAMAÇARI	0002073544	Equipe de Saúde Bucal
BA	290570	CAMAÇARI	0002108828	Equipe de Saúde Bucal
BA	290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	0001836048	Equipe de Saúde Bucal
BA	290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	0001836633	Equipe de Saúde Bucal
BA	290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	0001836730	Equipe de Saúde Bucal
BA	290600	CAMPO FORMOSO	0001973738	Equipe de Saúde Bucal
BA	290670	CÂNDIDO SALES	0001847627	Equipe de Saúde Bucal
BA	290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE	0001819941	Equipe de Saúde Bucal
BA	290710	CARINHANHA	0002085399	Equipe de Saúde Bucal
BA	290790	CIPÓ	0001733966	Equipe de Saúde Bucal
BA	290810	COCOS	0001822233	Equipe de Saúde Bucal
BA	290860	CONDE	0001872710	Equipe de Saúde Bucal
BA	290860	CONDE	0001872729	Equipe de Saúde Bucal
BA	290860	CONDE	0001872737	Equipe de Saúde Bucal
BA	290940	COTEGIPE	0001954822	Equipe de Saúde Bucal
BA	290940	COTEGIPE	0001956086	Equipe de Saúde Bucal
BA	290940	COTEGIPE	0001956361	Equipe de Saúde Bucal
BA	291000	DÁRIO MEIRA	0001951203	Equipe de Saúde Bucal
BA	291000	DÁRIO MEIRA	0001952447	Equipe de Saúde Bucal
BA	291072	EUNÁPOLIS	0001857959	Equipe de Saúde Bucal
BA	291072	EUNÁPOLIS	0001905759	Equipe de Saúde Bucal
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	0002013401	Equipe de Saúde Bucal
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	0002097168	Equipe de Saúde Bucal
BA	291120	GANDU	0002010984	Equipe de Saúde Bucal
BA	291170	GUANAMBI	0001917781	Equipe de Saúde Bucal
BA	291190	IAÇU	0001761099	Equipe de Saúde Bucal
BA	291360	ILHÉUS	0001790811	Equipe de Saúde Bucal
BA	291360	ILHÉUS	0001791028	Equipe de Saúde Bucal
BA	291465	ITABELA	0002058731	Equipe de Saúde Bucal
BA	291465	ITABELA	0002058766	Equipe de Saúde Bucal
BA	291480	ITABUNA	0001869108	Equipe de Saúde Bucal
BA	291480	ITABUNA	0001919199	Equipe de Saúde Bucal
BA	291500	ITAETÉ	0001831372	Equipe de Saúde Bucal
BA	291530	ITAGIMIRIM	0001945645	Equipe de Saúde Bucal
BA	291560	ITAMARAJU	0002056283	Equipe de Saúde Bucal
BA	291610	ITAPARICA	0001740652	Equipe de Saúde Bucal
BA	291630	ITAPEBI	0002020882	Equipe de Saúde Bucal
BA	291670	ITAQUARA	0002121697	Equipe de Saúde Bucal
BA	291670	ITAQUARA	0002121727	Equipe de Saúde Bucal
BA	291770	JAGUARARI	0001809962	Equipe de Saúde Bucal
BA	291835	JOÃO DOURADO	0002034158	Equipe de Saúde Bucal
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	0001872109	Equipe de Saúde Bucal
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	0001872133	Equipe de Saúde Bucal
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	0001872184	Equipe de Saúde Bucal
BA	292150	MONTE SANTO	0001809377	Equipe de Saúde Bucal
BA	292150	MONTE SANTO	0001810618	Equipe de Saúde Bucal
BA	292170	MORRO DO CHAPÉU	0001904485	Equipe de Saúde Bucal
BA	292170	MORRO DO CHAPÉU	0001905147	Equipe de Saúde Bucal
BA	292200	MUCURI	0001991043	Equipe de Saúde Bucal
BA	292200	MUCURI	0001991086	Equipe de Saúde Bucal
BA	292200	MUCURI	0001991221	Equipe de Saúde Bucal
BA	292210	MUNDO NOVO	0001787764	Equipe de Saúde Bucal
BA	292230	MURITIBA	0001884670	Equipe de Saúde Bucal
BA	292310	OLINDINA	0001875361	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002059592	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002065401	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002066033	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002067617	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002067722	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002067978	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002068427	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002068613	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002068915	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069318	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069652	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069830	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069873	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069962	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002070057	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002070235	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0001855891	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0001855956	Equipe de Saúde Bucal

BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002055880	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002055899	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002128527	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002128535	Equipe de Saúde Bucal
BA	292860	SANTO AMARO	0001917536	Equipe de Saúde Bucal
BA	292860	SANTO AMARO	0001917889	Equipe de Saúde Bucal
BA	292860	SANTO AMARO	0002104822	Equipe de Saúde Bucal
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO	0002066734	Equipe de Saúde Bucal
BA	292905	SÃO FÉLIX DO CORIBE	0001758047	Equipe de Saúde Bucal
BA	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE	0002000393	Equipe de Saúde Bucal
BA	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE	0002000482	Equipe de Saúde Bucal
BA	292970	SÁTIRO DIAS	0002012014	Equipe de Saúde Bucal
BA	293030	SERRA DOURADA	0001825755	Equipe de Saúde Bucal
BA	293070	SIMÕES FILHO	0001959360	Equipe de Saúde Bucal
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002053926	Equipe de Saúde Bucal
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002054809	Equipe de Saúde Bucal
BA	293120	TAPEROÁ	0001999788	Equipe de Saúde Bucal
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	0001758594	Equipe de Saúde Bucal
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	0001760637	Equipe de Saúde Bucal
BA	293320	VERA CRUZ	0001934775	Equipe de Saúde Bucal
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0002038986	Equipe de Saúde Bucal
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0002041391	Equipe de Saúde Bucal
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0002110091	Equipe de Saúde Bucal
BA	293340	WAGNER	0002007037	Equipe de Saúde Bucal
BA	293340	WAGNER	0002007320	Equipe de Saúde Bucal
CE	230030	ACOPIARA	0001931946	Equipe de Saúde Bucal
CE	230110	ARACATI	0001992740	Equipe de Saúde Bucal
CE	230150	ARNEIROZ	0001985000	Equipe de Saúde Bucal
CE	230170	AURORA	0001873504	Equipe de Saúde Bucal
CE	230170	AURORA	0002114801	Equipe de Saúde Bucal
CE	230195	BARREIRA	0001870262	Equipe de Saúde Bucal
CE	230200	BARRO	0001789317	Equipe de Saúde Bucal
CE	230205	BARROQUINHA	0001848321	Equipe de Saúde Bucal
CE	230205	BARROQUINHA	0001848860	Equipe de Saúde Bucal
CE	230210	BATURITÉ	0001877151	Equipe de Saúde Bucal
CE	230350	CASCAVEL	0002143348	Equipe de Saúde Bucal
CE	230410	CRATEÚS	0001837303	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001785664	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001786555	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001794396	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001798316	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001866656	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001868365	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001868691	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001869051	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001888692	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001902504	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001903500	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001904329	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001904418	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001905635	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001906062	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001914626	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001916602	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001916661	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001925423	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001931520	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001931784	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001937545	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001938762	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001939017	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001940007	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001953141	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001954024	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001954202	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001954296	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002135736	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002180022	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002212579	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002234505	Equipe de Saúde Bucal
CE	230450	FRECHEIRINHA	0001927183	Equipe de Saúde Bucal
CE	230535	ICAPUÍ	0002041138	Equipe de Saúde Bucal
CE	230565	IPAPORANGA	0001837249	Equipe de Saúde Bucal
CE	230630	ITAPAGÉ	0001839853	Equipe de Saúde Bucal
CE	230640	ITAPIPOCA	0001724266	Equipe de Saúde Bucal
CE	230725	JIJOCA DE JERICOACOARA	0001817434	Equipe de Saúde Bucal
CE	230800	MASSAPÊ	0001800442	Equipe de Saúde Bucal
CE	230860	MONSENHOR TABOSA	0001894927	Equipe de Saúde Bucal
CE	230880	MORAÚJO	0002200449	Equipe de Saúde Bucal
CE	230890	MORRINHOS	0001995278	Equipe de Saúde Bucal
CE	230890	MORRINHOS	0001995316	Equipe de Saúde Bucal
CE	231030	PARAMBU	0001977253	Equipe de Saúde Bucal
CE	231126	QUITERIANÓPOLIS	0001922319	Equipe de Saúde Bucal
CE	231200	SANTANA DO ACARAÚ	0001818821	Equipe de Saúde Bucal
CE	231260	SÃO LUÍS DO CURU	0002091739	Equipe de Saúde Bucal
CE	231280	SENADOR SÁ	0001963376	Equipe de Saúde Bucal
CE	231290	SOBRAL	0001855131	Equipe de Saúde Bucal
CE	231300	SOLONÓPOLE	0001943723	Equipe de Saúde Bucal
CE	231320	TAMBORIL	0001775774	Equipe de Saúde Bucal
CE	231350	TRAIRI	0001846035	Equipe de Saúde Bucal
CE	231355	TURURU	0001832239	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001909746	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001909797	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001909940	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0002019000	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0002062690	Equipe de Saúde Bucal
ES	320060	ARACRUZ	0001846620	Equipe de Saúde Bucal
ES	320060	ARACRUZ	0001847058	Equipe de Saúde Bucal
ES	320060	ARACRUZ	0001860887	Equipe de Saúde Bucal
ES	320160	CONCEIÇÃO DA BARRA	0001972995	Equipe de Saúde Bucal
ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	0001912909	Equipe de Saúde Bucal
ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	0001912941	Equipe de Saúde Bucal
ES	320230	GUAÇUÍ	0001968319	Equipe de Saúde Bucal
ES	320230	GUAÇUÍ	0001968440	Equipe de Saúde Bucal
ES	320230	GUAÇUÍ	0001968483	Equipe de Saúde Bucal
ES	320250	IBIRAÇU	0002051699	Equipe de Saúde Bucal

ES	320250	IBIRAÇU	0002051788	Equipe de Saúde Bucal
ES	320255	IBITIRAMA	0002034352	Equipe de Saúde Bucal
ES	320255	IBITIRAMA	0002034360	Equipe de Saúde Bucal
ES	320313	JOÃO NEIVA	0001973657	Equipe de Saúde Bucal
ES	320313	JOÃO NEIVA	0002169886	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001787748	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001815156	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001827332	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001827855	Equipe de Saúde Bucal
ES	320335	MARILÂNDIA	0002145103	Equipe de Saúde Bucal
ES	320410	PINHEIROS	0001728067	Equipe de Saúde Bucal
ES	320450	SANTA LEOPOLDINA	0002173913	Equipe de Saúde Bucal
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001814400	Equipe de Saúde Bucal
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001823965	Equipe de Saúde Bucal
ES	320490	SÃO MATEUS	0001737805	Equipe de Saúde Bucal
ES	320490	SÃO MATEUS	0001737872	Equipe de Saúde Bucal
ES	320490	SÃO MATEUS	0001821571	Equipe de Saúde Bucal
ES	320500	SERRA	0002008262	Equipe de Saúde Bucal
ES	320500	SERRA	0002009803	Equipe de Saúde Bucal
ES	320520	VILA VELHA	0001816411	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001825852	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001826050	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001879944	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001910744	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001932551	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001983687	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001986864	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0002085852	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0002085860	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0002085879	Equipe de Saúde Bucal
GO	520010	ABADIÂNIA	0001749021	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001820796	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001821024	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001821067	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822292	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822470	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822497	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822500	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822527	Equipe de Saúde Bucal
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152711	Equipe de Saúde Bucal
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152916	Equipe de Saúde Bucal
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152932	Equipe de Saúde Bucal
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152940	Equipe de Saúde Bucal
GO	520355	BONFINÓPOLIS	0001732676	Equipe de Saúde Bucal
GO	520410	CACHOEIRA ALTA	0001763873	Equipe de Saúde Bucal
GO	520410	CACHOEIRA ALTA	0001767321	Equipe de Saúde Bucal
GO	520480	CAMPO ALEGRE DE GOIÁS	0002002663	Equipe de Saúde Bucal
GO	520490	CAMPOS BELOS	0001990322	Equipe de Saúde Bucal
GO	520830	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	0001987720	Equipe de Saúde Bucal
GO	520800	FORMOSA	0002050269	Equipe de Saúde Bucal
GO	520800	FORMOSA	0002060329	Equipe de Saúde Bucal
GO	520840	GOIANÁPOLIS	0002013797	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002025760	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002025957	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002026856	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002034107	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002034212	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002034328	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002072432	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002072580	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002072629	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074281	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074346	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074494	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074508	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074516	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074664	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074672	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074796	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074893	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002080664	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002080672	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002080877	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002081172	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002081245	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002082535	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002082632	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002083043	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002083124	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002083132	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084104	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084368	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084422	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084430	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084457	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002085240	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002085453	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002085496	Equipe de Saúde Bucal
GO	520880	GOIANIRA	0001849743	Equipe de Saúde Bucal
GO	520990	IACIARA	0002026740	Equipe de Saúde Bucal
GO	521040	ITABERAÍ	0002021080	Equipe de Saúde Bucal
GO	521040	ITABERAÍ	0002021129	Equipe de Saúde Bucal
GO	521140	ITAUÇU	0001928503	Equipe de Saúde Bucal
GO	521150	ITUMBIARA	0001899422	Equipe de Saúde Bucal
GO	521150	ITUMBIARA	0001903276	Equipe de Saúde Bucal
GO	521210	JOVIÂNIA	0001748939	Equipe de Saúde Bucal
GO	521230	LEOPOLDO DE BULHÕES	0001894668	Equipe de Saúde Bucal
GO	521230	LEOPOLDO DE BULHÕES	0001894730	Equipe de Saúde Bucal
GO	521230	LEOPOLDO DE BULHÕES	0001894765	Equipe de Saúde Bucal
GO	521250	LUZIÂNIA	0002064901	Equipe de Saúde Bucal
GO	521550	OUVIDOR	0001995855	Equipe de Saúde Bucal
GO	521560	PADRE BERNARDO	0001966960	Equipe de Saúde Bucal
GO	521680	PETROLINA DE GOIÁS	0002151227	Equipe de Saúde Bucal
GO	521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	0001898310	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0001966545	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0001966669	Equipe de Saúde Bucal

GO	522045	SENADOR CANEDO	0002054620	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073455	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073811	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073846	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073854	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002074273	Equipe de Saúde Bucal
GO	522160	URUAÇU	0001857355	Equipe de Saúde Bucal
GO	522220	VILA BOA	0001995901	Equipe de Saúde Bucal
MA	210090	ARAIOSES	0001738526	Equipe de Saúde Bucal
MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	0001786385	Equipe de Saúde Bucal
MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	0001786482	Equipe de Saúde Bucal
MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	0001786652	Equipe de Saúde Bucal
MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	0001786768	Equipe de Saúde Bucal
MA	210220	BURITI	0001733613	Equipe de Saúde Bucal
MA	210220	BURITI	0002076365	Equipe de Saúde Bucal
MA	210220	BURITI	0002166771	Equipe de Saúde Bucal
MA	210220	BURITI	0002166852	Equipe de Saúde Bucal
MA	210230	BURITI BRAVO	0002136201	Equipe de Saúde Bucal
MA	210315	CENTRO DO GUILHERME	0002169738	Equipe de Saúde Bucal
MA	210330	CODÓ	0001733621	Equipe de Saúde Bucal
MA	210405	ESTREITO	0002133814	Equipe de Saúde Bucal
MA	210405	ESTREITO	0002153149	Equipe de Saúde Bucal
MA	210470	GRAÇA ARANHA	0001751832	Equipe de Saúde Bucal
MA	210520	IGARAPÉ GRANDE	0001993542	Equipe de Saúde Bucal
MA	210560	JOSELÂNDIA	0001970100	Equipe de Saúde Bucal
MA	210560	JOSELÂNDIA	0001970186	Equipe de Saúde Bucal
MA	210560	JOSELÂNDIA	0001970186	Equipe de Saúde Bucal
MA	210800	PASTOS BONS	0001999516	Equipe de Saúde Bucal
MA	210800	PASTOS BONS	0002124963	Equipe de Saúde Bucal
MA	210800	PASTOS BONS	0002124971	Equipe de Saúde Bucal
MA	210927	PRESIDENTE SARNEY	0001752480	Equipe de Saúde Bucal
MA	211050	SÃO BENTO	0002180480	Equipe de Saúde Bucal
MA	211100	SÃO JOÃO BATISTA	0002165813	Equipe de Saúde Bucal
MA	211105	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	0002134047	Equipe de Saúde Bucal
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131471	Equipe de Saúde Bucal
MA	211130	SÃO LUÍS	0002165244	Equipe de Saúde Bucal
MA	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	0001811959	Equipe de Saúde Bucal
MA	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	0001811983	Equipe de Saúde Bucal
MA	211160	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	0001769391	Equipe de Saúde Bucal
MA	211174	SENADOR ALEXANDRE COSTA	0001858033	Equipe de Saúde Bucal
MA	211270	VARGEM GRANDE	0001736531	Equipe de Saúde Bucal
MG	310070	ÁGUA COMPRIDA	0002042088	Equipe de Saúde Bucal
MG	310160	ALFENAS	0002073269	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976656	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976699	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976729	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976796	Equipe de Saúde Bucal
MG	310285	ANGELÂNDIA	0001816152	Equipe de Saúde Bucal
MG	310285	ANGELÂNDIA	0002042630	Equipe de Saúde Bucal
MG	310410	ARCEBURGO	0002234416	Equipe de Saúde Bucal
MG	310540	BARÃO DE COCAIS	0002065290	Equipe de Saúde Bucal
MG	310620	BELO HORIZONTE	0001761536	Equipe de Saúde Bucal
MG	310620	BELO HORIZONTE	0001762826	Equipe de Saúde Bucal
MG	310620	BELO HORIZONTE	0001762834	Equipe de Saúde Bucal
MG	310620	BELO HORIZONTE	0001781774	Equipe de Saúde Bucal
MG	310620	BELO HORIZONTE	0001792881	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001866850	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001866885	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867083	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867121	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867555	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867571	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867628	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867741	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867806	Equipe de Saúde Bucal
MG	310730	BOCAIÚVA	0001923609	Equipe de Saúde Bucal
MG	310820	BONFINÓPOLIS DE MINAS	0001921630	Equipe de Saúde Bucal
MG	310890	BRAZÓPOLIS	0002152274	Equipe de Saúde Bucal
MG	310940	BURITIZEIRO	0001951335	Equipe de Saúde Bucal
MG	310970	CACHOEIRA DE MINAS	0002070669	Equipe de Saúde Bucal
MG	311130	CAMPO DO MEIO	0001828061	Equipe de Saúde Bucal
MG	311300	CARAÍ	0001901451	Equipe de Saúde Bucal
MG	311420	CARMO DO CAJURU	0001968998	Equipe de Saúde Bucal
MG	311690	COMENDADOR GOMES	0002126338	Equipe de Saúde Bucal
MG	311790	CONGONHAL	0002075997	Equipe de Saúde Bucal
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	0001908847	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001765396	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001765574	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001766155	Equipe de Saúde Bucal
MG	311950	CORONEL MURTA	0001975307	Equipe de Saúde Bucal
MG	312015	CRISÓLITA	0002090988	Equipe de Saúde Bucal
MG	312015	CRISÓLITA	0002090996	Equipe de Saúde Bucal
MG	312610	FORMIGA	0001740458	Equipe de Saúde Bucal
MG	312695	FREI LAGONEGRO	0001823531	Equipe de Saúde Bucal
MG	312710	FRUTAL	0001986937	Equipe de Saúde Bucal
MG	312710	FRUTAL	0001987615	Equipe de Saúde Bucal
MG	312710	FRUTAL	0002145170	Equipe de Saúde Bucal
MG	312980	IBIRITÉ	0001955896	Equipe de Saúde Bucal
MG	312980	IBIRITÉ	0002051540	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801260	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801430	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801481	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801724	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801910	Equipe de Saúde Bucal
MG	313170	ITABIRA	0001844962	Equipe de Saúde Bucal
MG	313210	ITACARAMBI	0001918982	Equipe de Saúde Bucal
MG	313260	ITAMARATI DE MINAS	0002221020	Equipe de Saúde Bucal
MG	313270	ITAMBACURI	0001807072	Equipe de Saúde Bucal
MG	313330	ITAOBIM	0002014882	Equipe de Saúde Bucal
MG	313350	ITAPECERICA	0002124572	Equipe de Saúde Bucal
MG	313490	JACUTINGA	0002209810	Equipe de Saúde Bucal
MG	313490	JACUTINGA	0002209845	Equipe de Saúde Bucal
MG	313490	JACUTINGA	0002209861	Equipe de Saúde Bucal
MG	313505	JAÍBA	0001758993	Equipe de Saúde Bucal
MG	313520	JANUÁRIA	0002105152	Equipe de Saúde Bucal
MG	313820	LAVRAS	0001881884	Equipe de Saúde Bucal

MG	313820	LAVRAS	0001882279	Equipe de Saúde Bucal
MG	313900	MACHADO	0001811711	Equipe de Saúde Bucal
MG	313900	MACHADO	0001811746	Equipe de Saúde Bucal
MG	313970	MARAVILHAS	0001861131	Equipe de Saúde Bucal
MG	314000	MARIANA	0001765043	Equipe de Saúde Bucal
MG	314000	MARIANA	0001765051	Equipe de Saúde Bucal
MG	314070	MATEUS LEME	0001768093	Equipe de Saúde Bucal
MG	314315	MONTE FORMOSO	0001935593	Equipe de Saúde Bucal
MG	314510	NOVA RESENDE	0002051389	Equipe de Saúde Bucal
MG	314650	PAINS	0002101408	Equipe de Saúde Bucal
MG	314675	PALMÓPOLIS	0001923366	Equipe de Saúde Bucal
MG	314860	PEÇANHA	0001809830	Equipe de Saúde Bucal
MG	314860	PEÇANHA	0001870963	Equipe de Saúde Bucal
MG	314900	PEDRA DOURADA	0001990756	Equipe de Saúde Bucal
MG	315020	PIEDADE DE PONTE NOVA	0001943448	Equipe de Saúde Bucal
MG	315120	PIRAPORA	0002053667	Equipe de Saúde Bucal
MG	315120	PIRAPORA	0002053845	Equipe de Saúde Bucal
MG	315120	PIRAPORA	0002054485	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047128	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047144	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047195	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047209	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047217	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002133792	Equipe de Saúde Bucal
MG	315220	PORTEIRINHA	0002109158	Equipe de Saúde Bucal
MG	315340	PRESIDENTE OLEGÁRIO	0002108720	Equipe de Saúde Bucal
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	0001955543	Equipe de Saúde Bucal
MG	315510	RIO DO PRADO	0001998919	Equipe de Saúde Bucal
MG	315700	SALINAS	0002236559	Equipe de Saúde Bucal
MG	315780	SANTA LUZIA	0002102765	Equipe de Saúde Bucal
MG	315780	SANTA LUZIA	0002102773	Equipe de Saúde Bucal
MG	315780	SANTA LUZIA	0002123401	Equipe de Saúde Bucal
MG	316030	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	0002085747	Equipe de Saúde Bucal
MG	316450	SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO	0002059746	Equipe de Saúde Bucal
MG	316850	TEIXEIRAS	0002133288	Equipe de Saúde Bucal
MG	316860	TEÓFILO OTONI	0002122065	Equipe de Saúde Bucal
MG	316860	TEÓFILO OTONI	0002122138	Equipe de Saúde Bucal
MG	316910	TOLEDO	0001764179	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0001870572	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002091232	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002091259	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002092115	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095343	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095351	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095378	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095386	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095394	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095408	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095416	Equipe de Saúde Bucal
MG	316990	UBÁ	0001876325	Equipe de Saúde Bucal
MG	316990	UBÁ	0001876368	Equipe de Saúde Bucal
MG	316990	UBÁ	0001876414	Equipe de Saúde Bucal
MG	317010	UBERABA	0001807471	Equipe de Saúde Bucal
MG	317010	UBERABA	0001830686	Equipe de Saúde Bucal
MG	317010	UBERABA	0001850237	Equipe de Saúde Bucal
MG	317010	UBERABA	0002150190	Equipe de Saúde Bucal
MG	317080	VÁRZEA DA PALMA	0002009552	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099411	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099438	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099462	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099470	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099497	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002103796	Equipe de Saúde Bucal
MG	317140	VIEIRAS	0001901664	Equipe de Saúde Bucal
MS	500230	BRASILÂNDIA	0001777947	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001727664	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001731017	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001747835	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001755218	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001755307	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0002164620	Equipe de Saúde Bucal
MS	500370	DOURADOS	0001909436	Equipe de Saúde Bucal
MS	500370	DOURADOS	0001909665	Equipe de Saúde Bucal
MS	500370	DOURADOS	0002054019	Equipe de Saúde Bucal
MS	500410	GUIA LOPES DA LAGUNA	0002134861	Equipe de Saúde Bucal
MS	500480	JAPORÃ	0001735136	Equipe de Saúde Bucal
MS	500620	NOVA ANDRADINA	0002029472	Equipe de Saúde Bucal
MS	500630	PARANAÍBA	0001798154	Equipe de Saúde Bucal
MS	500780	SELVÍRIA	0001963880	Equipe de Saúde Bucal
MS	500780	SELVÍRIA	0001963996	Equipe de Saúde Bucal
MS	500780	SELVÍRIA	0001964011	Equipe de Saúde Bucal
MT	510010	ACORIZAL	0001976265	Equipe de Saúde Bucal
MT	510025	ALTA FLORESTA	0001787705	Equipe de Saúde Bucal
MT	510160	BARÃO DE MELGAÇO	0001949721	Equipe de Saúde Bucal
MT	510330	COMODORO	0002106213	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0001800078	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002003473	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002003554	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002129213	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002129221	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002129280	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002129299	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002129310	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002129329	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002129345	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002129353	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002129361	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002136589	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002136597	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002136619	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002136627	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002136635	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002136643	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002136651	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002136678	Equipe de Saúde Bucal
MT	510340	CUIABÁ	0002136686	Equipe de Saúde Bucal

MT	510340	CUIABÁ	0002136694	Equipe de Saúde Bucal
MT	510395	GLÓRIA D'OESTE	0002113600	Equipe de Saúde Bucal
MT	510410	GUARANTÃ DO NORTE	0001962906	Equipe de Saúde Bucal
MT	510410	GUARANTÃ DO NORTE	0001963333	Equipe de Saúde Bucal
MT	510490	JANGADA	0002143275	Equipe de Saúde Bucal
MT	510490	JANGADA	0002143283	Equipe de Saúde Bucal
MT	510500	JAURU	0002042541	Equipe de Saúde Bucal
MT	510500	JAURU	0002042665	Equipe de Saúde Bucal
MT	510515	JUÍNA	0001999508	Equipe de Saúde Bucal
MT	510520	JUSCIMEIRA	0002054655	Equipe de Saúde Bucal
MT	510520	JUSCIMEIRA	0002054663	Equipe de Saúde Bucal
MT	510624	NOVA UBIRATÃ	0001982095	Equipe de Saúde Bucal
MT	510637	PEDRA PRETA	0002137216	Equipe de Saúde Bucal
MT	510682	PORTO ESPERIDIÃO	0002058332	Equipe de Saúde Bucal
MT	510760	RONDONÓPOLIS	0001888269	Equipe de Saúde Bucal
MT	510760	RONDONÓPOLIS	0002150379	Equipe de Saúde Bucal
MT	510724	SANTA CARMEM	0001979280	Equipe de Saúde Bucal
MT	510730	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	0001738836	Equipe de Saúde Bucal
MT	510790	SINOP	0002080486	Equipe de Saúde Bucal
MT	510835	VALE DE SÃO DOMINGOS	0001890735	Equipe de Saúde Bucal
MT	510550	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	0002130327	Equipe de Saúde Bucal
PA	150040	ALENQUER	0002076225	Equipe de Saúde Bucal
PA	150140	BELÉM	0001809792	Equipe de Saúde Bucal
PA	150140	BELÉM	0001944266	Equipe de Saúde Bucal
PA	150145	BELTERRA	0002050137	Equipe de Saúde Bucal
PA	150170	BRAGANÇA	0002165775	Equipe de Saúde Bucal
PA	150170	BRAGANÇA	0002168308	Equipe de Saúde Bucal
PA	150190	BUJARU	0002125137	Equipe de Saúde Bucal
PA	150220	CAPANEMA	0001804855	Equipe de Saúde Bucal
PA	150275	CONCÓRDIA DO PARÁ	0002113260	Equipe de Saúde Bucal
PA	150309	GOIANÉSIA DO PARÁ	0002100851	Equipe de Saúde Bucal
PA	150440	MARAPANIM	0002001799	Equipe de Saúde Bucal
PA	150442	MARITUBA	0001854380	Equipe de Saúde Bucal
PA	150460	MOCAJUBA	0001879367	Equipe de Saúde Bucal
PA	150480	MONTE ALEGRE	0001912224	Equipe de Saúde Bucal
PA	150480	MONTE ALEGRE	0001912356	Equipe de Saúde Bucal
PA	150480	MONTE ALEGRE	0001912410	Equipe de Saúde Bucal
PA	150520	OEIRAS DO PARÁ	0001753185	Equipe de Saúde Bucal
PA	150563	PIÇARRA	0002125757	Equipe de Saúde Bucal
PA	150580	PORTEL	0001927159	Equipe de Saúde Bucal
PA	150630	SALVATERRA	0002000016	Equipe de Saúde Bucal
PA	150680	SANTARÉM	0001798898	Equipe de Saúde Bucal
PA	150690	SANTARÉM NOVO	0002085933	Equipe de Saúde Bucal
PA	150730	SÃO FÉLIX DO XINGU	0001720120	Equipe de Saúde Bucal
PA	150730	SÃO FÉLIX DO XINGU	0001720147	Equipe de Saúde Bucal
PA	150740	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	0001861123	Equipe de Saúde Bucal
PA	150740	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	0002168642	Equipe de Saúde Bucal
PB	250180	BAYEUX	0001885073	Equipe de Saúde Bucal
PB	250180	BAYEUX	0001885294	Equipe de Saúde Bucal
PB	250180	BAYEUX	0001885316	Equipe de Saúde Bucal
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0002112108	Equipe de Saúde Bucal
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0002112221	Equipe de Saúde Bucal
PB	250480	COREMAS	0002143259	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001741039	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001752308	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001771183	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001771353	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001772597	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001790374	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001790420	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791117	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791133	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791222	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791249	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791257	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791265	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791273	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001804332	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001808397	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001808672	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001808745	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001808761	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001808907	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0002178567	Equipe de Saúde Bucal
PB	250905	MARCAÇÃO	0002144794	Equipe de Saúde Bucal
PB	250980	MULUNGU	0001775340	Equipe de Saúde Bucal
PB	251080	PATOS	0001841483	Equipe de Saúde Bucal
PB	251080	PATOS	0001842668	Equipe de Saúde Bucal
PB	251080	PATOS	0001842994	Equipe de Saúde Bucal
PB	251160	PILÕES	0002122022	Equipe de Saúde Bucal
PB	251210	POMBAL	0001735853	Equipe de Saúde Bucal
PB	251280	RIACHO DOS CAVALOS	0002054892	Equipe de Saúde Bucal
PB	251280	RIACHO DOS CAVALOS	0002054906	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001769170	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001769677	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770330	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770802	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770861	Equipe de Saúde Bucal
PB	251520	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	0002113325	Equipe de Saúde Bucal
PB	251530	SAPÉ	0002136082	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001988972	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990039	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990128	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990306	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990675	Equipe de Saúde Bucal
PE	260120	ARCOVERDE	0001963554	Equipe de Saúde Bucal
PE	260280	BUÍQUE	0001833014	Equipe de Saúde Bucal
PE	260345	CAMARAGIBE	0001971042	Equipe de Saúde Bucal
PE	260350	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	0001962000	Equipe de Saúde Bucal
PE	260410	CARUARU	0001800922	Equipe de Saúde Bucal
PE	260450	CHÃ GRANDE	0002057581	Equipe de Saúde Bucal
PE	260460	CONDADO	0002002205	Equipe de Saúde Bucal
PE	260470	CORRENTES	0001892525	Equipe de Saúde Bucal
PE	260470	CORRENTES	0001892584	Equipe de Saúde Bucal
PE	260650	IATI	0001771671	Equipe de Saúde Bucal
PE	260680	IGARASSU	0002019264	Equipe de Saúde Bucal

PE	260690	IGUARACY	0001742744	Equipe de Saúde Bucal
PE	260700	INAJÁ	0001751891	Equipe de Saúde Bucal
PE	260720	IPOJUCA	0002040042	Equipe de Saúde Bucal
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928783	Equipe de Saúde Bucal
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0001835114	Equipe de Saúde Bucal
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0001846825	Equipe de Saúde Bucal
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0001849557	Equipe de Saúde Bucal
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0001853112	Equipe de Saúde Bucal
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0001941151	Equipe de Saúde Bucal
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0001980963	Equipe de Saúde Bucal
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0001984918	Equipe de Saúde Bucal
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0001984985	Equipe de Saúde Bucal
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0001987933	Equipe de Saúde Bucal
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0001989189	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023652	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023679	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023687	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023709	Equipe de Saúde Bucal
PE	260840	JUREMA	0001735896	Equipe de Saúde Bucal
PE	260875	LAGOA GRANDE	0001816500	Equipe de Saúde Bucal
PE	260960	OLINDA	0001850245	Equipe de Saúde Bucal
PE	260960	OLINDA	0001866893	Equipe de Saúde Bucal
PE	260970	OROBÓ	0002097338	Equipe de Saúde Bucal
PE	261050	PASSIRA	0002022702	Equipe de Saúde Bucal
PE	261050	PASSIRA	0002166356	Equipe de Saúde Bucal
PE	261070	PAULISTA	0001917072	Equipe de Saúde Bucal
PE	261070	PAULISTA	0001919806	Equipe de Saúde Bucal
PE	261070	PAULISTA	0001919830	Equipe de Saúde Bucal
PE	261070	PAULISTA	0001920073	Equipe de Saúde Bucal
PE	261070	PAULISTA	0001920170	Equipe de Saúde Bucal
PE	261080	PEDRA	0001735578	Equipe de Saúde Bucal
PE	261110	PETROLINA	0001880349	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001727699	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001737465	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001744062	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001758837	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001773291	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001773682	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001773747	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001791540	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001798693	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001799126	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001799231	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001801104	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001801961	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001816535	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001816748	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001825186	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001833197	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001833316	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001833472	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001847651	Equipe de Saúde Bucal
PE	261160	RECIFE	0001857541	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001868454	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897772	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897799	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897802	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897810	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897829	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897837	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0002000326	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0002062054	Equipe de Saúde Bucal
PE	261520	TERRA NOVA	0001854658	Equipe de Saúde Bucal
PE	261540	TORITAMA	0002124823	Equipe de Saúde Bucal
PE	261620	VERTENTES	0001962698	Equipe de Saúde Bucal
PI	220040	ALTOS	0001893157	Equipe de Saúde Bucal
PI	220040	ALTOS	0001894390	Equipe de Saúde Bucal
PI	220115	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	0002078333	Equipe de Saúde Bucal
PI	220130	BARREIRAS DO PIAUÍ	0002058707	Equipe de Saúde Bucal
PI	220270	COCAL	0001920162	Equipe de Saúde Bucal
PI	220375	FARTURA DO PIAUÍ	0001891227	Equipe de Saúde Bucal
PI	220375	FARTURA DO PIAUÍ	0001891278	Equipe de Saúde Bucal
PI	220410	FRANCISCO AYRES	0001808591	Equipe de Saúde Bucal
PI	220552	JÚLIO BORGES	0001872796	Equipe de Saúde Bucal
PI	220669	MURICI DOS PORTELAS	0001964410	Equipe de Saúde Bucal
PI	220770	PARNAÍBA	0001791591	Equipe de Saúde Bucal
PI	220793	PEDRO LAURENTINO	0001992090	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001908138	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001914200	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001914251	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001923269	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001950274	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001952692	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001955268	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001970798	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001970844	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001972790	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001972901	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001979051	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001979590	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001990020	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001996843	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001997505	Equipe de Saúde Bucal

PI	221100	TERESINA	0002152347	Equipe de Saúde Bucal
PI	221110	UNIÃO	0001975196	Equipe de Saúde Bucal
PI	221110	UNIÃO	0001975242	Equipe de Saúde Bucal
PI	221120	URUÇUÍ	0001879383	Equipe de Saúde Bucal
PI	221130	VALENÇA DO PIAUÍ	0002119854	Equipe de Saúde Bucal
PR	410010	ABATIÁ	0002035170	Equipe de Saúde Bucal
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0001746650	Equipe de Saúde Bucal
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0001746944	Equipe de Saúde Bucal
PR	410045	ALTAMIRA DO PARANÁ	0001799495	Equipe de Saúde Bucal
PR	410045	ALTAMIRA DO PARANÁ	0001799738	Equipe de Saúde Bucal
PR	410110	ANDIRÁ	0002077450	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002099446	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002099519	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002099551	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002099691	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100037	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100118	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100126	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100150	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100177	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100185	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100193	Equipe de Saúde Bucal
PR	410170	ARARUNA	0002055236	Equipe de Saúde Bucal
PR	410210	ASTORGA	0001818945	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072289	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072297	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072319	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072327	Equipe de Saúde Bucal
PR	410310	BOCAIÚVA DO SUL	0001830333	Equipe de Saúde Bucal
PR	410310	BOCAIÚVA DO SUL	0001864289	Equipe de Saúde Bucal
PR	410360	CAMBARÁ	0001805541	Equipe de Saúde Bucal
PR	410370	CAMBÉ	0001833685	Equipe de Saúde Bucal
PR	410390	CAMPINA DA LAGOA	0001782460	Equipe de Saúde Bucal
PR	410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	0002113465	Equipe de Saúde Bucal
PR	410405	CAMPO BONITO	0001781839	Equipe de Saúde Bucal
PR	410405	CAMPO BONITO	0001783076	Equipe de Saúde Bucal
PR	410425	CAMPO MAGRO	0001796755	Equipe de Saúde Bucal
PR	410440	CÂNDIDO DE ABREU	0001792598	Equipe de Saúde Bucal
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	0001724932	Equipe de Saúde Bucal
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	0001725424	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001861328	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001886800	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001887203	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001891154	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001891162	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001911546	Equipe de Saúde Bucal
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	0001991183	Equipe de Saúde Bucal
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	0001991396	Equipe de Saúde Bucal
PR	410760	FAXINAL	0002039311	Equipe de Saúde Bucal
PR	410760	FAXINAL	0002042592	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002025531	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209551	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209594	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209608	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209616	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209624	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002220709	Equipe de Saúde Bucal
PR	410845	FOZ DO JORDÃO	0002027712	Equipe de Saúde Bucal
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	0001818201	Equipe de Saúde Bucal
PR	410865	GOIOXIM	0001780883	Equipe de Saúde Bucal
PR	410870	GRANDES RIOS	0001855840	Equipe de Saúde Bucal
PR	410870	GRANDES RIOS	0002002698	Equipe de Saúde Bucal
PR	410880	GUAÍRA	0001859188	Equipe de Saúde Bucal
PR	410920	GUARACI	0001763350	Equipe de Saúde Bucal
PR	410940	GUARAPUAVA	0002040484	Equipe de Saúde Bucal
PR	410975	IBEMA	0001738151	Equipe de Saúde Bucal
PR	410980	IBIPORÃ	0001805312	Equipe de Saúde Bucal
PR	410980	IBIPORÃ	0001805576	Equipe de Saúde Bucal
PR	410990	ICARAÍMA	0001805991	Equipe de Saúde Bucal
PR	410990	ICARAÍMA	0001815490	Equipe de Saúde Bucal
PR	411007	IMBAÚ	0001889982	Equipe de Saúde Bucal
PR	411007	IMBAÚ	0001890603	Equipe de Saúde Bucal
PR	411020	INÁCIO MARTINS	0001958909	Equipe de Saúde Bucal
PR	411020	INÁCIO MARTINS	0001960520	Equipe de Saúde Bucal
PR	411070	IRATI	0002097605	Equipe de Saúde Bucal
PR	411120	ITAPEJARA D'OESTE	0001811932	Equipe de Saúde Bucal
PR	411125	ITAPERUÇU	0001858602	Equipe de Saúde Bucal
PR	411240	JAPURÁ	0001805436	Equipe de Saúde Bucal
PR	411260	JARDIM OLINDA	0002067137	Equipe de Saúde Bucal
PR	411370	LONDRINA	0001750011	Equipe de Saúde Bucal
PR	411370	LONDRINA	0001750054	Equipe de Saúde Bucal
PR	411435	MANFRINÓPOLIS	0001992473	Equipe de Saúde Bucal
PR	411520	MARINGÁ	0001841432	Equipe de Saúde Bucal
PR	411650	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	0002136120	Equipe de Saúde Bucal
PR	411660	NOVA AMÉRICA DA COLINA	0001982559	Equipe de Saúde Bucal
PR	411710	NOVA LONDRINA	0002057964	Equipe de Saúde Bucal
PR	411721	NOVA SANTA BÁRBARA	0002100819	Equipe de Saúde Bucal
PR	411730	ORTIGUEIRA	0002193035	Equipe de Saúde Bucal
PR	411770	PALMEIRA	0001891472	Equipe de Saúde Bucal
PR	411770	PALMEIRA	0001916874	Equipe de Saúde Bucal
PR	411780	PALMITAL	0001749463	Equipe de Saúde Bucal
PR	411840	PARANAVAÍ	0002225379	Equipe de Saúde Bucal
PR	411890	PÉROLA	0001924710	Equipe de Saúde Bucal
PR	411900	PÉROLA D'OESTE	0001981919	Equipe de Saúde Bucal
PR	411915	PINHAIS	0002176599	Equipe de Saúde Bucal
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0001748491	Equipe de Saúde Bucal
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0001748653	Equipe de Saúde Bucal
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0002030683	Equipe de Saúde Bucal
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0002035383	Equipe de Saúde Bucal
PR	411950	PIRAQUARA	0001859897	Equipe de Saúde Bucal
PR	411960	PITANGA	0001866133	Equipe de Saúde Bucal
PR	411995	PONTAL DO PARANÁ	0002109387	Equipe de Saúde Bucal
PR	412000	PORECATU	0001796496	Equipe de Saúde Bucal
PR	412050	PRIMEIRO DE MAIO	0001797808	Equipe de Saúde Bucal
PR	412080	QUATRO BARRAS	0002079941	Equipe de Saúde Bucal

PR	412125	RAMILÂNDIA	0001795325	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817191	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817485	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817663	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817876	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001818600	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001818767	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001818880	Equipe de Saúde Bucal
PR	412175	RESERVA DO IGUAÇU	0002031124	Equipe de Saúde Bucal
PR	412217	RIO BRANCO DO IVAÍ	0001950649	Equipe de Saúde Bucal
PR	412370	SANTA ISABEL DO IVAÍ	0002031876	Equipe de Saúde Bucal
PR	412370	SANTA ISABEL DO IVAÍ	0002032074	Equipe de Saúde Bucal
PR	412395	SANTA MÔNICA	0002021269	Equipe de Saúde Bucal
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	0002034344	Equipe de Saúde Bucal
PR	412500	SÃO JOÃO DO IVAÍ	0001874365	Equipe de Saúde Bucal
PR	412500	SÃO JOÃO DO IVAÍ	0001874438	Equipe de Saúde Bucal
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0001806076	Equipe de Saúde Bucal
PR	412670	TAMBOARA	0002107562	Equipe de Saúde Bucal
PR	412710	TELÊMACO BORBA	0001865749	Equipe de Saúde Bucal
PR	412710	TELÊMACO BORBA	0001865811	Equipe de Saúde Bucal
PR	412710	TELÊMACO BORBA	0001865919	Equipe de Saúde Bucal
PR	412710	TELÊMACO BORBA	0001865951	Equipe de Saúde Bucal
PR	412760	TIJUCAS DO SUL	0001724215	Equipe de Saúde Bucal
PR	412790	TUNEIRAS DO OESTE	0001803654	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114283	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114305	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114356	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114372	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114437	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114518	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114593	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114607	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330015	APERIBÉ	0002162512	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330022	AREAL	0002005425	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330070	CABO FRIO	0002032570	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	0001885987	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0001915290	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002080869	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002081121	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002081156	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330200	ITAGUAÍ	0001959352	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330210	ITAOCARA	0002037246	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330230	LAJE DO MURIAÉ	0002169916	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330230	LAJE DO MURIAÉ	0002169932	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330240	MACAÉ	0002131609	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330250	MAGÉ	0001940732	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330320	NILÓPOLIS	0002043181	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330320	NILÓPOLIS	0002043211	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330320	NILÓPOLIS	0002043246	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001966375	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969455	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969633	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969773	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969900	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969927	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330360	PARACAMBI	0001980815	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111403	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111837	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111845	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111861	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330452	RIO DAS OSTRAS	0001745352	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330452	RIO DAS OSTRAS	0001745522	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001865137	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0002230364	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	0002093421	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	0001725602	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330515	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	0002110717	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002058014	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330575	TANGUÁ	0001853147	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330580	TERESÓPOLIS	0002112833	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330580	TERESÓPOLIS	0002156644	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330580	TERESÓPOLIS	0002235706	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330590	TRAJANO DE MORAES	0002042940	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001816640	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001820850	Equipe de Saúde Bucal
RN	240110	AREIA BRANCA	0001767089	Equipe de Saúde Bucal
RN	240330	ENCANTO	0001731270	Equipe de Saúde Bucal
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002014793	Equipe de Saúde Bucal
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002014912	Equipe de Saúde Bucal
RN	240800	MOSSORÓ	0002051206	Equipe de Saúde Bucal
RN	240800	MOSSORÓ	0002070758	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001959867	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001961144	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001961594	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001988360	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001992872	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993372	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993682	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993771	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993844	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993887	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994166	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994425	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994441	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994662	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994700	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002100908	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002100967	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002102935	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002102978	Equipe de Saúde Bucal
RN	241120	SANTA CRUZ	0001825127	Equipe de Saúde Bucal
RN	241200	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	0001984489	Equipe de Saúde Bucal
RN	241340	SERRA NEGRA DO NORTE	0001831941	Equipe de Saúde Bucal
RO	110002	ARIQUEMES	0001857991	Equipe de Saúde Bucal
RO	110002	ARIQUEMES	0001858572	Equipe de Saúde Bucal
RO	110045	BURITIS	0002206706	Equipe de Saúde Bucal

RO	110060	CACAULÂNDIA	0002156865	Equipe de Saúde Bucal
RO	110080	CANDEIAS DO JAMARI	0002035111	Equipe de Saúde Bucal
RO	110090	CASTANHEIRAS	0001949136	Equipe de Saúde Bucal
RO	110008	COSTA MARQUES	0001892347	Equipe de Saúde Bucal
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	0001852590	Equipe de Saúde Bucal
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	0001852701	Equipe de Saúde Bucal
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	0001852760	Equipe de Saúde Bucal
RO	110012	JI-PARANÁ	0002004496	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001889095	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001889788	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001933922	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001997793	Equipe de Saúde Bucal
RO	110025	PRESIDENTE MÉDICI	0001986627	Equipe de Saúde Bucal
RO	110032	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	0001723170	Equipe de Saúde Bucal
RR	140020	CARACARAÍ	0001748955	Equipe de Saúde Bucal
RS	430030	ALECRIM	0001958011	Equipe de Saúde Bucal
RS	430130	ARROIO GRANDE	0001969188	Equipe de Saúde Bucal
RS	430163	BALNEÁRIO PINHAL	0001954571	Equipe de Saúde Bucal
RS	430260	BRAGA	0001935127	Equipe de Saúde Bucal
RS	430310	CACHOEIRINHA	0002118890	Equipe de Saúde Bucal
RS	430355	CAMARGO	0002033313	Equipe de Saúde Bucal
RS	430450	CANGUÇU	0001746189	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848062	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848127	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848267	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848380	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848801	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848887	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848909	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849263	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849417	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849433	Equipe de Saúde Bucal
RS	430471	CARAÁ	0002142791	Equipe de Saúde Bucal
RS	430550	CIRÍACO	0001999745	Equipe de Saúde Bucal
RS	430550	CIRÍACO	0001999745	Equipe de Saúde Bucal
RS	430630	DAVID CANABARRO	0001978292	Equipe de Saúde Bucal
RS	430630	DAVID CANABARRO	0001978314	Equipe de Saúde Bucal
RS	430637	DILERMANDO DE AGUIAR	0002055694	Equipe de Saúde Bucal
RS	430705	ERNESTINA	0001754939	Equipe de Saúde Bucal
RS	430760	ESTÂNCIA VELHA	0001890859	Equipe de Saúde Bucal
RS	430760	ESTÂNCIA VELHA	0001912429	Equipe de Saúde Bucal
RS	430760	ESTÂNCIA VELHA	0001912860	Equipe de Saúde Bucal
RS	430760	ESTÂNCIA VELHA	0001914871	Equipe de Saúde Bucal
RS	430760	ESTÂNCIA VELHA	0001915304	Equipe de Saúde Bucal
RS	430810	FELIZ	0002095823	Equipe de Saúde Bucal
RS	430830	FONTOURA XAVIER	0002130769	Equipe de Saúde Bucal
RS	430910	GRAMADO	0002020653	Equipe de Saúde Bucal
RS	430965	HULHA NEGRA	0001913174	Equipe de Saúde Bucal
RS	431070	ITATIBA DO SUL	0001915541	Equipe de Saúde Bucal
RS	431075	IVORÁ	0002130440	Equipe de Saúde Bucal
RS	431120	JÚLIO DE CASTILHOS	0002108836	Equipe de Saúde Bucal
RS	431162	LINDOLFO COLLOR	0002098857	Equipe de Saúde Bucal
RS	431173	MAMPITUBA	0002044145	Equipe de Saúde Bucal
RS	431180	MARAU	0001798928	Equipe de Saúde Bucal
RS	431250	MOSTARDAS	0002016664	Equipe de Saúde Bucal
RS	431337	NOVA SANTA RITA	0002050293	Equipe de Saúde Bucal
RS	431390	PANAMBI	0002031736	Equipe de Saúde Bucal
RS	431400	PARAÍ	0002178338	Equipe de Saúde Bucal
RS	431410	PASSO FUNDO	0002195860	Equipe de Saúde Bucal
RS	431410	PASSO FUNDO	0002196026	Equipe de Saúde Bucal
RS	431410	PASSO FUNDO	0002196085	Equipe de Saúde Bucal
RS	431450	PINHEIRO MACHADO	0001976397	Equipe de Saúde Bucal
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002013371	Equipe de Saúde Bucal
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002015633	Equipe de Saúde Bucal
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002016559	Equipe de Saúde Bucal
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002023377	Equipe de Saúde Bucal
RS	431575	RIOZINHO	0002117282	Equipe de Saúde Bucal
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	0001860089	Equipe de Saúde Bucal
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	0001860259	Equipe de Saúde Bucal
RS	431645	SALTO DO JACUÍ	0002005883	Equipe de Saúde Bucal
RS	431673	SANTA CECÍLIA DO SUL	0002058995	Equipe de Saúde Bucal
RS	431695	SANTA MARIA DO HERVAL	0001813390	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086425	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086425	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086425	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086433	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086433	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086441	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086441	Equipe de Saúde Bucal
RS	431740	SANTIAGO	0001967800	Equipe de Saúde Bucal
RS	431755	SANTO ANTÔNIO DO PALMA	0001845500	Equipe de Saúde Bucal
RS	431795	SANTO EXPEDITO DO SUL	0002125641	Equipe de Saúde Bucal
RS	431800	SÃO BORJA	0001825828	Equipe de Saúde Bucal
RS	431800	SÃO BORJA	0001825984	Equipe de Saúde Bucal
RS	431800	SÃO BORJA	0001826018	Equipe de Saúde Bucal
RS	431848	SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	0002114151	Equipe de Saúde Bucal
RS	431850	SÃO JOSÉ DO NORTE	0001729918	Equipe de Saúde Bucal
RS	431850	SÃO JOSÉ DO NORTE	0001729942	Equipe de Saúde Bucal
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	0001795384	Equipe de Saúde Bucal
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	0001796364	Equipe de Saúde Bucal
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	0002004739	Equipe de Saúde Bucal
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	0002004852	Equipe de Saúde Bucal
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	0002004933	Equipe de Saúde Bucal
RS	431912	SÃO MARTINHO DA SERRA	0002136163	Equipe de Saúde Bucal
RS	431950	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	0002200872	Equipe de Saúde Bucal
RS	431960	SÃO SEPÉ	0002053209	Equipe de Saúde Bucal
RS	432020	SEBERI	0002029065	Equipe de Saúde Bucal
RS	432040	SERAFINA CORRÊA	0002010550	Equipe de Saúde Bucal
RS	432067	SINIMBU	0001882341	Equipe de Saúde Bucal
RS	432070	SOBRADINHO	0001756427	Equipe de Saúde Bucal
RS	432090	TAPEJARA	0001735195	Equipe de Saúde Bucal
RS	432090	TAPEJARA	0001735977	Equipe de Saúde Bucal
RS	432090	TAPEJARA	0001736078	Equipe de Saúde Bucal
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002029855	Equipe de Saúde Bucal
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002029871	Equipe de Saúde Bucal
RS	432166	TRÊS CACHOEIRAS	0002209721	Equipe de Saúde Bucal
SC	420020	AGROLÂNDIA	0001842404	Equipe de Saúde Bucal

SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0001994506	Equipe de Saúde Bucal
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0001994905	Equipe de Saúde Bucal
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0001994921	Equipe de Saúde Bucal
SC	420213	BELA VISTA DO TOLDO	0002061589	Equipe de Saúde Bucal
SC	420230	BIGUAÇU	0001775154	Equipe de Saúde Bucal
SC	420315	CALMON	0001964178	Equipe de Saúde Bucal
SC	420380	CANOINHAS	0002135892	Equipe de Saúde Bucal
SC	420325	CAPÃO ALTO	0002144425	Equipe de Saúde Bucal
SC	420390	CAPINZAL	0002084570	Equipe de Saúde Bucal
SC	420390	CAPINZAL	0002084600	Equipe de Saúde Bucal
SC	420410	CAXAMBU DO SUL	0001872338	Equipe de Saúde Bucal
SC	420415	CELSO RAMOS	0001997068	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002022427	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002022494	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002028018	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002028107	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002189186	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002189208	Equipe de Saúde Bucal
SC	420700	IÇARA	0001803387	Equipe de Saúde Bucal
SC	420740	IMBUIA	0002011166	Equipe de Saúde Bucal
SC	420780	IRANI	0001875787	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001924966	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001952293	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001953168	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001954490	Equipe de Saúde Bucal
SC	420910	JOINVILLE	0002154382	Equipe de Saúde Bucal
SC	420910	JOINVILLE	0002154382	Equipe de Saúde Bucal
SC	420930	LAGES	0002090171	Equipe de Saúde Bucal
SC	421080	MELEIRO	0002044153	Equipe de Saúde Bucal
SC	421190	PALHOÇA	0002081261	Equipe de Saúde Bucal
SC	421190	PALHOÇA	0002085100	Equipe de Saúde Bucal
SC	421250	PENHA	0002180154	Equipe de Saúde Bucal
SC	421265	PESCARIA BRAVA	0002056917	Equipe de Saúde Bucal
SC	421265	PESCARIA BRAVA	0002056933	Equipe de Saúde Bucal
SC	421335	PONTE ALTA DO NORTE	0002053721	Equipe de Saúde Bucal
SC	421370	POUSO REDONDO	0002056631	Equipe de Saúde Bucal
SC	421440	RIO DAS ANTAS	0001891197	Equipe de Saúde Bucal
SC	421480	RIO DO SUL	0002187086	Equipe de Saúde Bucal
SC	421580	SÃO BENTO DO SUL	0002062437	Equipe de Saúde Bucal
SC	421630	SÃO JOÃO BATISTA	0001977199	Equipe de Saúde Bucal
SC	421650	SÃO JOAQUIM	0002086166	Equipe de Saúde Bucal
SC	421660	SÃO JOSÉ	0002143003	Equipe de Saúde Bucal
SC	421680	SÃO JOSÉ DO CERRITO	0002109859	Equipe de Saúde Bucal
SC	421740	SCHROEDER	0001817647	Equipe de Saúde Bucal
SC	421870	TUBARÃO	0001767097	Equipe de Saúde Bucal
SC	421870	TUBARÃO	0001801929	Equipe de Saúde Bucal
SC	421880	TURVO	0001739557	Equipe de Saúde Bucal
SC	421900	URUSSANGA	0001916947	Equipe de Saúde Bucal
SC	421960	XAVANTINA	0001743449	Equipe de Saúde Bucal
SC	421985	ZORTÉA	0001798200	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002011492	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002013967	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002029618	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002039400	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002115239	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002116618	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002116782	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002116871	Equipe de Saúde Bucal
SE	280070	BREJO GRANDE	0002061252	Equipe de Saúde Bucal
SE	280210	ESTÂNCIA	0001777165	Equipe de Saúde Bucal
SE	280390	MALHADOR	0001980742	Equipe de Saúde Bucal
SE	280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	0001932543	Equipe de Saúde Bucal
SE	280570	PROPRIÁ	0001977776	Equipe de Saúde Bucal
SE	280670	SÃO CRISTÓVÃO	0001798413	Equipe de Saúde Bucal
SE	280750	TOMAR DO GERU	0001810405	Equipe de Saúde Bucal
SE	280750	TOMAR DO GERU	0001810480	Equipe de Saúde Bucal
SP	350130	ÁLVARES MACHADO	0001981331	Equipe de Saúde Bucal
SP	350130	ÁLVARES MACHADO	0001981978	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0001867504	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0001891634	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0002017040	Equipe de Saúde Bucal
SP	350210	ANDRADINA	0001818244	Equipe de Saúde Bucal
SP	350210	ANDRADINA	0001819119	Equipe de Saúde Bucal
SP	350270	APIAÍ	0001889354	Equipe de Saúde Bucal
SP	350315	ARAPEÍ	0002124165	Equipe de Saúde Bucal
SP	350320	ARARAQUARA	0002057816	Equipe de Saúde Bucal
SP	350320	ARARAQUARA	0002058103	Equipe de Saúde Bucal
SP	350320	ARARAQUARA	0002058170	Equipe de Saúde Bucal
SP	350360	AREIÓPOLIS	0002028638	Equipe de Saúde Bucal
SP	350360	AREIÓPOLIS	0002028646	Equipe de Saúde Bucal
SP	350810	BURITAMA	0002053055	Equipe de Saúde Bucal
SP	350850	CAÇAPAVA	0001850881	Equipe de Saúde Bucal
SP	350925	CAJATI	0002049880	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001917838	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918001	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918044	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918052	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918079	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918095	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918125	Equipe de Saúde Bucal
SP	350950	CAMPINAS	0001833553	Equipe de Saúde Bucal
SP	350950	CAMPINAS	0002027755	Equipe de Saúde Bucal
SP	350990	CANANÉIA	0001811886	Equipe de Saúde Bucal
SP	351010	CÂNDIDO RODRIGUES	0002094703	Equipe de Saúde Bucal
SP	351140	CERQUEIRA CÉSAR	0002111675	Equipe de Saúde Bucal
SP	351340	CRUZEIRO	0002056593	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961608	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961888	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961950	Equipe de Saúde Bucal
SP	351370	DESCALVADO	0001984101	Equipe de Saúde Bucal
SP	351370	DESCALVADO	0001984225	Equipe de Saúde Bucal
SP	351380	DIADEMA	0001948687	Equipe de Saúde Bucal
SP	351380	DIADEMA	0001949330	Equipe de Saúde Bucal
SP	351470	ECHAPORÃ	0002103095	Equipe de Saúde Bucal
SP	351490	ELIAS FAUSTO	0001909053	Equipe de Saúde Bucal
SP	351495	EMBAÚBA	0001913964	Equipe de Saúde Bucal

SP	351510	EMBU-GUAÇU	0001954334	Equipe de Saúde Bucal
SP	351515	ENGENHEIRO COELHO	0001980297	Equipe de Saúde Bucal
SP	351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	0001736817	Equipe de Saúde Bucal
SP	351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	0001736841	Equipe de Saúde Bucal
SP	351630	FRANCISCO MORATO	0002118556	Equipe de Saúde Bucal
SP	351710	GLICÉRIO	0001942654	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071835	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071878	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071894	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071908	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071991	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072017	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072068	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072084	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072092	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072106	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002073293	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0001880322	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0001884247	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002002868	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002002884	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002002906	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002003732	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002003740	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002003791	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002004003	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002004062	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002004569	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002004585	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006294	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006308	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006359	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006413	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006464	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006472	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006499	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006502	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006510	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006537	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006545	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006588	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006634	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006758	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006766	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006790	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006839	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006944	Equipe de Saúde Bucal
SP	351907	HORTOLÂNDIA	0001829467	Equipe de Saúde Bucal
SP	351907	HORTOLÂNDIA	0001829645	Equipe de Saúde Bucal
SP	351925	IARAS	0002086484	Equipe de Saúde Bucal
SP	351980	ICÉM	0002079291	Equipe de Saúde Bucal
SP	352010	IGARAPAVA	0001862065	Equipe de Saúde Bucal
SP	352240	ITAPEVA	0002119560	Equipe de Saúde Bucal
SP	352240	ITAPEVA	0002160137	Equipe de Saúde Bucal
SP	352240	ITAPEVA	0002163357	Equipe de Saúde Bucal
SP	352240	ITAPEVA	0002201100	Equipe de Saúde Bucal
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002190125	Equipe de Saúde Bucal
SP	352320	ITARARÉ	0002116995	Equipe de Saúde Bucal
SP	352340	ITATIBA	0001837966	Equipe de Saúde Bucal
SP	352440	JACAREÍ	0001719742	Equipe de Saúde Bucal
SP	352480	JALES	0001829696	Equipe de Saúde Bucal
SP	352920	MARTINÓPOLIS	0002092263	Equipe de Saúde Bucal
SP	352940	MAUÁ	0002071118	Equipe de Saúde Bucal
SP	352940	MAUÁ	0002079615	Equipe de Saúde Bucal
SP	352940	MAUÁ	0002084473	Equipe de Saúde Bucal
SP	352940	MAUÁ	0002086751	Equipe de Saúde Bucal
SP	352980	MINEIROS DO TIETÊ	0001786725	Equipe de Saúde Bucal
SP	353160	MONTE CASTELO	0001728474	Equipe de Saúde Bucal
SP	353180	MONTE MOR	0002017695	Equipe de Saúde Bucal
SP	353180	MONTE MOR	0002020645	Equipe de Saúde Bucal
SP	353180	MONTE MOR	0002066386	Equipe de Saúde Bucal
SP	353190	MORRO AGUDO	0001838768	Equipe de Saúde Bucal
SP	353286	NOVA CASTILHO	0001819895	Equipe de Saúde Bucal
SP	353290	NOVA EUROPA	0001862707	Equipe de Saúde Bucal
SP	353320	NOVA INDEPENDÊNCIA	0002156636	Equipe de Saúde Bucal
SP	353560	PARAIBUNA	0002076721	Equipe de Saúde Bucal
SP	353560	PARAIBUNA	0002076810	Equipe de Saúde Bucal
SP	353580	PARANAPANEMA	0002147815	Equipe de Saúde Bucal
SP	353700	PEDREGULHO	0002111896	Equipe de Saúde Bucal
SP	353830	PIQUEROBI	0002130424	Equipe de Saúde Bucal
SP	353980	POÁ	0002042487	Equipe de Saúde Bucal
SP	354050	PORANGABA	0002076683	Equipe de Saúde Bucal
SP	354260	REGISTRO	0002118769	Equipe de Saúde Bucal
SP	354260	REGISTRO	0002118904	Equipe de Saúde Bucal
SP	354320	RIBEIRÃO DO SUL	0001950827	Equipe de Saúde Bucal
SP	354380	RINÓPOLIS	0002103621	Equipe de Saúde Bucal
SP	354380	RINÓPOLIS	0002103648	Equipe de Saúde Bucal
SP	354670	SANTA GERTRUDES	0002108321	Equipe de Saúde Bucal
SP	354850	SANTOS	0001822365	Equipe de Saúde Bucal
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0001828797	Equipe de Saúde Bucal
SP	354950	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	0002030624	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001896709	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001896946	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897144	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897233	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897330	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897349	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897543	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897543	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897543	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897594	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897632	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897640	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897667	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897691	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001906410	Equipe de Saúde Bucal

SP	355030	SÃO PAULO	0001945971	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001946196	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001946250	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001946579	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001946900	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001947176	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002024594	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002086069	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002099128	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002104989	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002105012	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002192853	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002195607	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002199882	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002203189	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002203197	Equipe de Saúde Bucal
SP	355040	SÃO PEDRO	0001908464	Equipe de Saúde Bucal
SP	355040	SÃO PEDRO	0001911341	Equipe de Saúde Bucal
SP	355040	SÃO PEDRO	0002136880	Equipe de Saúde Bucal
SP	355220	SOROCABA	0002112892	Equipe de Saúde Bucal
SP	355220	SOROCABA	0002112914	Equipe de Saúde Bucal
SP	355220	SOROCABA	0002143801	Equipe de Saúde Bucal
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0001879995	Equipe de Saúde Bucal
SP	355320	TAIÚVA	0001922912	Equipe de Saúde Bucal
SP	355365	TAQUARAL	0002063735	Equipe de Saúde Bucal
SP	355440	TERRA ROXA	0001851748	Equipe de Saúde Bucal
SP	355440	TERRA ROXA	0001851756	Equipe de Saúde Bucal
SP	355535	UBARANA	0001959735	Equipe de Saúde Bucal
SP	355580	URÂNIA	0002029960	Equipe de Saúde Bucal
SP	355640	VARGEM GRANDE DO SUL	0002118998	Equipe de Saúde Bucal
TO	170070	ALVORADA	0001993828	Equipe de Saúde Bucal
TO	170100	ANANÁS	0001931067	Equipe de Saúde Bucal
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002085372	Equipe de Saúde Bucal
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	0002014939	Equipe de Saúde Bucal
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	0002015080	Equipe de Saúde Bucal
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	0002015196	Equipe de Saúde Bucal
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	0002015250	Equipe de Saúde Bucal
TO	170610	CRISTALÂNDIA	0002119978	Equipe de Saúde Bucal
TO	170610	CRISTALÂNDIA	0002119986	Equipe de Saúde Bucal
TO	170755	FÁTIMA	0002119420	Equipe de Saúde Bucal
TO	170950	GURUPI	0002107058	Equipe de Saúde Bucal
TO	170950	GURUPI	0002108518	Equipe de Saúde Bucal
TO	172025	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	0002212862	Equipe de Saúde Bucal
BA	291360	ILHÉUS	0001553984	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	291840	JUAZEIRO	0001690965	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0000201413	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212245	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0001691635	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212431	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212342	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0001663011	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212377	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212229	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	293290	VALENÇA	0001578421	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0000220051	Equipe de Atenção Básica Prisional
DF	530010	BRASÍLIA	0001486799	Equipe de Atenção Básica Prisional
GO	520970	HIDROLÂNDIA	0001582402	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	310490	BAEPENDI	0001604996	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	310670	BETIM	0002169010	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	312710	FRUTAL	0001683276	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	312710	FRUTAL	0001683284	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	313115	IPABA	0001660675	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	313270	ITAMBACURI	0002233266	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	313440	ITURAMA	0001631365	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	313720	LAGOA DA PRATA	0001582569	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	315120	PIRAPORA	0002236923	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001586130	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	0001661981	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	316860	TEÓFILO OTONI	0001687441	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	317010	UBERABA	0000276111	Equipe de Atenção Básica Prisional
MS	500240	CAARAPÓ	0001565524	Equipe de Atenção Básica Prisional
MS	500630	PARANAÍBA	0001554395	Equipe de Atenção Básica Prisional
MS	500730	RIO NEGRO	0001554220	Equipe de Atenção Básica Prisional
PB	251450	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	0002234785	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260005	ABREU E LIMA	0002214768	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260005	ABREU E LIMA	0002214792	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260005	ABREU E LIMA	0002214806	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260120	ARCOVERDE	0002215004	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260380	CAPOEIRAS	0001639609	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260410	CARUARU	0002214970	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260760	ILHA DE ITAMARACÁ	0002214873	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260780	ITAQUITINGA	0002215047	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260890	LIMOEIRO	0002214946	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261110	PETROLINA	0002215039	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261160	RECIFE	0002214733	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261160	RECIFE	0002214717	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261160	RECIFE	0002214741	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261230	SALOÁ	0001661485	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0002214989	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261470	TACAIMBÓ	0002214997	Equipe de Atenção Básica Prisional
PI	220700	OEIRAS	0001624947	Equipe de Atenção Básica Prisional
RS	430700	ERECHIM	0002218216	Equipe de Atenção Básica Prisional
RS	430700	ERECHIM	0001545256	Equipe de Atenção Básica Prisional
SC	420820	ITAJAÍ	0001575074	Equipe de Atenção Básica Prisional
SC	420820	ITAJAÍ	0001574620	Equipe de Atenção Básica Prisional
SC	420940	LAGUNA	0001570188	Equipe de Atenção Básica Prisional
TO	170610	CRISTALÂNDIA	0001580019	Equipe de Atenção Básica Prisional
TO	172100	PALMAS	0000040541	Equipe de Atenção Básica Prisional
656 MUNICÍPIOS			1369 EQUIPES	

ANEXO II

SERVIÇOS (CNES) COM AUSÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO DO SISAB, SUSPENSAS NA PARCELA JUNHO DE 2022

UF	IBGE	Município	CNES	INE	Tipo
AM	130360	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	9284508	-	Unidade Odontológica Móvel

AP	160023	FERREIRA GOMES	9095756	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	290130	ANDARAÍ	7113811	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	290450	BROTAS DE MACAÚBAS	6876714	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	290720	CASA NOVA	6994849	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	290880	CONTENDAS DO SINCORÁ	7113633	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	291300	IBITIARA	7956614	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	291310	IBITITÁ	6911021	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	291835	JOÃO DOURADO	6869157	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	292020	MALHADA	7829426	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	292190	MUCUGÊ	7098030	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	292225	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	7903715	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	292340	PALMAS DE MONTE ALTO	7184476	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	292665	RIBEIRÃO DO LARGO	7187394	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	293180	TREMEDAL	9067280	-	Unidade Odontológica Móvel
BA	293360	XIQUE-XIQUE	7255500	-	Unidade Odontológica Móvel
ES	320405	PEDRO CANÁRIO	7136129	-	Unidade Odontológica Móvel
GO	520310	BALIZA	7113390	-	Unidade Odontológica Móvel
GO	520465	CAMPINAÇU	7133413	-	Unidade Odontológica Móvel
GO	520552	COLINAS DO SUL	7118643	-	Unidade Odontológica Móvel
GO	521490	NOVA ROMA	7206623	-	Unidade Odontológica Móvel
GO	521560	PADRE BERNARDO	6440053	-	Unidade Odontológica Móvel
GO	522108	TERESINA DE GOIÁS	7213921	-	Unidade Odontológica Móvel
MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	9219455	-	Unidade Odontológica Móvel
MA	210070	ANAJATUBA	9228926	-	Unidade Odontológica Móvel
MA	210407	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	9710779	-	Unidade Odontológica Móvel
MA	210408	FERNANDO FALCÃO	7041764	-	Unidade Odontológica Móvel
MA	210535	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	7857403	-	Unidade Odontológica Móvel
MA	210547	JENIPAPO DOS VIEIRAS	9220615	-	Unidade Odontológica Móvel
MA	210780	PARNARAMA	9582835	-	Unidade Odontológica Móvel
MG	310470	ATALÉIA	9282637	-	Unidade Odontológica Móvel
MG	311615	CHAPADA GAÚCHA	7311761	-	Unidade Odontológica Móvel
MG	313065	INDAIABIRA	7341237	-	Unidade Odontológica Móvel
MG	313400	ITINGA	5349761	-	Unidade Odontológica Móvel
MG	314085	MATIAS CARDOSO	7306261	-	Unidade Odontológica Móvel
MG	315600	RIO VERMELHO	6895875	-	Unidade Odontológica Móvel
MG	316695	SERRANÓPOLIS DE MINAS	6968902	-	Unidade Odontológica Móvel
MG	317040	UNAÍ	9401652	-	Unidade Odontológica Móvel
MS	500560	MIRANDA	7170742	-	Unidade Odontológica Móvel
MS	500755	SANTA RITA DO PARDO	7131747	-	Unidade Odontológica Móvel
MT	510617	NOVA NAZARÉ	9227539	-	Unidade Odontológica Móvel
PA	150020	ACARÁ	9246568	-	Unidade Odontológica Móvel
PA	150060	ALTAMIRA	7429045	-	Unidade Odontológica Móvel
PA	150100	AVEIRO	9391282	-	Unidade Odontológica Móvel
PA	150480	MONTE ALEGRE	7348037	-	Unidade Odontológica Móvel
PE	260050	ÁGUAS BELAS	7035322	-	Unidade Odontológica Móvel
PE	260180	BETÂNIA	7330561	-	Unidade Odontológica Móvel
PE	260392	CARNAUBEIRA DA PENHA	7506058	-	Unidade Odontológica Móvel
PI	220105	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	7080956	-	Unidade Odontológica Móvel
PI	220191	BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ	9588833	-	Unidade Odontológica Móvel
PI	220255	CARIDADE DO PIAUÍ	7087993	-	Unidade Odontológica Móvel
PI	220620	MIGUEL ALVES	9236430	-	Unidade Odontológica Móvel
PI	220750	PALMEIRAIS	9236368	-	Unidade Odontológica Móvel
PI	221062	SEBASTIÃO BARROS	9263365	-	Unidade Odontológica Móvel
PR	410020	ADRIANÓPOLIS	7124147	-	Unidade Odontológica Móvel
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	7111037	-	Unidade Odontológica Móvel
PR	412250	RONCADOR	7241127	-	Unidade Odontológica Móvel
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	9094245	-	Unidade Odontológica Móvel
RO	110094	CUJUBIM	7912455	-	Unidade Odontológica Móvel
RS	430510	CAXIAS DO SUL	7348622	-	Unidade Odontológica Móvel
RS	430710	HERVAL	7276001	-	Unidade Odontológica Móvel
RS	431115	JÓIA	7601816	-	Unidade Odontológica Móvel
RS	431450	PINHEIRO MACHADO	7268610	-	Unidade Odontológica Móvel
RS	431700	SANTANA DA BOA VISTA	6803776	-	Unidade Odontológica Móvel
RS	431915	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	7107935	-	Unidade Odontológica Móvel
RS	431980	SÃO VICENTE DO SUL	7360614	-	Unidade Odontológica Móvel
RS	432020	SEBERI	7345550	-	Unidade Odontológica Móvel
SC	421227	PASSOS MAIA	7248113	-	Unidade Odontológica Móvel
SP	355180	SETE BARRAS	6993907	-	Unidade Odontológica Móvel
TO	170130	ARAGOMINAS	7591845	-	Unidade Odontológica Móvel
TO	170510	CHAPADA DA NATIVIDADE	7333129	-	Unidade Odontológica Móvel
TO	171270	MATEIROS	7151047	-	Unidade Odontológica Móvel
TO	171360	MONTE DO CARMO	7096615	-	Unidade Odontológica Móvel
TO	171800	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	7216041	-	Unidade Odontológica Móvel
74 MUNICÍPIOS				74 ESTABELECIMENTOS	

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GM/MS nº 3.215, de 4 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 149, de 8 de agosto de 2022, Seção 1, páginas 61 a 62, Onde se lê: " Habilita estabelecimento de saúde como Unidade de Atenção Especializada em Doença Renal Crônica (DRC) com Diálise Peritoneal e nos Estágios 4 e 5 (Pré-Dialítico).", Leia-se " Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II de Estados e Municípios. ".

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 919, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Juiz de Fora/MG
CNPJ: 21.597.190/0001-46
Município/UF: Juiz de Fora/MG.
Título do projeto: "Ampliação dos atendimentos da APAE de Juiz de Fora/MG".
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.025586/2018-83
Período analisado: Exercício 2020.
Embasamento: Parecer de Mérito nº 354/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028069546).
Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 920, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto n.º 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Centro Infantil de Investigações Hematológicas Dr. Domingos Ademar Boldrini
CNPJ: 50.046.887/0001-27
Município/UF: Campinas/SP.
Título do projeto: "Avaliação do DNA circulante tumoral como ferramenta de monitoramento dos pacientes pediátricos com tumores sólidos".
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.012259/2019-42
Período analisado: Exercício 2021.
Embasamento: Parecer de Técnico nº 48/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0027155947), retificado pelo Parecer de Técnico nº 59/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0027913091).
Resultado: APROVADA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 921, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Dá publicidade aos resultados das análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFICIENTE

CNPJ: 60.979.457/0006-26

Município/UF: Uberlândia/MG.

Título do projeto: "Desenvolvimento dos Recursos Humanos na AACD - Uberlândia/MG"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.058102/2015-30

Período analisado: Exercício 2016.

Embasamento: Parecer Técnico nº 94/2022-CGATES/DEGES/SGTES/MS (0026831304) e Despacho GAB/SGTES (0027454578).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFICIENTE

CNPJ: 60.979.457/0006-26

Município/UF: Uberlândia/MG.

Título do projeto: "Desenvolvimento dos Recursos Humanos na AACD - Uberlândia/MG"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.058102/2015-30

Período analisado: Exercício 2017.

Embasamento: Parecer Técnico nº 98/2022-CGATES/DEGES/SGTES/MS (0026923901) e Despacho GAB/SGTES (0027454578).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 53, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Ref.: 25000.048336/2022-06, 0028559627.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Fibrose Cística, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS, nos autos do processo de NUP 25000.048336/2022-06. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 10, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Divulga o resultado preliminar da seleção de profissional preceptores nos termos do Edital nº 6, de 08 de julho de 2022

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 24 c/c art. 19, ambos do Anexo I do Decreto Federal n° 11.098/2022; e nos respectivos termos da sua nomeação consolidada na Portaria CC-PR nº 140, de 16 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 16 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Divulgar, no Anexo I, desta Portaria, o resultado preliminar dos preceptores que atuam em Programas de Residência Médica ou Residência em Área Profissional da Saúde que foram classificados para o Curso de Aperfeiçoamento Multiprofissional de Preceptores para Integração Ensino e Serviço nos Territórios de Saúde.

Art. 2º O resultado final, após a análise dos recursos, será divulgado no Diário Oficial da União (DOU) e no Portal: https://edital.unasus.gov.br/preceptores, de acordo com o prazo previsto no cronograma divulgado no sítio eletrônico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HÉLIO ANGOTTI NETO

ANEXO I

CPF	NOME COMPLETO	MUNICÍPIO/UF	CLASSIFICAÇÃO
970.***.***-20	Nagila Pereira Firmo	PORTO NACIONAL - TO	1
962.***.***-15	Carlos Henrique Miranda Oliveira	GURUPI - TO	2
891.***.***-15	Marcelo Alves Pintel	GURUPI - TO	3
030.***.***-30	Danyella da Silva Alencar Costa	GURUPI - TO	4
061.***.***-76	Daniela Rodrigues de Castro Silva	GURUPI - TO	5
006.***.***-12	Nathalia Marinho Reis	GURUPI - TO	6
961.***.***-68	Sara Falcão de Sousa	GURUPI - TO	7
065.***.***-55	Flavio Pierette Ferrrari	CACOAL - RO	8
031.***.***-05	Emanoela Maria Rodrigues de Sousa	CACOAL - RO	9
600.***.***-49	Lucélia Silva Lima	CACOAL - RO	10
686.***.***-04	Nathalia Tabalipa da Silva	CACOAL - RO	11
656.***.***-87	Flavio Eduardo Silva	CACOAL - RO	12
920.***.***-49	Valério Bortolini	CACOAL - RO	13
808.***.***-53	Fernando Augusto Pinheiro	CACOAL - RO	14
947.***.***-49	Silvia Ataides Alves Santana	CACOAL - RO	15
954.***.***-68	Ezucleide Carvalho Camara de Oliveira	CACOAL - RO	16
713.***.***-68	Emilho de Souza Andrade	CACOAL - RO	17
948.***.***-20	Emanuelle Soares Cavalcante	CACOAL - RO	18
696.***.***-53	Nubia Regina Massaroto Silva	CACOAL - RO	19
389.***.***-68	Carla Bianca da Silva Santos	CACOAL - RO	20
008.***.***-58	Angelica Santos Magalhaes	CACOAL - RO	21
734.***.***-15	Claudemir Monteiro de Barros	CACOAL - RO	22
945.***.***-68	Daniele Tomazini Tirolli	CACOAL - RO	23
061.***.***-08	Yargo Alexandre de Farias Machado	CACOAL - RO	24
968.***.***-04	Anderson Pereira de Oliveira	CACOAL - RO	25
965.***.***-04	Alana Kundsin	CACOAL - RO	26
697.***.***-72	Cleoci de Oliveira	CACOAL - RO	27
974.***.***-15	Allynne Bispo de Freitas Pereira	CACOAL - RO	28
954.***.***-20	Vinicius Silva Barros	CACOAL - RO	29
004.***.***-00	Dayane	CACOAL - RO	30
949.***.***-00	Greice Quelle Saar	CACOAL - RO	31
624.***.***-68	Eldya Flávia Ramos	CACOAL - RO	32
778.***.***-34	Jackeline Cavalcante Lima	CACOAL - RO	33
944.***.***-34	Gisele Jacob Pimenta	CACOAL - RO	34
005.***.***-94	Daiane Andrade Gonçalves da Cunha	CACOAL - RO	35
025.***.***-69	Bruna Lourraine da Rocha Ebert	CACOAL - RO	36
790.***.***-00	Nadia Maria Silva Montelo	CACOAL - RO	37
068.***.***-13	Tiana da Silva Paiva	CACOAL - RO	38
673.***.***-53	Rosimar Alves Bispo Batista	CACOAL - RO	39
025.***.***-79	Ualace Alberto Vieira	CACOAL - RO	40
325.***.***-63	Janio Marques Vieira de Souza	VILHENA - RO	41
928.***.***-15	Edilson Alves da Silva	VILHENA - RO	42
277.***.***-88	Aline Cristine Leite dos Santos	VILHENA - RO	43
602.***.***-49	Leonardo Targino Silva Almeida e Macedo	VILHENA - RO	44
706.***.***-68	Marcos de Moraes Rosas	VILHENA - RO	45
987.***.***-53	Jaqueline Furini Vaz	VILHENA - RO	46
055.***.***-15	Rosalina de Oliveira Reis Goebel	VILHENA - RO	47
084.***.***-12	Bruno Guimarães Tavares	VILHENA - RO	48
619.***.***-49	Thais Sene Campos	VILHENA - RO	49
881.***.***-91	Sinara Matiko Faria Mitsugui Sanches	VILHENA - RO	50
010.***.***-00	Ana Paula da Silva Rodrigues de Almeida	VILHENA - RO	51

976.***.***-20	Danielle Cristine Pereira de Arruda	VILHENA - RO	52
567.***.***-87	Edna dos Reis Barbosa	VILHENA - RO	53
931.***.***-20	Fabiana Diniz da Silva Araldi	VILHENA - RO	54
715.***.***-00	Dalila Elizandra Cerozini	VILHENA - RO	55
858.***.***-91	João Pedro Sanches Martins	VILHENA - RO	56
725.***.***-87	Fernando Ramos Neves da Costa	VILHENA - RO	57
797.***.***-53	Simone Oliveira Pipper	VILHENA - RO	58
061.***.***-44	Ana Cristina Silva Rezende	VILHENA - RO	59
826.***.***-34	Deise Ribeiro Matos	VILHENA - RO	60
906.***.***-91	Thayane Avelina Gonçalves Jordão	VILHENA - RO	61
048.***.***-09	Leila Maria Paes de Almeida	ALTAMIRA - PA	62
877.***.***-68	Kamyla Mayara Oliveira de Oliveira	ALTAMIRA - PA	63
427.***.***-72	Simone Fortunato da Silva Amaral	ALTAMIRA - PA	64
000.***.***-24	Rogeria da Silva Farias	ALTAMIRA - PA	65
839.***.***-15	Rosilene da Silva Carvalho	ALTAMIRA - PA	66
330.***.***-06	Cilene Amujacy Ferreira Costa	BRAGANÇA - PA	67
559.***.***-53	Diane Souza Saldanha	BRAGANÇA - PA	68
596.***.***-49	Zara da Silva Brito	BRAGANÇA - PA	69
882.***.***-25	Bruna Melo Amador	BRAGANÇA - PA	70
254.***.***-44	Izabel Odilene Medeiros Lima	BRAGANÇA - PA	71
425.***.***-78	Micheline Vale de Souza	BRAGANÇA - PA	72
763.***.***-15	Aline de Oliveira Quadros da Silva	BRAGANÇA - PA	73
607.***.***-00	Leila de Fátima Nascimento Rodrigues	BRAGANÇA - PA	74
837.***.***-87	Anderson Diego Costa Agrassar	BRAGANÇA - PA	75
642.***.***-72	Lilian	BRAGANÇA - PA	76
617.***.***-53	Kelly Crisane de Oliveira Castro Castanho	BRAGANÇA - PA	77
586.***.***-53	Janete de Lourdes Sampaio da Silva	BRAGANÇA - PA	78
526.***.***-72	Jonas Mikc Souza Rodrigues	BRAGANÇA - PA	79
020.***.***-07	Juliana de Jesus Cipriano Pereira	BRAGANÇA - PA	80
512.***.***-04	Maricilia Nascimento Prestes	BRAGANÇA - PA	81
022.***.***-20	Carlos Falken	BRAGANÇA - PA	82
852.***.***-53	Layla Kelly da Silva Mesquita	bragan	83
946.***.***-49	Bnuã do Socorro Almeida Diniz	BRAGANÇA - PA	84
805.***.***-91	Flávia Daniela Lucas Souza da Silva	BRAGANÇA - PA	85
929.***.***-04	Ana Paula Aviz de Aviz	BRAGANÇA - PA	86
940.***.***-04	Fernanda Damascena Alencar	BRAGANÇA - PA	87
142.***.***-91	Kátia Regina de Castro Sales	BRAGANÇA - PA	88
732.***.***-04	Aline do Socorro Lopes Gomes	BRAGANÇA - PA	89
792.***.***-49	Josy Leticia Rodrigues Lourenço	BRAGANÇA - PA	90
305.***.***-68	Alda Helena da Silva Melo	BRAGANÇA - PA	91
009.***.***-78	Elton Lobo de Lima	BRAGANÇA - PA	92
578.***.***-34	Lairton Raiol da Silva	BRAGANÇA - PA	93
005.***.***-08	Fabiane Rafaele Araújo de Sousa	BRAGANÇA - PA	94
005.***.***-36	Gessica Vanessa Assis Cunha	BRAGANÇA - PA	95
641.***.***-00	Antonio Alex dos Santos Rodrigues	BRAGANÇA - PA	96
005.***.***-10	Andressa Schneider	BRAGANÇA - PA	97
014.***.***-29	Maria Marta Menesses da Silva	BRAGANÇA - PA	98
985.***.***-49	Elisa Soane Coutinho Cavalcante Farias	BRAGANÇA - PA	99
015.***.***-70	Lorena de Paula Viana	BRAGANÇA - PA	100
024.***.***-95	Ana Lucia Cabo Verde Ribeiro	BRAGANÇA - PA	101
022.***.***-31	Elivan da Silva Alencar	BRAGANÇA - PA	102
886.***.***-53	Luciana de Paula Garcia de Lima	BRAGANÇA - PA	103
029.***.***-50	Vanessa de Nazaré Ribeiro dos Reis	BRAGANÇA - PA	104
913.***.***-20	Alexsandra Rossi	ARAGUAÍNA - TO	105
003.***.***-07	Elaine Barros de Alencar Costa	ARAGUAÍNA - TO	106
010.***.***-66	Patricia Alves de Mendonça Cavalcante	ARAGUAÍNA - TO	107
901.***.***-53	Adriana Monteiro da Silva	ARAGUAÍNA - TO	108
790.***.***-91	Ruy Ferreira da Silva	ARAGUAÍNA - TO	109
002.***.***-20	Rocio Camacho González	ARAGUAÍNA - TO	110
039.***.***-51	Antonio Pedro Leite Lemos	ARAGUAÍNA - TO	111
011.***.***-94	Paulo Roberto da Silva Costa Júnior	ARAGUAÍNA - TO	112
605.***.***-93	Suelyne Rodrigues de Morais	ARAGUAÍNA - TO	113
469.***.***-15	Silvana Marques Filgueiras Teixeira	PALMAS - TO	114
584.***.***-63	Betania Moreira Cangussu Fonseca	PALMAS - TO	115
027.***.***-40	Andreza Domingos da Silva	PALMAS - TO	116
717.***.***-20	Bruna Antunes Ramos	PALMAS - TO	117
953.***.***-72	Manuela Barreto Silva Bezerra	PALMAS - TO	118
271.***.***-53	Orsini Passos Guterres	PALMAS - TO	119
288.***.***-46	Paula Rodrigues Barbosa de Freitas	PALMAS - TO	120
394.***.***-44	Gecilda Regia Ramalho Vale Cavalcante	PALMAS - TO	121
043.***.***-70	Flávia Santos Medina	PALMAS - TO	122
737.***.***-72	Joicy Princeza de Portugal	PALMAS - TO	123
695.***.***-72	Fabiana Vendramini Campos Goveia	PALMAS - TO	124
388.***.***-63	Ana Paula Pedreira Lima Rocha	PALMAS - TO	125
846.***.***-63	Patricia Castro dos Santos Povoa	PALMAS - TO	126
000.***.***-31	Andréia Zanon Lopes Ribeiro	PALMAS - TO	127
822.***.***-04	Nuccia Raquel Barbosa Rodrigues	PALMAS - TO	128
032.***.***-30	Maurilio Dias dos Santos	PALMAS - TO	129
032.***.***-09	Márcia Holanda Lima	PALMAS - TO	130
643.***.***-30	Luiza de Sousa Silva	PALMAS - TO	131
011.***.***-71	Fernanda Rosa Luiz	PALMAS - TO	132
213.***.***-04	Alessandra Moreira Spinola de Castro Dias	PALMAS - TO	133
331.***.***-30	Juliana Santos Simões	PALMAS - TO	134
003.***.***-86	Lauriane dos Santos Moreira	PALMAS - TO	135
014.***.***-43	Thaydja Rhalline Lopes Campos	PALMAS - TO	136
032.***.***-60	Eduardo Rezende Arantes	PALMAS - TO	137
013.***.***-64	Leila Borges de Castro	PALMAS - TO	138
996.***.***-20	Leandro da Silva Chaves	PALMAS - TO	139
028.***.***-04	David Antonio da Silva Filho	PALMAS - TO	140
995.***.***-68	Marina Soares Pedreira	PALMAS - TO	141
834.***.***-87	Nabia Souza Gomes	PALMAS - TO	142
007.***.***-80	Rafaela Rios Freire	PALMAS - TO	143
037.***.***-00	Geyce da Silva Sales	PALMAS - TO	144
054.***.***-98	Tetrynha Reis Arruda do Vale	PALMAS - TO	145
051.***.***-57	Émery Fernandes Bento Morais	PALMAS - TO	146
691.***.***-00	Adriana Victor Ferreira Lopes	PALMAS - TO	147
047.***.***-05	Priscylla Cassol	PALMAS - TO	148
042.***.***-74	Leticia da Silva Moura	PALMAS - TO	149
019.***.***-73	Liz Freire Cavalcante	PALMAS - TO	150
041.***.***-00	Maisa Carvalho Moreira	PALMAS - TO	151
044.***.***-84	Raíssa Nunes Bezerra de Sá	PALMAS - TO	152
906.***.***-49	Fernanda Maria Fernandes do Carmo Lemos	PALMAS - TO	153
019.***.***-32	Dayene Jessica Araujo de Oliveira	PALMAS - TO	154
036.***.***-55	Mariana Cotrim Brasil Videira Delbello	PALMAS - TO	155
032.***.***-00	Tatiane Pires de Oliveira	PALMAS - TO	156
025.***.***-00	João Gabriel Lopes Siqueira	PALMAS - TO	157

041.***.***-65	Andréia Andrade Alves	PALMAS - TO	158
046.***.***-18	Paulianny Mirelly Gonçalves de Sousa	PALMAS - TO	159
711.***.***-53	Vivian Silva da Costa	SANTARÉM - PA	160
805.***.***-53	Patricia Mineiro de Oliveira	SANTARÉM - PA	161
803.***.***-00	Diane Cunha dos Santos	SANTARÉM - PA	162
008.***.***-04	Crisna Tachia Campos Soares	SANTARÉM - PA	163
119.***.***-80	João Guilherme Pontes Lima Assy	SANTARÉM - PA	164
002.***.***-78	Thais Maia Teixeira Lima	SANTARÉM - PA	165
058.***.***-89	Ana Carolina Carvalho de Araújo Porto	SANTARÉM - PA	166
001.***.***-13	Rosane Delgado de Brito Macêdo	SANTARÉM - PA	167
011.***.***-36	Samara Klaim	SANTARÉM - PA	168
012.***.***-69	Suellen Beatriz Alvarenga de Sousa	SANTARÉM - PA	169
963.***.***-68	Sândrea Ozane do Carmo Queiroz	SANTARÉM - PA	170
071.***.***-39	Fernando Augusto Toscan	SANTARÉM - PA	171
897.***.***-68	Jéssik Lima do Nascimento	SANTARÉM - PA	172
916.***.***-91	Udimere Lemos Matos	SANTARÉM - PA	173
005.***.***-22	Adriana de Jesus Lima	SANTARÉM - PA	174
860.***.***-87	Ana Gisele de Sousa Abreu	SANTARÉM - PA	175
811.***.***-15	Janaina Nascimento Ferreira da Silva	SANTARÉM - PA	176
844.***.***-25	Ana Brigida Oliveira da Costa	SANTARÉM - PA	177
025.***.***-99	Leilane Mayara de Sousa Aguiar	SANTARÉM - PA	178
018.***.***-30	Carla Sousa da Silva	SANTARÉM - PA	179
475.***.***-20	Silvia Bezerra do Monte	SANTARÉM - PA	180
023.***.***-02	Débora Nascimento Quaresma	SANTARÉM - PA	181
003.***.***-45	Victor Hugo Rabelo de Aquino	SANTARÉM - PA	182
856.***.***-68	Arlene Martins de Araujo	SANTARÉM - PA	183
012.***.***-90	Brenda Vieira	SANTARÉM - PA	184
011.***.***-64	Gustavo da Silva Flexa	SANTARÉM - PA	185
729.***.***-04	Michel Moraes Moura	BOA VISTA - RR	186
920.***.***-20	Christiany Moreira Almeida	BOA VISTA - RR	187
523.***.***-20	Ellem Tatiani de Souza Weimann	BOA VISTA - RR	188
898.***.***-15	Evelyne Nayandra Fernandes da Silva	BOA VISTA - RR	189
013.***.***-64	Helder Bernardino da Silva	BOA VISTA - RR	190
509.***.***-68	Luis Fernando Borja Gomez	RIO BRANCO - AC	191
390.***.***-49	Jorgeane Melo de Almeida	RIO BRANCO - AC	192
011.***.***-95	Mirla Teodolina Davila Macedo Pessanha	RIO BRANCO - AC	193
909.***.***-34	Cláudia Sena de Pádua	RIO BRANCO - AC	194
581.***.***-53	Gleismar Oliveira da Silva	RIO BRANCO - AC	195
434.***.***-15	Sarajane Rodrigues de Melo	RIO BRANCO - AC	196
483.***.***-87	Alberto Soares Neto	RIO BRANCO - AC	197
579.***.***-91	Daniela Neves Fernandes do Vale	RIO BRANCO - AC	198
508.***.***-20	Kaida Kandra de Melo Moura	RIO BRANCO - AC	199
933.***.***-87	Deise Chaves Basilio	RIO BRANCO - AC	200
589.***.***-91	José Everton do Nascimento Santiago	RIO BRANCO - AC	201
215.***.***-87	Leuda Maria da Silva Davalos	RIO BRANCO - AC	202
824.***.***-04	Katiana Pacífico Bezerra	RIO BRANCO - AC	203
757.***.***-00	Gláucio Bastos Mesquita Santos	RIO BRANCO - AC	204
026.***.***-90	Bento Pereira Diniz Neto	RIO BRANCO - AC	205
986.***.***-20	Michelle de Paiva Frauzino Pereira	RIO BRANCO - AC	206
892.***.***-49	Fabiane de Araujo Paza Sandra	RIO BRANCO - AC	207
907.***.***-53	Alessandre Gomes de Lima	RIO BRANCO - AC	208
891.***.***-91	Nathalia Silva de Lima Loureiro	RIO BRANCO - AC	209
677.***.***-15	Edna Lopes Monteiro	RIO BRANCO - AC	210
512.***.***-10	Marcela Maia Matos Selhorst	RIO BRANCO - AC	211
989.***.***-49	Gabriela Morais Vaz	RIO BRANCO - AC	212
510.***.***-49	Maria Estela Livelli Becker	RIO BRANCO - AC	213
007.***.***-26	Celso Gustavo Ritter	RIO BRANCO - AC	214
003.***.***-57	Manuela A. Lima Ribeiro	RIO BRANCO - AC	215
000.***.***-21	Luara Mirella Bitencourt Barbante	RIO BRANCO - AC	216
003.***.***-82	Walber Nascimento de Carvalho	RIO BRANCO - AC	217
813.***.***-20	Rafael Almeida Castelo Branco Ribeiro	RIO BRANCO - AC	218
052.***.***-22	Larissa Vanessa Machado Viana	RIO BRANCO - AC	219
023.***.***-16	Weverson Ferreria Lopes	RIO BRANCO - AC	220
294.***.***-20	Maria de Nazaré Miranda Cavalcante	MACAPÁ - AP	221
432.***.***-49	Josilene Cristina Monteiro Rodrigues	MACAPÁ - AP	222
253.***.***-06	Consuelo de Nazareth Paes Lopes Ferreira	MACAPÁ - AP	223
681.***.***-68	Alceu dos Santos Silva	MACAPÁ - AP	224
938.***.***-72	Ananda Larisse Bezerra da Silva	MACAPÁ - AP	225
529.***.***-00	Cecília Rafaela Salles Ferreira	MACAPÁ - AP	226
579.***.***-68	Diovana de Sena Alberto	MACAPÁ - AP	227
007.***.***-14	Patricia Rodrigues da Silva	MACAPÁ - AP	228
913.***.***-68	Cassio Diogo Almeida Mnonteiro	MACAPÁ - AP	229
011.***.***-85	Erika Oliveira Galeno	MACAPÁ - AP	230
599.***.***-91	Marisa Rodrigues da Silva	MACAPÁ - AP	231
815.***.***-34	Mariene da Costa Freitas Ribeiro	ANANINDEUA - PA	232
281.***.***-78	Elizabeth Maria Sampaio da Silva Moreira	ANANINDEUA - PA	233
109.***.***-94	Natália Silva Marçal	ANANINDEUA - PA	234
019.***.***-10	Brenda Bernardes Ribeiro	ANANINDEUA - PA	235
020.***.***-69	Allan Oliveira de Lira	ANANINDEUA - PA	236
023.***.***-75	Lucas Monteiro Carneiro	ANANINDEUA - PA	237
688.***.***-68	Livia Medeiros Neves Casseb	ANANINDEUA - PA	238
672.***.***-04	Elzelis Santiago Rodrigues	ANANINDEUA - PA	239
850.***.***-20	Walter de Aquino	ANANINDEUA - PA	240
004.***.***-54	Keila Marilda Ribas de Oliveira	ANANINDEUA - PA	241
001.***.***-88	Caroline da Silva Sousa	ANANINDEUA - PA	242
029.***.***-67	Larissa de Lima Pinho	ANANINDEUA - PA	243
026.***.***-28	Jhennifer da Silva Gomes	ANANINDEUA - PA	244
017.***.***-17	Thamyres Pereira Alves	ANANINDEUA - PA	245
012.***.***-10	Ellen do Socorro Cruz de Maria	ANANINDEUA - PA	246
600.***.***-13	Maysa Almeida Mendonça Cardoso	ANANINDEUA - PA	247
204.***.***-04	Nilda de Oliveira Barros	PORTO VELHO - RO	248
725.***.***-04	Patricia Oliveira da Silva	PORTO VELHO - RO	249
579.***.***-34	Lyene Aparecida Jorge dos Santos	PORTO VELHO - RO	250
013.***.***-01	Itaci Alves Ferreira Silva	PORTO VELHO - RO	251
336.***.***-68	Régia de Lourdes Ferreira Pachêco Martins	PORTO VELHO - RO	252
901.***.***-34	Tatiana Michelle Catão de Oliveira	PORTO VELHO - RO	253
103.***.***-70	Samantha de Freitas Campos	PORTO VELHO - RO	254
378.***.***-90	Tamires dos Prazeres de Oliviera	PORTO VELHO - RO	255
006.***.***-66	Fernanda Simao Martins	PORTO VELHO - RO	256
010.***.***-03	Núbia Souza Correia	PORTO VELHO - RO	257
002.***.***-48	Bruna Gizele Noronha de Medeiros	PORTO VELHO - RO	258
980.***.***-87	Sielyn Caroline Loeschner Paulo Alves	PORTO VELHO - RO	259
020.***.***-00	Isabel Gomes	PORTO VELHO - RO	260
116.***.***-95	Luiz Carlos Ferreira Silva	PORTO VELHO - RO	261
283.***.***-72	Maria Zilma Conceição de Souza	PORTO VELHO - RO	262
049.***.***-71	Anna Beatriz Dias Ferreira	PORTO VELHO - RO	263

529.***.***-91	Lorena Farias Falcão	PORTO VELHO - RO	264
010.***.***-07	Geiferson Santos do Nascimento	PORTO VELHO - RO	265
019.***.***-80	Silviane Passos Monteiro	PORTO VELHO - RO	266
044.***.***-34	Bonny	BELÉM - PA	267
080.***.***-34	Ana Lucia Rocha Faillace	BELÉM - PA	268
109.***.***-00	Dalva Bastos e Silva Coutinho	BELÉM - PA	269
081.***.***-04	Terezinha de Jesus Trindade Medeiros	BELÉM - PA	270
402.***.***-15	Vera Lucia Lacerda	BELÉM - PA	271
185.***.***-04	Olgarina Coutinho da Silva	BELÉM - PA	272
246.***.***-49	Rosangela Eymard Abufaiad	BELÉM - PA	273
270.***.***-68	Maria Flaviana Ferreira Barroso	BELÉM - PA	274
222.***.***-20	Marly Lobato Maciel	BELÉM - PA	275
600.***.***-49	Cibele Maria de Almeida	BELÉM - PA	276
298.***.***-00	Hélder Antônio Rebelo Pontes	BELÉM - PA	277
319.***.***-91	Eulalia do Socorro Martins	BELÉM - PA	278
267.***.***-30	Ana Amélia de Freitas Gonçalves	BELÉM - PA	279
373.***.***-49	Liene do Socorro Silva Nunes	BELÉM - PA	280
410.***.***-87	Sandra Sueli Bentes da Costa	BELÉM - PA	281
304.***.***-49	Glaucia Margarete Nascimento Pereira de Moura	BELÉM - PA	282
327.***.***-00	Marineia Porto de Oliveira	BELÉM - PA	283
400.***.***-34	Márcia Goretti Guimarães de Moraes	BELÉM - PA	284
302.***.***-49	Marcilene Pimentel Gomes	BELÉM - PA	285
411.***.***-04	Josiany da Costa Garcia Albim	BELÉM - PA	286
264.***.***-49	Lucilene de Fatima Souza da Silva	BELÉM - PA	287
411.***.***-20	Claudia Cristina de Souza Colino	BELÉM - PA	288
396.***.***-68	Ana Flavia Endres Nunes	BELÉM - PA	289
353.***.***-87	Nelma Maria de Lima Chaves	BELÉM - PA	290
426.***.***-91	Ana Carla Barbosa Figueiredo	BELÉM - PA	291
379.***.***-53	Jose Thiers Carneiro Junior	BELÉM - PA	292
301.***.***-00	Eliane de Nazare Sales Dantier	BELÉM - PA	293
410.***.***-15	Lilia Pimenta de Moraes	BELÉM - PA	294
425.***.***-49	Maria Virgínia de Moraes Costa	BELÉM - PA	295
590.***.***-00	Conceição do Socorro Damasceno Barros	BELÉM - PA	296
431.***.***-91	Renata Claudia Viana Gonçalves	BELÉM - PA	297
286.***.***-15	Cristiano Maia Borges	BELÉM - PA	298
394.***.***-25	Adilene Ramos Pompeu	BELÉM - PA	299
375.***.***-78	Andreannys Melissa Lobato Moura	BELÉM - PA	300
458.***.***-53	Daniela Rosa Garcez	BELÉM - PA	301
454.***.***-49	Andrea Cristiane Pinheiro Pereira	BELÉM - PA	302
372.***.***-00	Alan Rodrigues Cavalcante	BELÉM - PA	303
571.***.***-91	Selma Regina Moraes Ferreira	BELÉM - PA	304
574.***.***-68	Silvia Maria Machado da Rocha	BELÉM - PA	305
487.***.***-15	Elenise da Silva Mota	BELÉM - PA	306
481.***.***-04	Sandro Alex Silva do Amaral	BELÉM - PA	307
395.***.***-87	Maristela Gonçalves de Carvalho	BELÉM - PA	308
591.***.***-53	Márcia Moraes Paulino da Silva	BELÉM - PA	309
451.***.***-20	Marcos Jose Melo Andrade	BELÉM - PA	310
523.***.***-68	Waléria	BELÉM - PA	311
558.***.***-34	Adib Koury Junior	BELÉM - PA	312
595.***.***-49	Lana Shaisi Oliveira Canuto	BELÉM - PA	313
620.***.***-00	Rudival Faial de Moraes Júnior	BELÉM - PA	314
577.***.***-49	Arlene do Socorro Santos da Gama	BELÉM - PA	315
565.***.***-68	Saul Rassy Carneiro	BELÉM - PA	316
507.***.***-59	Eloisa Helena Araujo da Costa Rodrigues	BELÉM - PA	317
022.***.***-09	Michele de Pinho Barreiros	BELÉM - PA	318
591.***.***-30	Jorge Yuichi Takata Silva	BELÉM - PA	319
608.***.***-87	Antonio Claudio do Rêgo Coêlho	BELÉM - PA	320
575.***.***-68	Ivana Maryely de Macedo Pinheiro Ribeiro	BELÉM - PA	321
632.***.***-00	Flávia Batista Monteiro	BELÉM - PA	322
512.***.***-59	Jeane Fabíola Moreira Lima	BELÉM - PA	323
637.***.***-04	Alessandra Cristina de Almeida Romão	BELÉM - PA	324
659.***.***-68	Alan Barroso Araújo Grisólia	BELÉM - PA	325
660.***.***-49	Renilce Machado dos Santos Araujo	BELÉM - PA	326
661.***.***-00	Andreza Reis Brasil da Silva	BELÉM - PA	327
628.***.***-04	Lucrecia Aline Cabral Formigosa	BELÉM - PA	328
680.***.***-91	Viviane Cristiny Bezerra dos Reis de Farias	BELÉM - PA	329
693.***.***-04	Isabela Klautau Ribeiro	BELÉM - PA	330
734.***.***-91	Marcelo Newton Carneiro	BELÉM - PA	331
765.***.***-00	Rafaella Fernanda Siqueira Pinto	BELÉM - PA	332
184.***.***-04	Jeronimo Milhomem Tavares Neto	BELÉM - PA	333
296.***.***-53	Ezilda Gouvêa da Gama	BELÉM - PA	334
595.***.***-68	Edilson Ferreira Calandrine	BELÉM - PA	335
510.***.***-68	Antonia Maria Nascimento de Brito	BELÉM - PA	336
635.***.***-06	Pablo Apoena Ramos Gomes da Silva	BELÉM - PA	337
645.***.***-34	Tatiane Lobato da Silva	BELÉM - PA	338
752.***.***-15	Clayton Barros Tito	BELÉM - PA	339
741.***.***-30	Maria de Fátima Góes da Costa	BELÉM - PA	340
579.***.***-00	Dovani Luzia Dias Cavalcanti	BELÉM - PA	341
567.***.***-49	Alessandra Christine Ferreira Candeira Dias Leal	BELÉM - PA	342
423.***.***-87	Renata Mie Oyama Okajima	BELÉM - PA	343
613.***.***-00	Cristiane do Socorro Cunha de Macedo Oliveira	BELÉM - PA	344
378.***.***-04	André Ricardo do Amaral Tavernard	BELÉM - PA	345
624.***.***-87	Elen Criatina Melo do Nascimento	BELÉM - PA	346
652.***.***-04	Ingrid Picanço da Motta	BELÉM - PA	347
636.***.***-53	Krynssya Kleinlein Oliveira	BELÉM - PA	348
644.***.***-97	Martha Noemy Barbosa de Sousa Rodrigues	BELÉM - PA	349
683.***.***-49	Adriana Karoline de Macedo Lopes	BELÉM - PA	350
686.***.***-00	Emanuelle Christina Lobato Andrade	BELÉM - PA	351
518.***.***-72	Victor Hugo Guerreiro Americo Gomes	BELÉM - PA	352
371.***.***-00	Luzianne Fernandes de Oliveira	BELÉM - PA	353
397.***.***-15	Tatiana Vera Pinheiro Reis	BELÉM - PA	354
590.***.***-53	Kellen Freitas Silva de Almeida	BELÉM - PA	355
245.***.***-15	Karina Helaine de Lima Coelho	BELÉM - PA	356
443.***.***-34	Elieth Cruz Magno Silva	BELÉM - PA	357
617.***.***-04	Mônica Cristina Moraes Sosinho Torres	BELÉM - PA	358
516.***.***-20	Rejane de Nazare Mendes Pimentel Martins	BELÉM - PA	359
607.***.***-04	Blenda Alencar Araujo	BELÉM - PA	360
115.***.***-44	Madalena Gonzaga de Oliveira	BELÉM - PA	361
172.***.***-04	Luiza Helena Tavares Lobato	BELÉM - PA	362
365.***.***-20	Yara Santana de Souza Rodrigues	BELÉM - PA	363
710.***.***-72	Ana Paula de Souza Pedrosa Castro	BELÉM - PA	364
667.***.***-49	Carla Nazaré da Costa Magalhães	BELÉM - PA	365
266.***.***-15	Labibe do Socorro Haber de Menezes	BELÉM - PA	366
740.***.***-20	Michelle Cristina dos Santos Azevedo	BELÉM - PA	367
704.***.***-49	Neylla Caroline Martins Santos	BELÉM - PA	368
678.***.***-68	Giovana Chagas Siqueira	BELÉM - PA	369

514.***.***-20	Luiz Euclides Coelho de Souza Filho	BELÉM - PA	370
751.***.***-04	Bruno Lopes dos Santos	BELÉM - PA	371
140.***.***-87	Walgne Tarcísio Santiago Cardoso	BELÉM - PA	372
352.***.***-53	Lilian Rose de Souza Mascarenhas	BELÉM - PA	373
282.***.***-06	Bibiane Monteiro da Silva	BELÉM - PA	374
640.***.***-91	Carla Nazaré Brito Durães	BELÉM - PA	375
282.***.***-34	Wildete Cardoso Conde	BELÉM - PA	376
379.***.***-20	Susie do Socorro Mendes Lopes	BELÉM - PA	377
645.***.***-34	Josiane da Luz Souza Rodrigues	BELÉM - PA	378
450.***.***-72	Eduardo dos Santos Martins Filho	BELÉM - PA	379
664.***.***-20	Aline Farias Ribeiro	BELÉM - PA	380
158.***.***-20	Kátia Reivile Teixeira Miranda Núñez	BELÉM - PA	381
174.***.***-15	Jacilene Casseb Silva	BELÉM - PA	382
461.***.***-87	Ana Cláudia Pinheiro Nonato Alves	BELÉM - PA	383
043.***.***-68	Benedita Ferreira Reis	BELÉM - PA	384
362.***.***-00	Claudete Matias Portela Martins	BELÉM - PA	385
391.***.***-53	Vania Eunice Gomes Magalhaes	BELÉM - PA	386
330.***.***-15	Mara Lucinda Gomes do Amaral	BELÉM - PA	387
399.***.***-20	Luis Fabio Leite Rego	BELÉM - PA	388
596.***.***-87	Maria Sueli Barbosa Cavalcante	BELÉM - PA	389
332.***.***-15	Edna Suely Ferreira Lima	BELÉM - PA	390
565.***.***-34	Mônica das Graças Paiva Costa Marçal	BELÉM - PA	391
570.***.***-68	Claudia Marques Santa Rosa Malcher	BELÉM - PA	392
767.***.***-87	Ana Karla da Silva Tabosa	BELÉM - PA	393
223.***.***-15	Clara Celeste Ferreira	BELÉM - PA	394
448.***.***-53	Maria Iza Vilhena de Souza	BELÉM - PA	395
443.***.***-20	Silvia Freire Esteves	BELÉM - PA	396
356.***.***-25	Lindinalva Brasil Monte	BELÉM - PA	397
249.***.***-04	Patrícia Bentes Diniz	BELÉM - PA	398
517.***.***-72	Ingrid Marilia Freitas Galvao	BELÉM - PA	399
450.***.***-49	Joiley Nazaré Queiroz da Silva	BELÉM - PA	400
844.***.***-15	Jussandra Cardoso Rodrigues	BELÉM - PA	401
599.***.***-20	Genize do Socorro Teixeira da Silva	BELÉM - PA	402
375.***.***-20	Ivanise Cristina Brabo Lopes	BELÉM - PA	403
024.***.***-20	Dayse Danielle de Oliveira Silva	BELÉM - PA	404
713.***.***-53	Daniel Ferreira Penante	BELÉM - PA	405
616.***.***-91	Ricardo Mendes Rogerio	BELÉM - PA	406
593.***.***-00	Cleia Carvalho de Oliveira Nontato	BELÉM - PA	407
174.***.***-72	Sonia Helena Paz Guedes	BELÉM - PA	408
745.***.***-34	Camila Tabosa Loureiro Alves	BELÉM - PA	409
866.***.***-49	Karime Abou El Hosn Amaral	BELÉM - PA	410
577.***.***-49	Carlos Alex de Menezes Carneiro	BELÉM - PA	411
235.***.***-34	Ronaldo Costa Monteiro	BELÉM - PA	412
606.***.***-72	Brena Habib Santana Paredes	BELÉM - PA	413
818.***.***-20	Alessandra Amaral Brandão	BELÉM - PA	414
664.***.***-68	Ivanir Gonçalves do Nascimento	BELÉM - PA	415
872.***.***-91	Marina Tuma	BELÉM - PA	416
634.***.***-87	Daniella Franco Coutinho	BELÉM - PA	417
391.***.***-20	Carlos Alberto da Silva Pinheiro	BELÉM - PA	418
380.***.***-49	Ralrizônia Fernandes Sousa	BELÉM - PA	419
939.***.***-49	Nilva Pereira da Silva	BELÉM - PA	420
186.***.***-53	Mari	BELÉM - PA	421
592.***.***-04	Ana Paula Colares Vieira Girard	BELÉM - PA	422
822.***.***-72	Taiana Moita Koury Alves	BELÉM - PA	423
863.***.***-87	Adna Lucia Souza Costa	BELÉM - PA	424
587.***.***-34	Aldir dos Santos Pereira	BELÉM - PA	425
671.***.***-91	Vânia Cristina Campelo Barroso Carneiro	BELÉM - PA	426
514.***.***-53	Roberto Jose Falcon Tamargo	BELÉM - PA	427
696.***.***-91	Lorena Carvalho Santana	BELÉM - PA	428
935.***.***-68	Camila Miranda Abdon	BELÉM - PA	429
884.***.***-87	Samantha Ribeiro da Silva	BELÉM - PA	430
771.***.***-68	Teodolina Valente Leite	BELÉM - PA	431
615.***.***-68	Eline Suely Cardoso Assunção	BELÉM - PA	432
690.***.***-20	Paula Flávia Braga de Araújo Costa	BELÉM - PA	433
705.***.***-15	Taise Cunha de Lucena	BELÉM - PA	434
666.***.***-87	Silvia Leticia Caldeira Lucena	BELÉM - PA	435
674.***.***-72	Thiago Augusto Santos de Nazaré	BELÉM - PA	436
778.***.***-15	Ana Carolina da Silva Palheta	BELÉM - PA	437
218.***.***-49	Roseane do Socorro Ferreira dos Santos	BELÉM - PA	438
639.***.***-53	Jose Robson Paixão Bezerra	BELÉM - PA	439
737.***.***-97	Ana Carla Pinto da Silva	BELÉM - PA	440
330.***.***-00	Rita de Cássia Ferreira De Moraes	BELÉM - PA	441
742.***.***-91	Cintia Tizue Yamaguchi	BELÉM - PA	442
948.***.***-04	Leandro José Almeida Amaro	BELÉM - PA	443
791.***.***-00	Neiva Jose da Luz Dias Junior	BELÉM - PA	444
639.***.***-20	Márcia da Conceição Cardoso de Souza	BELÉM - PA	445
843.***.***-78	Marcella Fernanda Ximenes Soares Ferreira	BELÉM - PA	446
834.***.***-20	Amanda Machado Kahwage	BELÉM - PA	447
008.***.***-48	Fernanda Teixeira de Barros Neta	BELÉM - PA	448
765.***.***-15	Renata dos Santos Alencar	BELÉM - PA	449
655.***.***-00	Carlos Eduardo Santana Gomes	BELÉM - PA	450
893.***.***-00	Samara Costa Fernandes	BELÉM - PA	451
854.***.***-49	Debora Lobato de Souza Costa	BELÉM - PA	452
937.***.***-68	Cristianne de Oliveira Arrais Saraiva	BELÉM - PA	453
920.***.***-49	Zeneide de Fátima de Souza Protasio	BELÉM - PA	454
002.***.***-21	Jakeline de Oliveira Bastos	BELÉM - PA	455
633.***.***-34	Ana Carolina Araujo de Almeida Lins	BELÉM - PA	456
529.***.***-04	Rita de Cássia Santa Fé Borges Duarte	BELÉM - PA	457
727.***.***-04	Lissany Braga Goncalves	BELÉM - PA	458
731.***.***-20	Bruno Alexandre Quadros Gomes	BELÉM - PA	459
010.***.***-13	Marcela Maria Rabelo Pinto	BELÉM - PA	460
827.***.***-34	Thiago Augusto Santos Torres	BELÉM - PA	461
692.***.***-72	Marcelo Vieira Correa	BELÉM - PA	462
616.***.***-34	Carla Andréa Avelar Pires	BELÉM - PA	463
377.***.***-63	Ivone Soares Barbosa	BELÉM - PA	464
946.***.***-04	Jonathan Lorran Pinto Rodrigues	BELÉM - PA	465
306.***.***-72	Ivaneide do Socorro Aviz de Brito	BELÉM - PA	466
287.***.***-15	Edenilza Fabiana de Almeida Santos	BELÉM - PA	467
983.***.***-20	Rayssa Pinheiro Miranda	BELÉM - PA	468
870.***.***-87	Joseli Castro da Luz	BELÉM - PA	469
565.***.***-68	Liamar da Silva Couto	BELÉM - PA	470
513.***.***-20	Isabelly Regina Paiva da Silva	BELÉM - PA	471
708.***.***-00	Andre Manfrini Barbosa de Lima	BELÉM - PA	472
392.***.***-49	Cláudia Tereza Fonseca	BELÉM - PA	473
373.***.***-91	Maria Cláudia Pinheiro Corôa	BELÉM - PA	474
172.***.***-49	Sandra Helena Moreira	BELÉM - PA	475

625.***.***-87	Raquel Tabosa Damasceno Pontes	BELÉM - PA	476
729.***.***-00	Paula Cristina Carvalho da Cunha Anaissi	BELÉM - PA	477
000.***.***-93	João Gabriel Pinto Gursen de Souza	BELÉM - PA	478
507.***.***-30	Letícia Nóbrega Guimarães	BELÉM - PA	479
792.***.***-00	Ryssia de Oliveira Braun Guimaraes	BELÉM - PA	480
004.***.***-66	Jessica Ramos Tavares	BELÉM - PA	481
392.***.***-04	Clemilda Alves da Silva	BELÉM - PA	482
887.***.***-04	Cristiane Patricia Siqueira Monteiro	BELÉM - PA	483
808.***.***-87	Gissele Almeida Dantas Rodrigues	BELÉM - PA	484
950.***.***-91	Fabiane Lima da Silva	BELÉM - PA	485
399.***.***-34	Sílvia Motta Maués	BELÉM - PA	486
965.***.***-91	Arielle Lima dos Santos	BELÉM - PA	487
589.***.***-49	Silvia Maria Gonçalves Rocha	BELÉM - PA	488
368.***.***-00	Maria Janete Nahum Gomes	BELÉM - PA	489
014.***.***-05	Rayane Paiva	BELÉM - PA	490
947.***.***-30	Pamella Augusta Passos Ventura Pina	BELÉM - PA	491
978.***.***-49	Anna Debora Freitas Araujo	BELÉM - PA	492
538.***.***-06	Adalberto Fabrício Teixeira Rezende	BELÉM - PA	493
013.***.***-57	Gabriela Guimarães Alvares	BELÉM - PA	494
981.***.***-87	Arthur dos Santos Baia	BELÉM - PA	495
528.***.***-49	Bruna Ribeiro de Araujo Lira	BELÉM - PA	496
668.***.***-34	Andreza do Socorro Silva da Veiga	BELÉM - PA	497
745.***.***-00	Lorena de Oliveira Santos	BELÉM - PA	498
488.***.***-87	Maria Geice de Lima Cordeiro	BELÉM - PA	499
512.***.***-15	Mariana Souza Azevedo	BELÉM - PA	500
023.***.***-00	Emilly Luzia dos Santos Sousa	BELÉM - PA	501
746.***.***-00	Dyana Barbosa Ferreira	BELÉM - PA	502
840.***.***-34	Alex Franco	BELÉM - PA	503
006.***.***-35	Anderson Antunes da Costa Moraes	BELÉM - PA	504
017.***.***-70	Flavia Lobato Maciel	BELÉM - PA	505
031.***.***-88	Grace Kelly Cabral dos Santos	BELÉM - PA	506
598.***.***-91	Giselle Parente Souza	BELÉM - PA	507
836.***.***-00	Laura Maria Tomazi Neves	BELÉM - PA	508
008.***.***-40	Karine Moreira Gomes	BELÉM - PA	509
597.***.***-68	Daniela Viana Soares	BELÉM - PA	510
802.***.***-91	Joyce Castro Lopes dos Santos	BELÉM - PA	511
020.***.***-02	Rosangela Camila Maciel Maia	BELÉM - PA	512
585.***.***-91	Marluce Gonçalves Ramos	BELÉM - PA	513
710.***.***-72	Vanessa Lopes da Silva	BELÉM - PA	514
402.***.***-04	Ilza Pastana Ferreira	BELÉM - PA	515
884.***.***-72	Jose Carlos Pinheiro Maues	BELÉM - PA	516
373.***.***-20	Robervania Aguiar dos Anjos	BELÉM - PA	517
020.***.***-80	Ana Carolina de Souza Damasceno	BELÉM - PA	518
255.***.***-00	Francione de Avelar Rodrigues	BELÉM - PA	519
652.***.***-00	DANIELA BARROS	BELÉM - PA	520
013.***.***-11	Luciana Alves Medeiros	BELÉM - PA	521
228.***.***-49	Andrea Maia Correa Joaquim	BELÉM - PA	522
460.***.***-53	Flávia Sirotheau Corrêa Pontes	BELÉM - PA	523
677.***.***-49	Jucenira Rodrigues Farias	BELÉM - PA	524
006.***.***-00	Jamille Jheniffer Nascimento Auzier	BELÉM - PA	525
854.***.***-68	Débora Melo da Silva Brito	BELÉM - PA	526
955.***.***-91	Jamilly Iracema Campos de Souza	BELÉM - PA	527
019.***.***-07	Daniella Meneses Seawright Oliveira	BELÉM - PA	528
842.***.***-00	Thalita Mariana Gonçalves da Silva	BELÉM - PA	529
013.***.***-50	Paulo de Tarso Toscano Júnior	BELÉM - PA	530
003.***.***-73	Juliana Mendes Pacheco	BELÉM - PA	531
004.***.***-93	Samantha Pereira Caldas	BELÉM - PA	532
070.***.***-58	Patricia da Silva Souza	BELÉM - PA	533
378.***.***-00	Feliciana Ueyama	BELÉM - PA	534
633.***.***-34	Enfermeiro Gugu	BELÉM - PA	535
877.***.***-68	Suzana Menezes de Araujo Veloso	BELÉM - PA	536
007.***.***-29	Vitor Hugo Pantoja Souza	BELÉM - PA	537
729.***.***-53	Lidiane Assunção de Vasconcelos	BELÉM - PA	538
962.***.***-68	Isabelle Souza Machado	BELÉM - PA	539
664.***.***-04	Gisele Regina Almeida Alves	BELÉM - PA	540
012.***.***-81	Priscila Fonseca Souza	BELÉM - PA	541
014.***.***-44	Evelyn Lorena Lima do Vale	BELÉM - PA	542
471.***.***-34	Alinete de Jesus Osorio Alves	BELÉM - PA	543
850.***.***-72	Joel Vitor da Silva Goyzueta	BELÉM - PA	544
021.***.***-79	João Paulo Menezes Lima	BELÉM - PA	545
025.***.***-73	Raquel Pantoja de Medeiros	BELÉM - PA	546
018.***.***-00	Bruna Fonseca Rezende	BELÉM - PA	547
005.***.***-78	Pricila Costa Cavalcante	BELÉM - PA	548
012.***.***-97	Mariana Zuleica Correa Massoud	BELÉM - PA	549
927.***.***-15	Letícia Ramos Pereira	BELÉM - PA	550
458.***.***-87	Cristiane Costa	BELÉM - PA	551
013.***.***-60	Nathaska Lorrana Santiago da Rocha	BELÉM - PA	552
788.***.***-15	Idelvan da Trindade Seabra Junior	BELÉM - PA	553
012.***.***-90	Fadia	BELÉM - PA	554
019.***.***-02	Maria Clara Raiol da Silva	BELÉM - PA	555
029.***.***-17	Elder Nayan de Jesus Torres	BELÉM - PA	556
842.***.***-68	Laize Souto Farage de Sousa	BELÉM - PA	557
046.***.***-14	Marielle Pires Quaresma	BELÉM - PA	558
015.***.***-50	Renata Gomes Martins	BELÉM - PA	559
454.***.***-87	Eliana Pinheiro Ferreira	BELÉM - PA	560
946.***.***-91	Ana Laura Pereira de Souza Novaes	BELÉM - PA	561
017.***.***-86	Danielle Larissa Barbosa de Souza	BELÉM - PA	562
671.***.***-15	Alciléa Teixeira Siqueira	BELÉM - PA	563
016.***.***-93	Joyane Mesquita Gois Andrade	BELÉM - PA	564

020.***.***-56	Carmen Larissa Soares Araújo	BELÉM - PA	565
334.***.***-04	Maridelzira Betânia Moraes David	BELÉM - PA	566
327.***.***-04	João Roberto de Amorim Pinto	BELÉM - PA	567
721.***.***-15	Larissa Lima Monteiro da Silva	BELÉM - PA	568
788.***.***-68	Luciana Santos de Alcantara	BELÉM - PA	569
003.***.***-05	Claudia Roberta Lima Furtado de Mendonça	BELÉM - PA	570
327.***.***-34	Ana Cristina Alvares Guzzo	BELÉM - PA	571
461.***.***-53	Cristina Socorro Mendes dos Santos	BELÉM - PA	572
799.***.***-00	Aliucha Belmiro	BELÉM - PA	573
968.***.***-91	Júlia Hilda Lisboa Vasconcelos	BELÉM - PA	574
015.***.***-06	Rodrigo Augusto Santos Cardoso	BELÉM - PA	575
016.***.***-57	Kerolayne de Castro Bezerra	BELÉM - PA	576
013.***.***-07	Mateus	BELÉM - PA	577
479.***.***-15	Fabiola Coelho de Araujo	BELÉM - PA	578
751.***.***-53	Tarciane de Sousa Borges	BELÉM - PA	579
818.***.***-72	Marcelo Camilo Silva Ferreira	BELÉM - PA	580
858.***.***-34	Rômulo Cardoso Martins	BELÉM - PA	581
003.***.***-27	Renata Ferreira Silva	BELÉM - PA	582
943.***.***-72	Amanda Corrêa Pires	BELÉM - PA	583
075.***.***-20	Vera Lucia Coutinho Batista	MANAUS - AM	584
847.***.***-20	Carla Barros da Rocha Ribas	MANAUS - AM	585
516.***.***-04	Giselle Costa Dantas e Silva	MANAUS - AM	586
588.***.***-53	Maria do Socorro Azêdo Lobato	MANAUS - AM	587
028.***.***-31	Renata Vieira Amorim	MANAUS - AM	588
637.***.***-53	Pietro Pinheiro Alves	MANAUS - AM	589
711.***.***-49	Andréa Costa de Andrade	MANAUS - AM	590
615.***.***-15	Adriany Alves Pinto Diniz de Araujo	MANAUS - AM	591
038.***.***-88	Jerônimo Correia Barbosa Neto	MANAUS - AM	592
013.***.***-69	Marcos Giovanni Santos Carvalho	MANAUS - AM	593
710.***.***-34	Amanda França Silva Aguiar	MANAUS - AM	594
522.***.***-53	Ziza Emi Sakamoto	MANAUS - AM	595
337.***.***-20	Jocenir Carvalho Pinto	MANAUS - AM	596
613.***.***-91	Silvia Cristina Martos de Souza	MANAUS - AM	597
778.***.***-34	Alessandra de Souza Resutto	MANAUS - AM	598
644.***.***-63	Mirian Brasil Magalhaes de Oliveira	MANAUS - AM	599
904.***.***-15	Anike Ramos Rodrigues	MANAUS - AM	600
935.***.***-53	Alice Brito Brandao	MANAUS - AM	601
671.***.***-91	Deborah Cristina de Jesus Cavalcante	MANAUS - AM	602
859.***.***-04	Lilian César Salgado Boaventura	MANAUS - AM	603
866.***.***-53	Cláudio Ladys da Silva	MANAUS - AM	604
750.***.***-15	Ronaldo Corrêa de Souza	MANAUS - AM	605
896.***.***-00	Jônatas Marcondes dos Santos	MANAUS - AM	606
613.***.***-49	Fabiany de Castro do Nascimento	MANAUS - AM	607
007.***.***-18	Natalia Regina Freitas Moraes	MANAUS - AM	608
810.***.***-20	Julia Campos Melo e Silva de Oliveira	MANAUS - AM	609
035.***.***-06	Joana Brito de Oliveira Castelo Branco	MANAUS - AM	610
661.***.***-15	Patrícia Araujo de Almeida Gomes	MANAUS - AM	611
520.***.***-53	Nádia Kétssa Lima Lucas	MANAUS - AM	612
000.***.***-71	Alyne Batista Martins	MANAUS - AM	613
070.***.***-86	Ana Carolina Oliveira Rodrigues Duarte	MANAUS - AM	614
009.***.***-90	Maria Clara de Souza Pereira Gama Maciel	MANAUS - AM	615
706.***.***-91	Valeska Pedroso Rodrigues	MANAUS - AM	616
004.***.***-56	Bárbara Misslane da Cruz Castro	MANAUS - AM	617
683.***.***-72	Alessandra Nogueira	MANAUS - AM	618
013.***.***-01	Cynara Rêgo Nogueira	MANAUS - AM	619
533.***.***-00	Erik Marques da Silva	MANAUS - AM	620
992.***.***-20	Larissa Rodrigues Braga de Almeida	MANAUS - AM	621
003.***.***-18	Ana Carolina Feijó Cruz Oliveira	MANAUS - AM	622
535.***.***-10	Tommy Lee Francia Alvizuri	MANAUS - AM	623
317.***.***-49	Doralice Ribeiro Braga	MANAUS - AM	624
492.***.***-87	Eurides Souza de Lima	MANAUS - AM	625
020.***.***-00	Regiane Carneiro Bezerra	MANAUS - AM	626
020.***.***-41	Zilda Maria Tejada Steckelberg	MANAUS - AM	627
005.***.***-61	Joany Evelyn de Athayde Ferreira Sales	MANAUS - AM	628
014.***.***-55	Raynara Fonseca dos Santos	MANAUS - AM	629
436.***.***-10	Minerva Leopoldina de Castro Amorim	MANAUS - AM	630
036.***.***-10	Ezequiel Fernandes da Costa Neto	MANAUS - AM	631
026.***.***-50	Gabriela de Freitas Marques	MANAUS - AM	632
005.***.***-81	Eline Araujo de Oliveira	MANAUS - AM	633
013.***.***-56	Carla Caroline Oliveira de Souza	MANAUS - AM	634
019.***.***-83	Caroline Mota de Souza	MANAUS - AM	635
001.***.***-61	Jaiana Ochoa da Silva de Barros	MANAUS - AM	636
021.***.***-48	Mércia Valkíria	MANAUS - AM	637
021.***.***-54	Flávia Maia Trindade	MANAUS - AM	638
086.***.***-09	Isaunir Verissimo Lopes	CURRAL DE CIMA - PB	639
043.***.***-30	Jéssica Maia Rodrigues Aguiar	CURRAL DE CIMA - PB	640
023.***.***-50	Naina Silva Santos	DOM BASÍLIO - BA	641
041.***.***-69	Jéssica Caires Araújo Dias	DOM BASÍLIO - BA	642
039.***.***-12	Deborah Eugênia Chaves Miranda Araujo	DOM BASÍLIO - BA	643
026.***.***-02	Maluanne Santos Silva	DOM BASÍLIO - BA	644
424.***.***-68	Maria Mirtes da Nobrega	SANTA LUZIA - PB	645
965.***.***-87	Paola Katherine Esteves da Silva	BELÉM - PB	646
055.***.***-44	Isabela Lira Teixeira	INGÁ - PB	647
433.***.***-53	Rita de Cássia Rebouças Rodrigues	ICAPUÍ - CE	648
026.***.***-07	Brena Jessica da Silva Damasceno	ICAPUÍ - CE	649
035.***.***-75	Michelle Karoline Costa	ICAPUÍ - CE	650
032.***.***-51	Rubenio Diego Freitas Rebouças	ICAPUÍ - CE	651
033.***.***-36	Sarah Anne Silveira Sampaio	ICAPUÍ - CE	652
009.***.***-69	Bárbara Danielle Calixto de Alcântara	ICAPUÍ - CE	653
048.***.***-89	Wesley da Silva Lopes	ICAPUÍ - CE	654
054.***.***-20	Rafaelly Rocha Lima Barbosa	ICAPUÍ - CE	655
028.***.***-24	Cíntia Carneiro Nunes	MAIRI - BA	656
046.***.***-86	Anne Caroline Santos	UNA - BA	657
096.***.***-06	Simone Nicácio da Silva	PRINCESA ISABEL - PB	658
111.***.***-75	Gesikelly Lopes da Silva	OROBÓ - PE	659
909.***.***-34	Monísya Oliveira Ferreira Brandão	MILAGRES - CE	660
718.***.***-00	Maria Gildene Sampaio	MILAGRES - CE	661
003.***.***-29	Sara Maria Teles de Figueiredo	MILAGRES - CE	662
042.***.***-70	Pricilia Vasques dos Santos	MILAGRES - CE	663
012.***.***-76	Herica do Socorro Rodrigues Cabral Feitosa	MILAGRES - CE	664
049.***.***-92	Wilgna Begna Ferreira Pereira	PAU DOS FERROS - RN	665
035.***.***-51	Felipe Porto Alves	ESPERANÇA - PB	666
841.***.***-72	Camila dos Santos de Santana	AMARGOSA - BA	667
022.***.***-28	Luana Nascimento de Santana	AMARGOSA - BA	668

028.***.***-13	Daiane Argolo Rebouças	AMARGOSA - BA	669
888.***.***-68	Elaine Souza de Almeida	AMARGOSA - BA	670
282.***.***-15	Claudio Orestes Britto Filho	SANTA CRUZ - RN	671
664.***.***-72	Ana Neilma Pinheiro das Neves	SANTA CRUZ - RN	672
513.***.***-87	Iran Siqueira Pereira	SANTA CRUZ - RN	673
053.***.***-45	Liliane de Macedo Azevêdo	SANTA CRUZ - RN	674
037.***.***-93	Allan Sena da Costa	SANTA CRUZ - RN	675
030.***.***-66	Viviane Fernandes de Medeiros	SANTA CRUZ - RN	676
047.***.***-37	Joas Pinheiro da Costa	SANTA CRUZ - RN	677
723.***.***-87	Edinara Lina de Oliveira	SANTA CRUZ - RN	678
068.***.***-41	Andressa Aryane Figueiredo Rêgo	SANTA CRUZ - RN	679
071.***.***-08	Diego Pereira Gabriel dos Santos	SANTA CRUZ - RN	680
062.***.***-26	Gabrielle Mahara Martins Azevedo Castro	SANTA CRUZ - RN	681
034.***.***-45	João Danyell Dantas da Silva	SANTA CRUZ - RN	682
007.***.***-70	Ivanice de Fátima Torquato Franco	SANTA CRUZ - RN	683
083.***.***-09	Débora Silva de Oliveira	SANTA CRUZ - RN	684
068.***.***-71	Natália Alves de Queiroz	SANTA CRUZ - RN	685
054.***.***-16	Maria Milena Maurício Belarmino	SANTA CRUZ - RN	686
104.***.***-07	Amanda Gabriela Araújo da Silva	SANTA CRUZ - RN	687
989.***.***-53	Marcia Maria dos Santos Ferreira	SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA	688
024.***.***-80	Tatiane Queiroz Silva	SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA	689
012.***.***-33	Francisco Gildo da Silva Duarte	SANTA QUITÉRIA - CE	690
042.***.***-55	Denise Tavares de Mesquita	SANTA QUITÉRIA - CE	691
043.***.***-44	Ademir Furtado Vasconcelos Filho	SANTA QUITÉRIA - CE	692
347.***.***-78	Wellington Pedro de Sousa	MAMANGUAPE - PB	693
006.***.***-20	Lenildo Filho Masculino de Morais	MAMANGUAPE - PB	694
012.***.***-40	Dallyana de Medeiros Souza Silveira	CURRAIS NOVOS - RN	695
057.***.***-32	Leandro de Souza Martins	CURRAIS NOVOS - RN	696
064.***.***-37	Maria Carolina Barbosa da Nóbrega Almeida	CURRAIS NOVOS - RN	697
074.***.***-04	Fernanda Kamila Souza de Oliveira	CURRAIS NOVOS - RN	698
085.***.***-09	João Paulo da Silva Pires	CURRAIS NOVOS - RN	699
011.***.***-00	Lua Karine de Sousa Pereira	CURRAIS NOVOS - RN	700
061.***.***-38	Ana Karine Alves Maia	SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE	701
043.***.***-19	Rebeca Rafaela Santiago Silva	SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE	702
730.***.***-15	Nilceia Capinan Oliveira	SANTO ESTÊVÃO - BA	703
017.***.***-90	Maria Jacqueline Macedoc Cruz	TAUÁ - CE	704
872.***.***-49	Andressa Oliveira Braz	TAUÁ - CE	705
014.***.***-28	Ivanilda Fernandes Oliveira	TAUÁ - CE	706
009.***.***-82	Bruna	TAUÁ - CE	707
037.***.***-30	Geandra Caracas de Oliveira	TAUÁ - CE	708
036.***.***-45	Antonia Mayra Martins de Sousa	TAUÁ - CE	709
045.***.***-78	Ystállite Coutinho Cordeiro	TAUÁ - CE	710
054.***.***-29	Keyslla Gomes Rodrigues de Almeida	TAUÁ - CE	711
050.***.***-26	José Duanne Benevides de Lima	TAUÁ - CE	712
892.***.***-04	Martha Campos de Moura Fe	LIMOEIRO DO NORTE - CE	713
003.***.***-96	Danicleide Maia Paiva	LIMOEIRO DO NORTE - CE	714
634.***.***-04	Maria Viviane Maia Lima Pitombeira	LIMOEIRO DO NORTE - CE	715
042.***.***-35	Jeicy Karize Andrade Costa	LIMOEIRO DO NORTE - CE	716
478.***.***-00	Patricia Maria de Albuquerque Brayner	BARBALHA - CE	717
623.***.***-15	José Gilmar Sampaio Filho	BARBALHA - CE	718
769.***.***-20	Déborah Peixoto Brilhante	BARBALHA - CE	719
876.***.***-34	Sarah Moreira Gomes	BARBALHA - CE	720
751.***.***-68	Geamberg Einstein Cruz Macedo	BARBALHA - CE	721
959.***.***-87	Magnollya Moreno de Araújo Lelis	BARBALHA - CE	722
641.***.***-68	Dalana Aquino Martins de Alencar	BARBALHA - CE	723
011.***.***-76	Allana Maria Garcia Sampaio	BARBALHA - CE	724
032.***.***-29	José Damásio Soares Costa Filho	BARBALHA - CE	725
014.***.***-36	Tainã Brito Siebra de Oliveira	BARBALHA - CE	726
048.***.***-00	Jullianny Ribeiro Macêdo	BARBALHA - CE	727
035.***.***-88	Amanda Plácido da Silva	BARBALHA - CE	728
018.***.***-58	Indira Ravena Pereira Alves Fernandes Macêdo	BARBALHA - CE	729
047.***.***-67	Caroline Filgueira Rufino	BARBALHA - CE	730
013.***.***-40	Klesia Willma Rodrigues Pereira	MORADA NOVA - CE	731
035.***.***-11	Ana Sylmara	MORADA NOVA - CE	732
013.***.***-55	Maria Rafaele Pereira Bezerra	MORADA NOVA - CE	733
046.***.***-52	Rozana Vieira Nogueira	MORADA NOVA - CE	734
702.***.***-15	Raimunda Sheyla de Lima	MORADA NOVA - CE	735
859.***.***-15	Janaine Fernandes Galvao	CAJAZEIRAS - PB	736
907.***.***-20	Geralda Menezes Magalhães de Farias	ACARAÚ - CE	737
059.***.***-29	Danilo Aleff Silveira	ACARAÚ - CE	738
814.***.***-87	Enilda Fontenele dos Santos	CAMOCIM - CE	739
838.***.***-25	Meidislavia Alves de Sa	CAMOCIM - CE	740
035.***.***-19	Marciano da Rocha Rodrigues	CAMOCIM - CE	741
600.***.***-22	Geórgia Vieira de Sousa	CAMOCIM - CE	742
053.***.***-35	Cartiane de Sousa Ferreira	CAMOCIM - CE	743
066.***.***-73	Yara Christian Vasconcelos Monte Farias	CAMOCIM - CE	744
064.***.***-99	Larissa da Silva Monteiro	CAMOCIM - CE	745
652.***.***-04	Gabriela Fernandes Veras	CAMOCIM - CE	746
145.***.***-08	Rodrigo Leal Mendes	CAMOCIM - CE	747
972.***.***-00	Juliana Dias Silva	CRUZ DAS ALMAS - BA	748
047.***.***-29	Rebeca Rios Santiago	CRUZ DAS ALMAS - BA	749
054.***.***-73	Juliana Correia de Souza	CRUZ DAS ALMAS - BA	750
361.***.***-00	Cristiana Barreira Pinto	HORIZONTE - CE	751
448.***.***-72	Nira Marques	HORIZONTE - CE	752
766.***.***-49	Erica Cordeiro Rodrigues	HORIZONTE - CE	753
027.***.***-13	Diana Carla Laureano de Oliveira	HORIZONTE - CE	754
046.***.***-02	Rafael Bezerra Ribeiro	CAICÓ - RN	755
022.***.***-05	Josemária de Medeiros Batista	CAICÓ - RN	756
058.***.***-98	Édson Wânder Véras	CAICÓ - RN	757
101.***.***-30	Deysianne Meire da Silva Lima	CAICÓ - RN	758
066.***.***-75	Ana Santana dos Santos Oliveira	CAICÓ - RN	759
065.***.***-78	Anne Gabrielly Pereira Dantas	CAICÓ - RN	760
098.***.***-07	Ana Raquel Dantas de Azevedo	CAICÓ - RN	761
078.***.***-82	Amanda Gabriele Monteiro Nunes	CAICÓ - RN	762
061.***.***-18	Luiz Paulo Gomes dos Santos Rosa	CAICÓ - RN	763
097.***.***-35	Bruna Conceição Dantas Santos	CAICÓ - RN	764
085.***.***-43	Ana Raquel Galvão Soares Silva	CAICÓ - RN	765
054.***.***-43	Keila Karoline Souza do Nascimento	CAICÓ - RN	766
111.***.***-84	Antonio Ygor Modesto de Oliveira	OURICURI - PE	767
017.***.***-93	Mariana Lima Malheiros Leal	BOM JESUS DA LAPA - BA	768
043.***.***-60	Daiane de Oliveira Marques Ferreira	BOM JESUS DA LAPA - BA	769
023.***.***-42	Camila Lula do Amaral	BOM JESUS DA LAPA - BA	770
049.***.***-25	Geisa Magalhães Silva	BOM JESUS DA LAPA - BA	771
003.***.***-03	Gláucia Porto de Freitas	ARACATI - CE	772
024.***.***-02	Anny Caroline Teobaldo Batista	ARACATI - CE	773
037.***.***-64	Natália Souza Grangeiro	ARACATI - CE	774

062.***.***-80	Ana Caroline Vieira da Silva	ARACATI - CE	775
062.***.***-17	Monalisa Maria Brito Maia	ARACATI - CE	776
021.***.***-70	Luiz Júnio de Santiago Almeida	ARACATI - CE	777
041.***.***-48	Vitória Ávila Ramos de Souza	ARACATI - CE	778
008.***.***-67	Rosemary Nunes Bezerra	ARCOVERDE - PE	779
351.***.***-15	Tecla Maria de Castro Rangel Tenorio	PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL	780
818.***.***-91	Antonia Idenir de Sousa Melo	CRATEÚS - CE	781
000.***.***-81	Naira Denise de Sousa Santos	CRATEÚS - CE	782
600.***.***-10	Camila da Costa Viana	CRATEÚS - CE	783
014.***.***-59	Lara Andresa Dourado Pereira Bonfim de Azevedo	IRECÊ - BA	784
029.***.***-57	Lívia Carolina Dourado Pereira Nunes	IRECÊ - BA	785
600.***.***-21	Nayara Régyla Silva Ribeiro	QUIXERAMOBIM - CE	786
629.***.***-44	Nila Maria de Menezes	QUIXERAMOBIM - CE	787
035.***.***-88	Enale Camurça Moraes	QUIXERAMOBIM - CE	788
019.***.***-45	Matheus Arrais Morais	QUIXERAMOBIM - CE	789
031.***.***-76	Breno Augusto Rufino Fernandes	QUIXERAMOBIM - CE	790
011.***.***-50	Mabel de Albuquerque Silva Rolim	QUIXERAMOBIM - CE	791
023.***.***-10	Mileide de Jesus Novais Nazario	QUIXERAMOBIM - CE	792
054.***.***-25	Maria Wiliana Alves Lucas	QUIXERAMOBIM - CE	793
020.***.***-16	Anne Rafaela de Sousa Ribeiro	QUIXERAMOBIM - CE	794
603.***.***-98	Eliane Clares Barbosa	QUIXERAMOBIM - CE	795
472.***.***-34	Rogeria Cristina Toscano Dias	MACAÍBA - RN	796
043.***.***-90	Fábio Ricardo de Oliveira Galvão	MACAÍBA - RN	797
067.***.***-32	Miliana Galvão Prestes	MACAÍBA - RN	798
076.***.***-75	Luana Celly Silva Aprígio	MACAÍBA - RN	799
068.***.***-61	Daniele Caroline Leoncio Ferreira	MACAÍBA - RN	800
700.***.***-78	Luana Cecília Farache Lemos Leal	MACAÍBA - RN	801
099.***.***-50	Cléa Emanuela Barreto de Medeiros	MACAÍBA - RN	802
095.***.***-32	Jardany do Nascimento Barros	MACAÍBA - RN	803
904.***.***-15	Maria Florencia Dias Bezerra Brasileiro	JACOBINA - BA	804
085.***.***-17	Monizy Danyelly Lacerda de Queiroz	SERRA TALHADA - PE	805
014.***.***-95	Hélio Erikson Fontes de Sousa	SERRA TALHADA - PE	806
575.***.***-87	Aleide Barbosa Viana	QUIXADÁ - CE	807
017.***.***-77	Virginia Costa Pinheiro	QUIXADÁ - CE	808
025.***.***-82	Katweurya Santana Campos	QUIXADÁ - CE	809
005.***.***-60	Anatacha Silva Souza	QUIXADÁ - CE	810
024.***.***-30	Camila Souza Praxedes	QUIXADÁ - CE	811
023.***.***-47	Laiany Cavalcante Gomes	QUIXADÁ - CE	812
033.***.***-52	Luana Filgueiras Rabelo	QUIXADÁ - CE	813
059.***.***-55	Leila Cristina Bilro de Noronha	QUIXADÁ - CE	814
461.***.***-34	Rose Eloíse Holanda	QUIXADÁ - CE	815
056.***.***-13	Samuel Prudêncio Girão	QUIXADÁ - CE	816
053.***.***-54	Luísa Vale de Carvalho	SÃO CRISTÓVÃO - SE	817
057.***.***-55	Beatriz Costa da Silva	SÃO CRISTÓVÃO - SE	818
015.***.***-11	João Paulo Almeida Brito da Silva	SÃO CRISTÓVÃO - SE	819
045.***.***-62	Maria Lisbete Holanda Mendonça	IGUATU - CE	820
619.***.***-87	Carlos Ticiano Duarte Pereira	IGUATU - CE	821
853.***.***-91	Marta Valéria Rodrigues de Souza	IGUATU - CE	822
039.***.***-43	Nayane Batista de Melo	IGUATU - CE	823
007.***.***-31	Fideralina Rodrigues de Albuquerque	IGUATU - CE	824
644.***.***-04	Luciana Maria Carlos da Silva	IGUATU - CE	825
027.***.***-37	Edimira Correia Cavalcante Medeiros Assunção	IGUATU - CE	826
005.***.***-96	Francisco Adriano Pereira Saraiva	IGUATU - CE	827
025.***.***-94	Camila Nunes Fernandes	IGUATU - CE	828
828.***.***-63	Adriana Neves Cavalcante Duarte	IGUATU - CE	829
054.***.***-36	Junior César Lopes Marçal	IGUATU - CE	830
001.***.***-63	Patricia Gomes de Araujo	IGUATU - CE	831
638.***.***-15	Patrícia Ferreira Alves	IGUATU - CE	832
047.***.***-00	Thalmaja Alves da Silva Paulino	IGUATU - CE	833
020.***.***-10	Herivania Macedo do Nascimento	IGUATU - CE	834
063.***.***-04	Diana Pereira Lopes	IGUATU - CE	835
025.***.***-24	Rochelle Moura Sarmento	IGUATU - CE	836
057.***.***-06	Aliciane Sobreira Lima	IGUATU - CE	837
014.***.***-05	Kelly Wanessa Hipolito da Silva	IGUATU - CE	838
922.***.***-49	Flavio Augusto Guerreiro Aragão de Villar	SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA	839
008.***.***-25	Carlos Wagner Souza Menezes	SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA	840
038.***.***-13	Danielle Sampaio Lemos	SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA	841
089.***.***-78	Flavia Cristiane da Silva	SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA	842
027.***.***-86	Igor Barbosa Ribeiro	SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA	843
038.***.***-75	Fernanda Alves Silva Neri	SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA	844
013.***.***-37	Stephanie Maniçoba Leite	LAGARTO - SE	845
895.***.***-68	Adriana Gomes Lima	LAGARTO - SE	846
813.***.***-68	Ana Camila de Paula Reis	LAGARTO - SE	847
621.***.***-34	Luciano Pinheiro de Brito	LAGARTO - SE	848
911.***.***-68	Fabiana Conceição de Oliveira Santos Falcão	LAGARTO - SE	849
002.***.***-75	Juliana de Avila Barreto Alves	LAGARTO - SE	850
032.***.***-32	Jeane Paranhos da Silva Sena	LAGARTO - SE	851
028.***.***-70	Jaqueline Gonçalves Moura	LAGARTO - SE	852
027.***.***-65	Deisiane dos Santos Fernandes da Visitação	LAGARTO - SE	853
001.***.***-10	Rodrigo Silva Santos	LAGARTO - SE	854
025.***.***-60	Candice Lima Cruz	LAGARTO - SE	855
023.***.***-60	Ricardo Barros Mendes	LAGARTO - SE	856
035.***.***-93	Taciane dos Santos Gouveia	LAGARTO - SE	857
047.***.***-75	Lidiane Assis dos Santos	LAGARTO - SE	858
052.***.***-71	Camila Menezes Góis	LAGARTO - SE	859
020.***.***-30	Cirne Moutinho Magalhães Júnior	LAGARTO - SE	860
044.***.***-30	Kamila Luana do Nascimento Silva	LAGARTO - SE	861
838.***.***-87	Monique Amaral Rezende	LAGARTO - SE	862
020.***.***-51	Lidiane Lima de Sa	LAGARTO - SE	863
046.***.***-92	Valéria Viana de Carvalho	LAGARTO - SE	864
031.***.***-25	Hericalizandra Santa Rosa Santana	LAGARTO - SE	865
031.***.***-10	Kananda Franciele Souza Santos	LAGARTO - SE	866
067.***.***-58	Rogério Silva Santos	LAGARTO - SE	867
619.***.***-72	Ana Ligia Assunção Livalter	ITAPIPOCA - CE	868
485.***.***-15	Alessandra	CRATO - CE	869
018.***.***-48	Erika Roméria Formiga de Sousa	CRATO - CE	870
767.***.***-00	Ana Ligia Neves da Luz Luna	CRATO - CE	871
703.***.***-00	Daniela Cavalcanti e Silva Novais Carvalho	CRATO - CE	872
826.***.***-20	Keila Formiga de Castro	CRATO - CE	873
657.***.***-49	Ticiana Maria Gomes Guedes	CRATO - CE	874
031.***.***-67	Duciele Araujo Pinheiro Bione	CRATO - CE	875
276.***.***-15	Maria Darcylene de Souza Feitosa	CRATO - CE	876
465.***.***-34	Anna Florença Araujo Pinho	CRATO - CE	877
029.***.***-20	Hallana de Lima Teles	CRATO - CE	878
801.***.***-53	Monalyza Queiroz Peixoto	CRATO - CE	879
883.***.***-87	Mara Alexandra Vieira Damaceno Moura	CRATO - CE	880

063.***.***-84	Hildegaranje de Menezes Oliveira Cavalcanti	CRATO - CE	881
067.***.***-78	Antonio Eclésio Modesto Lima	CRATO - CE	882
793.***.***-53	Ana Rachel Vieira Amorim	CRATO - CE	883
776.***.***-20	Deborah da Conceição Justino Nunes Brasil	CRATO - CE	884
095.***.***-63	Edilania Ferreira Castro	CRATO - CE	885
040.***.***-79	Gabriella de Abreu Candido	CRATO - CE	886
600.***.***-60	Raquel Alves Martins	CRATO - CE	887
937.***.***-15	Lizziane Pinho Bezerra	CRATO - CE	888
123.***.***-68	Vera Lucia Soares e Silva	CRATO - CE	889
058.***.***-38	Emanuela Pinheiro de Oliveira	CRATO - CE	890
738.***.***-68	Pablo Antonio Maia de Farias	CRATO - CE	891
057.***.***-51	Izabel Patrício Bezerra	CRATO - CE	892
068.***.***-74	Fernanda Kassia Tenorio Caldas de Macedo	GARANHUNS - PE	893
096.***.***-36	Anderson de Melo Araujo	GARANHUNS - PE	894
005.***.***-37	Ellen da Anunciação	GARANHUNS - PE	895
081.***.***-16	Márcia Jasmini Sidartha da Silva Fernandes	GARANHUNS - PE	896
117.***.***-08	Nathália Larissa Bezerra Lima	GARANHUNS - PE	897
116.***.***-60	José Victor Dias Leite	GARANHUNS - PE	898
019.***.***-08	Nirlley Karcia da Silva Veras	PARNAÍBA - PI	899
572.***.***-49	João Maria Corrêa Filho	PARNAÍBA - PI	900
929.***.***-91	Ângelo Pádua Reis	PARNAÍBA - PI	901
018.***.***-47	Raylton da Silva Cardoso	PARNAÍBA - PI	902
030.***.***-24	Antonio Joelmir Portela da Silva	PARNAÍBA - PI	903
054.***.***-35	Cleison Bruno Machado Lima	PARNAÍBA - PI	904
053.***.***-55	Francisca Maria Leite Silva	PARNAÍBA - PI	905
026.***.***-28	Emmanuelle Patricia Oliveira da Silva	PARNAÍBA - PI	906
029.***.***-61	Robson Ângelo de Sousa Castro	PARNAÍBA - PI	907
049.***.***-55	Andressa Suelly Batista de Sousa	PARNAÍBA - PI	908
656.***.***-68	Renata Sousa	PARNAÍBA - PI	909
024.***.***-81	Adriana de Lima Silva	CAMARAGIBE - PE	910
064.***.***-36	Kamila Lúcia dos Santos	CAMARAGIBE - PE	911
062.***.***-69	Clarissa Fialho de Oliveira	CAMARAGIBE - PE	912
966.***.***-00	Nivaldo Souza Cardozo Filho	BARREIRAS - BA	913
003.***.***-09	Larissa de Souza Santana Gama	BARREIRAS - BA	914
843.***.***-72	Danielle Silva de Freitas	BARREIRAS - BA	915
058.***.***-40	Thais Cardoso	TEIXEIRA DE FREITAS - BA	916
002.***.***-90	Abinesio Nunes de Oliveira Junior	JEQUIÉ - BA	917
002.***.***-30	Taline Souza de Andrade	JEQUIÉ - BA	918
016.***.***-43	Ricardo Souza Damasceno	JEQUIÉ - BA	919
915.***.***-68	Linalva Oliveira Santos	JEQUIÉ - BA	920
013.***.***-10	Victor Lima Santos	JEQUIÉ - BA	921
015.***.***-19	Adaíse Passos Souza Amaral	JEQUIÉ - BA	922
030.***.***-78	Jeanne Caldas Carvalho	JEQUIÉ - BA	923
454.***.***-34	Nadjane Alves de Souza	JEQUIÉ - BA	924
017.***.***-07	Sheylla Nayara Sales Vieira	JEQUIÉ - BA	925
004.***.***-60	Gislene de Jesus Cruz Sanches	JEQUIÉ - BA	926
037.***.***-20	Thiago Raphael Martins Meira	JEQUIÉ - BA	927
066.***.***-05	Camila Meira Pereira	JEQUIÉ - BA	928
033.***.***-43	Lais Ramos Santos	JEQUIÉ - BA	929
052.***.***-12	Mauro Palmarella Neto	JEQUIÉ - BA	930
029.***.***-61	Tamiles Daiane Borges Santana	JEQUIÉ - BA	931
057.***.***-93	Ingrid Novaes Leão	JEQUIÉ - BA	932
045.***.***-83	Yann Kevin Fontes Barros Bomfim	JEQUIÉ - BA	933
044.***.***-65	Valeria dos Santos Ribeiro	JEQUIÉ - BA	934
041.***.***-75	Claudia Thais Pereira Pinto	JEQUIÉ - BA	935
224.***.***-66	Luana Costa Teles Lopes	JEQUIÉ - BA	936
003.***.***-10	Graciara Letícia Bezerra Lima	CAXIAS - MA	937
005.***.***-13	Cristiane Oliveira Gomes	CAXIAS - MA	938
042.***.***-64	Raydelane Grailea Silva Pinto	CAXIAS - MA	939
645.***.***-87	Emigdio Nogueira Coutinho	CAXIAS - MA	940
771.***.***-34	Joseneide Teixeira Camara	CAXIAS - MA	941
023.***.***-17	Júlia da Costa Cunha	CAXIAS - MA	942
017.***.***-18	Rafaela Ferreira Vilanova	CAXIAS - MA	943
004.***.***-32	Jose Martins Coelho Neto	CAXIAS - MA	944
028.***.***-43	Joanne Thalita Pereira Silva	CAXIAS - MA	945
034.***.***-16	Raquel dos Santos Lima	CAXIAS - MA	946
035.***.***-13	Kelly Pereira Rodrigues dos Santos'	CAXIAS - MA	947
052.***.***-74	Andréia Carolina Aquino Aguiar	CAXIAS - MA	948
718.***.***-00	Janderlandes Leão Chaves Medeiros	CAXIAS - MA	949
040.***.***-84	Wesllayne Tamara Teles Mendes	CAXIAS - MA	950
029.***.***-24	Vanessa Kely Medeiros Silva Palhano	CAXIAS - MA	951
046.***.***-65	Beatriz Mourão Pereira	CAXIAS - MA	952
627.***.***-53	Naiara Silva Aragão Farias	ILHÉUS - BA	953
033.***.***-39	Bruno Terra Correa	ILHÉUS - BA	954
924.***.***-72	Andrea Spier	ILHÉUS - BA	955
011.***.***-21	Tércia Freire de Melo	ILHÉUS - BA	956
993.***.***-06	Bethania Millena Martins Silva	ILHÉUS - BA	957
782.***.***-72	Dayse Batista Santos	ILHÉUS - BA	958
019.***.***-88	Caroline Couto Domingues	ILHÉUS - BA	959
656.***.***-20	Dejeane de Oliveira Silva	ILHÉUS - BA	960
001.***.***-18	Gleyton Gomes Porto	ILHÉUS - BA	961
011.***.***-77	Andréa Peixoto Cardoso	ILHÉUS - BA	962
031.***.***-90	Annie Kelly Souza	ILHÉUS - BA	963
030.***.***-11	Nayara Mary Andrade Teles Monteiro	ILHÉUS - BA	964
049.***.***-02	João Vítor Menezes Costa	ILHÉUS - BA	965
080.***.***-70	Shirley Dias Bezerra	CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE	966
382.***.***-63	Francisco Mardonio Aguiar Cavalcante	SOBRAL - CE	967
486.***.***-34	Sérgio Rodrigues Duarte	SOBRAL - CE	968
758.***.***-82	Samylle Carvalho Félix	SOBRAL - CE	969
785.***.***-72	Aristides Parente da Ponte Filho	SOBRAL - CE	970
833.***.***-15	Ana Claudia Costa de Sampaio	SOBRAL - CE	971
568.***.***-49	Francisca Andrea Ribeiro da Silva	SOBRAL - CE	972
619.***.***-91	Narceli América de Alencar Azevedo	SOBRAL - CE	973
015.***.***-80	Roseane Rocha Araujo	SOBRAL - CE	974
019.***.***-18	Mikkael Duarte dos Santos	SOBRAL - CE	975
026.***.***-20	Catarina de Vasconcelos Pessoa	SOBRAL - CE	976
769.***.***-59	Efigenia Alves Medeiros Amaral	SOBRAL - CE	977
027.***.***-01	Douglas Prado Araújo	SOBRAL - CE	978
015.***.***-60	celio	SOBRAL - CE	979
066.***.***-09	Yaneisy Cabriales Pedroso	SOBRAL - CE	980
026.***.***-30	Sânkia Maria Lopes Aragão	SOBRAL - CE	981
036.***.***-77	Karine Oliveira Medeiros	SOBRAL - CE	982
034.***.***-60	Karine da Silva Oliveira	SOBRAL - CE	983
840.***.***-49	Kelle Maria Tomais Parente	SOBRAL - CE	984
043.***.***-97	Francisco Leonardo Teixeira de Sousa	SOBRAL - CE	985
039.***.***-67	Cleverson Felipe da Silva Ferreira	SOBRAL - CE	986

486.***.***-00	Silvana Maria Magalhães Andrade	SOBRAL - CE	987
814.***.***-04	Mirvana Maria Linhares	SOBRAL - CE	988
440.***.***-04	Antônia Márcia Macêdo de Sousa	SOBRAL - CE	989
043.***.***-05	Luis Miguel Fernandes de Souza	SOBRAL - CE	990
063.***.***-01	Samara Menezes Araújo	SOBRAL - CE	991
010.***.***-11	Samara Vasconcelos Alves	SOBRAL - CE	992
051.***.***-79	Sibele Pontes Rocha	SOBRAL - CE	993
010.***.***-51	Elaine Cristina Bezerra Bastos	SOBRAL - CE	994
039.***.***-40	Antonio Neudimar Bastos Costa	SOBRAL - CE	995
042.***.***-70	Lia Mendes	SOBRAL - CE	996
062.***.***-63	Ana Jessyca Campos Sousa	SOBRAL - CE	997
063.***.***-03	Jorge Luis Passos de Miranda Arruda	SOBRAL - CE	998
603.***.***-42	Quiteria Larissa Teodoro Farias	SOBRAL - CE	999
016.***.***-73	Mayane Rodrigues Lima	ITABUNA - BA	1000
797.***.***-20	Paloma Veras Soares Silva	ITABUNA - BA	1001
786.***.***-04	Danielle Moura de Andrade	ITABUNA - BA	1002
716.***.***-10	Uilma Alves Brasil dos Santos	ITABUNA - BA	1003
013.***.***-89	Taline Ferreira Santos	ITABUNA - BA	1004
034.***.***-37	Dândara Silva Oliveira	ITABUNA - BA	1005
052.***.***-74	Gabriel Bastos Teixeira	ITABUNA - BA	1006
024.***.***-19	Julio Cesar Novais Silva	ITABUNA - BA	1007
961.***.***-91	Alvaro José Correia Pacheco	JUAZEIRO - BA	1008
042.***.***-43	Joaquim Arcoverde Gusmão Filho	JUAZEIRO - BA	1009
025.***.***-83	Ana Vitória Teixeira de Medeiros Gomes	JUAZEIRO - BA	1010
101.***.***-05	Luana Thais dos Anjos Leite	JUAZEIRO - BA	1011
051.***.***-07	Epaminondas Ribeiro Dias Neto	JUAZEIRO - BA	1012
020.***.***-54	Andressa Evelynne Cavalcante Bezerra	JUAZEIRO - BA	1013
608.***.***-78	Vitória Germano de Sousa Oliveira	MARACANAÚ - CE	1014
024.***.***-98	Celso Marcos da Silva	ARAPIRACA - AL	1015
077.***.***-60	Kiev Gabriel Ferreira Neri	ARAPIRACA - AL	1016
011.***.***-29	Kelly Kerolayne Marinho Marques	IMPERATRIZ - MA	1017
477.***.***-49	Maria Jeanne de Alencar Tavares	JUAZEIRO DO NORTE - CE	1018
387.***.***-91	Rosemary Cassiano Pereira	JUAZEIRO DO NORTE - CE	1019
071.***.***-59	Maria Auxiliadora Ferreira Brito	JUAZEIRO DO NORTE - CE	1020
016.***.***-76	Ana Paula de Alencar Cavalcante	JUAZEIRO DO NORTE - CE	1021
021.***.***-67	Bruna Fernandes Pereira Rodrigues	JUAZEIRO DO NORTE - CE	1022
077.***.***-72	Aldenora Fernandes de Queiroz	MOSSORÓ - RN	1023
576.***.***-20	Francisco Caninde Bezerra de Queiroz	MOSSORÓ - RN	1024
023.***.***-82	Jandira Arlete Cunegundes de Freitas	MOSSORÓ - RN	1025
027.***.***-93	Lourdes Michele Duarte de Morais	MOSSORÓ - RN	1026
592.***.***-00	Ivana Cristina Martins de Oliveira	MOSSORÓ - RN	1027
969.***.***-53	Patrícia Fernandes de Paiva	MOSSORÓ - RN	1028
030.***.***-24	Janaine Maria de Oliveira	MOSSORÓ - RN	1029
797.***.***-20	Ligiane Medeiros Diogenes	MOSSORÓ - RN	1030
852.***.***-49	Jean Frederico Falcão do Carmo	MOSSORÓ - RN	1031
791.***.***-04	Symoni Bento Fernandes de Queiroz Florentino	MOSSORÓ - RN	1032
503.***.***-00	Anadier Pimentel Bezerra Cunha Lima Porto Vieira	MOSSORÓ - RN	1033
027.***.***-03	Andrea Taborda Ribas da Cunha	MOSSORÓ - RN	1034
009.***.***-01	José Rodrigues Paiva Neto	MOSSORÓ - RN	1035
082.***.***-61	Juliana Suelly de Almeida e Assis	MOSSORÓ - RN	1036
084.***.***-49	Maria Alzeni Alves Pereira	PETROLINA - PE	1037
594.***.***-49	Angelica Cordeiro Guimaraes	PETROLINA - PE	1038
683.***.***-53	Osman Sarmento Magalhães Filho	PETROLINA - PE	1039
619.***.***-20	Marcelo Marques de Souza Lima	PETROLINA - PE	1040
497.***.***-49	Breno Carvalho Cavalcante	PETROLINA - PE	1041
796.***.***-04	Djenane Cristovam Souza	PETROLINA - PE	1042
989.***.***-53	Yuri Francilane Carvalho dos Santos Lourenço	PETROLINA - PE	1043
023.***.***-23	Michelle Ribeiro Viana Taveira	PETROLINA - PE	1044
649.***.***-00	Guilherme Jose e Nascimento	PETROLINA - PE	1045
073.***.***-65	Juliana Silva Caxias de Souza	PETROLINA - PE	1046
033.***.***-74	Yane Tina Macedo Pinto de Santana	PETROLINA - PE	1047
038.***.***-36	Stenio Galvao de Freitas	PETROLINA - PE	1048
031.***.***-22	Amanda Larissa Souza dos Santos	PETROLINA - PE	1049
067.***.***-82	Ilka Juliana Ferreira Rodrigues	PETROLINA - PE	1050
009.***.***-61	Liliane Ferreira dos Santos	PETROLINA - PE	1051
081.***.***-51	Marlon Alves Lins	PETROLINA - PE	1052
010.***.***-95	Franciele Borges de Oliveira	PETROLINA - PE	1053
029.***.***-17	Wandson Alves Ribeiro Padilha	PETROLINA - PE	1054
033.***.***-03	Joice Fonseca Costa	PETROLINA - PE	1055
064.***.***-03	Camila Arcanjo Alves	PETROLINA - PE	1056
033.***.***-08	Lourdes Tainá Ferreira Martins da Silva	PETROLINA - PE	1057
054.***.***-26	Rebeca Araújo de Vasconcelos	PETROLINA - PE	1058
989.***.***-49	Silvio Leandro Gonçalves Bomfim Reis	PETROLINA - PE	1059
089.***.***-38	Jaqueline Adelaide da Silva Santos	PETROLINA - PE	1060
084.***.***-71	Karla Marianne de Castro Freire	PETROLINA - PE	1061
041.***.***-23	Pollianna Tavares de Barros	PETROLINA - PE	1062
533.***.***-00	Macelle Rodrigues Gama	PETROLINA - PE	1063
077.***.***-23	Larissa de Melo Freire Gouveia Silveira	PETROLINA - PE	1064
028.***.***-76	Erica Caroline de Souza Góes	PETROLINA - PE	1065
059.***.***-70	Ana Carolina Furtado Ferreira	PETROLINA - PE	1066
058.***.***-61	Thais Conceição da Silva Marques	PETROLINA - PE	1067
064.***.***-61	Jardel Fernandes Barbosa	PETROLINA - PE	1068
054.***.***-78	Alice Nogueira Rodrigues	PETROLINA - PE	1069
857.***.***-70	Jeany Freire de Oliveira	PETROLINA - PE	1070
458.***.***-00	Lygia Matos Barreto de Castro	VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	1071
976.***.***-53	Aline Andrade Costa Bispo	VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	1072
750.***.***-15	José Deoclécio Andrade Ferraz	VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	1073
981.***.***-34	Tiago Freire Ribeiro	VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	1074
013.***.***-75	Luana Karem Ferreira de Souza Ribeiro	VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	1075
814.***.***-15	Ticiana Lins Abdon Sant Anna	VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	1076
024.***.***-42	Viviane Xavier de Lima e Silva	CARUARU - PE	1077
917.***.***-49	Jesana Alves de Lyra	CARUARU - PE	1078
009.***.***-96	Kassia Regina Alves dos Santos	CARUARU - PE	1079
068.***.***-02	Elisandra Santos de Carvalho Barros	CARUARU - PE	1080
944.***.***-00	Edy Viviane Silva França	CARUARU - PE	1081
064.***.***-42	Hellen Siqueira de Lima Souza	CARUARU - PE	1082
047.***.***-85	Jonny Vitor Diniz	CARUARU - PE	1083
039.***.***-88	Millena Maria Tabosa Vieira	CARUARU - PE	1084
025.***.***-00	Augusto Cezar Dal Chiavon	CARUARU - PE	1085
055.***.***-17	Elis Marie de Assunção Ferreira Barros	CARUARU - PE	1086
074.***.***-61	Joelson Santos Silva	CARUARU - PE	1087
064.***.***-92	Atos de Macêdo Amaral	CARUARU - PE	1088
069.***.***-63	Alexandre Parente Pinheiro Bandeira de Godoy	CARUARU - PE	1089
071.***.***-11	Athos Phillip de Carvalho Chaves	CARUARU - PE	1090
101.***.***-07	Lucas Henrique Maciel Maranhão	CARUARU - PE	1091
098.***.***-11	Viviane Arantes	CARUARU - PE	1092

089.***.***-01	João Paulo Maciel Cavalcanti de Albuquerque	CARUARU - PE	1093
007.***.***-61	Tamyris Karla Teixeira de Vasconcelos	CARUARU - PE	1094
302.***.***-74	Fernanda dos Anjos Tieppo Rodrigues	CARUARU - PE	1095
735.***.***-68	Maria do Carmo Cavalcanti do Nascimento	CARUARU - PE	1096
440.***.***-68	Kedimam Celis Barros Bastos	CAUCAIA - CE	1097
798.***.***-87	Michele Sousa da Silva Monte	CAUCAIA - CE	1098
956.***.***-04	Eryka Maria Sousa de Almeida	CAUCAIA - CE	1099
212.***.***-20	Francisca Aureneide Marques Moreira	CAUCAIA - CE	1100
004.***.***-05	Maria Nizaura Correia Urtiga	CAUCAIA - CE	1101
611.***.***-73	Juliane Nogueira Bastos	CAUCAIA - CE	1102
971.***.***-87	Guanacy Nonato Dias	CAUCAIA - CE	1103
046.***.***-30	Sergiana de Sousa Bezerra	CAUCAIA - CE	1104
053.***.***-28	Nayara	CAUCAIA - CE	1105
072.***.***-16	Keityane Leacarla Bezerra da Silva	OLINDA - PE	1106
052.***.***-54	Hamana Oliveira Queiroz Bessa	CAMPINA GRANDE - PB	1107
054.***.***-00	Ana Clarissa Macedo Meira	CAMPINA GRANDE - PB	1108
016.***.***-73	Thiago Assis Ferreira Santiago	CAMPINA GRANDE - PB	1109
340.***.***-87	Núbia Fátima de Jesus Almeida	FEIRA DE SANTANA - BA	1110
332.***.***-53	Watson de Oliveira Paiva	FEIRA DE SANTANA - BA	1111
673.***.***-04	Maria Edelvira Seixas da Cruz	FEIRA DE SANTANA - BA	1112
884.***.***-44	Leonardo Corrêa Costa	FEIRA DE SANTANA - BA	1113
926.***.***-72	Luciana Teixeira de Almeida	FEIRA DE SANTANA - BA	1114
030.***.***-57	Raquel Mascarenhas Freitas	FEIRA DE SANTANA - BA	1115
008.***.***-36	Luana Machado Figueredo	FEIRA DE SANTANA - BA	1116
031.***.***-52	Tiara Lino de Oliveira	FEIRA DE SANTANA - BA	1117
015.***.***-69	Maria Martha Souza de Carvalho	FEIRA DE SANTANA - BA	1118
053.***.***-05	Sandra Regina Rios Mendes Magalhães	FEIRA DE SANTANA - BA	1119
012.***.***-29	Dayany Pereira de Jesus	FEIRA DE SANTANA - BA	1120
391.***.***-82	Laiana Nascimento Lôbo	FEIRA DE SANTANA - BA	1121
134.***.***-67	Phelipe Balbi Martins	FEIRA DE SANTANA - BA	1122
053.***.***-19	Thaís Marins Santos Cerqueira Paulo	FEIRA DE SANTANA - BA	1123
986.***.***-15	Itayany de Santana Jesus Souza	FEIRA DE SANTANA - BA	1124
031.***.***-77	Mirella Figuerêdo Lóla	FEIRA DE SANTANA - BA	1125
905.***.***-91	Alcione Lima de Meireles	FEIRA DE SANTANA - BA	1126
045.***.***-56	Rosana Santana Pereira	FEIRA DE SANTANA - BA	1127
052.***.***-05	Laila Lorena Nogueira Batista da Silva	FEIRA DE SANTANA - BA	1128
045.***.***-94	Débora Gomes Valois Coutinho	FEIRA DE SANTANA - BA	1129
026.***.***-07	Ellayne Souza Cerqueira	FEIRA DE SANTANA - BA	1130
514.***.***-87	Simone Pinto Lima	ARACAJU - SE	1131
585.***.***-53	Diana Matos Euzébio	ARACAJU - SE	1132
711.***.***-04	Fabiola Andrea Andrade dos Santos	ARACAJU - SE	1133
538.***.***-04	Jeane da Silva Santos Almeida	ARACAJU - SE	1134
459.***.***-91	Cicera Eugenia Pereira da Silva	ARACAJU - SE	1135
652.***.***-20	Viviane Correia Campos Almeida	ARACAJU - SE	1136
940.***.***-34	Valmir Paes da Costa	ARACAJU - SE	1137
803.***.***-34	Danielle Almeida da Mota	ARACAJU - SE	1138
031.***.***-00	Karolinne Pontes Bernardino Cavalcante	ARACAJU - SE	1139
984.***.***-49	Gustavo Rios	ARACAJU - SE	1140
803.***.***-78	Juliana Dantas Andrade	ARACAJU - SE	1141
582.***.***-68	Magno	ARACAJU - SE	1142
720.***.***-53	Andreza Karina Silva Machado Costa	ARACAJU - SE	1143
000.***.***-96	Ana Carla Andrade Ribeiro	ARACAJU - SE	1144
025.***.***-43	Thamires Conceição Silva Santos	ARACAJU - SE	1145
921.***.***-53	Eliene Fonseca Lima Almeida	ARACAJU - SE	1146
834.***.***-68	Ana Alice A Soares	ARACAJU - SE	1147
638.***.***-91	Tatiana Nascimento Monteiro	ARACAJU - SE	1148
008.***.***-05	Emeline Ramos Prata Figueiredo	ARACAJU - SE	1149
062.***.***-40	Laurisson Albuquerque da Costa	ARACAJU - SE	1150
024.***.***-75	Celina Santos Almeida	ARACAJU - SE	1151
031.***.***-57	Maísa Aguiar Santana Silva	ARACAJU - SE	1152
009.***.***-31	Camila Benetti	ARACAJU - SE	1153
938.***.***-10	Cleyton da Silva Lima	ARACAJU - SE	1154
021.***.***-24	Manuela Andrade Cabral	ARACAJU - SE	1155
027.***.***-30	Joana da Silva Santos	ARACAJU - SE	1156
024.***.***-70	Geovanna Cunha Cardoso	ARACAJU - SE	1157
026.***.***-30	Géssica Uruga Oliveira	ARACAJU - SE	1158
019.***.***-10	Thaisa de Oliveira Leite	ARACAJU - SE	1159
481.***.***-34	Maria Márcia Noronha da Silva	ARACAJU - SE	1160
030.***.***-80	Luanda Azevêdo Vieira Lima	ARACAJU - SE	1161
031.***.***-77	Isabella Regina Ribeiro de Oliveira	ARACAJU - SE	1162
032.***.***-00	Simony da Mota Soares	ARACAJU - SE	1163
954.***.***-72	Sandra Medeiros da Silva Pantaleao	ARACAJU - SE	1164
023.***.***-92	Larissa Menezes Santos	ARACAJU - SE	1165
006.***.***-52	Felissandro Soares Emidio	ARACAJU - SE	1166
022.***.***-85	Daniela de Sousa Azeredo	ARACAJU - SE	1167
032.***.***-61	Ester Nunes Praça da Silva	ARACAJU - SE	1168
832.***.***-68	Patricia Farias Sá	ARACAJU - SE	1169
018.***.***-66	Emilly Correia Nepomuceno Hora	ARACAJU - SE	1170
029.***.***-76	Keila Cristina Costa Barros	ARACAJU - SE	1171
042.***.***-12	Caio Corrêa e Correia	ARACAJU - SE	1172
033.***.***-89	Luciana Simões de Melo	ARACAJU - SE	1173
028.***.***-94	Thaysa Samanta Bezerra	ARACAJU - SE	1174
008.***.***-29	Claudia Oliveira Dias	ARACAJU - SE	1175
042.***.***-00	José Lucas dos Santos	ARACAJU - SE	1176
098.***.***-19	Camila Mireli Calaça de Sá	ARACAJU - SE	1177
002.***.***-28	Maciela Rocha Souza Aragão	ARACAJU - SE	1178
045.***.***-18	Jaciara da Paixão Silva	ARACAJU - SE	1179
828.***.***-34	Michelle Santos Menezes	ARACAJU - SE	1180

012.***.***-09	Marcela Costa Alcântara Estácio	ARACAJU - SE	1181
050.***.***-09	Marcia Santos Brasil de Souza	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	1182
896.***.***-15	João Alves da Silva Neto	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	1183
041.***.***-08	Maria Claudia Gama Fialho	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	1184
099.***.***-05	Mízia Dayanne Gouveia Nunes	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	1185
096.***.***-94	Taciana Raíssa Sales de Oliveira Melo	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	1186
141.***.***-91	Alaide Lucena Nóbrega de Carvalho	JOÃO PESSOA - PB	1187
219.***.***-49	Euda Maria Farias Diniz Aranda	JOÃO PESSOA - PB	1188
299.***.***-04	Ana Neide Guedes Maciel Vilarim	JOÃO PESSOA - PB	1189
425.***.***-00	Luciana Maria Martinez Vaz	JOÃO PESSOA - PB	1190
760.***.***-00	Maria Roberlandia Soares de Melo Freire	JOÃO PESSOA - PB	1191
752.***.***-49	Conceição de Maria Queiroz Fernandes De Almeida	JOÃO PESSOA - PB	1192
024.***.***-66	Valkenia Alves Silva	JOÃO PESSOA - PB	1193
021.***.***-38	Fabyan Esberard de Lima Beltrão	JOÃO PESSOA - PB	1194
032.***.***-48	Ana Patricia do Egito Cavalcanti de Farias	JOÃO PESSOA - PB	1195
008.***.***-79	Katianne Sorrentino Martins Resende	JOÃO PESSOA - PB	1196
008.***.***-03	Elane Cristina Silva Landim	JOÃO PESSOA - PB	1197
027.***.***-75	Keila Maruze de França Albuquerque	JOÃO PESSOA - PB	1198
010.***.***-86	Claudivania Maria Mouzinho	JOÃO PESSOA - PB	1199
045.***.***-09	Divany Guedes Pereira da Cunha	JOÃO PESSOA - PB	1200
953.***.***-91	Patricia Domingos de Castro Silva Souza	JOÃO PESSOA - PB	1201
981.***.***-34	Nadja Karla Fernandes de Lima	JOÃO PESSOA - PB	1202
027.***.***-58	Ildnara Mangueira Trajano Rodrigues	JOÃO PESSOA - PB	1203
918.***.***-49	Fabiola Moreira Casimiro de Oliveira	JOÃO PESSOA - PB	1204
753.***.***-49	Arrison Leite Costa	JOÃO PESSOA - PB	1205
057.***.***-07	Débora Silva Cavalcanti	JOÃO PESSOA - PB	1206
675.***.***-87	Poliana França	JOÃO PESSOA - PB	1207
587.***.***-49	Risomar Firmino Dantas Leite	JOÃO PESSOA - PB	1208
789.***.***-20	Angelo Brito Pereira de Melo	JOÃO PESSOA - PB	1209
026.***.***-50	Fabrícia Elizabeth de Lima Beltrão	JOÃO PESSOA - PB	1210
797.***.***-82	Edjane Pessoa Ribeiro Fernandes	JOÃO PESSOA - PB	1211
052.***.***-67	Lecidamia Cristina Leite Damascena	JOÃO PESSOA - PB	1212
052.***.***-39	Priscilla Alves Nóbrega Gambarra Souto	JOÃO PESSOA - PB	1213
034.***.***-57	Jackeline Sousa dos Santos Patrício	JOÃO PESSOA - PB	1214
054.***.***-83	Edcleide Oliveira dos Santos	JOÃO PESSOA - PB	1215
068.***.***-37	Élida de Fátima Diniz Souza	JOÃO PESSOA - PB	1216
064.***.***-33	Davi Felipe Neves Costa	JOÃO PESSOA - PB	1217
603.***.***-49	Dayse Catão Ramalho	JOÃO PESSOA - PB	1218
055.***.***-67	Gerlane Santos Diniz	JOÃO PESSOA - PB	1219
056.***.***-76	Fernanda Kelly Oliveira de Albuquerque	JOÃO PESSOA - PB	1220
350.***.***-84	Vitor Minami	JOÃO PESSOA - PB	1221
013.***.***-64	Fellipe Eduardo de Medeiros Nunes	JOÃO PESSOA - PB	1222
030.***.***-48	Adriana Luna Pinto Dias	JOÃO PESSOA - PB	1223
023.***.***-56	Dyego Anderson Alves de Farias	JOÃO PESSOA - PB	1224
934.***.***-34	Suellem Souza Barbosa	JOÃO PESSOA - PB	1225
035.***.***-43	Simone Pereira Lins Chaves	JOÃO PESSOA - PB	1226
064.***.***-50	Flávia Pessoa de Belmont Fonseca Cardoso	JOÃO PESSOA - PB	1227
885.***.***-68	Daniele Carvalhal de Almeida Beltrão	JOÃO PESSOA - PB	1228
010.***.***-32	Pollyana Paula Soares de Araújo	JOÃO PESSOA - PB	1229
003.***.***-30	Tiago José Silveira Teófilo	JOÃO PESSOA - PB	1230
064.***.***-03	Rafaella Felix Serafim Veras	JOÃO PESSOA - PB	1231
050.***.***-92	Mayrla Lima Pinto	JOÃO PESSOA - PB	1232
666.***.***-34	Janiza Carvalho da Costa	JOÃO PESSOA - PB	1233
002.***.***-45	Natale de Oliveira Carneiro Barros	JOÃO PESSOA - PB	1234
011.***.***-69	Kyssia Augusto de Queiroz Lima	JOÃO PESSOA - PB	1235
082.***.***-65	Vanessa Juliana Cabral Bruno de Moura	JOÃO PESSOA - PB	1236
073.***.***-89	Ana Priscila Souza Brandão	JOÃO PESSOA - PB	1237
010.***.***-06	Ana Flávia Nobre de Miranda Carvalho	JOÃO PESSOA - PB	1238
058.***.***-61	Jackeline Kércia de Souza Ribeiro Bastos	JOÃO PESSOA - PB	1239
010.***.***-38	Larycia Vicente Rodrigues	JOÃO PESSOA - PB	1240
035.***.***-82	Grayce Cavalcante Ramos de Oliveura	JOÃO PESSOA - PB	1241
049.***.***-64	Catarina Brito da Nobrega	JOÃO PESSOA - PB	1242
095.***.***-60	Flávia Nunes de Lima Barroso	JOÃO PESSOA - PB	1243
077.***.***-83	Nomário Pedrosa Lacerda	JOÃO PESSOA - PB	1244
067.***.***-05	Renan Gondim Araújo	JOÃO PESSOA - PB	1245
027.***.***-97	Cicero Pereira Eustaquio Junior	JOÃO PESSOA - PB	1246
073.***.***-70	Elaine Maria Guedes Barbosa	JOÃO PESSOA - PB	1247
080.***.***-51	Gustavo Correia Basto da Silva	JOÃO PESSOA - PB	1248
050.***.***-76	Niedja Lúcia da Silva Santos	JOÃO PESSOA - PB	1249
070.***.***-27	Jourdana Dávilla Costa Benicio Diniz	JOÃO PESSOA - PB	1250
048.***.***-00	Rayane Priscila Batista dos Santos	JOÃO PESSOA - PB	1251
027.***.***-64	Denise Mota Araripe Pereira Fernandes	JOÃO PESSOA - PB	1252
401.***.***-04	Felipe Augusto Morais de Souza	JOÃO PESSOA - PB	1253
586.***.***-04	Eliene Abrantes	JOÃO PESSOA - PB	1254
806.***.***-00	José Marcos da Silva Costa	JOÃO PESSOA - PB	1255
084.***.***-66	Samara Melo Souza de Queiroz	JOÃO PESSOA - PB	1256
092.***.***-04	Bruna Rodrigues de Almeida	JOÃO PESSOA - PB	1257
009.***.***-50	Melquides Raimundo	JOÃO PESSOA - PB	1258
034.***.***-01	Eduardo Dias Ribeiro	JOÃO PESSOA - PB	1259
073.***.***-99	Danyelle Nóbrega de Farias	JOÃO PESSOA - PB	1260
102.***.***-31	Déborah Nóbrega de Farias	JOÃO PESSOA - PB	1261
060.***.***-00	Juliana Silva dos Santos Ferreira	JOÃO PESSOA - PB	1262
051.***.***-12	Karina Suassuna de Medeiros	JOÃO PESSOA - PB	1263
100.***.***-32	Juliana Navarro Ribeiro Henriques	JOÃO PESSOA - PB	1264
063.***.***-27	Francisco Mateus Alves de Morais Ferreira	JOÃO PESSOA - PB	1265
084.***.***-04	Leonardo Saldanha de Sá	JOÃO PESSOA - PB	1266
104.***.***-12	Rayanne Barbosa de Melo	JOÃO PESSOA - PB	1267
074.***.***-42	Renata Ramos Tomaz	JOÃO PESSOA - PB	1268
093.***.***-73	Rossiniê de Miranda Araújo	JOÃO PESSOA - PB	1269
111.***.***-07	Jefferson Thalles Jeronimo Coelho	JOÃO PESSOA - PB	1270
837.***.***-53	Fabiane Freitas Moreira	JOÃO PESSOA - PB	1271
251.***.***-53	Aurilene Soares de Souza	TERESINA - PI	1272
557.***.***-15	Joaquim Lopes Monteiro	TERESINA - PI	1273
433.***.***-00	Isabella Gentil Arruda	TERESINA - PI	1274
490.***.***-00	Maria do Socorro Rego de Amorim	TERESINA - PI	1275
478.***.***-20	Socorro Adriana de Sousa Meneses Brandão	TERESINA - PI	1276
514.***.***-15	Peron Ribeiro Soares	TERESINA - PI	1277
552.***.***-91	Telma Vieira Lima	TERESINA - PI	1278
644.***.***-91	Saulo Araújo de Carvalho	TERESINA - PI	1279
648.***.***-87	Nicoly Rodrigues dos Santos Barros	TERESINA - PI	1280
305.***.***-97	Sonia Maria de Araújo Campelo	TERESINA - PI	1281
658.***.***-20	Antônio Nunes Martins Júnior	TERESINA - PI	1282
804.***.***-49	Juliana Burlamaqui Carvalho	TERESINA - PI	1283
910.***.***-25	Carla Maria de Castro Dias e Silva	TERESINA - PI	1284
714.***.***-34	Raimunda Sheyla Carneiro Dias	TERESINA - PI	1285
956.***.***-15	Raul Ricardo Rios Tôrres	TERESINA - PI	1286

994.***.***-53	Bruno Wilson da Silva Moura	TERESINA - PI	1287
771.***.***-04	Maracelia de Oliveira Silva e Castro	TERESINA - PI	1288
010.***.***-01	Jandisy Braga Lustosa	TERESINA - PI	1289
968.***.***-68	Flavia Maria da Silva Andrade Dias	TERESINA - PI	1290
839.***.***-30	Susane de Fátima Ferreira de Castro	TERESINA - PI	1291
014.***.***-24	Illana Silva Nascimento	TERESINA - PI	1292
025.***.***-65	Morgana Boaventura Cunha	TERESINA - PI	1293
009.***.***-42	Débora Cássia Vieira Gomes	TERESINA - PI	1294
012.***.***-98	Sara Machado Miranda Leal Barbosa	TERESINA - PI	1295
980.***.***-53	Tágora do Lago Santos	TERESINA - PI	1296
020.***.***-47	Lais Norberta Bezerra de Moura	TERESINA - PI	1297
653.***.***-72	Rose Danielle de Carvalho Batista	TERESINA - PI	1298
037.***.***-99	Laís de Meneses Carvalho Arilo	TERESINA - PI	1299
012.***.***-89	Naiana Lustosa de Araúo Sousa	TERESINA - PI	1300
353.***.***-63	Anneth Cardoso Basilio da Silva	TERESINA - PI	1301
021.***.***-33	Laisa Lis Fontinele de Sa	TERESINA - PI	1302
037.***.***-83	José Felipe Pinheiro do Nascimento Vieira	TERESINA - PI	1303
019.***.***-83	Sharlla Santana Lopes	TERESINA - PI	1304
023.***.***-51	Onias de Sousa Rodrigues Filho	TERESINA - PI	1305
909.***.***-91	Maria da Cruz Moura e Silva	TERESINA - PI	1306
006.***.***-69	Naiane Naira Nogueira dos Anjos	TERESINA - PI	1307
035.***.***-92	Paulo César dos Santos Abreu	TERESINA - PI	1308
049.***.***-99	Thulio Adley Lima Cunha	TERESINA - PI	1309
024.***.***-00	Mirella Bandeira Santos	TERESINA - PI	1310
016.***.***-36	Janaina Morais da Silva	TERESINA - PI	1311
011.***.***-02	Raíssa Vasconcelos Galvão Portella Nunes	TERESINA - PI	1312
632.***.***-49	Sabrina Tajra Fortes	TERESINA - PI	1313
807.***.***-91	Thallyta Maria Tavares Antunes	TERESINA - PI	1314
451.***.***-68	Valeria Sena Carvalho	TERESINA - PI	1315
016.***.***-40	Ilara Ferreira Ribeiro Paz	TERESINA - PI	1316
261.***.***-34	Ingrid Tajra	TERESINA - PI	1317
273.***.***-04	Ricardo Luiz de Medeiros Lima	NATAL - RN	1318
762.***.***-53	Irismar Vieira do Nacimento	NATAL - RN	1319
307.***.***-34	Edjane Maria de Azevedo Barroso	NATAL - RN	1320
778.***.***-04	Isabel Cristina Pinheiro de Almeida	NATAL - RN	1321
916.***.***-49	Mylene Cristina Pinto de Paiva Almeida	NATAL - RN	1322
791.***.***-53	Romualdo da Silva Correa	NATAL - RN	1323
030.***.***-57	Djenane de Araujo Fontoura	NATAL - RN	1324
033.***.***-61	Alline Maciel Pinheiro Borges	NATAL - RN	1325
009.***.***-80	Ana Teresa Leiros de Azevedo	NATAL - RN	1326
027.***.***-01	Sheila Ramos de Miranda Henriques	NATAL - RN	1327
778.***.***-49	Ana Karla Monteiro Santana de Oliveira Freitas	NATAL - RN	1328
932.***.***-15	Sulene Cunha Sousa Oliveira	NATAL - RN	1329
009.***.***-09	Priscila Luana Franco Costa Guimarães	NATAL - RN	1330
045.***.***-03	Juliana Ferreira Lemos	NATAL - RN	1331
012.***.***-39	Cynthia Hatsue Kitayama Cabral	NATAL - RN	1332
031.***.***-02	Danielle Xavier Pereira	NATAL - RN	1333
722.***.***-34	Marinalda de Queiroz Nascimento	NATAL - RN	1334
836.***.***-87	Ana Veronica Dantas de Carvalho	NATAL - RN	1335
959.***.***-15	Fabiana Kariny Aparecida Gomes Batista	NATAL - RN	1336
007.***.***-16	Ana Karenina Nobre Fonseca de Souza	NATAL - RN	1337
028.***.***-45	Cristiane Guedes Pita	NATAL - RN	1338
051.***.***-79	Nadja Furtado de Abrantes Souza	NATAL - RN	1339
043.***.***-03	Abraao Allen Honorato Sobrinho	NATAL - RN	1340
045.***.***-65	Livia Medeiros Soares Celani	NATAL - RN	1341
009.***.***-03	Thereza Christina de Souza Pinto Guedes	NATAL - RN	1342
035.***.***-95	Ane Kelly Oliveira da Silva	NATAL - RN	1343
061.***.***-96	Paulo Henrique Freitas Lima	NATAL - RN	1344
009.***.***-10	Elayne Flavia Pereira Castro	NATAL - RN	1345
061.***.***-38	Josi Carla Fernandes Gomes	NATAL - RN	1346
722.***.***-72	Severino Alves de Moura Filho	NATAL - RN	1347
007.***.***-71	Valdjane Saldanha	NATAL - RN	1348
054.***.***-43	Natália Castro de Carvalho Schachnik Nogueira	NATAL - RN	1349
011.***.***-26	Marcella Santos da Nóbrega	NATAL - RN	1350
034.***.***-80	Lidiane Guedes Pita	NATAL - RN	1351
009.***.***-73	Odilon Óton Guimarães Neto	NATAL - RN	1352
011.***.***-39	Sarah de Lima Alloufa da Silveira	NATAL - RN	1353
047.***.***-43	Ricardo Humberto de Miranda Felix	NATAL - RN	1354
027.***.***-94	Elaine Cristina Alves	NATAL - RN	1355
051.***.***-16	Gustavo Torres Lopes Santos	NATAL - RN	1356
511.***.***-04	Shirley Alcolumbre Gonçalves Oliveira	NATAL - RN	1357
035.***.***-60	Ubiratan Wagner de Sousa	NATAL - RN	1358
021.***.***-56	Ana Germana Leite	NATAL - RN	1359
033.***.***-78	Bruno Marcelo Miranda Bezerra	NATAL - RN	1360
048.***.***-50	Ana Paula do Rego	NATAL - RN	1361
055.***.***-00	Melissa de Oliveira Araújo	NATAL - RN	1362
062.***.***-02	Ana Carolina Fernandes de Oliveira	NATAL - RN	1363
025.***.***-54	Richardson Augusto Rosendo da Silva	NATAL - RN	1364
224.***.***-12	Fabio Mastrocola	NATAL - RN	1365
055.***.***-70	Yanna Darlly Mendes Sarmento	NATAL - RN	1366
047.***.***-03	Lilianne Linhares Pinto	NATAL - RN	1367
050.***.***-96	Lillian Meirelly Cunha de Souza	NATAL - RN	1368
055.***.***-50	Erika Gabrielle Pinheiro Ximenes	NATAL - RN	1369
008.***.***-74	Luiz Claudio Jammal Fernandes	NATAL - RN	1370
014.***.***-97	Juliana Fernandes de Oliveira	NATAL - RN	1371
466.***.***-34	Alessandro Glauco dos Anjos de Vasconcelos	NATAL - RN	1372
067.***.***-29	Marina Mayara Batista do Rêgo	NATAL - RN	1373
067.***.***-00	Maria Luísa Nobre Medeiros e Silva Guimarães	NATAL - RN	1374
905.***.***-72	Oderson Augusto Mendonça Siqueira	NATAL - RN	1375
025.***.***-08	Hívila Nayanna da Silva Moreira	NATAL - RN	1376
062.***.***-76	Alison Wagner Azevedo Barroso	NATAL - RN	1377
010.***.***-76	Ana Carolina Lúcio Pereira da Silva	NATAL - RN	1378
034.***.***-74	Luziana de Azevedo Firmino	NATAL - RN	1379
010.***.***-25	Sarah Dantas Viana Medeiros	NATAL - RN	1380
050.***.***-80	Manuella Mayara de Medeiros Nunes	NATAL - RN	1381
059.***.***-29	Gabriela Bezerra	NATAL - RN	1382
008.***.***-73	Juliana dos Santos Fernandes Barbalho Galvão	NATAL - RN	1383
060.***.***-65	Pedro Paulo Silveira Souza	NATAL - RN	1384
053.***.***-50	Thiago Diniz de Souza	NATAL - RN	1385
027.***.***-08	Morgana Kergia Macêdo Dantas Rodrigues	NATAL - RN	1386
002.***.***-77	Thiago de Lima Pessoa	NATAL - RN	1387
066.***.***-11	Karilena Karlla de Amorim Pedrosa	NATAL - RN	1388
090.***.***-80	Ana Luiza da Costa Cunha	NATAL - RN	1389
011.***.***-16	Fernanda Elizabeth Matos de Queiroz Batista Fernandes	NATAL - RN	1390
054.***.***-14	Larissa dos Santos Lourenço Ferreira	NATAL - RN	1391
065.***.***-25	Anderson da Silva Cavalcanti	NATAL - RN	1392

910.***.***-72	Mônia Alves Mendes de Souza	NATAL - RN	1393
036.***.***-39	Vivianne Angélica Sousa de Oliveira	NATAL - RN	1394
055.***.***-22	Ricardo César Daniel Amorim de Sousa	NATAL - RN	1395
052.***.***-90	Michelle Silva Nunes	NATAL - RN	1396
047.***.***-43	Iris Ucella de Medeiros	NATAL - RN	1397
032.***.***-61	Uaska Bezerra e Silva	NATAL - RN	1398
039.***.***-28	Sabrina Silva Zacaron	NATAL - RN	1399
051.***.***-57	Simone Rodrigues da Silva	NATAL - RN	1400
061.***.***-03	Juliana Andréia Cunha Pessoa de Albuquerque	NATAL - RN	1401
065.***.***-73	Éricka Cecília Resende de Souza	NATAL - RN	1402
081.***.***-09	Arthur Silva Bezerra	NATAL - RN	1403
047.***.***-84	Isafran Emanuele dos Santos Silva	NATAL - RN	1404
045.***.***-32	Tatiana Xavier da Costa	NATAL - RN	1405
069.***.***-50	Julie Helene de Xerez Miranda Félix	NATAL - RN	1406
057.***.***-00	Bárbara Monitchelly Fernandes Chaves de Faria	NATAL - RN	1407
102.***.***-04	Edberg Pinheiro dos Santos	NATAL - RN	1408
445.***.***-15	Arthur Maia Paiva	MACEIÓ - AL	1409
384.***.***-87	João Klínio Cavalcante	MACEIÓ - AL	1410
505.***.***-91	Luciene de Oliveira	MACEIÓ - AL	1411
605.***.***-00	Sheila de Souza Ramires Dutra	MACEIÓ - AL	1412
678.***.***-20	André Vitorio Câmara de Oliveira	MACEIÓ - AL	1413
534.***.***-91	Ednar do Nascimento Coimbra Melo	MACEIÓ - AL	1414
407.***.***-20	Lusineth Campos de Oliveira	MACEIÓ - AL	1415
677.***.***-04	Alessandra Cansanção de Siqueira	MACEIÓ - AL	1416
777.***.***-87	Adriana Rêgo Lima Costa	MACEIÓ - AL	1417
870.***.***-30	Agenor Antônio Barros da Silva	MACEIÓ - AL	1418
959.***.***-10	Luciana Rubia Pereira Rodrigues	MACEIÓ - AL	1419
745.***.***-53	Daniel Prates de Souza	MACEIÓ - AL	1420
866.***.***-20	Elizângela Dias Camboim	MACEIÓ - AL	1421
045.***.***-00	Selma Maria de Magalhaes	MACEIÓ - AL	1422
888.***.***-87	Leta Eulina Ferreira Melo	MACEIÓ - AL	1423
007.***.***-66	Silvia	MACEIÓ - AL	1424
287.***.***-20	Eduardo Yukishigue Nisiyama	MACEIÓ - AL	1425
025.***.***-75	Michelle Jacintha Cavalcante Oliveira	MACEIÓ - AL	1426
047.***.***-09	Priscila Silva Leite de Almeida	MACEIÓ - AL	1427
008.***.***-28	Daniella Bezerra Duarte	MACEIÓ - AL	1428
025.***.***-73	Ilka do Amaral Soares	MACEIÓ - AL	1429
043.***.***-90	Ana Karolina Queiroz de Souza Ricardo	MACEIÓ - AL	1430
273.***.***-97	Elvira Christina C Lima	MACEIÓ - AL	1431
039.***.***-01	Tereza Carolina Santos Cavalcante	MACEIÓ - AL	1432
008.***.***-36	Isabelle Cristina de Oliveira Vieira	MACEIÓ - AL	1433
843.***.***-68	Paulyne Souza Silva Guimarães	MACEIÓ - AL	1434
053.***.***-86	Juliana Brasil de Oliveira Batista	MACEIÓ - AL	1435
051.***.***-70	Aryana Isabelle de Almeida Neves Siqueira	MACEIÓ - AL	1436
410.***.***-15	Maria Rejane Calheiros da Virgem	MACEIÓ - AL	1437
058.***.***-74	Joyce Letice Barros Gomes	MACEIÓ - AL	1438
046.***.***-36	Elaine do Nascimento Silva	MACEIÓ - AL	1439
013.***.***-05	Patrícia Pereira Nunes	MACEIÓ - AL	1440
060.***.***-12	Igor Tadeu de Siqueira Calmon	MACEIÓ - AL	1441
677.***.***-87	Ana Márcia Agra Lemos de Carvalho	MACEIÓ - AL	1442
551.***.***-04	Simone Cleide Rodrigues de Jesus	MACEIÓ - AL	1443
058.***.***-82	Larissa de Oliveira Soares	MACEIÓ - AL	1444
052.***.***-03	Clesiane Monise Vital de França	MACEIÓ - AL	1445
000.***.***-30	Ronaldo Coimbra de Oliveira	MACEIÓ - AL	1446
860.***.***-49	Gerusa Gonçalves de Lemos	MACEIÓ - AL	1447
030.***.***-94	Maria Carolina Santa Rita Lacerda	MACEIÓ - AL	1448
384.***.***-72	Arnaldo Alves de Mendonça	MACEIÓ - AL	1449
046.***.***-73	Fábio Henrique Peixoto Menezes	MACEIÓ - AL	1450
985.***.***-15	Kátia Macário Santos Quintiliano	MACEIÓ - AL	1451
075.***.***-61	Ana Carla de Oliveira Soares	MACEIÓ - AL	1452
076.***.***-62	Heloisa Wanessa Araujo Tigre	MACEIÓ - AL	1453
077.***.***-52	Natália Carlos Ramalho	MACEIÓ - AL	1454
011.***.***-01	Adriana Toledo de Paffer	MACEIÓ - AL	1455
072.***.***-11	Gabrielle Leite Pacheco Lisbôa	MACEIÓ - AL	1456
071.***.***-89	Roney da Silva Damacena	MACEIÓ - AL	1457
043.***.***-62	Hugo Cabral Tenorio	MACEIÓ - AL	1458
051.***.***-11	Jullianna Meirelles do Nascimento Silva Pereira	MACEIÓ - AL	1459
077.***.***-66	Flaviane Maria Pereira Belo	MACEIÓ - AL	1460
102.***.***-14	Rawanderson dos Santos	MACEIÓ - AL	1461
069.***.***-60	Marilia Magalhães Morais Freire	MACEIÓ - AL	1462
065.***.***-29	Ana Carolina Abreu Machado	MACEIÓ - AL	1463
079.***.***-09	Fabio Alves dos Santos	MACEIÓ - AL	1464
104.***.***-09	Larissa Lima de Souza	MACEIÓ - AL	1465
096.***.***-88	Rodrigo Barcellos de Almeida Igansi	MACEIÓ - AL	1466
067.***.***-25	Rosa Caroline Mata Verçosa	MACEIÓ - AL	1467
272.***.***-20	Kátia Cristina Guimarães Silva	SÃO LUÍS - MA	1468
223.***.***-49	Yara Maria Cavalcante de Portela	SÃO LUÍS - MA	1469
467.***.***-15	Patrícia Franco Marques	SÃO LUÍS - MA	1470
471.***.***-10	Rosemary Fernandes Corrêa Alencar	SÃO LUÍS - MA	1471
744.***.***-53	Deborah Serra Sousa Bui	SÃO LUÍS - MA	1472
707.***.***-53	Lucia Regina Moreira de Oliveira	SÃO LUÍS - MA	1473
734.***.***-20	Raquel Coelho Netto da Costa	SÃO LUÍS - MA	1474
809.***.***-34	Eliane Panhussatti	SÃO LUÍS - MA	1475
844.***.***-91	Eliete Costa Oliveira	SÃO LUÍS - MA	1476
807.***.***-72	Roberto Coelho Netto da Cunha Costa	SÃO LUÍS - MA	1477
549.***.***-87	Maria do Socorro Nunes Sousa Pereira	SÃO LUÍS - MA	1478
913.***.***-91	Livia Cristina Frias da Silva Menezes	SÃO LUÍS - MA	1479
967.***.***-34	Arinatécia Araujo Santos	SÃO LUÍS - MA	1480
937.***.***-87	Lília Frazão de Oliveira	SÃO LUÍS - MA	1481
268.***.***-00	Jacione Lemos Botelho Maia	SÃO LUÍS - MA	1482
303.***.***-72	Gisele Silva Pereira	SÃO LUÍS - MA	1483
475.***.***-20	Eremilta Silva Barros	SÃO LUÍS - MA	1484
741.***.***-68	Lucia Danielly Gomes Lopes de Carvalho	SÃO LUÍS - MA	1485
745.***.***-53	Francisca Maria da Silva Freitas	SÃO LUÍS - MA	1486
785.***.***-72	Flávia Stella Rego Furtado Cutrim da Silva	SÃO LUÍS - MA	1487
832.***.***-91	Deborah Bordalo Ramos	SÃO LUÍS - MA	1488
332.***.***-15	Lucinaldo Lobato Gomes	SÃO LUÍS - MA	1489
013.***.***-07	Érica de Oliveira Costa	SÃO LUÍS - MA	1490
418.***.***-68	Kenya Mara Veras Santos	SÃO LUÍS - MA	1491
003.***.***-65	Maria Almira Bulcão Loureiro	SÃO LUÍS - MA	1492
303.***.***-20	Hassan Lavalier de Oliveira Lima	SÃO LUÍS - MA	1493
799.***.***-53	Taís Candida de Araújo Freire Borba	SÃO LUÍS - MA	1494
092.***.***-24	Danielle Orlandi Gomes	SÃO LUÍS - MA	1495
937.***.***-04	Lia Cardoso de Aguiar	SÃO LUÍS - MA	1496
658.***.***-91	Jovenilia Coelho Gomes	SÃO LUÍS - MA	1497
755.***.***-91	Juliana Lima Mapurunga e Silva	SÃO LUÍS - MA	1498

821.***.***-00	Josenilson de Jesus Rodrigues Brandão	SÃO LUÍS - MA	1499
466.***.***-04	Evandro Portela Figueiredo	SÃO LUÍS - MA	1500
648.***.***-91	Adson Carlos Linhares Guimarães	SÃO LUÍS - MA	1501
780.***.***-34	Francisco Felipe de Carvalho Júnior	SÃO LUÍS - MA	1502
851.***.***-91	Heth Mírian Lima Louzeiro	SÃO LUÍS - MA	1503
002.***.***-82	Joao Furtado da Silva Neto	SÃO LUÍS - MA	1504
839.***.***-53	Rafaela Spíndola de Souza	SÃO LUÍS - MA	1505
653.***.***-20	Hilsa Mota Rodrigues	SÃO LUÍS - MA	1506
928.***.***-00	Nilza Bezerra Pinheiro da Silva	SÃO LUÍS - MA	1507
444.***.***-20	Eliane Maria Nascimento de Carvalho	SÃO LUÍS - MA	1508
010.***.***-03	Fernanda Figueiredo dos Santos	SÃO LUÍS - MA	1509
685.***.***-87	Cibele Silva Lima	SÃO LUÍS - MA	1510
808.***.***-04	Rogério Soares Castro	SÃO LUÍS - MA	1511
017.***.***-57	Oliver Alexandrino de Andrade	SÃO LUÍS - MA	1512
009.***.***-06	Milena de Oliveira Soares Silva	SÃO LUÍS - MA	1513
931.***.***-00	Graziela Olivia da Silva Fernandes	SÃO LUÍS - MA	1514
483.***.***-34	Galbia Nelma Silva Rodrigues Santos	SÃO LUÍS - MA	1515
483.***.***-53	Maria Francisca Pereira de Araújo Fernandes	SÃO LUÍS - MA	1516
855.***.***-53	Rivaldo Lira Filho	SÃO LUÍS - MA	1517
005.***.***-69	Jhonny Marlon Campos Sousa	SÃO LUÍS - MA	1518
672.***.***-15	Ana Karina Castro Souza Braga	SÃO LUÍS - MA	1519
772.***.***-30	Leida Cabral Nascimento da Silva	SÃO LUÍS - MA	1520
011.***.***-28	Camila Maria Santana Costa Buna	SÃO LUÍS - MA	1521
007.***.***-19	Kleyton Costa Silva	SÃO LUÍS - MA	1522
920.***.***-72	Cecília Maria Cornélio Melo	SÃO LUÍS - MA	1523
012.***.***-90	Fabiana Alves Soares	SÃO LUÍS - MA	1524
278.***.***-20	Ana Cleyde Carneiro Lima	SÃO LUÍS - MA	1525
006.***.***-85	Livia Maria Lima de Souza Oliveira	SÃO LUÍS - MA	1526
437.***.***-49	Surama Maria Bandeira de Sousa	SÃO LUÍS - MA	1527
769.***.***-49	Cynara Silva Lima	SÃO LUÍS - MA	1528
710.***.***-15	Francisca Paula Lopes Lima	SÃO LUÍS - MA	1529
006.***.***-00	Roama Paulo Ulisses Vas da Costa	SÃO LUÍS - MA	1530
810.***.***-91	Roseana Correa dos Santos Silva	SÃO LUÍS - MA	1531
560.***.***-30	Luciana Castelo Branco Soares	SÃO LUÍS - MA	1532
685.***.***-15	Alessandra Porto de Macedo Costa	SÃO LUÍS - MA	1533
918.***.***-00	Themys Danyelle Val Lima	SÃO LUÍS - MA	1534
010.***.***-40	Hénderson Fontes de Sousa	SÃO LUÍS - MA	1535
006.***.***-09	Sinara Araújo Bezerra Santos	SÃO LUÍS - MA	1536
988.***.***-00	Leticia Cristina de Oliveira Lula	SÃO LUÍS - MA	1537
020.***.***-12	Meryhelen Costa Moura	SÃO LUÍS - MA	1538
783.***.***-04	Dilcilene Aguiar Sousa Cavalcante	SÃO LUÍS - MA	1539
021.***.***-06	Maria Poliana Lima Reis	SÃO LUÍS - MA	1540
028.***.***-14	Elza Cristina Batista Barbosa	SÃO LUÍS - MA	1541
013.***.***-19	Roberta de Sousa Wernz Cancian Mochel	SÃO LUÍS - MA	1542
016.***.***-30	Bianca Lima e Silva	SÃO LUÍS - MA	1543
993.***.***-06	Erika Maria do Nascimento Sá	SÃO LUÍS - MA	1544
037.***.***-30	Danila Lorena Nunes dos Santos	SÃO LUÍS - MA	1545
039.***.***-12	Natália Barros Soares Veloso	SÃO LUÍS - MA	1546
816.***.***-53	Francimary Martins Silva	SÃO LUÍS - MA	1547
003.***.***-28	Francilene Gomes Nunes Moura	SÃO LUÍS - MA	1548
010.***.***-05	Eric Ezuperry Chaves Silva	SÃO LUÍS - MA	1549
024.***.***-77	Joycilene Garces Cantanhede	SÃO LUÍS - MA	1550
639.***.***-15	Jayna Pereira Fontes dos Santos	SÃO LUÍS - MA	1551
021.***.***-07	Fernanda de Castro Lopes	SÃO LUÍS - MA	1552
009.***.***-10	Laíla Silva Linhares	SÃO LUÍS - MA	1553
038.***.***-24	Flaviana Santos de Sousa Silva	SÃO LUÍS - MA	1554
647.***.***-53	Raimunda Lilia dos Santos Batalha	SÃO LUÍS - MA	1555
007.***.***-93	Janielle Ferreira de Brito Lima	SÃO LUÍS - MA	1556
509.***.***-34	Leila Moraes Nogueira Azevedo	SÃO LUÍS - MA	1557
295.***.***-81	Fernanda Agatha Mukuno Poloniato	SÃO LUÍS - MA	1558
032.***.***-36	Carlos Magno Araújo Lima	SÃO LUÍS - MA	1559
006.***.***-90	Ana Cassia Martins Ribeiro	SÃO LUÍS - MA	1560
036.***.***-75	Gabriela Sander de Sousa Nunes Costa	SÃO LUÍS - MA	1561
988.***.***-04	Daniel de Almeida Carvalho	SÃO LUÍS - MA	1562
007.***.***-14	Gysllene de Melo Coêlho Brito	SÃO LUÍS - MA	1563
011.***.***-62	Francisca Jéssica Lima dos Santos	SÃO LUÍS - MA	1564
033.***.***-01	Aline Kercia Dias Dominice	SÃO LUÍS - MA	1565
035.***.***-57	Pollyana Maciel Portela	SÃO LUÍS - MA	1566
011.***.***-51	Renata Colares de Oliveira Tersi	SÃO LUÍS - MA	1567
375.***.***-10	Denise Gomes Privado	SÃO LUÍS - MA	1568
005.***.***-65	Gleydson Dias Duarte	SÃO LUÍS - MA	1569
015.***.***-78	Erika Thalita Nunes Costa	SÃO LUÍS - MA	1570
010.***.***-01	Elton Freitas	SÃO LUÍS - MA	1571
057.***.***-02	Marcela Patricia Macêdo Belo Fort	SÃO LUÍS - MA	1572
047.***.***-37	Laurenne Milhomem Sousa Moraes	SÃO LUÍS - MA	1573
613.***.***-49	Claudean Serra Reis	SÃO LUÍS - MA	1574
025.***.***-01	Reijane de Aquino Veloso	SÃO LUÍS - MA	1575
026.***.***-44	Ana Kalyna Bezerra Calvet	SÃO LUÍS - MA	1576
014.***.***-25	Matheus Veras Guterres Mendes	SÃO LUÍS - MA	1577
024.***.***-03	Nádia Alessa Vencao de Moura	SÃO LUÍS - MA	1578
618.***.***-63	Renata Porto Pinheiro	SÃO LUÍS - MA	1579
942.***.***-68	Wennya Araujo da Silva	SÃO LUÍS - MA	1580
026.***.***-40	Gessica Vieira Araujo	SÃO LUÍS - MA	1581
020.***.***-65	Clariano Pires de Oliveira Neto	SÃO LUÍS - MA	1582
693.***.***-91	Jorgileia Braga de Melo	SÃO LUÍS - MA	1583
024.***.***-03	Luna Mayra da Silva e Silva	SÃO LUÍS - MA	1584
637.***.***-53	Grasiela de Araujo Costa Moura de Sousa	SÃO LUÍS - MA	1585
600.***.***-79	Livia dos Santos Rodrigues	SÃO LUÍS - MA	1586
005.***.***-65	Amanda Thais Viana Oliveira	SÃO LUÍS - MA	1587
054.***.***-00	Nalma Alexandra Rocha de Carvalho	SÃO LUÍS - MA	1588
024.***.***-67	Fernanda Jansen Mendes	SÃO LUÍS - MA	1589
005.***.***-09	Regiane Cristina Tavares Chaves	SÃO LUÍS - MA	1590
045.***.***-10	Juliana Moreira da Silva Cruvel	SÃO LUÍS - MA	1591
017.***.***-24	Edinilma Carla Oliveira Ribeiro	SÃO LUÍS - MA	1592
015.***.***-82	Janiton de Souza Fonseca	SÃO LUÍS - MA	1593
591.***.***-04	Vera Maria Borba Coutinho	RECIFE - PE	1594
102.***.***-91	José Roberto de Almeida Correia	RECIFE - PE	1595
113.***.***-15	Maria do Rosário Trindade dos Santos	RECIFE - PE	1596
100.***.***-91	Maria das Graças Washington Casimiro Carreteiro	RECIFE - PE	1597
181.***.***-49	Celia Regina Medeiros	RECIFE - PE	1598
436.***.***-04	Maria dos Prazeres da Silva Morais	RECIFE - PE	1599
248.***.***-15	Maria Jucineide Lopes Borges	RECIFE - PE	1600
435.***.***-15	Raimundo Maciel Feitosa e Castro	RECIFE - PE	1601
341.***.***-68	Dayse Barros de Almeida Machado	RECIFE - PE	1602
340.***.***-04	Diana Mendonça Silva Guerra	RECIFE - PE	1603
756.***.***-91	Karla Fernanda Santos Soares	RECIFE - PE	1604

368.***.***-20	Penha Maria Nunes Pereira Domingues	RECIFE - PE	1605
355.***.***-04	Hermariluce da Silva Marroquim Domingues	RECIFE - PE	1606
594.***.***-68	Isa Galvão Rodrigues	RECIFE - PE	1607
510.***.***-87	Eduardo Jorge da Fonseca Lima	RECIFE - PE	1608
420.***.***-49	Fernanda Pinheiro Rodrigues	RECIFE - PE	1609
392.***.***-49	Ivanele Maria Soares Bezerra	RECIFE - PE	1610
547.***.***-44	Simone Pires Cavalcanti Machado	RECIFE - PE	1611
426.***.***-00	Edvânia César de Araújo	RECIFE - PE	1612
666.***.***-15	Sandra de Paiva Barbosa	RECIFE - PE	1613
583.***.***-49	Erimar Cecilia Espindola Moura	RECIFE - PE	1614
428.***.***-04	Desdra de Macedo Lemos	RECIFE - PE	1615
459.***.***-68	Simone Cristina Ribeiro Pinho	RECIFE - PE	1616
459.***.***-04	Edneide da Costa Lima	RECIFE - PE	1617
427.***.***-49	Geise Maria da Silva Belo	RECIFE - PE	1618
408.***.***-04	Josiane Maria Gomes da Silva Santos	RECIFE - PE	1619
391.***.***-34	Eliane Barbosa de Farias	RECIFE - PE	1620
551.***.***-53	Monica Maria Motta dos Reis Marques	RECIFE - PE	1621
585.***.***-15	Ana Maria Gomes dos Santos	RECIFE - PE	1622
431.***.***-53	Ilma Cristina Silva do Nascimento	RECIFE - PE	1623
763.***.***-63	Maria Cristina Fonsêca de Lima Cabana	RECIFE - PE	1624
578.***.***-87	Patricia Santos Pimentel	RECIFE - PE	1625
620.***.***-20	Jamille Nascimento Farias	RECIFE - PE	1626
657.***.***-04	Maria Ines Bezerra de Melo	RECIFE - PE	1627
711.***.***-00	Silvania Vieira Ramos Alves	RECIFE - PE	1628
822.***.***-78	Rosinete Malafaia	RECIFE - PE	1629
885.***.***-34	Alcinda de Queiroz Medeiros	RECIFE - PE	1630
833.***.***-72	Josineide de Sousa Vieira	RECIFE - PE	1631
934.***.***-53	Marcelo Neves Silva	RECIFE - PE	1632
922.***.***-91	Maria Irenice Santos de Santana	RECIFE - PE	1633
620.***.***-04	Ana Hermínia de Azevedo Ferreira	RECIFE - PE	1634
859.***.***-72	Luciana Patricia Coelho de Aguiar	RECIFE - PE	1635
462.***.***-20	Samuel Melo de Alencar	RECIFE - PE	1636
799.***.***-53	Antonio Cavalcanti de Albuquerque Martins	RECIFE - PE	1637
882.***.***-04	Celina Aurea Malta Ramalho	RECIFE - PE	1638
025.***.***-85	Maria de Fatima Magalhães Acioly Mendizabal	RECIFE - PE	1639
021.***.***-60	Jéssica Cristina de Siqueira Almeida Albuquerque	RECIFE - PE	1640
899.***.***-04	Alania Rodrigue Damasio	RECIFE - PE	1641
922.***.***-34	Fabíola Lys de Medeiros	RECIFE - PE	1642
948.***.***-53	Lindinalva Albertina da Silva	RECIFE - PE	1643
846.***.***-34	Cristiano Soares da Rocha	RECIFE - PE	1644
869.***.***-72	Karina Luz Cavalcanti Rodrigues	RECIFE - PE	1645
899.***.***-68	Geyser Paes Barreto Ribeiro	RECIFE - PE	1646
882.***.***-34	Ana Gabriela Santos Martins	RECIFE - PE	1647
024.***.***-50	Renata de Oliveira Rossiter	RECIFE - PE	1648
857.***.***-15	Andresa Paula Ferreira de Melo Queiroz	RECIFE - PE	1649
019.***.***-61	Mariana de Carvalho Leal Gouveia	RECIFE - PE	1650
027.***.***-33	Erika Neves de Barros	RECIFE - PE	1651
028.***.***-10	Rosane Guilherme Floriano	RECIFE - PE	1652
900.***.***-63	Josivânia Santos Tavares	RECIFE - PE	1653
025.***.***-96	Rosangela Gois de Oliveira	RECIFE - PE	1654
886.***.***-00	Adriana Vitorino Arruda do Prado	RECIFE - PE	1655
021.***.***-29	Ana de Fatima De Azevedo Ferreira	RECIFE - PE	1656
024.***.***-89	Tatyane Manso de Oliveira Alexandre	RECIFE - PE	1657
020.***.***-64	Fabiana Barbosa do Nascimento Silva	RECIFE - PE	1658
010.***.***-30	Thayse Neves Santos Silva	RECIFE - PE	1659
727.***.***-15	Janny Leonor Lourenço Ferreira	RECIFE - PE	1660
029.***.***-22	Liany Barros Ribeiro Accioly	RECIFE - PE	1661
962.***.***-53	Ana Luiza do Nascimento	RECIFE - PE	1662
023.***.***-02	Ana Maria Bezerra de Oliveira Cabral	RECIFE - PE	1663
936.***.***-72	José Ferreira Marinho Júnior	RECIFE - PE	1664
038.***.***-70	Michelle Morgana de Barros Silva	RECIFE - PE	1665
029.***.***-39	Karlla Fernanda Costa Santana Chaves	RECIFE - PE	1666
032.***.***-73	Casiana Tertuliano Chalegre	RECIFE - PE	1667
030.***.***-65	Edivane Patricia Galdino Monteiro	RECIFE - PE	1668
039.***.***-42	Juliana da Silva Nogueira Carvalho	RECIFE - PE	1669
036.***.***-60	Adrilene Coutinho Cavalcanti Liberal	RECIFE - PE	1670
039.***.***-74	Juliana Carneiro de Carvalho	RECIFE - PE	1671
007.***.***-30	Emanuela Batista Ferreira e Pereira	RECIFE - PE	1672
036.***.***-43	Amanda de Souza Bezerra Pires Ferreira	RECIFE - PE	1673
037.***.***-63	Risia Raphaely do Rego Barros Melo	RECIFE - PE	1674
039.***.***-09	Claudia Porto Sabino Pinho	RECIFE - PE	1675
058.***.***-20	Wanessa Carneiro da Silva	RECIFE - PE	1676
848.***.***-87	Thales Douglas Xavier do Rosario	RECIFE - PE	1677
865.***.***-49	Vivia Conceição da Silva	RECIFE - PE	1678
031.***.***-82	Fabiana Maria Bandeira de Lucena	RECIFE - PE	1679
042.***.***-60	Anna Fernanda Ferreira de Alves Melo	RECIFE - PE	1680
352.***.***-15	Mireide do Carmo de Melo	RECIFE - PE	1681
456.***.***-04	Cláudia Mota dos Santos	RECIFE - PE	1682
007.***.***-27	Sheila Pina Almeida	RECIFE - PE	1683
847.***.***-68	Maria de Lourdes Magalhães Baltar De Abreu Vasconcelos	RECIFE - PE	1684
353.***.***-91	Marcia Gonçalves Neto da Silva	RECIFE - PE	1685
537.***.***-49	Renilton de Barros Albuquerque De Moura	RECIFE - PE	1686
510.***.***-04	Andrea Dorea de O Pontes	RECIFE - PE	1687
569.***.***-49	Antonieta Machado	RECIFE - PE	1688
028.***.***-18	Moacir Batista Jucá	RECIFE - PE	1689
037.***.***-42	Denise Sandrelly Cavalcanti de Lima	RECIFE - PE	1690
031.***.***-43	Isis Felix de Moura	RECIFE - PE	1691
513.***.***-04	Emilia Resque de Barros Barbosa	RECIFE - PE	1692
921.***.***-53	Andréa Karla Soares Montenegro	RECIFE - PE	1693
900.***.***-20	Betty Janny Maia Siqueira	RECIFE - PE	1694
030.***.***-43	Marcelle de Barros e Silva Torres	RECIFE - PE	1695
043.***.***-52	Bruno Leonardo Lemos dos Santos	RECIFE - PE	1696
747.***.***-04	Alberto Luiz Alves de Lima	RECIFE - PE	1697
880.***.***-53	Cristiane Marcela Santos Silva	RECIFE - PE	1698
931.***.***-68	Fabiana Albuquerque Meirelles Villachan	RECIFE - PE	1699
046.***.***-16	Ricardo Ferreira dos Santos Júnior	RECIFE - PE	1700
028.***.***-62	Suzana Lins da Silva	RECIFE - PE	1701
026.***.***-97	Kelly Cristiane Rocha Lemos	RECIFE - PE	1702
011.***.***-11	Ludmilla Medeiros Costa Vasconcelos	RECIFE - PE	1703
374.***.***-87	Itamir Gaião da Costa	RECIFE - PE	1704
911.***.***-59	Adriana Correia Cavalcante Cordeiro	RECIFE - PE	1705
883.***.***-91	Carolina Del Mar Paiva de Carvalho	RECIFE - PE	1706
834.***.***-68	Rafael Anlicoara	RECIFE - PE	1707
540.***.***-68	Nadja Rolim Gonçalves de Alencar	RECIFE - PE	1708
039.***.***-09	Andreza Cavalcanti Correia Gomes	RECIFE - PE	1709
038.***.***-30	Jemima da Veiga Gonzales de Lima	RECIFE - PE	1710

033.***.***-63	Jacqueline Oliveira	RECIFE - PE	1711
887.***.***-34	Flávia Fernanda Santos Menezes	RECIFE - PE	1712
820.***.***-87	Delmiro Alves de Lima	RECIFE - PE	1713
033.***.***-55	Thiago José Albuquerque Sandes	RECIFE - PE	1714
029.***.***-30	Viviane Maria Gomes de Araújo	RECIFE - PE	1715
040.***.***-51	Adriana Carla de Luna Ribeiro	RECIFE - PE	1716
344.***.***-53	Maria de Fátima Costa Caminha	RECIFE - PE	1717
018.***.***-28	Isabel Cristina Batista Gomes Santos	RECIFE - PE	1718
030.***.***-25	Maria de Fátima Souza da Conceição	RECIFE - PE	1719
831.***.***-04	Mara Lísia da Fonseca Simeão Mendes	RECIFE - PE	1720
029.***.***-30	Adriana Santos Lopes	RECIFE - PE	1721
052.***.***-69	Fernanda Maria Pinto Pereira Martins	RECIFE - PE	1722
665.***.***-87	Jeane	RECIFE - PE	1723
032.***.***-85	Maijjose Nívea Silva Salvador	RECIFE - PE	1724
040.***.***-03	Cynthia Nunes de Oliveira Brito	RECIFE - PE	1725
051.***.***-30	Ana Karina Brizeno Ferreira Lopes	RECIFE - PE	1726
053.***.***-18	Clara Fláuxi Martins da Silva	RECIFE - PE	1727
039.***.***-39	Samayra Kelly do Nascimento Santos	RECIFE - PE	1728
047.***.***-41	Glaucia Queiroz Morais	RECIFE - PE	1729
023.***.***-85	Ana Carolina Silva de Lima	RECIFE - PE	1730
033.***.***-00	Ana Elizabeth Lopes de Carvalho	RECIFE - PE	1731
256.***.***-20	Ana Paula Martins Jones Gama	RECIFE - PE	1732
949.***.***-49	Kildrey Aquino de Oliveira	RECIFE - PE	1733
039.***.***-33	Cristiano Berardo Carneiro da Cunha	RECIFE - PE	1734
008.***.***-35	Viviane Ruth de Carvalho	RECIFE - PE	1735
055.***.***-55	Aparecida Virginia Soares Teles	RECIFE - PE	1736
974.***.***-34	Inês Patricia Guedes Souto	RECIFE - PE	1737
034.***.***-28	Flávio Hilton Feijó Cavalcanti Silva	RECIFE - PE	1738
052.***.***-04	Mônica Sousa de Menezes	RECIFE - PE	1739
449.***.***-04	Lúcia de Fátima Modesto Lopes	RECIFE - PE	1740
040.***.***-13	Cláudia Fernanda Azevedo Braga Albuquerque	RECIFE - PE	1741
057.***.***-40	Danuza Firmo de Lima	RECIFE - PE	1742
758.***.***-97	Carlos Eduardo Gomes de Melo	RECIFE - PE	1743
026.***.***-50	Claudia Roberta do Nascimento Rodrigues	RECIFE - PE	1744
450.***.***-53	Paulo César de Oliveira Santos	RECIFE - PE	1745
432.***.***-49	Eliane Teodosio da Silva	RECIFE - PE	1746
035.***.***-95	Henrique Guido de Araújo	RECIFE - PE	1747
044.***.***-03	Ana Carolina Fonseca Marques Ferreira Gonçalves	RECIFE - PE	1748
076.***.***-92	Simony Lins de Oliveira	RECIFE - PE	1749
908.***.***-68	Katia Viriginia Correia de Oliveira	RECIFE - PE	1750
036.***.***-79	Alexandra Coutinho Cavalcanti	RECIFE - PE	1751
048.***.***-39	Monica Alice Santos da Silva	RECIFE - PE	1752
048.***.***-77	Ana Paula Pereira Lacerda	RECIFE - PE	1753
046.***.***-77	Ana Lúcia Mota Dantas	RECIFE - PE	1754
038.***.***-32	Kallianny Silva Magalhães	RECIFE - PE	1755
034.***.***-04	roberta	RECIFE - PE	1756
053.***.***-52	Patricia Ramos de Andrade Trigueiro	RECIFE - PE	1757
055.***.***-70	Lilian Coelho da Silva	RECIFE - PE	1758
836.***.***-15	Rodrigo Pessoa Cavalcanti Lira	RECIFE - PE	1759
026.***.***-32	Andrea Barbosa de Melo	RECIFE - PE	1760
399.***.***-72	Mauriceia Jose de Moura	RECIFE - PE	1761
043.***.***-64	Ademar Magalhães de Souza Filho	RECIFE - PE	1762
013.***.***-82	Diogo Buarque Cordeiro Cabral	RECIFE - PE	1763
056.***.***-84	Elaine Araújo de Souza	RECIFE - PE	1764
051.***.***-13	Aline Rafaelly Apolônio da Silva	RECIFE - PE	1765
374.***.***-49	Elielete Maria Pires de Azevedo	RECIFE - PE	1766
032.***.***-71	Ítala Morgânia Farias da Nóbrega	RECIFE - PE	1767
038.***.***-06	Liana Paula Medeiros de Albuquerque Cavalcante	RECIFE - PE	1768
025.***.***-01	Andrea Maria Ferreira Barbosa	RECIFE - PE	1769
043.***.***-08	Micheline Nogueira Barbosa Silva	RECIFE - PE	1770
064.***.***-09	Lara Ximenes Santos	RECIFE - PE	1771
649.***.***-04	Patricia da Cunha Cavalcanti Nascimento	RECIFE - PE	1772
036.***.***-30	Pablo Cesar Lustosa Barros Bezerra	RECIFE - PE	1773
963.***.***-87	Ana Priscila Duarte de Aguiar	RECIFE - PE	1774
013.***.***-57	Andrea Dória Batista	RECIFE - PE	1775
040.***.***-70	Maria da Soledade Rolim do Nascimento	RECIFE - PE	1776
031.***.***-32	Fernanda Leite Carapeba Cabral	RECIFE - PE	1777
028.***.***-07	Paulo Roberto Alves da Silva	RECIFE - PE	1778
046.***.***-60	Flavia Gomes de Moura Sena	RECIFE - PE	1779
036.***.***-18	Mariana Manghi Barroca	RECIFE - PE	1780
055.***.***-65	Alessandra Barbosa da Silva Barros	RECIFE - PE	1781
933.***.***-34	Roberta Rodrigues dos Santos	RECIFE - PE	1782
985.***.***-87	Wolfgang William Schmidt Aguiar	RECIFE - PE	1783
045.***.***-89	Débora Danielle Andrade dos Santos	RECIFE - PE	1784
051.***.***-80	Ana Carolina de Souza Pieretti	RECIFE - PE	1785
022.***.***-98	Veronice da Silva Nascimento	RECIFE - PE	1786
007.***.***-09	Rosângela Christina Barbosa Bastos	RECIFE - PE	1787
008.***.***-38	Flávia Nunes Salviano	RECIFE - PE	1788
054.***.***-64	Felipe Tibério Claudino Ferreira	RECIFE - PE	1789
735.***.***-53	Ivana Magaly Lima Alencar Carvalheira	RECIFE - PE	1790
038.***.***-70	Juciany Medeiros Araújo	RECIFE - PE	1791
046.***.***-54	Virginia da Silva Machado	RECIFE - PE	1792
030.***.***-85	Priscila Diniz de Carvalho Martins	RECIFE - PE	1793
041.***.***-84	Naelia Vidal de Negreiros Silva	RECIFE - PE	1794
054.***.***-08	Lucas Rampazzo Diniz	RECIFE - PE	1795
600.***.***-08	Carla Pinheiro Maciel	RECIFE - PE	1796
488.***.***-20	Candida Maria Nogueira Ribeiro	RECIFE - PE	1797
023.***.***-06	Elisabeth Francisca da Costa	RECIFE - PE	1798
039.***.***-01	Renata Maria Moura Nascimento	RECIFE - PE	1799
039.***.***-21	Macelani Renata Ferreira da Conceicao	RECIFE - PE	1800
079.***.***-39	Albérico Felismino Silva de Farias	RECIFE - PE	1801
039.***.***-85	Marta Nunes Lira	RECIFE - PE	1802
046.***.***-02	Bruna Rafaela Souza de Oliveira	RECIFE - PE	1803
047.***.***-02	Helga Cecilia Muniz de Souza	RECIFE - PE	1804
021.***.***-67	Mayara Costa Barros	RECIFE - PE	1805
033.***.***-05	Kelly Cristine Braz Cavalcanti	RECIFE - PE	1806
055.***.***-92	Leila Paes Landim	RECIFE - PE	1807
024.***.***-13	Chika Wakiyama	RECIFE - PE	1808
022.***.***-80	Michele Gomes Tarquino	RECIFE - PE	1809

038.***.***-30	Rosita Marina Ferreira Batista Martins	RECIFE - PE	1810
010.***.***-27	Carlos Henrique Tavares de Albuquerque	RECIFE - PE	1811
746.***.***-68	Anvete Leal de Albuquerque	RECIFE - PE	1812
037.***.***-69	Rejane Florentino Pessoa	RECIFE - PE	1813
049.***.***-25	Tatiana Caldas Neves da Silva	RECIFE - PE	1814
056.***.***-71	Isis Suruagy Correia Moura	RECIFE - PE	1815
007.***.***-42	Carla Cristiane França de Araújo	RECIFE - PE	1816
057.***.***-28	Djacyr Caetano Viana Filho	RECIFE - PE	1817
045.***.***-98	Camilla Araújo de Brito	RECIFE - PE	1818
055.***.***-13	Darllety Canto da Silva	RECIFE - PE	1819
905.***.***-15	Fabíola Emery Varejão Lopes	RECIFE - PE	1820
026.***.***-00	Sheyla Melo de Vasconcelos	RECIFE - PE	1821
042.***.***-70	Priscila Teixeira de Souza	RECIFE - PE	1822
051.***.***-05	Manoela Gabriel Martins	RECIFE - PE	1823
665.***.***-20	Ana Karina Pinto Barbosa	RECIFE - PE	1824
036.***.***-94	Laurinete Maria da Silva	RECIFE - PE	1825
062.***.***-24	Rubens Cavalcanti Freire da Silva	RECIFE - PE	1826
063.***.***-25	Gerlane Quercia de Freitas França	RECIFE - PE	1827
013.***.***-50	Julyanne de Morais Coutinho Neves Pereira	RECIFE - PE	1828
047.***.***-98	Luana Valeriano Neri	RECIFE - PE	1829
056.***.***-19	Irla Milena de Albuquerque Bieging	RECIFE - PE	1830
047.***.***-82	Lígia Patrícia de Carvalho Batista Éboli	RECIFE - PE	1831
073.***.***-82	Vanessa Cordeiro Pinto Veras	RECIFE - PE	1832
041.***.***-55	Andressa Spinelli Falcão Wanderley	RECIFE - PE	1833
063.***.***-76	Gerlane Henrique de Lima	RECIFE - PE	1834
065.***.***-03	Tarcya Leiane Guerra de Couto Patriota	RECIFE - PE	1835
061.***.***-51	Bianca Jugurta Vieira de Lima Alves	RECIFE - PE	1836
009.***.***-99	Roberta Kelly Mendonça dos Santos	RECIFE - PE	1837
041.***.***-05	Maria Cristina Damascena dos Passos Souza	RECIFE - PE	1838
040.***.***-54	Sémares Genuino Vieira	RECIFE - PE	1839
046.***.***-45	Renata de Oliveira Cardoso	RECIFE - PE	1840
013.***.***-07	Rosielle Costa de Brito	RECIFE - PE	1841
065.***.***-97	Janaina Sobral Costa	RECIFE - PE	1842
479.***.***-49	Rosimere Bezerra Vitoriano da Silva	RECIFE - PE	1843
043.***.***-03	Daniely Sobreira Cariry Barbosa	RECIFE - PE	1844
710.***.***-04	Claudia Cristina Lima de Castro	RECIFE - PE	1845
027.***.***-19	Daniela Maria dos Santos	RECIFE - PE	1846
064.***.***-11	Milton Halyson Benevides de Freitas	RECIFE - PE	1847
012.***.***-85	Carla Costa Martins	RECIFE - PE	1848
054.***.***-03	Thacia Bezerra Teixeira de Oliveira	RECIFE - PE	1849
058.***.***-41	Paulo Bernardo da Silveira Barros Filho	RECIFE - PE	1850
058.***.***-73	Luizy Delça Filgueira Lopes Porto de Lima	RECIFE - PE	1851
060.***.***-36	Renata Maria Mota Wanderley	RECIFE - PE	1852
943.***.***-04	Paolo Porciuncula Lamb	RECIFE - PE	1853
907.***.***-68	Cibelle Andrade Lima	RECIFE - PE	1854
397.***.***-15	Leysa Ylce Carvalho Santos	RECIFE - PE	1855
026.***.***-95	Alane María da Silva Pessoa	RECIFE - PE	1856
025.***.***-45	Lucélia Maria Barbosa de Oliveira	RECIFE - PE	1857
032.***.***-90	Jarbas Ramos Araújo Filho	RECIFE - PE	1858
047.***.***-12	Washington José dos Santos	RECIFE - PE	1859
063.***.***-30	Thayse Alves de Souza	RECIFE - PE	1860
110.***.***-33	Dayseane Cintia de França Santos	RECIFE - PE	1861
060.***.***-12	Julia de Faria Oliveira Bezerra	RECIFE - PE	1862
013.***.***-30	Rafael Anderson Carneiro da Silva	RECIFE - PE	1863
078.***.***-66	Marina Alves da Silva	RECIFE - PE	1864
049.***.***-61	Daniela Souza Soares	RECIFE - PE	1865
033.***.***-70	Gisella Andrada de Godoy Cansancao	RECIFE - PE	1866
063.***.***-12	Ana Teresa Gonçalves de Souza	RECIFE - PE	1867
082.***.***-88	Anna Carollyne de Almeida Vsconcelos Silva	RECIFE - PE	1868
055.***.***-47	Juliana Lourenço Silva	RECIFE - PE	1869
026.***.***-61	Cristiane Marrocos Silva	RECIFE - PE	1870
049.***.***-59	Maria do Carmo de Farias Andrade	RECIFE - PE	1871
068.***.***-10	Andresa Caroline dos Santos França	RECIFE - PE	1872
073.***.***-73	Moara Maria Silva Cardozo	RECIFE - PE	1873
431.***.***-34	Lauriluci Farias Lopes de Albuquerque	RECIFE - PE	1874
054.***.***-12	Adriana Bezerra Limeira	RECIFE - PE	1875
063.***.***-58	Marta Caroline Nascimento Vilar Ximenes	RECIFE - PE	1876
059.***.***-58	Marcos Paulo Galdino Coutinho	RECIFE - PE	1877
063.***.***-70	Vanessa Claudia Souza Borba	RECIFE - PE	1878
935.***.***-15	Claudete Xavier do Nascimento	RECIFE - PE	1879
050.***.***-01	Diego Lins Guedes	RECIFE - PE	1880
071.***.***-71	Simone Raposo Miranda	RECIFE - PE	1881
065.***.***-20	Patricia da Costa Araujo Magalhaes	RECIFE - PE	1882
043.***.***-80	Renata Baltar da Silva	RECIFE - PE	1883
046.***.***-65	Ivanya Vieira da Silva Paiva	RECIFE - PE	1884
068.***.***-96	Caroline Trindade Pedrosa	RECIFE - PE	1885
024.***.***-40	Tarciana Elias Cavalcante	RECIFE - PE	1886
054.***.***-26	Dandara Bitú	RECIFE - PE	1887
064.***.***-14	Karla Vanessa Gomes de Lima	RECIFE - PE	1888
069.***.***-88	Tatiana Karla Siqueira da Costa	RECIFE - PE	1889
042.***.***-80	Kleuder Fabian Nunes da Costa	RECIFE - PE	1890
011.***.***-08	Renata Pereira da Silva	RECIFE - PE	1891
072.***.***-06	Wanessa da Silva Pontes	RECIFE - PE	1892
794.***.***-72	Luciana Regina de Barros Pinheiro	RECIFE - PE	1893
060.***.***-96	Jonathas Soares da Silva	RECIFE - PE	1894
013.***.***-52	Gilmmar Marques da Costa Melo	RECIFE - PE	1895
062.***.***-94	Bruno de Almeida Andrade	RECIFE - PE	1896
073.***.***-52	Evi Clayton de Lima Brasil	RECIFE - PE	1897
726.***.***-15	Sione Aparecida de Assis	RECIFE - PE	1898
931.***.***-04	Michelle Campos de Haluli Medeiros	RECIFE - PE	1899
054.***.***-70	Bruno Henrique Soares Pessoa	RECIFE - PE	1900
064.***.***-22	Daniele Ferreira Rodrigues	RECIFE - PE	1901
583.***.***-68	Isabelle Diniz Cerqueira Leite	RECIFE - PE	1902
055.***.***-18	Rachel Caroline Alves Leite	RECIFE - PE	1903
057.***.***-11	Giovanna Cavalcanti de Abreu	RECIFE - PE	1904
017.***.***-27	Natalia Daiana Lopes de Sousa	RECIFE - PE	1905
058.***.***-30	Aluska Mirtes	RECIFE - PE	1906
058.***.***-71	Amanda Cibelly Melo Ferreira Lima	RECIFE - PE	1907
049.***.***-89	Diana de Oliveira Bezerra	RECIFE - PE	1908
059.***.***-99	Ana Regina Burgos do Nascimento	RECIFE - PE	1909
057.***.***-10	Adriana Lopes Ferreira	RECIFE - PE	1910
075.***.***-12	Eliziane Costa da Silva	RECIFE - PE	1911
732.***.***-78	Kátia Cristina de Oliveira	RECIFE - PE	1912
038.***.***-00	Claudia Orlando da Silva	RECIFE - PE	1913
068.***.***-80	Raquel Buarque Caminha Monteiro	RECIFE - PE	1914
086.***.***-48	Luanna Karine Pereira Bezerra	RECIFE - PE	1915

101.***.***-80	Jéssica Cristina Guedes Lima da Silva	RECIFE - PE	1916
058.***.***-02	Gabriel Guerra Rosa	RECIFE - PE	1917
068.***.***-60	Donato da Silva Braz Junior	RECIFE - PE	1918
052.***.***-80	Cybelle Cavalcanti Accioly	RECIFE - PE	1919
065.***.***-48	Aracelly Veloso Barbosa Machado de Araújo	RECIFE - PE	1920
792.***.***-87	Maria das Graças Crespo Guedes	RECIFE - PE	1921
026.***.***-38	Nadvania Albuquerque de Oliveira	RECIFE - PE	1922
082.***.***-27	Nathalia Valois Montarroyos de Moraes	RECIFE - PE	1923
030.***.***-08	Yoko Rocha	RECIFE - PE	1924
621.***.***-87	Anna Paula Monteiro de Carvalho	RECIFE - PE	1925
692.***.***-53	Wandembergue Santiago de Lima	RECIFE - PE	1926
368.***.***-22	Marina Fenicio Soares Batista	RECIFE - PE	1927
074.***.***-02	Eneline de Andrade Heráclio Gouveia Pessoa	RECIFE - PE	1928
022.***.***-95	Flavia Regina Felix da Silva	RECIFE - PE	1929
050.***.***-77	Ana Beatriz Matos Ishigami	RECIFE - PE	1930
003.***.***-18	Camila Alencar Amorim	RECIFE - PE	1931
065.***.***-52	Juliana Cristine Fontes Oliveira	RECIFE - PE	1932
073.***.***-51	Rodrigo Regis Souza de Lira	RECIFE - PE	1933
090.***.***-40	Sabrinna Fernanda de Andrade Arruda	RECIFE - PE	1934
798.***.***-53	Josianne Maria Mattos da Silva	RECIFE - PE	1935
047.***.***-79	Juliano Bonifácio da Silva	RECIFE - PE	1936
065.***.***-97	Nara Gabriel Nigro Rocha	RECIFE - PE	1937
068.***.***-23	Ivynny Caroline França de Oliveira	RECIFE - PE	1938
077.***.***-54	Gutemberg Manoel de Freitas	RECIFE - PE	1939
719.***.***-49	Mônica Maria Oliveira da Silva	RECIFE - PE	1940
063.***.***-98	Carolina Novaes	RECIFE - PE	1941
073.***.***-90	Viviane Wanderley Mastroianni	RECIFE - PE	1942
060.***.***-60	Elaine Carmo da Silva	RECIFE - PE	1943
053.***.***-47	Jozivalda Venancio Caitano dos Santos	RECIFE - PE	1944
064.***.***-40	Emelyn Tatiane Silva Luckwu	RECIFE - PE	1945
074.***.***-64	Julliane Viviane Gomes da Silva	RECIFE - PE	1946
068.***.***-69	Mariana Gomes dos Santos	RECIFE - PE	1947
077.***.***-71	Wályssa Cheiza Fernandes Santos	RECIFE - PE	1948
028.***.***-62	Cinthia Jaqueline da Silva Cavalcanti de Santana	RECIFE - PE	1949
039.***.***-66	Marília Flávia Lopes Ramos	RECIFE - PE	1950
026.***.***-98	Roberto José de Santana	RECIFE - PE	1951
074.***.***-88	Irla Cláudia Barbosa da Silva	RECIFE - PE	1952
080.***.***-25	Danubia Borba de Souza	RECIFE - PE	1953
088.***.***-26	Wêslley Natam Martins Almeida	RECIFE - PE	1954
079.***.***-80	Josefa Daniele Pereira Cardoso Lins	RECIFE - PE	1955
021.***.***-22	Jose Levi da Silva Filho	RECIFE - PE	1956
306.***.***-04	Marta Vieira Alves de Souza	RECIFE - PE	1957
436.***.***-49	Monica Mota Silveira	RECIFE - PE	1958
012.***.***-41	Eveline Cássia Meira dos Santos	RECIFE - PE	1959
057.***.***-30	Cilas Urbano Lira Silva	RECIFE - PE	1960
011.***.***-36	Renata de Carvalho Cavalcante	RECIFE - PE	1961
083.***.***-73	Jeniffer Mirelli dos Santos Lopes	RECIFE - PE	1962
083.***.***-47	Priscyla de Oliveira Nascimento Andrade	RECIFE - PE	1963
757.***.***-15	Cleonilda Queiroz	RECIFE - PE	1964
078.***.***-57	Camila Fernandes da Silva Carvalho	RECIFE - PE	1965
043.***.***-01	Mellina Neyla de Lima Albuquerque	RECIFE - PE	1966
050.***.***-50	Leidiane Francis de Araújo Costa	RECIFE - PE	1967
014.***.***-42	Juliana Maria Santana	RECIFE - PE	1968
010.***.***-22	Regina Meira Lima de Souza	RECIFE - PE	1969
073.***.***-12	João Victor Moreira	RECIFE - PE	1970
067.***.***-07	Rafael Medeiros Bezerra Costa	RECIFE - PE	1971
063.***.***-81	Jerssycca Paula dos Santos Nascimento	RECIFE - PE	1972
096.***.***-75	Thais Fernanda Melo Gomes da Silva	RECIFE - PE	1973
100.***.***-64	Luana Carla Lacerda da Cruz	RECIFE - PE	1974
279.***.***-00	Maria da Conceição Almeida de Oliveira	RECIFE - PE	1975
024.***.***-03	Juliana Veloso de Albuquerque	RECIFE - PE	1976
065.***.***-74	Aline de Paula Caetano Pereira	RECIFE - PE	1977
055.***.***-67	Bruna Lopes da Silva	RECIFE - PE	1978
070.***.***-18	Amanda Maritsa de Magalhães Oliveira	RECIFE - PE	1979
058.***.***-73	Melissa Cristina Assunção e Castro Leal	RECIFE - PE	1980
081.***.***-77	Thainá de Gomes Figueiredo	RECIFE - PE	1981
099.***.***-40	Bruna Rodrigues Monteiro	RECIFE - PE	1982
041.***.***-41	Emanuelle Tenorio Barreto Nunes do Egito	RECIFE - PE	1983
074.***.***-97	Airta Larissa Cerqueira Lima	RECIFE - PE	1984
072.***.***-59	Aniete Cintia de Medeiros Guimarães	RECIFE - PE	1985
036.***.***-44	Araceli Xavier do Nascimento	RECIFE - PE	1986
051.***.***-89	Kellida Moreira Alves Feitosa	RECIFE - PE	1987
072.***.***-24	Thallita Maria Tavares Pontes	RECIFE - PE	1988
022.***.***-69	Henrique Eduardo Silva do Nascimento	RECIFE - PE	1989
088.***.***-09	Gabriela Duarte de Souza	RECIFE - PE	1990
094.***.***-01	Gabriela Maria Pereira Floro Arcoverde	RECIFE - PE	1991
093.***.***-59	Maria Heloise Lyra Vasconcelos	RECIFE - PE	1992
052.***.***-01	Douglas Bento das Chagas	RECIFE - PE	1993
042.***.***-47	Ivana Arrais de Lavor Navarro Xavier	RECIFE - PE	1994
071.***.***-61	Karyne Albino Novaes	RECIFE - PE	1995
074.***.***-89	Lailane Saturnino da Silva	RECIFE - PE	1996
089.***.***-92	Magno José Oliveira Lima Cabral	RECIFE - PE	1997
089.***.***-82	Amanda Lucena de Araújo	RECIFE - PE	1998
067.***.***-38	Laura Maria Tenorio Ribeiro Pinto	RECIFE - PE	1999
091.***.***-03	José Elimário Cardozo da Silveira	RECIFE - PE	2000
089.***.***-25	Monica de Oliveira Soares	RECIFE - PE	2001
096.***.***-92	Renata Carneiro da Silva	RECIFE - PE	2002
084.***.***-66	Jéssica Amorim Magalhães	RECIFE - PE	2003
089.***.***-55	Raylane Farias de Albuquerque	RECIFE - PE	2004
244.***.***-20	Deuzany Bezerra de Melo Leao	RECIFE - PE	2005
049.***.***-83	Maria Alice G. U. de Albuquerque Silveira	RECIFE - PE	2006
064.***.***-07	Ana Carolina Sales dos Santos	RECIFE - PE	2007
037.***.***-84	Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa	RECIFE - PE	2008
098.***.***-32	Gabrielle Santos da Silva	RECIFE - PE	2009
085.***.***-86	Genir Isidorio da Silva Santana	RECIFE - PE	2010
066.***.***-02	Andressa	RECIFE - PE	2011
066.***.***-35	Priscilla de Oliveira Florêncio	RECIFE - PE	2012
086.***.***-33	Nathaly Maria Ferreira Novaes	RECIFE - PE	2013
064.***.***-97	Maria Gabriella Pacheco da Silva	RECIFE - PE	2014
026.***.***-16	Cindy Avani Silva Ceissler	RECIFE - PE	2015
081.***.***-50	Gabriela Carneiro Gomes	RECIFE - PE	2016
043.***.***-50	Barbara Bruna Fernandes de Andrade	RECIFE - PE	2017
091.***.***-27	Raysa Mayara Araujo da Cunha	RECIFE - PE	2018
090.***.***-45	Mateus Dias Américo	RECIFE - PE	2019
053.***.***-60	Tiago Monteiro Gomes	RECIFE - PE	2020
064.***.***-40	Josene Ferreira Carvalho	RECIFE - PE	2021

092.***.***-14	Monique Maria de Souza Baltar	RECIFE - PE	2022
086.***.***-90	Aysla Kalliny dos Reis	RECIFE - PE	2023
095.***.***-00	Isadora Batista de Oliveira	RECIFE - PE	2024
045.***.***-80	Jane Maria de Oliveira Santos	RECIFE - PE	2025
013.***.***-44	Marciana Feliciano	RECIFE - PE	2026
076.***.***-92	Mayara Ferreira de Aragão Lisboa Veras	RECIFE - PE	2027
087.***.***-74	Débora Sidrônio Caetano	RECIFE - PE	2028
079.***.***-06	Luiza Gabriela de Araújo Fonseca	RECIFE - PE	2029
047.***.***-70	Fabio Jose de Lima Cavalcanti Maia	RECIFE - PE	2030
091.***.***-92	Paula Jaeger Tenório	RECIFE - PE	2031
084.***.***-65	Leandro Ferreira Aguiar	RECIFE - PE	2032
096.***.***-41	Aline Costa Pinheiro	RECIFE - PE	2033
098.***.***-43	Janayna Goncalves Silva	RECIFE - PE	2034
520.***.***-49	Jose Carlos da Silva	RECIFE - PE	2035
095.***.***-40	Letícia de Santana Silva	RECIFE - PE	2036
063.***.***-33	Nathália Silva Barroso Ferreiras Reis	RECIFE - PE	2037
062.***.***-27	Jaciane Maria Freitas de Andrade	RECIFE - PE	2038
067.***.***-30	Caroline Cordeiro Souto	RECIFE - PE	2039
014.***.***-22	GABRIELA RODRIGUES DE ALBUQUERQUE COELHO	RECIFE - PE	2040
029.***.***-98	Vick Brito Oliveira	RECIFE - PE	2041
076.***.***-80	Sonycleyde Sinara Feliciano de Almeida	RECIFE - PE	2042
045.***.***-84	Juliana Maria Couceiro Magina	RECIFE - PE	2043
990.***.***-91	Flaviana Cristina Santiago Maciel Fernandes	RECIFE - PE	2044
056.***.***-09	Maria Carolina Larre de Oliveira	RECIFE - PE	2045
074.***.***-74	Renan Fernandes de Lima	RECIFE - PE	2046
077.***.***-61	Renata Mirelli Cavalcanti Macedo	RECIFE - PE	2047
083.***.***-73	Thamyres de Jesus Gimino	RECIFE - PE	2048
057.***.***-30	Ivelise Fhrideraid Alves Furtado da Costa	RECIFE - PE	2049
089.***.***-80	Luisa de Castro Correia	RECIFE - PE	2050
059.***.***-09	Ana Trielle do Nascimento Diniz	RECIFE - PE	2051
087.***.***-90	Camila Nogueira Coutinho	RECIFE - PE	2052
095.***.***-05	Jéssica Frutuoso Pereira da Silva	RECIFE - PE	2053
096.***.***-78	Gustavo Henrique França de Moraes	RECIFE - PE	2054
136.***.***-44	Julia Mariah Melo Lyra	RECIFE - PE	2055
091.***.***-52	Beatriz Louise de Lima Silva	RECIFE - PE	2056
098.***.***-11	Fernanda Vasconcelos Silva de Oliveira	RECIFE - PE	2057
099.***.***-27	Lucas Leonardo de Lima Silva	RECIFE - PE	2058
067.***.***-73	Gabriela Magalhães Medeiros	RECIFE - PE	2059
693.***.***-87	Márcia Maria Cavalcanti Marcondes	RECIFE - PE	2060
045.***.***-05	Aliny Costa de Almeida	RECIFE - PE	2061
093.***.***-73	Elieudes Alves Teté dos Santos	RECIFE - PE	2062
088.***.***-23	Alexsandro Carlos da Silva Siqueira	RECIFE - PE	2063
096.***.***-66	Joanna Francyne Silva de Barros	RECIFE - PE	2064
106.***.***-09	Maria Rafaela Amorim de Araujo	RECIFE - PE	2065
054.***.***-31	Suelany Claudino de Souza Costa	RECIFE - PE	2066
067.***.***-56	Taysa Vannoska de Almeida Silva	RECIFE - PE	2067
096.***.***-69	Rafsanjani Yalli Bernardo da Silva	RECIFE - PE	2068
016.***.***-60	Nailton Benjamim de Medeiros Júnior	RECIFE - PE	2069
100.***.***-65	Lizandra Eveline da Silva Moura	RECIFE - PE	2070
832.***.***-15	Fernanda Carla de Carvalho Leitão	RECIFE - PE	2071
058.***.***-63	Maria Olívia Lima de Mendonça	RECIFE - PE	2072
095.***.***-46	Rafaela Travassos Ferreira Mascarenhas Leite	RECIFE - PE	2073
048.***.***-80	Milene dos Santos Nascimento de Souza	RECIFE - PE	2074
041.***.***-90	Maria Alice Olimpio da Silva	RECIFE - PE	2075
767.***.***-20	Maria Cilene Vieira dos Santos	RECIFE - PE	2076
055.***.***-32	Mariana Augusta de Sá	RECIFE - PE	2077
062.***.***-75	Flaviano Palmeira dos Santos	RECIFE - PE	2078
079.***.***-80	Benazir Benício da Silva	RECIFE - PE	2079
100.***.***-13	Nathalya Macedo Alves Guimaraes Fragoso	RECIFE - PE	2080
073.***.***-59	Larissa Brianni de Araújo Gomes	RECIFE - PE	2081
667.***.***-72	Angela Cavalcanti Marcondes	RECIFE - PE	2082
653.***.***-53	Simone Limeira de Melo	RECIFE - PE	2083
042.***.***-96	Rodrigo de Oliveira Silva	RECIFE - PE	2084
050.***.***-75	Debhora Isis Barbosa e Silva	RECIFE - PE	2085
056.***.***-07	Kennedy Freitas Pereira Alves	RECIFE - PE	2086
073.***.***-43	Jéssica Celiane Cruz Mendes	RECIFE - PE	2087
065.***.***-50	Clarissa Mourão Pinho	RECIFE - PE	2088
625.***.***-72	Marta Maria Francisco	RECIFE - PE	2089
073.***.***-78	Kelyanne Modesto da Cunha	RECIFE - PE	2090
096.***.***-70	Mariana Elizabeth de Aquino Linhares	RECIFE - PE	2091
088.***.***-70	Rafaela Miranda da Silva	RECIFE - PE	2092
096.***.***-36	Maria Jéssica da Silva	RECIFE - PE	2093
093.***.***-08	Luana Cabral Peixoto	RECIFE - PE	2094
051.***.***-01	Bruna Joares Aldina Lucena	RECIFE - PE	2095
097.***.***-67	Carlos Enrrique Placencia Piscoya	RECIFE - PE	2096
087.***.***-28	Rafaella Christine Tenório de Arruda	RECIFE - PE	2097
104.***.***-54	Maria Isabela Xavier Campos	RECIFE - PE	2098
092.***.***-82	Alysson Bruno	RECIFE - PE	2099
702.***.***-00	Marcele Araújo Gonçalves	RECIFE - PE	2100
096.***.***-61	Amanda Ribeiro Figueiredo	RECIFE - PE	2101
060.***.***-62	Jorge Luiz da Silva	RECIFE - PE	2102
086.***.***-00	Débora do Carmo da Costa Barros	RECIFE - PE	2103
088.***.***-70	Jullieny Neves Freire Pina	RECIFE - PE	2104
089.***.***-51	André Gustavo Marcolino Leal	RECIFE - PE	2105
091.***.***-64	Jakeline Maria da Silva	RECIFE - PE	2106
087.***.***-69	Bruna Pessoa de Melo Pereira	RECIFE - PE	2107
096.***.***-70	Nicolle Galiza Simões de Andrade	RECIFE - PE	2108
076.***.***-89	Kessia Porfírio da Silva Souza	RECIFE - PE	2109
081.***.***-82	Luanna Mayara de Lima Ferreira	RECIFE - PE	2110
050.***.***-57	Tatiana Correa da Cruz	RECIFE - PE	2111
091.***.***-60	Maísa Joventino dos Santos	RECIFE - PE	2112
055.***.***-54	Débora Rafaela da Conceição de Oliveira	RECIFE - PE	2113
069.***.***-26	Paula da Fonte Galvão	RECIFE - PE	2114
110.***.***-11	Kaline Nascimento dos Santos Lima	RECIFE - PE	2115
110.***.***-37	Amanda Braz do Lago	RECIFE - PE	2116
004.***.***-90	Robson Nogeuira Costa Santos	RECIFE - PE	2117
035.***.***-58	Gleicy Kelly Gois da Silva	RECIFE - PE	2118
095.***.***-30	Tássia Mayra Oliveira Farias	RECIFE - PE	2119
053.***.***-98	Danielle Wisniewski	RECIFE - PE	2120
064.***.***-59	Raíssa Ivna Alquete de Arreguy Baptista	RECIFE - PE	2121
057.***.***-00	Verônica Santos Barbosa	RECIFE - PE	2122
086.***.***-63	Isabela Catarina Leao da Costa	RECIFE - PE	2123
092.***.***-04	Ellen Maria Custodio dos Santos	RECIFE - PE	2124
091.***.***-10	Aline Oliveira de Araujo	RECIFE - PE	2125
100.***.***-33	Thayna Alves Cardoso	RECIFE - PE	2126
081.***.***-01	Cintia Alves de Souza	RECIFE - PE	2127

081.***.***-58	Roberta Andrade Beltrão	RECIFE - PE	2128
095.***.***-50	Isabelly Almeida Calazans	RECIFE - PE	2129
102.***.***-13	Thainara Estelita de Vasconcellos Bezerra	RECIFE - PE	2130
104.***.***-03	Maria Manuella de Barros Barbosa	RECIFE - PE	2131
068.***.***-02	Rafaela Gomes Ribeiro de Sá	RECIFE - PE	2132
096.***.***-07	Gisele Fernanda de Araújo Tavares	RECIFE - PE	2133
056.***.***-16	Valnise Ramos dos Santos Oliveira	RECIFE - PE	2134
065.***.***-75	Jessica Natacia de Santana Santos	RECIFE - PE	2135
094.***.***-00	Rayssa Nicole Dara Silva Barros	RECIFE - PE	2136
090.***.***-57	Raissa Lorenna dos Santos Dantas	RECIFE - PE	2137
072.***.***-13	Beatriz Maria Queiroz da Silva	RECIFE - PE	2138
027.***.***-50	Otovanilda Umbelina de Carvalho Góis	RECIFE - PE	2139
086.***.***-98	Fagner Arruda de Lima	RECIFE - PE	2140
089.***.***-94	Alice dos Santos Vasconcelos	RECIFE - PE	2141
105.***.***-17	Mariana Luiza do Nascimento Silva	RECIFE - PE	2142
098.***.***-22	Julyana da Costa Reis Oliveira Iwanaga	RECIFE - PE	2143
102.***.***-60	Paulo Roberto Pires da Silva	RECIFE - PE	2144
089.***.***-92	Paula Cavalcanti Castro	RECIFE - PE	2145
095.***.***-70	Matheus Cavalcanti Pinho	RECIFE - PE	2146
086.***.***-02	Túlio Paulo Alves da Silva	RECIFE - PE	2147
094.***.***-57	Lilian Maria Melo da Silva	RECIFE - PE	2148
014.***.***-83	Mariana Rosa de Almeida	RECIFE - PE	2149
108.***.***-26	Denise Brenda da Silva Fernandes	RECIFE - PE	2150
029.***.***-00	Melissa Neves Garcia	RECIFE - PE	2151
882.***.***-87	Lilian Kaercher Alves	RECIFE - PE	2152
073.***.***-38	Erika Michelle do Nascimento Facundes Barbosa	RECIFE - PE	2153
098.***.***-43	Josiglês Araújo de Oliveira Júnior	RECIFE - PE	2154
093.***.***-62	Andressa Lima Cavalcante	RECIFE - PE	2155
097.***.***-58	Thaisa Alves de Araújo	RECIFE - PE	2156
530.***.***-49	Viviane Maria Lins de Lucena Silva	RECIFE - PE	2157
835.***.***-53	Eliane de Lima Pereira	RECIFE - PE	2158
068.***.***-09	Ana Paula Maria da Silva Lima	RECIFE - PE	2159
013.***.***-56	Ana Carolina Ramos de Araújo	RECIFE - PE	2160
086.***.***-00	Lívia Gabriely Melo da Silva Mesquita	RECIFE - PE	2161
141.***.***-49	Maria Herbene Gois Temoteo	FORTALEZA - CE	2162
154.***.***-59	Maria de Fátima Alves Gomes	FORTALEZA - CE	2163
422.***.***-87	Ana Paula Andrade Augusto	FORTALEZA - CE	2164
381.***.***-91	Vera Lucia Oliveira Veras Bezerra Pinheiro	FORTALEZA - CE	2165
472.***.***-78	Silvia Helena de Souza Lopes	FORTALEZA - CE	2166
373.***.***-20	Tania Maria Braule Pinto Machado Pedrosa	FORTALEZA - CE	2167
466.***.***-87	Antonia de Maria Bezerra De Oliveira	FORTALEZA - CE	2168
301.***.***-20	Raimunda Rosilene Magalhães Gadelha	FORTALEZA - CE	2169
380.***.***-87	Cristiane Cid Cruz	FORTALEZA - CE	2170
416.***.***-53	Josenilia Maria Alves Gomes	FORTALEZA - CE	2171
512.***.***-68	Natália Braga Silva de Almeida	FORTALEZA - CE	2172
691.***.***-87	Rodrigo Dornfeld Escalante	FORTALEZA - CE	2173
414.***.***-68	João Antônio Pinheiro Marques	FORTALEZA - CE	2174
440.***.***-15	Delano Gurgel Silveira	FORTALEZA - CE	2175
500.***.***-00	Cicera Marilia Magalhaes de Oliveira	FORTALEZA - CE	2176
424.***.***-34	Messias Simoes dos Santos Neto	FORTALEZA - CE	2177
473.***.***-20	Renato Fernandes Fontenele	FORTALEZA - CE	2178
554.***.***-78	Katia Denise Medeiros de Andrade	FORTALEZA - CE	2179
447.***.***-87	Zeus Peron Barbosa do Nascimento	FORTALEZA - CE	2180
676.***.***-25	Leonardo Cesar Silva Oliveira	FORTALEZA - CE	2181
567.***.***-72	Janete Galvao Martins Cassiano	FORTALEZA - CE	2182
752.***.***-15	José Richelmy Brazil Frota Aragão	FORTALEZA - CE	2183
724.***.***-04	Clarisse Uchoa de Albuquerque	FORTALEZA - CE	2184
709.***.***-20	Arnaldo Aires Peixoto Junior	FORTALEZA - CE	2185
731.***.***-49	Aline Pereira de Queiroz Magalhães	FORTALEZA - CE	2186
754.***.***-72	Maria Lia Coutinho Carvalho Ximenes	FORTALEZA - CE	2187
007.***.***-05	Carlos Romulo Morano Marques	FORTALEZA - CE	2188
805.***.***-91	Raimundo Thompson Gonçalves Filho	FORTALEZA - CE	2189
802.***.***-34	Leonardo Pierre Quental	FORTALEZA - CE	2190
630.***.***-49	Silvia Elaine Miranda de Souza	FORTALEZA - CE	2191
433.***.***-72	Ana Karine Castelo Branco de Paula Gomes	FORTALEZA - CE	2192
815.***.***-68	Alexandre Bastos Lima	FORTALEZA - CE	2193
847.***.***-91	Joao Joadson Duarte Teixeira	FORTALEZA - CE	2194
559.***.***-91	Anne Medeiros Barreto da Silva	FORTALEZA - CE	2195
757.***.***-10	Eugenia Carla Sousa Batista	FORTALEZA - CE	2196
628.***.***-87	Gabriela Carvalho Pinheiro	FORTALEZA - CE	2197
496.***.***-91	Amanda Gomes Caetano Bastos	FORTALEZA - CE	2198
440.***.***-15	Márcia Rosane Barreto Alves	FORTALEZA - CE	2199
497.***.***-44	Glauber Gean de Vasconcelos	FORTALEZA - CE	2200
621.***.***-20	Muse Santiago de Oliveira	FORTALEZA - CE	2201
629.***.***-34	Maria Carolina Carneiro Parente	FORTALEZA - CE	2202
710.***.***-72	Elvira Evaristo Silva	FORTALEZA - CE	2203
598.***.***-15	Lisandra Serra Damasceno	FORTALEZA - CE	2204
251.***.***-95	Andre Yuuzo Sugayama	FORTALEZA - CE	2205
621.***.***-49	Manoel Coutinho Filho	FORTALEZA - CE	2206
974.***.***-97	José Queiroz Lima Neto	FORTALEZA - CE	2207
003.***.***-43	Werllen Soares Maia	FORTALEZA - CE	2208
651.***.***-20	Beatriz Lima Ferreira Menezes	FORTALEZA - CE	2209
026.***.***-07	Francisca Charlene Lopes Monteiro	FORTALEZA - CE	2210
971.***.***-49	Nadia Gurgel Alves	FORTALEZA - CE	2211
758.***.***-00	Raquel de Castro Alves Nepomuceno	FORTALEZA - CE	2212
000.***.***-29	Nivea Rafaela Nóbrega	FORTALEZA - CE	2213
614.***.***-15	Gabriela Studart Galdino	FORTALEZA - CE	2214
014.***.***-96	Cinara Gomes Eufrasio	FORTALEZA - CE	2215
619.***.***-53	Wellington Alves Filho	FORTALEZA - CE	2216
958.***.***-15	Nadia Viana de Melo	FORTALEZA - CE	2217
814.***.***-49	Rainardo Antonio Puster	FORTALEZA - CE	2218
003.***.***-83	Carolina de Alencar Ohi Garcia	FORTALEZA - CE	2219
366.***.***-15	Alciléa Leite de Carvalho	FORTALEZA - CE	2220
647.***.***-00	Weslley Tiago Sousa Alves	FORTALEZA - CE	2221
004.***.***-08	Isabela Alves Pacheco	FORTALEZA - CE	2222
358.***.***-49	Ana Catarina de Miranda Mota	FORTALEZA - CE	2223
827.***.***-00	Jeanny Mayre Damasceno	FORTALEZA - CE	2224
913.***.***-34	Débora Rabelo Lima	FORTALEZA - CE	2225
010.***.***-19	Fernanda Paiva Pereira Honorio	FORTALEZA - CE	2226
947.***.***-34	Antonio Rodrigues Ferreira Junior	FORTALEZA - CE	2227
003.***.***-07	Bruna Patricia de Lima Araújo	FORTALEZA - CE	2228
360.***.***-25	Terezinha de Jesus Santos Pereira	FORTALEZA - CE	2229
033.***.***-06	Raquel Lima Sampaio	FORTALEZA - CE	2230
706.***.***-53	André Luis Souza Costa	FORTALEZA - CE	2231
914.***.***-15	Semíramis Silva Santos	FORTALEZA - CE	2232
996.***.***-49	Bárbara Danuta Lins Oliveira Reges	FORTALEZA - CE	2233

615.***.***-04	Lila Maria Mendonça Aguiar	FORTALEZA - CE	2234
247.***.***-00	Conceição Lucas	FORTALEZA - CE	2235
961.***.***-20	Andreia Farias Evangelista	FORTALEZA - CE	2236
631.***.***-49	Lilian Soares Silva	FORTALEZA - CE	2237
480.***.***-68	Sandra Wirgynnia de Figueiredo Chaves	FORTALEZA - CE	2238
026.***.***-55	Vanessa de Morais Braga	FORTALEZA - CE	2239
242.***.***-20	Walerie Pinheiro Rocha	FORTALEZA - CE	2240
623.***.***-53	Elana Couto de Alencar	FORTALEZA - CE	2241
018.***.***-01	Raquel Telles Quixadá Lima	FORTALEZA - CE	2242
924.***.***-00	Jefferson Renato Bezerra	FORTALEZA - CE	2243
009.***.***-31	Natália Limhares Ponte Aragão	FORTALEZA - CE	2244
022.***.***-28	Nara Iury Oliveira Silva	FORTALEZA - CE	2245
539.***.***-04	Monaliza Maria Pontes Gomes Targino	FORTALEZA - CE	2246
004.***.***-32	Paula Roberta Monteiro Machado	FORTALEZA - CE	2247
021.***.***-08	Lara Machado Matos	FORTALEZA - CE	2248
025.***.***-32	Kirna Araújo Chaves Oliveira	FORTALEZA - CE	2249
011.***.***-07	Andressa Lima Maciel	FORTALEZA - CE	2250
019.***.***-76	Wanessa Maia Barroso	FORTALEZA - CE	2251
030.***.***-64	Italo Gustavo Lima Monteiro	FORTALEZA - CE	2252
034.***.***-59	Pablo Eliack Linhares de Holanda	FORTALEZA - CE	2253
075.***.***-59	João Lins de Araújo Neto	FORTALEZA - CE	2254
492.***.***-72	Núbia Dias Costa Caetano	FORTALEZA - CE	2255
371.***.***-91	Karine Benevides Barreira Lopes de Albuquerque	FORTALEZA - CE	2256
555.***.***-72	Adla Cristina Alves de Oliveira	FORTALEZA - CE	2257
014.***.***-98	Dielson Alves de Sousa	FORTALEZA - CE	2258
021.***.***-40	Antonio Henrique Braga da Costa	FORTALEZA - CE	2259
037.***.***-80	Talita Ribeiro Valente	FORTALEZA - CE	2260
054.***.***-84	Gervasio Mendonça Colares	FORTALEZA - CE	2261
032.***.***-95	Adriana Rodrigues Façanha Barreto Queiroz	FORTALEZA - CE	2262
053.***.***-83	Lorenna Galdino de Farias	FORTALEZA - CE	2263
606.***.***-30	Antonio Diogo Tavares Ávila	FORTALEZA - CE	2264
038.***.***-94	Maria Izabel Cristina Silva do Nascimento	FORTALEZA - CE	2265
028.***.***-93	Lilia Mendes Vieira Coelho	FORTALEZA - CE	2266
007.***.***-41	Ana Gesselena da Silva Farias	FORTALEZA - CE	2267
023.***.***-02	Alana Pereira Lobo	FORTALEZA - CE	2268
050.***.***-28	Erick Fraga Rebouças	FORTALEZA - CE	2269
652.***.***-04	Fernanda Maria Carvalho Fontenele	FORTALEZA - CE	2270
043.***.***-21	Camila Barbosa Monteiro	FORTALEZA - CE	2271
026.***.***-23	Ryvanne Paulino Rocha	FORTALEZA - CE	2272
027.***.***-64	Maria Gerliane Queiroz Martins	FORTALEZA - CE	2273
044.***.***-80	Camila Monteiro Sousa	FORTALEZA - CE	2274
048.***.***-75	Rebeca Rodrigues Thé	FORTALEZA - CE	2275
054.***.***-41	Hassã Pereira Lemos	FORTALEZA - CE	2276
027.***.***-17	Mylena Silva Ximenes	FORTALEZA - CE	2277
007.***.***-98	Bruna Laise Abreu Bezerra	FORTALEZA - CE	2278
883.***.***-72	Gabriela Rodrigues Macedo	FORTALEZA - CE	2279
001.***.***-39	Angela Deisy da Silva Gonçalves Barros	FORTALEZA - CE	2280
603.***.***-90	José Edmilson Silva Gomes	FORTALEZA - CE	2281
020.***.***-98	Maria Carleandra Gonçalves Oliveira	FORTALEZA - CE	2282
057.***.***-48	Abna Gomes Soares	FORTALEZA - CE	2283
025.***.***-06	Tamires alves	FORTALEZA - CE	2284
043.***.***-88	Mateus Moura da Silva	FORTALEZA - CE	2285
034.***.***-99	Priscyla Cruz Oliveira	FORTALEZA - CE	2286
046.***.***-86	Jéssica Floriano Lima	FORTALEZA - CE	2287
730.***.***-06	Maria Iracema Capistrano Bezerra	FORTALEZA - CE	2288
246.***.***-53	Maria de Fatima Vidal da Silva	FORTALEZA - CE	2289
639.***.***-49	Lidiana Rios Farias	FORTALEZA - CE	2290
048.***.***-04	Ana Carolina Cavalcante Viana	FORTALEZA - CE	2291
579.***.***-20	Maria do Livramento Alencar de Holanda	FORTALEZA - CE	2292
057.***.***-61	Débora Joyce Nascimento Freitas	FORTALEZA - CE	2293
018.***.***-03	Ana Crys Benicio Lopes	FORTALEZA - CE	2294
603.***.***-10	Eline Pereira Alves	FORTALEZA - CE	2295
032.***.***-40	Allyson Albert Maia	FORTALEZA - CE	2296
012.***.***-80	Geovana Samara da Silva Carvalho	FORTALEZA - CE	2297
608.***.***-99	Jonas Rodrigues dos Santos	FORTALEZA - CE	2298
057.***.***-00	Daniele Alves Ferreira	FORTALEZA - CE	2299
017.***.***-46	Camila Albuquerque Lima	FORTALEZA - CE	2300
028.***.***-60	Lorena Tausz Tavares Ramos	FORTALEZA - CE	2301

600.***.***-44	Janaina Augusta da Silva Martins	FORTALEZA - CE	2302
696.***.***-15	Rosina Ribeiro Gabriele	FORTALEZA - CE	2303
605.***.***-38	Alice da Silva Rodrigues	FORTALEZA - CE	2304
015.***.***-26	Moises Andrade dos Santos de Queiroz	FORTALEZA - CE	2305
605.***.***-75	Alan Rodrigues da Silva	FORTALEZA - CE	2306
957.***.***-49	Fernando Cesar Gurgel Pinheiro	FORTALEZA - CE	2307
035.***.***-02	Karla Rebecca de Souza Teixeira	FORTALEZA - CE	2308
110.***.***-49	Márcia Maria Lima Santos	SALVADOR - BA	2309
124.***.***-72	Janeusa Rita Leite Primo Chagas	SALVADOR - BA	2310
327.***.***-91	Ana Luiza Velloso da Paz Matos	SALVADOR - BA	2311
290.***.***-53	Teresa Cristina Guimarães Magalhães	SALVADOR - BA	2312
232.***.***-72	Edson O'dwyer Junior	SALVADOR - BA	2313
237.***.***-20	Dora Marcia Santana Alencar	SALVADOR - BA	2314
278.***.***-72	Silvia Helena de Araújo Palhano	SALVADOR - BA	2315
261.***.***-15	Margarida Célia Lima Costa Neves	SALVADOR - BA	2316

253.***.***-15	Paulo Sergio Santana dos Santos	SALVADOR - BA	2317
505.***.***-72	Jairo Itamar Ferreira e Baptista	SALVADOR - BA	2318
380.***.***-72	Luiz Lanat Pedreira de Cerqueira Filho	SALVADOR - BA	2319
505.***.***-53	Rosalvo Abreu Silva	SALVADOR - BA	2320
337.***.***-34	Isa Menezes Lyra	SALVADOR - BA	2321
472.***.***-68	Adriana Mattos Viana	SALVADOR - BA	2322
363.***.***-68	Gustavo Mustafa Tanajura	SALVADOR - BA	2323
387.***.***-00	Claudia Maria de Carvalho Cardozo Cendon	SALVADOR - BA	2324
372.***.***-91	Sandra Maria Cardoso Villa Nova Correia	SALVADOR - BA	2325
405.***.***-68	Marlene de Sá Martins da Costa Carvalho	SALVADOR - BA	2326
354.***.***-68	Marcus Vinícius Castro de Oliveira Lopes	SALVADOR - BA	2327
485.***.***-87	Anna Claudia Monteiro Luz Santos	SALVADOR - BA	2328
458.***.***-53	Sandra Perez Cendon	SALVADOR - BA	2329
481.***.***-00	Luciana Pereira Fernandes	SALVADOR - BA	2330
424.***.***-53	Patricia Santos de Azevedo	SALVADOR - BA	2331
564.***.***-34	Adriana Lopes Latado Braga	SALVADOR - BA	2332
514.***.***-72	Maria Amelia Bulhoes Hatem	SALVADOR - BA	2333
644.***.***-68	Alex Guedes	SALVADOR - BA	2334
766.***.***-72	Mônica Lima Barbosa Rodrigues	SALVADOR - BA	2335
748.***.***-72	Elane Costa	SALVADOR - BA	2336
631.***.***-20	Daniel D'carlos Gonçalves	SALVADOR - BA	2337
686.***.***-34	Ney Cristian Amaral Boa Sorte	SALVADOR - BA	2338
668.***.***-91	Ednei César Amaral Chagas	SALVADOR - BA	2339
640.***.***-78	Lívia Dórea Dantas Fernandes	SALVADOR - BA	2340
914.***.***-15	Manoel Alves Costa Neto	SALVADOR - BA	2341
932.***.***-00	Matheus Lemos Azi	SALVADOR - BA	2342
888.***.***-87	Liana Maria Tôrres de Araújo Azi	SALVADOR - BA	2343
929.***.***-72	Gleicy Gabriela Vitória Spinola Carneiro Falcão	SALVADOR - BA	2344
925.***.***-72	Pablo Moura	SALVADOR - BA	2345
753.***.***-00	Nizael Figueiredo Bernardo	SALVADOR - BA	2346
950.***.***-49	Elizabeth Maia de Oliveira Lessa	SALVADOR - BA	2347
937.***.***-53	Daniel Santana Farias	SALVADOR - BA	2348
986.***.***-72	Flavia Leticia Rabelo Goncalves	SALVADOR - BA	2349
805.***.***-00	Cristiane Possobom da Rosa	SALVADOR - BA	2350
807.***.***-91	Joaquim Custódio da Silva Júnior	SALVADOR - BA	2351
808.***.***-34	Iara Gomes Bittencourt	SALVADOR - BA	2352
835.***.***-20	Julia Gusmão Andrade Ferraz	SALVADOR - BA	2353
781.***.***-00	Candida de Oliveira Alves	SALVADOR - BA	2354
929.***.***-10	Ylara Idalina Silva de Assis	SALVADOR - BA	2355
716.***.***-49	Ana Lísia Cunha Nascimento Giudice da Costa	SALVADOR - BA	2356
947.***.***-53	Dulcinéia Vieira de Assunção	SALVADOR - BA	2357
805.***.***-34	Carla Rebouças Nascimento Alcântara	SALVADOR - BA	2358
949.***.***-20	Adriana Virgínia Barros Faiçal	SALVADOR - BA	2359
404.***.***-87	Ana Maria Soares Rolim	SALVADOR - BA	2360
765.***.***-20	Herbert Henrique de Melo Santos	SALVADOR - BA	2361
951.***.***-91	André Luiz Aleluia da Silva	SALVADOR - BA	2362
815.***.***-72	Verônica Monteiro Leal Leão	SALVADOR - BA	2363
008.***.***-07	Geisa de Queiroz Almeida	SALVADOR - BA	2364
797.***.***-20	Cecília Fraga dos Santos Lemos	SALVADOR - BA	2365
804.***.***-91	José da Natividade Menezes Júnior	SALVADOR - BA	2366
337.***.***-34	Maria de Lourdes Lima de Souza e Silva	SALVADOR - BA	2367
988.***.***-49	Caroline Lang Burak	SALVADOR - BA	2368
007.***.***-98	Mariana Vidal Pontes	SALVADOR - BA	2369
789.***.***-72	Fabíola Leal Silva	SALVADOR - BA	2370
562.***.***-68	Karyne Freitas Barbosa Famá	SALVADOR - BA	2371
922.***.***-15	Milena Bastos Brito	SALVADOR - BA	2372
741.***.***-20	Fabiana Freire Almeida Silva	SALVADOR - BA	2373
947.***.***-15	Carla Danusa da Luz Santos	SALVADOR - BA	2374
856.***.***-49	Leandro Dominguez Barretto	SALVADOR - BA	2375
270.***.***-06	Juliana de Andrade Santos	SALVADOR - BA	2376
968.***.***-04	Marcelle de Jesus Oliveira	SALVADOR - BA	2377
003.***.***-50	Socrates Coelho Camargo	SALVADOR - BA	2378
007.***.***-33	Maria Almeida Dias	SALVADOR - BA	2379
885.***.***-68	Amanda Cristina Galvão Oliveira de Almeida	SALVADOR - BA	2380
776.***.***-87	Bruno Gil de Carvalho Lima	SALVADOR - BA	2381
677.***.***-10	Monalisa Rodrigues Ferreira	SALVADOR - BA	2382
028.***.***-06	Renata Isabel Tenório Araújo	SALVADOR - BA	2383
016.***.***-52	Manuela Maciel Souza Codeço	SALVADOR - BA	2384
650.***.***-68	Junaura Rocha Barretto	SALVADOR - BA	2385
778.***.***-20	Lene Silvany Rodrigues Lima Santos	SALVADOR - BA	2386
785.***.***-49	Julia Constança Conceição Souza Fernandes	SALVADOR - BA	2387
807.***.***-72	Jamile Souza Nicanor	SALVADOR - BA	2388
823.***.***-72	Isabela Cruz de Vasconcelos	SALVADOR - BA	2389
018.***.***-14	Ivellise Costa de Sousa	SALVADOR - BA	2390
898.***.***-20	Cristiano André Oliveira Britto	SALVADOR - BA	2391
788.***.***-87	Vinicius da Costa Vieira	SALVADOR - BA	2392
781.***.***-34	Ana Carla Sá Viana	SALVADOR - BA	2393
795.***.***-34	Karina Pereira Hohenfeld	SALVADOR - BA	2394
018.***.***-93	Vilena Cardoso Gondim	SALVADOR - BA	2395
993.***.***-34	Jacqueline Campos Mendes de Souza	SALVADOR - BA	2396
019.***.***-52	Renata Suellen Nogueira Santos	SALVADOR - BA	2397
014.***.***-78	Sara Ribeiro Campos	SALVADOR - BA	2398
490.***.***-49	Marcos Fonseca Chaves	SALVADOR - BA	2399
671.***.***-63	Arleide Carvalho da Silva Santos	SALVADOR - BA	2400
509.***.***-20	Lilian Carneiro de Carvalho	SALVADOR - BA	2401
004.***.***-80	Alessandro de Moura Almeida	SALVADOR - BA	2402
821.***.***-68	Natanael Moura Teixeira de Jesus	SALVADOR - BA	2403
012.***.***-04	Thais Nogueira Carneiro Brazileiro	SALVADOR - BA	2404
834.***.***-68	Jesica Tatiana Ponce	SALVADOR - BA	2405
777.***.***-87	Renata Ferreira Martins Almeida	SALVADOR - BA	2406
800.***.***-91	Ana Carla Filgueira de Souza e Souza	SALVADOR - BA	2407
652.***.***-00	Laryssa Pinto de Aragão	SALVADOR - BA	2408
943.***.***-04	Rita Janaína da Silva Fiscina	SALVADOR - BA	2409
825.***.***-15	Ticiana Mesquita Hupsel	SALVADOR - BA	2410
515.***.***-49	Edvanda Trindade Sacramento Gomes	SALVADOR - BA	2411
955.***.***-04	Carina Marinho Picanço	SALVADOR - BA	2412
070.***.***-30	Jose Valber Lima Meneses	SALVADOR - BA	2413
013.***.***-00	Audrey Cabral Ferreira de Oliveira	SALVADOR - BA	2414
028.***.***-36	Fernanda Velame Santos Mendonça	SALVADOR - BA	2415
029.***.***-10	Patricia de Abreu Farias Carvalho	SALVADOR - BA	2416
757.***.***-91	Adriana Borges Leite	SALVADOR - BA	2417
943.***.***-00	Jorge Luis Motta dos Anjos	SALVADOR - BA	2418
824.***.***-00	Ludmilla Campos Gaspar	SALVADOR - BA	2419
820.***.***-34	Daniele França Borges	SALVADOR - BA	2420
013.***.***-10	Fernanda Cordeiro Alexandrino	SALVADOR - BA	2421
018.***.***-97	Ana Carolina Gonçalves Corneau	SALVADOR - BA	2422

329.***.***-02	Vivian Mitiko Queiroz Lima	SALVADOR - BA	2423
806.***.***-72	Joice Silva de Santana	SALVADOR - BA	2424
015.***.***-62	Gustavo Carneiro Gomes Leal	SALVADOR - BA	2425
537.***.***-87	Isolda Carneiro Freitas Lages	SALVADOR - BA	2426
008.***.***-25	Gláucia Noblat de Carvalho Santos	SALVADOR - BA	2427
015.***.***-83	Carolina Cincurá Barreto	SALVADOR - BA	2428
025.***.***-81	Welder Pinheiro de Araújo	SALVADOR - BA	2429
002.***.***-78	Theocrito Jose Brandao Britto Filho	SALVADOR - BA	2430
001.***.***-90	Silvia Alves Ferreira Carneiro	SALVADOR - BA	2431
014.***.***-93	Erika Perez Iglesias Queiroz	SALVADOR - BA	2432
949.***.***-72	Lilian Rezende Novais	SALVADOR - BA	2433
009.***.***-46	Rafaela Borges Rolim Barbosa	SALVADOR - BA	2434
976.***.***-72	Edvan de Queiroz Crusoe	SALVADOR - BA	2435
022.***.***-70	Rafaella Leite Goes	SALVADOR - BA	2436
030.***.***-03	Josenilton Matos Dias	SALVADOR - BA	2437
049.***.***-00	Mythelle Santos da Cruz	SALVADOR - BA	2438
869.***.***-20	Enilson Carmo Barbosa dos Santos	SALVADOR - BA	2439
010.***.***-88	Igor Carlos Cunha Mota	SALVADOR - BA	2440
953.***.***-87	Mateus Garcia Prado Torres	SALVADOR - BA	2441
021.***.***-41	Luise Ribeiro Daltro	SALVADOR - BA	2442
013.***.***-00	Liana Accioly Melo Habib	SALVADOR - BA	2443
016.***.***-90	Alice Silva de Oliveira	SALVADOR - BA	2444
690.***.***-68	Gerfson Moreira Oliveira	SALVADOR - BA	2445
019.***.***-06	Vanessa Vieira Alves Liborio	SALVADOR - BA	2446
025.***.***-94	Daniel de Carvalho Vaz	SALVADOR - BA	2447
017.***.***-01	Bianca Gonzaga Trindade	SALVADOR - BA	2448
806.***.***-72	Isabelle Vasconcelos Maia	SALVADOR - BA	2449
033.***.***-37	Adriana Ribeiro Oliveira	SALVADOR - BA	2450
794.***.***-53	Andréa da Silva Araújo	SALVADOR - BA	2451
014.***.***-60	Saulo Ferreira de Assis	SALVADOR - BA	2452
011.***.***-11	Larissa Celeste Araújo Paiva	SALVADOR - BA	2453
782.***.***-49	Thiago	SALVADOR - BA	2454
023.***.***-63	Rosana do Santos Silva	SALVADOR - BA	2455
051.***.***-33	Leonildo Severino da Silva	SALVADOR - BA	2456
060.***.***-79	Julyana Maria Lopes Quintino	SALVADOR - BA	2457
038.***.***-79	Murilo Souza Bastos	SALVADOR - BA	2458
810.***.***-49	Quize Cristina Silva Rôla	SALVADOR - BA	2459
015.***.***-83	Andreia Santos Mendes	SALVADOR - BA	2460
002.***.***-79	Thiago Borghi Petrus Costa	SALVADOR - BA	2461
007.***.***-79	Fabyanna Lethicia de Lima Beltrao Mendes	SALVADOR - BA	2462
032.***.***-85	Vinícius Gomes Nóbrega	SALVADOR - BA	2463
813.***.***-53	Ariana de Oliveira Reis	SALVADOR - BA	2464
038.***.***-45	Danielle de Jesus Soares	SALVADOR - BA	2465
032.***.***-10	Tuira Ornellas Passos	SALVADOR - BA	2466
022.***.***-27	Adriana Maria dos Santos Mendonça	SALVADOR - BA	2467
024.***.***-24	Paula Dioné Casais e Silva Machado	SALVADOR - BA	2468
020.***.***-29	Maisa Rafaele da Silva e Silva	SALVADOR - BA	2469
004.***.***-98	Máira Moreira D'souza Carneiro Lopes	SALVADOR - BA	2470
062.***.***-54	Larissa da Costa Fortuna	SALVADOR - BA	2471
808.***.***-04	Erica Luzia Sales Murici de Jesus	SALVADOR - BA	2472
010.***.***-38	Daniela Valente Sande	SALVADOR - BA	2473
042.***.***-70	Evilyn Natacia dos Santos Carvalhal	SALVADOR - BA	2474
779.***.***-53	Poliana Queiroz de Medeiros Araújo.	SALVADOR - BA	2475
033.***.***-94	Juliana Cristina Bastos Silva	SALVADOR - BA	2476
048.***.***-37	Raissa de Carvalho Borges	SALVADOR - BA	2477
857.***.***-57	Felipe Dantas Leiro	SALVADOR - BA	2478
052.***.***-13	Aldo dos Santos Rocha	SALVADOR - BA	2479
030.***.***-64	Bruno Reis da Silva	SALVADOR - BA	2480
794.***.***-00	Jucilene Pitágora Sousa Lima	SALVADOR - BA	2481
024.***.***-17	Daiana Souza Andrade	SALVADOR - BA	2482
010.***.***-80	Marcela Augusta Moura de Roma	SALVADOR - BA	2483
026.***.***-48	Larissa Santana Correia	SALVADOR - BA	2484
046.***.***-80	Maria Gabriela Motta Guimarães	SALVADOR - BA	2485
056.***.***-03	Vinícius Oliveira da Silva	SALVADOR - BA	2486
019.***.***-85	Yara Moreira	SALVADOR - BA	2487
057.***.***-64	Keila Porto Xavier	SALVADOR - BA	2488
542.***.***-72	Haydée	SALVADOR - BA	2489
781.***.***-91	Antonio Maurício Rodrigues Brasil	SALVADOR - BA	2490
022.***.***-96	Hayza Borges da Silva Vieira Santos	SALVADOR - BA	2491
051.***.***-14	Israel Lucas Fernandes de Paula e Silva	SALVADOR - BA	2492
035.***.***-44	Deivisson Freitas da Silva	SALVADOR - BA	2493
028.***.***-31	Josiane Conceição Dórea	SALVADOR - BA	2494
036.***.***-80	Mariana Oliveira Leite	SALVADOR - BA	2495
040.***.***-26	Evelyn Mascarenhas Silva Fiuza	SALVADOR - BA	2496
038.***.***-94	Viktor Wgo Pinto de Carvalho	SALVADOR - BA	2497
057.***.***-90	Maria Raquel Santana Santos	SALVADOR - BA	2498
831.***.***-53	Ana Cristina Guimaraes de Jesus	SALVADOR - BA	2499
854.***.***-00	Maria Priscila Santana Valadares	SALVADOR - BA	2500
803.***.***-68	Leonardo Correia Santana Decanio	SALVADOR - BA	2501
033.***.***-58	Ketherynne Cabral Ferreira de Oliveira	SALVADOR - BA	2502
025.***.***-00	Fernanda Cajuhy dos Santos	SALVADOR - BA	2503
046.***.***-82	Jessica Fonseca Coutinho	SALVADOR - BA	2504
033.***.***-35	Soane da Silva Félix	SALVADOR - BA	2505
009.***.***-98	Camilla Fernandes Pimentel	SALVADOR - BA	2506
033.***.***-36	Elaine Alves Matias	SALVADOR - BA	2507
418.***.***-83	Lígia de Gaia Azevedo de Oliveira	SALVADOR - BA	2508
025.***.***-07	Verônica Serra Moreira Sacramento	SALVADOR - BA	2509
059.***.***-16	André Luís Melo dos Santos	SALVADOR - BA	2510
350.***.***-88	Maíra Sandes Moromizato	SALVADOR - BA	2511
030.***.***-70	Juciene de Oliveira Santos	SALVADOR - BA	2512
045.***.***-56	Larissa Dortas Martins de Jesus	SALVADOR - BA	2513
044.***.***-42	Priscila do Nascimento Rosa	SALVADOR - BA	2514
057.***.***-94	Fábio Simões Hafner Nascimento	SALVADOR - BA	2515
026.***.***-79	Edval Reginaldo Tenorio Júnior	SALVADOR - BA	2516
023.***.***-65	Helder Brito Duarte	SALVADOR - BA	2517
045.***.***-22	Mayara Cintia de Jesus Silva	SALVADOR - BA	2518
053.***.***-50	Henrique da Conceição Costa	SALVADOR - BA	2519
048.***.***-64	Paulo Sergio Carvalho Matos	SALVADOR - BA	2520
024.***.***-63	Crislane Isabela Ferreira da Silva	SALVADOR - BA	2521
030.***.***-33	Maria Lúcia Andrade Guimarães Neta	SALVADOR - BA	2522
057.***.***-24	Danilo Duarte Oliveira da Cruz	SALVADOR - BA	2523
857.***.***-80	Brenda Moreira de Sá Costa	SALVADOR - BA	2524
010.***.***-40	Aruani Vieira Brito	SALVADOR - BA	2525
023.***.***-77	Andreia Silva Rodrigues	SALVADOR - BA	2526
048.***.***-46	Douglas de Souza e Silva	SALVADOR - BA	2527
033.***.***-01	Fernanda Santos Trindade	SALVADOR - BA	2528

047.***.***-50	Janaina Caribé da Silva	SALVADOR - BA	2529
056.***.***-06	Grace Anne Santos Silva	SALVADOR - BA	2530
034.***.***-76	Virna Silva Meira	SALVADOR - BA	2531
830.***.***-53	Paulo Felipe Henriquez Arancibia	SALVADOR - BA	2532
040.***.***-12	Adriano Pereira de Jesus	SALVADOR - BA	2533
042.***.***-75	Brenda Costa Neves	SALVADOR - BA	2534
070.***.***-90	Anna Paula Lima de Souza	SALVADOR - BA	2535
047.***.***-90	Aline de Souza Santana Neves	SALVADOR - BA	2536
034.***.***-32	Monique Alyn de Souza Brito	SALVADOR - BA	2537
033.***.***-10	Mariana Porto Brandão Maracajá	SALVADOR - BA	2538
101.***.***-30	Leidy Dayana Rozendo dos Santos	SALVADOR - BA	2539
733.***.***-87	Kally Cristina Soares Silva	SALVADOR - BA	2540
769.***.***-78	Cláudia Silva Marinho Antunes Barros	SALVADOR - BA	2541
017.***.***-33	Nayara Donato Leão	SALVADOR - BA	2542
784.***.***-63	Vinícius de Jesus Moraes	SALVADOR - BA	2543
794.***.***-91	Elisabete Souza Ferreira	SALVADOR - BA	2544
028.***.***-20	Jéssica Plácido Silva	SALVADOR - BA	2545
470.***.***-20	Dulcelene de Sousa Melo	GOIÁS - GO	2546
025.***.***-79	Maria Rozilene Mendes Cardoso	LUCAS DO RIO VERDE - MT	2547
887.***.***-87	Marlon Fabian Moreira	LUCAS DO RIO VERDE - MT	2548
706.***.***-00	Diego Fernando Merchan Rodriguez	LUCAS DO RIO VERDE - MT	2549
015.***.***-81	Jéssika Sthefane Santos Rodrigues	LUCAS DO RIO VERDE - MT	2550
650.***.***-00	Bertho Burgo Saucedo	CÁCERES - MT	2551
070.***.***-55	Cibele Lopes Queiroz de Lima	CÁCERES - MT	2552
252.***.***-10	Daniela Menegucci	CÁCERES - MT	2553
801.***.***-49	Graziela Lunz Filgueira	CÁCERES - MT	2554
002.***.***-07	Camilla Aparecida Sabino	CÁCERES - MT	2555
702.***.***-68	José Edson Pavini Nunes	CÁCERES - MT	2556
022.***.***-88	Renata Fornaciari Lara	CÁCERES - MT	2557
033.***.***-43	Joselayne Loureiro de Moraes	CÁCERES - MT	2558
043.***.***-00	Vanessas Soares Batista	CÁCERES - MT	2559
033.***.***-62	Daliany Santos	SINOP - MT	2560
559.***.***-68	Viviane Macedo Moura Dias Martins	SINOP - MT	2561
011.***.***-05	Marcos Vinícius Meira Vaz	RIO VERDE - GO	2562
028.***.***-81	Lethicia Moura de Magalhães	RIO VERDE - GO	2563
037.***.***-88	Luciana Aparecida de Oliveira Gouveia	RIO VERDE - GO	2564
701.***.***-59	Maria Eduarda de Oliveira Mattos	RIO VERDE - GO	2565
774.***.***-20	Antonio Paulo Oliveira Henrique	DOURADOS - MS	2566
995.***.***-68	Cristiane de Sá Dan	DOURADOS - MS	2567
005.***.***-21	Viviane Castilho Justo	DOURADOS - MS	2568
070.***.***-03	Huama Monteiro de Brito	DOURADOS - MS	2569
013.***.***-05	Maria Carolina Costa de Almeida Cabral	DOURADOS - MS	2570
998.***.***-34	Nádia Dan Bianchi de Souza	DOURADOS - MS	2571
027.***.***-57	Rita Lima Ortiz dos Santos	DOURADOS - MS	2572
017.***.***-31	Natalia Gattass Ferreira Soares Pereira	DOURADOS - MS	2573
011.***.***-44	Camila Fortes Corrêa	DOURADOS - MS	2574
832.***.***-00	Gisele da Silva Peixoto Zandoná	DOURADOS - MS	2575
368.***.***-94	Natalia Daiane Garoni Martins	DOURADOS - MS	2576
080.***.***-84	Natália Hoefle	DOURADOS - MS	2577
039.***.***-26	Israel Vinicius Amorim Santos	DOURADOS - MS	2578
719.***.***-87	Cristhiane Rossi Gemelli	DOURADOS - MS	2579
501.***.***-87	Mirele Aparecida Schwengber	DOURADOS - MS	2580
023.***.***-86	Macksuelle Regina Angst Guedes	DOURADOS - MS	2581
053.***.***-30	Solange Camilo dos Santos	DOURADOS - MS	2582
905.***.***-91	Neuza Maria Vilalba Reis	RONDONÓPOLIS - MT	2583
886.***.***-68	Maria Aparecida Santos Lima	RONDONÓPOLIS - MT	2584
082.***.***-12	Jozilda Lima Braga	RONDONÓPOLIS - MT	2585
901.***.***-53	Joana Castanho Rosa	RONDONÓPOLIS - MT	2586
909.***.***-68	Clarissa de Moraes Palma Lossavero Siqueira	RONDONÓPOLIS - MT	2587
956.***.***-68	Jakeline Weigert da Cruz	RONDONÓPOLIS - MT	2588
007.***.***-74	Karla Karoline Soares Rufino	RONDONÓPOLIS - MT	2589
101.***.***-06	Kátia Moreira da Silva	RONDONÓPOLIS - MT	2590
052.***.***-25	Jesiel Chagas Ramos	RONDONÓPOLIS - MT	2591
034.***.***-23	Henrique Andrade da Silva Vergilio	RONDONÓPOLIS - MT	2592
008.***.***-82	Elaine Menezes Rossi	RONDONÓPOLIS - MT	2593
035.***.***-62	Dari Douglas Correa Vargas	RONDONÓPOLIS - MT	2594
657.***.***-91	Lindsay Patrícia Maia Freire	ANÁPOLIS - GO	2595
007.***.***-05	Valter Luiz Moreira de Rezende	ANÁPOLIS - GO	2596
027.***.***-84	Natalia Souza Gomes	ANÁPOLIS - GO	2597
041.***.***-38	Thaynara Ludvig	ANÁPOLIS - GO	2598
037.***.***-86	Adiel Alves de Sousa	ANÁPOLIS - GO	2599
700.***.***-25	Luís Filipe Roriz Jacomossi de Oliveira	ANÁPOLIS - GO	2600
022.***.***-40	Alda Lúcia Nunes Solá	ANÁPOLIS - GO	2601
019.***.***-11	Isabela Laguardia Costa	ANÁPOLIS - GO	2602
200.***.***-87	Josue Guimaraes Granha Vialogo	CUIABÁ - MT	2603
128.***.***-66	Pedro Luis Reis Crotti	CUIABÁ - MT	2604
806.***.***-49	Helder Cassio de Oliveira	CUIABÁ - MT	2605
007.***.***-00	Renata Cristina Giroto Ferreira da Silva	CUIABÁ - MT	2606
008.***.***-57	Eduardo Antônio Cardoso	CUIABÁ - MT	2607
001.***.***-43	Rodrigo de Jesus Rodrigues da Silva	CUIABÁ - MT	2608
217.***.***-01	Carla Meliso Rodrigues Silvestre	CUIABÁ - MT	2609
007.***.***-95	Alda Ribeiro	CUIABÁ - MT	2610
223.***.***-24	Jocilene de Carvalho Miraveti	CUIABÁ - MT	2611
022.***.***-03	Fernanda Delagnolli Patel	CUIABÁ - MT	2612
038.***.***-63	Pamela Cristina da Rocha	CUIABÁ - MT	2613
013.***.***-74	Marcelly Lima de Campos Camacho	CUIABÁ - MT	2614
047.***.***-19	Bianca Barbosa Araldi	CUIABÁ - MT	2615
145.***.***-53	Mauricio Agapito Ortiz Ocariz	CAMPO GRANDE - MS	2616
475.***.***-15	Marcia Estela Franco	CAMPO GRANDE - MS	2617
562.***.***-34	Angelita Fernandes Druzian	CAMPO GRANDE - MS	2618
562.***.***-15	Tânia Cristina Parpinelli	CAMPO GRANDE - MS	2619
026.***.***-23	Jaqueline dos Santos Ortega Vieira	CAMPO GRANDE - MS	2620
805.***.***-15	Patrícia Trindade Benites	CAMPO GRANDE - MS	2621
804.***.***-68	Cristiane Santos Bernardes	CAMPO GRANDE - MS	2622
796.***.***-87	Lincoln Barbosa Guimarães	CAMPO GRANDE - MS	2623
714.***.***-87	Emilene Gimene Luna Vieira	CAMPO GRANDE - MS	2624
030.***.***-74	Lilian Hillebrand Oliveira	CAMPO GRANDE - MS	2625
908.***.***-20	Flávia Arima	CAMPO GRANDE - MS	2626
963.***.***-25	Rosângela da Silva Campos	CAMPO GRANDE - MS	2627
705.***.***-97	Fernando Aguilar Lopes	CAMPO GRANDE - MS	2628
712.***.***-49	Camila Arantes Bernardes	CAMPO GRANDE - MS	2629
689.***.***-68	Daniela Brostolin da Costa	CAMPO GRANDE - MS	2630
984.***.***-72	Aline Joana Linhares Gurski Seco	CAMPO GRANDE - MS	2631
312.***.***-25	Márcia Zeferino Chaves	CAMPO GRANDE - MS	2632
907.***.***-91	Luciane Aparecida Pereira de Lima Terra	CAMPO GRANDE - MS	2633
506.***.***-20	Veneide Vitor Wider Machado	CAMPO GRANDE - MS	2634

002.***.***-83	Tatiana Pires de Souza	CAMPO GRANDE - MS	2635
957.***.***-00	Cristhian Luis Moraes Sandim	CAMPO GRANDE - MS	2636
911.***.***-49	Milenny Andreotti e Silva	CAMPO GRANDE - MS	2637
838.***.***-15	Julio Cesar de Souza	CAMPO GRANDE - MS	2638
002.***.***-64	Ana Patrícia da Cruz	CAMPO GRANDE - MS	2639
206.***.***-91	Alberto Jungen Wider	CAMPO GRANDE - MS	2640
015.***.***-65	Fábio Sartori Schwerz	CAMPO GRANDE - MS	2641
093.***.***-98	Cyro Leonardo de Albuquerque Mendes	CAMPO GRANDE - MS	2642
853.***.***-72	Jorge Paiva Santos Martinez	CAMPO GRANDE - MS	2643
601.***.***-82	Laura Marca Rosa dos Santos	CAMPO GRANDE - MS	2644
067.***.***-60	Valiane Rodrigues Jara Valério	CAMPO GRANDE - MS	2645
024.***.***-37	Barbara Luiza Rosa	CAMPO GRANDE - MS	2646
006.***.***-81	Kellen Alves Teodoro	CAMPO GRANDE - MS	2647
011.***.***-98	Edilene Villaba dos Santos	CAMPO GRANDE - MS	2648
122.***.***-64	Vinicius Ladeira Fonseca	CAMPO GRANDE - MS	2649
338.***.***-21	Leonardo Anselmo Pereira	CAMPO GRANDE - MS	2650
950.***.***-87	Fabíola Carvalho Cubel	CAMPO GRANDE - MS	2651
043.***.***-52	Ana Beatriz Silva Sabatel	CAMPO GRANDE - MS	2652
041.***.***-70	Evelin Jaqueline Lima dos Santos	CAMPO GRANDE - MS	2653
017.***.***-61	Amador Alves Bonifácio Neto	CAMPO GRANDE - MS	2654
074.***.***-86	Eliza Arakaki Kawanami	CAMPO GRANDE - MS	2655
058.***.***-05	Cristiano Hamilton Nazareth Almeida1	CAMPO GRANDE - MS	2656
106.***.***-30	Larissa Alves Correa	CAMPO GRANDE - MS	2657
946.***.***-15	Ana Marta da Silva Santos	CAMPO GRANDE - MS	2658
010.***.***-05	Talitha Carvalho	CAMPO GRANDE - MS	2659
215.***.***-17	Elaine Cristina Melhado Bidoia Lopes	CAMPO GRANDE - MS	2660
897.***.***-15	Maicol Ferreira Barbosa	CAMPO GRANDE - MS	2661
340.***.***-45	Janine Cristina Gonçalves Grigoli	CAMPO GRANDE - MS	2662
780.***.***-68	Hermenegildo Calças Neto	CAMPO GRANDE - MS	2663
399.***.***-95	Fábio Moraes Felices	CAMPO GRANDE - MS	2664
028.***.***-19	Marcia Gizele Ornelas	CAMPO GRANDE - MS	2665
085.***.***-96	João Alfredo Cadorin da Silva	CAMPO GRANDE - MS	2666
065.***.***-07	Paulo Naves Aguiar	CAMPO GRANDE - MS	2667
037.***.***-58	Priscila Ramalho Drummond	CAMPO GRANDE - MS	2668
110.***.***-21	Arthur Dayrell	CAMPO GRANDE - MS	2669
047.***.***-70	Mariana Maroso Irigaray	CAMPO GRANDE - MS	2670
089.***.***-40	Fernanda Barboza Mithqal Khalil	CAMPO GRANDE - MS	2671
033.***.***-09	Weikmam Alves Mendes	CAMPO GRANDE - MS	2672
750.***.***-49	Yuri Mateus Muniz Martins Souza	CAMPO GRANDE - MS	2673
037.***.***-00	Agatha Rosembarque Meza	CAMPO GRANDE - MS	2674
420.***.***-77	Felipe Augusto Dutra Corrêa	CAMPO GRANDE - MS	2675
078.***.***-30	Tatiana Martins Magalhães	CAMPO GRANDE - MS	2676
024.***.***-74	Eveline Freitas Soares	CAMPO GRANDE - MS	2677
886.***.***-20	Giselle Angelica Moreira de Siqueira	CAMPO GRANDE - MS	2678
332.***.***-49	Maria Selma Neves da Costa	GOIÂNIA - GO	2679
290.***.***-34	Maria Luiza de Faria Paiva	GOIÂNIA - GO	2680
360.***.***-34	Simone Rodrigues da Silva Lima	GOIÂNIA - GO	2681
369.***.***-91	Cacilda Pedrosa de Oliveira	GOIÂNIA - GO	2682
775.***.***-68	Adriana Oliveira Guilarde	GOIÂNIA - GO	2683
575.***.***-72	Juliana Melgaço	GOIÂNIA - GO	2684
629.***.***-72	Isolina Maria Xavier Rodrigues	GOIÂNIA - GO	2685

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.603, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: BIODOMANI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP - CNPJ: 69.333.300/0001-99
Produto - (Lote): INDUMAX PRESSURIDERM OZONIO OX REDUTOR DE CELULITE OZONIZADO COSMOBEAUTY(TODOS);INDUMAX PRESSURIDERM FLUIDO DERMO ULTRACONCENTRADO GORDURA LOCALIZADA COSMOBEAUTY(TODOS);INDUMAX PRESSURIDERM FLUIDO DERMO ULTRACONCENTRADO CELULITE COSMOBEAUTY(TODOS);INDUMAX PRESSURIDERM FLUIDO DERMO ULTRACONCENTRADO VOLUMIZAÇÃO FACIAL COSMOBEAUTY(TODOS);INDUMAX PRESSURIDERM NCT BOOSTER COSMOBEAUTY(TODOS);INDUMAX PRESSURIDERM LIPOSLIM COSMOBEAUTY(TODOS);INDUMAX PRESSURIDERM BOTULINE A COSMOBEAUTY(TODOS);INDUMAX PRESSURIDERM FLUIDO DERMO ULTRACONCENTRADO ANTI QUEDA COSMOBEAUTY(TODOS);INDUMAX PRESSURIDERM HARMONY FILLER-CA COSMOBEAUTY(TODOS);INDUMAX PRESSURIDERM FLUIDO DERMO ULTRACONCENTRADO FLACIDEZ COSMOBEAUTY(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4525190/22-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando notificação de produtos destinados ao uso associado à técnica de Intradermoterapia Pressurizada, infringindo o disposto no Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 10 de fevereiro de 2015
2. Empresa: RH COSMETICOS LTDA - CNPJ: 05.392.347/0001-40
Produto - (Lote): FOREVER LISS - MÁSCARA BTX CENOURA(TODOS);H2O - CITRIC BRUSH(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4527231/22-0
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando notificação de produto cosmético de Grau 2 sujeito a registro, infringindo Art. 25 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 10 de fevereiro de 2015.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.604, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: DÔTERRA COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA - CNPJ: 22092327000173
Produto - (Lote): TANGERINE ÓLEO ESSENCIAL(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4530379/22-7
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como Grau 2 indevidamente notificado por meio do processo SGAS: 25351.859706/2020-83, nesta Agência em desacordo com o art. 17 da Resolução RDC n.º 07/2015 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º, 59 e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.605, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: UNILEVER BRASIL ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 01.615.814/0068-00
Produto - (Lote): SEDA CERAMIDAS SHAMPOO(IBA140853F);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4534460/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório no ensaio de rotulagem comprovado no Laudo de Análise Fiscal 1518.1P.0/2022, emitido pela FUNED e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
2. Empresa: Suport Comercio e Industria de Cosmeticos Ltda-ME - CNPJ: 07.722.471/0001-52
Produto - (Lote): BIGUASOL 0.2% GAMAN PHARMA(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4534269/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da fabricação de produto(s) cosmético(s), higiene pessoal ou perfume(s) com indicação terapêutica em sua rotulagem e tendo em vista o previsto nos arts 5º, 6º, 7º, 59 e inciso III do art. 63 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.617, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): SAIZEN 20 MG (AB000569);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4534758/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Comunicado da detentora do registro do medicamento, Merck S.A, CNPJ: 33.069.212/0001-84, informando que não reconhece o lote como original do produto SAIZEN (somatropina) 20 mg solução injetável 8 mg/ml (frasco ampola 2,5 ML), se tratando, portanto, de falsificação. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.623, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: CINORD INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 06.879.626/0001-04
Produto - (Lote): NEXZYME V(009110);NEXZYME VII PLUS - CINORD SUDESTE QUIMICA(009125);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4531581/22-7
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando Laudos de Análise Fiscal de amostras dos produtos Nexzyme V, lote 009110, e Nexzyme VII, lote 009125, com resultados insatisfatórios para ensaio de atividade proteolítica, infringindo o disposto na Alínea c, Inciso II do Art. 22 da Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 703, de 16 de maio de 2022.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.635, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: ÁGUIA DE OURO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME - CNPJ: 64.626.856/0001-50
Produto - (Lote): MÁSCARA REDUTORA BOTOX DE CHUVEIRO GLATTEN(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4531923/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Notificar produto cosmético de Grau 2 sujeito a registro, infringindo Art. 25 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 10 de fevereiro de 2015.
2. Empresa: PACK FOR YOU INDUSTRIA E COMERCIO DE COMESTICOS LTDA - EPP - CNPJ: 24.461.849/0001-20
Produto - (Lote): ORGANIC SINGLE PASS MÁSCARA DE TRATAMENTO EREALINHAMENTO CAPILAR LE PRÖ COSMETICS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4540289/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como Grau 2 indevidamente notificado nesta Agência em desacordo com o art. 25 e item 5 do Anexo VIII da resolução RDC n.º 07/2015 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

Ministério do Trabalho e Previdência

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MTP Nº 2.318, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 04 - Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 155 e 200 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e tendo em vista o disposto no art. 1º, caput, inciso VIII, Anexo I, do Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º A Norma Regulamentadora nº 04 (NR-04) - Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho passa a vigorar com a redação constante do Anexo.

Art. 2º Determinar, conforme previsto no art. 117 da Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021, que a NR-04 e seus anexos sejam interpretados da seguinte forma:

Regulamento	Tipificação
NR-04	NR Geral
Anexo I	Tipo 1
Anexo II	Tipo 1

Art. 3º Os graus de risco constantes do Anexo I - Relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE (Versão 2.0), com correspondente Grau de Risco - GR, devem ser atualizados a cada cinco anos, com base em indicadores de acidentalidade.

§ 1º A proposta de indicadores deve ser apreciada pela Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP.

§ 2º A proposta de atualização deve indicar o prazo de adequação das organizações, se alterado o seu enquadramento com base na atualização.

§ 3º A primeira atualização referida no art. 3º deve ser publicada em até dois anos após a publicação desta Portaria.

Art. 4º Os Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT em funcionamento devem ser redimensionados, nos termos da NR-04, a partir de 2 de janeiro de 2023.

Art. 5º Os SESMT comuns em funcionamento, conforme disposto no item 4.14.3 da NR-04, com a redação dada pela Portaria SIT nº 17, de 1º de agosto de 2007, passam a ser denominados SESMT compartilhados, nos termos do item 4.4.5 desta NR.

Art. 6º Na data da entrada em vigor desta, ficam revogadas as seguintes Portarias:

I - Portaria SSMT nº 33, de 27 de outubro de 1983;
II - Portaria SSMT nº 34, de 11 de dezembro de 1987;
III - Portaria DSST nº 11, de 17 de setembro de 1990;
IV - Portaria SIT nº 17, de 1 de agosto de 2007;
V - Portaria SIT nº 76, de 21 de novembro de 2008;
VI - Portaria SIT nº 128, de 11 de dezembro de 2009;
VII - Portaria MTE nº 590, de 28 de abril de 2014;
VIII - Portaria MTE nº 2.018, de 23 de dezembro de 2014; e
IX - Portaria MTPS nº 510, de 29 de abril de 2016.
19980.112628/2022-11

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor 90 dias após sua publicação.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

ANEXO

NR-04 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

4.1 Objetivo

4.1.1 Esta Norma estabelece os parâmetros e os requisitos para constituição e manutenção dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador.

4.2 Campo de aplicação

4.2.1 As organizações e os órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, que possuam empregados regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, devem constituir e manter os SESMT, no local de trabalho, nos termos definidos nesta NR.

4.2.2 Nos termos previstos em lei, aplica-se o disposto nesta NR a outras relações jurídicas de trabalho.

4.3 Competência, composição e funcionamento

4.3.1 Compete aos SESMT:

a) elaborar ou participar da elaboração do inventário de riscos;

b) acompanhar a implementação do plano de ação do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;

c) implementar medidas de prevenção de acordo com a classificação de risco do PGR e na ordem de prioridade estabelecida na Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;

d) elaborar plano de trabalho e monitorar metas, indicadores e resultados de segurança e saúde no trabalho;

e) responsabilizar-se tecnicamente pela orientação quanto ao cumprimento do disposto nas NR aplicáveis às atividades executadas pela organização;

f) manter permanente interação com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando existente;

g) promover a realização de atividades de orientação, informação e conscientização dos trabalhadores para a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;

h) propor, imediatamente, a interrupção das atividades e a adoção de medidas corretivas e/ou de controle quando constatar condições ou situações de trabalho que estejam associadas a grave e iminente risco para a segurança ou a saúde dos trabalhadores;

i) conduzir ou acompanhar as investigações dos acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho, em conformidade com o previsto no PGR;

j) compartilhar informações relevantes para a prevenção de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho com outros SESMT de uma mesma organização, assim como a CIPA, quando por esta solicitado; e

k) acompanhar e participar nas ações do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, nos termos da Norma Regulamentadora nº 07 (NR-07).

4.3.2 O SESMT deve ser composto por médico do trabalho, engenheiro de segurança do trabalho, técnico de segurança do trabalho, enfermeiro do trabalho e auxiliar/técnico em enfermagem do trabalho, obedecido o Anexo II.

4.3.3 Os profissionais integrantes do SESMT devem possuir formação e registro profissional em conformidade com o disposto na regulamentação da profissão e nos instrumentos normativos emitidos pelo respectivo conselho profissional, quando existente.

4.3.4 O SESMT deve ser coordenado por um dos profissionais integrantes deste serviço.

4.3.5 O técnico de segurança do trabalho e o auxiliar/técnico de enfermagem do trabalho devem dedicar quarenta e quatro horas por semana para as atividades do SESMT, de acordo com o estabelecido no Anexo II, observadas as disposições, inclusive relativas à duração do trabalho, de legislação pertinente, de acordo ou de convenção coletiva de trabalho.

4.3.6 Na modalidade de SESMT individual, caso a organização possua mais de um técnico de segurança do trabalho, conforme dimensionamento previsto nesta NR, as escalas de trabalho devem ser estabelecidas de forma a garantir o atendimento por pelo menos um desses profissionais em cada turno que atingir cento e um ou mais trabalhadores, para a atividade de grau de risco 3, e cinquenta ou mais trabalhadores, para a atividade de grau de risco 4, sem implicar em acréscimo no número de profissionais previstos no Anexo II.

4.3.7 O engenheiro de segurança do trabalho, o médico do trabalho e o enfermeiro do trabalho devem dedicar, no mínimo, quinze horas (tempo parcial) ou trinta horas (tempo integral) por semana, para as atividades do SESMT, de acordo com o estabelecido no Anexo II, respeitada a legislação pertinente em vigor, durante o horário de expediente do estabelecimento.

4.3.7.1 Relativamente aos profissionais referidos no item 4.3.7, para cumprimento das atividades dos SESMT em tempo integral, a organização pode contratar mais de um profissional, desde que cada um dedique, no mínimo, a metade da carga horária semanal.

4.3.8 Aos profissionais do SESMT é vedado o exercício de atividades que não façam parte das atribuições previstas no item 4.3.1 desta NR e em outras NR, durante o horário de atuação neste serviço.

4.3.9 A organização deve garantir os meios e recursos necessários para o cumprimento dos objetivos e atribuições do SESMT.

4.4 Modalidades

4.4.1 O SESMT deve ser constituído nas modalidades individual, regionalizado ou estadual.

4.4.1.1 O SESMT, independentemente de sua modalidade, deve atender estabelecimentos da mesma unidade da federação, ressalvado o previsto no item 4.4.5.

4.4.2 A organização deve constituir SESMT individual quando possuir estabelecimento enquadrado no Anexo II desta NR.

4.4.3 A organização deve constituir SESMT regionalizado quando possuir estabelecimento que se enquadre no Anexo II e outro(s) estabelecimento(s) que não se enquadre(m), devendo o primeiro estender a assistência em segurança e saúde aos demais e considerar o somatório de trabalhadores atendidos no seu dimensionamento, bem como o disposto no item 4.5.1 e seus subitens.

4.4.3.1 Havendo mais de um estabelecimento que se enquadre no Anexo II, a empresa pode constituir mais de um SESMT regionalizado.

4.4.4 A organização deve constituir SESMT estadual quando o somatório de trabalhadores de todos os estabelecimentos da mesma unidade da federação alcance os limites previstos no Anexo II, desde que nenhum estabelecimento individualmente se enquadre, observado o disposto no item 4.5.1 e seus subitens.

4.4.5 Uma ou mais organizações de mesma atividade econômica, localizadas em um mesmo município ou em municípios limítrofes, ainda que em diferentes unidades da federação, cujos estabelecimentos se enquadrem no Anexo II, podem constituir SESMT compartilhado, organizado pelas próprias interessadas ou na forma definida em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

4.4.5.1 O SESMT compartilhado pode ser estendido a organizações cujos estabelecimentos não se enquadrem no Anexo II, devendo considerar no dimensionamento o somatório dos trabalhadores assistidos e o disposto no item 4.5.1 e seus subitens.

4.4.5.2 Os trabalhadores assistidos pelo SESMT compartilhado não integram a base de cálculo para dimensionamento de outras modalidades de SESMT.

4.5 Dimensionamento

4.5.1 O dimensionamento do SESMT vincula-se ao número de empregados da organização e ao maior grau de risco entre a atividade econômica principal e atividade econômica preponderante no estabelecimento, nos termos dos Anexos I e II, observadas as exceções previstas nesta NR.

4.5.1.1 A atividade econômica principal é a constante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

4.5.1.2 A atividade econômica preponderante é aquela que ocupa o maior número de trabalhadores.

4.5.1.2.1 Em atividades econômicas distintas com o mesmo número de trabalhadores, deve ser considerada como preponderante aquela com maior grau de risco.

4.5.2 Na contratação de empresa prestadora de serviços a terceiros, o SESMT da contratante deve ser dimensionado considerando o número total de empregados da contratante e trabalhadores das contratadas, quando o trabalho for realizado de forma não eventual nas dependências da contratante ou local previamente convencionado em contrato, observado o disposto no item 4.5.1 e seus subitens.

4.5.2.1 Considera-se, para fins desta NR, trabalho eventual aquele decorrente de evento futuro e incerto.

4.5.2.2 Excluem-se do dimensionamento do SESMT da contratante os trabalhadores das contratadas atendidos pelos SESMT das contratadas.

4.5.3 O dimensionamento do SESMT regionalizado ou estadual com estabelecimentos de graus de risco diversos deve considerar o somatório dos trabalhadores de todos os estabelecimentos atendidos.

4.5.3.1 Para estabelecimentos graus de risco 1 e 2 de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, deve ser considerado o somatório da metade do número de trabalhadores desses estabelecimentos.

4.5.4 Para fins de dimensionamento, os canteiros de obras e as frentes de trabalho com menos de mil trabalhadores e situados na mesma unidade da federação não são considerados como estabelecimentos, mas como integrantes da empresa de engenharia principal responsável, a quem cabe organizar os SESMT.

4.5.4.1 Para fins de aplicação do item 4.5.4:

a) os engenheiros de segurança do trabalho, os médicos do trabalho e os enfermeiros do trabalho podem ficar centralizados; e

b) o dimensionamento para os técnicos de segurança do trabalho e auxiliares/técnicos de enfermagem do trabalho deve ser feito por canteiro de obra ou frente de trabalho, conforme o Anexo II.

4.5.4.2 A organização deve garantir que o SESMT atenda, no exercício de suas competências, a todos os canteiros de obras e frentes de trabalho.

4.5.5 Quando se tratar de empreiteiras, considera-se estabelecimento, para fins de aplicação desta NR, o local em que os seus empregados estiverem exercendo suas atividades.

4.5.6 Para as organizações que já possuem SESMT constituído, em qualquer uma das suas modalidades, em caso de aumento no dimensionamento decorrente da contratação de trabalhadores por prazo determinado, o SESMT deve ser complementado durante o período de aumento para atender ao disposto no Anexo II.

4.6 Registro

4.6.1 A organização deve registrar os SESMT de que trata esta NR por meio de sistema eletrônico disponível no portal gov.br.

4.6.1.1 A organização deve informar e manter atualizados os seguintes dados:

a) número de Cadastro de Pessoa Física - CPF dos profissionais integrantes do SESMT;

b) qualificação e número de registro dos profissionais;

c) grau de risco estabelecido, conforme item 4.5.1 e seus subitens e o número de trabalhadores atendidos, por estabelecimento; e

d) horário de trabalho dos profissionais do SESMT.

4.7 Disposições finais

4.7.1 As organizações que forem obrigadas a constituir SESMT, nos termos desta NR, e Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural - SESTR, nos termos da Norma Regulamentadora nº 31 (NR-31) - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, podem optar em constituir apenas um destes serviços, considerando o somatório de trabalhadores de ambas as atividades.

4.7.2 A organização que constituir SESMT é responsável pelo cumprimento desta NR, devendo assegurar a isenção técnica e o exercício profissional dos integrantes do SESMT.

4.7.3 A organização deve indicar, entre os médicos do SESMT, um responsável pelo PCMSO.

ANEXO I

RELAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - CNAE (VERSÃO 2.0), COM CORRESPONDENTE GRAU DE RISCO - GR

Códigos	Denominação	GR
A	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQÜICULTURA	
01	AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	
01.1	Produção de lavouras temporárias	
01.11-3	Cultivo de cereais	3
01.12-1	Cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras de lavoura temporária	3
01.13-0	Cultivo de cana-de-açúcar	3
01.14-8	Cultivo de fumo	3
01.15-6	Cultivo de soja	3
01.16-4	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	3
01.19-9	Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3
01.2	Horticultura e floricultura	
01.21-1	Horticultura	3
01.22-9	Cultivo de flores e plantas ornamentais	3
01.3	Produção de lavouras permanentes	
01.31-8	Cultivo de laranja	3
01.32-6	Cultivo de uva	3
01.33-4	Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva	3
01.34-2	Cultivo de café	3
01.35-1	Cultivo de cacau	3
01.39-3	Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	3
01.4	Produção de sementes e mudas certificadas	
01.41-5	Produção de sementes certificadas	3
01.42-3	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	3
01.5	Pecuária	
01.51-2	Criação de bovinos	3
01.52-1	Criação de outros animais de grande porte	3
01.53-9	Criação de caprinos e ovinos	3
01.54-7	Criação de suínos	3
01.55-5	Criação de aves	3
01.59-8	Criação de animais não especificados anteriormente	3
01.6	Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós-colheita	
01.61-0	Atividades de apoio à agricultura	3
01.62-8	Atividades de apoio à pecuária	3
01.63-6	Atividades de pós-colheita	3
01.7	Caça e serviços relacionados	
01.70-9	Caça e serviços relacionados	3
02	PRODUÇÃO FLORESTAL	
02.1	Produção florestal - florestas plantadas	
02.10-1	Produção florestal - florestas plantadas	3
02.2	Produção florestal - florestas nativas	

02.20-9	Produção florestal - florestas nativas	4
02.3	Atividades de apoio à produção florestal	
02.30-6	Atividades de apoio à produção florestal	3
03	PESCA E AQUICULTURA	
03.1	Pesca	
03.11-6	Pesca em água salgada	3
03.12-4	Pesca em água doce	3
03.2	Aquicultura	
03.21-3	Aquicultura em água salgada e salobra	3
03.22-1	Aquicultura em água doce	3
B	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	
05	EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL	
05.0	Extração de carvão mineral	
05.00-3	Extração de carvão mineral	4
06	EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	
06.0	Extração de petróleo e gás natural	
06.00-0	Extração de petróleo e gás natural	4
07	EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	
07.1	Extração de minério de ferro	
07.10-3	Extração de minério de ferro	4
07.2	Extração de minerais metálicos não ferrosos	
07.21-9	Extração de minério de alumínio	4
07.22-7	Extração de minério de estanho	4
07.23-5	Extração de minério de manganês	4
07.24-3	Extração de minério de metais preciosos	4
07.25-1	Extração de minerais radioativos	4
07.29-4	Extração de minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente	4
08	EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	
08.1	Extração de pedra, areia e argila	
08.10-0	Extração de pedra, areia e argila	4
08.9	Extração de outros minerais não metálicos	
08.91-6	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	4
08.92-4	Extração e refino de sal marinho e sal-gema	4
08.93-2	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	4
08.99-1	Extração de minerais não metálicos não especificados anteriormente	4
09	ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS	
09.1	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	
09.10-6	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	4
09.9	Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural	
09.90-4	Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural	4
C	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	
10	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	
10.1	Abate e fabricação de produtos de carne	
10.11-2	Abate de reses, exceto suínos	3
10.12-1	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	3
10.13-9	Fabricação de produtos de carne	3
10.2	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	
10.20-1	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	3
10.3	Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	
10.31-7	Fabricação de conservas de frutas	3
10.32-5	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais	3
10.33-3	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	3
10.4	Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	
10.41-4	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	3
10.42-2	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	3
10.43-1	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais	3
10.5	Laticínios	
10.51-1	Preparação do leite	3
10.52-0	Fabricação de laticínios	3
10.53-8	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	3
10.6	Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	
10.61-9	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	3
10.62-7	Moagem de trigo e fabricação de derivados	3
10.63-5	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	3
10.64-3	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	3
10.65-1	Fabricação de amidos e féculas de vegetais e de óleos de milho	3
10.66-0	Fabricação de alimentos para animais	3
10.69-4	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	3
10.7	Fabricação e refino de açúcar	
10.71-6	Fabricação de açúcar em bruto	3
10.72-4	Fabricação de açúcar refinado	3
10.8	Torrefação e moagem de café	
10.81-3	Torrefação e moagem de café	3
10.82-1	Fabricação de produtos à base de café	3
10.9	Fabricação de outros produtos alimentícios	
10.91-1	Fabricação de produtos de panificação	3
10.92-9	Fabricação de biscoitos e bolachas	3
10.93-7	Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos	3
10.94-5	Fabricação de massas alimentícias	3
10.95-3	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	3
10.96-1	Fabricação de alimentos e pratos prontos	3
10.99-6	Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	3
11	FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	
11.1	Fabricação de bebidas alcoólicas	
11.11-9	Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas	3
11.12-7	Fabricação de vinho	3
11.13-5	Fabricação de malte, cervejas e chopes	3
11.2	Fabricação de bebidas não alcoólicas	
11.21-6	Fabricação de águas envasadas	3
11.22-4	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas	3
12	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	
12.1	Processamento industrial do fumo	
12.10-7	Processamento industrial do fumo	3
12.2	Fabricação de produtos do fumo	
12.20-4	Fabricação de produtos do fumo	3
13	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	
13.1	Preparação e fiação de fibras têxteis	
13.11-1	Preparação e fiação de fibras de algodão	3
13.12-0	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	3
13.13-8	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	3
13.14-6	Fabricação de linhas para costurar e bordar	3
13.2	Tecelagem, exceto malha	
13.21-9	Tecelagem de fios de algodão	3
13.22-7	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	3
13.23-5	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	3
13.3	Fabricação de tecidos de malha	

13.30-8	Fabricação de tecidos de malha	3
13.4	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	
13.40-5	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	3
13.5	Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	
13.51-1	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	3
13.52-9	Fabricação de artefatos de tapeçaria	3
13.53-7	Fabricação de artefatos de cordoaria	3
13.54-5	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	3
13.59-6	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	3
14	CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	
14.1	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	
14.11-8	Confecção de roupas íntimas	2
14.12-6	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	2
14.13-4	Confecção de roupas profissionais	2
14.14-2	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	2
14.2	Fabricação de artigos de malharia e tricotagem	
14.21-5	Fabricação de meias	2
14.22-3	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	2
15	PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	
15.1	Curtimento e outras preparações de couro	
15.10-6	Curtimento e outras preparações de couro	3
15.2	Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro	
15.21-1	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	2
15.29-7	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	2
15.3	Fabricação de calçados	
15.31-9	Fabricação de calçados de couro	3
15.32-7	Fabricação de tênis de qualquer material	3
15.33-5	Fabricação de calçados de material sintético	3
15.39-4	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	3
15.4	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	
15.40-8	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	3
16	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	
16.1	Desdobramento de madeira	
16.10-2	Desdobramento de madeira	3
16.2	Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis	
16.21-8	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	3
16.22-6	Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção	3
16.23-4	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	3
16.29-3	Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis	3
17	FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	
17.1	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	
17.10-9	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	3
17.2	Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão	
17.21-4	Fabricação de papel	3
17.22-2	Fabricação de cartolina e papel-cartão	3
17.3	Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado	
17.31-1	Fabricação de embalagens de papel	2
17.32-0	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	2
17.33-8	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	2
17.4	Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado	
17.41-9	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório	2
17.42-7	Fabricação de produtos de papel para usos doméstico e higiênico-sanitário	2
17.49-4	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	2
18	IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	
18.1	Atividade de impressão	
18.11-3	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas	3
18.12-1	Impressão de material de segurança	3
18.13-0	Impressão de materiais para outros usos	3
18.2	Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos	
18.21-1	Serviços de pré-impressão	3
18.22-9	Serviços de acabamentos gráficos	3
18.3	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte	
18.30-0	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte	3
19	FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS	
19.1	Coquerias	
19.10-1	Coquerias	3
19.2	Fabricação de produtos derivados do petróleo	
19.21-7	Fabricação de produtos do refino de petróleo	3
19.22-5	Fabricação de produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	3
19.3	Fabricação de biocombustíveis	
19.31-4	Fabricação de álcool	3
19.32-2	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	3
20	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	
20.1	Fabricação de produtos químicos inorgânicos	
20.11-8	Fabricação de cloro e álcalis	3
20.12-6	Fabricação de intermediários para fertilizantes	3
20.13-4	Fabricação de adubos e fertilizantes	3
20.14-2	Fabricação de gases industriais	3
20.19-3	Fabricação de produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	3
20.2	Fabricação de produtos químicos orgânicos	
20.21-5	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	3
20.22-3	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	3
20.29-1	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	3
20.3	Fabricação de resinas e elastômeros	
20.31-2	Fabricação de resinas termoplásticas	3
20.32-1	Fabricação de resinas termofixas	3
20.33-9	Fabricação de elastômeros	3
20.4	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	
20.40-1	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	3
20.5	Fabricação de defensivos agrícolas e desinfetantes domissanitários	
20.51-7	Fabricação de defensivos agrícolas	3
20.52-5	Fabricação de desinfestantes domissanitários	3
20.6	Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	
20.61-4	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	3
20.62-2	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	3
20.63-1	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	2
20.7	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins	
20.71-1	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	3
20.72-0	Fabricação de tintas de impressão	3
20.73-8	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	3
20.9	Fabricação de produtos e preparados químicos diversos	
20.91-6	Fabricação de adesivos e selantes	3
20.92-4	Fabricação de explosivos	4
20.93-2	Fabricação de aditivos de uso industrial	3
20.94-1	Fabricação de catalisadores	3
20.99-1	Fabricação de produtos químicos não especificados anteriormente	3
21.10-6	Fabricação de produtos farmoquímicos	3
21.2	Fabricação de produtos farmacêuticos	

21.21-1	Fabricação de medicamentos para uso humano	3
21.22-0	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	3
21.23-8	Fabricação de preparações farmacêuticas	3
22	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	
22.1	Fabricação de produtos de borracha	
22.11-1	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	3
22.12-9	Reforma de pneumáticos usados	3
22.19-6	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	3
22.2	Fabricação de produtos de material plástico	
22.21-8	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	3
22.22-6	Fabricação de embalagens de material plástico	3
22.23-4	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	3
22.29-3	Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente	3
23	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	
23.1	Fabricação de vidro e de produtos do vidro	
23.11-7	Fabricação de vidro plano e de segurança	3
23.12-5	Fabricação de embalagens de vidro	3
23.19-2	Fabricação de artigos de vidro	3
23.2	Fabricação de cimento	
23.20-6	Fabricação de cimento	4
23.3	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	
23.30-3	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	4
23.4	Fabricação de produtos cerâmicos	
23.41-9	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	4
23.42-7	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso estrutural na construção	3
23.49-4	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente	4
23.9	Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos	
23.91-5	Aparelhamento e outros trabalhos em pedras	3
23.92-3	Fabricação de cal e gesso	4
23.99-1	Fabricação de produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente	3
24	METALURGIA	
24.1	Produção de ferro-gusa e de ferroligas	
24.11-3	Produção de ferro-gusa	4
24.12-1	Produção de ferroligas	4
24.2	Siderurgia	
24.21-1	Produção de semiacabados de aço	4
24.22-9	Produção de laminados planos de aço	4
24.23-7	Produção de laminados longos de aço	4
24.24-5	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço	4
24.3	Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura	
24.31-8	Produção de tubos de aço com costura	4
24.39-3	Produção de outros tubos de ferro e aço	4
24.4	Metalurgia dos metais não ferrosos	
24.41-5	Metalurgia do alumínio e suas ligas	4
24.42-3	Metalurgia dos metais preciosos	4
24.43-1	Metalurgia do cobre	4
24.49-1	Metalurgia dos metais não ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	4
24.5	Fundição	
24.51-2	Fundição de ferro e aço	4
24.52-1	Fundição de metais não ferrosos e suas ligas	4
25	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
25.1	Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada	
25.11-0	Fabricação de estruturas metálicas	4
25.12-8	Fabricação de esquadrias de metal	3
25.13-6	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	3
25.2	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras	
25.21-7	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	3
25.22-5	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	3
25.3	Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais	
25.31-4	Produção de forjados de aço e de metais não ferrosos e suas ligas	4
25.32-2	Produção de artefatos estampados de metal; metalurgia do pó	4
25.39-0	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	4
25.4	Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas	
25.41-1	Fabricação de artigos de cutelaria	3
25.42-0	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	3
25.43-8	Fabricação de ferramentas	3
25.5	Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições	
25.50-1	Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições	4
25.9	Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	
25.91-8	Fabricação de embalagens metálicas	3
25.92-6	Fabricação de produtos de trefilados de metal	4
25.93-4	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	3
25.99-3	Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	3
26	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	
26.1	Fabricação de componentes eletrônicos	
26.10-8	Fabricação de componentes eletrônicos	3
26.2	Fabricação de equipamentos de informática e periféricos	
26.21-3	Fabricação de equipamentos de informática	3
26.22-1	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	3
26.3	Fabricação de equipamentos de comunicação	
26.31-1	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação	3
26.32-9	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação	3
26.4	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	
26.40-0	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	3
26.5	Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; cronômetros e relógios	
26.51-5	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	3
26.52-3	Fabricação de cronômetros e relógios	3
26.6	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	
26.60-4	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	3
26.7	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos	
26.70-1	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos	3
26.8	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	
26.80-9	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	3
27	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	
27.1	Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos	
27.10-4	Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos	3
27.2	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos	
27.21-0	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	3
27.22-8	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	3
27.3	Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	
27.31-7	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	3
27.32-5	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	3
27.33-3	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	3
27.4	Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação	
27.40-6	Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação	3
27.5	Fabricação de eletrodomésticos	

27.51-1	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico	3
27.59-7	Fabricação de aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente	3
27.9	Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	
27.90-2	Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	3
28	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
28.1	Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão	
28.11-9	Fabricação de motores e turbinas, exceto para aviões e veículos rodoviários	3
28.12-7	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	3
28.13-5	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes	3
28.14-3	Fabricação de compressores	3
28.15-1	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais	3
28.2	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral	
28.21-6	Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	3
28.22-4	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas	3
28.23-2	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	3
28.24-1	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar-condicionado	3
28.25-9	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental	3
28.29-1	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente	3
28.3	Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária	
28.31-3	Fabricação de tratores agrícolas	3
28.32-1	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola	3
28.33-0	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação	3
28.4	Fabricação de máquinas-ferramenta	
28.40-2	Fabricação de máquinas-ferramenta	3
28.5	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção	
28.51-8	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	3
28.52-6	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	3
28.53-4	Fabricação de tratores, exceto agrícolas	3
28.54-2	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	3
28.6	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico	
28.61-5	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	3
28.62-3	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	3
28.63-1	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil	3
28.64-0	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados	3
28.65-8	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos	3
28.66-6	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico	3
28.69-1	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente	3
29	FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	
29.1	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	
29.10-7	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	3
29.2	Fabricação de caminhões e ônibus	
29.20-4	Fabricação de caminhões e ônibus	3
29.3	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	
29.30-1	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	3
29.4	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	
29.41-7	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	3
29.42-5	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	3
29.43-3	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	3
29.44-1	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	3
29.45-0	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	3
29.49-2	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente	3
29.5	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	
29.50-6	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	3
30	FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES	
30.1	Construção de embarcações	
30.11-3	Construção de embarcações e estruturas flutuantes	3
30.12-1	Construção de embarcações para esporte e lazer	3
30.3	Fabricação de veículos ferroviários	
30.31-8	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	3
30.32-6	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	3
30.4	Fabricação de aeronaves	
30.41-5	Fabricação de aeronaves	3
30.42-3	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	3
30.5	Fabricação de veículos militares de combate	
30.50-4	Fabricação de veículos militares de combate	3
30.9	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	
30.91-1	Fabricação de motocicletas	3
30.92-0	Fabricação de bicicletas e triciclos não motorizados	3
30.99-7	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	3
31	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	
31.0	Fabricação de móveis	
31.01-2	Fabricação de móveis com predominância de madeira	3
31.02-1	Fabricação de móveis com predominância de metal	3
31.03-9	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	3
31.04-7	Fabricação de colchões	2
32	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	
32.1	Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes	
32.11-6	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	3
32.12-4	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	3
32.2	Fabricação de instrumentos musicais	
32.20-5	Fabricação de instrumentos musicais	3
32.3	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	
32.30-2	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	3
32.4	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	
32.40-0	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	3
32.5	Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	
32.50-7	Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	3
32.9	Fabricação de produtos diversos	
32.91-4	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	3
32.92-2	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional	3
32.99-0	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	3
33	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
33.1	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos	
33.11-2	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	3
33.12-1	Manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos e ópticos	3
33.13-9	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos elétricos	3
33.14-7	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica	3
33.15-5	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	3
33.16-3	Manutenção e reparação de aeronaves	3
33.17-1	Manutenção e reparação de embarcações	3
33.19-8	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	3
33.2	Instalação de máquinas e equipamentos	
33.21-0	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	3
33.29-5	Instalação de equipamentos não especificados anteriormente	3
D	ELETRICIDADE E GÁS	
35	ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES	

35.1	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	
35.11-5	Geração de energia elétrica	3
35.12-3	Transmissão de energia elétrica	3
35.13-1	Comércio atacadista de energia elétrica	3
35.14-0	Distribuição de energia elétrica	3
35.2	Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	
35.20-4	Produção de gás; processamento de gás natural; distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	3
35.3	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	
35.30-1	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	3
E	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	
36	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
36.0	Captação, tratamento e distribuição de água	
36.00-6	Captação, tratamento e distribuição de água	3
37	ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS	
37.0	Esgoto e atividades relacionadas	
37.01-1	Gestão de redes de esgoto	3
37.02-9	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	3
38	COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS	
38.1	Coleta de resíduos	
38.11-4	Coleta de resíduos não perigosos	3
38.12-2	Coleta de resíduos perigosos	3
38.2	Tratamento e disposição de resíduos	
38.21-1	Tratamento e disposição de resíduos não perigosos	3
38.22-0	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	3
38.3	Recuperação de materiais	
38.31-9	Recuperação de materiais metálicos	3
38.32-7	Recuperação de materiais plásticos	3
38.39-4	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	3
39	DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS	
39.0	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	
39.00-5	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	3
F	CONSTRUÇÃO	
41	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	
41.1	Incorporação de empreendimentos imobiliários	
41.10-7	Incorporação de empreendimentos imobiliários	1
41.2	Construção de edifícios	
41.20-4	Construção de edifícios	3
42	OBRAS DE INFRAESTRUTURA	
42.1	Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais	
42.11-1	Construção de rodovias e ferrovias	4
42.12-0	Construção de obras de arte especiais	4
42.13-8	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	3
42.2	Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos	
42.21-9	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações	4
42.22-7	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas	4
42.23-5	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	4
42.9	Construção de outras obras de infraestrutura	
42.91-0	Obras portuárias, marítimas e fluviais	4
42.92-8	Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas	4
42.99-5	Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	3
43	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO	
43.1	Demolição e preparação do terreno	
43.11-8	Demolição e preparação de canteiros de obras	4
43.12-6	Perfurações e sondagens	4
43.13-4	Obras de terraplenagem	3
43.19-3	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	3
43.2	Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções	
43.21-5	Instalações elétricas	3
43.22-3	Instalações hidráulicas, de sistemas de ventilação e refrigeração	3
43.29-1	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	3
43.3	Obras de acabamento	
43.30-4	Obras de acabamento	3
43.9	Outros serviços especializados para construção	
43.91-6	Obras de fundações	4
43.99-1	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	3
G	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	
45	COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	
45.1	Comércio de veículos automotores	
45.11-1	Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	2
45.12-9	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	2
45.2	Manutenção e reparação de veículos automotores	
45.20-0	Manutenção e reparação de veículos automotores	3
45.3	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	
45.30-7	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	2
45.4	Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios	
45.41-2	Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios	2
45.42-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas, peças e acessórios	2
45.43-9	Manutenção e reparação de motocicletas	3
46	COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	
46.1	Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	
46.11-7	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	2
46.12-5	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	2
46.13-3	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	2
46.14-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	2
46.15-0	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	2
46.16-8	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	2
46.17-6	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	2
46.18-4	Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	2
46.19-2	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	2
46.2	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos	
46.21-4	Comércio atacadista de café em grão	2
46.22-2	Comércio atacadista de soja	2
46.23-1	Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja	2
46.3	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	
46.31-1	Comércio atacadista de leite e laticínios	2
46.32-0	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas	2

46.33-8	Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros	2
46.34-6	Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado	2
46.35-4	Comércio atacadista de bebidas	2
46.36-2	Comércio atacadista de produtos do fumo	2
46.37-1	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	2
46.39-7	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	2
46.4	Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	
46.41-9	Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho	2
46.42-7	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios	2
46.43-5	Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem	2
46.44-3	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	2
46.45-1	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico	2
46.46-0	Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	2
46.47-8	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações	2
46.49-4	Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	2
46.5	Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação	
46.51-6	Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática	3
46.52-4	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	3
46.6	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação	
46.61-3	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	3
46.62-1	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	3
46.63-0	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	3
46.64-8	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico- hospitalar; partes e peças	3
46.65-6	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	3
46.69-9	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	3
46.7	Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção	
46.71-1	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	3
46.72-9	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	3
46.73-7	Comércio atacadista de material elétrico	3
46.74-5	Comércio atacadista de cimento	3
46.79-6	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral	3
46.8	Comércio atacadista especializado em outros produtos	
46.81-8	Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP	3
46.82-6	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	3
46.83-4	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	3
46.84-2	Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos	3
46.85-1	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	3
46.86-9	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens	3
46.87-7	Comércio atacadista de resíduos e sucatas	3
46.89-3	Comércio atacadista especializado de outros produtos intermediários não especificados anteriormente	3
46.9	Comércio atacadista não-especializado	
46.91-5	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	2
46.92-3	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	2
46.93-1	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	2
47	COMÉRCIO VAREJISTA	
47.1	Comércio varejista não-especializado	
47.11-3	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	2
47.12-1	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	2
47.13-0	Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios	2
47.2	Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	
47.21-1	Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes	2
47.22-9	Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias	3
47.23-7	Comércio varejista de bebidas	2
47.24-5	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	2
47.29-6	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo	2
47.3	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	
47.31-8	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	3
47.32-6	Comércio varejista de lubrificantes	3
47.4	Comércio varejista de material de construção	
47.41-5	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	2
47.42-3	Comércio varejista de material elétrico	1
47.43-1	Comércio varejista de vidros	2
47.44-0	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	2
47.5	Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico	
47.51-2	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	1
47.52-1	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	1
47.53-9	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	1
47.54-7	Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação	1
47.55-5	Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho	1
47.56-3	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	1
47.57-1	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	1
47.59-8	Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	1
47.6	Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos	
47.61-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	1
47.62-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	1
47.63-6	Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos	1
47.7	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos	
47.71-7	Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	2
47.72-5	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	1
47.73-3	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	1
47.74-1	Comércio varejista de artigos de óptica	1
47.8	Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	
47.81-4	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1
47.82-2	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem	1
47.83-1	Comércio varejista de joias e relógios	1
47.84-9	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	3
47.85-7	Comércio varejista de artigos usados	2
47.89-0	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	1
47.9	Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista	
47.90-3	Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista	2
H	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	
49	TRANSPORTE TERRESTRE	
49.1	Transporte ferroviário e metroferroviário	
49.11-6	Transporte ferroviário de carga	3
49.12-4	Transporte metroferroviário de passageiros	3
49.2	Transporte rodoviário de passageiros	
49.21-3	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana	3
49.22-1	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional	3
49.23-0	Transporte rodoviário de táxi	3
49.24-8	Transporte escolar	3
49.29-9	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	3
49.3	Transporte rodoviário de carga	
49.30-2	Transporte rodoviário de carga	3
49.4	Transporte dutoviário	
49.40-0	Transporte dutoviário	3
49.5	Trens turísticos, teleféricos e similares	

49.50-7	Trens turísticos, teleféricos e similares	3
50	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	
50.1	Transporte marítimo de cabotagem e longo curso	
50.11-4	Transporte marítimo de cabotagem	3
50.12-2	Transporte marítimo de longo curso	3
50.2	Transporte por navegação interior	
50.21-1	Transporte por navegação interior de carga	3
50.22-0	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares	3
50.3	Navegação de apoio	
50.30-1	Navegação de apoio	3
50.9	Outros transportes aquaviários	
50.91-2	Transporte por navegação de travessia	3
50.99-8	Transportes aquaviários não especificados anteriormente	3
51	TRANSPORTE AÉREO	
51.1	Transporte aéreo de passageiros	
51.11-1	Transporte aéreo de passageiros regular	3
51.12-9	Transporte aéreo de passageiros não regular	3
51.2	Transporte aéreo de carga	
51.20-0	Transporte aéreo de carga	3
51.3	Transporte espacial	
51.30-7	Transporte espacial	3
52	ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	
52.1	Armazenamento, carga e descarga	
52.11-7	Armazenamento	3
52.12-5	Carga e descarga	3
52.2	Atividades auxiliares dos transportes terrestres	
52.21-4	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	3
52.22-2	Terminais rodoviários e ferroviários	3
52.23-1	Estacionamento de veículos	3
52.29-0	Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	3
52.3	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários	
52.31-1	Gestão de portos e terminais	3
52.32-0	Atividades de agenciamento marítimo	3
52.39-7	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	3
52.4	Atividades auxiliares dos transportes aéreos	
52.40-1	Atividades auxiliares dos transportes aéreos	3
52.5	Atividades relacionadas à organização do transporte de carga	
52.50-8	Atividades relacionadas à organização do transporte de carga	3
53	CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA	
53.1	Atividades de Correio	
53.10-5	Atividades de Correio	2
53.2	Atividades de malote e de entrega	
53.20-2	Atividades de malote e de entrega	2
I	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	
55	ALOJAMENTO	
55.1	Hotéis e similares	
55.10-8	Hotéis e similares	2
55.9	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	
55.90-6	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	2
56	ALIMENTAÇÃO	
56.1	Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	
56.11-2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	2
56.12-1	Serviços ambulantes de alimentação	2
56.2	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	
56.20-1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	2
J	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
58	EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO	
58.1	Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição	
58.11-5	Edição de livros	3
58.12-3	Edição de jornais	3
58.13-1	Edição de revistas	3
58.19-1	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	3
58.2	Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações	
58.21-2	Edição integrada à impressão de livros	3
58.22-1	Edição integrada à impressão de jornais	3
58.23-9	Edição integrada à impressão de revistas	3
58.29-8	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	3
59	ATIVIDADES CINEMATOGRÁFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA	
59.1	Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão	
59.11-1	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	2
59.12-0	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	2
59.13-8	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	2
59.14-6	Atividades de exibição cinematográfica	2
59.2	Atividades de gravação de som e de edição de música	
59.20-1	Atividades de gravação de som e de edição de música	2
60	ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	
60.1	Atividades de rádio	
60.10-1	Atividades de rádio	2
60.2	Atividades de televisão	
60.21-7	Atividades de televisão aberta	2
60.22-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura	2
61	TELECOMUNICAÇÕES	
61.1	Telecomunicações por fio	
61.10-8	Telecomunicações por fio	2
61.2	Telecomunicações sem fio	
61.20-5	Telecomunicações sem fio	2
61.3	Telecomunicações por satélite	
61.30-2	Telecomunicações por satélite	2
61.4	Operadoras de televisão por assinatura	
61.41-8	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	2
61.42-6	Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas	2
61.43-4	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	2
61.9	Outras atividades de telecomunicações	
61.90-6	Outras atividades de telecomunicações	2
62	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
62.0	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	
62.01-5	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	2
62.02-3	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	2
62.03-1	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis	2
62.04-0	Consultoria em tecnologia da informação	2
62.09-1	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	2
63	ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	
63.1	Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas	
63.11-9	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	2
63.19-4	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	2
63.9	Outras atividades de prestação de serviços de informação	

63.91-7	Agências de notícias	2
63.99-2	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	2
K	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	
64	ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS	
64.1	Banco Central	1
64.10-7	Banco Central	1
64.2	Intermediação monetária - depósitos à vista	
64.21-2	Bancos comerciais	1
64.22-1	Bancos múltiplos, com carteira comercial	1
64.23-9	Caixas econômicas	1
64.24-7	Crédito cooperativo	1
64.3	Intermediação não monetária - outros instrumentos de captação	
64.31-0	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	1
64.32-8	Bancos de investimento	1
64.33-6	Bancos de desenvolvimento	1
64.34-4	Agências de fomento	1
64.35-2	Crédito imobiliário	1
64.36-1	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	1
64.37-9	Sociedades de crédito ao microempreendedor	1
64.38-7	Bancos de câmbio e outras instituições de intermediação não monetária	1
64.4	Arrendamento mercantil	
64.40-9	Arrendamento mercantil	1
64.5	Sociedades de capitalização	
64.50-6	Sociedades de capitalização	1
64.6	Atividades de sociedades de participação	
64.61-1	Holdings de instituições financeiras	1
64.62-0	Holdings de instituições não financeiras	1
64.63-8	Outras sociedades de participação, exceto holdings	1
64.7	Fundos de investimento	
64.70-1	Fundos de investimento	1
64.9	Atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	
64.91-3	Sociedades de fomento mercantil - factoring	1
64.92-1	Securitização de créditos	1
64.93-0	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	1
64.99-9	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	1
65	SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	
65.1	Seguros de vida e não vida	
65.11-1	Seguros de vida	1
65.12-0	Seguros não vida	1
65.2	Seguros-saúde	
65.20-1	Seguros-saúde	1
65.3	Resseguros	
65.30-8	Resseguros	1
65.4	Previdência complementar	
65.41-3	Previdência complementar fechada	1
65.42-1	Previdência complementar aberta	1
65.5	Planos de saúde	
65.50-2	Planos de saúde	1
66	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	
66.1	Atividades auxiliares dos serviços financeiros	
66.11-8	Administração de bolsas e mercados de balcão organizados	1
66.12-6	Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias	1
66.13-4	Administração de cartões de crédito	1
66.19-3	Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	1
66.2	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde	
66.21-5	Avaliação de riscos e perdas	1
66.22-3	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	1
66.29-1	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	1
66.3	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	
66.30-4	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	1
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	
68	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	
68.1	Atividades imobiliárias de imóveis próprios	
68.10-2	Atividades imobiliárias de imóveis próprios	1
68.2	Atividades imobiliárias por contrato ou comissão	
68.21-8	Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis	1
68.22-6	Gestão e administração da propriedade imobiliária	1
M	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	
69	ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA	
69.1	Atividades jurídicas	
69.11-7	Atividades jurídicas, exceto cartórios	1
69.12-5	Cartórios	1
69.2	Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária	
69.20-6	Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária	1
70	ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL	
70.1	Sedes de empresas e unidades administrativas locais	
70.10-7	Sedes de empresas e unidades administrativas locais	1
70.2	Atividades de consultoria em gestão empresarial	
70.20-4	Atividades de consultoria em gestão empresarial	1
71	SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS	
71.1	Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas	
71.11-1	Serviços de arquitetura	1
71.12-0	Serviços de engenharia	1
71.19-7	Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia	1
71.2	Testes e análises técnicas	
71.20-1	Testes e análises técnicas	2
72	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	
72.1	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	
72.10-0	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	2
72.2	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	
72.20-7	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	2
73	PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO	
73.1	Publicidade	
73.11-4	Agências de publicidade	1
73.12-2	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	1
73.19-0	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente	1
73.2	Pesquisas de mercado e de opinião pública	
73.20-3	Pesquisas de mercado e de opinião pública	1
74	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	

74.1	Design e decoração de interiores	
74.10-2	Design e decoração de interiores	1
74.2	Atividades fotográficas e similares	
74.20-0	Atividades fotográficas e similares	2
74.9	Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	
74.90-1	Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	1
75	ATIVIDADES VETERINÁRIAS	
75.0	Atividades veterinárias	
75.00-1	Atividades veterinárias	3
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	
77	ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO- FINANCEIROS	
77.1	Locação de meios de transporte sem condutor	
77.11-0	Locação de automóveis sem condutor	1
77.19-5	Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor	1
77.2	Aluguel de objetos pessoais e domésticos	
77.21-7	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	1
77.22-5	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	1
77.23-3	Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios	1
77.29-2	Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	1
77.3	Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador	
77.31-4	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	1
77.32-2	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador	1
77.33-1	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	1
77.39-0	Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente	1
77.4	Gestão de ativos intangíveis não financeiros	
77.40-3	Gestão de ativos intangíveis não financeiros	1
78	SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	
78.1	Seleção e agenciamento de mão de obra	
78.10-8	Seleção e agenciamento de mão de obra	1
78.2	Locação de mão de obra temporária	
78.20-5	Locação de mão de obra temporária	1
78.3	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	
78.30-2	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	1
79	AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS	
79.1	Agências de viagens e operadores turísticos	
79.11-2	Agências de viagens	1
79.12-1	Operadores turísticos	1
79.9	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	
79.90-2	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	1
80	ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO	
80.1	Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores	
80.11-1	Atividades de vigilância e segurança privada	3
80.12-9	Atividades de transporte de valores	3
80.2	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	
80.20-0	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	3
80.3	Atividades de investigação particular	
80.30-7	Atividades de investigação particular	3
81	SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	
81.1	Serviços combinados para apoio a edifícios	
81.11-7	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	2
81.12-5	Condomínios prediais	2
81.2	Atividades de limpeza	
81.21-4	Limpeza em prédios e em domicílios	3
81.22-2	Imunização e controle de pragas urbanas	3
81.29-0	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	3
81.3	Atividades paisagísticas	
81.30-3	Atividades paisagísticas	1
82	SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	
82.1	Serviços de escritório e apoio administrativo	
82.11-3	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	1
82.19-9	Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo	2
82.2	Atividades de teleatendimento	
82.20-2	Atividades de teleatendimento	2
82.3	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	
82.30-0	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	2
82.9	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	
82.91-1	Atividades de cobrança e informações cadastrais	2
82.92-0	Envasamento e empacotamento sob contrato	2
82.99-7	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	2
O	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	
84	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	
84.1	Administração do estado e da política econômica e social	
84.11-6	Administração pública em geral	1
84.12-4	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	1
84.13-2	Regulação das atividades econômicas	1
84.2	Serviços coletivos prestados pela administração pública	
84.21-3	Relações exteriores	1
84.22-1	Defesa	1
84.23-0	Justiça	1
84.24-8	Segurança e ordem pública	1
84.25-6	Defesa Civil	1
84.3	Seguridade social obrigatória	
84.30-2	Seguridade social obrigatória	1
P	EDUCAÇÃO	
85	EDUCAÇÃO	
85.1	Educação infantil e ensino fundamental	
85.11-2	Educação infantil - creche	2
85.12-1	Educação infantil - pré-escola	2
85.13-9	Ensino fundamental	2
85.2	Ensino médio	
85.20-1	Ensino médio	2
85.3	Educação superior	
85.31-7	Educação superior - graduação	2
85.32-5	Educação superior - graduação e pós-graduação	2
85.33-3	Educação superior - pós-graduação e extensão	2
85.4	Educação profissional de nível técnico e tecnológico	
85.41-4	Educação profissional de nível técnico	2
85.42-2	Educação profissional de nível tecnológico	2
85.5	Atividades de apoio à educação	
85.50-3	Atividades de apoio à educação	2
85.9	Outras atividades de ensino	
85.91-1	Ensino de esportes	2
85.92-9	Ensino de arte e cultura	2
85.93-7	Ensino de idiomas	2
85.99-6	Atividades de ensino não especificadas anteriormente	2
Q	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	

86	ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA	
86.1	Atividades de atendimento hospitalar	
86.10-1	Atividades de atendimento hospitalar	3
86.2	Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes	
86.21-6	Serviços móveis de atendimento a urgências	3
86.22-4	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	3
86.3	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	
86.30-5	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	3
86.4	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	
86.40-2	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	3
86.5	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos	
86.50-0	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos	2
86.6	Atividades de apoio à gestão de saúde	
86.60-7	Atividades de apoio à gestão de saúde	1
86.9	Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	
86.90-9	Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	1
87	ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES	
87.1	Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infraestrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares	
87.11-5	Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares	1
87.12-3	Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	1
87.2	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química	
87.20-4	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química	1
87.3	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares	1
87.30-1	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares	1
88	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO	
88.0	Serviços de assistência social sem alojamento	
88.00-6	Serviços de assistência social sem alojamento	1
R	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	
90	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS	
90.0	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	
90.01-9	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	2
90.02-7	Criação artística	2
90.03-5	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	1
91	ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL	
91.0	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	
91.01-5	Atividades de bibliotecas e arquivos	2
91.02-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	2
91.03-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	2
92	ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS	
92.0	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	
92.00-3	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	1
93	ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER	
93.1	Atividades esportivas	
93.11-5	Gestão de instalações de esportes	1
93.12-3	Clubes sociais, esportivos e similares	2
93.13-1	Atividades de condicionamento físico	2
93.19-1	Atividades esportivas não especificadas anteriormente	2
93.2	Atividades de recreação e lazer	
93.21-2	Parques de diversão e parques temáticos	2
93.29-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	2
S	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	
94	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	
94.1	Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais	
94.11-1	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	1
94.12-0	Atividades de organizações associativas profissionais	1
94.2	Atividades de organizações sindicais	
94.20-1	Atividades de organizações sindicais	1
94.3	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	
94.30-8	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	1
94.9	Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente	
94.91-0	Atividades de organizações religiosas	1
94.92-8	Atividades de organizações políticas	1
94.93-6	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	1
94.99-5	Atividades associativas não especificadas anteriormente	1
95	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	
95.1	Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação	
95.11-8	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	3
95.12-6	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	3
95.2	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos	
95.21-5	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	3
95.29-1	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	3
96	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS	
96.0	Outras atividades de serviços pessoais	
96.01-7	Lavanderias, tinturarias e toalheiros	2
96.02-5	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	2
96.03-3	Atividades funerárias e serviços relacionados	2
96.09-2	Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	2
T	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	
97	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	
97.0	Serviços domésticos	
97.00-5	Serviços domésticos	2
U	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	
99	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	
99.0	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	
99.00-8	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1

* Informações sobre detalhamentos dos CNAE ver https://cnae.ibge.gov.br/

ANEXO II

Dimensionamento do SESMT

		Nº de Trabalhadores no estabelecimento							
Grau de Risco	Profissionais	50 a 100	101 a 250	251 a 500	501 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 3.500	3.501 a 5.000	Acima de 5.000 Para cada grupo De 4.000 ou fração acima 2.000**
1	Técnico Seg. Trabalho				1	1	1	2	1
	Engenheiro Seg. Trabalho						1*	1	1*
	Aux./Tec. Enferm. do Trabalho						1***	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1*	
	Médico do Trabalho					1*	1*	1	1*
2	Técnico Seg. Trabalho				1	1	2	5	1
	Engenheiro Seg. Trabalho					1*	1	1	1*

	Aux./Tec. Enferm. do Trabalho					1***	1***	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	
	Médico do Trabalho					1*	1	1	1
3	Técnico Seg. Trabalho		1	2	3	4	6	8	3
	Engenheiro Seg. Trabalho				1*	1	1	2	1
	Aux./Tec. Enferm. do Trabalho					1***	1	1	1
	Enfermeiro do Trabalho						1	1	
	Médico do Trabalho				1*	1	1	2	1
4	Técnico Seg. Trabalho	1	2	3	4	5	8	10	3
	Engenheiro Seg. Trabalho		1*	1*	1	1	2	3	1
	Aux./Tec. Enferm. do Trabalho				1***	1***	1	1	1
	Enfermeiro do Trabalho						1	1	
	Médico do Trabalho		1*	1*	1	1	2	3	1

(*) Tempo parcial (mínimo de três horas)

(**) O dimensionamento total deverá ser feito levando-se em consideração o dimensionamento da faixa de 3.501 a 5.000, acrescido do dimensionamento do(s) grupo(s) de 4.000 ou fração acima de 2.000.

(***) O empregador pode optar pela contratação de um enfermeiro do trabalho em tempo parcial, em substituição ao auxiliar ou técnico de enfermagem do trabalho.

OBSERVAÇÕES:

A) hospitais, ambulatórios, maternidades, casas de saúde e repouso, clínicas e estabelecimentos similares deverão contratar um enfermeiro do trabalho em tempo integral quando possuírem mais de quinhentos trabalhadores; e

B) em virtude das características das atribuições do SESMT, não se faz necessária a supervisão do técnico de enfermagem do trabalho por enfermeiro do trabalho, salvo quando a atividade for executada em hospitais, ambulatórios, maternidades, casas de saúde e repouso, clínicas e estabelecimentos similares.

PORTARIA MTP Nº 2.490, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Suspende os efeitos da Portaria MTE nº 1.565, de 13 de outubro de 2014, em relação à MASTER CARDOSO SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, em razão de concessão de liminar no âmbito do Processo nº 1003359-02.2022.4.01.4301, da 2ª Vara Federal Cível e Criminal da Subseção Judiciária de Araguaína-TO.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; tendo em vista o disposto no art. 1º, caput, inciso VIII, Anexo I, do Decreto n° 11.068, de 10 de maio de 2022; e considerando a medida liminar concedida nos autos do Processo nº 1003359-02.2022.4.01.4301, da 2ª Vara Federal Cível e Criminal da Subseção Judiciária de Araguaína-TO, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria MTE nº 1.565, de 13 de outubro de 2014, em relação à MASTER CARDOSO SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, em razão do deferimento de medida liminar no âmbito do processo nº 1003359-02.2022.4.01.4301, da 2ª Vara Federal Cível e Criminal da Subseção Judiciária de Araguaína-TO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

SECRETARIA DE TRABALHO

DESPACHO

Certifico que a Cooperativa de Credito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - SICREDI PARANAPANEMA PR/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.086.997/0001-02, encontra-se cadastrada no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, para os fins do disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, e nos termos da Portaria nº 5.823, de 18 de maio de 2021, pelo prazo de trezentos e sessenta dias. (Processo nº 14022.191862/2022-11)

MAURO RODRIGUES DE SOUZA
Secretário de Trabalho

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas a, b e f, anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração no seguinte termo:

1- Em Apreciação de Recurso de Ofício.

1.1 Pela improcedência de auto de Infração.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	13175.100671/2021-52	201685973	Impacto Construções e Montagens Ltda.	SE
2	13175.101057/2021-16	214763293	Município de Boquim	SE
3	13175.101058/2021-52	214763391	Município de Umbaúba	SE

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

DESPACHOS DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas a, b e f, anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46221.008494/2017-23	213134624	Ceramica Santa Monica Ltda - Me	SE
2	46221.010193/2016-89	210726962	CLIMEDI - Clínica de Medicina Nuclear Endocrinologia e Diabete Sociedade Simples	SE
3	46221.010194/2016-23	210726997	CLIMEDI - Clínica de Medicina Nuclear Endocrinologia e Diabete Sociedade Simples	SE
4	46221.010192/2016-34	210727039	CLIMEDI - Clínica de Medicina Nuclear Endocrinologia e Diabete Sociedade Simples	SE
5	46221.010454/2016-61	210786671	CLIMEDI - Clínica de Medicina Nuclear Endocrinologia e Diabete Sociedade Simples	SE
6	46221.009480/2016-46	210588071	CLIMEDI - Clínica de Medicina Nuclear Endocrinologia e Diabete Sociedade Simples	SE
7	46221.009482/2016-35	210588063	CLIMEDI - Clínica de Medicina Nuclear Endocrinologia e Diabete Sociedade Simples	SE
8	46221.009481/2016-91	210588098	CLIMEDI - Clínica de Medicina Nuclear Endocrinologia e Diabete Sociedade Simples	SE
9	46221.010141/2016-11	210704560	CLIMEDI - Clínica de Medicina Nuclear Endocrinologia e Diabete Sociedade Simples	SE
10	46221.003542/2019-59	217408885	Jussimara Santana Mendonca	SE
11	46221.003540/2019-60	217408842	Jussimara Santana Mendonca	SE
12	46221.003539/2019-35	217408834	Jussimara Santana Mendonca	SE
13	46221.003543/2019-01	217408893	Jussimara Santana Mendonca	SE
14	46221.003541/2019-12	217408877	Jussimara Santana Mendonca	SE
15	46221.003063/2018-51	214369943	Valente Comercial e Serviços Ltda	SE
16	46221.003061/2018-62	214369901	Valente Comercial e Serviços Ltda	SE
17	46221.008993/2019-82	218857268	Via Jupiter Nordeste Industria de Calcados Eireli	SE
18	46221.008994/2019-27	218857187	Via Jupiter Nordeste Industria de Calcados Eireli	SE
19	46221.008996/2019-16	218857128	Via Jupiter Nordeste Industria de Calcados Eireli	SE
20	46221.008995/2019-71	218857179	Via Jupiter Nordeste Industria de Calcados Eireli	SE
Nº	Processo	Notificação de Débito de FGTS	Empresa	UF
1	46221.001164/2017-15	200.862.570	Jose Carlos da Silva Churrascaria - Me	SE
2	46221.004238/2018-48	201.149.451	Monteiro Instituicao de Ensino Ltda - Me	SE

1.2 Pela improcedência da notificação de débito.

Nº	Processo	Notificação de Débito de FGTS	Empresa	UF
1	46221.008997/2019-61	218856326	Via Jupiter Nordeste Industria de Calcados Eireli	SE

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício.

2.1 Pela improcedência de auto de Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46221.001613/2019-89	216885400	Agro Industrial Campo Lindo Ltda.	SE
2	46221.001623/2019-14	216885396	Agro Industrial Campo Lindo Ltda.	SE
3	46221.007400/2019-61	218539134	Aja Administracao e Participacoes Ltda	SE
4	46221.007401/2019-13	218539100	Aja Administracao e Participacoes Ltda	SE
5	46221.007402/2019-50	218539053	Aja Administracao e Participacoes Ltda	SE
6	46221.004173/2019-11	217597670	Anibal Monteiro & Advogados Associados	SE
7	46221.000815/2019-11	216676193	Anizio Cardoso de Oliveira Neto	SE
8	46221.008049/2019-25	218714599	Caixa Economica Federal	SE
9	14152.026893/2021-27	220586390	Comercial Propria Ltda	SE
10	46221.004704/2019-76	217699758	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
11	46221.004703/2019-21	217699901	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
12	46221.002888/2019-30	217226370	Construtora Celi Ltda	SE
13	46221.007388/2019-94	218530412	Construtora Santa Maria Ltda	SE
14	46221.004521/2019-51	217648541	Distribuidora de Cereais Tio Luiz Ltda	SE
15	46221.010385/2018-57	216176051	Faccio - Engenharia e Construção Civil Ltda.	SE
16	46221.010386/2018-00	216175976	Faccio - Engenharia e Construção Civil Ltda.	SE
17	46221.006183/2019-91	218174438	Fundacao Joao Paulo II	SE
18	46221.004185/2019-46	217601456	Imperio do Aluminio Ltda	SE
19	46221.004898/2019-18	217765394	Isac Andrade de Carvalho Eireli	SE
20	14152.027392/2021-68	220591385	J.F Comercial de Alimentos Eireli	SE
21	46221.003634/2019-39	217444997	Wmb Supermercados do Brasil Ltda.	SE
22	46221.003633/2019-94	217445144	Wmb Supermercados do Brasil Ltda.	SE
Nº	Processo	Notificação de Débito de FGTS	Empresa	UF
1	46221.007403/2019-02	201.570.866	Aja Administracao e Participacoes Ltda	SE

2.2 Pela procedência de auto de Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46221.004002/2019-92	217558542	Albano de Menezes Prado Junior	SE
2	14152.010031/2020-00	219129983	Alcance Engenharia e Construcao Ltda	SE
3	46221.004705/2019-11	217699863	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
4	46221.006831/2019-18	218354886	Condominio do Edificio Biarritz Plaza	SE
5	46221.001471/2018-79	214070620	Fenix Aquacultura Eireli - Me	SE
6	46221.004946/2019-60	217779549	Homero Silva Felizola	SE
7	46221.004947/2019-12	217779271	Homero Silva Felizola	SE
8	46221.003220/2019-18	217319742	Im de Andrade Restaurante	SE
9	46221.003907/2019-45	217518443	Imperio do Aluminio Ltda	SE
10	46221.003908/2019-90	217518419	Imperio do Aluminio Ltda	SE
11	46221.004184/2019-00	217601278	Imperio do Aluminio Ltda	SE
12	46221.000535/2019-03	216622221	Pisolar Comercio de Tintas Ltda	SE
13	46221.000536/2019-40	216622077	Pisolar Comercio de Tintas Ltda	SE
14	46221.009255/2018-71	216014760	Vaspetro Combustivel Eireli	SE

3- Arquivamento:

3.1 - 3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46221.003441/2015-54	206325347	Adubos Sudoeste Ltda	SE
2	46221.003734/2018-84	214682391	Artline Ind e Com de Moveis Ltda	SE

3	46221.011090/2018-06	216336741	Auto Posto Sao Jorge Ltda	SE
4	46221.008650/2016-75	210410191	Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	SE
5	46221.008416/2017-29	213113333	Borets do Brasil Servicos	SE
6	46221.008417/2017-73	213113465	Borets do Brasil Servicos	SE
7	46221.005271/2013-81	24429961	Casa da Construção Império Ltda. - Epp	SE
8	46221.010554/2016-97	210798084	CBS - Comercial de Bebidas Sergipana Ltda.	SE
9	46221.002500/2016-58	209038802	Dois Irmãos Indústria e Comércio Ltda - Epp	SE
10	46221.002501/2016-01	209040602	Dois Irmãos Indústria e Comércio Ltda - Epp	SE
11	46221.002502/2016-47	209032618	Dois Irmãos Indústria e Comércio Ltda - Epp	SE
12	46221.002504/2016-36	209032553	Dois Irmãos Indústria e Comércio Ltda - Epp	SE
13	46221.009359/2018-86	216030200	Fernando Franca - CEI 220080002684	SE
14	46221.009360/2018-19	216030480	Fernando Franca - CEI 220080002684	SE
15	46221.009376/2018-13	216036038	Fernando Franca - CEI 220080002684	SE
16	46221.009377/2018-68	216035988	Fernando Franca - CEI 220080002684	SE
17	46221.004761/2019-55	217707564	Ferrocorte Industrial - Fabricacao e Transformacao de Ferro Ltda.	SE
18	46221.010539/2018-19	216211956	FM Mix Ltda	SE
19	46221.002072/2008-53	14172810	G. Barbosa Comercial Ltda. - Loja 20	SE
20	46221.006796/2017-67	212749480	Ipatinga- Comercio e Industria de Tecidos Ltda.	SE
21	46221.002291/2019-95	217077081	Jorge Guimaraes Souza	SE
22	46221.008257/2011-77	17979412	Life Comercio e Servicos Ltda - Me	SE
23	46221.004774/2016-81	209464194	Multserv Comércio e Serviços Ltda.	SE
24	46221.003261/2010-68	17951607	Nacélio Santos de Andrade	SE
25	46221.007071/2018-77	215496167	Posto Lamar Ltda	SE
26	46221.007816/2018-06	215690923	Posto Lamar Ltda	SE
27	46221.007817/2018-42	215689917	Posto Lamar Ltda	SE
28	46221.004877/2017-22	211723461	Refrescos Guararapes Ltda	SE
29	46221.004878/2017-77	211723479	Refrescos Guararapes Ltda	SE
30	46221.004879/2017-11	211723444	Refrescos Guararapes Ltda	SE
31	46221.002460/2017-25	211576735	Telecell Ltda - Me	SE
32	46221.002462/2017-14	211576514	Telecell Ltda - Me	SE
33	46221.006885/2016-22	209877651	Transporte Tropical Ltda.	SE
34	46221.001722/2014-91	203041411	Unicortte Cursos de Capacitação Profissional Ltda. - Me	SE
35	46221.008467/2013-27	24425915	Uniforms Indústria Têxtil de Confecções Ltda. - Me	SE

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica nº 1667 (SEI 26735052), constante nos autos do processo nº 19964.101543/2022-05, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.110212/2022-58, de interesse do SINDCONDOMÍNIOS/BA - Sindicato dos Condomínios Residenciais, Comerciais, Mistos, Flats, Apart Hotéis, em Plantas Horizontais e Verticais de Salvador e da Região Metropolitana da Bahia, inscrição no CNP n° 41.754.361/0001-00, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica nº 1599 (SEI 26490114), constante nos autos do processo nº 19964.100222/2022-85, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.105553/2022-10, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Santa Bárbara d'Oeste, inscrição no CNPJ n° 62.475.363/0001-30, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica nº 1592 (SEI 26469682), constante nos autos do processo nº 19964.102667/2021-19, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.109718/2022-14, de interesse do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais, Condomínios e Shopping Center do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, CNPJ 23.104.292/0001-08, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica nº 1747 (SEI 26990358), constante nos autos do processo nº 19964.106843/2022-72, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.111227/2022-33, de interesse do Sindicato dos Práticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos de São José dos Campos - SP, CNPJ: 57.534.794/0001-90, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica nº 164 (SEI 27054013), constante nos autos do processo nº 19964.109382/2022-90, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.109382/2022-90, de interesse da FEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL - FEDAF-BR, CNPJ 25.054.171/0001-24, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como no DESPACHO STRAB-SRT (SEI 27172581), constante nos autos do processo nº 19964.103640/2022-24, resolve: conhecer e dar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.105103/2022-19, de interesse do SIMCAERJ - SINDICATO DOS MOTORISTAS CONDUTORES DE AMBULÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SIMCAERJ, CNPJ 21.010.744/0001-67, com a consequente continuidade do processo de registro sindical, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 10 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022, e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 309/2022 (26992474), resolve: a) INDEFERIR a Impugnação nº 19964.105459/2022-52, de interesse do SELUR - Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo, CNPJ: 67.978.288/0001-44 (26993510), nos termos do art. 249, inciso IV, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista a perda do objeto, ocasionada pela retirada do conflito; b) DEFERIR o Registro Sindical (RES) ao SEAC - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de Ribeirão Preto e Região (impugnado), Processo nº 19964.103943/2022-47 - SC21802, CNPJ: 41.988.212/0001-06, para representar a Categoria Econômica das Empresas de Asseio e Conservação; Empresas de Limpeza Ambiental e Empresas de Conservação de Áreas Verdes, com Abrangência Intermunicipal e Base Territorial nos Municípios de Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guará, Jardinópolis, Luís Antônio, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa de Viterbo, São Joaquim da Barra, São Simão, Serra Azul e Sertãozinho, no Estado de São Paulo, nos termos do art. 252, inciso III, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista a solução do conflito. E Para fins de Anotação no CNES - Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, resolve: a) EXCLUIR os MUNICÍPIOS de Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guará, Jardinópolis, Luís Antônio, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pontal, Santa Rosa de Viterbo, São Joaquim da Barra, São Simão, Serra Azul e Sertãozinho, no Estado de São Paulo, da BASE TERRITORIAL do SEAC-SP - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo, CNPJ: 62.812.524/0001-34 (27101246); b) EXCLUIR a CATEGORIA das Empresas de Conservação de Áreas Verdes, nos MUNICÍPIOS de Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guará, Jardinópolis, Luís Antônio, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa de Viterbo, São Joaquim da Barra, São Simão, Serra Azul e Sertãozinho, no Estado de São Paulo, da REPRESENTAÇÃO do SINDVERDE - Sindicato das Empresas de Manutenção e Execução de Áreas Verdes Públicas e Privadas do Estado de São Paulo, CNPJ: 86.825.536/0001-61 (27101252), nos termos do art. 255 da Portaria/MTP nº 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e na Análise Técnica SEI nº 301 (26906677) resolve, INDEFERIR os Requerimentos (26856116 e 27065936) os quais solicitam a desistência da impugnação 19980.102058/2022-42 (24478811) de interesse do SINDECOMAR- Sindicato dos Empregados no Comércio do Município de Marabá e Sul do PA, CNPJ 84.139.401/0001-17, diante da ausência do registro em cartório, nos termos do art. 250 da Portaria nº 671/2021.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

DESPACHOS DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, e com fundamento na Analise Técnica nº 1709 (26885634), resolve: DEFERIR parcialmente os Recursos Administrativos nº 19964.110926/2022-66 (SEI 26823240; 26823241); nº 19964.110934/2022-11 (SEI 26829180; 26829181); nº 19964.110935/2022-57 (SEI 26829194; 26829195), interpostos pelo Sindicato Regional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias - Regional XIV, CNPJ: 27.006.653/0001-34, nos termos do artigo 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99; ANULAR a Análise Técnica nº 275/2022 (SEI 26479461), publicada no D.O.U. de 22/07/2022, Seção 1, Nº 138, Página 89 (SEI 26617759) retificado no D.O.U. de 25/07/2022, Seção 1, Nº 139, Página 162 (SEI 26653119) , nos termos do artigo 53, "Caput" da Lei nº 9.784/1999, em ato contínuo, ARQUIVAR a Impugnação nº 19964.109159/2022-42, tendo em vista que entidade impugnante se encontrava com mandato da diretoria vencido no CNES, no ato da interposição da impugnação, nos termos do 249, inciso I, da Portaria/MTP nº 671/2021, DEFERIR o pedido de registro sindical nº 19964.106943/2022-07, de interesse do SINDICATO REGIONAL DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE E AGENTES DE COMBATES ÀS ENDEMIAS - REGIONAL XIV, CNPJ 27.006.653/0001-34, para representar a categoria profissional dos Trabalhadores Agentes comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias nos Municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá abrangendo todos aqueles trabalhadores empregados, contratados sob qualquer forma ou regime que prestam serviços à Secretaria Municipal de Saúde destes Municípios, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá, todos do Estado do Ceará; Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) EXCLUIR os municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá, todos do Estado do Ceará, da base territorial do SINASCE - CE - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Sanitaristas na Área de Combate a Vetores de Endemia e Subnutrição no Estado do Ceará, CNPJ 05.500.326/0001-00, Processo 46205.016504/2005-69; B) EXCLUIR a Categoria Profissional dos Trabalhadores Agentes comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias nos Municípios de Aiuaba e Arneiroz do Estado do Ceará, da REPRESENTAÇÃO do SINTSEPANSA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO MUNICIPAL DE ANTONINA DO NORTE, SABOEIRO, AIUABA E ARNEIROZ/CE, CNPJ: 07.433.982/0001-54, Processo nº 46205.015173/2017-83; C) EXCLUIR a Categoria Profissional dos Trabalhadores Agentes comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias nos Municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá, Estado do Ceará, da REPRESENTAÇÃO da UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ: 33.721.911/0001-67, Processo nº 24000.004348/89-11, nos termos do artigo 255 da Portaria/MTP nº 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1763 (27032417), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Cabo de Santo Agostinho - STRAAF, CNPJ 09.934.779/0001-97, Processo 19964.107602/2022-41, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Cabo de Santo Agostinho, Estado do Pernambuco, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1775 (27073263), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Professores Municipais de Dois Vizinhos, CNPJ 78.686.862/0001-07, Processo 19964.107661/2022-19, para representar a categoria dos professores municipais, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos e Verê, Estado do Paraná, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) APP-SINDICATO - APP SIND TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PUBLICA PARANA , CNPJ 76.693.225/0001-32, Processo 46000.005856/2003-23; excluindo os professores municipais nos municípios de Cruzeiro do Iguaçu e Verê, Estado do Paraná; B) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo os professores municipais nos municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos e Verê, Estado do Paraná; C) SIND

DOS SERVIDORES PUBL MUN DA PREF MUN DE DOIS VIZINH, CNPJ: 78.686.854/0001-60, processo 35183.007154/91-17, excluindo os professores municipais no município de Verê, Estado do Paraná; nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1757 (SEI27025551), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE CASA NOVA - BA - STTA, CNPJ 26.455.991/0001-90, Processo 19964.107806/2022-81, para representar a categoria dos Trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais: os membros da categoria profissional dos assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas, ativos, inativos e aposentados, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, nelas inclusas as empresas agrícolas, pecuárias, agroindustriais, agropecuárias, criação e manejo de animais, silvicultura e extrativismo rural, sob dependência deste e mediante remuneração, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Casa Nova, no Estado da Bahia/BA, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casa Nova, CNPJ 16.252.595/0001-02, Carta Sindical: L086 P020 A1975; excluindo a Categoria dos Trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais: os membros da categoria profissional dos assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas, ativos, inativos e aposentados, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, nelas inclusas as empresas agrícolas, pecuárias, agroindustriais, agropecuárias, criação e manejo de animais, silvicultura e extrativismo rural, sob dependência deste e mediante remuneração, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 1745 (26989572), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.110828/2022-29, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL E LOGÍSTICA DO INTERIOR DA BAHIA - SINTRAMOVI, CNPJ 13.073.239/0001-33, para representação da categoria Profissional Diferenciada dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e o Trabalho Avulso nos termos da Lei 12.023/2009, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Aiquara, Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Camamu, Canavieiras, Coaraci, Dário Meira, Eunápolis, Floresta Azul, Gandu, Guaratinga, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Ituberá, Jitaúna, Jussari, Maraú, Mascote, Mucuri, Piraí do Norte, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Teixeira de Freitas, Ubaitaba, Ubatã, Una e Uruçuca, no Estado da Bahia/BA, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1754 (27013137), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.108271/2022-66, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Itatim - BA - SINTRAF, CNPJ n.º 40.514.705/0001-41, para representação da categoria profissional e específica da Agricultura Familiar, abrange aqueles que proprietários ou não, incluídos os aposentados ativos e inativos, os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme o Decreto Lei nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Itatim no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1759 (27028717), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º SA 06326, processo 19964-109314/2022-21 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Cocal - PI, CNPJ 07.244.411/0001-71, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área não superior a dois módulos rurais, no Município de COCAL-PI, nos termos do Decreto-Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial em Cocal, no Estado do Piauí, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1766 (27036432), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.108670/2022-27, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Rio Grande do Piauí - PI, CNPJ 23.518.681/0001-80, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, em área não superior a dois módulos rurais, no município do Rio Grande do Piauí - PI nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial no município do Rio Grande do Piauí, Estado do Piauí, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1731 (SEI 26949633), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.111081/2022-26, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL E LOGÍSTICA DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL - SINTRAMB, CNPJ 09.179.089/0001-70, para representação da categoria Profissional Diferenciada dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e Logística, e a Intermediação do Trabalho Avulso nos termos da Lei nº 12.023/2009, com abrangência Estadual e base territorial no Distrito Federal, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1762 (27032170), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.111516/2022-32, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Agreste e Mata Sul da Paraíba - SINTRAMMS/PB,CNPJ n.º 01.180.029/0001-65, para representação da categoria dos Servidores Públicos Municipais Ativos e Inativos das Prefeituras, Câmara Municipais, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Pedras de Fogo, Juripiranga, Itabaiana e Salgado de São Félix no Estado da Paraíba, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1768 (27050667), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.111594/2022-37, de interesse do Sindicato dos(as) Pescadores(as), Profissionais, Artesanais, Aquicultores (as), Marisqueiros(as), Criadores(as) de Peixe e Marisco e Trabalhadores(as) na Pesca do Município de Barreirinhas-MA- SINPESBA/MA, CNPJ o n.º 08.927.049/0001-04, para representação da categoria dos trabalhadores(as) em pesca, criação artesanal de peixe e marisco, tecelões(ãs) artesanais de materiais de pesca, pescadores(as) artesanais, aquicultores(as), marisqueiros(as) e trabalhadores(as) na pesca compreendendo os que exercem atividades como assalariados e assalariadas, permanentes ou eventuais, na pesca, aquicultura e maricultura, independentemente da natureza do órgão empregador, bem como pescadores(as), aquicultores(as), marisqueiros(as) criadores(as) de peixe e marisco e trabalhadores(as) na pesca que exerçam a atividade econômica objeto de classe, individual, em parceria ou regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executando em condições de mutua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência municipal e base territorial no município de Barreirinhas no Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1772 (SEI27060904), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.111644/2022-86, de interesse do STR - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CAETÉS/PE, CNPJ 23.597.476/0001-57, para representação da categoria profissional dos(as) trabalhadores(as) rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles(as) que, ativos(as) ou aposentados(as) rurais, proprietários(as) ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02(dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Caetés, no Estado de Pernambuco/PE, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1778 (SEI 27088177), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.111640/2022-06, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Bujari - STTR/BJ, CNPJ n.º 05.960.852/0001-44, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei nº 1.166/1971 ou por lei que o substitua, com abrangência municipal e base territorial no município de Bujari, no Estado do Acre, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1770 (27059122), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.111642/2022-97, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE VICÊNCIA-STTAR, CNPJ 11.936.978/0001-86, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, nos termos do Decreto Lei 1166/1971., com abrangência municipal e base territorial no município de Vicência, no Estado do Pernambuco, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1774 (27071399), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.111653/2022-77, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Ribeirão do Largo - BAHIA, CNPJ n.º 03.223.051/0001-70, para representação da categoria trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ,com abrangência municipal e base territorial no município de Ribeirão do Largo do estado da Bahia, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1742 (SEI 26977001), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.111364/2022-78 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Maranhão/MG, CNPJ: 26.222.349/0001-61, tendo em vista coincidência total de categoria e base territorial do sindicato postulante com sindicato registrado no CNES , nos termos do artigo 253, incisos III da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1750 (SEI 26997553), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19980.109289/2022-87 de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CNPJ 82.818.261/0001-88, visto irregularidade de documentação não passível de saneamento, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e suas alterações

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1761 (SEI 27031424), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária nº 19980.109852/2022-17, de interesse do SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DOS MUNICIPIOS DE MADEIRO, MATIAS OLIMPIO, LUZILANDIA E MORRO DO CHAPEU DO PIAUI -PI, CNPJ nº 10.811.814/0001-60, tendo em vista a ausência de saneamento no prazo legal, por inércia da entidade após devidamente notificada, nos termos do artigo 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1734 (26954693), resolve: INDEFERIR o pedido de registro n.º 19964.111285/2022-67, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMARAGIBE - SISEMCg, CNPJ 35.467.018/0001-82, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, bem como conflito no município sede de sindicato com registro no CNES, nos termos do art. 253, incisos I e IV da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1779 (27090549), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.111686/2022-17, de interesse do SINDILOJAS - SIND COM VAREJISTA E ATACADISTA DE TUBARAO E REGIÃO, CNPJ 83.267.369/0001-92, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 136, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Altera a Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, e a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.157837/2022-79, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 94, de 19 de maio de 2008, Seção 1, págs. 102/104, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

III - beneficiário: o titular de aposentadoria, de pensão por morte, da Renda Mensal Vitalícia, prevista na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, de Benefício de Prestação Continuada - BPC, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, e de benefícios que tenham como requisito para sua concessão a preexistência do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

.....

XX - representante legal: representante do titular do benefício, civilmente incapaz, na qualidade de curador, guardião ou tutor (nato ou judicial); e

XXI - procurador: representante do titular do benefício, civilmente capaz, outorgado mediante instrumento de procuração particular ou público."(NR)

"Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria, pensão por morte do RGPS, da Renda Mensal Vitalícia prevista na Lei nº 6.179, de 1974, do BPC, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, e de benefícios que tenham como requisito para sua concessão a preexistência do BPC de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, poderão autorizar os descontos no respectivo benefício, dos valores referentes ao pagamento de crédito consignado, concedidos por instituições consignatárias acordantes, desde que:

.....

IV - fica a critério da instituição consignatária acordante a contratação de crédito consignado em benefícios pagos por meio de representante legal (tutor nato, tutor judicial, curador ou guardião).

.....

VII - É vedado ao procurador que apresente instrumento de mandato particular ou que esteja cadastrado no sistema apenas para fins de recebimento do benefício, autorizar o bloqueio ou o desbloqueio de benefício para operações de crédito, salvo autorização expressa em instrumento de mandato público, para este fim." (NR)

"Art. 43. Os beneficiários ou seus representantes legais, definidos nos incisos XX e XXI do art. 2º, observado o disposto no § 6º deste artigo, poderão, respeitado o disposto no § 2º do art. 1º, efetuar bloqueio ou desbloqueio do benefício para averbações de crédito consignado, a qualquer tempo, por meio de serviço eletrônico, mediante acesso autenticado.

.....

Art. 2º A Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, publicada no DOU nº 60, em 29 de março de 2022, Seção 1, pág. 132, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 633 .....

.....

a) o desconto, seu valor e o respectivo número de prestações a consignar sejam expressamente autorizados pelo titular do benefício ou por seu representante legal, na qualidade de curador, guardião ou tutor (nato ou judicial);

.....

III - .....

.....

d) recebidos por meio de representante legal, na qualidade de administrador provisório ou representante de entidade de que trata o art. 92, do Estatuto da Criança e do Adolescente;" (NR)

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos:

I - da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 2008:

a) o inciso VI do art. 3º; e

b) o inciso I do art. 11.

II - da Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 2008, as alíneas "c" e "e" do inciso III do art. 633.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GASTALDELLO PINHEIRO SERRANO

Ministério do Turismo

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA ANCINE Nº 615-E, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Torna público os resultados do planejamento da Agência Nacional do Cinema - ANCINE para cumprimento do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e IV do art. 13 do Anexo I ao Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014, nos termos dos artigos 12 e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e tendo em vista a Deliberação de Diretoria Colegiada nº 631-E, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Tornar público os resultados do planejamento da Agência Nacional do Cinema - ANCINE para cumprimento do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019:

I - Listagem das normas com processo de análise e revisão concluídos - Quadro 1:

	Instruções Normativas	Resoluções de Diretoria Colegiada	Deliberações da Diretoria Colegiada	Portarias	Súmulas
Primeira etapa - até 30 de novembro de 2020	80/2008	05/2005, 73/2016, 78/2017, 79/2018, 82/2018, 89/2019, 90/2019, 92/2019	92/2014	101/2008, 375-E/2018, 360-E/2019	-
Segunda etapa - até 26 de fevereiro de 2021	133/2017	35/2010, 37/2011, 44/2012, 45/2012, 47/2012, 62/2014, 68/2015, 69/2015, 76/2017, 98/2020	239/2010	1-E-SFO/2018, 491-E/2019, 15-E/2020	-
Terceira etapa - até 31 de maio de 2021	96/2011, 151/2020	-	-	366-E/2019	-
Quarta etapa - até 31 de agosto de 2021	44/2005, 56/2006, 57/2006, 64/2007, 65/2007, 106/2012, 120/2015, 23/2015	16/2004	-	312-E/2019, 337-E/2019, 379-E/2019, 484-E/2019	2/2010, 4/2011
Quinta etapa - até 31 de março de 2022	19/2003, 63/2007, 60/2007, 79/2008, 101/2012, 118/2015, 125/2015, 150/2019 , 130/2016, 116/2014, 119/2015, 91/2010, 95/2011, 100/2012, 104/2012, 105/2012, 115/2014, 128/2016	30/2009, 33/2009, 40/2011, 41/2011, 63/2014, 64/2015, 65/2015, 75/2017, 81/2018, 87/2019, 88/2019	95/2010	139/2015, 205/2015, 120/2016, 42-E/2016, 173-E/2017, 174-E/2017, 262-E/2017, 319-E/2017, 489-E/2018, 575-E/2018, 91-E/2019, 144-E/2019, 632-E/2019, 498-E/2019	3/2010, 06/2018, 07/2018, 08/2018, 09/2018, 10/2018, 11/2018, 12/2018, 14/2018, 15/2018, 18/2018, 19/2018
Sexta etapa - até 1º de agosto de 2022	61/2007, 103/2012, 109/2012	20/2004, 58/2014, 59/2014, 60/2014, 66/2015, 70/2015, 74/2017, 77/2017, 80/2018, 83/2018, 84/2018, 85/2019, 86/2019, 91/2019, 94/2020, 95/2020, 99/2020, 100/2020, 101/2020	-	99/2013, 230/2013, 92-E/2017, 141-E/2020	-

II - Listagem das normas organizadas por pertinência temática - Quadro 2:

	Instruções Normativas	Resoluções de Diretoria Colegiada	Deliberações da Diretoria Colegiada	Portarias	Súmulas
Financiamento	19/2003, 44/2005, 56/2006, 61/2007, 80/2008, 103/2012, 106/2012, 116/2014, 119/2015, 125/2015, 130/2016, 133/2017, 150/2019	20/2004, 33/2009, 41/2011	95/2010, 239/2010, 92/2014	101/2008, 120/2016, 174-E/2017, 173-E/2017, 262-/2017, 1-E/SFO/2018, 379-E/2019, 484- E/2019, 491-E/2019, 15-E/2020	6/2018, 7/2018, 8/2018, 9/2018, 10/2018, 11/2018, 12/2018, 14/2011, 5/2018, 18/2018, 19/2018
Registro e Fiscalização	57/2006, 60/2007, 63/2007, 64/2007, 65/2007, 91/2010, 95/2011, 96/2011, 100/2012, 104/2012, 103/2012, 105/2012, 106/2012, 109/2012, 115/2014, 118/2015, 119/2015, 120/2015, 123/2015, 128/2016, 151/2020	-	-	99/2013, 375-E/2018, 360-E/2019, 632-E/2019	2/2010, 3/2010, 4/2011
Organização Interna	-	16/2004, 30/2009, 35/2010, 37/2011, 40/2011, 44/2012, 45/2012, 47/2012,	-	230/2013, 139/2015, 205/2015, 42-E/2016, 292-E/2017 ,	-
	-	58/2013, 59/2014, 60/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2015, 66/2015, 68/2015, 69/2015, 70/2015,	-	319-E/2017, 489-E/2018, 575-E/2018, 91-E/2019, 144- E/2019,	-
	-	73/2016, 74/2017, 75/2017, 76/2017, 77/2017, 78/2017, 79/2018, 80/2018, 81/2018, 82/2018,	-	312-E/2019, 337- E/2019, 366-E/2019, 498-E/2019, 141-E/2020	-
	-	83/2018, 84/2018, 85/2019, 86/2019, 87/2019, 88/2019, 89/2019, 90/2019, 91/2019, 92/2019,	--	-	-
	-	94/2020, 95/2020, 98/2020, 99/2020, 100/2020, 101/2020	-	-	-
Internacional	79/2008, 106/2012, 120/2015	20/2004	-	-	-

§1º Nos termos do item VI da Deliberação de Diretoria Colegiada nº 631-E, de 31 de março de 2022, as normas analisadas pelas áreas técnicas ou incluídas na Agenda Regulatória da ANCINE 2021/2022, com destaque para as Instruções Normativas 60/2007, 91/2010, 95/2011, 100/2012, 104/2012, 105/2012, 115/2014, 116/2014, 119/2015, 128/2016; a Deliberação da Diretoria Colegiada 95/2010; e, a Portaria 120/2016, são consideradas concluídas para fins da revisão determinada pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

§2º Entre as normas analisadas e revisadas, permanecem vigentes as Instruções Normativas 61/2007 e 103/2012; as Resoluções de Diretoria Colegiada 20/2004, 58/2014, 59/2014, 70/2015, 74/2017, 77/2017, 80/2018, 83/2018, 84/2018, 85/2019, 86/2019, 91/2019, 94/2020, 95/2020, 99/2020 e 101/2020; e, a Portaria 230/2013.

Art. 2º Fica revogada a PORTARIA ANCINE N.º 601-E, DE 05 DE ABRIL DE 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEX BRAGA

Controladoria-Geral da União

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO Nº 150, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 00190.108855/2021-21:

No exercício da competência que me foi delegada pelo inciso III do art. 30 da IN CGU 13/2019, com a redação que lhe foi dada pela IN CGU 2/2021, c/c com o art. 8º a 12 da Lei nº 12.846/2013, acolho as conclusões da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização em seu Relatório Final e adoto, como fundamento deste ato, a Nota Técnica nº 1440/2022/COREP (2425389), tal como aprovada pelos Despachos COREP SEI 2425400 e DIREP SEI 2464870da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União, para determinar o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.108855/2021-21, instaurado em face da pessoa jurídica RSX INFORMÁTICA LTDA., CNPJ nº 02.873.779/0001-85.

À Diretoria de Responsabilização de Entes Privados para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão.

GILBERTO WALLER JUNIOR
Corregedor-Geral da União

DECISÃO Nº 151, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 00190.108866/2021-19:

No exercício da competência que me foi delegada pelo inciso III do art. 30 da IN CGU13/2019, com a redação que lhe foi dada pela IN CGU 2/2021, c/c com o art. 8º a 12 da Lei nº12.846/2013, acolho as conclusões da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização em seu Relatório Final e adoto, como fundamento deste ato, a Nota Técnica nº 1522/2022/COREP (2437111), tal como aprovada pelos Despachos COREP SEI 2437160 e DIREP SEI 2464872 da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União, para determinar o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.108866/2021-19, instaurado em face da pessoa jurídica Global BPO Gerenciamento de Informações Eireli, CNPJ nº 21.976.137/0001-56.À Diretoria de Responsabilização de Entes Privados para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão.

GILBERTO WALLER JUNIOR
Corregedor-Geral da União

DECISÃO Nº 152, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 00190.110509/2020-21:

No exercício da competência que me foi delegada pelo inciso III do art. 30 da IN CGU13/2019, com a redação que lhe foi dada pela IN CGU 2/2021, c/c com o art. 8º a 12 da Lei nº12.846/2013, acolho as conclusões da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização em seu Relatório Final e adoto, como fundamento deste ato, a Nota Técnica nº 1161/2022/COREP (SEI nº2379852), tal como aprovada pelos Despachos COREP SEI 2432128 e DIREP SEI 2465045 da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União, para determinar o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.110509/2020-21, instaurado em face das pessoas jurídicas GTP Automation, Integration and Development Ltda., CNPJ nº 04.188.005/0001-40, e Eazycomm Suporte, Serviços e Comércio de Informática e Telecomunicação Ltda., CNPJ22.393.013/0001-00.

À Diretoria de Responsabilização de Entes Privados para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes da presente decisão.

GILBERTO WALLER JUNIOR
Corregedor-Geral da União

DECISÃO Nº 153, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 00190.110513/2020-90:

No exercício da competência que me foi delegada pelo inciso III do art. 30 da IN CGU 13/2019, com a redação que lhe foi dada pela IN CGU 2/2021, c/c com o art. 8º a 12 da Lei nº 12.846/2013, acolho as conclusões da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização em seu Relatório Final e adoto, como fundamento deste ato, a Nota Técnica nº 965/2022/COREP (SEI nº 2358711), tal como aprovada pelos Despachos COREP SEI nº 2433967 e DIREP SEI 2465056 da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União, para determinar o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.110513/2020-90, instaurado em face da pessoa jurídica Digiselo Brasil Comercialização de Produtos Gráficos de Segurança Ltda., CNPJ nº 05.747.179/0001-69.

À Diretoria de Responsabilização de Entes Privados para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão.

GILBERTO WALLER JUNIOR
Corregedor-Geral da União

DECISÃO Nº 154, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 00190.110511/2020-09:

No exercício da competência que me foi delegada pelo inciso III do art. 30 da IN CGU 13/2019, com a redação que lhe foi dada pela IN CGU 2/2021, c/c com o art. 8º a 12 da Lei nº 12.846/2013, acolho as conclusões da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização em seu Relatório Final e adoto, como fundamento deste ato, a Nota Técnica nº 1054/2022/COREP (SEI nº 2368961), tal como aprovada pelos Despachos COREP SEI nº 2432112 e DIREP SEI 2465067 da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União, para determinar o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.110511/2020-09, instaurado em face da pessoa jurídica Tecca Integração de Sistemas de Segurança Eletrônica e Automação Ltda., CNPJ Nº 09.092.505/0001-06.

À Diretoria de Responsabilização de Entes Privados para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão.

GILBERTO WALLER JUNIOR
Corregedor-Geral da União

DECISÃO Nº 170, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 00190.108864/2021-11

No exercício da competência que me foi delegada pelo inciso III do art. 30 da IN CGU 13/2019, com a redação que lhe foi dada pela IN CGU 2/2021, c/c com o art. 8º a 12 da Lei nº 12.846/2013, acolho as conclusões da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização em seu Relatório Final e adoto, como fundamento deste ato, a Nota Técnica nº 1338/2022/COREP (2409284), tal como aprovada pelos Despachos COREP SEI 2412846 e DIREP SEI 2466792 da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União, para determinar o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.108864/2021-11, instaurado em face da pessoa jurídica BRISK SOLUÇÕES ÁGEIS LTDA., CNPJ 03.080.097/0001-88.

À Diretoria de Responsabilização de Entes Privados para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão.

GILBERTO WALLER JUNIOR
Corregedor-Geral da União

DECISÃO Nº 171, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 00190.108535/2021-71

No exercício da competência que me foi delegada pelo inciso III do art. 30 da IN CGU 13/2019, com a redação que lhe foi dada pela IN CGU 2/2021, c/c com o art. 8º a 12 da Lei nº 12.846/2013, acolho as conclusões da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização em seu Relatório Final e adoto, como fundamento deste ato, a Nota Técnica nº 1330/2022 (2408478), tal como aprovada pelos Despachos COREP SEI 2408629 e DIREP SEI 2466800 da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União, para determinar o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.108535/2021-71, instaurado em face da pessoa jurídica TRULY TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA., CNPJ 10.682.187/0001-04.

À Diretoria de Responsabilização de Entes Privados para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão.

GILBERTO WALLER JUNIOR
Corregedor-Geral da União

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 30, DE 3 DE AGOSTO DE 2022
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Walton Alencar Rodrigues e Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente, no exercício da Presidência)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 14 horas e 37 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Augusto Nardes, em missão oficial, o Ministro Aroldo Cedraz, em licença para tratamento de saúde, e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou as Atas nºs 29 e 11, referentes às sessões ordinária e extraordinária reservada, respectivamente, realizadas no último dia 27 de julho.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

- Proposta orçamentária do TCU para o exercício financeiro de 2023, conforme informações constantes do processo TC-013.945/2022-0. Aprovada.

- Proposta de manifestação formal ao Ministério de Relações Exteriores do interesse de candidatura do TCU ao Conselho de Auditores das Nações Unidas, para a vaga atualmente ocupada pelo Controlador Geral do Chile, cujo mandato se encerrará em junho de 2024. Aprovada.

- Proposta para que seja autorizada, excepcionalmente, a cessão do Auditor Federal de Controle Externo Jardel Lidório Baltar, pelo período de um ano, para exercer atividade no Superior Tribunal de Justiça, com ônus para o TCU limitado à remuneração relativa ao cargo efetivo. Aprovada.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-020.973/2020-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;
TC-047.721/2020-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
TC-023.508/2017-5, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e
TC-006.780/2020-2, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 1737 a 1755.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1756 a 1787, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

- Na apreciação do processo TC-029.667/2020-8, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Guilherme Guedes de Medeiros produziu sustentação oral em nome de Skill Engenharia Ltda e Ecoplan Engenharia Ltda. Acórdão nº 1759.

- Na apreciação do processo TC-000.446/2022-0, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Dr. Caio Chaves Morau produziu sustentação oral em nome da Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; e o Dr. Éder Machado Leite produziu sustentação oral em nome do Sindicato Servidores Poder Legislativo Federal e TCU, da União dos Auditores Federais de Controle Externo e de Matheus Petronillio Hernandes. Acórdão nº 1760.

- Na apreciação do processo TC-014.246/2005-3, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, a Dra. Roselle Adriane Soglio produziu sustentação oral em nome da Construtora Jurema Ltda; e o Dr. Wagner Andrighetti Júnior não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Bertolino Marinho Madeira Campos. Acórdão nº 1761.

PEDIDOS DE VISTA

- Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-045.038/2021-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho foi adiada para a sessão do Plenário de 19 de outubro de 2022, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

- Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-036.806/2021-8, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho foi adiada para a sessão do Plenário de 19 de outubro de 2022, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

- Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-044.220/2021-9 (Ata nº 29/2022), cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira e revisor é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, atuando em substituição ao Ministro Vital do Rêgo. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 1771, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator, após acolher as sugestões apresentadas pelo revisor.

- Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-006.709/2016-8 (Ata nº 23/2022), cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia e revisor é o Ministro Walton Alencar Rodrigues. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 1772, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 1737/2022 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de monitoramento das medidas determinadas pelo Acórdão 804/2019-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 012.263/2018-4, direcionadas à Universidade Federal Fluminense (UFF) e proferidas no âmbito de auditoria realizada para avaliar editais de concursos públicos para o cargo do magistério superior e para a seleção de discentes de doutorado e de residência médica;

Considerando que, ante o atendimento dos comandos do Acórdão monitorado, há perda de objeto do item 9.3 (fazer constar informações no Relatório de Gestão);

Considerando que, em relação ao item 9.4, a UFF apresentou considerações razoáveis para a não-implementação integral da medida sugerida, devendo-se acatar a avaliação de oportunidade e conveniência do gestor;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a; 169, inciso I; 243; 250, inciso II; e 254, todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em: (a) considerar como cumpridos os itens 9.1 e 9.2, e seus subitens, do Acórdão 804/2019-TCU-Plenário; (b) considerar prejudicado o cumprimento do item 9.3. do Acórdão 804/2019-TCU-Plenário; (c) dispensar a implementação integral da recomendação do item 9.4 do Acórdão 804/2019-TCU-Plenário, e, por consequência, a continuidade do seu monitoramento em razão da discricionariedade do tema e das considerações apresentadas pela UFF; e (d) apensar os presentes autos de monitoramento ao processo originador TC 012.263/2018-4.

1. Processo TC-012.982/2021-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Universidade Federal Fluminense (28.523.215/0001-06).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. dar ciência à Universidade Federal Fluminense (UFF) de que:

1.7.1. alguns comandos expedidos por meio do Acórdão 804/2019-TCU-Plenário, a exemplo do atendimento, nos processos seletivos, aos princípios da publicidade, da impessoalidade, da isonomia, da legalidade, da ampla defesa e do contraditório e da eficiência, tem natureza de implementação contínua, devendo ser observados sempre pelos gestores da Universidade, independentemente de determinação que venha a ser exarada ou monitorada pelo Tribunal;

1.7.2. em futuras ações de controle que venham a ser realizadas, a repetição das impropriedades verificadas nesta fiscalização poderá ser considerada como circunstância agravante na culpabilidade dos responsáveis, se resultarem da ausência de atendimento às medidas já requeridas pelo Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 1738/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno, em expedir a diligência e a determinação abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.900/2019-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná.
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. com fundamento no artigo 157 do Regimento Interno do TCU, realizar diligência junto à Secretaria de Estado de Educação do Paraná-SEED/PR, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe o andamento do plano de ação destinado à implantação do sistema de controle de refeições (manual e eletrônico), com vistas ao cumprimento do subitem 9.2.1 do Acórdão 1.819/2018-Plenário;
1.7. fixar novo e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, para que a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Paraná-SEAP/PR cumpra o disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão 1819/2018-TCU-Plenário, a ela direcionado pela alínea b do Acórdão 340/2021-TCU-Plenário, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, §3.º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1739/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de representação formulada pelo Senador da República Alessandro Vieira e pelos Deputados Federais Tábata Cláudia Amaral de Pontes, Felipe Rigone Lopes, Israel Matos Batista, Antônio Idilvan de Lima Alencar, com pedido de medida cautelar, tratando de indícios de irregularidades extraídos do Relatório de Avaliação 1021244 da Controladoria-Geral da União (CGU), relacionado à prestação de contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), exercício de 2021.

Considerando que, no aludido relatório, foram identificadas supostas distorções nas demonstrações contábeis relativas a 31/12/2021, que chegariam ao montante de R$ 18.812.829.819,32, decorrentes de lançamentos indevidos nas contas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo, e da escrituração de direitos sobre transferências do Pnae, Pnate e PDDE;

Considerando que os representantes requereram, em sede de cautelar, a instauração da competente tomada de contas especial, para apuração das ocorrências tratadas na representação ora analisada;

Considerando que o relatório que dá suporte a tais ocorrências integra a prestação de contas do FNDE relativas ao exercício de 2021, objeto do TC 011.299/2022-3, da Relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, em tramitação no TCU desde 21/6/2022;

Considerando o disposto no art. 103, § 2º, inciso VII, da Resolução-TCU 259/2014, no sentido de que não serão autuadas como representação ou denúncia documentos que encaminhem relatórios de programas de fiscalização realizados por outros órgãos de controle em entes federativos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso V, alínea a, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, c/c o art. 103, § 2º, inciso VII, da Resolução-TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação, considerar prejudicado o requerimento de medida cautelar formulado pelos representantes, ante a perda de objeto, e determinar o apensamento destes autos ao TC 011.299/2022-3, dando ciência aos representantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da medida objeto do subitem 1.6 deste Acórdão.

1. Processo TC-011.589/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.5. Representação legal: Laura Guedes de Souza (48769/OAB-DF).
1.6. Ordenar à Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto que adote medidas com vistas à apuração, com a brevidade possível, das ocorrências objeto do TC 011.299/2022-3, relativo às contas ordinárias do FNDE, exercício de 2021.

ACÓRDÃO Nº 1740/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento, pelo relator, dos pareceres constantes dos autos e com fundamento no art. 143, inciso III, do RITCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do presente feito como denúncia, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do RITCU c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, e determinar o arquivamento do processo com fundamento no parágrafo único do art. 235 do RITCU e no art. 105 da Resolução TCU 259/2014, nos termos abaixo:

1. Processo TC-010.735/2022-4 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica)
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. informar ao denunciante que novas petições de igual teor ao da peça 1 poderão configurar litigância de má-fé prevista nos arts. 80 e 81 do Código de Processo Civil (CPC), podendo o TCU aplicar a ele a multa prevista nos termos do art. 58 da Lei 8.443/1992, tendo em vista a aplicação subsidiária, no Tribunal, das disposições advindas das normas processuais em vigor (art. 15 do CPC e art. 298 do RITCU);
1.8.2. dar ciência ao denunciante e à Agência Nacional de Energia Elétrica acerca da presente deliberação, enviando-lhes cópia da instrução técnica inserta à peça 33;
1.8.3. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014; e
1.8.4. arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1741/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso III, 235, 237, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento do feito, conforme pareceres uniformes emitidos nos autos, nos termos abaixo:

1. Processo TC-043.469/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Fundação Nacional do Índio (Funai) e Agência Nacional de Mineração (ANM)
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental)
1.5. Representação legal: não há
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência da presente deliberação ao representante, à Funai e à ANM, remetendo-lhes cópia da instrução técnica inserta à peça 45; e
1.6.2. determinar o arquivamento destes autos.

ACÓRDÃO Nº 1742/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se do monitoramento do Acórdão 970/2022-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal conheceu representação a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 73/2021, conduzido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT/GO);

Considerando que, mediante subitem 9.3 daquele decisum, o Tribunal determinou ao TRT/GO que promovesse a retomada da fase de análise das propostas;

Considerando o exame empreendido pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog (peça 16) no sentido de que o TRT/GO atendeu à determinação exarada pelo TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, 243, 250, incisos II e III, e 254, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar atendidas as medidas solicitadas por meio do subitem 9.3 do Acórdão 970/2022-TCU-Plenário, encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 16) ao TRT/GO, e arquivar o processo.

1. Processo TC-009.068/2022-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Unidade jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1743/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se do monitoramento do Acórdão 969/2022-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal conheceu representação a respeito de irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 21/2021, conduzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional;

Considerando que, mediante subitem 9.3 daquele decisum, o Tribunal determinou à unidade jurisdicionada que suspendesse imediatamente e em caráter definitivo o certame, além de promover sua anulação, em razão das irregularidades verificadas na licitação;

Considerando o exame empreendido pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog (peça 10), no sentido de que a determinação do TCU foi cumprida;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, 243, 250, incisos II e III, e 254, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar atendidas as medidas solicitadas no item 9.3 do Acórdão 969/2022-TCU-Plenário, encaminhar cópia deste acórdão e da instrução à unidade jurisdicionada, e arquivar o processo.

1. Processo TC-009.075/2022-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Unidade jurisdicionada: Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional.
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1744/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação, com pedido de cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 2/2022, promovido pela Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), com vistas à contratação de empresa especializada para a elaboração e execução do projeto de plantio compensatório e recuperação de mata ciliar relativos ao licenciamento ambiental da BR-158/MT, no Trecho Norte, da divisa do MT/PA ao entroncamento da MT-433, com 213,5 km e Trecho Sul, do entroncamento da MT-242(B)/322(A) até Ribeirão Cascalheira/MT, com 89,8 km, extensão total de 303,3 km, para fins de obtenção de Licença de Operação;

Considerando que a representante se insurge, em síntese, contra a qualificação da equipe técnica da licitante adjudicada;

Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 20, que considerou suficiente a atuação corretiva da própria EPL para dar o adequado tratamento ao fato noticiado, não havendo necessidade de atuação direta desta Corte de Contas;

Considerando que, diferentemente do que alega a representante, não houve auto atestação de empresa que compõe o consórcio vencedor da licitação em benefício próprio, mas sim o reconhecimento do tempo de serviços prestados por profissional técnico a ela vinculado;

Considerando que em consultas às bases de dados do Cadastro Nacional de Empresas, acessados na plataforma DGI deste Tribunal, verifica-se que o profissional Helder Falcão de Azevedo Gomes possui vínculo formal com a empresa Celtes Florestal e Serviços Ltda. - EPP desde 9/10/2012, o que demonstra a verossimilhança do atestado emitido por essa empresa a fim de comprovar a experiência mínima de dez anos do profissional;

Considerando que a representante apresentou demanda semelhante ao Poder Judiciário, no Mandado de Segurança 1038982-17.2022.4.01.3400, não obtendo êxito na antecipação de tutela, tendo o referido juízo também reconhecido a licitude no atestado emitido pela empresa Celtes Florestal e Serviços Ltda. - EPP em nome de Helder Falcão de Azevedo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, e nos art. 103, § 1º, e 106, § 3º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante; considerar prejudicada a continuidade do exame pelo TCU; adotar as medidas elencadas no subitem 1.6 a seguir; e encaminhar cópia deste acordão e da instrução (peça 20) à EPL e ao representante.

1. Processo TC-012.133/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade jurisdicionada: Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL)

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

1.5. Representação legal: Caue Vecchia Luzia (20219/OAB-SC), representando Meio Biótico Consultoria Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. comunicar os fatos à EPL para adoção de providências internas de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, encaminhando-lhe cópia da representação inicial (peça 1);

1.6.2. arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, inciso I, c/c art. 169, III, do Regimento Interno/TCU, e art. 106, § 4º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 1745/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades no pregão 2/2022, promovido pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão (SFAMA), com vistas à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle, inclusive de manutenção e abastecimento, da frota e veículos pertencentes à SFAMA;

Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 10, que concluiu que a representação pode ser considerada prejudicada por perda de objeto, em função de decisão do órgão, em sede de impugnação com o mesmo objeto desta representação, de acatar as alegações do impugnante e revisar as condições do edital do certame;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII, todos do Regimento Interno do TCU, e no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação e considerá-la prejudicada, por perda de objeto; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante; encaminhar cópia deste acordão e da instrução (peça 10) à SFAMA e ao representante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-013.073/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade jurisdicionada: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão (SFAMA).

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Rayza Figueiredo Monteiro (442216/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1746/2022 - TCU - Plenário

Considerando que, ao apreciar recursos de reconsideração contra o Acórdão 671/2015-Plenário, esta Corte prolatou o Acórdão 1.482/2017-Plenário que, por erro material, reincluiu Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo como responsável solidário de débito discriminado no item 9.3.1.1 e 9.3.1.2 daquele primeiro acordão, a despeito de sua exclusão, por meio do Acórdão 3.328/2015-Plenário; e

considerando que o trânsito em julgado nestes autos ocorreu 4/10/2019, não sendo possível receber pedido de anulação de deliberação, que deveria ser encaminhado utilizando-se, se possível, de via recursal própria, qual seja, recurso de revisão.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, "d", do RITCU, c/c o enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência do TCU, em:

receber a peça 493 como mera petição e, nos termos do § 3º do artigo 50 da Resolução TCU 259/2014, restituí-la à interessada; e

promover o apostilamento do Acórdão 1482/2017-Plenário, para fins de correção de erro material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, nos termos a seguir detalhados:

Onde se lê: 9.3.1.1. no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em 10/7/2006: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf, Aplauso Organização de Eventos Ltda., Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido e José Maria Martins (fiscal da execução dos serviços realizados pela Aplauso);

9.3.1.2. no valor de R$ 20.020,00 (vinte mil e vinte reais), em 10/7/2006: Aplauso Organização de Eventos Ltda., Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido e José Maria Martins (fiscal da execução dos serviços realizados pela Aplauso);

Leia-se: 9.3.1.1. no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em 10/7/2006: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf, Aplauso Organização de Eventos Ltda., Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido e José Maria Martins (fiscal da execução dos serviços realizados pela Aplauso);

9.3.1.2. no valor de R$ 20.020,00 (vinte mil e vinte reais), em 10/7/2006: Aplauso Organização de Eventos Ltda., Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido e José Maria Martins (fiscal da execução dos serviços realizados pela Aplauso);

1. Processo TC-007.253/2007-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 023.192/2015-1 (Solicitação)

1.2. Responsáveis: Aplauso Aluguel de Equipamentos Ltda (37.986.239/0001-92); Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf (04.801.878/0001-87); Francisco Cavalcante Bizerra (220.627.261-04); Instituto Nelly de Faro Pires (08.530.707/0001-11); Inteligência Digital Brasil (06.213.760/0001-63); Jaqueline Souto Mangabeira Binicheski (323.589.622-87); José Maria Martins (225.617.811-00); Magda Oliveira de Myron Cardoso (295.784.930-53); Renato Stoppa Candido (227.209.521-68); Royal Court (01.848.212/0001-96); Sociedade dos Usuários de Informa e Telecomunicações DF (00.618.520/0001-62) e Wilson Felicíssimo de Lima (461.731.291-91).

1.3. Recorrente: Francisco Cavalcante Bizerra (220.627.261-04).

1.4. Órgão: Ministério das Cidades (extinto).

1.5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Gestão de Processos.

1.9. Representação legal: não há.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1747/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial que apurou irregularidades no Serviço de Trens Urbanos de Maceió no exercício de 2004;

Considerando que este Tribunal, ao apreciar o feito, mediante o Acórdão 2.090/2018-TCU-Plenário, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 2.429/2018-Plenário, decidiu, entre outras medidas, imputar débitos e aplicar multas aos responsáveis;

Considerando que o responsável Sr. Horácio Rafael de Albuquerque requereu o parcelamento da multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) em seis parcelas iguais;

Considerando que o requerente já efetuou o pagamento de duas parcelas no valor de R$ 4.165,00, conforme os comprovantes juntados aos autos (peças 636 e 640);

Considerando o pronunciamento da unidade instrutiva no sentido de que não há óbices ao parcelamento da dívida do responsável, e de que não há amparo legal para o atendimento do requerimento do parcelamento em parcelas iguais visto que, nos termos do art. 217, § 1º, do RI/TCU, incidirão sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais;

Considerando a proposição da Unidade no sentido de que seja estendida a autorização para parcelamento da multa aplicada também aos demais apenados, uma vez que o acórdão condenatório não conteve essa autorização;

Considerando o pronunciamento favorável a essas medidas, consignado à peça 638 pelo Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Rocha Furtado;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) autorizar o parcelamento da multa aplicada mediante o Acórdão 2.090/2018-TCU-Plenário ao Sr. Horácio Rafael de Albuquerque, em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos dos arts. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, incidindo sobre elas os correspondentes acréscimos legais;

b) a título de economia processual, estender o parcelamento das dívidas, em até 36 (trinta e seis) parcelas, aos demais apenados em débito e multa pelo Acórdão 2.090/2018-TCU-Plenário, nos termos do art. 217 do Regimento Interno/TCU, caso venham a solicitar;

c) alertar ao Sr. Horácio Rafael de Albuquerque e demais apenados de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, com a consequente constituição de processo de cobrança executiva, nos termos do art. 217, e seus § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, e, ainda, da necessidade de encaminhamento dos comprovantes de recolhimento das parcelas a este Tribunal, por meio dos serviços de protocolo digital disponíveis no Portal TCU na internet (conforme estabelecido no art. 3º da Portaria-TCU 114, de 29/07/2020).

1. Processo TC-003.643/2012-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 015.019/2009-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Adeilson Teixeira Bezerra (494.355.744-91); Bergson Aurélio Farias (218.079.144-53); Carlos Roberto Ferreira Costa (417.980.074-87); Clodomir Batista de Albuquerque (377.900.644-87); Damião Fernandes da Silva (140.143.604-82); Famor - Fabricacao e Montagem de Equipamentos Industriais e Representacoes Ltda. (04.184.837/0001-99); G&a Nobre Ltda (03.553.201/0001-04); Gilmar Cavalcante Costa (208.038.184-91); Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar (134.306.704-97); José Carlos Lopes de Souza (135.846.344-15); José Lúcio Marcelino de Jesus (287.087.844-34); José Queiroz de Oliveira (140.494.905-44); espólio de José Zilto Barbosa Júnior (371.174.404-49); Log Logistica Comercial e Representacoes Ltda (04.463.080/0001-72); Mcc - Manutencao, Construcao e Comercio Ltda (00.400.963/0001-82); Mr Engenharia Ltda (03.066.245/0001-00); Pratica Engenharia e Construcoes Ltda (01.722.421/0001-99); Salinas Construcoes e Projetos Ltda (05.559.104/0001-54); Silva & Cavalcante Ltda - Me (03.924.817/0001-44); Tacofer Comercial Ltda (02.993.357/0001-43); Terceirizadora Santa Clara Ltda - Me (04.963.564/0001-80); Valber Paulo da Silva (470.063.584-34).

1.3. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Cosmo Fernandes da Silva (5.131/OAB-AL), representando Damião Fernandes da Silva; Carlos Roberto Lima Marques da Silva (5.820/OAB-AL), representando José Queiroz de Oliveira; Bruna Sales Moura (11.875/OAB-AL), Reinaldo Cavalcante Moura (1972/OAB-AL) e outros, representando Silva & Cavalcante Ltda - Me; Alcione Soares Menezes Filho, Raquel Cristine Mendes Ramos e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Adeilson Teixeira Bezerra (4.719/OAB-AL), representando Adeilson Teixeira Bezerra; Yves Maia de Albuquerque e José Eduardo Barros Correia (3875/OAB-AL), representando Gilmar Cavalcante Costa; Fabricio Silva Ramos (6986/OAB-AL), representando Clodomir Batista de Albuquerque; Angela de Oliveira Grangeiro, representando José Zilto Barbosa Júnior.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1748/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia contra o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - Cremerj relativamente ao Contrato 28/2020, firmado com o Escritório Menezes e Barreto Advogados Associados, que teria sido celebrado por inexigibilidade de licitação, sem demonstração da singularidade do serviço prestado;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado às peças 6 a 8, nos quais restou assente que a matéria vertida nos presentes autos (possíveis irregularidades no Contrato 28/2020) está sendo tratada no TC 045.802/2021-1, relator Ministro-Substituto André de Carvalho, o qual foi autuado em momento anterior a este TC 000.001/2022-8 e cujo mérito foi decidido pelo Tribunal em sessão do dia 6/7/2022, conforme Acórdão 1564/2022 - TCU - Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em promover o apensamento definitivo deste TC 000.001/2022-8 ao TC 045.802/2021-1, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU n.º 259, de 2014, haja vista identidade de conteúdo.

1. Processo TC-000.001/2022-8 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1749/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, em face de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 17/2022, a cargo do Ministério Público Federal, com vistas à contratação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, diurna e noturna, a serem executados de forma contínua, com cessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários, com objeto adjudicado pelo valor de R$ 13.169.676,40;

Considerando que a representante noticia, em suma, a existência de suposta ilegalidade no inciso c do subitem 3.5.2.1 do edital condutor do Pregão Eletrônico 17/2022, referente à exigência de escolaridade correspondente ou superior ao ensino médio completo para vigilantes, em afronta às disposições contidas na Lei 7.102/1983, bem como na Portaria DPF 3.233/2021, do Departamento de Polícia Federal, onde o requisito é ter instrução correspondente à quarta série do ensino fundamental;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 12 e 13, dos quais constam as seguintes conclusões:

i) o art. 16 da Lei 7.102/1983 estabelece um requisito mínimo de instrução para o exercício da profissão de vigilante, não vedando expressamente a contratação de profissionais detentores de nível de escolaridade superior ao da quarta série do ensino fundamental;

ii) o mencionado normativo, de um modo geral, dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelecendo normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, não trazendo quaisquer regramentos específicos a respeito da contratação de vigilantes no âmbito da administração pública federal; e

iii) a exigência quanto à escolaridade dos profissionais vigilantes restou devidamente fundamentada e não impactou na competitividade do certame, do qual participaram 15 licitante.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) no mérito, considerar a presente denúncia improcedente;

c) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela denunciante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção

d) informar ao Ministério Público Federal e à denunciante a prolação do presente Acórdão;

e) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e

f) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-012.540/2022-6 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Allan Rodrigo Araujo de Abrantes (62.376/OAB-DF)

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1750/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento dos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.7 do Acórdão 2924/2013-TCU-Plenário, relator Ministro José Múcio Monteiro, por meio dos quais o Colegiado proferiu determinações ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e à Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima, em relação às obras de restauração do lote 1.4 da BR-174/RR;

Considerando o exame técnico empreendido pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária - SeinfraPortoFerrovia, consubstanciado nos pareces uniformes exarados às peças 61 e 62, nos quais restou evidenciado que:

i) quanto às determinações constantes dos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, foram adotadas providências para o cumprimento das respectivas deliberações, resultando na planilha de medição 41, por meio da qual preços unitários foram recalculados, gerando glosa de valores no montante de R$ 6.604.532,44;

ii) a referida glosa resultou no processo relativo à TCE, a qual se encontra sobrestada, uma vez que o Estado de Roraima, por meio de confissão de dívida, assumiu o pagamento do valor glosado, o qual deverá ser realizado em 60 prestações mensais consecutivas, a primeira com vencimento em 30/04/2022; e

iii) quanto à determinação constante do item 9.1.7, as informações prestadas revelam que o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) 50600.000322/2018-03, [instaurado em 2018] para apurar responsabilidades quanto às falhas verificadas no projeto executivo do lote 1.4, continua inconclusivo, pois ainda se encontra em fase de inquérito administrativo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no inciso V do art. 143 do RI/TCU, em:

a) considerar cumpridos o item 9.1 e respectivos subitens, do Acórdão 2924/2013-TCU-Plenário, relator Ministro José Múcio Monteiro;

b) dar ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes de que a morosidade verificada no andamento do PAD 50600.000322/2018-03 ofende o princípio da eficiência insculpido no art. 37 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei 9784/1999;

c) enviar cópia deste Acórdão e da instrução à peça 61 ao Ministério da Infraestrutura, informando acerca da morosidade verificada no andamento do PAD 50600.000322/2018-03, a fim de que adote, no âmbito de sua supervisão ministerial, as providências que entender cabíveis;

d) informar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e à Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima a prolação do presente Acórdão; e

e) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal.

1. Processo TC-025.331/2015-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1751/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o ACÓRDÃO Nº 1580/2022 - TCU - Plenário, Sessão de 6/7/2022, Ata nº 26/2022, relativamente ao item 9.3, e promover o apostilamento do referido item, para que:

Onde se lê: 9.3 aplicar aos responsáveis Rafael Santos de Souza e Carine Ferreira Nogueira, respectivamente, Prefeito e Secretária Municipal de Saúde do Município de Magé/RJ à época dos fatos apurados nos presentes autos, a multa prevista no art. 58, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, no valor individual de R$ 10.000,00 (...)

Leia-se: 9.3 aplicar aos responsáveis Rafael Santos de Souza e Carine Ferreira Nogueira Tavares, respectivamente, Prefeito e Secretária Municipal de Saúde do Município de Magé/RJ à época dos fatos apurados nos presentes autos, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 10.000,00 (...)

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela UT e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-021.481/2017-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Antonio Manuel Morgado de Azevedo (460.278.077-68); Camillo de Lellis Carneiro Junqueira (532.850.696-00); Carine Ferreira Nogueira Tavares (055.671.597-73); Edson Shoiti Hara Junior (033.641.637-74); Eduardo Biosca Lima de Oliveira (094.758.247-90); Lucilea da Fonseca Felix (088.681.957-12); Luiz Antonio de Souza Teixeira Junior (023.199.537-79); Miguelangelo Pereira Peligrino (615.773.167-20); Paulo Fernando Gonzaga Cavallari (500.249.810-87); Paulo Vinicius de Souza Rodrigues (037.826.777-90); Rafael Santos de Souza (086.223.547-25); Ricardo Guimaraes Campos (113.675.207-20); Sidney Cerqueira Couto (018.513.377-09); Stela Mary da Silva Vidal (872.545.227-49); Weslei Gonçalves Pereira (955.605.137-68).

1.2. Interessados: Avante Brasil Comercio Eireli (22.706.161/0001-38); Kademed Medicamentos Eireli (04.773.356/0001-19).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Magé - RJ; Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.7. Representação legal: Marcos Joaquim Gonçalves Alves (20.389/OAB-DF), Gabriella Alencar Ribeiro (56.591/OAB-DF) e outros; Joaquim Augusto Melo de Queiroz (257.402/OAB-SP), Pedro Sergio Fialdini Filho (137.599/OAB-SP) e outros; Kamila de Castro Furtado (171.867/OAB-RJ); Ana Carolina Pinto de Nigris (172.138/OAB-RJ); Ana Paula da Costa Sa (104.455/OAB-RJ); Roberto Trigueiro Fontes (17.853/OAB-DF) e outros

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1752/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Virtual Infraestrutura e Energia Ltda., em razão de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico PE/2022, destinado à contratação de serviços de manutenção preventiva corretiva e programada das salas-cofre, ambientes seguros, Data Center e seus componentes do Ministério da Saúde localizados no Rio de Janeiro. O certame teve sessão pública aberta em 26/5/2022, tendo a licitante Green4T Soluções TI Ltda. apresentado o melhor lance, no valor de R$ 1.507.420,40;

Considerando que foi realizada oitiva prévia da unidade jurisdicionada acerca das possíveis restrição à competitividade e limitação de isonomia do certame em decorrência da previsão de penalidade vinculada, no Termo de Referência, a descumprimento da norma NBR ABNT 15.247 para serviços de manutenção em sala-cofre, sem admitir a aplicação de outras normas equivalentes, como a norma internacional EN 1047-2 (ECB-S EN 1047-2) ou qualquer outro certificado emitido por qualquer entidade acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, o que poderia ter restringido o certame ao Grupo Green4T-Aceco TI;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 34 a 37, dos quais são extraídas as seguintes conclusões:

i) a exigência imposta no item 5.2.28.2 do TR tende a apresentar efeito restritivo similar à exigência de atestados de capacidade técnica comprovando execução de manutenção em salas-cofre certificadas exclusivamente pela norma ABNT 15.247;

ii) referida exigência, além de não servir como garantia da qualidade dos serviços prestados pela empresa de manutenção (uma vez que não há certificação desse tipo de serviço, mas sim do produto sala-cofre), conduz a uma reserva de mercado, em que a prestadora do serviço fica ao alvedrio do próprio fabricante;

iii) no voto condutor do Acórdão 2680/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Jorge Oliveira, proferido no âmbito do TC 004.023/2021-8, ficou clara a preocupação com a referida reserva de mercado, tendo sido determinada à Secretaria-Geral de Controle Externo a realização de ação de controle ou outro tipo de iniciativa a fim de se examinar a pertinência e buscar alternativas para a adoção da certificação ABNT NBR 15247 como critério de qualificação técnica ou habilitação em licitações para manutenção de salas-cofre;

iv) estudos técnicos sobre o tema estão em fase final de elaboração por parte da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas em cumprimento à determinação do Acórdão 2680/2021-TCU-Plenário, nos quais será proposta a realização de painel de discussão juntamente com os atores envolvidos (Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia - SGD, Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, ABNT, Inmetro, órgãos e entidades públicos contratantes e empresas de mercado, entre outros) sobre a possível ilegalidade da aplicação do PE 047 da OCP ABNT em licitações públicas; e

v) apesar da restrição indevida imposta pela mencionada condição do Termo de Referência, verifica-se a participação de quatro empresas no item, tendo havido certa disputa entre três delas, com o valor estimado de R$ 1.586.758,32 e o valor negociado de R$ 1.500.000,00, com a Green4T Soluções TI Ltda;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) no mérito, considerar a presente representação procedente, sem adoção de medidas adicionais por parte deste Tribunal, porquanto a matéria se encontra em ampla discussão na Corte, pendendo de encaminhamento definitivo do Colegiado;

c) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, presente o perigo da demora reverso em razão de o contrato anterior ter seu prazo regular encerrado em 21/6/2022 e preço um pouco maior do que o valor ofertado pela vencedora do certame em tela;

d) informar à Coordenação Geral de Material e Patrimônio do Ministério da Saúde (CGMP/MS) ao representante a prolação do presente Acórdão; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, III, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-009.452/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Green4t Soluções TI Ltda. (03.698.620/0005-68).

1.2. Órgão/Entidade: Coordenação Geral de Material e Patrimônio - Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Representante: Virtual Infraestrutura e Energia Ltda.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1753/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação com pedido de medida cautelar, formulada por APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda. em face de supostas irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 5/2022, a cargo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com vistas à contratação de empresa especializada para dar suporte às atividades finalísticas da Coordenação de Infraestrutura dos Campi (Cogic);

Considerando que a representante se insurge contra a habilitação da proposta apresentada pela licitante Vinil Gestão e Facilities Ltda., inicialmente declarada vencedora;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 16 a 18, nos quais restou assente que a matéria vertida nos presentes autos está sendo tratada no TC 010.803/2022-0, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, o qual foi autuado em momento anterior a este (13/6/2022);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em promover o apensamento definitivo deste TC 012.089/2022-2 ao TC 010.803/2022-0, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU n.º 259, de 2014, haja vista a relação de conexão entre ambos.

1. Processo TC-012.089/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representante: APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda.

1.6. Representação legal: Alexandre Augusto Lanzoni (221328/OAB-SP), representando APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1754/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de cautelar, formulada por TJC Importadora Eireli, em face do Pregão Eletrônico 3/2022, a cargo do Município de Serra do Navio (AP), com vistas à aquisição de equipamentos e materiais permanentes de informática, oriundo de emenda parlamentar para atender as necessidades das Unidades Básicas daquela municipalidade, com valor homologado em R$ 7.777,00, ofertado pela representante;

Considerando que a representante se insurge contra o indeferimento, por parte do Município, do pedido por ela apresentado para reajustar o preço de sua proposta;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 6 e 7, dos quais resta assente que a pretensão deduzida pela representante é tão somente a tutela de direitos subjetivos privados, matéria esta que não se insere dentre as competências desta Corte;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer da representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, no art. 237, do Regimento Interno deste Tribunal e/ou no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

b) informar ao representante a prolação do presente Acórdão; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237 c/c o parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-012.091/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Serra do Navio - AP.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: TJC Importadora Eireli
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1755/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de acompanhamento autuado em face do Processo CGU n.º 00190.104745/2018-94;

Considerando, contudo, que, diante da ausência da correspondente documentação, a Selog identificou a ineficácia do feito e, assim, propôs o atual encerramento do presente processo, sem prejuízo do seu apensamento ao TC 003.664/2022-8;

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em promover o arquivamento do presente processo, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-021.269/2018-1 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Responsável: não identificado.
1.2. Órgão: Controladoria-geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providência: promover o encerramento do presente processo pelo seu definitivo apensamento ao TC 003.664/2022-8.

ACÓRDÃO Nº 1756/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.956/2018-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Consórcio Camargo Corrêa/Constran - Programa de Mobilidade Urbana (18.295.698/0001-85), composto pelas empresas Camargo Corrêa Infra Ltda. (11.178.032/0001-06) e Constran S/A - Construções e Comércio - em recuperação judicial (61.156.568/0001-90).
4. Unidades Jurisdicionadas: Caixa Econômica Federal; Ministério do Desenvolvimento Regional; Município de São Paulo/SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
8. Representação legal: Marcelo Montalvão Reis, representando Ministério das Cidades (extinto); Tatiana Mara Ulhoa Scorsato (174.459/OAB-SP), Guilherme Camargo Giacomini e outros, representando Camargo Corrêa Infra Ltda.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras 2018, nas obras do Terminal Rodoviário e Urbano Itaquera e Sistema Viário Principal, Acessos e Corredor de Ônibus Leste Itaquera - Trecho 2, localizado no município de São Paulo/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência ao município de São Paulo/SP, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Desenvolvimento Regional, sobre as seguintes irregularidades verificadas no Contrato 051/Siurb/13 e no Edital de Pré-qualificação 10/2012-SPObras, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.1.1. restrição à competitividade da licitação decorrente da:

9.1.1.1. adoção de pré-qualificação, identificada no Edital de Pré-qualificação 10/2012-SPObras, sem comprovar a adequação e necessidade desse procedimento (conforme prevê o art. 114 da Lei 8.666/1993, e os Acórdãos TCU 2.028/2006, 2.005/2007, 1.232/2013 e 3.425/2014, todos do Plenário);

9.1.1.2. vedação a que uma mesma licitante fosse vencedora de mais de um empreendimento licitado simultaneamente (em afronta aos Acórdãos TCU 1.223/2013 e 2.373/2013, ambos do Plenário);

9.1.1.3. limitação indevida relacionada aos atestados de qualificação técnica (em afronta aos Acórdãos TCU 2.150/2008, 2.882/2008, 1.237/2008, 1.636/2007, 2.359/2007, 2.019/2013, 2.163/2014, todos do Plenário);

9.1.1.4. restrição de atestados por tipologia de obra (afrontando os Acórdãos TCU 1.023/2013, 1.223/2013, 222/2013, 1.733/2010, 1.998/2013, 1.502/2009, 311/2009 e 1.226/2012, todos do Plenário);

9.1.1.5. adoção de critérios subjetivos de avaliação de metodologia de execução (procedimento vedado pelo art. 30, § 8º, da Lei 8.666/1993 e que contraria os Acórdãos TCU 2.008/2008, 2.909/2012 e 2.438/2015, todos do Plenário)

9.1.2. deficiências no projeto básico da obra, como:

9.1.2.1. a ausência de estudos de viabilidade e de demanda (em descumprimento do art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993 e ao art. 6º, inciso XXV da Lei 14.133/2021);

9.1.2.2. a ausência de aprovação do projeto básico pela autoridade competente (descumprimento do art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e contrário ao art. 18, II, da Lei 14.133/2021);

9.1.2.3. a incompletude e inadequação do orçamento do edital, em razão da ausência de detalhamento da administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro (afronta ao art. 6º, inciso IX, alínea f, ao art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993, ao art. 6º, XXV, alínea f, e 18, IV, da Lei 14.133/2021 e ao Acórdão 325/2007-TCU-Plenário);

9.1.3. a ausência de parecer conclusivo como condição para recepção de licitação pretérita, constatada nos termos de compromisso 0425.748-27/2013 e 0425.744-81/2013, afronta a jurisprudência do TCU, conforme disposto nos Acórdãos 2.099/2011, 2.063/2012 e 2.153/2018 (todos do Plenário);

9.2. dar ciência desta deliberação ao município de São Paulo/SP, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1756-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1757/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.922/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Responsável: Pedro Luis de Freitas Gouvea Junior (026.280.989-38).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de São Vicente/SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Leandro Madeira Bernardo (183414/OAB-SP), representando Silcon Ambiental Ltda; Duilio Rosano Junior, representando o Município de São Vicente/SP; Bruno Puerto Carlin (194949/OAB-SP) e Mara Cristina Niero (257456/OAB-SP), representando Stericycle Gestão Ambiental Ltda.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação acerca de possíveis irregularidades no Pregão Presencial 165/2019, conduzido pelo município de São Vicente/SP, cujo objetivo era a contratação de empresa, por doze meses, para coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de serviços de saúde (RSS) e carcaças de animais de pequeno e médio porte,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer a representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. considerar revel Pedro Luis de Freitas Gouvêa Junior, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, deixando de aplicar-lhe multa pelas razões expostas no voto que fundamenta este Acórdão;

9.3. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência ao Município de São Vicente/SP acerca das seguintes impropriedades/falhas identificadas no Pregão Presencial 165/2019, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes:

9.3.1. exigência de que o contratado instale no prazo de 90 dias um escritório administrativo, vestiário, câmara fria e local para estacionamento de veículos, sem a demonstração de que tal medida seja imprescindível à adequada execução do objeto licitado, devido ao potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, de afetar a economicidade do contrato e de ferir o princípio da isonomia, em ofensa ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e aos art. 5º e 9º, I, alíneas a, b e c, da Lei 14.133/2021 ;

9.3.2. admissão de subcontratação para os serviços de tratamento e destinação final dos resíduos, sem a prévia definição no edital das parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto para as quais não deverá caber subcontratação, assim entendidas como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, for exigida apresentação de atestados que comprovem execução de serviço com características semelhantes, à vista do previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, no art. 30, §1º, inciso I e § 2º, da Lei 8.666/1993, no art. 67, §1º, da Lei 14.133/2021 e na jurisprudência deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 3.144/2011-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz;

9.4. dar ciência desta deliberação às representantes, a Pedro Luis de Freitas Gouvêa Junior e ao Município de São Vicente/SP.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1757-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1758/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.152/2020-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Peterson Augusto Guedes (370.415.846-15); Roger Romão Cabral (192.442.584-04); Walter Lins Arcoverde (606.693.307-87).
3.2. Recorrente: Walter Lins Arcoverde (606.693.307-87).
4. Unidade Jurisdicionada: Agência Nacional de Mineração.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
8. Representação legal: Daniel Gustavo Santos Roque (31195/OAB-SP), representando Walter Lins Arcoverde.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto por Walter Lins Arcoverde contra o Acórdão 1.430/2021-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal aplicou-lhe multa em razão da insuficiência e ineficácia dos procedimentos realizados para assegurar o cumprimento dos requisitos inerentes ao Plano de Fechamento de Mina,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e, no mérito, dar-lhe provimento para tornar sem efeito a multa objeto do item 9.4 do acórdão recorrido;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à Agência Nacional de Mineração.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1758-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1759/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.667/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrentes: Ecoplan Engenharia Ltda (92.930.643/0001-52); Skill Engenharia Ltda (02.991.032/0001-21)..
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: Jonas Cecílio (14344/OAB-DF), Eduardo Han (11714/OAB-DF) e outros.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Ecoplan Engenharia Ltda e Skill Engenharia Ltda, contra o Acórdão 3152/2020-TCU-Plenário.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes e aos demais interessados.
10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1759-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1760/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.446/2022-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Administrativo
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Matheus Petronillio Hernandes (659.720.403-44)
3.2. Amici Curiae: Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União - AUD-TCU e AUDITAR - União dos Auditores Federais de Controle Externo em conjunto com o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS.
4. Unidade: Tribunal de Contas da União
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Administração
8. Representação legal: Éder Machado Leite (20955/OAB-DF), Izabela Cristina Lotti Gomes (49.759/OAB-DF) e outros, representando Matheus Petronillio Hernandes.
9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este requerimento do Auditor Federal de Controle Externo Área Controle Externo Matheus Petronillio Hernandes, em que pleiteia o aproveitamento de tempo de exercício como Auditor Federal de Controle Externo Área Apoio Técnico e Administrativo para reenquadramento no Padrão 13, Classe Especial, da Carreira de Auditor Federal de Controle Externo, bem como o reconhecimento da data da primeira posse no cargo para fins de estágio probatório.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 16, inciso II, do Regimento Interno em:
9.1. deferir o requerimento do interessado;
9.2. determinar à Secretaria-Geral de Administração deste Tribunal que adote providências para efetuar o posicionamento do interessado na Classe Especial, Padrão 13, da Carreira de Auditor Federal de Controle Externo deste Tribunal, criada pela Lei nº 10.356/2001, e considere a data da primeira posse no cargo de Auditor Federal de Controle Externo para fins de estágio probatório;
9.3. autorizar a contagem dos efeitos financeiros a partir da data do protocolo do requerimento;
9.4. encaminhar cópia desta decisão ao interessado, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.
9.5. arquivar os autos.
10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1760-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1761/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.246/2005-3
1.1. Apensos: 019.234/2007-1; 008.608/2010-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recursos de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Bertolino Marinho Madeira Campos (065.952.353-15); Construtora Jurema Ltda. (05.802.590/0001-90)
4. Unidade: Secretaria de Infraestrutura do Estado do Piauí
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Redator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração - SeinfraCom
8. Representação legal:
8.1. Roselle Adriane Soglio (177.840/OAB-SP) e outros, representando Construtora Jurema Ltda
8.2. Pedro Gabriel Lopes (372347/OAB-SP) e outros, representando Bertolino Marinho Madeira Campos
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos por Bertolino Marinho Madeira Campos e Construtora Jurema Ltda. em face do Acórdão 304/2020 - Plenário, que julgou irregulares suas contas especiais e lhes imputou o pagamento de débitos e multas em razão de irregularidades relacionadas às obras de construção do Sistema Adutor do Sudeste Piauiense.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos II; 18; 23, inciso II; 32; e 33 da Lei 8.443/1992, c/c arts. 214, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração apresentados por Bertolino Marinho Madeira Campos e pela sociedade empresária Construtora Jurema Ltda. e dar-lhes provimento;
9.2. tornar sem efeito o Acórdão 304/2020 - Plenário;
9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Bertolino Marinho Madeira Campos e da sociedade empresária Construtora Jurema Ltda. e dar-lhes quitação;
9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, à Superintendência da Polícia Federal no Estado do Piauí e à Procuradoria da República no Estado do Piauí, com a informação de que o inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.
10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1761-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1762/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.335/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Procomp Amazônia Indústria Eletrônica Ltda. (84.107.697/0001-94)..
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
8. Representação legal: Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29760/OAB-DF), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51.623/OAB-DF) e outros, representando Cis Eletrônica da Amazônia Ltda.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Cis Eletrônica da Amazônia, sobre possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 5/5688-2022, promovido pela Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda à anulação do ato que inabilitou a Cis Eletrônica da Amazônia Ltda. e efetue sua reintegração ao Pregão Eletrônico 5/5688-2022 na fase de negociação de valor e subsequente fase de avaliação das amostras da empresa, enviando ao Tribunal evidências do cumprimento da deliberação;
9.3. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal, à Procomp Amazônia Ind. Eletrônica Ltda. e à representante.
9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.
10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1762-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1763/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.771/2018-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Claudio Roberto Vianna (006.678.417-41); Geraldo da Rocha Motta Filho (391.619.607-30); Helo-Med 1993 Materiais, Equipamentos e Serviços Hospitalares Ltda. (07.603.158/0001-03); Jose Luiz de Alcantara Ramalho Neto (028.169.197-57); Maria do Perpetuo Socorro Moura de Oliveira (396.808.003-34); Miguel Iskin (269.294.147-00); New Service - Comércio e Serviços de Equipamento Médicos Hospitalar Ltda (40.982.787/0001-59); Oscar Iskin & Cia Ltda (33.020.512/0002-50); Tito Henrique de Noronha Rocha (996.839.207-30).
3.2. Recorrente: New Service - Comércio e Serviços de Equipamento Médicos Hospitalar Ltda (40.982.787/0001-59).
4. Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Hadad.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41.796/OAB-DF) e outros, representando Miguel Iskin e Oscar Iskin & Cia Ltda.; Manolys Marcelino Passerat de Silans (1010.536/OAB-PB), Izabella Mattar Moraes (58.035/OAB-DF) e outros, representando New Service - Comércio e Serviços de Equipamento Médicos Hospitalar Ltda.; Paula Menna Barreto Marques (165.772/OAB-RJ), representando Jose Luiz de Alcantara Ramalho Neto; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF) e Jaques Fernando Reolon (22.885/OAB-DF), representando Geraldo da Rocha Motta Filho.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela empresa New Service - Comércio e Serviços de Equipamento Médicos Hospitalar Ltda. ao Acórdão 995/2022-Plenário, o qual apreciou recurso de reconsideração interposto por vários responsáveis, dentre os quais a ora embargante, contra o Acórdão 1.326/2020-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Procuradoria da República no Rio de Janeiro.
10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1763-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1764/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.345/2015-8
1.1. Apensos: 006.733/2020-4; 006.732/2020-8
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Judite Maria Botafogo Santana da Silva (170.976.814-20)
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro/PE
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Edson Monteiro Vera Cruz Filho (OAB/PE 26.183) e Viviane Cristina Gomes Vera Cruz (OAB/PE 28.517).

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto contra o Acórdão 1.631/2017-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do presente recurso de revisão, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992;
9.2. quanto ao mérito, dar provimento parcial ao presente recurso para:
9.2.1. alterar o valor do débito discriminado no subitem 9.1 do Acórdão 1.631/2017-2ª Câmara, que passará a ter a seguinte composição;

Valor (R$)	Data	C/D
2.375,00	15/3/2010	D
2.375,00	9/4/2010	D
1.425,00	9/4/2010	C
2.375,00	27/4/2010	D
1.425,00	27/4/2010	C
2.375,00	2/6/2010	D
1.425,00	2/6/2010	C
475,00	9/6/2010	D
2.850,00	29/6/2010	D
1.900,00	29/6/2010	C
2.850,00	4/8/2010	D
1.900,00	4/8/2010	C
2.850,00	27/8/2010	D
2.850,00	28/9/2010	D
1.425,00	28/9/2010	C
2.850,00	28/10/2010	D
1.900,00	28/10/2010	C
2.850,00	7/12/2010	D
1.900,00	7/12/2010	C
475,00	10/12/2010	D
1.900,00	10/12/2010	C
3.325,00	27/12/2010	D
1.900,00	27/12/2010	C
187,37	30/12/2010	D

9.2.2. reduzir o valor da multa aplicada pelo subitem 9.3 do Acórdão 1.933/2019-2ª Câmara, de R$ 7.000,00 (sete mil reais) para R$ 3.000,00 (três mil reais);
9.3. apor sigilo às páginas 20, 26, 28, 30, 32 e 33 da peça 93 e às páginas 3-5 da peça 109; e
9.4. dar ciência desta deliberação à recorrente, à Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro/PE, ao Ministério da Cidadania, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1764-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1765/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.259/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Júlio Cesar Gomes Pinho (299.034.323-72)..
4. Órgãos/Entidades: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.a.; Fundação Nacional do Índio.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada pela SeinfraElétrica, em atendimento ao Acórdão 2.196/2018-TCU-Plenário, com vistas a realizar o controle punitivo das condutas de servidores e autoridades lotados nos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental da Linha de Transmissão Rio Branco - Feijó - Cruzeiro do Sul e subestações associadas, no Estado do Acre,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da representação, com fulcro nos arts. 235 e 237, inciso VI do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. rejeitar as razões de justificativa do Sr. Júlio Cesar Gomes Pinho, dispensando, no entanto, a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, ao responsável;
9.3. determinar à Fundação Nacional do Índio que:
9.3.1. com fundamento no art. 7º, inciso III, da Resolução-TCU 315/2020, ao fim do processo aberto junto à Corregedoria da Funai (08620.007802/2020-15), autuado para averiguação e apuração das responsabilidades acerca do atraso na obtenção de licenciamento ambiental na LT Feijó-Cruzeiro do Sul, informe os resultados obtidos a este Tribunal;
9.3.2. por ocasião da elaboração do próximo relatório de gestão anual, informe sobre todos os processos de licenciamento ambiental de linhas de transmissão que estejam pendentes de adoção de providências solicitadas pela Funai ou cuja adoção esteja a cargo dessa Fundação, relacionando as medidas adotadas para a resolução tempestiva das pendências identificadas;
9.4. autorizar a Coinfra a realizar ações de controle com vistas a identificar atrasos injustificados ou exigências de condicionantes sem amparo legal por parte dos órgãos licenciadores nos empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental, sugerindo-se a inclusão de questão de auditoria específica no âmbito das fiscalizações do Fiscobras;
9.5. determinar à SeinfraElétrica a abertura de processo apartado para acompanhar as medidas adotadas com vistas à implantação da linha de transmissão Rio Branco - Feijó - Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, deixando desde já a unidade técnica autorizada a empreender as ações de controle que entender necessárias perante o Ministério de Minas e Energia, Aneel, Ibama e Funai, solicitando à mencionada unidade técnica a máxima celeridade na instrução do aludido processo;
9.6. dar ciência desta deliberação ao responsável e aos órgãos e entidades elencados no subitem acima.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1765-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1766/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.748/2022-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional - SCN.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional - SCN mediante a qual o 1º vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), Deputado Federal Áureo Ribeiro, via Ofício 108/2022 CFFC-P, de 9/6/2022, encaminha o Requerimento 55/2022-CFFC, de 8/6/2022, de autoria do Deputado Federal Leo de Brito;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da solicitação de fiscalização da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), encaminhada via Ofício 108/2022 CFFC-P, com fundamento no art. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 232, inciso III, do RITCU, e no art. 4º, inciso I, alínea b, da Resolução TCU 215/2008;
9.2. informar ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que:
9.2.1. o TCU ainda não se manifestou a respeito do mérito sobre o fato de recusa na compra da vacina Pfizer ofertada ao governo federal pela metade do preço pago por Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, tratados neste Tribunal nos processos TC 016.191/2021-8 e TC 015.125/2021-1;
9.2.2. o TC 016.191/2021-8 encontra-se apensado ao TC 015.125/2021-1 e tão logo este último processo seja apreciado no mérito, a decisão proferida será enviada ao solicitante;
9.2.3. a presente solicitação deverá ser atendida no prazo máximo de 180 dias, nos termos do art. 15, inciso II, da Resolução TCU 215/2008;
9.3. enviar ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados cópia integral do TC 016.191/2021-8;
9.4. juntar cópia desta decisão ao TC 015.125/2021-1;
9.5. notificar o solicitante da presente decisão na forma do art. 19 da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1766-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1767/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.751/2022-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional - SCN.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos: Comando da Aeronáutica; Comando da Marinha; Comando do Exército; Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional - SCN mediante a qual o 1º vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), Deputado Federal Áureo Ribeiro, via Ofício 114/2022 CFFC-P, encaminha Requerimento de Auditoria 62/2022-CFFC, de autoria do Deputado Federal Jorge Solla, para que esta Corte de Contas realize auditoria com vistas a avaliar a regularidade das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) nos laboratórios das Forças Armadas, nos últimos 10 anos;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da solicitação de fiscalização da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), encaminhada via Ofício 114/2022 CFFC-P, decorrente do Requerimento de Auditoria 62/2022-CFFC, de autoria do deputado federal Jorge Solla, com fundamento nos arts. 38, inciso I, da LO/TCU, 232, inciso III, do RI/TCU, e 4º, inciso I, alínea b, da Resolução TCU 215/2008;
9.2. diligenciar o Ministério da Saúde, com fundamento no art. 157, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, informe os seguintes dados:
9.2.1. as parcerias para desenvolvimento produtivo - PDPs que foram celebradas nos últimos cinco anos com os laboratórios farmacêuticos militares das Forças Armadas, conforme modelo de resposta da tabela a seguir:

Número da PDP	Data celebração	Laboratório militar parceiro	Objeto da parceira	Valor da parceria	Período da parceria	Resultados alcançados, incluindo a transferência de tecnologia pretendida

9.2.2. cópia de toda a legislação vigente e à época em que foram firmadas as PDPs com os laboratórios farmacêuticos militares das Forças Armadas, incluindo normas infralegais;
9.3. diligenciar ao Comando da Marinha, com fundamento no art. 157, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia integral do processo administrativo correspondente à recente e noticiada aquisição do medicamento Viagra;
9.4. informar ao solicitante que a presente solicitação deverá ser atendida no prazo máximo de 180 dias, nos termos do art. 15, inciso II, da Resolução TCU 215/2008;
9.5. notificar o solicitante da presente decisão na forma do art. 19 da Resolução TCU 215/2008.
10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1767-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1768/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 036.301/2021-3.
1.1. Apensos: 000.284/2022-0; 000.372/2022-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento.
3. Interessados: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59); Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.
4. Entidades: vários.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento com vistas a mapear a maturidade das organizações públicas federais quanto à implementação de controles críticos de segurança cibernética;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar, com fundamento no art. 11 da Resolução - TCU 315/2020, ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República que adote as seguintes providências:

9.1.1. comunicar aos órgãos e entidades da Administração Pública federal acerca da obrigatoriedade de suas adesões à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos em decorrência do § 1º do art. 1º do Decreto 10.748/2021;

9.1.2. promover e incentivar a adesão voluntária à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos por parte de empresas públicas e sociedades de economia mista federais, assim como de pessoas jurídicas de direito público interno dos Poderes Legislativo e Judiciário Federais (este último, por intermédio do Conselho Nacional de Justiça) e do Ministério Público da União, bem como a pessoas jurídicas de direito privado e a outras pessoas jurídicas de direito público (e.g. de entes federativos) consideradas relevantes para a formação dessa rede, consoante disposições constantes no §2º do art. 1º e §4º do art. 7º do Decreto 10.748/2021;

9.2. recomendar, com fundamento no art. 11 da Resolução - TCU 315/2020, à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia que, como órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp) do Poder Executivo federal, avalie as deficiências apontadas neste ciclo do acompanhamento de forma a subsidiar suas ações normativas e pedagógicas, a fim de orientar os órgãos e entidades participantes desse sistema a implementarem com urgência controles críticos e medidas de segurança cibernética naquilo que lhes for aplicável, observando ainda as normas exaradas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e boas práticas como as preconizadas pelo Center for Internet Security e pela norma técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013;

9.3. recomendar, com fundamento no art. 11 da Resolução - TCU 315/2020, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Tribunal de Contas da União, ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Militar, ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que adotem as ações a seguir:

9.3.1. implementar com urgência controles críticos e medidas de segurança cibernética, de modo a tratar, em especial, as deficiências apontadas neste ciclo do acompanhamento, naquilo que lhes for aplicável, observando boas práticas como as preconizadas pelo Center for Internet Security e pela norma técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013;

9.3.2. adotar, na inexistência de normativo próprio tratando desses temas, as práticas previstas nos Decretos 9.637/2018 e 10.222/2020, que regem aspectos gerais relacionados à segurança da informação e à segurança cibernética no âmbito da Administração Pública federal, bem como as constantes das instruções normativas e de normas complementares editadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República aplicáveis a esse respeito;

9.3.3. formalizar, junto ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ato de adesão à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos, nos termos do § 4º do art. 7º do Decreto 10.748/2021;

9.4. recomendar ao Conselho Nacional de Justiça, com fundamento no art. 11 da Resolução - TCU 315/2020, que adote providências, tais como a edição de normativos e guias, assim como outras que entender aplicáveis, para orientar os tribunais sob sua supervisão administrativa com vistas à adoção das medidas constantes dos subitens 9.3.1 a 9.3.3;

9.5. dar ciência ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 9º, incisos I e II, da Resolução-TCU 315/2020, que a não designação de servidores para compor o comitê de segurança da informação ou estrutura equivalente do órgão ofende ao disposto no art. 15, inciso IV e § 1º, do Decreto 9.637/2018 e no art. 17 da Portaria 271/2017 desse ministério, que dispõe sobre a sua Política de Segurança da Informação e Comunicações, e constitui obstáculo para o atendimento às disposições do art. 8º da Instrução Normativa 5/2021 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de TI que, com fundamento no art. 24, caput, c/c art. 24, parágrafo único, da Resolução-TCU 175/2005, tendo em vista o incidente cibernético que causou a interrupção de serviços essenciais à população no âmbito do Ministério da Saúde em dezembro de 2021, autue processo apartado de fiscalização para:

9.6.1. identificar as causas do incidente, bem como eventuais falhas de gestão e de controles que possam ter permitido ou agravado sua ocorrência, analisando-se, inclusive, apurações realizadas pelo Ministério da Saúde e demais órgãos;

9.6.2. avaliar as ações adotadas por empresas responsáveis pela prestação de serviços de infraestrutura e pela proteção das informações e dos serviços do Ministério da Saúde, no âmbito de suas obrigações contratuais;

9.6.3. acompanhar a adoção de medidas por parte do Ministério da Saúde para corrigir os problemas identificados, prevenir a ocorrência de novos incidentes e para reforçar a segurança das informações e a proteção cibernética dos serviços prestados no âmbito daquele órgão;

9.6.4. adotar outras providências que entender relevantes ao deslinde da questão.

9.7. determinar o desapensamento dos TC 000.284/2022-0 e 000.372/2022-6 destes autos e seu apensamento ao novo processo de acompanhamento a ser constituído em face do subitem anterior;

9.8. autorizar a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, a fim de alavancar a maturidade das organizações públicas federais relativamente à gestão de segurança cibernética e observada eventual necessidade de despersonificação e de reserva quanto a questões específicas a:

9.8.1. compartilhar com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia e com o Conselho Nacional de Justiça os dados das respostas individuais das organizações sob sua supervisão ao questionário deste acompanhamento;

9.8.2. em alinhamento com a Secretaria de Comunicação do TCU, dar ampla divulgação às informações e aos produtos derivados deste acompanhamento, em especial à ficha-síntese e aos relatórios de feedback comparativos a serem elaborados, bem como a outros materiais (e.g formulário online de autoavaliação e documentos técnicos visando a orientar os gestores quanto à implementação dos controles críticos e medidas de segurança avaliados em cada ciclo);

9.9. autorizar a Secretaria-Geral de Controle Externo, em articulação com a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação e com Secretaria de Comunicação deste Tribunal, a realizar a divulgação da Estratégia de Fiscalização do TCU em SegInfo e Privacidade de Dados 2022-2025;

9.10. em atenção aos arts. 23 e 24 da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), classificar como reservados, por conterem informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado:

9.10.1. as respostas individuais das organizações ao questionário deste acompanhamento;

9.10.2. a análise do incidente de segurança da informação ocorrido no Ministério da Saúde em dezembro de 2021 (peça 854), a peça 811 e os itens não digitalizáveis dessas peças;

9.11. disponibilizar acesso ao Ministério da Saúde ao papel de trabalho contendo a análise do incidente de segurança da informação/ataque hacker ocorrido em dezembro de 2021 (peça 854), informando que se trata de documento classificado como reservado pelo TCU, para que tome conhecimento das conclusões da análise realizada pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação e das ações que foram identificadas como possíveis medidas complementares para auxiliar na mitigação de eventos futuros semelhantes e elevar a resiliência da organização;

9.12. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) que efetue o monitoramento das recomendações contidas nos itens 9.1 a 9.4 constantes desta decisão;

9.13. encaminhar cópias eletrônicas deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao GSI/PR; à SGD/ME; à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e à Presidência do Senado Federal; à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e à Presidência da Câmara dos Deputados; ao TCU; ao STF; ao CNJ; ao MPF; ao MPT; ao MPM; e ao MPDFT;

9.14. notificar os demais órgãos fiscalizados acerca desta decisão;

9.15. retornar os autos à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação para dar continuidade ao presente acompanhamento.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1768-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1769/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.609/2022-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Agravo (Representação).
3. Agravantes: Coordenação Geral de Material e Patrimônio/Ministério da Saúde e Debrito Propaganda Ltda. (00.000.424/0003-18).
4. Órgão: Coordenação Geral de Material e Patrimônio/Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Rômulo Martins Nagib (OAB/DF 19.015), Edvaldo Costa Barreto Júnior (OAB/DF 29.190), Rafael Schaefer Comparin (Advogado da União), Márcio Chaves de Castro (Procurador Federal), Amanda Helena da Silva (OAB/DF 59.514) e Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes agravos opostos pela Coordenação-Geral de Material e Patrimônio do Ministério da Saúde (CGMP/MS), por intermédio da Advocacia-Geral da União, e pela empresa Debrito Propaganda Ltda. (CNPJ 00.000.424/0003-18) contra decisão que determinou cautelarmente a suspensão do andamento da Concorrência 1/2021 do Ministério da Saúde, posteriormente ratificada pelo Acórdão 1.505/2022-TCU-Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 289 do Regimento Interno, em:

9.1. dar provimento parcial ao agravo interposto pelo Ministério da Saúde;

9.2. alterar a medida cautelar anteriormente concedida mediante o despacho de peça 23 e referendada pelo Tribunal, que passa a ter a seguinte redação: deferir o pedido de concessão de medida cautelar, sem oitiva prévia, com fulcro no art. 276 do Regimento Interno/TCU, tendo em vista a existência dos elementos necessários para sua adoção, a fim de que a Coordenação-Geral de Material e Patrimônio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde (CGMP/MS) possa dar continuidade à Concorrência 1/2021, abstendo-se, entretanto, de adjudicar o seu objeto até que o Tribunal decida sobre o mérito das questões suscitadas nos presentes autos;

9.3. indeferir, com fulcro no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU, os pedidos formulados pelas sociedades empresárias Debrito Propaganda Ltda. (CNPJ 00.000.424/0003-18) e Nova SB Comunicação S.A. (CNPJ 57.118.929/0001-37) para que sejam consideradas como partes interessadas;

9.4. não conhecer, com fulcro no art. 278, § 2º, do Regimento Interno/TCU, do agravo interposto pela referida empresa Debrito Propaganda Ltda. (CNPJ 00.000.424/0003-18), visto não ter demonstrado sua razão legítima para intervir nos autos nem a possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio, à luz do disposto no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995; e

9.5. notificar as agravantes, a empresa Nova SB Comunicação S.A. e o representante da prolação deste acórdão.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1769-30/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1770/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 041.385/2021-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Duma Empreendimentos Ltda. (72.040.892/0001-65).
4. Órgão/Entidade: Serviço Social do Transporte - Conselho Regional no Estado do Paraná.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas em face de possível fraude à licitação no âmbito da Concorrência 07/2020, conduzida pelo Serviço Social do Transporte - Unidade em Foz do Iguaçu-PR;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com fulcro no art. 237, inciso VI, art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. declarar a inidoneidade da sociedade empresária Duma Empreendimentos Ltda. (CNPJ 72.040.892/0001-65) para participar de licitação na Administração Pública Federal pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, em virtude de prática fraudulenta comprovada na Concorrência 7/2020 Unidade em Foz do Iguaçu-PR (086) do Serviço Social do Transporte (Sest);

9.3. notificar do presente acórdão o Serviço Social do Transporte - Conselho Regional no Estado do Paraná, a empresa Duma Empreendimentos Ltda. (CNPJ 72.040.892/0001-65) e a Procuradoria da República no Estado do Paraná, esta para adoção das medidas que entender cabíveis, em analogia ao art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU;

9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1770-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1771/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 044.220/2021-9

2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Consulta

3. Consulente: Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia

4. Unidades: Ministério da Economia; Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, atuando em substituição ao Ministro Vital do Rêgo

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag e Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdmin

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a consulta formulada pelo Ministro de Estado da Economia, que pede seja esclarecido se a integralização de bens imóveis públicos em fundos de investimento imobiliário, conforme autorizado pelo art. 20 da Lei 13.240, de 2015, configura ou não despesa ou receita orçamentária.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei Orgânica do Tribunal, combinado com o art. 264 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da presente consulta;

9.2. responder ao Consulente que:

9.2.1. a integralização de imóveis em cotas de fundos de investimento imobiliário é espécie sui generis de transação, que não requer nem dotação e execução orçamentária, nem previsão e reconhecimento de receita orçamentária, sem prejuízo de observar que a obrigatoriedade de constar ela da Lei Orçamentária Anual está mantida quando houver eventual aporte de recursos financeiros e que deve haver registro da receita orçamentária pelo menos no recebimento dos rendimentos pagos pelo fundo e na realização ou vencimento das cotas de participação pertencentes à União;

9.2.2. a transparência desse tipo de transação deve ser assegurada mediante registro em contas patrimoniais específicas e disponibilização de informações nos balanços da União, e, assim, a administração pública deve avaliar a necessidade de expedição do correspondente procedimento contábil específico sobre a operacionalização do FII, buscando fixar os devidos parâmetros econômico-contábeis para o adequado registro dos diversos atos e fatos, com a respectiva evidenciação e demonstração contábil, em face dos procedimentos técnico-operacionais na aplicação do referido art. 20 da Lei n.º 13.240, de 2015, com a Lei n.º 13.465, de 2017, e a Lei n.º 13.813, de 2019, diante da Lei n.º 8.668, de 1993, observando, entre outros aspectos, a necessidade de garantir a adequada mensuração e avaliação dos ativos entregues ao administrador do FII;

9.2.3. o Ministério da Economia, com o objetivo de garantir segurança jurídica, deve avaliar a expedição de decreto regulamentar para a operacionalização do FII pela adequada aplicação do art. 20 da Lei n.º 13.240, de 2015, com a Lei n.º 13.465, de 2017, e a Lei n.º 13.813, de 2019, diante da Lei n.º 8.668, de 1993, com o intuito, assim, de passar a, entre outros aspectos, definir os seguintes parâmetros técnicos: (a) natureza jurídica dos bens públicos após a respectiva entrega ao administrador do FII, se pública (dominical) ou privada; (b) estruturação orgânica para a efetiva segregação das funções e definição das respectivas responsabilidades dos administradores; (c) execução do subsequente controle gerencial da administração federal sobre a administração do FII no âmbito, entre outras instâncias, da correspondente assembleia geral do fundo imobiliário e execução de medidas para viabilizar a transparência ativa do FII e dos relatórios gerenciais produzidos pelo FII, buscando fomentar o controle administrativo e social sobre a gestão do patrimônio público aportado ao FII;

9.3. encaminhar cópia desta decisão ao Consulente, à Comissão de Valores Mobiliários, à Advocacia-Geral da União, à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Geral da República, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1771-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Revisor) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1772/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.709/2016-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrentes: Oi Movel S.A. - Em Recuperacao Judicial (05.423.963/0001-11); Joao Alziro Herz da Jornada (113.055.250-00).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

8. Representação legal: Daniela Pestana Telles Schmidt (135.949/OAB-RJ), Eurico de Jesus Teles Neto (121.935/OAB-RJ) e outros, representando TNL PCS S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Oi Móvel S.A. e João Alziro Herz da Jornada, contra o Acórdão 124/2020-TCU-Plenário, relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira (peça 55), proferido em apreciação de tomada de contas especial instaurada no âmbito do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Oi Móvel S.A. e João Alziro Herz da Jornada em face do Acórdão 124/2020-TCU-Plenário, e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1772-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Revisor), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1773/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.114/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Revisão de ofício.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Severino Gomes Bezerra (044.413.114-00).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Rodrigo Alves da Silva Rodrigues (9792/OAB-RN), representando Severino Gomes Bezerra.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de revisão de ofício do registro tácito declarado por meio do Acórdão 8.147/2021-TCU-Primeira Câmara, referente a ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, nos artigos 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, e na Questão de Ordem constante da Ata 33, da Sessão Ordinária do Plenário de 16 de agosto de 2006, em:

9.1. revisar de ofício o Acórdão 8.147/2021-TCU-Primeira Câmara, para considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Severino Gomes Bezerra, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de sessenta dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal, no prazo de sessenta dias, após corrigidas as falhas que ensejaram o julgamento pela ilegalidade, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU e do art. 19, § 3º, da IN-TCU 78/2018.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1773-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1774/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.185/2021-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Consorcio Jota Ele/MBM (39.904.147/0001-41).

3.2. Responsável: Evandro Aparecido Soares da Silva (570.508.131-68).

4. Órgãos/Entidades: Hospital Universitário Júlio Muller da UFMT - EBSERH; Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal: Rayanna Silva Carvalho (9.005/OAB-PI), Ingrid Carvalho de Oliveira (39.371/OAB-GO) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização, no âmbito do Fiscobras 2021, realizada na Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso (Sinfra-MT) e no Hospital Universitário Júlio Muller (HUJM), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com o objetivo de verificar a conformidade da contratação e da execução da obra de construção do HUJM;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em referendar a medida cautelar adotada por meio do despacho à peça 101 destes autos, transcrito no relatório precedente.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1774-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1775/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.919/2010-9.

1.1. Apensos: 018.921/2016-7; 000.027/2016-2; 025.629/2016-6; 013.325/2014-0; 000.282/2014-6; 017.813/2014-0; 005.290/2013-9; 005.178/2015-0; 011.859/2016-4; 025.241/2012-5; 016.984/2015-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: Embargos de Declaração em Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador) (); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00); Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro (08.599.767/0001-90).

3.2. Responsáveis: Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A (40.450.769/0001-26); Construtora Oas S.a. Em Recuperacao Judicial (14.310.577/0011-86); Consórcio Arco Metropolitano do Rio (09.551.901/0001-46); Consórcio Arco do Rio (09.536.294/0001-45); Delta Construções S.a (10.788.628/0001-57); Gisela Kraus (793.159.337-53); Gustavo Ferreira Gomes (437.867.317-72); Henrique Alberto Santos Ribeiro (217.067.357-15); Hudson Braga (498.912.607-63); Jose Paes Leme da Motta (627.671.947-15); José Osório do Nascimento Filho (495.587.147-04); João Carlos de Oliveira Azedias (986.322.647-53); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Luiz Emygdio de Oliveira (376.444.677-34); Nilton de Britto (140.470.121-49); Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro (08.599.767/0001-90); Walter Luiz Correa Magalhaes (199.181.007-53).

3.3. Recorrentes: Gustavo Ferreira Gomes (437.867.317-72); Gisela Kraus (793.159.337-53); João Carlos de Oliveira Azedias (986.322.647-53); Henrique Alberto Santos Ribeiro (217.067.357-15); Luiz Emygdio de Oliveira (376.444.677-34); Jose Paes Leme da Motta (627.671.947-15); Walter Luiz Correa Magalhaes (199.181.007-53).

4. Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal: Jefferson Lourenço dos Santos, Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF) e outros, representando Consórcio Arco Metropolitano do Rio; Diego Ricardo Marques (30782/OAB-DF), representando Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro; Paulo Meriade Duarte, Kaline Feliciano de Queiroz Ribeiro (18613/OAB-DF) e outros, representando Delta Construções S.a; Helton Linares Carvalho e João Gabriel Perotto Pagot (12055/OAB-MT), representando Luiz Antonio Pagot; Rodrigo Molina Resende Silva (28.438/OAB-DF) e Daniel Soares Alvarenga de Macedo (36.042/OAB-DF), representando Hudson Braga; Daniel Vieira Bogéa Soares (34.311/OAB-DF), Juliana Gomes Varjao (40.089/OAB-BA) e outros, representando Construtora Oas S.a. Em Recuperacao Judicial; Paulo Henrique Triandafelides Capelotto (270.956/OAB-SP), Rafael Chitarrelli Cabral de Araujo e outros, representando Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A; Daniel Vieira Bogéa Soares (34.311/OAB-DF), Anna Carolina Miranda Dantas (11.756-E/OAB-DF) e outros, representando Consórcio Arco do Rio; Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Rodrigo Pironti Aguirre de Castro (36363/OAB-PR) e Rafael Porto Lovato (63597/OAB-PR), representando José Osório do Nascimento Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Gisela Kraus, Gustavo Ferreira Gomes, Luiz Emygdio de Oliveira, João Carlos de Oliveira Azedias, José Paes Leme da Motta, Hudson Braga, Walter Luiz Correa Magalhães e Henrique Alberto Santos Ribeiro, contra o Acórdão 875/2020-TCU-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos embargantes e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1775-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1776/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.763/2020-9.

1.1. Apensos: 006.194/2021-4; 012.664/2021-9; 014.700/2021-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Relatório de Acompanhamento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Petróleo Brasileiro S.A. (33.000.167/0001-01).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

8. Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (62.929/OAB-RJ), Rafael Zimmermann Santana (154.238/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em razão da contradição contida no Acórdão 2.479/2021 - TCU - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acolher os embargos de declaração opostos pela Petrobras, conferindo-lhes efeitos infringentes, de forma a alterar a redação dos itens 9.3. e 9.4. do Acórdão 2.479/2021 - TCU - Plenário, que passam a vigorar com a seguinte redação:

9.3. manter o sigilo do relatório (peça 98) que fundamentou o Acórdão 2.479/2021-TCU-Plenário, bem como das demais peças destes autos conforme inserido no aplicativo Classificação de peças do e-TCU com restrição de acesso, de modo que a concessão de vistas e cópias seja feita de acordo com as restrições ou permissões ali constantes;

9.4. tornar público, com fundamento no art. 8º, § 3º, inciso III, c/c art. 11, inciso III, da Resolução-TCU 294/2018:

9.4.1 Relatório de Acompanhamento da SeinfraPetróleo com as omissões dos trechos cuja informação foi classificada como confidencial pela Petrobras (peça 77);

9.4.2 Voto que fundamentou o Acórdão 2.479/2021-TCU-Plenário (peça 97) com as omissões dos trechos cuja informação foi classificada como confidencial pela Petrobras (peça 103);

9.4.3. este acórdão, relatório e voto que o fundamentaram;

9.3 dar ciência deste acórdão à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1776-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1777/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.319/2007-3

1.1. Apensos: 021.340/2006-3; 024.555/2007-9; 013.949/2007-5; 002.931/2006-4; 006.138/2006-0

2. Grupo II - Classe de Assunto I: Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas)

3. Embargante: Carlos Augusto Moreira Junior (428.164.169-68)

4. Unidade: Universidade Federal do Paraná

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: Luzardo Faria (86.431/OAB-PR), Rafaella Nataly Facio (103.999/OAB-PR) e outros, representando Carlos Augusto Moreira Junior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração interpostos por Carlos Augusto Moreira Júnior, ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná, contra o Acórdão 1.483/2022 - Plenário, que negou provimento ao recurso de reconsideração por ele anteriormente interposto contra o Acórdão 3.142/2020 - Plenário, o qual, ao apreciar as contas de 2006 da referida instituição de ensino, julgou irregulares as contas do ora embargante, sem imputar-lhe débito ou multa, em razão do descumprimento reiterado e injustificado de determinações desta Corte, constatado em outros processos relativos à Universidade, nos quais lhe foi aplicado multas pela inobservância de comandos específicos deste Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão ao embargante, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1777-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1778/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.387/2020-5

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (em Representação)

3. Recorrente: Agência Nacional de Telecomunicações (02.030.715/0001-12)

4. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Rycharde Farah (10.032/OAB-SC), Cesar Tadeu Schimitt do Nascimento (25.737/OAB-SC) e outros, representando MMB Transporte e Locação Ltda; Daniel Gustavo Santos Roque (311195/OAB-SP), representando Agência Nacional de Telecomunicações

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel contra o Acórdão 103/2021-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 103/2021-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência à Anatel, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 1/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.3.1. caracteriza violação aos princípios basilares da licitação dispostos no art. 3º da Lei 8.666/1993 e no art. 4º, inciso III, da Lei 10.520/2002, especialmente os da isonomia, vantajosidade e competitividade, a vedação indevida à participação de microempresa e empresa de pequeno porte optantes do Simples Nacional, ou a exigência de que a empresa optante, caso contratada, proceda a sua exclusão desse regime tributário, em certames licitatórios cujo objeto seja o transporte de passageiros, materiais e/ou equipamentos, mediante a locação de veículos com motorista, nas situações em que a correspondente mão de obra para prestação dos serviços apresentar caráter acessório ao objeto principal e finalidade instrumental à operação dos veículos locados;

9.3.2. a inserção de condições no edital, incompatíveis com o regime de empreitada por preço global, a exemplo das constantes dos subitens 6.5.2 e 8.7.1 do edital, viola o princípio da razoabilidade, o art. 6º, inc. VIII, alínea a, da Lei 8.666/1993 e a jurisprudência deste Tribunal (e.g. dos Acórdãos 738/2015-TCU-Plenário e 910/2014-TCU-Plenário);

9.4. encaminhar cópia desta decisão à Anatel, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1778-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1779/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.932/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Revisão de ofício (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Helenice de Fátima Marcolin Bonato (426.660.820-91); Nara Silvana Terres da Silva (279.266.300-63).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Canoas/RS - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Glênio Luis Ohlweiler Ferreira (23021/OAB-RS), Tiago Gornicki Schneider (68.833/OAB-RS) e outros, representando Helenice de Fátima Marcolin Bonato; Glênio Luis Ohlweiler Ferreira (23021/OAB-RS), Larissa Moreira da Rosa (102.922/OAB-RS) e outros, representando Nara Silvana Terres da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Revisão de Ofício de atos de concessão inicial de aposentadoria a Helenice de Fátima Marcolin Bonato e Nara Silvana Terres da Silva, ex-servidoras do INSS, submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União para fins de registro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. manter o registro tácito do ato inicial de concessão de aposentadoria a Helenice de Fátima Marcolin Bonato e Nara Silvana Terres da Silva, conforme o Acórdão 9.110/2021-1ª Câmara, de modo a considerar legais os referidos atos;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, presumida a boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em Canoas/RS, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no inciso I do art. 4º da Resolução TCU 315/2020, que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, adote providências para regularização da falha financeira nos proventos da ex-servidora Nara Silvana Terres da Silva, referente à parcela judicial de URV (3,17%), com a suspensão do pagamento da vantagem impugnada, nos termos dos arts. 262 do Regimento Interno/TCU e 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. comunique às servidoras aposentadas acerca do teor deste Acórdão;

9.3.3. nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, os comprovantes de que as interessadas tomaram ciência do inteiro teor desta deliberação;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao Órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1779-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1780/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.131/2016-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Companhia das Docas do Estado da Bahia (14.372.148/0001-61).

3.2. Responsáveis: Antônio Alberto Cotrim Silva (063.739.175-68); Fernando Roth Schmidt (000.955.675-34); Iabi Bandeira Macêdo (918.489.975-15); Ival Maia Ribeiro (292.465.555-20); José Muniz Rebouças (550.844.007-00); Liberio Menezes Filho (017.704.545-00); Luiz Borba Souza (220.084.205-82); Paulo Sérgio Oliveira Passos (128.620.881-53); Renato Neves da Rocha Filho (116.075.725-91); Roberto Conceicao dos Santos (787.290.255-91); Rogério de Abreu Menescal (380.965.793-04); Tânia Regina Gomes Santos (140.560.705-04)..

4. Órgão/Entidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Ival Maia Ribeiro (9122/OAB-BA), Matheus Falcao de Almeida Seixas (21159/OAB-BA) e outros, representando Companhia das Docas do Estado da Bahia.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada em cumprimento ao item 9.6.2 do Acórdão 1941/2016-1ª Câmara, rel. Min. José Múcio Monteiro, por meio do qual esta Corte apreciou as contas anuais da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) referentes ao exercício de 2011 e, dentre outras medidas, determinou a apuração da ocorrência de possíveis irregularidades no Contrato 014/2013;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 235 e 237, VI, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. excluir os nomes de Fernando Roth Schmidt e Antônio Alberto Cotrim Silva da presente relação processual de responsáveis, em virtude do falecimento de ambos;

9.3. considerar revel o responsável Roberto Conceição dos Santos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.4. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Rogério de Abreu Menescal, Paulo Sérgio Oliveira Passos, Luiz Borba Souza, José Muniz Rebouças, Libério Menezes Filho, Iabi Bandeira Macêdo e Ival Maia Ribeiro;

9.5. rejeitar, parcialmente, as razões de justificativa apresentadas por Renato Neves da Rocha Filho e Tânia Regina Gomes Santos, aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, II, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 4.000,00, fixando prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 e do art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.7. determinar à Companhia das Docas do Estado da Bahia, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos dos responsáveis, observados os limites previstos na legislação pertinente, caso expirado o prazo a que se refere o art. 25 da Lei 8.443/1992;

9.8. autorizar a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação e reste infrutífera a medida proposta no item 92.7 retro;

9.9. dar ciência à Companhia das Docas do Estado da Bahia, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes irregularidades, identificadas na Concorrência 2/2013, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.9.1. ausência de parcelamento do objeto da contratação, considerada a indevida adjudicação por preço global de serviços não contínuos de recuperação, com aquisição de materiais/equipamentos, e de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, em razão da ofensa ao disposto no art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993, nos termos da Súmula - TCU 247;

9.9.2. elaboração da planilha de orçamento estimativo para a contratação baseada em fonte única de pesquisa de preços, em desacordo com o art. 3º da Lei 8.666/1993, nos termos da jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 206/2002-TCU-2ª Câmara, 1.583/2007-TCU-1ª Câmara e 1.752/2007-TCU-Plenário, entre outros);

9.9.3. aplicação de taxa linear de BDI, sem diferenciação para o fornecimento de materiais e equipamentos, em razão da ofensa ao art. 3º da Lei 8.666/1993, consoante disposto na Súmula - TCU 253; e

9.9.4. desnaturação da natureza continuada dos serviços no âmbito do Quarto Termo Aditivo ao Contrato 14/2013, em ofensa ao art. 57, II, da Lei 8.666/1993.

9.10. informar à Companhia das Docas do Estado da Bahia que o inteiro teor deste acórdão, juntamente com o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.11. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1780-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1781/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.361/2017-8.

1.1. Apenso: 040.038/2020-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Luiz Medeiros Nobre (177.220.634-20).

3.2. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.3. Responsáveis: Geraldo Novais Agra Filho (029.349.854-74); Luiz Medeiros Nobre (177.220.634-20).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Carneiros - AL.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Fabricio Oliveira de Albuquerque (7.343/OAB-AL), Vagner Paes Cavalcanti Filho (7.163/OAB-AL) e outros, representando Geraldo Novais Agra Filho; Filipe Thiago de Vasconcelos Almeida (8.052/OAB-AL), representando Luiz Medeiros Nobre.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se aprecia recurso de revisão interposto por Luiz Medeiros Nobre (177.220.634-20) contra o Acórdão 8.928/2020-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas do responsável, condenando-o em multa, em razão da omissão no dever de prestar contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, repassados no exercício de 2012, na modalidade fundo a fundo, ao Município de Carneiros/AL,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1 nos termos dos arts. 32, inciso III e 35, da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de revisão, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Procuradoria da República no Estado de Alagoas e demais interessados no processo, informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças do processo pode ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica".

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1781-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1782/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 044.443/2012-9.

1.1. Apenso: 008.643/2011-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrentes: Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A. em recuperação judicial; e Construtora Queiroz Galvão S.A.

3.2. Responsáveis: Ana Maria de Araujo Torres Pontes (089.151.214-49); Companhia Pernambucana de Saneamento (09.769.035/0001-64); Construtora Norberto Odebrecht S A (15.102.288/0001-82); Construtora OAS S.A. Em Recuperação Judicial (14.310.577/0001-04); Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60); João Bosco de Almeida (059.132.414-87); Luiz Moura de Santana (054.491.624-72); Otacílio de Souza Araújo (052.172.374-49).

3.3. Recorrentes: Construtora Norberto Odebrecht S A (15.102.288/0001-82); Construtora Queiroz Galvão S A (33.412.792/0001-60); Construtora OAS S.A. Em Recuperação Judicial (14.310.577/0001-04).

4. Órgão/Entidade: Companhia Pernambucana de Saneamento.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

8. Representação legal: Flávio Porpino Cabral de Melo (23.562-D/OAB-PE), Djalma Souto Maior Paes Junior (6.327/OAB-PE) e outros, representando Companhia Pernambucana de Saneamento; Manoel Luiz de França Neto (17605/OAB-PE), Marcio Blanc Mendes (979B/OAB-PE) e outros, representando João Bosco de Almeida; Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF), Patrícia Guercio Teixeira Delage (35148/OAB-DF) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A; Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF), Patrícia Guercio Teixeira Delage (35148/OAB-DF) e outros, representando Construtora Queiroz Galvão S.A; Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF), Patrícia Guercio Teixeira Delage (35148/OAB-DF) e outros, representando Construtora OAS S.A. Em Recuperação Judicial.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de agravo interposto por Construtora Queiroz Galvão S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Construtora OAS S.A. em face de decisão monocrática exarada pelo Ministro Benjamin Zymler que, em sede de exame de admissibilidade de recurso de reconsideração interposto pelas referidas empresas contra o Acórdão 1.537/2020-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Bruno Dantas, não concedeu efeito suspensivo ao seu subitem 9.6, pelo qual o Tribunal solicitou providências à Advocacia-Geral da União (AGU) para ajuizamento de ação cautelar de arresto em desfavor das ora agravantes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 289 do Regimento Interno do TCU, conhecer do agravo para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. de ofício, tornar insubsistente o subitem 9.6 do Acórdão 1.537/2020-TCU-Plenário.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1782-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1783/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-012.710/2001-6.

1.1. Apenso: TC-008.830/2000-0.

2. Grupo I; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Heracilio de Sousa Alencar (169.947.952-68), A.C.M. Gomes (00.938.986/0001-45), Antônio Alves de Gouveia (035.143.583-20), Armarinho São Paulo (63.448.948/0001-24), B. B. C. Santana (01.770.085/0001-50), Bertcon Serviços Ltda. (02.553.825/0001-69), Casa Maranhão (63.428.205/0001-92), Comercial Bom de Preço (01.861.512/0001-05), Comercial Kalina (01.172.237/0001-12), Comercial São Luis Rei de França (02.740.337/0001-60), Construar - Construtora Imobiliária Comércio e Representações (01.680.767/0001-71), Construtora Neves Engenharia Ltda. (06.765.392/0001-82), Construtora Rio Verde Ltda. (02.409.427/0001-73), Construtora Tavares Cunha Ltda. (69.569.473/0001-00), Engema - Engenharia e Comércio de Instalações (01.041.449/0001-60), Equipe Comercial de Equipamentos e Consumo Ltda. (69.424.356/0001-95), Flank Rafael Silva Santos (449.650.953-91), Fran-Com e Representações (02.670.226/0001-25), Francisco Rodrigues Lima (06.029.078/0001-15), Gilberto da S. Reis (02.343.474/0001-61), Gilson Oliveira Pereira (407.459.533-87), Hidracon Perfurações, Construções e Incorporação Ltda. (01.669.325/0001-24), Iramar Alves Sampaio ME (10.423.861/0001-36), J. B. Lopes Teixeira (02.366.215/0001-56), José Juscelino dos Santos Rezende (094.901.593-87), Jurucey Souza Santos (06.187.447/0001-06), Lajofre Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. (11.794.336/0001-90), L. T. Nunes Construção e Projetos em Geral (02.041.972/0001-50), Madeireira Eldorado (23.479.238/0001-35), Margareth Rose Martins Bringel (215.948.993-04), Márcia dos Santos Resende (280.727.073-53), Márcio dos Santos Herrera (561.671.480-15), Metalúrgica Santa Inês (10.415.545/0001-12, Município de Vitorino Freire/MA (06.018.568/0001-16), Ney dos Santos Resende (351.307.093-49), Norbral - Comércio Representação e Serviços Ltda. (01.129.769/0001-77), Papelaria Imperial (03.498.735/0001-85), Prestacional Marsul (00.061.779/0001-55), R. S. Ferro (03.213.783/0001-80), Sorveteria Equatorial (00.835.707/0001-18), Tiago Madeiras Ltda. (41.623.984/0001-44), Tracom Tavares Representações e Comércio Ltda. (01.015.609/0001-05), Visão Comércio e Representações (00.363.456/0001-16 e Xavier Engenharia Ltda. (00.369.904/0001-99).

4. Entidade: Município de Vitorino Freire/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Deliberações - Seged.

8. Advogados constituídos nos autos: Diego José Fonseca Moura (OAB/MA 8.192), Raimundo da Silva Santos (OAB/MA 6.086), Vanda Lúcia Correia Guimarães e Silva (OAB/MA 4.213), Rosilene Belinda (OAB/MA 4.192), Cornélio de Jesus Pereira (OAB/MA 4.265), Natusha de Fátima Torres Chaves (OAB/MA 8.032), Rogério Alves da Silva (OAB/MA 4.879), Carlos Alberto de Araújo (OAB/RN 3.061), Adriano Geoffrey de Gois Araújo (OAB/CE 14.714), José Lopes de Abreu (OAB/MA 2.010), José Milton Carvalho Ferreira (OAB/MA 2.307), Maria Gorete M. Bringel Carvalho (OAB/MA 2.228), Danilo Gonçalves Costa e Lima (OAB/MA 6.487), Andrea Saraiva Cardoso dos Reis (OAB/MA 5.677), José Alex Barroso Leal (OAB/MA 4.683) e Artur Gomes de Sousa (OAB/MA 4.279).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial decorrente da conversão de Relatório de Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Vitorino Freire/MA, por força do Acórdão 246/2003 - Plenário, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do então Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, nos exercícios de 1998 a 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução/TCU 178/2005, com a redação dada pela Resolução/TCU 235/2010, rever de ofício o Acórdão 3.017/2011 - Plenário, a fim de tornar insubsistentes, para o Sr. Heracilio de Sousa Alencar, as sanções de multa e inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, consignadas, respectivamente, em seus subitens 9.5 e 9.8, em razão de seu falecimento antes da prolação da referida deliberação.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1783-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1784/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-035.128/2015-1 (Apenso: 015.356/2020-5).

2. Grupo: II; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Luciano Fonseca de Sousa (010.293.343-07); Geraldo Fonseca Correia (493.106.311-04) e Município de Bertolínia/PI (06.554.034/0001-04).

4. Entidade: Município de Bertolínia/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).

8. Representação legal: Marcus Vinicius Santos Spindola Rodrigues (12.276/OAB-PI), Joao Evangelista de Sena Junior (14.260/OAB-PI) e outros, representando Luciano Fonseca de Sousa; Leonardo Burlamaqui Ferreira (12795/OAB-PI), representando Aracelia Maria de Sousa; Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (2.953/OAB-PI), Jose Norberto Lopes Campelo (2.594/OAB-PI) e outros, representando Construtora Realiza Ltda - Me; Leonor Veloso da Rocha Fonseca Correia (17141/OAB-PI) e Francisco de Assis Alves de Neiva (4521/OAB-PI), representando Prefeitura Municipal de Bertolínia/PI.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde no Estado do Piauí contra a Sra. Aracelia Maria de Sousa e o Sr. Luciano Fonseca de Sousa, ex-prefeitos de Bertolínia/PI, bem como contra o Sr. Alcenor de Carvalho Miranda, sócio-administrador da Construtora Realiza Ltda., em face da execução parcial do objeto pactuado e da não devolução do saldo do Convênio 431/2002 (Siafi 476498), celebrado entre a referida municipalidade e a Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. tornar insubsistente a determinação constante do subitem 9.5 do Acórdão 4787/2019 - 1ª Câmara; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao Município de Bertolínia/PI e aos Srs. Luciano Fonseca de Sousa e Geraldo Fonseca Correia.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1784-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1785/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.737/2022-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional formulada pelo deputado federal Áureo Ribeiro, vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (ofício 107/2022/CFFC-P, de 9/6/2022), com base na solicitação de informação - REQ 54/2022-CFFC.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 232, III, do RI/TCU, e art. 4º, I, b, da Resolução TCU 215/2008;

9.2. informar ao relator do TC 018.916/2020-1, ministro Augusto Sherman, nos termos do art. 13 da Resolução-TCU 215/2008, que foram juntadas aos presentes autos cópias das peças processuais necessárias ao atendimento do pedido da SCN;

9.3. informar ao vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que:

9.3.1. tão logo ocorra a edição de ato decisório de mérito no processo TC 043.063/2021-7, serão encaminhadas, no âmbito daquele processo, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados as informações requisitadas na PFC 43/2021, incluindo as cópias do inteiro teor das deliberações proferidas nos TCs 016.873/2020-3, 047.592/2020-6, 034.024/2020-4, 022.079/2021-1 e 022.066/2021-7;

9.3.2. serão encaminhas as cópias do inteiro teor das deliberações proferidas nos TCs 039.513/2021-1 e 018.916/2020-1.

9.4. dar ciência desta deliberação ao vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, encaminhando-lhe cópia da instrução de peça 14 e das peças 7-12;

9.5. considerar a solicitação integralmente atendida, tendo em vista que as informações remanescentes serão prestadas nos processos TC 039.513/2021-1 e TC 043.063/2021-7, e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 17, II, da Resolução TCU 215/2008 e 169, II, do RI/TCU.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1785-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1786/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.949/2022-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Município de Paracambi/RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

8. Representação legal: Hugo Leonardo Alves de Lima Martins (OAB/RJ 213265), representando Renacoop - Renascer Cooperativa de Trabalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas no pregão presencial 010/SEMUS/2021, do munícipio de Paracambi/RJ, para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços nas unidades de saúde e básicas de saúde, vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental, zoonoses, centro de imagem, hospital e maternidade, unidades ambulatoriais de referência secundária e unidades de atenção à saúde mental.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os art. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, sem opinar sobre seu mérito;

9.2. remeter cópia integral dos presentes autos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro a fim de subsidiar a análise do Processo TCE-RJ 207.269-3/22;

9.3. dar ciência ao município de Paracambi/RJ de que a Lei 13.019/2014 não pode ser aplicada aos ajustes cujo objeto envolva parceria e fomento à atuação do setor privado sem fins lucrativos para a prestação de serviços de caráter complementar no SUS, cuja norma de regência é a Lei 9.637/1998, sendo o contrato de gestão a única forma de se firmar a parceria entre organizações sociais e o setor público;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao município de Paracambi/RJ e ao representante, comunicando-lhes que seu inteiro teor estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.5. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1786-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1787/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.280/2021-3.

1.1. Apensos: 014.821/2021-4; 014.820/2021-8

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Interessados: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); Presidência da República (PR); Deputados Federais Marcelo Ribeiro Freixo e Alessandro Molon; Senador Fernando Bezerra.

4. Órgãos/Entidades: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); Presidência da República (PR).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Pedro Henrique Adoglio Benradt (OAB-SP 327.754/OAB-SP), representando XCMG Brasil Indústria Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação de possíveis irregularidades na condução dos pregões eletrônicos da Codevasf, relacionadas às aquisições de máquinas e equipamentos pesados (tratores, retroescavadeiras, caminhões pipa, etc.), com recursos originários das emendas do relator geral do orçamento - RP9, para serem doados a diversos municípios.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fulcro no art. 276, § 1º, do RI/TCU, referendar a revogação da medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 381 destes autos, bem como as medidas complementares constantes no mencionado despacho;

9.2. considerar prejudicada, por perda de objeto, o pedido de prorrogação de prazo para atendimento à diligência (ofício 33059/2022-TCU-Seproc, peças 388 e 389), tendo em vista o superveniente atendimento, conforme demonstrativo das comunicações processuais (peça 394).

10. Ata n° 30/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 3/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1787-30/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 58 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 10 de agosto de 2022.

MINISTRO BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
Em exercício da Presidência

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 624, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Dá publicidade externa à Instrução Eleitoral do Conselho Regional de Biologia 8ª Região - CRBio-08 (BA, AL, SE), para o mandato de 06 de janeiro de 2023 a 05 de janeiro de 2027.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando o aprovado na 454ª Reunião de Diretoria do Conselho Federal de Biologia, realizada no dia 11 de agosto de 2022, ad referendum do Plenário, resolve:

Art. 1º É dada publicidade externa à Instrução Eleitoral que regulamenta o processo para eleição e posse dos Conselheiros do Conselho Regional de Biologia 8ª Região - CRBio-08 (BA, AL, SE), para o mandato de 06 de janeiro de 2023 a 05 de janeiro de 2027.

Parágrafo único. Cópia da íntegra da Instrução Eleitoral encontra-se na sede do Conselho Regional de Biologia 8ª Região - CRBio-08 (BA, AL, SE), e no site do CRBio-08: www.crbio08.gov.br, à disposição dos interessados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EDUARDA LACERDA DE LARRAZÁBAL DA SILVA
Presidente do Conselho

ANEXO

INSTRUÇÃO ELEITORAL QUE REGULAMENTA O PROCESSO PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 8ª REGIÃO - CRBio-08 PARA O MANDATO DE 06 DE JANEIRO DE 2023 A 05 DE JANEIRO DE 2027

O Conselho Federal de Biologia - CFBio a teor do disposto no inciso III do art. 6º do seu Regimento, resolve baixar a seguinte Instrução Eleitoral, que regulamenta o processo de eleição e posse dos membros do Conselho Regional de Biologia da 8ª Região - CRBio-08 (BA, AL, SE), para o mandato referente ao período de 06 de janeiro de 2023 a 05 de janeiro de 2027.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A eleição dos membros do Conselho Regional de Biologia da 8ª Região - CRBio-08 obedecerá ao disposto nesta Instrução Eleitoral, sem prejuízo das demais normas legais.

Art. 2º Serão eleitos dez Conselheiros Efetivos e igual número de respectivos Suplentes.

§ 1º Os Conselheiros cumprirão um mandato com duração de quatro anos.

§ 2º O prazo do mandato contar-se-á a partir da investidura dos Conselheiros na data de posse, registrada por ato formal em livro próprio.

Art. 3º Adotar-se-á para a eleição o sistema de voto direto eletrônico, obrigatório, secreto e pessoal, na forma desta Instrução Eleitoral.

Art. 4º A eleição será convocada pelo Presidente do Conselho Regional de Biologia, por Aviso de Eleição publicado no Diário Oficial da União - DOU, no site do CRBio-08: www.crbio08.gov.br, bem como afixado na sede do CRBio-08 dele constando obrigatoriamente:

I - os cargos a serem preenchidos e o período do mandato;

II - as formalidades para apresentação dos pedidos de inscrição de chapas, nos termos do art. 13 desta Instrução Eleitoral;

III - a informação de que cada chapa poderá indicar um fiscal para acompanhar a apuração;

IV - o período em que a Comissão Eleitoral receberá os pedidos de inscrição de chapas;

V - a informação de que a presente Instrução Eleitoral encontra-se à disposição dos interessados na sede e no site do CRBio;

VI - a data e o local da apuração dos votos;

VII - a obrigatoriedade do voto, com referência às condições para seu exercício e à multa eleitoral, conforme art. 8º da Lei nº 6.684/79 e art. 19 do Decreto nº 88.438/83.

§ 1º O Aviso de Eleição será publicado no Diário Oficial da União - DOU, até o dia 18 de agosto de 2022.

§ 2º A Portaria que cria a Comissão Eleitoral, bem como o Aviso de Eleição serão afixados em local visível na sede e divulgados no site do CRBio.

§ 3º A senha provisória de votação será enviada por correspondência, a ser postada até o dia 13 de novembro de 2022, e também poderá ser obtida pelo Biólogo através do Sistema de Eleição constante no site do CRBio até o último dia de votação.

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 5º O CRBio editará Portaria própria, até 21 de agosto de 2022, criando a Comissão Eleitoral e nomeando seus membros efetivos e suplentes, que será afixada em local visível na sede e divulgada no site do CRBio.

Art. 6º A Comissão Eleitoral será composta por cinco Biólogos, sendo três efetivos, um primeiro suplente e um segundo suplente, todos com registro definitivo, em dia com as suas obrigações, inclusive com a Tesouraria.

§ 1º A Comissão Eleitoral será formada por Coordenador, Secretário e Mesário, indicados dentre os três efetivos, sendo que os suplentes serão convocados no caso de impedimento dos efetivos.

§ 2º Ficam impedidos de compor a Comissão Eleitoral os candidatos a Conselheiro, bem como seus parentes até terceiro grau e por afinidade.

§ 3º Ocorrendo inscrição de chapa composta por cônjuge ou parente de membro da Comissão Eleitoral, este será imediatamente destituído da função e substituído.

Art. 7º Compete à Comissão Eleitoral:

I - tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Instrução Eleitoral, assegurando a regularidade do processo eleitoral;

II - receber, processar e julgar os pedidos de inscrição de chapa(s);

III - receber, processar e julgar os recursos apresentados;

IV - requisitar à Diretoria do CRBio o material necessário à votação e a apuração;

V - adotar as providências necessárias para execução do processo de votação e executar a sua apuração, podendo requisitar tantos auxiliares quantos forem necessários ao bom andamento dos trabalhos;

VI - como último ato, entregar ao Presidente do CRBio duas vias do relatório do resultado do processo eleitoral;

VII - praticar todos e quaisquer atos inerentes ao processo eleitoral.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral receberá o pedido de inscrição de chapa(s), por meio físico, protocolado no CRBio, devidamente acompanhado da documentação exigida nesta Instrução Eleitoral.

DOS ELEITORES

Art. 8º Estão habilitados para votar os Biólogos:

I - com registro definitivo no CRBio, ativo/regular, homologado até a data da convocação das eleições, através do Aviso de Eleição;

II - com registro provisório no CRBio, ativo/regular, homologado até a data da convocação das eleições, através do Aviso de Eleição.

§ 1º Adimplentes até trinta dias antes da data final de votação, quando serão transferidos os dados de ativos/regulares para o Sistema de Votação, onde permanecerão inalterados até o término e homologação da Eleição.

§ 2º Não perderá a condição de eleitor o Biólogo com registro provisório, que solicitar a transferência do seu registro para definitivo.

Art. 9º Não estão habilitados para votar os Biólogos:

I - com registro secundário no CRBio;

II - licenciados;

III - com registro suspenso;

IV - com registro cancelado.

Art. 10. Não poderão votar os Biólogos que estiverem em débito com a Tesouraria, sob pena de incidirem na multa eleitoral prevista no art. 32 desta Instrução Eleitoral.

Parágrafo único. Os Biólogos que estiverem em débito com a Tesouraria deverão regularizar sua situação junto ao CRBio, para poder exercer o direito ao voto.

DOS CANDIDATOS, DAS CHAPAS E DAS INSCRIÇÕES

Art. 11. A candidatura dos Biólogos somente será possível através da participação em chapas completas.

Art. 12. São condições para deferimento do pedido de inscrição das chapas:

I - a indicação de dez candidatos para os cargos efetivos e dez candidatos para os respectivos cargos suplentes, registrados e domiciliados na jurisdição;

II - a apresentação integral, de uma só vez, da documentação indicada no § 2º, do art. 13 desta Instrução Eleitoral;

III - a apresentação do pedido de inscrição da chapa, na sede do CRBio, por meio físico, no período de 05 de setembro até 23 de setembro de 2022, no horário de atendimento público, exceto sábados, domingos e feriados.

Parágrafo único. Considera-se apresentado o pedido de inscrição de chapa na data do seu recebimento na sede do CRBio, por meio físico, quer seja efetuado pessoalmente ou por remessa postal, respeitando-se o período indicado no inciso III acima.

Art. 13. As inscrições serão feitas mediante solicitação do candidato representante da chapa em ofício endereçado ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que será recebido mediante protocolo.

§ 1º O protocolo mencionará a data e o horário do recebimento do pedido de inscrição, expedindo-se imediatamente declaração do ato, em duas vias, sendo uma entregue ao representante da chapa requerente e a outra ao Coordenador da Comissão Eleitoral, devendo ser juntada ao Processo Eleitoral do CRBio.

§ 2º Do pedido de inscrição constará obrigatoriamente o nome da chapa, e será acompanhado dos seguintes documentos:

a) listagem única em que conste o nome, o número e a data da homologação do registro no Sistema CFBio/CRBios, de todos os componentes da chapa, mencionando os candidatos a Conselheiros efetivos e respectivos suplentes;

b) declaração do CRBio informando a situação de todos os candidatos indicados, nos termos do art. 14, desta Instrução Eleitoral, podendo ser apresentada em listagem única;

c) declaração firmada de próprio punho pelo candidato indicado declarando satisfazer as condições de elegibilidade nos termos do art. 14, bem como de não incorrer em inelegibilidade prevista no art. 15, e que, se eleita a chapa, aquele se compromete a assumir como Conselheiro Efetivo ou Suplente, nos termos dos Anexos I e II, que ficam fazendo parte desta Instrução Eleitoral;

d) sumário, de no máximo cinco linhas, sobre a formação acadêmica e atividades profissionais de cada candidato indicado, sendo certo que o excedente será desconsiderado;

e) plataforma eleitoral da chapa, com no máximo dez linhas, contendo filosofia de ação e metas a serem atingidas, para melhor orientação dos eleitores.

§ 3º Todos os documentos exigidos no § 2º deste artigo serão entregues ao protocolo do CRBio dentro de envelope lacrado, assinado pelo candidato representante da chapa que será numerado e rubricado pelo responsável do protocolo.

Art. 14. Somente poderão se candidatar os Biólogos com registro definitivo, ativo/regular, e que:

I - sejam cidadãos brasileiros;

II - estejam em pleno gozo de seus direitos profissionais, civis e políticos, mediante declaração firmada de próprio punho nos termos dos anexos I e II da presente Instrução Eleitoral;

III - sejam domiciliados na jurisdição do CRBio;

IV - no ato da inscrição da chapa estejam em dia com a Tesouraria do CRBio, inclusive com o pagamento da anuidade do ano corrente;

V - estejam inscritos no Sistema CFBio/CRBios há pelo menos cinco anos, podendo ser computado o tempo de Registro Provisório.

Art. 15. São impedidos de se candidatar os Biólogos que:

I - sejam integrantes da Comissão Eleitoral;

II - tenham sido escolhidos para atuar como auxiliar no processo eleitoral;

III - tenham sido condenados em processo criminal com sentença transitada em julgado, nos últimos cinco anos contados da data deste trânsito;

IV - tenham sido apenados, em processo ético disciplinar, com decisão transitada em julgado, na via administrativa, nos últimos cinco anos contados da data deste trânsito;

V - estejam em débito com suas obrigações junto a Tesouraria do CRBio;

VI - estejam no gozo de licença, ou com registro suspenso/cancelado, até a data da publicação do Aviso de Eleição no DOU, pelo CRBio;

VII - sejam assessores ou empregados do Sistema CFBio/CRBios.

Art. 16. Será indeferido, por despacho sintético e fundamentado da Comissão Eleitoral, o pedido de inscrição da chapa:

I - que vier desacompanhado de qualquer um dos documentos indicados no art. 13 desta Instrução Eleitoral;

II - que indicar candidato já inscrito em outra chapa, prevalecendo a inscrição que primeiro for apresentada;

III - verificada a falta de requisitos de elegibilidade, ou o impedimento de qualquer dos candidatos, até o momento da inscrição.

Parágrafo único. O despacho que negar a inscrição da(s) chapa(s) será encaminhado ao candidato representante da chapa interessada e afixado na sede do CRBio.

Art. 17. A relação da(s) chapa(s) regularmente inscrita(s) e de seus candidatos será publicada no Diário Oficial da União - DOU, no site do CRBio e afixada na sede do CRBio, até o dia 09 de outubro de 2022.

Art. 18. Os representantes das chapas poderão interpor recurso à Comissão Eleitoral face à negativa da inscrição da sua chapa ou para questionar chapa inscrita, até às 17h do dia 15 de outubro de 2022, o qual será decidido da seguinte forma.

§ 1º O recurso será encaminhado, por escrito, ao Coordenador da Comissão Eleitoral, acompanhado de toda a documentação necessária ao seu julgamento.

§ 2º A Comissão Eleitoral julgará, até o dia 22 de outubro de 2022, os recursos apresentados, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos ao representante de chapa.

§ 3º Após o julgamento dos recursos, e havendo qualquer alteração na lista anteriormente publicada, a nova lista, em caráter definitivo, será publicada no Diário Oficial da União - DOU, em até dez dias após o julgamento pela Comissão Eleitoral, devendo ser afixada em local visível na sede e divulgada no site do CRBio, até o término da apuração.

§ 4º Da decisão da Comissão Eleitoral, referida nos §§ 2º e 3º deste artigo não caberá outro recurso.

DA VOTAÇÃO

Art. 19. A Comissão Eleitoral enviará aos Biólogos Eleitores expediente com orientações para votação e a senha provisória para acesso ao sistema de votação, até o dia 13 de novembro de 2022.

Parágrafo único. A senha provisória para acesso ao sistema de votação também poderá ser obtida no site do CRBio www.crbio08.gov.br

Art. 20. O processo de votação se dará exclusivamente por meio eletrônico, utilizando-se o site do CRBio, sendo inválido o voto por qualquer outro meio.

§ 1º O Coordenador da Comissão Eleitoral dará início, depois de retirada da zerésima, à abertura da votação.

§ 2º A votação ocorrerá eletronicamente tendo início às 9h do dia 25 novembro de 2022 com encerramento às 17h do dia 30 de novembro de 2022, horário de Brasília.

§ 3º Para votação eletrônica via internet, o Biólogo deverá acessar a página do CRBio e seguir para o link de votação.

§ 4º Caso o Biólogo não tenha recebido a senha, deverá entrar no site do CRBio, acessar o link de votação para gerar sua senha.

§ 5º O eleitor deverá seguir as instruções para confirmação de seu voto. Após a votação terá a opção de imprimir o comprovante com data e hora.

§ 6º O CRBio disponibilizará aos Biólogos, em sua sede, no período de votação, um computador para votação eletrônica.

§ 7º A divulgação do procedimento que trata este artigo será efetuada no site do CRBio.

DA APURAÇÃO

Art. 21. A Comissão Eleitoral procederá a apuração dos votos na sede do CRBio, no dia 30 de novembro de 2022, iniciando-se os trabalhos a partir das 17:05h, horário de Brasília.

Art. 22. Caberá à Comissão Eleitoral:

I - validar o relatório final da votação eletrônica com o resultado da eleição, emitido pela empresa responsável;

II - registrar em ata o resultado da eleição, assinada pelos membros da Comissão Eleitoral, pelos representantes ou fiscais de chapas e demais presentes, que assim o desejarem.

Art. 23. Caberá a uma empresa de auditoria independente validar o processo eleitoral e emitir um laudo de auditoria, em até dois dias úteis, a contar do encerramento da eleição.

Art. 24. Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos, assim declarada pela Comissão Eleitoral, cuja divulgação será feita até 07 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU, afixada na sede e divulgada no site do CRBio.

Art. 25. No Processo Eleitoral Eletrônico não é admitida a recontagem dos votos, principalmente por não haver registro do voto, garantindo-se a isenção e a confidencialidade do processo de votação, uma vez que o sistema é objeto de auditoria externa.

Art. 26. Da decisão da Comissão Eleitoral que declarar a chapa eleita caberá recurso, por escrito, contendo de forma clara as razões, a ser interposto perante a Comissão Eleitoral, em até cinco dias após a publicação no Diário Oficial da União - DOU, que será decidido na seguinte conformidade.

§ 1º Recebido o recurso, a Comissão Eleitoral poderá, em até dois dias úteis, reconsiderar ou confirmar a sua decisão quanto à declaração da chapa eleita, em despacho fundamentado que será publicado nos mesmos termos do previsto no art. 17 podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos do representante de qualquer das chapas concorrentes, ou a terceiros.

§ 2º Da decisão da Comissão Eleitoral referida no § 1º deste artigo não caberá outro recurso à Comissão Eleitoral ou ao CRBio.

Art. 27. Verificado o empate entre duas chapas, será considerada eleita a chapa cuja soma do tempo de inscrição de seus membros no Sistema CFBio/CRBios seja maior.

Parágrafo único. Persistindo o empate, será considerada eleita a chapa cuja soma das idades de seus membros seja maior.

Art. 28. O resultado da eleição será comunicado, por escrito, ao Presidente do CRBio em até dois dias úteis.

§ 1º A entrega ao Presidente do CRBio do relatório do processo eleitoral, já organizado e rubricado pelo Coordenador da Comissão Eleitoral, formaliza esta comunicação.

§ 2º O Presidente do CRBio realizará imediatamente a proclamação do resultado, publicando no Diário Oficial da União - DOU, afixando-o em local visível na sede e divulgando no site do CRBio, até 21 de dezembro de 2022.

DA POSSE

Art. 29. Ao CRBio competirá publicar o resultado do processo eleitoral, bem como tomar as devidas providências de comunicação dos resultados da eleição aos Biólogos e informações sobre a posse aos eleitos.

Art. 30. Os Conselheiros eleitos tomarão posse em sessão solene, a ser realizada no dia 06 de janeiro de 2023.

Parágrafo único. Em caso de reeleição do Presidente para Conselheiro Efetivo, a posse será dada pelo Vice-Presidente e, caso este, pelo Secretário e, no caso deste, pelo Tesoureiro. Caso todos sejam eleitos Conselheiros, o Conselheiro Decano e não eleito, da gestão anterior, dará posse aos novos Conselheiros do CRBio.

Art. 31. Uma vez empossados, os Conselheiros Efetivos procederão à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Os cargos de Conselheiro Secretário e de Conselheiro Tesoureiro serão indicados pelo Presidente eleito e referendados pelo Plenário do CRBio.

MULTA ELEITORAL

Art. 32. Aos Biólogos que deixarem de exercer o dever do voto será imposta uma multa no valor correspondente a cinco por cento do valor da anuidade, nos termos do art. 8º, da Lei nº 6.684/79 e Resolução nº 595, de 22 de outubro de 2021.

Art. 33. O Biólogo que deixar de exercer o dever do voto poderá, até noventa dias após a sessão solene de posse dos Conselheiros eleitos, justificar sua ausência ao processo eleitoral, sob um dos seguintes fundamentos:

I - doença comprovada por atestado emitido por profissional legalmente habilitado que o impeça do exercício do direito ao voto;

II - outros motivos considerados relevantes, a critério do Presidente e do Vice-Presidente do CRBio.

Art. 34. Não constituem motivos justificadores:

I - a declaração de não recebimento pelo Biólogo do expediente com as orientações e senha provisória, por motivo de cadastro desatualizado no banco de dados do CRBio;

II - o não exercício do voto pelo Biólogo em débito com a Tesouraria.

Parágrafo único. O Presidente do CRBio poderá nomear comissão especial para analisar e emitir parecer em relação às justificativas e recursos apresentados quanto à multa eleitoral.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Não será permitido qualquer tipo de propaganda das chapas inscritas nas dependências do CRBio.

Art. 36. As chapas poderão indicar, mediante comunicação por escrito, um fiscal para acompanhar a apuração dos votos, até o dia 13 de outubro de 2022.

§ 1º Qualquer Biólogo Eleitor poderá ser indicado como fiscal.

§ 2º Para acompanhar a apuração dos votos o fiscal indicado pela chapa, devidamente credenciado, deverá comparecer à sede do CRBio, no dia da apuração dos votos, eximindo-se o Conselho Regional de Biologia de quaisquer despesas.

§ 3º Não sendo indicado um fiscal pela chapa o benefício instituído no parágrafo anterior será deferido ao representante da chapa, desde que solicite por escrito.

Art. 37. Não havendo inscrição de chapa, ou ocorrendo qualquer causa de nulidade, o processo eleitoral será considerado encerrado, cabendo ao CRBio a convocação de nova eleição.

Parágrafo único. Implicará em nulidade do processo eleitoral a desobediência de qualquer disposição contida nesta Instrução Eleitoral.

Art. 38. Os casos omissos, dúbios ou especiais referentes ao processo eleitoral serão analisados e resolvidos pela Comissão Eleitoral ad referendum da Diretoria do CRBio.

Parágrafo único. Aplicam-se subsidiariamente à presente Instrução Eleitoral, a Lei nº 6.684/79, o Decreto nº 88.438/83, o Regimento do CRBio e demais normas pertinentes.

Art. 39. A critério da Comissão Eleitoral poder-se-á dar publicidade dos atos referidos, por outros meios além daqueles já especificados nesta Instrução Eleitoral.

Art. 40. Esta Instrução Eleitoral entra em vigor na data da publicação de Resolução editada pelo Conselho Federal de Biologia - CFBio, dando-lhe publicidade externa.

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, registrado sob nº. _____, DECLARO, para atender aos termos do disposto do art. 13, § 2º, letra c que satisfaço as condições de elegibilidade para concorrer às eleições para membro do Conselho Regional de Biologia 8ª Região - CRBio-08, estando em pleno gozo dos meus direitos profissionais, civis e políticos, não incorrendo em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 15, da Instrução Eleitoral, para o mandato de 06 de janeiro de 2023 a 05 de janeiro de 2027 e que, se eleita a chapa, assumirei como Conselheiro Efetivo.

_____
Local e data

_____
Nome por extenso

_____
Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, registrado sob nº. _____, DECLARO, para atender aos termos do disposto do art. 13, § 2º, letra c que satisfaço as condições de elegibilidade para concorrer às eleições para membro do Conselho Regional de Biologia 8ª Região - CRBio-08, estando em pleno gozo dos meus direitos profissionais, civis e políticos, não incorrendo em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 15, da Instrução Eleitoral, para o mandato de 06 de janeiro de 2023 a 05 de janeiro de 2027 e que, se eleita a chapa, assumirei como Conselheiro Suplente.

_____
Local e data

_____
Nome por extenso

_____
Assinatura

CALENDÁRIO ELEITORAL

ELEIÇÃO CRBio-08

Mandato de 06 de janeiro de 2023 a 05 de janeiro de 2027

Ref.	Descrição	Data
1	Publicação no DOU da Resolução CFBio dando publicidade a Instrução Eleitoral que regulamenta o processo para eleição e posse dos Conselheiros do CRBio-08	Até 14/08/2022 (domingo)
2	Divulgação nos sites do CFBio e do CRBio-08 de cópia da íntegra da Instrução Eleitoral	Até 14/08/2022 (domingo)
3	Publicação no DOU do Aviso de Eleição pelo CRBio-08	Até 18/08/2022 (quinta-feira)
4	Portaria CRBio-08 nomeando a Comissão Eleitoral	Até 21/08/2022 (domingo)
5	Prazo para inscrição de chapas ao pleito	De 05/09 (segunda-feira) à 23/09/2022 (sexta-feira)
6	Reunião da Comissão Eleitoral - Análise da(s) chapa(s)	Até 05/10/2022 (quarta-feira)
7	Publicação no DOU da(s) chapa(s) deferida(s)	Até 09/10/2022 (domingo)
8	Indicação de Fiscal de Chapa	Até 13/10/2022 (quinta-feira)

9	Recebimento de Recursos pela Comissão Eleitoral	Até às 17h de 15/10/2022 (sábado)
10	Julgamento dos Recursos pela Comissão Eleitoral	Até 22/10/2022 (sábado)
11	Publicação Final das Chapas homologadas, no DOU, em caso da ocorrência de recurso	Até 27/10/2022 (quinta-feira)
12	Comissão Eleitoral: Envio de Material Eleitoral com senha provisória	Até 13/11/2022 (domingo)
13	Biólogo: Votação Eletrônica no site www.crbio08.gov.br	Das 9h do dia 25/11 (sexta-feira) até 17h do dia 30/11/2022 (quarta-feira)
14	Apuração - sede do CRBio-08	Às 17h05 do dia 30/11/2022 (quarta-feira)
15	Publicação no DOU do resultado da eleição	Até 07/12/2022 (quarta-feira)
16	Recebimento de Recursos pela Comissão Eleitoral	Até 12/12/2022 (segunda-feira) às 17h
17	Decisão final da Comissão Eleitoral	15/12/2022 (quinta-feira)
18	Publicação do resultado final no DOU, em caso da ocorrência de recurso	Até 21/12/2022 (quarta-feira)
19	Sessão solene de posse	06/01/2023 (sexta-feira)
20	Falta do exercício do voto: apresentação de justificativa	Até 06/04/2023 (quinta-feira)

* Horário de Brasília.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 28 DE JULHO DE 2022

Nº 74.170. Processo Administrativo nº 0741/2022. Nº Originário: s/nº. Requerente: SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMACÊUTICOS EM ONCOLOGIA - SOBRAFO. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Relatora: Conselheira Federal MARIA DE FÁTIMA CARDOSO ARAGÃO. Ementa: Credenciamento e reconhecimento de concurso de título de especialista profissional farmacêutico em oncologia. Inteligência da Resolução nº 581/13 do Conselho Federal de Farmácia. Pela renovação do credenciamento e o reconhecimento do concurso de título. Pela aprovação. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em RENOVAR O CREDENCIAMENTO E O RECONHECIMENTO DO CONCURSO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA PROFISSIONAL FARMACÊUTICO EM ONCOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMACÊUTICOS EM ONCOLOGIA, nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 74.171. Processo Administrativo nº 499/2022. Requerente: INSTITUIÇÃO IEPG - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO LTDA. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relator: Conselheiro Federal CARLOS ANDRÉ OEIRAS SENA. Ementa: Credenciamento do instituto requerente e do Curso livre de formação e capacitação em ozonioterapia, sem caráter acadêmico. Observância da Resolução/CFF nº 674/19, da Resolução/CFF nº 685/20 e da Resolução/CFF nº 695/20. Pelos credenciamentos. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em CREDENCIAR A INSTITUIÇÃO IEPG - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO LTDA E O CURSO LIVRE DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM OZONIOTERAPIA, SEM CARÁTER ACADÊMICO, nos termos do voto do Relator e da decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO DE 11 DE AGOSTO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 163/2021 (PAe 000163.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (PEP nº 000060/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e, por maioria, reformada a decisão da Câmara Especial nº 02 do CFM, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57. Foi caracterizada a infração aos artigos 32 (por maioria de votos) e 87 (por unanimidade de votos) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 25 de maio de 2022. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABECA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 364/2022 (PAe 000364.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 014525/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e, por maioria, foi mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência e negligência), 2º, 32, 37 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º , 2º, 32, 37 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 7 de julho de 2022. (data do julgamento) ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; MARIA INÊS DE MIRANDA LIMA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000368.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013019/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por maioria, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO; por maioria, foi descaracterizada a infração ao artigo 1º e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 8 de julho de 2022. (data do julgamento) ANDRE SOARES DUBEUX, Presidente da Sessão; MARCOS LIMA DE FREITAS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000372.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012821/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b", para lhe aplicar a "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 7 de julho de 2022. (data do julgamento) CLEITON CASSIO BACH, Presidente da Sessão; MAÍRA PEREIRA DANTAS, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000374.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (PEP nº 000043/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e", para lhe aplicar a "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 38 e 87, § 1º, do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 38 e 87, § 1º, do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 21 de julho de 2022. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000384.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 002554/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelos apelantes/denunciados. Por unanimidade, foi confirmada a culpabilidade do 1º apelante/denunciado e, por maioria, reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e", para lhe aplicar a "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 2º, 10, 18 (c/c Resoluções CFM nº 1.342/91 e nº 1.361/92), 19 e 21 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 10, 18, 19 e 21 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro Donizetti Dimer Giamberardino Filho. Quanto aos 2º e 3º apelantes/denunciados, por unanimidade, foi confirmada as suas culpabilidades e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 2º, 10 e 18 (c/c Resoluções CFM nº 1.342/91 e nº 1.361/92) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 10 e 18 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de julho de 2022. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator; DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Voto Divergente/Vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe 000405.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (PEP nº 000038/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e, por maioria, foi reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57; por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 2º e 18 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º e 18 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), e descaracterizada a infração aos artigos 17 e 69 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto divergente/vencedor. Brasília, 8 de julho de 2022. (data do julgamento) ANDRE SOARES DUBEUX, Presidente da Sessão; MARCO TULIO MUNIZ FRANCO, Voto divergente/vencedor.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ
CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

DELIBERAÇÃO CRCCE Nº 2, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do Exercicio de 2021 do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará.

A Câmara de Controle Interno do CRCCE , no uso de suas atribuições legais e regimentais, no que consta no Processo nº 02/2022, delibera:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do Exercício de 2021 do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, concluindo pela Regularidade da Gestão, conforme decisão proferida em 22 de fevereiro de 2022 registrada em Ata CCI nº 02/2022 sob a competência do vice-presidente de controle interno contador José Wesmey da Silva.

Art. 2º - A homologação da decisão foi aprovada pelo Egrégio Plenário do CRRCCE com base no que consta nos autos da Ata Nº 1537 em decisão colegiada.

Art. 3º - As demonstrações contábeis anuais e o processo de prestação de contas do CRCCE estão disponíveis para consulta no Portal da Transparência por meio do endereço eletrônico https://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia.

Art. 4º - Esta deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

FELLIPE MATOS GUERRA
Presidente da Câmara

DELIBERAÇÃO CFC Nº 32, DE 19 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do Exercicio de 2021 do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará.

A Câmara de Controle Interno do CFC , no uso de suas atribuições legais e regimentais, no que consta no Processo nº 90796110000017.000010/2022-71, DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do Exercício de 2021 do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, concluindo pela Regularidade da Gestão, conforme decisão da Câmara de Controle Interno, relator contador Sebastião Célio Costa Castro, proferida em 17 de maio de 2022 registrada em Ata CCI nº 343 sob a competência da Vice Presidente de Controle Interno contadora Vitória Maria da Silva.

Art. 2º - A homologação da decisão foi aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC com base no que consta nos autos da Ata Nº 1086 em decisão colegiada.

Art. 3º - As demonstrações contábeis anuais e o processo de prestação de contas do CRCCE estão disponíveis para consulta no Portal da Transparência por meio do endereço eletrônico https://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia.

Art. 4º - Esta deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente da Câmara

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO

DELIBERAÇÃO Nº 6, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, fundamentadas no artigo 15º item VIII do seu Regimento Interno, delibera:

Aprovação das Demonstrações Contábeis Anuais e Prestação de Contas do Exercício de 2021 do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco, conforme Processo nº 001/2022 e Parecer da Câmara de Controle Interno nº 01/2022, que opinou pela regularidade das contas. As Demonstrações Contábeis anuais e o processo de prestação de contas do CRCPE estão disponíveis para consulta no portal da transparência, por meio do endereço eletrônico www.crcpe.org.br

MARIA DORGIVÂNIA ARRAES BARBARÁ
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO TOCANTINS

DECISÃO COREN-TO Nº 71, DE 26 DE JULHO DE 2022

Autoriza a reprogramação do Orçamento de 2022 no valor total de R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) por remanejamento interno com anulação e suplementação; e de R$ 1.027.119,35 (um milhão, vinte e sete mil, cento e dezenove reais e trinta e cinco centavos) por excesso de arrecadação.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins, com a Tesoureira da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal n° 5.905/1973 e Regimento interno do Coren/TO.

CONSIDERANDO o constante do capitulo V - Dos Créditos Adicionais - artigo 43, e seus parágrafos e incisos, da Lei n° 4.320/64;

CONSIDERANDO o constante do capitulo IV - Dos Créditos Adicionais - artigos 85 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen e Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução Cofen n° 340/2008;

CONSIDERANDO o artigo 4° da Resolução Cofen n° 503/2006, parágrafo 1°, que estabelece procedimentos para alterações orçamentárias;

CONSIDERANDO a anulação para suplementação de dotação orçamentária do exercício de 2022 no valor de R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais);

CONSIDERANDO o crescimento da arrecadação do COREN - TO no exercício de 2022, há a necessidade de abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento por excesso de arrecadação no valor de R$ 1.027.119,35 (um milhão, vinte e sete mil, cento e dezenove reais e trinta e cinco centavos);

CONSIDERANDO o que consta nos Quadro Demonstrativo do Orçamento para o presente exercício;

CONSIDERANDO a deliberação da 99ª Reunião Extraordinária da Plenária, de 22 de julho de 2022, decide:

Art.1° Autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento de 2022 no valor total de R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) por anulação e suplementação de dotação orçamentária; e de R$ 1.027.119,35 (um milhão, vinte e sete mil, cento e dezenove reais e trinta e cinco centavos) por excesso de arrecadação.

Art.2° Os recursos existentes disponíveis para ocorrer à cobertura dos créditos adicionais suplementares ao orçamento no valor de R$ 1.027.119,35 (um milhão, vinte e sete mil, cento e dezenove reais e trinta e cinco centavos) são provenientes da utilização por excesso de arrecadação apurado entre 01 de janeiro a 18 de julho de 2022 conforme planilha de receitas estimadas e executadas do Coren/TO.

Art.3° Classificar os recursos existentes disponíveis para ocorrer à abertura de créditos alterados, para serem creditadas e incorporadas às seguintes rubricas:

Anulação

I - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (6.2.2.1.1.01.33.90.030.001), no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II - Sentenças / Decisões Judiciais Trabalhistas, Trânsito em Julgado e Encargos (6.2.2.1.1.01.31.90.091.001), no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

III - Sentenças / Decisões Judiciais Não Trabalhistas, Trânsito em Julgado e Encargos (6.2.2.1.1.01.33.90.091.001), no valor de R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais);

IV - Material de Processamento de Dados (6.2.2.1.1.01.33.90.030.017), no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais);

V - Bens de Informática (6.2.2.1.1.02.44.90.052.004), no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

VI - Seleção e Treinamento (6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.044), no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

VII - Correspondência e Cobrança (6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.003), no valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)

Suplementação

VIII - Férias Indenizadas (6.2.2.1.1.01.31.90.094.001), no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais);

IX - Gêneros Alimentícios (6.2.2.1.1.01.33.90.030.006), no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

X - Material de Limpeza e Produtos de Higienização (6.2.2.1.1.01.33.90.030.022), no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

XI - Material para Manutenção de Imóveis e Instalações (6.2.2.1.1.01.33.90.030.024), no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais);

XII - Material para Manutenção de Bens Móveis (6.2.2.1.1.01.33.90.030.025), no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);

XIII - Estagiários (6.2.2.1.1.01.33.90.036.016), no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);

XIV - Manutenção e Conservação de Bens Móveis, Imóveis e Instalações (6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.015), no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

XV - Passagens Aéreas (6.2.2.1.1.01.33.90.033.001), no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

XVI - Transferência para o COFEN - Cota-Parte (1/4) (6.2.2.1.1.01.33.90.041.001.001), no valor de R$ 1.027.119,35 (um milhão, vinte e sete mil, cento e dezenove reais e trinta e cinco centavos), que serão repassados em 5 (cinco) parcelas ao COFEN no período de agosto a dezembro de 2022, cada parcela referente ao mês da arrecadação com porcentagem de 25% sobre o valor arrecadado.

Art. 3° Estabelecer como parte integrante desta o Quadro Demonstrativo de Despesas modificado em face da presente Decisão.

Art. 4° Definir que o valor do Orçamento para o corrente exercício, em face das alterações ora aprovadas, alterando de R$ R$ 5.395.943,81 (cinco milhões, trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos) para R$ 6.423.063,16 (seis milhões, quatrocentos e vinte e três mil, sessenta e três reais e dezesseis centavos).

Art.5º A presente Decisão produzirá efeitos na data de sua assinatura e será enviada ao Cofen para ciência.

LUANA BISPO RIBEIRO

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 7ª REGIÃO

PORTARIA CRN-7 Nº 81, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

A Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 7ª Região, resolve:

CRIAR o cargo de Coordenador da Unidade Contábil-financeira no âmbito do Conselho Regional de Nutricionistas da 7ª Região. INSTITUIR o pagamento de gratificação no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais). Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

YONAH LÊDA VIEIRA FIGUEIRA

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO Nº 1-CORE-TO, DE 12 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o novo Plano de Cargos e Salários do CORE-TO.

O Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins - CORE-TO, com base no artigo 18, letra l; k do Regimento Interno, combinado com o artigo 17, da Lei Federal Nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, e as alterações introduzidas pela Lei Nº 8.420, de 08 de maio de 1992, a vista da deliberação da diretoria executiva em reunião no dia 27 de junho de 2022, e

CONSIDERANDO a necessidade de revisão do Plano de Cargos, Salários e Carreiras dos funcionários do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins - CORE/TO, a fim de promover a adequação dos cargos e funções à realidade das atividades desenvolvidas pela Entidade, bem como para acatar as recomendações de Auditoria Interna.

CONSIDERANDO que as alterações/adequações/atualização do plano de cargos e salários são de responsabilidade do presidente do conforme na forma do artigo 25 do plano de cargos e salários;

CONSIDERANDO que a criação de novos cargos está autorizada pelo artigo 23, letra a, de forma a recepcionar novas atividades.

CONSEIDRANDO a necessidade de proceder a reestruturação do plano de cargos e salários-PCS, do CORE-TO, de forma a ajustar-se a exigências sócio econômicas e as necessidades da própria instituição;

CONSIDERANDO a homologação do plano de cargos e salários do Conselho regional dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins, pelo plenário do CONFERE e o oficio 10/2022 da presidência do CONFERE, resolve:

Art. 1º - Aprovar as alterações/atualizações no Plano de Cargos, Salários e Carreiras dos funcionários do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins - Core/TO, que é parte integrante desta resolução e que se encontra arquivado e disponível na sede do CORE-TO.

Art. 2º - O Plano de Cargos, Salários e Carreiras dos funcionários do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins - Core/TO, entrará em vigor imediatamente após a sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo desde então seus efeitos.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a resolução nº 01/2018.

DAVI APARECIDO SILVA PEREIRA
Diretor-Presidente

